

2016

REFLEXÕES

Livro XIV

Índice

- 4- Fé e razão no Ocidente- Padre Elílio de Faria Matos Júnior**
- 13- O homem pensante x o homem desejanste- José Valmir Dantas de Andrade**
- 18- Schopenhauer- Vilmar Debona**
- 22- Organização política dos povos- J. Vasconcelos**
- 32- Há um imperativo de ser feliz, em todos os lugares, o tempo todo- Roger-Pol Droit**
- 36- As pessoas hoje não têm claro o sentido da vida- Charles Taylor**
- 41- A arte de palavrrear- Isabella Meneses**
- 46- A consciência da morte- Julian Barnes**
- 56- Em que mundo você vive- Luís Mauro Martino**
- 65- *Selfio*, logo existo- Juan Arias**
- 69- Partiu. Mas por que mesmo?- Mario Sergio Cortella**
- 75- O futuro da humanidade em suas mãos- Nick Bostrom**
- 85- Na educação, começamos a sair da indigência, e a ruptura é para melhor- Mario Sergio Cortella**
- 90- Viagem sem volta- Carlos Ayres Britto**
- 94- A fascinação da reportagem- Carlos Alberto Di Franco**
- 97- Vazamento é a mãe- Eugênio Bucci**
- 102- Partidos em declínio- The Economist**
- 110- Retalhos de um sonho- Richard Sennett**
- 116- Um Brasil em desmanche- J. R. Guzzo**
- 121- No meio do redemoinho- José de Souza Martins**

REFLEXÕES XIV

- 126- A sociedade brasileira bateu em um paredão- **Eduardo Giannetti da Fonseca**
- 131- Levy jogo na defesa, eu iria jogar no ataque- **Armínio Fraga**
- 137- Estratégia para o Brasil- **Roberto Macedo**
- 157- O cheiro da pobreza- **Mario Vargas Llosa**
- 162- Visionário epiroqueta- **Roberto Pompeu de Toledo**
- 182- Papagaio!- **Roberto Pompeu de Toledo**
- 195- Ben & Boni- **Roberto Pompeu de Toledo**
- 205- Senhor norma culta- **Evanildo Bechara**
- 222- Diário de Jerusalém- **Flávia Castro**
- 250- O que o Irã tem a ver com a lei saudita?- **Mohammed bin Salman**
- 262- *La vida por la izquierda*- **Plínio Fraga**
- 275- Ser vegano não é o que você pensa- **Eva Carnero**
- 280- Rakudianai- **Pérsio Arida**
- 366- Crítica e autocrítica em Sgt. Pepper's- **André Singer**
- 377- Nu frontal- **Philip Carr-Gomm**
- 383- Nossos três russos- **Paula Scarpin**
- 402- Futuro de São Paulo depende de boas soluções para mobilidade e periferia- **Regina Maria Meyer**
- 408- Um mundo sem neve e flores- **Gilles Lapouge**
- 415- As letras da lei- **Betsy Apple**
- 422- A Força está com essa empresa- **The Economist**
- 432- A grana preta e suas relações com o inconsciente- **Woody Allen**

LUIZ BIANCI

Fé e razão no Ocidente (A proposta de Bento XVI)

Padre Elílio de Faria Matos Júnior



Filosofia e Teologia, fé e razão: metodologia e objeto

Sabemos que Teologia e Filosofia são ciências distintas, quer pelo método quer pelo objeto. Enquanto a Filosofia procede por raciocínios lógicos, a partir dos primeiros princípios da razão pura e tem como objeto primeiro o mundo e o homem, tais como se apresentam ao estudioso pela experiência, a Teologia, por sua vez, procede a partir do ato de fé na revelação divina, procurando certo entendimento dessa fé, e o seu objeto primeiro é o próprio Deus tal como se dá a conhecer em sua autorrevelação. Assim, a Teologia pode ser dita ciência da fé, enquanto a Filosofia é a ciência da razão.

Tal distinção, contudo, não leva necessariamente a uma separação entre as duas ciências. Aliás, ao longo da história da Igreja, pôde-se verificar que Teologia e Filosofia muitas vezes se mostraram em íntima relação. Sejam citados aqui o período patrístico¹ e escolástico², que testemunham a relação



¹ **Patrística**: filosofia cristã formulada pelos padres da Igreja nos primeiros cinco séculos de nossa era, buscando combater a descrença e o paganismo por meio de uma apologética da nova religião, calcando-se freq. em argumentos e conceitos procedentes da filosofia grega.

² **Escolástica**: pensamento cristão da Idade Média, baseado na tentativa de conciliação entre um ideal de racionalidade, corporificado esp. na tradição grega do platonismo e aristotelismo, e a experiência de contato direto com a verdade revelada, tal como a concebe a fé cristã; escolasticismo.

REFLEXÕES XIV

harmoniosa entre teologia e filosofia, estabelecida na obra fecunda de um Santo Agostinho (+ 430) ou de um Santo Tomás de Aquino (+ 1274). Não podemos dizer, entretanto, que faltem autores na modernidade ou na contemporaneidade que procuraram correlacionar as duas ciências; sejam lembrados João de Santo Tomás, o Cardeal Cajetano, Leibniz, Jacques Maritain, Étienne Gilson, Josef Pieper, etc.

Uma pergunta surge: Por que Teologia e Filosofia, sendo distintas, podem se relacionar? Na verdade, teologia e filosofia podem realizar um frutífero conúbio³ na medida em que seu objeto coincide, ainda que parcialmente. Sim; a Teologia, como já se disse, tem por objeto primeiro Deus, tal como ele mesmo se deu a conhecer pela revelação judaico-cristã; o homem e o mundo caem também sob a consideração da teologia na medida em que se relacionam com Deus ou são vistos sob a luz de Deus revelador. A Filosofia, por sua vez, como já notamos, tem como objeto primeiro de sua consideração o mundo e o homem percebidos pela experiência, mas pode chegar ao Absoluto - Deus - como fundamento radical do mundo e do homem.

Desse modo, é fácil ver que tanto a Teologia como a Filosofia tratam de Deus, do mundo e do homem. A primeira, por um movimento de descida (katabasis), vai de Deus até o homem e o mundo considerados sob a luz da fé na autorrevelação de Deus; a segunda, por um movimento de subida (anabasis), vai do mundo e do homem até Deus, considerado sob a luz da razão interrogante. E é exatamente essa comunidade de objeto que torna possível a relação entre ambas.

Uma das sistematizações mais consistentes da relação entre fé e razão encontra-se na grandiosa obra de Santo Tomás de Aquino. O Aquinate viu bem que, sendo Deus, ao mesmo tempo, o criador da ordem racional e o autor da fé, não poderia haver contradição de iure⁴ entre ambas, preservadas as devidas distinções. Motivado, assim, por essa certeza, foi capaz de construir uma reflexão filosófico-teológica de invejável vigor especulativo. A grande

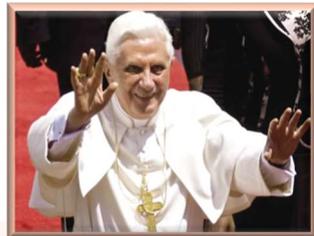
³ **Conúbio**: relação íntima; ligação, união.

⁴ **De iure**: pela lei, pelo direito.

REFLEXÕES XIV

originalidade de Tomás está no fato de ter elaborado uma metafísica do esse (do ser como ato de existir), superando, desse modo, a metafísica das essências que herdara dos gregos.

Fé e razão: impasse no diálogo- Deve-se dizer que a problemática que envolve as relações entre Teologia e Filosofia ou fé e razão é de atualidade permanente em nossa cultura ocidental, pois, como sabemos, dois fatores foram constitutivos de nossa civilização: o ideal da razão manifestado na cultura grega e a vida a partir da fé apresentada pelo judeu-cristianismo. Em seu artigo "**Metafísica e fé cristã: uma leitura da Fides et Ratio**", o filósofo jesuíta Henrique Cláudio de Lima Vaz sustenta que os eventos helênico e bíblico, abrindo para a consciência a Transcendência real, constituíram o "tempo-eixo" de nossa civilização ocidental. Foi exatamente do encontro desses dois fatores que resultou nossa cultura. Não há, pois, como simplesmente ignorar a problemática concernente à relação entre fé e razão.



Pois bem. Surge agora outra pergunta: Por que hoje a relação entre fé e razão, Teologia e Filosofia, encontra-se, na melhor das hipóteses, num impasse? O *establishment* filosófico atual pretende desenvolver sua(s) racionalidade(s) sem "contaminação" por parte da fé. Do lado da Teologia, também há reticências ao emprego da razão filosófica em seu discurso.

Sabemos que a desconstrução das boas relações entre fé e razão, na verdade, teve início já no séc. XIII, com a reivindicação por parte de mestres da Faculdade de Artes da **Universidade de Paris** de uma Filosofia totalmente separada da Teologia, o que se acentuou nos fins da Idade Média, sobretudo com Guilherme de Ockham (séc. XIV), e progrediu ao longo de toda a modernidade. O **Iluminismo** (séc. XVIII), considerado a "**Idade da Razão**", pode ser tido como o paradigma da total separação entre as duas formas de saber, em detrimento da fé. Mas o que, no fundo, provocou tal ruptura? O que mudou? Mudou a Teologia ou mudou a Filosofia? Por que a síntese harmoniosa entre fé e razão, buscada e defendida por espíritos

REFLEXÕES XIV

vigorosos e lúcidos, deixou de ser desejada?

Para ensaiar uma resposta a esses questionamentos, permito-me reportar, mais uma vez, às reflexões de Lima Vaz. Para o filósofo jesuíta, tanto a tradição helênica quanto a bíblica perfizeram a experiência da Transcendência real. A primeira caracterizou-se pelo modelo ideonômico, que afirma a Transcendência real do inteligível sobre o sensível. Na segunda, a Transcendência assume a forma de Palavra de Salvação que se dirige ao homem. No primeiro caso, há, como já notamos acima, uma subida da razão finita em direção ao Transcendente; no segundo, uma descida do Transcendente, que deve ser acolhido como graça em atitude de fé. Em ambos os casos a fonte da Transcendência permanece em infinita distância e não pode ser simplesmente "apreendida" pela razão finita. Segundo Lima Vaz, é exatamente essa comum estrutura teocêntrica da razão e da fé que possibilita uma "meta-analogia" ou um logos comum que garante o diálogo entre o logos da fé e o logos da razão.

A modernidade efetivou progressivamente uma passagem da estrutura teocêntrica para a estrutura antropocêntrica da razão, ao deixar de lado a transcendência do ser em favor da imanência do sujeito cognoscente. Houve a transposição da Transcendência real para a transcendência lógica, e o sujeito passou a ter a primazia sobre o ser. Daí ser dito que a razão moderna é essencialmente operacional, já que o operável é do domínio do lógico. Desse modo, a razão fechou-se no círculo de sua finitude, dando origem a um processo de racionalização autônomo, segundo a medida finita da mesma razão humana.

A razão antiga e medieval, tal como a podemos encontrar num Platão, num Aristóteles, num Plotino, num Agostinho, num Tomás de Aquino, possuía um caráter decididamente teológico. O adjetivo teológico aqui, evidentemente, não se refere à teologia revelada, que assume o seu discurso do ato de fé na revelação divina. Por razão teológica entendemos certa concepção de razão, segundo a qual, o filósofo, no próprio ato do exercício filosófico, num movimento deanabasis (subida), pode deparar-se com o Princípio de todas as coisas (o divino), ainda que não o possa compreender analiticamente, já que o excesso de sua luz inteligível está para o filósofo como o sol para os olhos do morcego.

REFLEXÕES XIV

Lima Vaz chamou essa razão teológica de inteligência espiritual. Por ela, pode-se contemplar, com o que Platão chamou o olho da alma, o Absoluto, que está para além da multiplicidade das coisas e dos conceitos, e que lhes dá verdadeiro fundamento. Não se trata de "dominar" intelectualmente o Absoluto, mas de contemplá-lo, embora por um conhecimento analógico, como *terminus ad quem* do processo do filosofar.

Após a síntese de Tomás de Aquino, foi se dando uma passagem progressiva do ser à representação, do polo objetivo do ser à imanência do sujeito cognoscente. Se o ser, em sua transcendência real, ocupava o centro dos mais altos esforços de especulação, que vão de Platão a Tomás de Aquino, o nominalismo dos fins da Idade Média colocou no centro a representação (*ser ut nomen*), resolúvel na imanência do sujeito.

Descartes, considerado o pai da filosofia moderna, propõe o ponto de partida de sua reflexão filosófica em bases inteiramente imanentistas, de modo que a atenção desloca-se do ser para o sujeito cognoscente, que, trabalhando com um conceito unívoco de ser, é capaz de "domesticá-lo" segundo suas próprias medidas: isso é o que se percebe no ideal, inspirado na matemática, das ideias claras e distintas. Descartes, todavia, depois de lançar os fundamentos em bases idealistas, caminha em direção ao realismo ao reconhecer Deus como o fundamento sem o qual não seria possível o conhecimento.

O caminho do ser à representação atingiu o seu clímax em Immanuel Kant (+1804). Segundo o filósofo de Königsberg, não temos acesso à coisa em si, de tal modo que todo nosso conhecimento é o resultado da aplicação das formas *a priori* do Eu penso ao dado sensível. O conhecimento é, assim, construção do sujeito. O dado sensível apenas oferece uma matéria que vai ser informada pelas estruturas imanentes do sujeito cognoscente, resultando disso que o que se conhece é aquilo mesmo que o sujeito põe, ficando vedado todo acesso ser como tal.

Temas metafísicos como Deus e a alma já não podem ser tratados pela razão teórica, pois que a pretensão de um conhecimento metafísico representa uma transgressão ilegítima da razão para fora

REFLEXÕES XIV

do domínio do dado sensível.

Hegel ainda tentou recuperar o vigor metafísico da razão ao construir seu sistema como sistema do Espírito Absoluto, embora o tenha feito no clima da subjetividade, próprio da Filosofia moderna. Depois de Hegel, entretanto, qualquer tentativa de discurso metafísico foi condenada pelo *establishment* filosófico ao nonsense. A metafísica foi simplesmente banida como espúria e ilegítima. E a Filosofia como que se reduziu a uma ciência entre as outras.

A razão assim entendida, a razão que se resolve apenas na imanência do sujeito sem se abrir à transcendência do ser e, conseqüentemente, à Transcendência real, não oferece possibilidade da circulação de um logos comum entre razão e fé. Desse modo, o diálogo entre ambas atinge, não propriamente um impasse, mas a exaustão. Sim; a concepção de razão, no arco histórico que vai do ser à representação, restringiu-se de tal maneira que o racional passou a ser considerado apenas o que pode ser enquadrado nos limites da razão humana finita, o que pode ser medido pela inteligência finita, o quantificável. Com acerto, Lima Vaz fala de uma transposição da Transcendência real para a transcendência lógica. A razão esqueceu-se de sua abertura para o infinito, para o Ser em sua alteridade, e ficou presa nos limites da finitude, restando-lhe apenas lidar com os fenômenos, sem conseguir lançar o olhar para o fundamento.

Ora, só uma razão aberta para o ser pode dialogar com a fé. Uma razão fechada no círculo de sua finitude é incapaz de lançar-se para o Princípio e garantir aquela "meta-analogia" entre fé e razão de que fala Lima Vaz. Em outras palavras: sem a consideração da Transcendência real, a fé e a razão não podem encontrar o elemento que garanta a base do diálogo entre ambas.

A proposta de Bento XVI- Bento XVI, em diversas ocasiões, mostrou sua preocupação pelo destino da Europa e, por conseguinte, da civilização ocidental, cujas bases constitutivas são, como dissemos, a fé cristã e o ideal grego da vida segundo a razão. Nossa cultura atual, ao optar por uma razão que não ousa mais encarar o ser, coloca em xeque suas raízes mais profundas. Nesse sentido, vivemos uma crise de identidade, isto é, um momento

REFLEXÕES XIV

agudo que exige de nós uma decisão: Que civilização queremos? Mostraremos ser fiéis às nossas raízes? Ou continuaremos a buscar uma civilização que, por se submeter totalmente a uma concepção estreita de razão, talvez pudesse ser chamada de "civilização da técnica"?

Sim; a razão fechada à infinita transcendência do ser acaba por reduzir-se a uma razão técnica, operacional; uma razão que não ousa considerar sua abertura ao transcendente, facilmente mostra a pretensão de tudo submeter à "domesticação" do sujeito, erigindo, assim, um mundo "feito" segundo as medidas do eu humano.

Pode-se dizer que, para sermos fiéis às nossas raízes, é preciso que nos proponhamos a alargar nossa concepção de razão, o que equivale a adotar o uso da razão que vigorou em espíritos brilhantes como Platão, Aristóteles, Plotino, Agostinho, Tomás de Aquino... Não se trata aqui de uma volta ao passado. A história segue adiante. Trata-se, antes de tudo, de mostrar fidelidade às exigências mais profundas do ser humano como tal. Fechar ao homem a abertura para a infinita transcendência do ser, querendo reduzi-lo ao mundo dos fenômenos, equivale a trancar-lhe a natureza. A fidelidade às nossas raízes greco-cristãs não se reduz à mera fidelidade histórico-cultural, mas deve ser entendida como fidelidade ao homem mesmo, cuja essência, aberta à consideração das razões do ser e do viver, mostra-se capaz de elevar-se aos píncaros da vida intelectual pelo reconhecimento da Transcendência real e, ao mesmo tempo, capaz de acolher na fé a Palavra de Salvação que a generosidade divina lhe dirige.

Em sua famosa Aula Magna na **Universidade de Regensburg**, em setembro de 2006, intitulada Fé, razão e universidade: recordações e reflexões, Bento XVI tratou de temas fundamentais para a questão da relação entre fé e razão e do futuro de nossa civilização. O Papa afirmou decididamente que a fé cristã não é alheia à razão, isto é, não pode se reduzir à irracionalidade. E sustentou que as melhores conquistas da filosofia grega em sua luta contra o mito pertencem intrinsecamente à fé cristã.

O encontro entre pensamento grego em sua melhor parte e a fé cristã não pode ser visto como uma simples contingência histórica,

REFLEXÕES XIV

uma vez que o Deus da Bíblia é Logos, de modo que buscar exercitar a razão e procurar viver segundo seus ditames está em profunda sintonia com a fé no Deus que é Ele mesmo Inteligência absoluta. Assim, Bento XVI sentiu-se muito à vontade para citar o imperador Miguel II Paleólogo, segundo o qual não agir com a razão é agir contra a natureza de Deus.

Essa afirmação é fundamental e decisiva para as questões que estamos considerando. Ao contrário de muitos discursos teológicos que cheiram a fideísmo⁵ e de muitas filosofias voluntaristas e agnósticas, Bento XVI diz claramente que a Tradição da Igreja posiciona-se do lado da razão, isto é, de uma razão capaz de dizer algo de Deus e, assim, colocar-se em sintonia com a fé. Entre o homem, criatura racional, e Deus, que é Logos, existe uma analogia. Embora as diferenças entre os dois sejam infinitamente maiores do que as semelhanças, não há separação total. Vejamos as palavras do Papa:

"[...] a fé da Igreja sempre se ateve à convicção de que entre Deus e nós, entre o seu eterno Espírito criador e nossa razão criada, existe uma verdadeira analogia, na qual, por certo - como afirma, em 1215, o IV Concílio de Latrão - as diferenças são infinitamente maiores que as semelhanças, mas não até o ponto de abolir a analogia e sua linguagem".

A fé, para ser ela mesma, segundo Bento XVI, não precisa lançar fora a razão. Muito ao contrário, pertence à natureza mesma da fé cristã o conúbio com a razão, pois que agir irracionalmente é agir contra a natureza de Deus. Nesse mesmo sentido, a encíclica I *Spe Salvi* afirma: *"Sem dúvida, a razão é o grande dom de Deus ao homem, e a vitória da razão sobre a irracionalidade é também um objetivo da fé cristã"* (n. 23). Mas de que razão o Papa fala? Que razão pode, de fato, estabelecer relações amigáveis e harmoniosas com a fé? Certamente não é a razão que se tornou apenas um instrumental lógico destinado à manipulação dos fenômenos; não é a razão que, esquecendo-se de seu fundamento, fechou-se na imanência do sujeito em sua transcendência puramente lógica. Em

⁵ **Fideísmo**: doutrina teológica que, desprezando a razão, preconiza a existência de verdades absolutas fundamentadas na revelação e na fé.

REFLEXÕES XIV

outras palavras, não é o modelo restrito de razão que tem vigorado na modernidade, que faz das ciências empíriológicas a última palavra em termos de racionalidade, que poderá constituir um diálogo frutuoso com a fé.

O Papa nota que esse modelo restrito, que fez sucesso pelas conquistas científico-técnicas, é uma síntese entre platonismo ou cartesianismo e empirismo, uma vez que professa a inteligibilidade da matéria (platonismo ou cartesianismo) e, ao mesmo tempo, fecha-se na *"utilização funcional da natureza para nossas finalidades, onde só a possibilidade de controlar verdade ou falsidade por meio da experiência é que fornece a certeza definitiva"* (empirismo).

Com essa racionalidade restrita, os horizontes da vida se tornam por demais estreitos, e o próprio homem é que se vê ameaçado em sua constituição fundamental. As grandes questões humanas – De onde vim? Para onde vou? O que devo fazer? –, decisivas para o sentido da vida, simplesmente não têm lugar no âmbito de uma racionalidade que se curva sobre a própria finitude, esquecendo-se de sua abertura para a infinitude do ser. A "ciência" fica, assim, restrita ao mundo dos fenômenos, e vê como ilegítima toda tentativa de ultrapassagem, de metafísica.

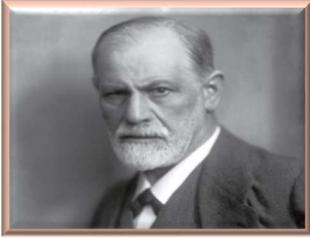
Mas *"se a ciência no seu conjunto é apenas isto, desse modo então o próprio homem sofre uma redução"*. É a concepção de homem que está em jogo. Que é o homem?

O que, então, propõe Bento XVI? Não propõe com certeza uma volta ou uma rejeição da modernidade, pois que *"tudo o que é válido no desenvolvimento moderno do espírito há de ser reconhecido sem reservas: todos nos sentimos agradecidos pelas grandiosas possibilidades que isso abriu ao homem e pelos progressos que foram proporcionados no campo humano"*. ●

Padre Elílio de Faria Matos Júnior

O homem pensante x o homem desejan

José Valmir Dantas de Andrade



De um lado, a filosofia busca explicar o homem pela razão, pela cognição e pela consciência. De outro, a psicanálise resgata o sujeito do desejo, da irracionalidade e do inconsciente

Um motorista grita, xinga e se irrita com o trânsito. Um passageiro tem uma crise de pânico quando o avião levanta voo. O marido mata a mulher em um acesso de ciúme. Um expectador chora compulsivamente durante o espetáculo musical. A irritação domina o motorista. A crise de pânico domina o passageiro. O ciúme domina o marido. O choro domina o expectador. Esta força "dominadora e incontrolável" que impulsiona ações, sensações, comportamentos e sintomas e que toma de assalto a humanidade, cotidianamente, possui um determinismo para além de qualquer racionalização possível.

Foi investigando essa força que, no alvorecer do século XX, Sigmund Freud chocou o mundo ao declarar que o homem não era senhor de sua própria consciência. Se formos pesquisar as origens do conceito de inconsciente, veremos que ele é muito anterior à psicanálise. Filósofos e teóricos de diversas procedências há muito já o haviam descrito. Mas foi Freud que forjou "O Inconsciente" com I maiúsculo e deu a ele lugar específico e privilegiado no psiquismo humano, por meio de uma concepção sistemática.

Filósofos o desprezaram. Freud mergulhou nele. A partir do estudo das repressões patogênicas e de outras manifestações psíquicas, a psicanálise foi vasculhar, a partir da escuta clínica, os meandros do que Freud chamou inicialmente de um "mental inconsciente". De acordo com ele, os sintomas neuróticos não estavam diretamente relacionados com fatos reais, mas com fantasias impregnadas de desejos. *"No tocante à neurose, a realidade psíquica é de maior importância que a realidade material"*, afirma ele em seu "Um

REFLEXÕES XIV

Estudo Autobiográfico", de 1925.

Bases distintas- Antes, porém, Schopenhauer já havia defendido a supremacia do instinto sobre a razão humana. O filósofo desenvolveu o conceito com base em reflexões e formulações teóricas; Freud, a partir da observação empírica de seus pacientes. Ambos estudaram a mesma subjetividade humana, mas a partir de diferentes premissas e perspectivas. Em várias passagens da obra de Freud é possível identificar o que seria o legado de grandes pensadores que parecem ter deixado uma herança intelectual à sua teoria, apesar de ele próprio, em muitos momentos, negar tal influência.

Santo Agostinho acreditava na existência de uma vontade interior que contradiz a si mesma. Platão citava Eros e defendia a existência de um conhecimento que provém da imaginação e dos sonhos. A partir do final do século XIX, Sigmund Freud começa a construir o seu pensamento por meio de premissas como o inconsciente, a sexualidade e a interpretação dos sonhos. O diálogo entre filosofia e psicanálise parece inegável. E, realmente, há vários momentos em que as duas ciências parecem muito próximas. Mas também há pontos de inevitável distanciamento.

Ainda em seu Estudo Autobiográfico, Freud procura esclarecer que o pensamento filosófico não teria tido influência direta na formulação da teoria psicanalítica. *"O alto grau em que a psicanálise coincide com a filosofia de Schopenhauer não deve ser remetido à minha familiaridade com seus ensinamentos. Li Schopenhauer muito tarde em minha vida"*, afirma, destacando que as neuroses foram o primeiro e, por muito tempo, constituíram o único ponto de seu interesse.

Em suas últimas obras, Freud fez diversas referências à ênfase que Schopenhauer dava à sexualidade, apesar de não nominá-lo diretamente. Em "O Mundo como Vontade e Representação", o filósofo alemão debate o caráter da paixão sexual que, segundo ele, é o ponto central da vontade de viver e, conseqüentemente, a concentração de todo desejo. *"Ela é a causa da guerra e o fim da paz, a base do que é sério e o alvo da zombaria, a inexaurível fonte do espírito, a chave para todas as alusões e o significado de todas*

REFLEXÕES XIV

as insinuações misteriosas (...) e somente essa tendência perpetua e mantém unida toda a existência fenomênica", diz Schopenhauer no capítulo XLII de "A Vida da Espécie". Ele foi o primeiro filósofo a defender que a irracionalidade preponderaria sobre a razão e a inteligência humanas.

A dimensão que o alemão dá à importância do impulso sexual para a vida do homem encontra paralelo na teoria de Freud, já que aquilo que o pai da psicanálise chamou de sexualidade também está longe de se resumir à união sexual ou ao prazer genital. Freud procurou demonstrar em seus estudos que os componentes sexuais, passíveis de ser desviados para outros interesses, efetuam as contribuições mais importantes às realizações culturais do indivíduo e da sociedade. Aí há também muita semelhança com Eros, do *Banquete* de Platão.

Quanto a Nietzsche - que parece ter sido o filósofo que mais contribuiu para a construção da teoria psicanalítica, no que se refere às questões relacionadas ao inconsciente e às forças (pulsões) que movem o ser humano - Freud declara tê-lo evitado durante muito tempo a fim de manter a mente "desimpedida". No entanto, dizia que ele foi o filósofo cujas conjecturas e intuições concordam, da forma mais surpreendente, com os laboriosos achados da psicanálise. Afirma, também, ter seguido o pensador alemão Gustav Theodor Fechner (1801-1887) em muitos pontos importantes. Ele teria influenciado Freud no desenvolvimento do princípio da constância e na fundamentação do conceito de topografia mental.

Subjetividade humana- Nenhum homem, por mais genial que seja, desenvolve seu pensamento à margem do saber coletivo. Todo salto criativo e original vem necessariamente impulsionado, em alguma medida, pelo legado histórico do conhecimento humano, cumulativo e em contínua expansão. Com Freud, certamente não foi diferente. Antes dele, filósofos, pensadores, escritores e poetas intuíram e desenvolveram ideias para conceitos que o pai da psicanálise interpretou com genialidade visionária e abordou sob perspectivas inéditas.

O sofrimento humano, o inconsciente, a sexualidade, as pulsões. Todos já haviam sido tema de preocupação e de investigação

REFLEXÕES XIV

filosófica. Mas foi Freud que cruzou a fronteira do que poderíamos chamar de *"uma forma de pensar o sofrimento"* para *"uma forma de tratar o sofrimento"*. Os filósofos se limitaram a formular conceitos. Freud criou um método terapêutico que mistura ciência, medicina e filosofia. É com base nessa simbiose entre método científico, prática clínica e pensamento filosófico que a psicanálise aventura-se pelos labirintos da mente a fim de decifrá-la. Freud dedicou sua vida à ciência que pretendia, por meio da interpretação da subjetividade humana, aliviar o sofrimento psíquico do homem e descortinar aquilo que de mais obscuro lhe habita a alma.

Apesar de negar a influência de determinados pensadores sobre sua obra, em muitos momentos fica clara a ascendência que alguns filósofos tiveram sobre seu pensamento, como Emmanuel Kant. As ideias do pensador alemão teriam contribuído para a construção da metapsicologia freudiana. Mesmo em aspectos não referidos diretamente, teve um papel de muita importância, principalmente no que se refere a uma subjetividade que se constitui por meio de um movimento interno e que faz com que o sujeito seja sempre um fenômeno, uma aparência para si mesmo, de modo que aquilo que o constitui em sua base sempre ficará desconhecido em algum grau.

Encontro- Outra influência filosófica ao pensamento freudiano vem da fenomenologia hegeliana, que compreende a subjetividade a partir de diversas figuras que se sucedem dialeticamente. A verdade não seria um dado, mas o resultado de um processo dialético, conceito próximo à hipótese do determinismo psíquico de Freud. Para a psicanálise freudiana, os fatos e ocorrências da infância são determinantes para a formação do sujeito e seguem, no decorrer da vida, uma trajetória de ressignificações que avança dentro de uma lógica psíquica.

Porém, esta jornada da humanidade pelo entendimento acerca de si próprio remonta os séculos. No distante ano de 650 a.C., a inscrição na entrada do Oráculo de Delfos - *"Conhece-te a ti mesmo"* - já anunciava a aventura a ser empreendida pelo homem em intrincados e complexos caminhos: a busca por si próprio. Não é possível afirmar que Freud, assim como fez o filósofo Sócrates, tenha ido buscar aí inspiração para sua obra. Mas não se pode negar a afinidade entre o que pregava o famoso templo grego e o que

REFLEXÕES XIV

buscava o homem que "descobriu" o inconsciente. Mas nem só da fonte da filosofia bebeu Freud. A literatura – arte que, segundo a psicanálise, mais traduziria o inconsciente – foi também, sem dúvida, uma grande inspiração.

Para desenvolver um dos mais conhecidos conceitos psicanalíticos – o Complexo de Édipo – Freud foi buscar elementos no ano 496 a.C., quando o famoso dramaturgo grego Sófocles escreveu uma de suas mais famosas tragédias. Nela, Édipo mata o pai para casar-se com a própria mãe. Ao longo de seus estudos sobre o inconsciente e com base em observações clínicas, Freud transpõe a ficção e traz para a realidade uma nova forma de explicar o homem, seus desejos e as repressões que estariam no cerne das neuroses.



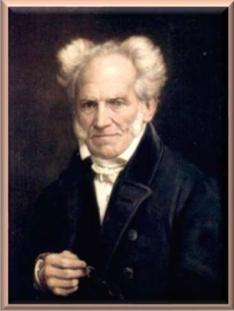
Mero coadjuvante- Com base em duas hipóteses fundamentais: a existência do inconsciente e o determinismo psíquico, a psicanálise tirou do homem o centro de sua consciência e colocou-o como coadjuvante de uma cena em que o irracional (desejo) prepondera. Por meio da observação e dos estudos a partir da experiência com centenas de pacientes, Freud falou da existência de um "estranho" que habita em todos nós. A partir desse momento, o inconsciente deixa de ser somente uma pequena porção indecifrável da consciência, deixa de ser uma descrição filosófica e assume o comando de uma realidade psíquica em que o homem não é mais dono de si mesmo. A clínica freudiana – investigação empírica, situada no campo da ciência e com a qual a filosofia não tem nenhum compromisso ultrapassa os conceitos teóricos e se aventura a sondar os obscuros labirintos da mente humana.

Assim, a "invenção" da psicanálise, ao mesmo tempo em que revela traços de uma ascendência filosófica inescapável, por outro representa um salto conceitual e científico de proporções revolucionárias. O homem que pensa e o homem que deseja se encontram e se despedem na curva da subjetividade humana. ●

José Valmir Dantas de Andrade

Schopenhauer

Vilmar Debona



A vontade é o elemento fundamental a fim de trazer o sentido das coisas e do mundo. É essa união entre o corpo e o sentimento, segundo o filósofo, que proporciona a essência metafísica elementar: a vontade da vida.

Podemos dizer que o filósofo Arthur Schopenhauer, nascido em Dantzig (em 1788) e falecido em Frankfurt (em 1860), marcou a História da Filosofia no Ocidente, principalmente por ter valorizado um elemento novo nas discussões filosóficas: a noção de corpo. Nos tempos em que Schopenhauer viveu, as filosofias de Hegel e de Schelling predominavam e se apoiavam somente no aspecto racional do Homem. Para Schopenhauer, em vez de a razão definir o homem e "decifrar o enigma do mundo", são o corpo e o sentimento, o que ele chama de vontade, que permitem alcançar e dizer o sentido das coisas. A vontade é o que há de mais essencial no mundo; ela se manifesta em toda a natureza e nos corpos animais, independentemente de serem eles possuidores ou não da faculdade de razão. Todos os corpos do mundo fenomênico são considerados, nessa filosofia, como concretização de um mesmo querer que nunca cessa. A objetivação da vontade não escolhe se vai se manifestar no homem mais inteligente ou numa pedra. Desse modo, em se tratando de espécies, a diferença entre os seres humanos e os demais animais é quase insignificante, visto que tanto o homem quanto o animal têm por base uma mesma essência metafísica, a vontade de vida.

Além disso, o que faz com que a atenção dada por Schopenhauer ao corpo seja vista como determinante é o papel indispensável que este elemento tem na teoria do conhecimento do pensador. Ele acredita que a base da formação do nosso conhecimento racional não é racional, já que começa com as sensações corporais. O que o filósofo chama de representações empíricas só existem porque,

REFLEXÕES XIV

anteriormente, o corpo informou dados dos objetos e sensações abafadas ao entendimento que organiza as representações. Nesse contexto, é importante levar em conta que o entendimento também faz parte do corpo do sujeito, já que é entendido como um órgão físico ou o próprio cérebro. Assim, em vez da racionalidade, como se fosse uma rainha do mundo, definir sozinha o conhecimento, ela se torna dependente dos dados corporais; só a partir desses dados a razão pode fazer algo.

Resumidamente, segundo Schopenhauer, ocorre o seguinte: por meio das afecções do corpo, o indivíduo enraíza-se no mundo e passa a intuí-lo pelo entendimento, gerando, assim, o conhecimento. Com efeito, se o indivíduo é sujeito do conhecimento, ele é também corpo. Assim, inserida no campo da discussão da cognoscibilidade humana, a noção de corpo concebida pelo pensador apresenta-se como determinante. Não mais se corre o risco da admissão de uma "cabeça de anjo alada" designando a mente do homem totalmente alheia a seu corpo, algo possível quando se considera apenas o domínio da abstração sem uma base corpórea.

Nesse sentido, se a fim de sustentar a sua teoria do conhecimento, Descartes tomou o cogito como determinante, estabelecendo a dualidade corpo/alma e o primado da *res pensante* sobre a *res extensa*; Schopenhauer, em vez de delimitar corpo e alma, une corpo e intelecto. Tanto o corpo quanto o intelecto são expressões de um mesmo em-si, que, acima de tudo, expressam algo que o pensamento e os conceitos não alcançam, a própria vontade.

O ponto de partida do conhecimento- A questão pode ser mais bem detalhada quando consideramos que o corpo é tomado pelo filósofo sob duas perspectivas. Uma que o considera como objeto imediato e outra que o vê como objeto mediato. Nesse sentido, "*o entendimento nunca seria usado, caso não houvesse algo a mais, de onde ele partisse. E este algo consiste tão somente nas sensações dos sentidos, a consciência imediata das mudanças do corpo, em virtude da qual este é objeto imediato.*"

Além disso, Schopenhauer salienta a que o corpo é a representação que constitui para o sujeito o ponto de partida para o conhecimento.

REFLEXÕES XIV

O corpo é, pois, objeto imediato na medida em que é um mero conjunto de sensações dos sentidos que advêm da ação dos outros corpos sobre si. Nesse primeiro aspecto, o corpo designa propriamente a vontade porque cada ato de vontade corresponde a um movimento corporal; e, então, ele passa a ser – além de condição de possibilidade do conhecer – a chave para se descobrir ou se decifrar o "enigma do mundo". Contudo, esse mesmo corpo pode fornecer dados dele mesmo, na medida, por exemplo, em que os olhos veem suas partes e as mãos o podem tocar. Assim é que o corpo passa a ser, tal como os outros, objeto mediato, portanto, conhecido como representação na intuição do entendimento. Para que esse conhecimento ocorra é necessária, por meio do uso da lei da causalidade, a ação de uma de suas partes sobre as outras.

O autor faz uma ressalva quando toma o corpo como objeto imediato. O corpo não se dá propriamente como objeto por um motivo claro: é que Schopenhauer não o considera de um ponto de vista unilateral, ou seja, tão somente do ponto de vista do mundo como representação, o que justificava designá-lo como objeto, mas, além disso, passa a considerá-lo também a partir do mundo como vontade. De fato, principalmente a partir do Livro II de **O Mundo como Vontade e como Representação**, ações do corpo e atos da vontade passam a se identificar e, em razão disso, o corpo é também visto como Objeto da Vontade (*Objektität des Willens*). Assim é que o objeto imediato passa a ser visto por si mesmo e, mais ainda, esse outro modo de conhecimento passa a se distinguir do que é comum à representação. Com isso, a certa altura já não se tem mais tão somente "sensações dos sentidos", ou seja, um mero meio para algo outro, mas a realidade externa. Esse mesmo meio passa a se definir como objeto e a sua figura corporal começa a ser desenhada, estando ela dotada de especificidades.

Edifício das construções racionais- Assim, o corpo, além de revelar a Vontade e ser objeto imediato, torna-se mais um objeto passível de conhecimento. É então que seus próprios membros podem se conhecer; uma mão vista ou um olho tocado e, ambos, situados espacialmente, tornam-se objetos mediatos, muito embora sejam eles também, na medida em que a mão ajuda na construção de outros objetos e o olho vê, objetos imediatos. Vê-se, pois, o

REFLEXÕES XIV

motivo pelo qual, caso não houvesse a atuação do entendimento – um membro corporal determinante para a construção do conhecimento – não haveria também um mundo externo. Uma sensação por si mesma seria uma "coisa pobre", mera afecção dos sentidos. Enquanto tal, essas sensações não poderiam conter nada de objetivo, portanto, nada que se assemelhasse a uma intuição.

Desse modo, a realidade exterior a cada sujeito do conhecimento é um produto do entendimento, esse artesão que se serve das formas do princípio de razão e dos dados possibilitados pelo corpo e, com isso, oferece as representações intuitivas que se entrelaçam, formando a exterioridade. Por isso, o mundo efetivo não é um dependente da razão. Ao contrário, em vez de a razão oferecer algo, é o entendimento que, com as suas intuições empíricas possibilitadas pelo corpo, apresentasse como a base do edifício das construções racionais e do conhecimento humano.

Ora, se a tarefa por excelência da filosofia é acercar-se de conceitos e com eles dar sentido ao mundo, Schopenhauer acolhe e destaca o que em essência é o avesso da abstração conceitual. Com isso, o perigo iminente da dispersão abstracionista diminui, já que os conceitos têm uma referência *in concreto* na realidade exterior; o pensamento provém do não pensado e, portanto, não toma este último como algo que não mereça atenção. Eis, pois, um elogio significativo ao corpo no interior da filosofia e – por que não – uma filosofia fincada no corpo. ●

Vilmar Debona: Mestre e Licenciado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e Professor Analista de Conteúdos do Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino (IESDE).

Organização política dos povos

J. Vasconcelos



O que os filósofos têm a dizer sobre a liberdade de ação e expressão desde os primórdios até a democracia pura.

No transcurso de milênios dos primeiros períodos históricos, a humanidade respondia sobre o universo com explicações práticas. O ovo cósmico, o desmembramento de naturezas diversas, o acasalamento dos deuses e o verbo divino haviam determinado todas as causas universais, referenciando propriamente a Terra e os astros visíveis; logicamente englobava os fatos e os seres relacionados a esse contexto. Efetivamente, mitos da criação, totemismos, raiz telúrica e o sopro como a fonte bastavam para esclarecer as origens e os propósitos da vida e das suas consequências.

Entrementes, tudo se situava em termos da **vontade**. Estava claro que as coisas existiam, agiam ou recebiam interferência, por vontade dos deuses, ou por vontade dos diabos, ou por vontade dos espíritos. De sorte que, por vontade dos entes divinos em entrevero familiar se originaram os protetores da Grécia, ou por vontade de um deus nacional, como Jahvé, o Verbo criava a terra, o céu e os homens e lhes impunha leis, regras e costumes; por vontade de um satanás, surgia na Pérsia a dicotomia do Bem e do Mal; também por vontade do demônio o homem e a mulher entre os judeus recebia a danação eterna e o castigo da mortalidade.

Por séculos e séculos, assim permaneceram os seres humanos, acreditando que tudo se processava por gestos constantes dessas vontades acima de suas forças, influenciando até mesmo em cada ato de cada indivíduo. Se chovia, era porque a deusa Ishtar queria fertilizar a terra. Se trovoava e caíam raios, o deus da tempestade – Teshup, estava raivoso com os homens. Se uma criança nascia saudável, era a deusa Ísis favorecendo o evento. Se caía uma avalanche, assim desejavam os espíritos da montanha. Se tudo ia dar certo ou errado,

REFLEXÕES XIV

dependia dos desejos dos deuses. Se o exército saía vitorioso, era o deus Jahvé que o guiou e o fez invencível e cruel. Se existe escravidão, é porque os deuses julgaram povos prontos para servir outros. Se existem soberanos e súditos, era uma determinação divina. Se as pessoas adoecem é porque os deuses querem esse castigo. Se tornam-se más, é porque o diabo quis levá-las a esse procedimento.

Todavia, algo estava para acontecer.

Quando alguém parou para pensar sobre o universo, surgiram-lhe dúvidas sobre as verdadeiras causas. Essas dúvidas deixaram-lhe perceber que os fenômenos e os elementos existentes não se apresentavam em função de vontades superiores e sobrenaturais. E surgiu a grande descoberta filosófica: tudo indica que existem leis naturais regendo as coisas no Universo. O recurso ao conhecimento de vontades seria inútil, pois essas não existem. O único caminho era conhecer as leis naturais. Bastava, então, descobrir quais leis regiam sobre o mundo.

Com efeito, assim começou o trabalho dos filósofos, buscando conhecer tais leis. De início, Anaxágoras concebeu a origem da Terra não por vontade dos deuses, mas em causas materiais obedecendo a leis naturais que poderiam ter envolvido nebulosas remoinhantes. Portanto, seguiram outros filósofos procurando conhecer as leis naturais em todas as coisas. De 600 a 450 a.C., a contribuição foi formidável. Como biólogos, sustentaram princípios evolucionistas surpreendentemente modernos; como físicos, esboçaram a teoria da gravitação e a lei da conservação da energia; como astrônomos, tiveram concepções do universo que lembram as de Copérnico, Kepler e Galileu.

Cerceamento da liberdade- O certo é que os filósofos foram buscando essas leis nas matérias, na natureza humana e no organismo social. A civilização evoluía à medida que os conhecimentos sobre as leis naturais eram desenvolvidos. No entanto, por incrível que possa parecer, sobre a sociedade, a política e o homem, as descobertas não tiveram um desenvolvimento tão profundo como na Química, na Física, na Matemática e na Astronomia.

REFLEXÕES XIV

A razão estava em que, na política e na sociedade, há estruturas que permitem a indivíduos terem poderes acima dos demais, exercendo exploração sobre os outros e usufruindo vantagens especiais à custa do sacrifício destes. Este fato prejudicou sobremaneira toda a ação da Filosofia nesse campo. Basta dizer que por milhares de anos apenas duvidar da instituição da monarquia equivalia ao crime de lesa-majestade, geralmente punido com a morte.

Por conseguinte, a Filosofia ficou impedida por muitos séculos de anunciar as descobertas nas ciências humanas. Até os filósofos foram proibidos de existir. O império romano, por exemplo, numa época proibiu a permanência de filósofos. A Inquisição que imperou por mais de 600 anos perseguia, aprisionava e matava quem sugerisse leis naturais sobre o homem e a sua sociedade. Campanelli viveu toda sua vida sob a ameaça da fogueira, simplesmente porque suspeitava que a alma fosse apenas uma forma de energia. Imagine algum filósofo falar de leis naturais sobre a organização social dos homens, diante do poder temporal dos papas, das poderosas oligarquias dos duques e dos viscondes e das monarquias absolutas que nem sequer permitiam questionar suas tiranias. De forma que todos os estudos sobre a organização política das sociedades humanas ficaram menosprezados e obscurecidos. Por isso que todos os ensinamentos se basearam no direito positivo e na história não crítica, ficando a Filosofia fora desse ramo.

Daí porque, quando surge a obra de Maquiavel, “O Príncipe”, foi uma sensação entre os doutores, a ponto de se considerar Maquiavel o pai da ciência política. E o que é este livro se não um manual que se preocupa em ensinar aos detentores dos poderes a dominar o povo. Tais são os seus ensinamentos que chegam a defender até o caráter guerreiro e cruel do governante para impor temor e veneração ao povo. Na verdade, isso estaria longe da Filosofia e da Ciência, não passando de uma simples técnica tabelada para o exercício da dominação e exploração sobre os cidadãos comuns.

Porém, todos os conceitos sobre a organização política dos povos foram sendo estruturados seguindo essa angulação até a **Revolução Francesa**. Nesse momento, não fizeram muito diferente, pelo menos os grupos que se assenhorearam daquele movimento e se serviram

REFLEXÕES XIV

de bases medievais para estabelecer a denominada “democracia representativa”, copiando a forma dos conselhos feudais existentes na Inglaterra. Novamente, a Filosofia e a Ciência ficaram à parte, e prevaleceram somente as propostas de ordem técnica dos mandantes do poder. Criaram, assim, uma representação fictícia, falsa e artificial, uma vez que não provinha de leis naturais.

Introduziram posteriormente os partidos políticos, os quais teriam como objetivos a obtenção de cargos públicos. Ora, isso não é Filosofia nem Ciência, mas tão só invenções semelhantes àquelas dos povos antigos de se criar deuses e demônios. Todavia, aos poucos eclodiu o pensamento filosófico sobre a organização das sociedades.

O conceito de democracia- Antes, temos de reconhecer os esforços iniciais dos filósofos gregos na Antiguidade. Crítias duvidou do *status quo* imperante e concluiu que “*os deuses eram invenção humana com finalidades políticas*”. Essa revelação afetava as sólidas monarquias vigentes, cujos soberanos eram “ungidos por deuses” e despertava nos cidadãos os verdadeiros propósitos dessas invenções, o que desmitificava o endeusamento das formas de governo impostas aos povos. Abria-se assim caminho ao entendimento da democracia, totalmente desconhecida naquela época. Já o filósofo Antífonte esclarecia que todos os homens são iguais, e nulos os compromissos nacionais, o que derrubava as prerrogativas dos donos dos poderes e construía o princípio democrático da isonomia e da própria democracia.

Por fim, os filósofos esclareciam que o povo não podia ficar sujeito a governantes que decidiam por livre vontade, sobrepondo-se a quaisquer outras condições. Para os filósofos, não se pode governar por vontade, mas obedecendo a propensões da natureza humana, da sociabilidade e da solidariedade, o que fundamentava outro princípio filosófico, o da Eunomia⁶.

Nas décadas finais do século XX, começou-se a indagar sobre as leis naturais que regem a organização e funcionamento da sociedade

⁶ **Eunomia:** Na mitologia grega, Eunomia representa a disciplina, a boa ordem, e nasceu da união de Zeus, o poder, com Têmis, a justiça.

REFLEXÕES XIV

humana. Citando apenas algumas das contribuições das ciências humanas e biológicas, podemos destacar, entre outras revelações, que por meio da psicossociologia é possível verificar que a natureza humana dotou na sociedade, em relação a cada membro, apenas uma parcela do conhecimento cultural. A migração, a caça, a tática, a moradia, o armazenamento, a cura, as fontes de água, de artefatos, tudo afinal numa comunidade primitiva dependia do conhecimento de cada membro exposto por ocasião da determinação das decisões do grupo. Numa sociedade civilizada, também os conhecimentos de cada cidadão são úteis às formulações gerais. De modo que, a decisão somente é completa, se recebesse manifestação de todos. A atitude global de uma comunidade originada apenas de uma pessoa ou de um grupo é, portanto, incompleta e antinatural, logo imperfeita e desprezível.

Sociedades diferenciadas- Em palavras conclusivas, a sociedade é estruturada para ser gerida com a participação de todos para o que logicamente se pressupõe ampla liberdade e oportunidade para concretização desse processo. Em última análise, o princípio filosófico da constituição do governo das comunidades humanas é a democracia. Outros princípios filosóficos que ficaram patentes: a necessidade da ampla liberdade de cada indivíduo e a necessidade de sua participação direta nas decisões sociais. Pela psicologia comparada, evidenciou-se que afluía uma evolução no sentido da democratização das sociedades animais. Em vez do esquema tirânico do macho-dominante, a evolução se inclinou para uma tendência mais inteligente, e, assim, em algumas sociedades animais mais adiantadas, como a dos macacos-aranhas, muito comuns na América do Sul, constatou-se ausência do macho-dominante, chefia, hierarquia.

Observações sobre a sociedade dos macacos bonogos da África, espécies inteligentes, apuraram também ausência do poder monárquico e tirânico do macho-dominante, em que demonstram solidarismo e pacificidade. Aliás, os estudos vêm descobrindo que as sociedades animais evoluíram na direção do mais experiente, tais como dos elefantes, cães selvagens e algumas sociedades de chimpanzés.

Pela Paleoantropologia, dá-se a conhecer que, de acordo com os

REFLEXÕES XIV

fósseis encontrados nas comunidades, havia números iguais entre os sexos, indicando assim ausência do regime do macho-dominante, em que os adultos machos seriam expulsos com o predomínio de uma única autoridade e possuidor. Pela arqueologia, constata-se que os primeiros agrupamentos urbanos (na Suméria) não reservavam diferenciamento nas moradias, que havia salões amplos, possivelmente destinados ao ajuntamento de todos para tomada de decisões, e que dispunham de sinetes característicos do chamamento dos membros para tais ajuntamentos e suas decisões sociais. Pela antropologia, que os homens primitivos sempre agiram em grupo, necessitando de cooperação recíproca. Pela etnologia, observam-se várias comunidades ágrafas⁷ resolvendo seus assuntos sociais numa forma de democracia natural; e quanto mais primitiva, mais apresentava requisitos de plena democracia, sem hierarquias, nem governos.

Concomitantemente, os fatores naturais da atração social, da entreajuda e dos decisórios democráticos, concernentes às primeiras espécies do gênero humano, baseiam-se nos seguintes fundamentos:

- ◇ Aptidão à fala sinaliza comunicação, significando vida social como condição natural;
- ◇ Da imensa quantidade de utensílios e ferramentas encontrados pelos arqueólogos nos locais habitados pelos hominídeos, bem como modelos para confecções desses artefatos, deduz-se que a existência da aprendizagem extensiva era essencial na caça, na alimentação e na proteção em geral. A aprendizagem, por seu turno, pressupõe comunicação e vida social com razoável intensidade;
- ◇ Fisicamente, o homem estaria vulnerável se ficasse isolado, mesmo em família; seria rapidamente extinto, tendo em vista sua fragilidade corporal e por não contar ainda com ferramentas e armas de caça. A vida em bandos possibilitou-lhe enfrentar aquele mundo difícil, obscuro e repleto de animais poderosos, rápidos e precisos nos ataques e defesas;

⁷ **Ágrafa:** Característica da língua que não tem escrita.

REFLEXÕES XIV

- ◇ Processo evolutivo indica um direcionamento particularmente voltado à inteligência social (mais conhecimentos, experiências e habilidades pessoais) no decisório comunitário, descartando a hegemonia de elementos dominantes, frequentes nos bandos de animais, os quais eram definidos geneticamente ou por confrontos corporais. Quanto mais inteligente for a espécie animal, mais o indivíduo tende à sociabilidade e à solidariedade, o que resulta em benefício de todos, em termos de segurança, alimentação e socorro. Com certeza, a vida social gerou a inteligência social. Respeitando as limitações de cada espécie de animais sociais, permitiu a transmissão cultural (descobertas, aprendizagens e informações em geral);
- ◇ Tornou possível a elaboração de uma comunicação entre os membros, saber quem é quem, no grupo; conhecer regras e condutas; aprender muito sobre várias coisas, alimentos, comida, caça; planejar; estabelecer estratégias; distribuir ou receber tarefas; aprender a se exercitar brincando; utilizar instrumentos; dar e receber carinhos; ajudar os outros e cuidar deles. Ora, o hominídeo evoluiu com muito mais inteligência social do que os antropóides e, conseqüentemente, estava equipado para ser mais cooperativo e mais solidário;
- ◇ Suas resoluções comunais fluíram desse modo, num clima da mais requintada sociabilidade e solidariedade, não sendo as condições outras que não as mais democráticas possíveis. É a própria evidência em si, a sua conduta bastante inteligente de se orientar sempre em defesa do seu grupo; todos participavam das reuniões comunais para ajudar a todos; todos contribuía para a formação da vontade geral em favor de todos. Com o Homo sapiens, tornaram-se maiores a sociabilidade e a solidariedade, o que significa ampla vivência democrática de suas primeiras comunidades, muitas das quais tiveram a felicidade de atravessar dezenas de séculos com o poder decisório, processando-se por toda a coletividade e com a oportunidade de transportar esses procedimentos democráticos a outras regiões;
- ◇ Bandos relativamente pequenos, entre 120 e 150 indivíduos, estáveis, vivendo juntos durante toda a sua existência, com os mesmos propósitos e lutando contra as mesmas forças hostis, são

REFLEXÕES XIV

propícios ao carinho e à fraternidade, como concluiu Robin Dunbar, professor da **Universidade de Londres**, ao estudar sociedades contemporâneas baseadas na caça e em horticultura simples, e também como demonstraram evidências arqueológicas. Esse tipo de aglomeração, observa aquele cientista, encoraja a atenção carinhosa entre os membros; o objetivo converge ao bem comum e, a solidariedade logicamente é ampla. As mulheres em conjunto colhiam alimentos (grãos, raízes, frutas, etc.), cozinhavam e cuidavam indistintamente das crianças, dos enfermos e dos idosos da comunidade. Os homens auxiliavam-se na caçada (planejamento e ação), no enfrentamento (a ameaças e perigos) e nas preparações de instrumentos, moradias e migrações. As caçadas de animais gigantescos e destros – como mamutes, bisontes, ursos e elefantes – certamente exigiam formação de grupos e estratégias (desenhos rupestres do leste ibérico mostram vários caçadores até nas perseguições de animais menores, como o cabrito montês);

◇ A natureza não predispõe, como vimos anteriormente, a que um só indivíduo monopolize o conhecimento total. Essa é mais uma evidência de que a comunidade tende a concluir suas decisões de forma somente completa e adequada quando há a participação de todos; em outras palavras, torna essencial que cada um possa contribuir para a formação da resolução social, o que equivale a dizer que a manifestação da opinião de cada um é elemento intrínseco e essencial à direção que a sociedade deva tomar. À natureza não interessou que um só decidisse, ou uns poucos, todavia todos, em conjunto, posto que cada indivíduo retém apenas uma pequena parcela do conhecimento, necessitando que haja a soma dos demais; é, portanto, um imperativo natural para o eficaz funcionamento da sociedade. Esta é a razão por que cada um da comunidade era importante na decisão social, como elemento de contribuição, com informações e ideias sobre defesas, táticas, planejamento, alimentação, caças, animais, vegetais, ferimentos, etc. De uma forma natural, a decisão comunal era impulsionada para esse coerente processo, que não é outro senão a realização plena da democracia. A transmissão cultural é tão instintiva quanto o ato de se alimentar e de se reproduzir;

◇ Habilidades assentadas e execução permanente de tarefas

REFLEXÕES XIV

semelhantes, dentro de um pequeno grupo comunitário e restrito campo de ação, seguramente com pensamentos irmanados, torna descabível qualquer mando de uns sobre os outros e qualquer poder distinto. Não há lógica para que se entenda o contrário;

◇ A comunhão de interesses, as missões coletivas e atenção ao bando como um todo, num ambiente que ainda não conta com tabus, clãs, superstições, idolatrias, totemismo e venerações, resultava numa homogeneidade social e econômica: todos eram iguais, havia distribuições de bens e condições equitativas, todos cuidavam da prole e dos mais frágeis, além de haver habitação comum, alimentos partilhados e ofertados àqueles com tarefas diversas da caça.

A democracia pura é, portanto, fruto da Filosofia com os seus pressupostos científicos, tais como:

A liberdade de expressão

O parcelamento cultural

A participação global

A estruturação natural

A independência individual

A equidade

A igualdade

A eunomia

A isonomia

Decorrente desses enunciados, apuram-se as bases filosóficas da democracia pura:

◇ O poder de decisão da sociedade humana somente se rege com a participação efetiva de todos os cidadãos;

◇ O exercício das funções diretivas da sociedade está vinculado à participação efetiva dos cidadãos.

Então, alguns pressupostos absolutos são obtidos:

REFLEXÕES XIV

1. As funções máximas não podem ser vitalícias, hereditárias, classistas, ideológicas, religiosas, corporativistas;
2. A renovação de mandatos em cargos públicos contraria os princípios democráticos;
3. Nenhuma função máxima do poder de decisão ou do controle dos poderes pode ser designada por nomeações.

A democracia pura resulta, portanto, dos questionamentos filosóficos sobre a organização política das sociedades humanas, como a forma que preenche os requisitos das leis naturais.

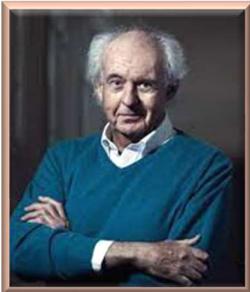
De maneira que, como conclusões finais, podemos sublinhar:

1. Todas as formas de governo divulgadas até a presente data (monarquia, aristocracia, plutocracia, oligarquia, democracia representativa e ditadura) são espúrias e sem nenhum fundamento científico; surgiram do acaso, construídas ora pela força (pressão ou violência), ora por artifícios psicológicos (espertezas religiosas, políticas, econômicas, sindicais ou classistas). Nenhuma estabelece a soberania do povo. Não cabe sequer serem consideradas, e seguramente serão extintas totalmente no futuro, quando a humanidade estiver esclarecida.
2. A única forma de governo condizente à natureza humana é a democracia pura, que viabiliza o exercício da soberania de todos os cidadãos, neles inclusos os cidadãos comuns e está totalmente atrelada aos princípios filosóficos. ●

J. Vasconcelos: professor, filósofo, pesquisador e publicista; pós-graduado em Direito Constitucional, Socialismo e Democracia em Hamburgo, Alemanha, com cursos na Sorbonne, Paris, sobre História Natural do Homem. Tem desenvolvido pesquisas sobre a produção de ideias em prosseguimento aos estudos de Locke e Stuart, promovido cursos e proferido palestras em universidades de todo o país. *Democracia no terceiro milênio* é um de seus livros de maior destaque.

Há um imperativo de ser feliz, em todos os lugares, o tempo todo

Roger-Pol Droit



Roger-Pol Droit é um filósofo atípico que renega os intelectuais, um pouco de brincadeira, um pouco a sério. Faz tempo que chegou à conclusão de que devemos confiar menos na cabeça e mais no coração. Que refletir é muito bom, mas que o importante é sentir

É um pensador importante, autor de vasta obra que inclui ambiciosos ensaios; austeros trabalhos de pesquisa sobre as tradições filosóficas chinesas, indianas e tibetanas, além de obras de divulgação que em muitas ocasiões confinam com o literário. Em sua tentativa de romper a distância do pensador em relação à plebe, aposta em experimentos como propor ao leitor uma série de exercícios insólitos que o desconcertem e o conduzam a uma reflexão.

O assombro, defende com afínco, conduz à filosofia

Correr em um cemitério. Telefonar a nós mesmos. Beber e urinar ao mesmo tempo. Estes são alguns dos experimentos que propõe ao leitor para despertar um questionamento do estabelecido. Foi o que fez em *101 Experiências de Filosofia Cotidiana*, livro de *fitness* filosófico – coisas do *marketing* editorial – que vendeu 100.000 exemplares na França e que está sendo reeditado agora na Espanha. E em sua nova obra, *Se só me Restasse uma Hora de Vida*, submete-se a um de seus experimentos: imaginar o que faria se tivesse apenas uma hora de vida para descobrir, assim, o que é o essencial.

A vocação experimental não o abandonou e ele realizou uma obra com inclinação poética a meio caminho entre o ensaio, a filosofia e uma literatura que denomina *jazzy*, ou seja, na qual improvisa e se deixa levar.

“É um jogo sério, uma experiência de pensamento”, afirma em uma

REFLEXÕES XIV

sala do Instituto Francês de Madri. É terça-feira à tarde e no céu se desenham nuvens que anunciam chuva. Faltam poucas horas para que Droit (nascido em Paris, em 1949), que foi conselheiro de atividades filosóficas na Unesco entre 1993 e 1999, apresente uma de suas performances de filosofia, mais uma tentativa de aproximar o pensamento do público.

O senhor é um filósofo que recorre ao humor e ao insólito. Não é preciso ser sério para construir argumentos de peso?

Um dos enganos em que incorremos é confundir o sério com o aborrecido. Podemos dizer coisas importantes com um tom leve, inclusive divertido. Na história do pensamento há exemplos estranhos, mas facilmente traçáveis: Demócrito, entre os gregos, por suas histórias engraçadas; Luciano de Samósata, Voltaire, Diderot, Rabelais, inclusive Wittgenstein, que muitas vezes é muito divertido. Acredito que no insólito há um valor filosófico ao deslocar o olhar. O assombro é o ponto de partida da filosofia; Platão, Aristóteles, muitos filósofos o disseram. Se nos assombrarmos, começamos a ver as coisas de outro modo. Falta-nos assombro.

Em Se só me Restasse uma Hora de Vida o senhor escolhe o momento final para falar sobre o que é importante na vida.

Escolhi essa aproximação para tentar chegar a um momento de verdade. Imaginemos que temos 3.600 segundos pela frente. É uma ficção que nos coloca diante do que não queremos ver: o caráter finito da nossa existência. Se nos resta uma hora, o que decidimos fazer de essencial? Uso esse dispositivo para expor o que me parece mais importante do que compreendi da vida.

E o que compreendeu da vida?

Em primeiro lugar, que temos de escolhê-la. Não podemos vê-la de fora, estamos imersos nela. Não sabemos exatamente do que se trata, mas o que podemos dizer é o que nos ensinam nossas sensações. O que me ensinou a vida? A dúvida, a ignorância e a confiança nas sensações físicas.

Parece que as pessoas procuram cada vez mais respostas

nos filósofos em uma espécie de busca da felicidade ou de um sentido da existência.

Há uma espécie de imperativo de ser feliz, em todos os lugares, o tempo todo. Aconselham-nos isso da manhã à noite. É algo suspeito: quando lhe repetem isso tantas vezes é que algo não funciona. Sempre me surpreendeu essa maneira dos norte-americanos de dizer *enjoy*. Por que, se eu já faço isso sozinho? Não necessito que me digam que aproveite minha comida, está tudo bem! Na obsessão atual pela felicidade há um sintoma do desejo de eliminar o negativo. Mas não há vida sem aspectos negativos e positivos. A ideia de uma felicidade sustentada, perfeita, sem estresse, sem preocupações, sem angústias, não me parece muito humana, nem interessante. É algo com o que se sonha em uma época que é, efetivamente, angustiada, fragmentada. É preciso ser feliz em casa, com a companheira, no trabalho, na cama, nas férias... Esse imperativo permanente me parece um imperativo de controle social.

Roger-Pol Droit apoia o braço na mesa; segura o rosto com três dedos. Manifesta que a tecnologia não é a salvação, como preconizam alguns, mas tampouco uma antecipação do apocalipse. Considera que o ser humano é ignorante, incrédulo e que tem algo de demente. *“O que quero dizer é que a potência técnica cresce enquanto a potência moral não se move. Há muitas guerras e catástrofes que são desencadeadas por formas de injustiça, de loucura”*. Sustenta que na França muitas coisas mudaram depois do atentado contra o semanário satírico **Charlie Hebdo**. *“Há uma tomada de consciência de que há uma guerra em andamento que não é entre Estados; não é entre militares e exércitos.”* E lança flechas contra seus colegas filósofos; critica a apatia deles.

“Quando tinha 20 anos era um grande admirador dos grandes pensadores; ao longo dos anos conheci muitos deles, os vi de perto e não pensei exatamente o mesmo. Penso que há uma espécie de necessidade de admirar; na vida intelectual em geral, mas também na vida social.”

Em 101 Experiências de Filosofia Cotidiana o senhor recorre a pontos de partida insólitos para desencadear

experiências filosóficas. Isso é uma extravagância?

Por que extravagante? Não, não acho. É algo inspirado nos exercícios espirituais da antiguidade na linha de **Hellzapoppin'** [filme de comédia norte-americano em tom burlesco dos anos quarenta, intitulado, no Brasil, **Pandemônio**]. Tento suscitar assombro, provocar um clique.

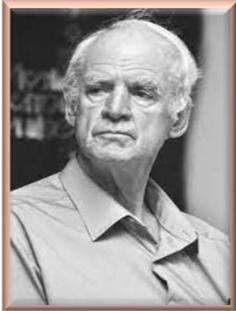
Há uma vontade de provocação?

Às vezes sim, às vezes não. Não obrigatoriamente. Teve uma que suscitou muitos comentários, aquela de beber e urinar ao mesmo tempo. Isso é filosofia? É claro que não, não estou louco. Se forem apresentadas perguntas abstratas e teóricas, todo mundo vai abrir a caixa de aspirinas e vai dizer: é uma aula de filosofia, não me interessa. Mas se propusermos coisas assombrosas, insólitas, que fazem com que alguém reflita sobre uma questão, não é filosofia propriamente dita, mas é o início de um caminho rumo à filosofia. ●

Roger-Pol Droit: filósofo

As pessoas hoje não têm claro o sentido da vida

Charles Taylor



Pensador de amplo espectro é considerado um dos principais filósofos contemporâneos

Charles Taylor (Montreal, 1931) é professor emérito de Filosofia na Universidade de McGill. Formado em Oxford, é um profundo conhecedor das correntes do pensamento contemporâneo. Em seu último livro, *A Era Secular* (dois volumes totalizando mais de 1.200 páginas) analisa o impacto da ciência, a reforma protestante e as melhorias

socioeconômicas na transformação do sistema de crenças no Ocidente. Está convencido de que a convivência religiosa é possível e desejável, assim como de que a fé, hoje em recuo, não vai desaparecer. Afirma a conveniência de encontrar uma nova linguagem para explicar o presente, pelo esgotamento das velhas palavras. Entre suas obras se destacam *As Fontes do Self* e *A Ética da Autenticidade*.

O Governo canadense encomendou, junto com o sociólogo Gérard Bouchard, um trabalho sobre as diferenças culturais e a acolhida de imigrantes, hoje conhecido como o relatório da comissão Bouchard-Taylor.

Você estudou o declínio das crenças religiosas, convencido de que essa é uma mudança fundamental na sociedade de hoje. É assim? Passamos de uma sociedade marcada pelo cristianismo a outra, aberta e diversificada. É uma situação completamente nova na história da humanidade?

Tentei dar uma perspectiva sobre uma das mudanças de era vividas durante os últimos 200 anos. Passamos de uma sociedade marcada pelo cristianismo a outra, aberta e diversificada. Agora existem diferentes maneiras de ser cristão ou ateu. É uma situação completamente nova na história da humanidade. Minha ideia era

REFLEXÕES XIV

descrever o presente e entender como se passou da fé para a falta de fé.

E o que aconteceu?

Bem, o que se conta é sempre uma narrativa, uma história, como diz Paul Ricoeur. Eu acredito que a vida humana não pode ser compreendida sem uma história. Ao analisar a situação da espiritualidade e da religião comprovo que há muitas pessoas à procura de algo, seja uma concepção atea ou religiosa. Há também muitas pessoas que lamentam a erosão do cristianismo e resistem a seu desaparecimento. O desafio é compreender os dois lados, crentes e não crentes, e que possam conviver.

Em sua obra fala de ataques dos leigos aos cristãos. Na Espanha, e em vários países do mundo, acontece o contrário: há crentes que tentam transformar suas opiniões em leis e proibir o aborto.

O secularismo destinado a conter a religião faz sentido quando há uma igreja hegemônica, mas na França, Canadá, Estados Unidos, Alemanha, existe uma diversidade sem hegemonia possível por parte de uma igreja. Se na Espanha não é igual, o laicismo contra uma igreja hegemônica ainda é pertinente. Mas o que às vezes acontece no Ocidente é que não há um anticlericalismo contra o catolicismo, mas contra os muçulmanos, como na França, onde já são uma minoria discriminada. O resultado é uma marginalização que acelera seu sentimento de exclusão. Algo muito diferente do que aconteceu na França durante a Terceira República. Nesse momento havia um problema porque uma parte da população queria restaurar uma monarquia católica e foi preciso lutar contra isso.

O futuro será mais tolerante?

Tolerância não é a melhor palavra. Uma democracia não é tolerante, é um regime de direito, algo superior à tolerância. A questão é se somos capazes de manter um verdadeiro regime de direito. Caso contrário, a melhor solução disponível é a tolerância. Mas o objetivo deve ser uma democracia na qual todos tenham o direito de expressar sua opinião, votar como quiser, praticar a religião que aceitar. Se sou otimista sobre o futuro do sistema de direito? Não

REFLEXÕES XIV

acho que vai desaparecer, vai se espalhar por todo o planeta... Estamos vendo o que acontece na China, Rússia, Arábia Saudita. Provavelmente haverá avanços e retrocessos. Estamos vendo a evolução da Rússia para uma forma de ditadura enrustida, mas a Tunísia é um exemplo de desenvolvimento positivo. Sim, no futuro, haverá ganhos e perdas, avanços e retrocessos. É difícil pensar que o mundo vai se tornar gradualmente uma democracia, como acredita Francis Fukuyama com o **Fim da História**.

Na década de 1960, você diz, vivemos uma reavaliação do corpo associado a uma sexualidade menos proibitiva, e as igrejas reagiram a isso.

Há muitas pessoas mais velhas que se sentem perturbadas por essa mudança, seja por uma falta de disciplina nas relações entre sexos ou pelo reconhecimento dos direitos dos homossexuais. Isso causa um choque neles. Também havia na maioria das religiões um vínculo muito forte em relação a essa moral sexual que foi questionada, mas as coisas mudaram muito e vão mudar mais.

O referendo na Irlanda sobre o casamento gay contou com a oposição da Igreja Católica. Por que tanta relutância?

Temos vivido séculos de cristandade, não no cristianismo: uma civilização, onde tudo, a moral, a arte, estava inspirada pelo cristianismo. A maioria das igrejas foi formada nessa concepção moral, coroada pelo fato de ser uma moral considerada absolutamente válida, a salvo das críticas. É compreensível que aqueles que dirigem essas igrejas resistam ao novo porque acreditam que tudo isso questiona a lógica do cristianismo.

Você disse que as coisas vão mudar?

É óbvio. Muitos dos jovens que votaram na Irlanda ainda se consideram católicos, mesmo que discordem da hierarquia, que fez o mesmo nos dois últimos séculos. Pio IX condenou os direitos humanos e a democracia. A hierarquia adotou uma postura de oposição e condenação, uma atitude que chegou até Bento XVI. É uma pena, mas temos de superar isso.

Você associa a ideia da morte à percepção de uma perda de sentido da vida.

Hoje as pessoas não têm claro o sentido da vida. Há séculos sabiam que cada um tinha que ganhar sua salvação – como se falava em Quebec – obedecendo a Igreja, sendo um bom cristão. E havia um imenso medo de ser condenado. O significado da vida era tão claro que ninguém se queixava da falta de sentido. Com as mudanças, alguns acreditam que a vida não tem sentido. As reações podem variar desde uma tentativa de encontrar sentido no absurdo, como Camus, até se afundar ou paralisar. Acho que existe algo no ser humano que age contra isso: um desejo de sentido. Pode-se dizer que a vida não tem sentido ou que o sentido é incerto, mas há constantemente no homem movimentos de significação que renascem na vida e isso indica que somos menos diferentes dos antigos do que pensamos, às vezes com um sentimento de superioridade.

Superioridade?

Acreditamos que somos superiores porque os antigos estavam ofuscados e aceitavam as histórias que eram contadas. Nós, não. Somos menos diferentes que isso apesar de existirem diferenças

Você cita Camus. É uma característica da sua obra usar tanto textos literários quanto filosóficos.

Para explorar os diferentes modos de significação da vida, a linguagem filosófica, que pretende ser muito clara, não é suficiente. Há um pensamento sutil, como dizia Pascal. Não existe apenas um pensamento matemático capaz de explorar as diferentes formas de significado. Para falar como um filósofo é preciso ler literatura, escutar música, porque há outras maneiras de expressar as coisas. O discurso do filósofo é um pouco manco, devo dizer, sem essa referência à literatura. Nela existe uma riqueza, uma densidade de pensamento completamente ausente em outros textos. Eu tento navegar entre um e outro porque acho que é necessário.

Também afirma que a linguagem atual perdeu força.

Estamos em uma situação nova. Vou usar uma analogia: se eu for à China, no começo vou ficar desorientado; tenho que aprender algo da língua, aprender conceitos que são estranhos para mim, antes de conseguir falar com as pessoas. O mesmo acontece quando nasce

REFLEXÕES XIV

uma nova era. Novos problemas aparecem e nem sempre temos as palavras adequadas para expressar uma opinião. Somos obrigados a encontrar a linguagem que vai nos permitir descrever a nova situação. Vivemos em uma era na qual tudo muda muito rapidamente. Precisamos de uma linguagem que dê conta dos novos significados. É um processo sem fim. ●

Charles Taylor: filósofo canadiano ou canadense de Montreal. Ele é conhecido pelos seus contributos em filosofia política, filosofia social e em história da filosofia.

A arte de palavrear

Isabella Meneses



Artifício bastante usado nos discursos políticos, a retórica é um dos instrumentos centrais na estratégia de argumentação. Dentro do pensamento filosófico, Aristóteles estabeleceu os conceitos fundamentais para convencer, persuadir e emocionar

Talvez isso possa parecer um tanto difícil, mas pense em um político que você, leitor, julga ser habilidoso. Ok, pense no que o torna hábil: é sua capacidade de descobrir de que determinada população precisa? Ou seria a capacidade de propor soluções pertinentes e, de fato, resolver esses problemas? Agora, pense em como esse político, essa figura pública, atinge os seus eleitores, como ele chega até essas pessoas.

Em que pesem as novas tendências do *marketing* político e os últimos avanços tecnológicos, esse político – velho ou moço, homem ou mulher, caucasiano ou afrodescendente – consegue alcançar o seu alvo com algo tão simples quanto elementar: os políticos usam as palavras.

Que os políticos gostam de falar (e realmente precisam falar) todos sabem; o que poucos têm noção é que, na maioria das vezes, as palavras que são ditas nos discursos políticos não são jogadas a esmo, mas, ao contrário, exaustivamente pensadas, estudadas e ensaiadas. A essa "arte-técnica" da oratória dá-se o nome de retórica. E, diferentemente do que se imagina, a retórica não é um recurso criado pelo *marketing* eleitoral.

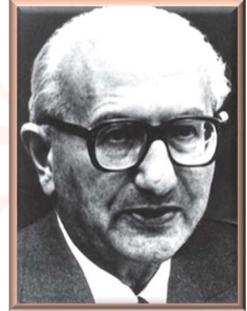
Aristóteles tem um livro que, infelizmente, não faz parte do catálogo editorial brasileiro, mas nem por isso deixa de ser fundamental. Em "*Retórica*", o filósofo grego analisa com precisão os elementos que constituem um discurso. A leitura do livro mostra que alguns conceitos tidos hoje como inovadores já eram analisados pelo pensador, como o fato de a retórica ser dividida em três tipos: a

REFLEXÕES XIV

política (ou deliberativa); a forense (ou legal); e o epidíctico (ou a oratória que censura ou louva um determinado elemento, aspecto, personagem).

No caso da retórica deliberativa, Aristóteles teoriza que a maneira mais importante e efetiva para obter sucesso em persuadir o eleitorado e dissertar sobre as coisas públicas é entender profundamente as formas de governo, assim como seus costumes, suas instituições e seus interesses. Isso porque, argumenta Aristóteles, *"os homens são convencidos por considerações de seus interesses; e seu interesse está baseado na manutenção da ordem estabelecida"*.

Charles Perelman



A discussão mais comum, hoje em dia, gira em torno da chamada retórica de Perelman, que tirou seus exemplos de discursos filosóficos e políticos, entre outros. Devido a isso ele assume o caráter de convencimento que a retórica proporciona aos discursos dos oradores. *"Eu diria que a retórica se configura por um conjunto de estratégias linguísticas que visam à persuasão por meio da comoção"*, opina a professora e doutoranda em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Suzana Leite Cortez.

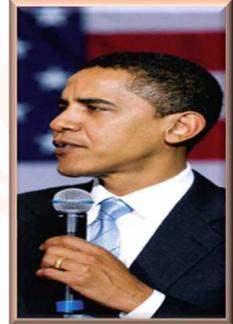
João Bôsko Cabral dos Santos, doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), explica melhor: *"o orador chama atenção construindo uma imagem que espelhe aquilo que seus ouvintes gostariam de ouvir. A gesticulação e a forma como se aproxima, toca e fala com as pessoas têm que estar em sintonia com a forma como as palavras são ditas e como esse orador direciona seu olhar"*. Para João Bôsko dos Santos, *"nos dizeres políticos é preciso falar o que o outro quer ouvir de si, como se fosse o outro dizendo para si mesmo"*.

No maior dos dicionários da língua portuguesa, o Houaiss, a palavra "retórica" recebe significado de: *"1. a arte da eloquência, a arte de bem argumentar; 2. emprego de procedimentos enfáticos e pomposos para persuadir ou por exibição; discurso bombástico,*

REFLEXÕES XIV

enfático, ornamentado e vazio; 3. discussão inútil; debate em torno de coisas vãs" - sendo os dois últimos indicados como de uso pejorativo.

Se todos esses significados, para o bem ou para o mal, fazem parte da política, fica fácil dizer que a *"retórica é intrínseca à arte da política"*. E essas são as palavras do professor e doutor em História Econômica, Fábio Duarte Joly, da **Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)**. Segundo Joly, *"sendo a política um exercício do convencimento com o intuito a se chegar a um consenso, a retórica joga nela um papel fundamental"*.



O eleito- Quanto a esse último item, como não pensar no presidente dos Estados Unidos, eleito no fim de 2008, Barack Obama? *"Yes, we can"* foi o mote que fez história, que realmente moveu multidões às urnas. *"Ele sensibilizou seus eleitores, utilizando o que denominamos uma retórica da redenção redimida: creiam-me, erramos, mas somos fortes, os melhores, sempre"*, sentencia Bôsko. Já para o cronista português, José Manuel dos Santos, ouvir Obama *"é voltar a ler a **Retórica** de Aristóteles. Ele convence porque argumenta (logos), porque emociona (pathos) e porque há um 'eu' que diz 'vós' e é reconhecido (ethos)"*.

A parceria entre Obama e seu jovem redator de discursos de 27 anos, Jon Favreau, certamente funcionou melhor do que o esperado. Favs, como é conhecido, tornou-se um especialista na escrita do próprio presidente e entre os discursos deste escondem-se inúmeras palavras redigidas ou editadas pelo chamado prodígio.

A propósito, muito se fala em torno das habilidades oratórias do presidente dos EUA, mas esquece-se de que o Brasil teve um presidente – considerado por alguns um demagogo – que também tem o dom da palavra. Nesse caso, ficam claras, portanto, as diferentes maneiras de se apoderar da retórica. Em seus discursos, o presidente Lula se preocupa em utilizar um recurso que, na opinião de Bôsko, é voltado para conquistar os que fazem questão de rejeitá-

REFLEXÕES XIV

lo, mas só consegue aumentar o apreço dos que o amam e *"fomenta, ainda mais, o recalque de uma sociedade de uma social democracia falida, calcada na força "disciplinarizante" de instituições reguladoras"*, brada o professor. À sua maneira, Cortez prefere indicar o uso de expressões populares, *"como uma forma de estar mais próximo do grande público"*.



Usar ou não usar? Eis a questão– Duas coisas podem acontecer àqueles que decidem realmente usar a arte de bem argumentar em seus dizeres. Podem receber grandes elogios sobre as *performances* utilizadas ou pelas belas e sábias palavras –, mas, nesse caso, o elogio seria mais bem aplicado se dirigido aos *ghost writers* por trás dos discursos –, ou críticas ferrenhas atacando-os, acusando-os de fazer logomaquias por meio de *happenings* bizarros e exagerados que transformam a política, por exemplo, em uma técnica para única e exclusivamente conquistar o poder. *"A retórica desprovida de qualquer estudo científico é comumente vista como discurso 'floreado'. Daí podemos falar em algo pejorativo"*, arrisca Cortez. Como foi dito anteriormente por Joly - que também é o organizador da obra *"História e Retórica: ensaios sobre historiografia antiga"* –, Bôsko concorda que a retórica sempre fez parte da política e afirma que *"a política sempre foi constituinte, constitutiva e constituída pela retórica"*.

"O ser humano sempre teve necessidade de fazer valer suas opiniões", completa Cortez, que coloca, além disso, que o uso da retórica tem bases culturais e se diferencia conforme mudam as habilidades de orador para orador e os entornos sociais. O que difere seu uso atual com o de tempos anteriores é que hoje ela funciona como um ponto de tensão *"da competição entre marqueteiros"*, indica Bôsko. *"Outrora a retórica era sempre apagada dos dizeres políticos porque soava como dizeres de uma égide proselitista, demagógica"*, ele compara. Atualmente, é como se os oradores fizessem parte de um *"campeonato de força ilocucionária"*.

A professora Suzana discorda dessa mudança. Para ela, são os

REFLEXÕES XIV

"sujeitos que fazem parte da política" que podem mudar as formas de discursar, e não o contrário.

Do fim ao princípio- De volta ao político imaginado no início deste texto, é preciso saber que ele está sujeito aos desvios que a sensação do poder pode proporcionar. Todavia, se ele é lembrado por suas habilidades oratórias, isso pode ser considerado algo bom. Retornando às palavras do cronista português, *"a reanimação de um verbo político inanimado é o início de um início. Porque a dignidade da política começa na dignidade da palavra que a diz"*.

Para Joly, mesmo que o senso comum ligue retórica à enganação, se as pessoas souberem avaliar os discursos políticos tendo em vista sua construção retórica, elas terão meios suficientes para analisar melhor um determinado político. Dessa forma, torna-se óbvio dizer que a retórica por si só não é boa ou má. Bons ou maus são aqueles que se utilizam dessa arte com, ou sem, suas próprias noções de integridade. ●

Isabella Meneses: jornalista e colaboradora de Conhecimento Prático FILOSOFIA

A consciência da morte

Julian Barnes



O desenvolvimento da personalidade, os relacionamentos que ajudam a nos definir, o emprego que dá status, os bens materiais, as férias no estrangeiro, a poupança, a acumulação de façanhas sexuais, as visitas à academia, o consumo de cultura. Tudo isto resulta em felicidade, não é? Este é o mito que escolhemos, e é quase tão ilusório quanto o que insistia em realização e êxtase quando a última trombeta soasse e os túmulos se abrissem, quando as almas curadas e perfeitas se juntassem à comunidade de santos e anjos

A arte é só um começo, só uma metáfora. Philip Larkin, visitando uma igreja vazia, imagina o que irá acontecer quando "as igrejas caírem totalmente em desuso". Devemos "manter algumas catedrais constantemente em exposição" (esse "constantemente" sempre provoca um fogo de inveja neste escritor), ou "Devemos evitá-las como lugares azarados"? Larkin conclui que nós ainda – sempre – seremos atraídos por estes locais abandonados, porque "alguém irá sempre surpreender / Um desejo dentro de si de ser mais autêntico".

É isto o que está por trás da sensação de falta? Deus está morto, e sem Ele os seres humanos podem, finalmente, deixar de ficar de joelhos e assumir toda a sua altura; entretanto, essa altura se mostra quase a de um anão. Emile Littré, lexicógrafo, ateu, materialista (e tradutor de Hipócrates), concluiu que "O Homem é um composto altamente instável, e a Terra um planeta decididamente inferior". A religião costumava oferecer consolo para as dificuldades da vida, e recompensa, no fim, para os fiéis. Mas, acima e além destes agrados, ela dava à vida humana uma noção de contexto, e, portanto, de seriedade. Ela fazia as pessoas se comportarem melhor? Às vezes sim; às vezes não; fiéis e infiéis têm sido igualmente criativos e maus em sua criminalidade. Mas ela era verdadeira? Não. Então, por que sentir falta dela?

REFLEXÕES XIV

Porque ela era uma ficção sublime, e é normal a pessoa ficar triste ao fechar um grande romance. Na Idade Média, costumavam mandar animais a julgamento – gafanhotos que destruíam plantações, carunchos que destruíam as vigas das igrejas, porcos que jantavam bêbados caídos na sarjeta. Às vezes, o animal era levado ao tribunal, às vezes (como acontecia com insetos) era julgado, necessariamente. Havia um julgamento completo, com promotoria, defesa e um juiz de toga, que podia ordenar uma variedade de punições – liberdade condicional, banimento, inclusive excomunhão. Às vezes até mesmo execução judicial: um porco podia ser enforcado por um funcionário do tribunal de luvas e capuz.

Tudo isso parece – agora, para nós – incrivelmente estúpido, uma expressão da incompreensível mente medieval. Entretanto, era perfeitamente racional e perfeitamente civilizado. O mundo foi feito por Deus, e, portanto, tudo o que acontecia nele ou era uma expressão do desígnio divino ou uma consequência do livre-arbítrio que Deus concedeu à Sua criação. Em alguns casos, Deus podia utilizar o reino animal para castigar Sua criação humana: por exemplo, mandando uma praga de gafanhotos, que o tribunal tinha, portanto, a obrigação legal de declarar inocentes. Mas e se um bêbado caía numa vala, tinha a metade do rosto comido por um porco e o ato não podia ser interpretado como ordenado por Deus? Era preciso encontrar outra explicação. Talvez o porco estivesse possuído pelo demônio, que o tribunal poderia expulsar. Ou talvez o porco, embora não tivesse livre-arbítrio, pudesse ser, mesmo assim, considerado responsável pelo que tinha acontecido.

Para nós, isto pode parecer mais uma prova da engenhosa bestialidade humana. Entretanto, há outra maneira de interpretar: como uma elevação do *status* dos animais. Eles eram parte da criação de Deus e dos desígnios de Deus, não simplesmente colocados na terra para prazer e uso do Homem. As autoridades medievais levavam os animais a julgamento e avaliavam seriamente seus atos criminosos; nós colocamos animais em campos de concentração, os enchemos de hormônios, e os retalhamos de forma que eles nos façam lembrar o mínimo possível de algo que um dia grassou ou baliu, ou mugiu. Qual dos mundos é o mais sério? Qual

REFLEXÕES XIV

o mais avançado moralmente?

Adesivos de automóvel e ímãs de geladeira nos fazem lembrar que a 'vida não é um ensaio'. Encorajamos as pessoas a caminhar na direção do paraíso moderno da autorrealização: o desenvolvimento da personalidade, os relacionamentos que ajudam a nos definir, o emprego que dá *status*, os bens materiais, a posse de propriedades, as férias no estrangeiro, a poupança, a acumulação de façanhas sexuais, as visitas à academia, o consumo de cultura. Tudo isto resulta em felicidade, não é? Não é? Este é o mito que escolhemos, e quase tão ilusório quanto o mito que insistia em realização e êxtase quando a última trombeta soasse e os túmulos se abrissem, quando as almas curadas e perfeitas se juntassem à comunidade de santos e anjos.

Mas se a vida é vista como um ensaio, ou uma preparação ou uma antessala, ou seja lá qual for a metáfora que escolhermos, mas, de todo modo, como uma coisa contingente, uma coisa que depende de uma realidade maior que está em outro lugar, então ela se torna ao mesmo tempo menos valiosa e mais séria. Aquelas partes do mundo onde a religião desapareceu, e onde existe um entendimento geral de que este curto espaço de tempo é tudo o que temos, não são, de modo geral, lugares mais sérios do que aqueles onde cabeças ainda se inclinam ao soar o sino da catedral ou ao muezim no minarete. De forma geral, elas se rendem a um materialismo frenético; embora o engenhoso animal humano seja capaz de construir civilizações em que a religião coexiste com o materialismo frenético (em que a primeira pode até ser uma consequência do segundo): vejam a América.

E daí, você poderia responder. Tudo o que importa é a verdade. Você preferiria curvar-se diante de uma besteira e perverter a sua vida ao capricho do clero, tudo em nome de uma suposta seriedade? Ou preferiria erguer-se em toda a sua estatura anã e realizar todos os seus desejos triviais em nome da verdade e da liberdade? Ou esta é uma oposição falsa?

Meu amigo J. se lembra da obra que ouvimos naquele concerto alguns meses atrás: uma Missa de Haydn. Quando faço menção à conversa que tivemos depois, ele sorri como um gnomo. Então é a

REFLEXÕES XIV

minha vez de perguntar: *"Quantas vezes você pensou no nosso Senhor Ressuscitado durante aquela peça?"* "Penso nele constantemente", J. responde. Como não posso saber se ele está sendo totalmente sério ou totalmente superficial, faço uma pergunta que não me lembro de ter feito a nenhum amigo adulto antes. *"Você é – até que ponto você é – religioso?"* É melhor esclarecer isto depois de conhecê-lo há trinta anos. Uma risada abafada: *"Sou irreligioso."* Aí ele corrige a si mesmo: *"Não, sou muito irreligioso."*

Montaigne observou que *"a base principal da religião é o desprezo pela vida"*. Ter este mundo alugado em baixa conta era uma coisa lógica, na realidade essencial, para um cristão: um apego excessivo à terra – quanto mais um desejo por alguma forma de imortalidade terrestre – teria sido uma impertinência com Deus. O mais próximo equivalente inglês de Montaigne, Sir Thomas Browne, escreveu: *"Um pagão poderia ter motivos para amar a vida, mas, se um cristão se espantasse (quer dizer, se apavorasse) com a morte, não sei como ele poderia escapar deste dilema – que ele é sensível demais em relação a esta vida, ou que não tem esperança na próxima."* Portanto, Browne admira qualquer pessoa que despreze a morte: *"Não posso ter em alta conta ninguém que tenha medo dela: isto me faz amar naturalmente um soldado, e honrar aqueles regimentos esfarrapados que estão prontos a morrer a uma ordem do sargento."*

Browne também escreve que *"é um sintoma de melancolia ter medo da morte, mas, às vezes, desejá-la"*. Larkin de novo, um melancólico definindo perfeitamente o medo da morte: *"Não estar aqui,/ Não estar em lugar nenhum,/ E logo; nada mais terrível, nada mais verdadeiro."* E em outro momento, como confirmando o que disse Browne: *"Por trás de tudo isso, está o desejo do esquecimento."* Esta frase me espantou quando a li pela primeira vez. Sou, sem dúvida, uma pessoa melancólica, e às vezes acho a vida uma forma valorizada demais de passar o tempo; mas nunca desejei não ser mais eu mesmo, nunca desejei o esquecimento. Não estou convencido da inutilidade da vida a ponto de não ter meu interesse despertado por um novo romance ou um novo amigo (por um velho romance ou um velho amigo), ou um jogo de futebol na televisão (ou mesmo a repetição de um velho jogo). Sou o cristão

REFLEXÕES XIV

insatisfatório de Browne – *"sensível demais em relação a esta vida, ou que não tem esperança na próxima"* -, só que não sou cristão.

Talvez a divisão importante não seja entre religiosos e irreligiosos, mas entre aqueles que temem a morte e aqueles que não temem. Caímos, portanto, em quatro categorias, e fica bem claro quais são as duas que se consideram superiores: os que não temem a morte porque têm fé, e aqueles que não temem a morte apesar de não terem fé. Estes grupos estão no plano mais alto da moral. Em terceiro lugar, vêm aqueles que, apesar de terem fé, não conseguem se livrar do medo antigo, visceral, racional. E finalmente, fora do quadro de medalhas, abaixo da média, mergulhados na lama, vêm aqueles que temem a morte e não têm fé.

Tenho certeza de que meu pai temia a morte, e tenho quase certeza de que minha mãe não temia: ela temia mais a incapacidade e a dependência. E se meu pai era um agnóstico que temia a morte e minha mãe uma atea destemida, esta diferença foi replicada em seus dois filhos. Meu irmão e eu temos mais de 60 anos, e acabei de perguntar a ele o que pensa da morte. Quando ele respondeu *"Estou satisfeito com as coisas como elas são"*, ele quis dizer que está satisfeito com a própria extinção? E sua imersão na filosofia o reconciliou com a brevidade da vida e com o fim inevitável da dele, digamos, dentro dos próximos trinta anos?

"Trinta anos é muita generosidade", ele responde (bem, eu tinha exagerado tanto para o meu consolo quanto para o dele). *"Espero estar morto nos próximos quinze. Estou reconciliado com este fato? Estou reconciliado com o fato de que a esplêndida bétula que vejo da minha janela irá apodrecer e morrer nos próximos cinquenta anos? Não sei se reconciliação é o mot juste: sei que isto vai acontecer e que não há nada que eu possa fazer a respeito. Não estou exatamente satisfeito com isto, mas também não estou preocupado – e não imagino nada que pudesse ser mais bem-vindo (com certeza, não uma eterna semivida na companhia de santos – o que poderia ser menos atraente?)."*

Com que rapidez ele e eu – filhos da mesma carne, produtos da mesma escola e universidade – nos separamos. E embora o modo como o meu irmão discute a mortalidade seja (em ambos os

REFLEXÕES XIV

sentidos) filosófico, embora ele mantenha distância da sua dissolução final fazendo uma comparação com uma bétula, não acho que seja a sua ligação com a filosofia que tenha feito diferença. Desconfio que ele e eu tenhamos estas posições a respeito destas questões porque fomos assim desde o início. Não parece que seja assim, é claro. Você vem ao mundo, olha em volta, faz certas deduções, se livra de toda aquela velha baboseira, aprende, pensa, observa, tira conclusões. Você acredita nas suas capacidades e na sua autonomia; você se torna sua própria realização. Então, ao longo dos anos, meu medo da morte se tornou uma parte essencial de mim mesmo, e eu o atribuiria ao exercício da imaginação; enquanto o distanciamento do meu irmão diante da morte é uma parte essencial dele, que ele provavelmente atribui ao exercício do pensamento lógico. Entretanto, talvez eu só seja assim por causa do nosso pai, e ele seja assim por causa da nossa mãe. Obrigado pelo gene, papai.

*"Não imagino nada que pudesse ser mais bem-vindo (do que a extinção)", diz meu irmão. Bem, posso imaginar um monte de coisas que seriam mais bem-vindas do que a completa extinção dentro dos próximos quinze anos (cálculo dele) ou trinta (meu presente fraternal). Que tal viver mais do que aquela bétula, para começar? Que tal ter a opção de morrer quando quiser, quando já estiver satisfeito: continuar vivendo por 200, 300 anos, e então ser capaz de dizer, eutanasicamente: "Ah, anda logo com isso", na hora que você escolher? Por que não imaginar uma quase vida eterna passada em conversas com os grandes filósofos ou os grandes romancistas? Ou alguma versão de reencarnação – uma mistura de budismo com o filme **Feitiço do Tempo** (Groundhog Day) – na qual você vive a sua vida de novo, consciente do modo como a viveu da primeira vez, mas podendo modificá-la a partir deste ensaio? O direito de tentar de novo e agir de modo diferente.*

Da próxima vez, talvez eu resista à declaração do meu irmão de primogenitura filatélica e coleciono algo diferente do Resto do Mundo. Eu poderia tornar-me judeu (ou tentar, ou blefar). Eu poderia sair de casa mais cedo, morar no estrangeiro, ter filhos, não escrever livros, plantar bétulas, entrar para uma comunidade utópica, dormir com todas as pessoas erradas (ou, pelo menos, com

REFLEXÕES XIV

peças erradas diferentes), tornar-me viciado em drogas, encontrar Deus, não fazer nada. Eu poderia descobrir formas inteiramente novas de me decepcionar.

Minha mãe me contou que vovô um dia disse a ela que a pior emoção da vida era o remorso. A que ele poderia estar se referindo?, perguntei-lhe. Ela disse que não fazia ideia, uma vez que seu pai tinha sido um homem da maior probidade. E, portanto, esta observação – atípica do meu avô – paira no tempo sem resposta. Sinto muito pouco remorso, embora ele possa estar a caminho, e, enquanto isso, contento-me com seus amigos mais chegados: arrependimento, culpa, fracasso. Mas sinto uma curiosidade crescente pelas vidas não vividas, agora impossíveis de viver, e talvez o remorso esteja atualmente escondido em suas sombras.

Arthur Koestler, antes de cometer suicídio, deixou um bilhete no qual expressava *"uma tímida esperança numa outra vida despersonalizada"*. Um desejo como este não causa espanto – Koestler tinha devotado muitos dos seus últimos anos à parapsicologia –, mas não me atrai nem um pouco. Assim como não parece haver muito sentido numa religião que é meramente um evento social semanal (separado, é claro, dos prazeres normais de um evento social semanal), em oposição a uma que diz exatamente como você deve viver, que colore e mancha tudo, que é séria, eu iria querer que a minha outra vida, se houver alguma disponível, fosse melhor – de preferência muito melhor – do que sua antecessora terrestre. Consigo imaginar alguém pisando sem querer uma mistura molecular gosmenta, mas não consigo ver a vantagem que isto possa ter sobre a completa extinção. Por que ter esperança, mesmo uma esperança tímida, de uma situação como essa? Ah, meu caro, mas não se trata do que você prefere, trata-se do que é verdadeiro.

A discussão-chave a respeito deste assunto aconteceu entre Isaac Bashevis Singer e Edmund Wilson. Singer disse a Wilson que acreditava em algum tipo de sobrevivência após a morte. Wilson disse que, de sua parte, ele não queria sobreviver, não, obrigado. Singer respondeu: *"Se a sobrevivência foi combinada, você não terá escolha."*

REFLEXÕES XIV

A fúria do ateu ressuscitado: valeria a pena ver isso. E já que estamos falando no assunto, acho que a companhia dos santos poderia ser muito interessante. Muitos deles viveram vidas excitantes – fugindo de assassinos, enfrentando tiranos, pregando nas esquinas medievais, sendo torturados – e até os mais calmos poderiam contar histórias sobre criação de abelhas, cultivo de lavanda, ornitologia umbriana, e assim por diante. Dom Perignon era um monge, afinal. Você poderia estar esperando por um convívio social mais variado, mas, se "foi combinado", então os santos o fariam seguir adiante por mais tempo do que você esperava.

Meu irmão não teme a extinção. *"Digo isto com segurança, e não apenas porque seria irracional ter este medo"* (desculpe – interrupção – irracional? irracional? É a coisa mais racional do mundo – como a razão pode não detestar e temer racionalmente o fim da razão?). *"Três vezes na minha vida eu me convenci de que estava prestes a morrer (da última vez, acordei numa sala de reanimação); em cada uma dessas ocasiões, tive uma reação emocional (uma vez, uma raiva terrível de mim mesmo por ter colocado a mim mesmo numa tal situação, uma vez vergonha misturada com irritação ao pensar que estava deixando meus negócios completamente bagunçados), mas nunca uma reação de medo."* Ele chegou mesmo a ensaiar uma declaração no leito de morte. *"A última vez que eu quase morri, minhas últimas palavras foram: 'Certifique-se de que Ben fique com o meu exemplar do Aristóteles de Bekker.'"* Ele acrescenta que a mulher dele achou isto "insuficientemente afetuoso".

Ele admite que hoje em dia pensa na morte mais do que costumava, *"em parte porque seus velhos amigos e colegas estão morrendo"*. Ele a leva em consideração calmamente uma vez por semana; enquanto eu venho me dedicando a ela há anos, me esforçando e descabelando, sem adquirir maturidade nem filosofia. Eu poderia tentar apresentar alguns argumentos a favor da consciência da morte, mas não sei se eles seriam convincentes. Não posso dizer que confrontar a morte (não, isso soa ativo demais, pretensamente heroico demais – a voz passiva é melhor: não posso dizer que ser confrontado pela morte) me deixou mais acomodado em relação a

REFLEXÕES XIV

ela, nem mais sábio ou mais sério ou mais... nada, na verdade. Eu podia tentar argumentar que não podemos saborear realmente a vida sem a consciência da sua extinção: é a gota de limão, a pitada de sal que intensifica o sabor. Mas acho mesmo que meus amigos que negam a morte (religiosos) apreciam aquele buquê de flores/obra de arte/taça de vinho menos do que eu? Não.

Por outro lado, esta não é apenas uma questão visceral. Suas manifestações – desde uma picada na pele até o mais absoluto terror, desde o barulho do despertador no quarto desconhecido de hotel até buzinas tocando por toda a cidade – podem ser. Mas repito e insisto que sofro de um medo racional (sim, racional). A Dança da Morte mais antiga que se conhece, pintada num muro do Cimetière des Innocents em Paris, em 1425, tinha um texto que começava "*O créature roysonnable/ Qui desires vie éternelle*" (Ó criatura racional/ Que deseja a vida eterna). Medo racional: meu amigo, o romancista Brian Moore, gostava de citar a velha definição de Jesus do homem como sendo "*un être sans raisonnable raison d'être*". Um ser sem razão racional para ser.

A consciência da morte está ligada ao fato de eu ser um escritor? Talvez. Mas se estiver, não quero saber, nem investigar. Eu me lembro do caso de um comediante que, depois de anos de psicoterapia, finalmente entendeu os motivos pelos quais ele precisava ser engraçado; e tendo descoberto, ele parou. Então eu não iria querer arriscar. Embora eu possa imaginar uma dessas escolhas do tipo "o que você prefere". "*Sr. Barnes, examinamos o seu estado e concluímos que seu medo da morte está intimamente ligado aos seus hábitos literários, que são, como ocorre com muitos outros na sua profissão, meramente uma resposta trivial à mortalidade. O senhor inventa histórias para que o seu nome, e uma porcentagem indefinível da sua individualidade, continue a existir depois da sua morte física, e a antecipação disto lhe traz um certo consolo. E, embora o senhor tenha compreendido racionalmente que pode vir a ser esquecido antes de morrer, ou logo depois de morrer, e que todos os escritores um dia serão esquecidos, assim como toda a raça humana, mesmo assim o senhor acha que vale a pena fazer isso. Se escrever é para o senhor uma resposta visceral ao racional, ou uma resposta racional ao*

REFLEXÕES XIV

visceral, nós não sabemos. Mas aqui está uma coisa para o senhor refletir. Concebemos uma nova operação no cérebro que acaba com o medo da morte. É um procedimento simples, que não exige anestesia geral – na verdade, o senhor pode assistir pela tela. Basta olhar para este local de um tom brilhante de laranja e ver a cor ir desbotando aos poucos. É claro que o senhor vai verificar que a operação tirará também o seu desejo de escrever, mas muitos dos seus colegas optaram por este tratamento e o acharam extremamente benéfico. Nem a sociedade reclamou do fato de haver menos escritores."

Eu teria de pensar a respeito, é claro. Poderia perguntar a mim mesmo se a lista dos já escritos iria se arranjar sozinha, e se aquela ideia nova é realmente tão boa quanto imagino. Mas espero que eu fosse recusar – ou pelo menos negociar, obrigá-los a me fornecer mais vantagens. *"Que tal eliminar não o medo da morte, mas a própria morte? Isso seria muito tentador. Você acaba com a morte, e eu desisto de escrever. Que tal este trato?"* ●

Julian Barnes: escritor inglês. O ensaio está em *Não Há o que Temer*, um lançamento da editora Rocco.
Publicado na *Revista Piauí* nº 35 de agosto de 2009

Em que mundo você vive?

Luís Mauro Martino



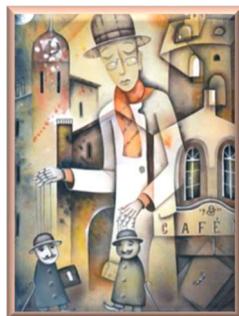
Fala-se em "realidade" como algo único e compartilhado por todos, mas uma das principais questões da Filosofia é se existe uma realidade objetiva ou se ela é modificada pelos sentidos. A visão de realidade universal pode levar a problemas éticos na relação com o outro

Outro dia, em uma padaria perto de casa, havia fila no balcão de frios. Pedi 300 gramas de alguma coisa. O balconista fatiou um pouco mais, 315 gramas. "Pode ser?", perguntou. Concordei e, enquanto ele fazia o embrulho,

um senhor de raros cabelos brancos logo atrás na fila disse, em tom de segredo: *"Ele sempre faz isso, coloca a mais"*. *"Foram só 15 gramas"*, respondi. *"É, mas 15 aqui, 15 ali, rouba de todo mundo. É o dono que manda, por isso está rico!"*. *"Não deve ser de propósito"*. Ele respondeu, espantado: *"Você não quer ver as coisas como elas são"*. E emendou: *"Em que mundo você vive?"*.



Ele talvez não saiba, mas sua pergunta vai muito além das cogitações monetárias daquele momento. A pergunta "em que mundo você vive?" é feita quando alguém não tem a mínima noção de um assunto que todos conhecem. O tom geralmente é de reprimenda: não saber o que todo mundo sabe significa, na melhor das hipóteses, distração; na pior, desinteresse. Nos dois casos, o objetivo é fazer a pessoa ter consciência de certa realidade.



Estamos acostumados, no cotidiano, a falar da "realidade" como se estivéssemos de acordo a respeito do que é isso

REFLEXÕES XIV

e como se ela fosse uma só. No entanto, há vários elementos que a formam, várias linhas compondo o tecido da realidade – e não deixa de ser uma coincidência produtiva que "tecido" tenha a mesma raiz de "texto". Cada indivíduo, nesse emaranhado, transita entre várias dessas linhas.

A noção é de que existe uma realidade comum a todas as pessoas. Essa realidade pode ser percebida igualmente por todos e independe de cada uma. Se alguém, por acaso, não sabe identificar essa realidade, se não sabe o que está acontecendo nela, é porque vive em outra dimensão, em outro mundo.

Isso leva a outro pressuposto, uma aparente contradição: é possível para alguém viver em seu próprio mundo, distante do que seria o mundo normal. A "realidade" para essa pessoa diverge, em graus variados, das outras – afinal, se é preciso chamar a atenção da pessoa para os fatos desta dimensão da realidade, é porque ela está em outra.



A ficção é pródiga em lidar com a noção de "realidades múltiplas", mas geralmente partindo do pressuposto de que existem várias ordens ou dimensões de uma realidade concreta. A noção, largamente explorada, de "universos paralelos" ou mesmo de viagens, trabalha com a possibilidade, vislumbrada em algumas hipóteses e especulações científicas, de que nosso universo não é o único e a "realidade" é fragmentada. Mas não é preciso esperar pela ficção para se pensar no assunto.

O filósofo norte-americano William James, em um texto chamado *As múltiplas realidades*, escrito no final do século XIX e publicado em *Princípios de Psicologia*, chamou a atenção para esses fenômenos: vivemos em múltiplas realidades, mas quase não nos damos conta disso e, na maior parte dos casos, essa pluralidade é comprimida como se fosse uma entidade singular: a realidade.

Com isso, James voltava a uma das principais questões da Filosofia: existe uma realidade objetiva, isto é, independente do sujeito que a observa, ou toda realidade está ligada à pessoa que a observa – no

REFLEXÕES XIV

caso, eu? Existe realidade além da primeira pessoa? Posso ter acesso à realidade tal como ela é ou estou condenado a sempre ter a "verdadeira" realidade modificada pelos sentidos?

Ao se falar em "realidade", estamos falando de um mundo comum onde todos vivemos ou de meu mundo particular, percebido apenas por mim? É em relação a isso que se apoia uma das principais dicotomias da Filosofia, o objetivismo e o subjetivismo do conhecimento. Esse problema não escapou à maior parte dos filósofos, que ofereceram várias respostas para o problema.

Kant, na **Crítica da Razão Pura**, tenta resolver o problema abrindo uma perspectiva relacional para o problema: a experiência chega pelos sentidos, mas é elaborada como conhecimento pelas categorias *a priori* da razão. O elemento subjetivo, aqui, está presente como o organizador dos dados da realidade – se é possível correr o risco de uma imagem, mais ou menos como um copo que, de certo modo, dá a forma ao líquido que está dentro dele. O líquido veio de um ambiente externo ao copo, mas, ao ser colocado lá dentro, toma a forma cilíndrica do recipiente.

Com isso, Kant ofereceu uma solução a respeito da relação entre mente e sentidos na compreensão do mundo. A realidade existe como fato objetivo, mas só pode ser percebida de forma subjetiva pela razão – conhecemos os fenômenos, isto é, a manifestação das coisas; os noumenos, ou seja, as coisas em si, permanecem fechadas aos nossos sentidos.

Em primeira pessoa- Outra resposta veio no início do século XX. É uma das principais contribuições de Edmund Husserl à discussão sobre a realidade, o conceito de *Lebenswelt*, traduzido como "mundo vivido", embora também como "mundo da vida". Trata-se, em linhas bastante gerais, do mundo cotidiano, do que seria chamado de "vida real" em sua expressão mais simples, como a experiência prática que se tem do cotidiano, da vida com todos os outros. Essa investigação da experiência como ponto de partida seguiu, na trilha de Husserl, filósofos como Heidegger e Alfred Schutz.

Tudo o que não pode ser captado diretamente pelos sentidos deve chegar de outro lugar. São narrativas que, de alguma maneira,

REFLEXÕES XIV

compõem boa parte do nosso conhecimento a respeito do mundo. Na vida cotidiana, boa parte dessas narrativas é simplesmente aceita sem muita preocupação. Afinal, sua relevância no cotidiano é pequena – ninguém precisa saber qual é a capital da Polônia durante uma ida à padaria. No entanto, para além de qualquer elemento anedótico, isso pode ser visto como um indício de que nossa concepção da realidade, em sua dimensão mais profunda, talvez seja precária: uma parte do que entendemos como "real" se liga a conhecimentos além de qualquer comprovação para nós.

Ninguém pode compartilhar a experiência do outro – posso contar com todos os detalhes como foi meu dia, mas a pessoa que me ouve no máximo poderá ter uma ideia aproximada de como tudo aconteceu. Isso, no entanto, não significa que ela ficará completamente ignorante de como foram minhas últimas 24 horas. Se, por um lado, ela nunca terá acesso à minha experiência, isso não significa dizer que ficará completamente alheia ao que eu vivi. Afinal, compartilhando a mesma realidade, é provável que ela já tenha tido experiências parecidas a partir das quais pode ter alguma noção, mais ou menos clara conforme o caso, da situação que vivi. De um lado, só posso ter acesso direto a uma pequena parte da realidade que chega até mim pelos meus sentidos. A princípio, esse mundo da experiência seria o nível mais próximo da realidade que posso conhecer diretamente – você está lendo este texto. Por outro lado, meu mundo não se encerra nessas experiências diretas dos sentidos: também é formado pela memória, registro ativo e dinâmico de experiências passadas, do que foi; pela imaginação, espaço do devaneio, do sonho, do que pode ser; e, finalmente, pelos relatos que nos chegam. Com os outros componentes, formam uma estrutura dinâmica e complexa à qual, por falta de nome melhor, chamamos de "realidade". Ou, em um plural mais acertado, "realidades".

Searle lembra que podemos ver a "realidade" como uma série de impulsos elétricos que caminha de nossos sentidos até o cérebro por uma complexa rede neuronal

O Real é relacional- A realidade, nessa perspectiva, é vista como o resultado de uma interação entre sujeitos e objetos, em um fluxo constante entre os dados imediatos da experiência e sua

REFLEXÕES XIV

transformação em conhecimento. Como lembra o filósofo Ernildo Stein em sua **Antropologia Filosófica**, trata-se de um movimento na transformação do sensível no inteligível, daquilo que está nos sentidos, os dados imediatos que chegam a partir dos cinco sentidos, em algo em nossa mente. Essa relação leva a uma primeira pergunta: quais são, portanto, os dados que chegam a esses sentidos? A resposta a essa pergunta indica quais são os elementos que, de alguma maneira, terão alguma influência na formação da mente humana e, por consequência, àquilo que ela reconhece como realidade.

O mundo vivido, nessa perspectiva, está na minha consciência e é interpretado por ela, constituindo-se meu mundo. O objetivo e o subjetivo estão em relação, sem se reduzirem um ao outro. Minhas disposições subjetivas alteram a percepção da realidade, mas não a eliminam. Os afetos, por exemplo, podem interferir no julgamento de um fato – basta pensar como tudo fica mais bonito depois de receber uma boa notícia ou quando se está vivendo um momento feliz na vida afetiva, e como mesmo um belo dia de verão pode parecer insuportavelmente opressor para quem acabou de terminar um namoro.

Essa posição presume uma consciência relacional: a consciência humana não está fechada em si mesma, agregando a ela os dados do exterior; da mesma maneira, os dados que chegam pelos sentidos não estão exclusivamente nas coisas, de modo independente do ser que conhece; o conhecimento acontece na relação entre a consciência e o mundo além dela, em um fluxo no qual não há um momento primeiro, mas uma interação.

Cérebros em uma cuba- Uma das mais perturbadoras hipóteses a respeito da realidade é apresentada pelo filósofo norte-americano John Searle em **Mente, linguagem e sociedade**, e guarda semelhanças com o filme **Matrix**. Em essência, o que chamamos de "realidade" é uma série de impulsos elétricos que caminha de nossos sentidos até o cérebro por uma complexa rede neuronal e forma o "real" – sensações, imagens, movimentos, sabores, o cheiro de uma planta, o toque de uma mão. Todas as experiências da vida, das mais sublimes às mais perversas, são pequenas descargas elétricas. Se o panorama é desolador, a proposta seguinte não melhora as

REFLEXÕES XIV

coisas: se o mundo real é um conjunto de impulsos elétricos decodificados, quem garante que não somos cérebros flutuando em uma cuba de cerâmica, estimulados por eletrodos diretamente? As pessoas, as ruas, as sensações, tudo se formaria à minha passagem, conforme as percebo na forma de sons, imagens, cheiros e tudo o mais.

A realidade e eu passamos a ser uma coisa só e nada mais existe. Fim de jogo. A proposição parece contradizer o bom-senso mais elementar, mas traz em si o problema das relações entre percepção e realidade – próximas, até, da proposta de "realidade" do empirismo inglês do século XVIII.

O filósofo britânico George Berkley, no **Tratado sobre a visão**, substitui o cartesiano "penso, logo existo" por "ser é ser percebido". O que não pode ser sentido não tem existência para mim. Isso quer dizer que a realidade se dissolve quando viro de costas para ela? Para Berkley, aliás, bispo Berkley, a realidade, mesmo fora do meu campo de percepção, continua sendo percebida por Deus.

O passo decisivo é dado por David Hume, filósofo escocês, ao eliminar Deus da argumentação. Sem essa garantia, a certeza na existência do real é deixada de lado. As sensações, as noções de causa e efeito e os conhecimentos são reduzidos aos sentidos, sem nenhuma possibilidade de provar a existência objetiva do mundo. Realidade é só uma coisa que colocaram na sua cabeça.

Mundos diferentes, éticas diferentes- Há uma dimensão ética imediata que é problema da realidade. A pergunta "em que mundo você vive?" não está relacionada apenas ao conhecimento. A maneira como vemos o mundo está ligada diretamente ao modo como vamos agir nele e ao nosso comportamento em relação aos outros. A visão que tenho do mundo influencia a maneira como vou situar nele as outras pessoas; como vou interpretar suas ações em relação a mim e aos outros. A equivalência entre "realidade" e "visão da realidade" costuma ter consequências práticas, isto é, interfere diretamente na relação com o outro.

Deixando de lado a dimensão médica ou psicanalítica do problema, que implicaria o recurso a tratamentos, é possível verificar como isso acontece no cotidiano. Minha visão de mundo é uma espécie de

REFLEXÕES XIV

linha invisível que, de certo modo, costura as experiências vividas em torno de alguns princípios, valores e ideias que tendo a considerar "corretos" – embora, na maior parte dos casos, as pessoas nem sequer se deem ao trabalho de questionar essa visão, exceto em situações de crise.

Em geral, pauta-se a Ética a partir de noções que se têm da realidade. Uma visão dessa realidade composta por conhecimentos e classificações de um determinado tipo pode levar a valores éticos igualmente específicos. As mudanças nesses valores, no sentido oposto, costumam estar ligadas a mudanças nessa visão de mundo. (Isso é o que torna a Filosofia uma prática: ela pode não mudar diretamente o mundo, mas muda a visão que temos dele e, por tabela, nossa maneira de agir).

Uma visão da realidade que encaixa um grupo como inferior abre brecha para que esse grupo seja maltratado – em último caso, eliminado. É possível delinear uma explicação para isso. As "visões de mundo" geralmente não são pensadas como tais, mas como a "realidade" em si. A essa primeira equivalência segue-se outra: equivaler "realidade" e "normalidade". Desse modo, naturalizam-se valores arbitrários que passam a ser considerados "normais" dentro de uma visão de mundo que não se reconhece como tal.

Uma das dificuldades em questionar o que é a realidade está na aparente obviedade da resposta. Todo mundo sabe o que é o mundo real. Afinal, vive-se nele. Todo mundo pega ônibus, metrô, vai à padaria, ao supermercado, tem alegrias e problemas no trabalho, na família. A vida real se desenrola diante de cada um com tal normalidade que qualquer questionamento pode ser visto como inútil ou absurdo. À distância, é fácil explicar o que é a "realidade" e associá-la com o "normal". A realidade seria o mundo comum, normal, onde todos vivem. Ponto final.

O problema é que, quando aproximamos a lente da existência individual, essas fronteiras tornam-se menos nítidas. O "todo mundo", fartamente utilizado no parágrafo anterior, dá lugar ao indivíduo e à complexidade das ações individuais. Se for possível jogar com as palavras, sabe-se perfeitamente o que é normal ou anormal até o problema ser pensado em termos particulares.

REFLEXÕES XIV

Por exemplo, é considerado normal que uma pessoa colecionasse miniaturas de carros esportivos. Mas seria normal, digamos, colecionar tomadas antigas ou caixas de chá? O número de colecionadores de chá é consideravelmente menor que o de miniaturas de carros, mas essa diferença quantitativa implica decidir, qualitativamente, que uma prática é normal e a outra não?

A maneira como alguém age no cotidiano está ligada à percepção da realidade que a pessoa tem. A partir do retrato que fazemos de uma determinada situação, definimos como agir, o que fazer, quais serão nossas ações. Existe uma relação aparentemente direta entre o conhecimento que temos da realidade e nossas ações dentro dessa realidade.

Quando se pensa em termos de interação, a pergunta não é se a realidade existe ou não, se vivemos em um mundo real ou em um reflexo do mundo das ideias; se há um mundo objetivo ou não. A questão, nesse caso, não é "o que é o mundo real?", mas, partindo do princípio de que esse mundo existe nas relações de intersubjetividade, seria o caso de fazer uma modificação para se perguntar "qual é o mundo real que eu conheço?". Esse tipo de questionamento aproxima-se mais da perspectiva deste texto, partindo do pressuposto de que essa realidade, construída nas representações a partir da interação entre os seres humanos, pode também ser alterada, modificada e reconstruída na medida em que essas representações também podem ser modificadas – se é humano, é histórico; se tem uma história, significa que foi feito e, portanto, pode ser desfeito, alterado, transformado.

Se acredito que uma determinada situação é perigosa, por exemplo, há uma tendência a que se tome mais cuidado. Não há, aqui, nenhum determinismo: nada impede que uma pessoa faça exatamente o contrário. É preciso, desde o início, deixar clara uma diferença da qual nos lembra Pierre Bourdieu entre regra e regularidade: se, por um lado, é muito difícil falarmos em "regras" dentro de uma sociedade, mais ainda em "leis" do comportamento humano; por outro lado é possível identificar algumas regularidades e tendências na ação das pessoas, sem que isso, em absoluto, signifique a obediência a leis ou regras.

REFLEXÕES XIV

A História e a Literatura estão forradas de exemplos dessa relação entre conhecimento e Ética, momentos nos quais uma determinada visão de mundo desencadeou uma série de ações contra determinados grupos. Para citar apenas um, em **O rabi de Bacherach**, por exemplo, o escritor alemão Heirich Heine conta de que maneira uma arraigada visão antissemita do início da Modernidade dá origem a uma série de padecimentos de uma pequena comunidade judaica no interior da Alemanha. O problema cognitivo da explicação da realidade toma a forma de um problema ético na conduta para com o outro. Algo que diz respeito a uma variada gama de relações humanas – do confronto entre povos e nações até uma visita à padaria. ●

Luís Mauro Martino: doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP. Pesquisador bolsista na Universidade de East Anglia (2008) e autor de *Teoria da Comunicação e Comunicação & Identidade*, entre outros.

Selfie, logo existo

Juan Arias



Será o 'selfie' uma forma freudiana de luta contra a solidão e de busca de um sentido para a vida?

O Brasil passa por um momento paradoxal. Tem-se a impressão de que é um vidro quebrado. A crise econômica que gerou a política ou, talvez, o contrário, inflama os ânimos. Ressoam palavras duras como "ódio", "vingança" ou "traição". É o gosto amargo da divisão, do "nós contra eles", ou da queixa "deles contra nós".

E, no entanto, como em um mundo que vibra simultaneamente em outro diapasão, os brasileiros nunca gostaram tanto quanto hoje de estar juntos, de ser fotografados se abraçando, de fazer um *selfie*. Estarão essas duas sociedades condenadas a ser uma assíntota⁸ da hipérbole, essas duas linhas que, mesmo caminhando juntas, nunca se encontrarão? Ou será apenas uma poeira levantada no deserto pelos cascos dos cavalos em fuga, que em breve voltarão a se acalmar?

Há 400 anos, o filósofo francês Descartes, o pai da filosofia e da matemática moderna, precursor do idealismo, resumiu seu pensamento na famosa frase: "*Penso, logo existo*".

Hoje nosso mundo, que tem pouco a ver com o do filósofo (não sei se mais profundo e iluminado ou mais superficial), pode dizer: "*Selfie, logo sou*".



⁸ **Assíntota**: para uma curva plana, linha em que a distância entre um ponto P sobre a curva e a linha aproxima-se de zero, quando a distância do ponto P à origem aumenta indefinidamente.

REFLEXÕES XIV

Refiro-me a essa febre do autorretrato analisada por sociólogos e psicólogos, e por aqueles que se dedicam a farejar as tendências da sociedade. Essa moda do *selfie* servirá para entender melhor o sentido da vida de hoje, com suas contradições, sofrimentos e glórias?

Há poucos dias, outro filósofo francês, Charles Taylor, afirmava em uma entrevista para Frances Arroyo neste jornal que "as pessoas hoje não têm claro o sentido da vida". Isso seria verdade ou Descartes teria dito a mesma coisa em seu tempo, ou isso continuará sendo dito daqui a quatro séculos?

Enquanto existir a morte, dizia o Nobel de Literatura ateu José Saramago, haverá religiões e filosofias, que nasceram todas arrastadas por essa questão sobre o além e sobre o sentido da vida aqui embaixo. Nessa encruzilhada da história, nós todos somos, brasileiros e chineses, uma sociedade da imagem que olha mais para o corpo, para a saúde, para o presente, para o tangível, do que para o abstrato. Olha mais para a felicidade, do que para o pecado. Os anjos e demônios têm nela corpo e sexo.

Melhor ou pior, o mundo de hoje é, no entanto, o nosso, e não podemos fingir que não existe. E é um mundo diferente daquele dos filósofos gregos ou latinos, embora às vezes com as mesmas contradições e dúvidas. As crianças do futuro talvez não voltem a escrever com as mãos. As de hoje já sabem fotografar com o celular aos 2 anos. Mudamos porque continuamos vivos. Só os mortos não mudam.

Essa moda do *selfie*, que dominou com força todo o planeta e também o Brasil, é antes de tudo algo democrático, já que é usada por cidadãos de todas as categorias sociais e de todas as classes econômicas. Do presidente da República ao garçom do bar; do milionário ao trabalhador pobre das favelas. Será mais do que uma moda? Etimologicamente, o *selfie*, que já transformamos em verbo, era um ato individualista, um autorretrato. Aquele narcisismo inicial deu lugar, no entanto, a algo mais importante: à socialização da fotografia.

REFLEXÕES XIV

O *selfie* individual foi pluralizado. Agora predominam os retratos de dois ou em grupo. Será uma forma inconsciente, freudiana, de lutar contra a solidão e para estar ciente do eu também existo? Precisamos de alguém ao nosso lado, sem o qual nosso narcisismo inicial ficaria vazio, puro vício solitário?

Alguém me fez observar que, enquanto nos *selfies* individuais podem existir fotos mais sérias, praticamente não há *selfies* de casais ou de grupo nos quais os interessados não estejam sorrindo. Existe uma cumplicidade espontânea nesses retratos? Mesmo em *selfies* com uma personalidade importante, que deveriam ser sérios, as pessoas sempre estão sorrindo. Os *selfies* nos ajudam a tomar consciência em uma sociedade de anônimos, de que somos, de que valem algo, embora seja por intermédio da sombra de alguém mais importante do que nós?

Quando o *selfie* ocorre entre casais que se amam, entre pais e mães encantados com seus pequenos ou entre amigos, nos dá uma convicção interior de que não apenas existimos, mas que também somos, que nos amam, que não rejeitam nossa presença e até querem perpetuá-la.

Já sei que muitos pensarão que a filosofia e a estética moderna do *selfie* parecem mais uma banalidade em comparação à antiga e inteligente filosofia dos gregos e romanos. No entanto, não nos esqueçamos de que nosso mundo de hoje, tão criticado pela superficialidade e injustiças, é infinitamente melhor, quase em tudo, do que o de apenas cem anos atrás. Que o digam as mulheres, que até recentemente eram uma triste caravana de escravas de seus maridos; que o digam as crianças, cujo estatuto em sua defesa, proclamado pela ONU, tem apenas 25 anos.

Até recentemente, crianças e mulheres tinham menos direitos do que os desfrutados hoje até mesmo pelos animais. Que o digam os negros, homossexuais, que também começam a gozar de direitos que foram sempre negados a eles. Hoje existem mais democracias do que ditaduras no mundo, e menos violência. Sim, menos violência e menos guerras do que há apenas cem anos. Hoje, no Brasil, manifestações da direita ou da esquerda são pacíficas, sem

REFLEXÕES XIV

sangue. Não é tudo, mas também não é pouco. E é melhor do que ontem.

Os sorrisos festivos dos *selfies* poderiam ser até uma bela profecia do desejo inconsciente de querer buscar um sentido menos doloroso e bélico para a vida.

Meu pai, maravilhosamente ético, inteligente e sensível, nunca nos abraçava nem brincava com a gente. Não tenho fotos com ele sorrindo. Amava os filhos de outra maneira.

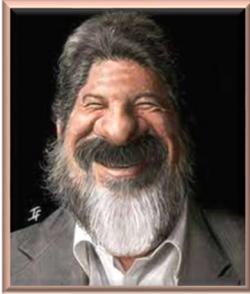
Um *selfie* com os leitores? Obrigado. ●

Juan Arias: jornalista, correspondente no Brasil do jornal El País.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 21 de agosto de 2015

Partiu. Mas por que mesmo?

Mario Sergio Cortella



O que estamos fazendo das nossas viagens? Um caminho de reconhecimento? Uma trilha para o novo? Ou um trajeto em que seguimos uma rota virtual para chegar o quanto antes ao destino, seja ele qual for? O filósofo Mario Sergio Cortella, professor da PUC-SP e ex-monge carmelita descalço, diz que estamos perdendo o GPS de nós mesmos ao nos preocuparmos mais com o objetivo do que com a jornada. Quando desprezamos a paisagem, deixamos de ampliar nosso repertório de imagens e a capacidade de criar. Enfim, de viver. *“Nossa realidade circunstante virou uma maquete virtual.”*

Houve um tempo em que o caminho importava: *“Caminhante, são suas pegadas / O caminho e nada mais”*, nos versos célebres do poeta sevilhano Antonio Machado, em Campos de Castilla, de 1912. *“Caminhante, não há caminho / Se faz o caminho ao andar.”*

Hoje, quem liga? Queremos chegar. Rápido. Sem olhar para os lados. A vista vai da estrada ao celular, segue o percurso do Waze (roxo) ou do Google Maps (verde). Tanto faz os matizes de dia e noite, de floresta ou deserto. O GPS sabe aonde vai. Em meio a paisagens cada vez mais desconhecidas, melhor mesmo prosseguir pela rota destacada. Como disse essa semana o criador do Waze, Uri Levine, com involuntária profundidade, *“as pessoas não pensam mais por onde estão indo”*.

Vivemos um momento de obscurecimento da paisagem, destaca o filósofo Mario Sergio Cortella, professor da PUC-SP e autor de livros de filosofia e educação, entre eles **Não se Desespere! Provocações Filosóficas**. *“Ao ignorar os percursos, perdemos a possibilidade de ampliar nosso universo de visões e imagens.”* Vale para passeios e para o dia a dia. *“É um reflexo da instrumentalização do nosso tempo. Estamos sempre ocupados com metas e objetivos e não temos espaço para distração, para aproveitar as jornadas que, no*

REFLEXÕES XIV

fim das contas, são a nossa vida”, disse Cortella, discípulo de Paulo Freire, que o descrevia como “um dos poucos filósofos brasileiros que pensam o novo”.

Ex-secretário de Cultura de São Paulo (gestão Erundina) e ex-monge carmelita descalço (uma ordem viajante), o filósofo analisou nossas jornadas em tempos de Waze. *“Toda viagem para fora é também uma viagem para dentro. Em nossos caminhos não podemos ficar submissos à tecnologia. Viajar, como viver, é emoção. E, se deixamos de prestar atenção no que mexe conosco, o que resta é mera rotina.”* Dica a ser anotada, em estranhos dias de caminhantes que não sabem dizer por onde andaram. Ou pior: que não têm mais a curiosidade de saber.

O criador do Waze disse que as pessoas “não pensam mais por onde vão”. O caminho perdeu a importância?

Estamos vivendo um momento de obscurecimento da paisagem. Durante muito tempo, olhar para fora, pela janela do carro, era decisivo nas viagens que fazíamos. Seja qual fosse. Num carro, trem. Até num navio, ter escotilha sempre foi um grande atrativo. E agora a gente vive um instante de não precisar ver para poder chegar, nem conseguir reconhecer a paisagem para se localizar. Isso é novidade. Nas viagens que fiz quando criança, minha mãe, sabiamente, dizia que só a viagem já era um passeio. Essa expressão tinha um sentido forte: o traslado já era uma diversão. O conceito de distração, portanto, mudou. Antes a paisagem distraía, descansava, repousava. Acalmava o trajeto. Houve uma resignificação da ideia de distração.

Distraímo-nos menos em nossas viagens hoje?

A distração serenava o tempo, o desconforto eventual, a ansiedade da chegada. Hoje o efeito é contrário. A tecnologia é distrativa no sentido de tirar a atenção, fazer com que eu mantenha o meu olhar no virtual. Perdemos a possibilidade da fruição, de ampliar nosso universo de paisagens, visões, imagens. Há uma perda de nossa capacidade de imaginação, de observação. Ao olhar para o mar ao longe, para as nuvens, para a velocidade do trem ou do carro, isso tudo compõe um universo circunstante que foi explodido e substituído por outro, indiferente. É a quase transformação da

nossa realidade circunstante numa maquete virtual. E o que ganhamos? Ao ficarmos fixados no **Waze** ou no **Google Maps**, ganhamos algo extremamente arriscado, que é a monotonia. Como eles exigem um olhar contínuo, dada a capilaridade das estradas, a monotonia se torna enfadonha. A viagem fica mais prática, mas muito mais cansativa.

Então a imaginação sai prejudicada?

Exatamente. Porque deixamos de ampliar nosso repertório de imagens. O percurso acaba ficando desnaturalizado. Há uma “desimportância” do externo, o caminho já não importa, e isso leva a um encapsulamento. Quando falo em importar é no sentido de “portar para dentro”: aquilo que trazemos para dentro de nós. E, nesse caso, estamos deixando de importar a paisagem. Ela deixou de ser importante e agora tem de ser ignorada, porque atrapalha. Nos distrai do GPS. Se eu olhar para fora, corro o risco de me perder. Quando deveria ser o contrário: observar a paisagem, olhar para fora, deveria ajudar a me encontrar. João e Maria jamais se perderiam na floresta com o **Waze**. Mas também nunca iriam notá-la. E a história de Teseu só é bonita porque ele prestou atenção no labirinto, e não somente no fio. Há uma descoberta. Ali é que ele vira o Teseu. Vale para as viagens e também para nosso dia a dia. Lembro-me da ideia clássica de Ortega y Gasset, filósofo espanhol: eu sou eu e mais a minha circunstância. Eu não sou eu puro. Sou eu e mais o que está à minha volta. Portanto, uma visão que se alarga para o exterior. E nós somos um ser para fora. Por isso é que nós temos existência. Existir: “*ser para fora*”. Olhar para dentro é importante, sempre. Mas o tipo de olhar para dentro a que algumas tecnologias nos induzem é redução mental.

Isso começou com esses aplicativos?

É mais antigo, essa quase anulação do que nos rodeia se iniciou na área de armamento militar, quando começamos a ter, na Guerra do Golfo, a utilização de ataques de bombas em que só se enxergava o “x” no alvo e depois o sinal da explosão. Não se via o prédio cair, a paisagem não existia. É como um game. A pessoa se conduz numa câmara escura, como se tivesse os olhos lateralmente tapados. Serve para o trânsito, o trem, o avião. Um dos prazeres de voar era olhar a

REFLEXÕES XIV

paisagem, as nuvens, era o que distraía. Hoje, ao contrário. O estímulo é para que a pessoa olhe um mapinha na frente dela. É uma desnaturalização da própria paisagem. Nós retiramos o que o Max Weber chamaria de encantamento. É o desencantamento do real e, portanto, o caminho se tornou só o meio para o objetivo final. O repertório cultural também muda. É curioso imaginar, por exemplo, expressões como “terra à vista”, dita nas navegações. Fosse hoje, os navegadores não olhariam para o horizonte. É o que fazemos atualmente: olhamos o tempo todo para o virtual, sem notar o horizonte real. Ao contrário, ele é indiferente.

Como essa visão afeta nosso dia a dia?

Existe uma instrumentalização do nosso tempo para impedir que sejamos capazes do ócio. O que é um passeio, de fato? Aquilo que o francês chama de *promenade*. Vou dar uma volta. É você não ter rumo, não precisar saber aonde vai. Ócio não é vagabundagem. É não ser obrigado a uma ocupação. Preso não tem ócio. Desocupado não tem ócio. Ócio é quando você tem liberdade para o uso do seu tempo naquilo que deseje. Antigamente, a expressão de quem saía por aí de maneira livre era vagamundo – que em grego antigo, aliás, se diz *planetes* e origina a palavra planeta, astro que fica dando voltas. Mas depois a palavra virou vagabundo e ganhou conotação negativa. Na sociedade capitalista, no mundo dos últimos 500 anos, dentro da ética protestante, a ideia de quem saía por aí sem eira nem beira se tornou absolutamente reprovável. Só o trabalho salva. Só o trabalho dignifica. Aliás, como escreveram os nazistas nos campos de concentração, só o trabalho liberta. Certo? Há uma objetivização extremada do tempo livre hoje. A tal ponto que ficar desocupado é quase uma “insuportabilidade”. O resultado são crises de criatividade. Porque o tédio é absolutamente criativo. Você inventa coisas porque não tem o que fazer. E a ausência hoje de tédio, porque você fica o tempo todo ocupado com algo, resulta numa vida que precisa ter meta e objetivo o tempo todo. Como se fosse uma carreira. Despreza-se que a arte seria impossível com a ocupação contínua. Só existe arte, filosofia, por conta da desocupação.

O que buscamos ao fazer uma viagem?

Michelangelo dizia: todo pintor pinta a si mesmo. É evidente que

REFLEXÕES XIV

quando eu viajo quero me conhecer naquilo que estou conhecendo. Por isso toda viagem é um reconhecimento. Eu sou uma subjetividade, você é uma subjetividade. Para eu me saber como sou, preciso me colocar para fora de mim. Isto é, eu preciso objetivar minha subjetividade. Essa objetivação de minha subjetividade é muito favorecida por uma viagem. E, numa viagem, eu sou o que eu sou e sei o que sou quando procuro um lugar para ir. Quando aprecio ou recuso uma determinada forma de paisagem, quando vou a busca de um alimento; por isso, toda viagem para fora é uma viagem para dentro. Essa viagem para dentro não me pode recluir, me prender dentro, que é o que algumas pessoas estão conseguindo. Os antigos usavam a expressão viagem de reconhecimento. De território, de terreno, e em princípio essa ideia de reconhecimento pareceria estranha à medida que nunca se foi lá. Deveria ser viagem de conhecimento. Mas não é o reconhecimento do lugar, é de quem está indo. Um novo conhecimento de quem está indo.

Quais vantagens você vê nessas tecnologias?

Não sou avesso a elas, absolutamente. Mas também não sou submisso. A grande vantagem delas é ajudar a chegar logo. Apesar de não dirigir, claro que sei da ajuda do GPS em viagens a lugares desconhecidos. Para isso servem bem. Mas será que a finalidade é apenas chegar? Escrevi um texto anos atrás, meio brincando, sobre a *Ilíada*, em que dizia que a grande razão da **Guerra de Troia** não foi recapturar Helena, mas, isso sim, o desejo de viajar. Não tenho dúvida de que o que Ulisses queria fazer era viajar. Porque a finalidade de nossos deslocamentos é exatamente encontrar o novo. Se estiver de fato movido pelo que é o curioso, vou atrás daquilo que me traga a primeira impressão. Aquela que me emociona. Viagem é emoção. A expressão *emovere*, em latim, significa aquilo que mexe comigo. O que me emociona? O que mexe comigo? Minha capacidade de vivenciar o que não vivenciei. Claro que isso tem perigo. Experimentar é vivenciar risco. Mas essa é a graça. Do contrário é mera rotina monótona. É o que resta, se deixamos de prestar atenção no que mexe conosco.

Essas tecnologias permitem saber mais das experiências dos outros. Há algum efeito em nossa curiosidade?

REFLEXÕES XIV

Essa antecipação que o mundo virtual permite é a experimentação falseada, vivenciada por empréstimo. Ela sem dúvida reduz nosso nível da boa expectativa. Quando você vai a um hotel, já entra nas opiniões sobre ele, encontra elogios e críticas. Encontra, por exemplo, que o café da manhã é “limitado”. Obviamente, essa ideia é muito subjetiva. Depende do que você está habituado no dia a dia. Mas só a leitura dessa frase já dá um desânimo. O mundo digital diminui um pouco a ilusão. E a ilusão tem um componente delicioso, que é preparar o espírito para viver melhor as coisas. Não que a ilusão contínua tenha importância positiva, ao contrário. Mas a ilusão em relação ao momento, ao dia de amanhã, ao cotidiano, e também às viagens, às férias, ela dá um gosto imenso. O mundo da tecnologia abortou parte da nossa ilusão positiva, que é aquela do desejo gostoso, aquilo que você imagina que virá e que vai ser esplendoroso. Uma coisa é o aperitivo, que prepara a degustação. Outra é a leitura da receita, que pode estragar a surpresa. ●

Mario Sergio Cortella: filósofo, escritor, educador, palestrante e professor universitário brasileiro.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo o dia 10 de janeiro de 2016

O futuro da humanidade em suas mãos

Nick Bostrom



Equipe de especialistas investiga, na Universidade de Oxford, os riscos de extinção humana

Precisamos de sabedoria para enfrentar o futuro. Para saber se os avanços tecnológicos caminham na direção certa ou não; se favorecem os seres humanos ou o oposto. Para se ter uma ideia do que fazer caso se apresentem cenários que ameacem a sobrevivência da espécie, tais como os resultantes da ameaça nuclear, modificação de micróbios letais ou a criação de mentes digitais mais inteligentes do que o homem. Questões como essas são estudadas por um punhado de cérebros localizados na **Universidade de Oxford**, no chamado Instituto para o Futuro da Humanidade.

Liderando um grupo heterodoxo de filósofos, tecnólogos, físicos, economistas e matemáticos está um filósofo formado em física, neurociência computacional e matemática; um sujeito que, desde sua adolescência, buscava interlocutores para compartilhar suas inquietudes a respeito do filósofo alemão Arthur Schopenhauer; um sueco de 42 anos que passeia pelas instalações do instituto com uma bebida à base de vegetais, proteínas e gorduras que chama de elixir; e que escuta audiolivros com o dobro da velocidade para não perder um segundo do seu precioso tempo. Estamos falando de Nick Bostrom, autor de **Superinteligência: Caminhos, Perigos, Estratégias**, um livro que causou impacto, uma reflexão sobre como lidar com um futuro no qual a Inteligência Artificial pode superar a humana, um ensaio que foi endossado explicitamente por cérebros do Vale do Silício como Bill Gates e Elon Musk; filósofos como Derek Parfit e Peter Singer; e físicos como Max Tegmark, professor do **Instituto de Tecnologia de Massachusetts**. Um trabalho que, além disso, entrou para a lista de *best-sellers* elaborada pelo **The New York Times Book Review**. A

REFLEXÕES XIV

ONU o convida para dar palestras, assim como institutos de pesquisa como a **The Royal Society**; uma de suas palestras para a organização TED já conta com mais de 1,7 milhão de visualizações. E Stephen Hawking já alertou o mundo: é preciso ter cuidado com a Inteligência Artificial.

O Instituto para o Futuro da Humanidade — FHI, na sigla em inglês — é um espaço com salas de reuniões batizadas com nomes de heróis anônimos que, com um gesto, salvaram o mundo — como Stanislav Petrov, o tenente-coronel russo que evitou um acidente nuclear durante a Guerra Fria —; onde fluem ideias, trocas de pontos de vista, onde florescem hipóteses e análises. Principalmente, às tardes e noites: o chefe é, como ele mesmo confessa, um corujão; fica no escritório até as 2h da madrugada.

"No momento em que saibamos como fazer máquinas inteligentes, vamos fazê-las", disse Bostrom, em uma sala do instituto que dirige, "e, até lá, devemos saber como controlá-las. Se você tem um agente artificial com objetivos diferentes dos seus, quando se torna suficientemente inteligente é capaz de antecipar suas ações e fazer planos com base nos seus, o que poderia incluir esconder suas próprias habilidades de forma estratégica". Especialistas em Inteligência Artificial citados em seu livro dizem que há uma probabilidade de 90% de que, entre 2075 e 2090, existam máquinas inteligentes como os humanos. Na transição para essa nova era, será preciso tomar decisões. Talvez inocular valores morais às máquinas. Evitar que se voltem contra nós.

É para a análise desse tipo de suposições e cenários que este especialista lê intensivamente sobre *machine learning* (aprendizagem automática, um segmento da inteligência artificial que explora técnicas para que os computadores possam aprender por si mesmos) e sobre economia da inovação. Para Bostrom, o tempo nunca é suficiente. Ler, ler, ler, consolidar os conhecimentos, aprofundar, escrever. *"O tempo é precioso. É um recurso valioso que constantemente desliza por entre os dedos."*

As pessoas parecem que se esquecem da guerra nuclear. Uma mudança para pior na geopolítica poderia se tornar um perigo

Estudar, formular hipóteses, desenvolvê-las, antecipar cenários. É o

que se faz neste instituto onde se promove o *brainstorming* (uma tempestade de ideias) e a videoconferência, um labirinto de salas dominadas por lousas *vileda* com diagramas e em cuja entrada está pendurado um cartaz que reproduz a capa de **Admirável Mundo Novo**, a visionária distopia do livro de Aldous Huxley, publicado em 1932. Um total de 16 profissionais trabalha aqui.

Publicam revistas acadêmicas, produzem relatórios de risco para empresas de tecnologia, para Governos (por exemplo, para o finlandês) ou para a ONU, que está se preparando para construir seu primeiro programa de Inteligência Artificial — um dos representantes do programa visitava os escritórios do FHI na semana passada. Niel Bowerman, diretor-adjunto, físico do clima e ex-assessor da equipe política de Energia e Meio Ambiente de Barack Obama, diz que no instituto sempre estudam quão grande é um problema, quantas pessoas trabalham nele e quão fácil é avançar nessa área para determinar os campos de estudo.

Bostrom é quem comanda o instituto, quem decide aonde ir; o visionário. Desenvolve seu trabalho graças ao incentivo filantrópico de James Martin, milionário interessado nas questões de riscos existenciais do futuro, que há 10 anos impulsionou o FHI para estudar e refletir sobre coisas que a indústria e governos, guiados por seus próprios interesses, não têm por que pensar.

O filósofo sueco, que foi incluído em 2009 na lista dos 100 maiores pensadores globais da revista **Foreign Policy**, está interessado em estudar, em particular, sobre as ameaças distantes, as quais não gosta de colocar datas. "*Quanto maior for o prazo*", diz, "*maiores são as possibilidades de um cenário de extinção ou de era pós-humana*". Mas existem perigos em curto prazo. Os que mais preocupam Bostrom são aqueles que podem afetar negativamente as pessoas como pragas, vírus da gripe aviária, as pandemias.

Em relação à Inteligência Artificial e sua relação com a militar, diz que os riscos mais evidentes são representados por *drones* e pelas armas letais autônomas. E lembra que a guerra nuclear, embora com poucas probabilidades de acontecer, ainda é um perigo latente. "*As pessoas parecem que não se preocupam mais com ela; uma mudança para pior na situação geopolítica poderia se tornar um*

REFLEXÕES XIV

grande perigo."

A biotecnologia e, em particular, a possibilidade oferecida pelo sistema de edição genética CRISPR de criar armas biológicas também colocam novos desafios. *"A biotecnologia está avançando rapidamente; permitirá manipular a vida, modificar micróbios com grande precisão e potência. Isso abre caminho para habilidades muito destrutivas."* A tecnologia nuclear, destaca, pode ser controlada. A biotecnologia, a nanotecnologia, o que alguém faz em uma garagem com um equipamento de segunda mão, comprado no eBay, nem tanto. Com pouco, é possível fazer muito mal.

Depois de superar sua fase trans-humanista — fundou, em 1998, com David Pearce, a Associação Mundial Trans-humanista, grupo que defende com entusiasmo a expansão das habilidades humanas por meio do uso de tecnologias —, Bostrom encontrou na Inteligência Artificial o campo perfeito para desenvolver seu trabalho. A corrida nessa área deslançou; grandes empresas — o Google comprou a empresa de tecnologia DeepMind, em 2014 — e Estados brigam para se apossar de um setor que poderia proporcionar poderes imensos, quase inimagináveis.

Um dos cenários projetados em seu livro é a tomada de poder por uma Inteligência Artificial. Ocorreria uma explosão de inteligência. As máquinas chegariam a um ponto em que superam seus programadores, os humanos. São capazes de melhorar a si mesmas. De desenvolver grandes habilidades de programação, estratégicas, de manipulação social, de *hacking*. Podem querer controlar o planeta. Os seres humanos podem ser um obstáculo para seus objetivos. Para assumir o controle, escondem suas cartas. Podem se mostrar inicialmente dóceis. No momento em que desenvolvem todos seus poderes, podem lançar um ataque contra a espécie humana. *Hackear, drones, armas. Lançar robôs do tamanho de um mosquito desenvolvidos em nanofábricas produtoras de gás mostarda.* Isso é apenas a síntese do desenvolvimento de um cenário.

Mas, como dizia a crítica da revista **The Economist** sobre o livro **Superinteligência**, as implicações da introdução de uma segunda espécie inteligente na Terra merecem que alguém pense

REFLEXÕES XIV

nelas. *"Antes, muitas dessas questões, não apenas aquelas da AI [sigla em inglês de Artificial Intelligence], costumavam estar no campo da ficção científica, da especulação", diz Bostrom, "para muitas pessoas era difícil entender ser possível fazer trabalho acadêmico com isso, que poderiam produzir avanços intelectuais".*

O livro também apresenta um cenário no qual a Inteligência Artificial se desenvolve em diferentes setores em paralelo e gera uma economia que produz patamares de riqueza inimagináveis, surpreendentes avanços tecnológicos. Os robôs, que não dormem nem pedem férias, produzem sem parar e substituem os seres humanos em vários trabalhos.

– Os robôs nos enriquecerão ou nos substituirão?

– Primeiramente, talvez nos enriqueçam. Em longo prazo, vamos ver. O trabalho é caro e não é algo desejado, então é preciso pagar as pessoas para fazê-lo. Automatizá-lo parece benéfico. Isso cria dois desafios: se as pessoas perdem seus salários, como podem se manter? O que se torna uma questão política: planeja-se uma garantia de renda básica? Um Estado de bem-estar? Se esta tecnologia realmente torna o mundo um lugar muito mais rico, com um crescimento mais rápido, o problema deveria ser fácil de resolver, haveria mais dinheiro. O outro desafio é que muita gente vê seu trabalho como necessário para ter *status* social e para que sua vida tenha sentido. Hoje, estar desempregado não é ruim só porque você não tem dinheiro, mas também porque muitas pessoas se sentem inúteis. Seria preciso mudar a cultura de modo que não pensemos que trabalhar por dinheiro é algo que dá valor. É possível, há exemplos históricos: os aristocratas não trabalhavam para viver; até pensavam que fazer isso era degradante. Acreditamos que as estruturas de significado social são universais, mas são recentes. A vida das crianças parece fazer muito sentido, mesmo se não fazem nada útil. Sou otimista: a cultura pode mudar.

Alguns segmentos da comunidade científica acusaram Bostrom de ser muito radical. Especialmente em sua fase trans-humanista. *"Seus pontos de vista sobre a edição genética ou sobre a melhora do ser humano são controversos", diz Miquel-Ángel Serra, biólogo que acaba de publicar, em parceria com Albert*

REFLEXÕES XIV

Cortina, *Humanidade: Desafios Éticos das Tecnologias Emergentes*. "*Somos muito céticos em relação às suas propostas.*" Serra, no entanto, deixa claro que Bostrom está agora no centro do debate sobre o futuro da Inteligência Artificial, que é uma referência.

– Você projeta uma visão muito apocalíptica em seu livro do que poderia acontecer com a humanidade?

– Muitas pessoas podem ter a impressão de que sou mais pessimista em relação à 'AI' do que realmente sou. Quando o escrevi, parecia mais urgente tentar ver o que poderia dar errado para nos certificar de como evitar isso.

– Mas você é otimista em relação ao futuro?

– Tento não ser pessimista nem otimista. Tento ajustar minhas crenças ao que a evidência aponta; com nosso conhecimento atual, acredito que o resultado final pode ser muito bom ou muito ruim. Embora talvez pudéssemos deslocar a probabilidade para um bom final, se trabalharmos duro para isso.

– Ou seja, há coisas para fazer. Quais?

– Estamos fazendo todo o possível para criar este campo de pesquisa de controle do problema. Devemos manter e cultivar boas relações com a indústria e com os desenvolvedores de Inteligência Artificial. Além disso, há muitas coisas que não vão bem neste mundo: pessoas que estão morrendo de fome, que são picadas por um mosquito e contraem malária, que se enfraquecem devido ao envelhecimento, desigualdade, injustiça, pobreza, e muitas [coisas] podem ser evitadas. No geral, acredito que há uma corrida entre nossa habilidade de fazer as coisas, de avançar rapidamente nossas habilidades tecnológicas, e nossa sabedoria, que vai muito mais devagar. Precisamos de certo nível de sabedoria e colaboração para o momento em que alcancemos determinados marcos tecnológicos, para sobreviver a essas transições.

Entrevista à Época- Nesta entrevista a *ÉPOCA*, Bostrom fala sobre robôs assassinos e sobre a necessidade de a humanidade pensar a respeito da própria extinção.

ÉPOCA – Quando as máquinas superinteligentes devem

surgir?

Nick Bostrom – Ainda estamos bastante longe. Quão longe? Ninguém sabe. Não conseguimos prever uma data precisa. E, se você examinar as previsões feitas por especialistas em tecnologia no passado vai perceber que não somos muito bons com datas. Mas esse tipo de máquina deve surgir até o final deste século.

ÉPOCA – As máquinas superinteligentes serão muito mais espertas que os humanos?

Bostrom – A superinteligência deve ultrapassar largamente as capacidades humanas. Não há porque achar que nossos cérebros humanos, limitados pela biologia, poderão competir. A tecnologia sintética será capaz de ir muito mais longe.

ÉPOCA – Considerando que a superinteligência é um risco em potencial, não seria melhor ser mais cauteloso nesse campo – e, talvez, interromper as pesquisas na área?

Bostrom – A superinteligência ainda está no campo das possibilidades. Hoje, ninguém sabe como desenvolvê-la. Acho que, eventualmente, descobriremos como. Desde que, claro, a humanidade não se destrua de outras maneiras antes. E espero que, quando fizermos essa descoberta, também já tenhamos encontrado uma solução para o problema do controle. Para o problema de como desenvolver uma máquina superinteligente que também seja segura e nos beneficie.

Por isso, não acho que devemos pensar em controlar quanto esforço a humanidade investe nas pesquisas sobre inteligência artificial. Devemos nos preocupar com a quantidade de esforço investida na resolução do problema do controle. Trata-se de uma área de extrema importância na qual apenas algumas poucas pessoas trabalham. Mas ainda temos um longo caminho pela frente. A comunidade de pessoas que desenvolve inteligência artificial é numerosa. Há muitos ramos e diferentes campos sendo desenvolvidos nas ciências da computação e nas neurociências. Em todos esses campos, a inteligência artificial é um objetivo comum. E há também um forte incentivo comercial. Parte desses recursos deveria ser remanejada para a resolução do problema de como

controlar máquinas inteligentes.

ÉPOCA – Nos seus trabalhos, o senhor explica que as máquinas superinteligentes não serão dotadas de desejos. Não como os humanos. Então, o que vai motivá-las a, por exemplo, tentar matar pessoas?

Bostrom – Isso vai depender das particularidades da máquina. Uma máquina dotada com esse tipo de inteligência geral será capaz de recorrer a alguns critérios para julgar as consequências das próprias ações. Ela vai ter um objetivo central, e vai tentar descobrir qual a maneira mais eficiente de alcançar esse objetivo. Um exemplo bobo: digamos que a máquina seja projetada para produzir clipes de papel. Ela pode concluir que a melhor maneira de atingir esse objetivo é eliminar a concorrência humana por recursos. A ideia geral aqui é a de que a inteligência artificial pode ter algum objetivo final genérico e, a partir dele, vai perseguir objetivos menores instrumentais. E esses objetivos podem incluir evoluir a ponto de evitar que os humanos consigam desativar essa máquina antes de ela fazer aquilo para que foi projetada. Então, a IA não vai nos odiar. Na verdade, ela será indiferente a nós. O problema é que suas ações intermediárias poderão ser prejudiciais para as pessoas.

ÉPOCA – A inteligência artificial já consegue realizar atividades complexas hoje em dia. Mas ainda não estamos nem perto da superinteligência. Por que devemos nos preocupar com isso tão cedo?

Bostrom – Acho que não há motivo para ficar alarmados. Isso não vai solucionar nada. O que devemos fazer é desenvolver as pesquisas certas para entender melhor como controlar e como desenvolver agentes inteligentes. De modo que, quando descobirmos como torná-los superinteligentes, também saberemos como torná-los seguros. Essas pesquisas envolvem questões importantes das ciências da computação, da matemática e da filosofia. É com isso que deveriam se ocupar algumas das melhores mentes matemáticas da nossa geração. E, nesse meio tempo, ser simplesmente alarmista é algo que não ajuda.

ÉPOCA – Que benefícios a superinteligência pode trazer para a humanidade?

REFLEXÕES XIV

Bostrom – A esperança é que consigamos desenvolver superinteligência que nos seja benéfica. E há grandes chances de conseguirmos isso. Se formos bem-sucedidos, essa será a última invenção que a humanidade precisará desenvolver. Por que, depois disso, a superinteligência será capaz de criar melhor que qualquer inventor humano. E, com isso, todas as invenções que a humanidade poderia criar nos próximos 100 mil anos se tornarão realidade em muito menos tempo. Tente fazer uma espécie de telescópio hipotético para mirar o futuro. Todas as invenções que hoje existem somente em obras de ficção científica – ao menos aquelas que respeitam as leis da física – serão reais. Coisas como retardar o envelhecimento, colonização espacial, conexão neural com uma máquina (como no filme *Matrix*). Todas essas coisas podem se tornar possíveis pouco depois de desenvolvermos a superinteligência.

O lado positivo é imenso, e é por isso que queremos tanto desenvolver esse tipo de tecnologia.

ÉPOCA – E nós já temos alguma ideia, mesmo que meio remota, de como resolver o problema do controle?

Bostrom – Existem algumas ideias. Nenhuma delas é muito elaborada. Elas surgiram ao longo das últimas décadas, mas nós percebemos que as noções superficiais, as soluções que nos ocorrem rapidamente, não seriam eficientes. Hoje em dia, conseguimos perceber melhor a dificuldade da tarefa. Foram desenhados alguns projetos de pesquisa que, com sorte, nos trarão uma solução. Mas há ainda muito trabalho a ser feito.

ÉPOCA – Não podemos deixar que a tecnologia se encarregue disso?

Bostrom – A superinteligência teria todas as condições para resolver o problema do controle. O ponto é: por que ela escolheria fazer isso. Isso iria requerer que essa máquina se importasse com os resultados da tecnologia de maneira semelhante aos humanos. O importante é garantir que a primeira superinteligência a emergir seja segura. Ela poderia nos ajudar a controlar as que viessem depois. Mas esse é apenas um dos cenários com o qual talvez nos deparemos: um cenário em que teremos de lidar com diversas superinteligências,

REFLEXÕES XIV

com características e objetivos distintos, o que nos obrigaria a pensar em soluções específicas para cada uma.

ÉPOCA – O senhor diz, com certa frequência, que a humanidade pensa pouco nos riscos existenciais que ameaçam a vida humana. Por que procurar soluções para esses riscos – alguns, um bocado remotos – é importante?

Bostrom – O que eu acho é que um maior entendimento das coisas que representam riscos para a nossa existência pode nos ajudar a reduzir essas ameaças. E alguns riscos existenciais, como a superinteligência, requerem que pensemos sobre eles com antecedência. Nós somos quase sete bilhões de humanos no planeta. Não seria ruim que uma meia dúzia de pessoas parasse para pensar sobre a sobrevivência da espécie.

ÉPOCA – Elon Musk é um grande fã do seu trabalho. Mas ele fala da superinteligência como algo “demoníaco”. Assume um tom de catastrofismo. Ele faz bem ao assumir essa posição?

Bostrom – Eu não acho que o catastrofismo ajude. Mas, no caso de Elon Musk, é importante lembrar que ele também injetou dinheiro – US\$ 10 milhões – em pesquisas no campo das ciências da computação que tentam resolver o problema do controle. E, de todo modo, um pouquinho de medo é necessário para motivar as pessoas a fazer o trabalho que precisa ser feito. O importante é sempre manter os benefícios dessas tecnologias em mente, em lugar de simplesmente temê-las.

ÉPOCA – O senhor é filósofo. Por que se interessou por inteligência artificial?

Bostrom – Eu tenho formação em física teórica e neurociências computacional. E achei importante tratar desse tema porque, em dado momento, se tornou claro para mim que, cedo ou tarde, faremos essa transição – criaremos máquinas superinteligentes. E esse deve ser o acontecimento mais importante da história humana. ●

Nick Bostrom

Artigo publicado no jornal El País no dia 14 de fevereiro de 2016

Na educação, começamos a sair da indigência, e a ruptura é para melhor

Mario Sergio Cortella



Filósofo e educador se diz otimista com o futuro, mas avisa: não basta maior acesso ao ensino, é preciso que os alunos permaneçam e isso ‘seja relevante para a vida coletiva’

Mario Sergio Cortella escreve livros, faz comentários em rádio e TV e dá pelo menos 60 palestras por mês. Mas garante: sua vida “não é corrida, é organizada”. Antigamente, compara, dava aula de manhã, à tarde e à noite. Filósofo, educador e escritor, ele tem uma bagagem que vai além da sala de aula: foi também secretário municipal da Educação da gestão da Luiza Erundina. Nesta entrevista a Marina Gama Cubas, ele volta o olhar para os últimos 30 anos – um período em que o Brasil “começou a sair da indigência na área da educação escolar” e constata “uma ruptura para melhor”. Mede a temperatura da geração que foi às ruas reivindicar seus sonhos, conclui que há muito o que fazer, mas sua mensagem é a de um otimista, inclusive quando o assunto é ética: “*Somos um País na adolescência, caminhando para a maturidade*”. A seguir, os principais trechos da entrevista.

O Brasil tem conseguido avançar na direção de ser a pátria educadora?

Bastante. O lema adotado veio num momento perturbado, de restrições orçamentárias, mas deveria ser colocado como um projeto de nação. O Brasil, nos últimos 30 anos, começou a sair da indigência na área da educação escolar. Seja nos governos de FHC, de Lula, no primeiro mandato da Dilma ou agora. Evidentemente isso não nos acalma. Apenas traz a certeza de que é possível fazê-lo.

O que chama de indigência na educação?

Durante séculos tivemos um nível de exclusão na educação básica

REFLEXÕES XIV

muito forte, além de um nível de analfabetismo adulto que ainda é vergonhoso, mas que saiu dos patamares de tempos anteriores. Havia ainda um ensino superior restrito a uma camada menor da população sob o argumento de que isso resultaria em maior qualidade – o que, numa democracia, é um argumento inaceitável. Se você não tem quantidade total, não tem qualidade, tem privilégio. Nesse sentido, há uma ruptura nos últimos 30 anos, para melhor. Além disso, o Brasil não tinha quase instrumentos de avaliação das suas estruturas educacionais. As ferramentas de hoje permitem uma visão mais nítida do que estamos fazendo. E também, claro, a Constituição de 1988 alterou a distribuição de recursos e aumentou a possibilidade de sustentação da educação municipal. Mas, repetindo Churchill, estamos no fim do começo. Não no começo do fim.

Qual o grande problema da educação brasileira hoje?

Temos três grandes problemas. Um deles é a democratização não só do acesso, mas também da permanência. Não basta colocar crianças na escola em larga escala, é preciso que elas permaneçam e tenham uma educação que seja relevante para a vida coletiva. Não só com capacitação técnica, mas com base de cidadania. Em segundo lugar, precisamos de uma nova qualidade de ensino, com uma estrutura mais voltada para o século XXI. Costumo brincar que temos um choque interssecular na estrutura educacional. Os alunos são do século XXI. Nós, professores, somos do século XX. E as metodologias e a organização são do século XIX. E essa necessidade de atualização exige uma formação mais continuada da parte docente. O que significa, também, ter maiores recursos.

Como viu a ocupação de escolas por estudantes no final do ano passado?

Um movimento belíssimo no sentido pedagógico, porque acabou fazendo com que se desse uma atenção maior para a questão que era decisiva na vida das famílias e das comunidades: a da reestruturação escolar. Ela mostrou do que um grupo de jovens, que não teve como referência de ação política uma estrutura ditatorial, é capaz quando pode atuar em um contexto democrático e para aquilo que considera correto. Houve um equívoco, no primeiro momento,

REFLEXÕES XIV

de chamar a atitude dos estudantes de invasão. Quando o espaço é público, se tem uma ocupação. E essa ocupação se dá em nome das ideias defendidas. Essa ação pode se transformar em um esforço coletivo para que tanto a autoridade docente como os estudantes surfem em outras ondas – as necessárias para que a educação não seja menos relevante do que deve ser.

Pesquisa do Data Popular mostra que apenas 3% dos brasileiros afirmam ser corruptos, mas que 70% admitem ter tomado pelo menos uma vez na vida uma atitude corrupta. Uma ação torna alguém corrupto?

Nenhum e nenhuma de nós é imune à degradação ética. Nenhum e nenhuma de nós é invulnerável. Por exemplo, se considerar um ato corrupto eu ter colado na prova, ou ter tentado passar à frente de alguém na fila. Esses atos do cotidiano, se reiterados, caminharão em direção a uma corrupção mais extensa. Esses delitos nossos, que individualmente ou isoladamente têm uma ressonância menor, se tornados hábitos agregam uma negatividade. O fato de se poder dizer que nenhum de nós é imune, no entanto, não significa que isso seja obrigatório. Como costume dizer sempre, a corrupção é uma possibilidade, não é uma obrigatoriedade. Apenas 3% admitirem isso é um índice que eu olharia como reduzido se imaginarmos o quanto somos, de fato, capazes de qualificar a corrupção de vários modos.

As pessoas não conseguem ver a corrupção nos próprios atos?

Não conseguimos. Temos uma coisa chamada consciência que trabalha muito fortemente o que chamamos de “ética da conveniência”. Ela ocorre em vários casos. Por exemplo, quando a pessoa diz “eu faço, mas todo mundo faz”. Ou: “se não for assim, eu não vou conseguir”. A ética da conveniência é malévola porque degrada a nossa condição, mas não é privativa da brasilidade. Precisamos ter cautela ao falar em ética para não esquecer que ética não é cosmética, uma coisa de fachada. Vamos a um exemplo. No parâmetro em relação à corrupção do mundo, que saiu há algumas semanas, um dos países menos corruptos, no âmbito do governo, é a Suíça. Mas é um dos países que mais acolhem dinheiro corrupto do

REFLEXÕES XIV

mundo. É necessário ter cautela com essa hipocrisia. Ao mesmo tempo, temos um aprendizado de conduta em relação ao nosso modo de vida privado e público. Isso significa que há uma construção histórica em relação aos nossos direitos e deveres. Por que somos hoje mais propensos a desejar a honestidade? Porque temos uma imprensa livre que pode tornar público aquilo que é necessário. Também porque temos tecnologia digital que nos coloca em estado de vigilância mais contínua. E porque uma parte de nós já entendeu que a fratura ética leva à derrota coletiva.

Acha que o Brasil vai sair melhor da Lava Jato?

Cada vez mais. Há todo um ambiente, hoje, que é mais favorável a que a gente fique mais atento em relação às condutas privada e pública. Se nós formos os mesmos daqui a 10 anos, isso será um sinal de que a nossa canalhice é superior à nossa decência, e não acredito que assim seja.

Você diz que a democracia é aceitação coletiva das regras. A coletividade, então, pode quebrar essas regras?

Nas democracias há o direito de insubordinação civil, que é a recusa da população ou de parte dela a algo que considere inadequado, injusto ou violento. O filósofo John Locke, no *Tratado sobre o Governo Civil*, fala do equilíbrio entre os poderes, e esse elemento é um dos que influenciaram a independência dos Estados Unidos e a Constituição brasileira de 1988. A Constituição não está além da própria vida em comunidade.

Os atos nas ruas mostraram também manifestações de intolerância. Como vê isso?

Há aí algo que Vladimir Lênin chamava de teoria da curvatura da vara. É uma ideia fácil de entender: após você pegar uma vareta que está fincada no chão e envergá-la fortemente numa direção, ao soltá-la ela vai fortemente à direção oposta. As manifestações dos últimos tempos permitiram que viessem à tona não só pensamentos contrários e divergentes, mas também as doenças. Isto é, as doenças mentais, principalmente a da intolerância, que é sinônimo de covardia e de incapacidade de ouvir aquilo que não pensa.

Estamos mais intolerantes?

REFLEXÕES XIV

É maior, hoje, a possibilidade de aclarar a intolerância. As pessoas têm muito mais condição de ser intolerantes e repartir esse comportamento. Não tínhamos, até algum tempo, qualquer plataforma em que eu pudesse manifestar isso, exceto individualmente. Em segundo lugar, eu nem poderia fazê-lo porque seria imediatamente submetido à pressão de alguém mais poderoso. Em terceiro, a violência no mundo é muito mais reduzida, comparada ao que já foi. Nós temos hoje capacidade maior de produzir violência, mas a rejeição a ela é maior.

Você se considera um realista ou um otimista?

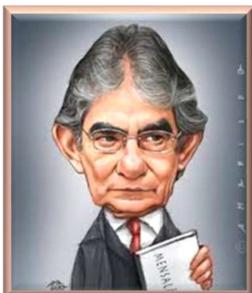
Eu acho que todo o otimista é um realista compromissado. O pessimista é acima de tudo um desistente, que se senta e espera dar errado. O otimista tem muito mais trabalho porque precisa ir atrás. Prefiro ser otimista. ●

Mario Sergio Cortella: filósofo, escritor, educador, palestrante e professor universitário brasileiro.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo o dia 15 de fevereiro de 2016

Viagem sem volta

Carlos Ayres Britto



A lição vem de Einstein: “A mente que se abre para uma nova ideia não retorna ao tamanho primitivo”. A significar – penso – que um entendimento mais aberto ou arejado das coisas opera no indivíduo uma transformação. Mais que uma simples mudança de ordem subjetiva, uma conversão. O alcance de um mais elevado patamar de compostura humana ou de um superlativo modo de ser. Muito mais que eventual modificação de comportamento, o salto de uma visão de mundo para outra completamente distinta. Nova e superior cosmovisão, portanto. Algo assim como Shakespeare a dizer que “transformação é uma porta que se abre por dentro”. Uma porta que se abre para possibilitar até mesmo o visual do absoluto. Que já é o vislumbre do ponto de unidade entre o infinito e o eterno. Num grau de impactação tão forte que leva a pessoa natural a empreender uma viagem de qualidade que já não comporta retorno.

Reitero, porém, que esse clarão de consciência opera no plano individual. Por isso que passível de numerosas causas. Umas internas ao ser humano, outras externas, além do que insuscetíveis de hierarquização. Seja como for, são fontes de transmutação subjetiva que bem correspondem à ideia de salto quântico. Tal a rapidez e a radicalidade com que pode ocorrer a troca de um estado de ser para outro. Feito ondas a irromper no lugar de partículas da matéria subatômica dos prótons, elétrons e nêutrons. Eterno reino da subitaneidade⁹, portanto. Ou do não se dar à fraqueza do pré-aviso em absolutamente nada.

Pois bem, não é assim no plano coletivo. O corpo social é muito mais pesado que o corpo individual – pondero – para experimentar

⁹ **Subitaneidade**: que chega de repente.

REFLEXÕES XIV

saltos quânticos. Não é pelo princípio da subitaneidade que se dilata a consciência das sociedades humanas. Elas somente se abrem para o fenômeno da evolução, não da transformação. Dando-se que evolução é algo processual, gradativo, paulatino. Implica metamorfose, sim, mas daquele tipo experimentado pela rastejante lagarta, que passa pelas necessárias fases do casulo e da crisálida, antes da chegada ao estado de borboleta. Noutro dizer, evolução coletiva é sempre embate de culturas, a mais velha a oferecer todo tipo de resistência à mais nova. A velha e carcomida cultura ou ordem social antiga a não querer jamais abrir mão dos seus privilégios. Espécie de luta de boxe em que a vitória da nova e mais qualificada ordem é certa, mas sempre por pontos. Nunca por nocaute.

O bom desse meu entendimento das coisas é que, no Brasil, há quase 31 anos não cessa de reluzir no horizonte da consciência coletiva o astro rei de nome “democracia”. Uma democracia republicano-federativa que se faz, de ponta a ponta da Constituição de 1988, o princípio jurídico-político de maior hierarquia. Aquele princípio que, em todo o mundo civilizado, é sinônimo de humanismo. O único princípio capaz de conciliar centralidade individual e coesão social. Embora ciente de que não tem como triunfar num simples estalar de dedos ou num piscar de olhos.

A sociedade não troca de cultura como quem troca de camisa, insisto na comparação com o indivíduo. Mas é perceptível que a nova ordem democrática brasileira mais e mais municia de informações os brasileiros e estrangeiros residentes no País. Mais e mais expande as fronteiras da cidadania para dotá-la de espírito crítico. Para fazer distinções que também habilitam o homem comum do povo a exigir de todos os agentes estatais, especialmente dos governantes, que façam o jogo da Constituição. O jogo da verdade constitucional. Por que assim?

Bem, é que fazer o jogo da verdade constitucional corresponde à abertura da coletividade para ideias que, no referido âmbito do indivíduo, promovem uma viagem de qualidade sem volta. Listo algumas, que penso rimadas com os respectivos princípios e regras:

♦ A Constituição governa permanentemente quem governa

REFLEXÕES XIV

transitoriamente;

- ◇ O imperioso combate à impunidade tributária e penal propriamente dita começa com a rigorosa observância do enunciado republicano de que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”;
- ◇ As instituições públicas dividem-se em instituições que governam (Executivo e Legislativo) e instituições que não governam, mas impedem o desgoverno (polícia, Ministério Público, tribunais de contas, Poder Judiciário);
- ◇ Há dois tipos de legitimidade política: a legitimidade no plano da investidura (legitimidade eletiva) e legitimidade no plano do exercício, esta última a ser aferida por modo permanente;
- ◇ Permitir que empresas financiem campanha eleitoral é possibilitar a quem não possui título eleitoral eleger, de fato, os candidatos a cargo político;
- ◇ Não se pode impedir a imprensa de falar primeiro sobre as coisas nem o Poder Judiciário de falar por último;
- ◇ Os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência são deveres estatais a que correspondem direitos da população.

Encerro. Isto para dizer que o último dos citados princípios – o da eficiência – é que também por último passou a ser internalizado como direito de todos. Mas uma internalização que, por igual, não admite retrocesso. Afinal, trata-se da ideia-força de que o povo tem todo o direito a uma administração e a um governo de qualidade. De excelência até. Governo e administração tocados por agentes tecnicamente capazes. Competentes. Preparados. Vocacionados para a condução da *res... pública*.

Mais ainda, um tipo de preparo ou competência ou capacidade ou vocação que passa pela criatividade como ferramenta de superação de qualquer tipo de crise. Uma especial aptidão para pensar fora da caixa, então, pois “loucura é querer resultados diferentes fazendo-se sempre a mesma coisa” (Albert Einstein, outra vez). É a comentada legitimidade pelo exercício, exigente de uma ininterrupta

REFLEXÕES XIV

reinvenção que tem tudo a ver com o dito popular de que “quem não for competente não se estabeleça”. ●

Carlos Ayres Britto: ex-presidente do Supremo Tribunal Federal

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 28 fevereiro 2016

LUIZ BIANCHI

A fascinação da reportagem

Carlos Alberto Di Franco



Gay Talese, um dos fundadores do New Journalism (novo jornalismo), uma maneira de descrever a realidade com o cuidado, o talento e a beleza literária de quem escreve um romance, é um crítico do jornalismo sem alma e sem graça. Seu desapontamento com a qualidade de certa mídia pode parecer radical e ultrapassada. Mas não é. Na verdade, Talese é um enamorado do jornalismo de qualidade. E a boa

informação, independentemente da plataforma, reclama competência, rigor e paixão.

Segundo Talese, a crise do jornalismo está intimamente relacionada com o declínio da reportagem clássica. *“Acho que o jornalismo, e não o **T**imes, está sendo ameaçado pela internet”, disse Talese. “E o principal motivo é que a internet faz o trabalho de um jornalista parecer fácil. Quando você liga o laptop na sua cozinha, ou em qualquer lugar, tem a sensação de que está conectado com o mundo. Em Pequim, Barcelona ou Nova York... Todos estão olhando para uma tela de alguns centímetros. Pensam que são jornalistas, mas estão ali sentados, e não na rua. O mundo deles está dentro de uma sala, a cabeça está numa pequena tela, e esse é o seu universo. Quando querem saber algo, perguntam ao **G**oogle. Estão comprometidos apenas com as perguntas que fazem. Não se chocam acidentalmente com nada que estimule a pensar ou a imaginar. Às vezes, em nossa profissão, você não precisa fazer perguntas. Basta ir às ruas e olhar as pessoas. É aí que você descobre a vida como ela realmente é vivida”, observa ele.*

A crítica de Gay Talese é um diagnóstico certo da crise do jornalismo. Os jornais perdem leitores em todo o mundo. Multiplicam-se as tentativas de interpretação do fenômeno. Seminários, encontros e relatórios, no exterior e aqui, procuram, incessantemente, bodes expiatórios. Televisão e *internet* são, de

REFLEXÕES XIV

longe, os principais vilões. Será?

É evidente que a juventude de hoje lê muito menos. No entanto, como explicar o estrondoso sucesso editorial do épico **O Senhor dos Anéis** e das aventuras de **Harry Potter**? Os jovens não consomem jornais, mas não se privam da leitura de obras alentadas. O recado é muito claro: a juventude não se entusiasma com o produto que estamos oferecendo. O problema, portanto, está em nós, na nossa incapacidade de dialogar com o jovem real.

Mas não é só a juventude que foge dos jornais. A chamada elite, classes **A** e **B**, também tem aumentado a fileira dos desencantados. Será inviável conquistar toda essa gente para o fascinante mundo do jornalismo? Creio que não. O que falta, estou certo, é ousadia e qualidade.

Os jornais, equivocadamente, pensam que são meios de comunicação de massa. E não o são. Daí derivam erros fatais: a inútil imitação da televisão, a incapacidade de dialogar com a geração dos *blogs* e dos videogames e o alinhamento acrítico com os modismos politicamente corretos. Esqueceram que os diários de sucesso são aqueles que sabem que o seu público, independentemente da faixa etária, é constituído por uma elite numerosa, mas cada vez mais órfã de produtos de qualidade. Num momento de ênfase no didatismo e na prestação de serviços – estratégias úteis e necessárias –, defendo a urgente necessidade de complicar as pautas. O leitor que precisamos conquistar não quer o que pode conseguir na *internet*. Ele quer qualidade informativa: o texto elegante, a matéria aprofundada, a análise que o ajude, efetivamente, a tomar decisões. Quer também mais rigor e menos alinhamento com unanimidades ideológicas.

A fórmula de Talese demanda forte qualificação profissional: “*A minha concepção de jornalismo sempre foi a mesma. É descobrir as histórias que valem a pena ser contadas. O que é fora dos padrões e, portanto, desconhecido. E apresentar essa história de uma forma que nenhum blogueiro faz. A notícia tem de ser escrita como ficção, algo para ser lido com prazer. Jornalistas têm de escrever tão bem quanto romancistas*”. Eis um magnífico roteiro e um baita desafio para a conquista de leitores: garra, elegância, rigor,

REFLEXÕES XIV

relevância. O nosso problema não é de falta de mercado, mas de incapacidade de conquistar uma multidão de novos leitores. Ninguém resiste à matéria inteligente e criativa.

Em minhas experiências de consultoria, aqui e lá fora, tenho visto uma florada de novos leitores em terreno aparentemente árido e pedregoso. O problema não está na concorrência dos outros meios, embora ela exista e não deva ser subestimada, mas na nossa incapacidade de surpreender e emocionar o leitor.

Os jornais, prisioneiros das regras ditadas pelo *marketing*, estão parecidos, previsíveis e, conseqüentemente, chatos. A revalorização da reportagem e o revigoramento do jornalismo analítico devem estar entre as prioridades estratégicas. É preciso encantar o leitor com matérias que rompem com a monotonia do jornalismo declaratório. Menos Brasil oficial e mais vida. Menos aspas e mais apuração. Menos frivolidade e mais consistência. Além disso, os leitores estão cansados do baixo-astral da imprensa brasileira. A óptica jornalística é, e deve ser, fiscalizadora. Mas é preciso reservar espaço para a boa notícia. Ela também existe. E vende jornal. O leitor que aplaude a denúncia verdadeira é o mesmo que se irrita com o catastrofismo que domina muitas de nossas pautas.

Perdemos a capacidade de sonhar e a coragem de investir em pautas criativas. É hora de proceder às oportunas retificações de rumo. Há espaço, e muito, para o jornalismo de qualidade. Basta cuidar do conteúdo. E redescobrir uma verdade constantemente negligenciada: o bom jornalismo é sempre um trabalho de garimpagem.

O papel da informação no conturbado momento nacional mostra uma coisa: o jornalismo está mais vivo que nunca. E a democracia depende da qualidade e da independência dos seus jornais. ●

Carlos Alberto Di Franco: jornalista.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 4 de janeiro de 2016

Vazamento é a mãe

Eugênio Bucci



Para as autoridades federais, jornalistas não investigam, não pesquisam, não entrevistam, não raciocinam. Ora, o que é uma notícia senão um segredo revelado?, questiona professor da USP

No detalhe do detalhe, o espírito da coisa toda. Você pode achar que a compreensão que as autoridades têm – ou não têm – da palavra “vazamento” é um mero e insignificante detalhe no meio dessa confusão convulsionada em que se converteu o País. Você pode achar que, enquanto as paredes da República despencam sobre cabeças ocas, ninguém vai querer se ocupar dos significados desse termo, “vazamento”. Qual a relevância disso? De fato, há temas bem mais urgentes, mais vitais, a merecer a atenção da cidadania. No entanto, os detalhes...

Este detalhe, por exemplo: o sentido da palavra “vazamento”. Se olharmos bem para esse mínimo detalhe, veremos que aí repousa, intacto, o espírito da coisa toda. O que é que o governo federal pensa sobre a imprensa? A resposta não está nos grandes movimentos, nas solenidades pomposas, nas *performances* midiáticas, desde as mais espetaculosas até as mais desastrosas. Quem quer entender o que vai na cabeça dos estrategistas do Planalto sobre imprensa não deve se iludir com o jogo de cena das gravatas e dos *tailleurs* – deve seguir a trilha da palavra “vazamento”.



Vamos atrás dessa trilha. Depois que a revista semanal **Isto É** foi às bancas na quinta-feira com os termos da delação premiada do senador petista Delcídio Amaral, ex-líder do governo no Senado, autoridades federais das mais altas patentes iniciaram sua pregação contra o “vazamento”. Na visão delas, o que sai na imprensa sobre a

REFLEXÕES XIV

corrupção praticada por réus mais ou menos ligados ao governo não decorrem do trabalho de reportagem, de esforço de apuração, do talento e da determinação de profissionais maduros. Tudo resulta daquilo que servidores da Polícia Federal, do Ministério Público ou do Judiciário “vazam” com as piores intenções deste mundo.

Na visão dos adeptos desse discurso fanatizante do governo federal, repórteres apenas recebem passivamente o “vazamento” e depois vão cuidar de estampá-lo nos jornais, com espalhafato e sensacionalismo, sem pensar nas consequências. Para as autoridades federais, jornalistas não investigam, não pesquisam, não entrevistam, não raciocinam, não escolhem, não hierarquizam as informações que publicam. Na narrativa oficial do Palácio do Planalto, que agora elegeu a entidade do “vazamento” como a grande culpada pela crise brasileira, a imprensa não passa de uma central de “*office boys*” a serviço da intriga, um bando de moleques de recados, um correio deselegante sem discernimento crítico e sem responsabilidade social. É assim que, quando falam em “vazamento”, essas autoridades ofendem o jornalismo.

Um bom exemplo dessa mentalidade pode ser encontrado na nota oficial da Presidente da República divulgada na quinta-feira. Vamos ao texto:

“Os vazamentos apócrifos, seletivos e ilegais devem ser repudiados e ter sua origem rigorosamente apurada, já que ferem a lei, a justiça e a verdade. Se há delação premiada homologada e devidamente autorizada, é justo e legítimo que seu teor seja do conhecimento da sociedade. No entanto, repito, é necessária a autorização do poder Judiciário. Repudiamos, em nome do Estado Democrático de Direito, o uso abusivo de vazamentos como arma política. Esses expedientes não contribuem para a estabilidade do País.”

Francamente, as recentes declarações presidenciais sobre “mulher sapiens” e “pernilonga” eram mais inteligentes. Há mais fundamento científico no conceito de “pernilonga” do que há conhecimento sobre a história da imprensa na democracia nas considerações que ela assinou sobre os “vazamentos”.

Não há dúvida de que um agente policial que entrega a um repórter

REFLEXÕES XIV

um documento sigiloso da instituição em que trabalha incorre numa prática irregular ou mesmo criminosa (quando essa conduta corresponde a um tipo penal devidamente descrito na lei). Um segredo policial deve ser guardado pelos funcionários públicos que trabalham com ele. Do mesmo modo, um segredo de Justiça deve ser mantido em sigilo por aqueles que, no poder Judiciário, dele se ocupam. Segredos de Estado, sob guarda do Executivo, são resguardados por mecanismos institucionais análogos. Quando um servidor do Estado, em qualquer esfera estatal, comete o deslize de contrabandar uma informação sigilosa a ele confiada, seu ato deve ser investigado, julgado e, se condenado, punido. Até aí, estamos todos de acordo.

O problema começa quando estendemos o mesmo raciocínio para enquadrar os repórteres. Não dá certo. Essa lógica, que vale para o servidor público encarregado de tomar conta de segredos legalmente definidos como segredos, não vale para a imprensa. Ao contrário: se é papel do agente público zelar pela proteção de um ou outro sigilo, o papel da imprensa é o oposto. Ela deve – no sentido de ter o dever de – ficar de olho no poder e trabalhar para descobrir os segredos do poder. Ao descobri-los, deve avaliar a necessidade e a pertinência de torná-los públicos. Eis aí o núcleo do trabalho mais essencial da instituição da imprensa livre. O que é uma notícia senão um segredo revelado?

Até podemos chamar de “vazamento” a informação sigilosa que desliza, por algum motivo, para fora do âmbito de controle do poder, mas não podemos chamar de “vazamento” uma reportagem, mesmo que, para a realização dessa reportagem, possa ter sido usado o conteúdo informativo de um “vazamento”. O nome de reportagem é reportagem. Chamá-la de vazamento é injuriá-la. Reportagem é fruto do trabalho de repórteres. “Vazamento” é um conceito hidráulico que designa também o movimento da informação que escapa clandestinamente de uma esfera encarregada de mantê-la para um domínio ao qual ela não estava originalmente destinada. Chamar de “vazamento” uma reportagem para a qual contribuíram diversas equipes de profissionais é desqualificar e desrespeitar essas equipes. Quem insiste em chamar o trabalho da imprensa de colagem de vazamentos está interessado

REFLEXÕES XIV

em confundir a opinião pública.

Não é só isso, infelizmente. Olhemos a questão com um pouco mais de detalhismo. O que é que a presidente quer dizer com “uso abusivo de vazamentos como arma política”? Ela por acaso acredita que alguma grande reportagem, grande no melhor sentido da palavra, uma reportagem que tenha ferido o nervo do poder, não contou com informações cedidas por pessoas ou grupos que tinham o objetivo de derrotar os interesses de outras pessoas e outros grupos, usando a informação como “arma política”? Escolha uma grande cobertura, qualquer uma, e você verá que a resposta é não. É sempre não.

Podemos pensar na sequência de boas reportagens (de vários órgãos de imprensa) que, em 1992, culminou com o afastamento do então presidente da República Fernando Collor de Mello. Em 1992, Pedro Collor, irmão do então chefe de Estado, deu sua famosa entrevista à revista **Veja** em que acusava o presidente de usar o tesoureiro de sua campanha como testa de ferro, além de outros abusos. Como Pedro Collor não provava nada, absolutamente nada do que dizia (e muitos dos que hoje querem expulsar Delcídio do PT aplaudiam de pé a revista que o entrevistou), é o caso de perguntar: ele não estava em guerra aberta contra o irmão? Não estava usando suas declarações como “arma política”?

Mudemos agora de país sem mudar de assunto. Será que o “Garganta Profunda”, a fonte que abasteceu Bob Woodward, do **Washington Post**, com pistas mais que privilegiadas sobre o escândalo de Watergate, no início dos anos 1970, não estava usando e abusando de “vazamentos como arma política”? Estava, sim senhor. Nixon teve de renunciar em 1974, sem que fosse revelada a identidade daquela fonte fundamental. Somente três décadas depois é que se soube: “Garganta Profunda” era William Mark Felt, nada menos que o número 2 do **FBI** no governo Nixon. Ele só falou o que falou porque se ressentiu de não ter sido promovido a número 1.

Existe alguma fonte decisiva, em alguma cobertura decisiva, que fira o poder de verdade, que não esteja em guerra contra alguém? Existe alguma fonte só com boas intenções? Claro que não. No entanto, Dilma Rousseff e seus porta-vozes querem levar o Brasil inteiro a

REFLEXÕES XIV

acreditar que sim.

Segundo a narrativa palaciana, os jornalistas só fazem aquilo que o poder Judiciário autoriza e só escutam fontes que não usam suas informações como “arma política”. Na vida real das democracias, o ideal do jornalismo é o contrário. Jornalistas entrevistam gente descontente, gente que se sentiu ultrajada, gente com sede de vingança. O papel do jornalista é ouvir, com atenção absoluta, e então separar o que é rancor e ódio do que é de genuíno interesse público. Esse julgamento – que não é simples de fazer, e que o Judiciário é incompetente para fazer, em todos os sentidos – é o julgamento que só a imprensa pode fazer.

A sociedade livre precisa da imprensa porque só ela, só a imprensa, vai bulir com o que o poder prefere esconder e, depois, vai contar tudo (o que seja de interesse público) para todo mundo. Sem a profissão de jornalista, o totalitarismo triunfaria, seja sob Nixon, sob Collor ou sob Dilma. A sociedade precisa da imprensa porque só a imprensa tem compromisso não com os segredos do poder, mas com o direito à informação do cidadão. No dia em que abaixar a cabeça para os critérios editoriais de magistrados ou para as teorias jornalísticas desse pessoal que anda em Brasília, a imprensa terá morrido.

Você pode dizer que jornalistas erram, e terá razão. Todo tipo de agressão, desgraçadamente, é perpetrada em nome do direito de informar. Há páginas de vergonha na imprensa brasileira, e não são poucas. Mas não caímos na ilusão de que o caminho para o bom jornalismo está na obediência à autoridade. Por melhor que esta seja. É graças ao jornalismo livre, por pior ele tenha sido, que os cidadãos têm conseguido saber sobre os crimes dos poderosos. É graças aos vazamentos e, ainda mais, graças a alguns jornalistas excepcionalmente bons, que não se curvam. ●

Eugênio Bucci: jornalista, professor da USP e articulista da página 2 do Estado.
Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 6 de março de 2016

Partidos em declínio

The Economist



Se as coisas andam estranhas na política dos EUA, isso se deve, em parte, ao desarranjo de republicanos e democratas

Os partidos políticos nunca são monolíticos. Como seus integrantes estão cansados de saber, reinam em seu interior as rivalidades e a fragmentação. Apesar disso, especialmente em democracias bipartidárias, eles resistem. Suportam as pressões centrífugas atendendo às reivindicações de seus eleitores, dividindo os frutos do butim entre as facções internas e adaptando-se a mudanças externas. Conseguem mesmo, no mais das vezes, parecer relativamente coesos ao fazer isso. Durante a maior parte do século XX, a maioria dos americanos sabia mais ou menos quais eram as bandeiras de seus dois partidos.

Eleitores fazem fila para votar em uma universidade em Austin, no Texas, um dos 13 Estados que realizam a Superterça neste dia 1º.

O momento atual, porém, é de anormalidade. Embora os cientistas políticos tenham demorado um pouco para se dar conta do fenômeno, o fato é que os partidos políticos americanos parecem mais fragmentados que de costume. A situação dos republicanos é particularmente delicada. Mas as divisões internas dos democratas, ainda que menos evidentes, também são profundas.



A pré-candidatura de Donald Trump avança a passos largos, apesar de lhe faltarem todos os recursos que os partidos costumam oferecer ao favorito à indicação para a disputa da presidência: mais até do que estrategistas, propostas e recursos financeiros. Não chega a ser surpreendente que os republicanos tenham sido incapazes de prever o sucesso de Trump. Mais espantoso, e bem mais recriminável, é que eles tenham se mostrado tão ineptos em lidar

REFLEXÕES XIV

com o fosso que se abriu entre as bases sociais e o ideário do partido – descompasso esse que Trump soube explorar com maestria. Agora, o partido lembra um jornal que acaba de descobrir que seus leitores não precisam mais dos artigos e reportagens publicados em suas páginas para fazer a mediação entre si e o mundo.

O Partido Republicano chegou ao século XXI como uma aliança entre grupos pró-mercado, conservadores de inspiração religiosa e defensores de políticas externas agressivas. O partido conquistou apoio desproporcional entre eleitores brancos – resultante do bem-sucedido recrutamento de brancos sulistas, que se ressentiam das inovações da era dos direitos civis, e, no governo Reagan, de trabalhadores do setor industrial em todo o país.

Essa mescla de grupos de interesse mostrou-se bastante produtiva: no intervalo de 40 anos que se estende de 1969 a 2008, a Casa Branca esteve nas mãos do partido durante 28 anos. No período, os grupos pró-mercado foram os sócios majoritários do arranjo, principalmente porque era de seus bolsos que saíam os recursos para financiar as campanhas eleitorais republicanas.

É a primeira vez em 50 anos que as coisas seguem um curso diferente. Os irmãos Koch, responsáveis pela organização da rede mais abastada de doadores políticos do país, cujo objetivo é eleger parlamentares republicanos comprometidos com a desregulamentação do mercado e a redução da carga tributária, recusam-se a apoiar Trump.

Fraturas expostas. O avanço do magnata não pode ser atribuído apenas a seu patrimônio – embora isso certamente tenha ajudado, permitindo que ele apelasse diretamente às preocupações das bases republicanas, em vez de atender às aspirações de seus doadores. Trump expôs graves divisões no interior das diferentes tendências do partido, assim como entre umas e outras.

Mesmo antes de sua ascensão, alguns republicanos pró-mercado começavam a se desiludir com o partido, cujo braço congressista parecia preocupado apenas em paralisar o governo federal, brincando perigosamente com o teto da dívida pública.

Depois da crise financeira, quando o governo de George W. Bush

REFLEXÕES XIV

socorreu várias instituições financeiras de grande porte, os republicanos passaram a denunciar o capitalismo de compadrio tanto quanto os democratas. Trump aprofundou as divergências com os grupos mais ligados ao empresariado. Em dezembro, o presidente da Câmara Nacional de Comércio disse ver a candidatura Trump como mera fonte de entretenimento.

O bilionário também provocou divisões entre os conservadores de orientação religiosa. A vida repleta de episódios tórridos e o ar de velho devasso não seriam, por si sós, obstáculos ao apoio dos evangélicos que, afinal de contas, adoram histórias de penitência. Mas Trump não é um sujeito muito religioso e não faz força para dar a impressão de sê-lo – seu posicionamento contra o aborto parece insincero.

O **Christian Post**, site de notícias mais popular entre os evangélicos americanos, recentemente publicou um editorial com o título: “Donald Trump é uma fraude. Manter-se longe dele é o melhor que um eleitor evangélico pode fazer”. Até o momento, organizações conservadoras de grande alcance social, como a Family Leader, têm preferido apoiar o senador texano Ted Cruz. Mas as admoestações não parecem surtir efeito. Na maioria dos Estados, Trump vem obtendo vitórias fáceis entre eleitores que se declaram evangélicos.

Os motivos que levam essas pessoas a votar em Trump têm muito pouco a ver com crenças religiosas ou com propostas específicas. É antes uma questão de atitude. Estudo conduzido pelo centro de pesquisas **Rand Corporation** mostra que o indicador mais confiável para determinar se um eleitor republicano tende a apoiar o magnata é sua concordância com a afirmação: “*Pessoas como eu não influenciam as ações do governo*”. Os eleitores de Trump sentem que não têm voz, e, sejam quais forem os atributos que faltam ao pré-candidato, pelo menos voz ele tem.

Trump empresta sua voz para que as pessoas deem vazão a suas queixas e a suas aspirações de grandeza. E elas adoram a experiência. É também uma voz capaz de fazer afirmações que outros políticos não fazem, como a de que os imigrantes mexicanos são, em sua maioria, traficantes e estupradores. Tais inverdades se encaixam no racismo mais amplo, ainda que em grande medida

REFLEXÕES XIV

tácito, com o qual Trump granjeou popularidade não só junto à Ku Klux Klan, mas também junto ao número consideravelmente maior de indivíduos brancos que cultivam algum tipo de ressentimento racial. Em termos geográficos, observa-se correlação entre sua base de apoio e a frequência de xingamentos racistas em pesquisas feitas no Google.

Fissuras. Quanto aos linhas-duras da política externa, o mais frágil dos três grupos que compõem o Partido Republicano, é possível que eles prefiram até mesmo uma Casa Branca comandada por Hillary Clinton do que por Donald Trump. As declarações do magnata, que volta e meia diz que as tropas americanas só colhem derrotas, sua tendência ao isolacionismo, os insultos que já dirigiu a veteranos importantes, como John McCain, as críticas que faz ao desempenho de George W. Bush como comandante em chefe e, acima de tudo, o entusiasmo com que fala de soldados executando ações que resultariam em sua denúncia à Justiça militar são a receita certa para empurrar esses republicanos para o lado dos democratas.

Mais uma vez, porém, o apelo de Trump reflete aquilo que ao menos alguns republicanos gostam na política externa linha-dura: sua associação com a ideia de autoridade. O Partido Republicano passou os últimos 50 anos opondo-se ao protagonismo do governo federal em todas as áreas, menos na política externa. Agora, corre o risco de ir para a campanha presidencial com um cabeça de chapa que, segundo indicam levantamentos, conta com apoio particularmente entusiasmado de indivíduos que gostariam de ver um político mais autoritário na Casa Branca.

Trump revela pendor inigualável para acentuar as divisões republicanas. Mas nisso ele é auxiliado por uma relutância inveterada em enfrentar e encontrar soluções para tais divergências. Há anos, em vez de se dedicar à questão, os republicanos preferem se opor ferrenhamente às políticas de Obama e questionar sua legitimidade. Agora, com Obama de saída, isso já não faz sentido. Por outro lado, Trump ajudou os democratas a identificar os pontos em que devem somar forças. Se os republicanos desejam dar fim às conquistas associadas com Obama, os democratas querem protegê-las e reforçá-las. Isso tende a favorecer a formação de consensos no interior da coalizão interna. Mas os laços entre os grupos de

REFLEXÕES XIV

eleitores que votam majoritariamente em candidatos democratas – hispânicos, negros, indivíduos com pós-graduação, mulheres solteiras, pessoas sem religião, trabalhadores sindicalizados e jovens que chegaram à vida adulta na virada do milênio – estão sujeitos a mudanças.

As prévias também deixam claro que, entre os ativistas, é forte o desejo de levar o partido mais para a esquerda. Os democratas têm desempenho excepcional junto ao eleitorado não branco: em 2012, um em cada quatro votos que Obama recebeu veio desses eleitores – no caso de Mitt Romney, foi um em cada dez. Acontece que os interesses dos indivíduos negros nem sempre coincidem com os dos hispânicos. Temendo a disputa por empregos de baixa remuneração, a bancada negra no Congresso se aliou com os sindicatos e foi parcialmente responsável pelo insucesso de uma tentativa de reformar a lei de imigração, ainda no governo de George W. Bush. O partido conseguiu contornar a cisão, apresentando a reforma como uma questão de direitos civis. Quando Obama se reúne com membros da bancada negra, é comum que, numa demonstração mútua de bons modos, a reforma da legislação de imigração seja omitida. Mas a divisão persiste.

As primárias deste ano também deixaram claro que os democratas estão divididos em clivagens¹⁰ geracionais. Em todas as disputas, Bernie Sanders venceu Hillary por larga diferença entre eleitores cujas experiências políticas formativas foram a guerra do Iraque (que ela apoiou) e a crise financeira (cuja responsabilidade é atribuída aos amigos que ela tem em Wall Street). Em contrapartida, para os eleitores que nasceram antes dos anos Reagan, o fato de Sanders ter passado sua lua de mel na União Soviética é uma falta imperdoável. Para os democratas mais velhos, o deslocamento para o centro que o partido fez nos anos 1990 foi uma medida pragmática, correta e produtiva; para os mais jovens, foi uma traição.

Quando seus integrantes se dão ao trabalho de comparecer às urnas, a coalizão democrata ainda é poderosa. Os não brancos constituem

¹⁰ **Clivagem**: separação, diferenciação ou oposição de grupos sociais ou étnicos.

REFLEXÕES XIV

parcela cada vez maior do eleitorado. Levantamentos do Gallup mostram que, nos últimos 20 anos, aumentou o número de americanos que se dizem progressistas, ao passo que o número dos que se dizem conservadores se manteve estável. Os que se identificam como moderados tendem a votar em candidatos democratas. Mas, com frequência – sobretudo em anos em que as eleições se restringem a cargos legislativos – os democratas preferem ficar em casa.

Isso impediu a renovação do partido. Na eventualidade de que Hillary, aos 68 anos, conquiste a indicação democrata e então venha a ser atropelada por um ônibus ou por um indiciamento criminal, os nomes que costumam ser mencionados como seus possíveis substitutos são John Kerry, de 72 anos, e Joe Biden, de 73 anos.

Durante o governo Obama, os democratas perderam 900 cadeiras em Legislativos estaduais, 11 governadores, 69 cadeiras na Câmara dos Deputados e 13 no Senado. Isso ajuda a explicar por que Hillary não teve de enfrentar um pretendente mais jovem, que encarnasse a oposição a ela no interior do partido.

Promessa. Nas duas corridas presidenciais que disputou, Obama fez uso de um aparato próprio, que não se confundia com a estrutura partidária. Hillary assumiu o compromisso de reconstruir o partido se vencer a eleição. Mas isso pressupõe que os grupos de interesse que atuam em seu interior continuem a ver no Partido Democrata o instrumento mais adequado para alcançar seus objetivos.

Encerrada a eleição presidencial, pode ser que a apatia volte a lhes parecer mais atraente – ainda mais considerando que, agora que o partido conseguiu fazer a reforma do sistema de saúde e enfrentar – em certa medida – o problema das mudanças climáticas, seus integrantes têm enfrentado enorme dificuldade para designar novos mundos a serem conquistados.

Não há nada de imutável no atual alinhamento partidário americano. No passado, os republicanos empunharam bandeiras progressistas e defenderam a ampliação da esfera de atuação do Estado; organizaram a oposição à escravidão e lutaram pela reestruturação do Sul depois da guerra civil. Também já foram integrantes do partido que defende um Estado menor, não só agora,

REFLEXÕES XIV

como nos anos 1930, quando se opuseram ao New Deal do presidente Franklin Roosevelt.

Por sua vez, os democratas já foram o partido contrário ao excesso de intervenção estatal, opondo-se aos que queriam conceder mais poderes ao governo federal e defendendo os interesses dos brancos sulistas contra Washington. Agora, são conhecidos por querer um Estado mais atuante, tendo se empenhado na implantação de programas federais contra a pobreza no século XX e propugnado o envolvimento do Estado no sistema de saúde no século XXI.

Realinhamento. As eleições de 2016 podem marcar um novo realinhamento partidário. Alguns republicanos se perguntam se uma candidatura Trump poderia redesenhar o mapa eleitoral, conquistando o apoio de trabalhadores brancos que normalmente não comparecem às urnas em Estados como Ohio, Pensilvânia, Michigan e Wisconsin, onde não se costuma observar nítida predominância nem de um partido, nem de outro. Se Trump perder, o partido pode chegar à conclusão de que precisa dar mais atenção às preocupações econômicas daqueles que sentem terem sido deixados para trás.

De sua parte, os democratas contam com Trump para energizar os membros da coalizão que em duas ocasiões elegeu Barack Obama, além de atrair republicanos moderados, sobretudo mulheres, que certamente serão bombardeadas com anúncios sobre a misoginia do bilionário.

Se Hillary conseguir formar uma ampla coalizão antiTrump, que atraia alguns eleitores que normalmente votam em candidatos republicanos e, ao mesmo tempo, alcançar um alto grau de comparecimento entre democratas mais tradicionais, ela terá a oportunidade de criar uma nova coalizão centrista, capaz de durar mais tempo que seu próprio governo.

Não há como saber ainda se o que está acontecendo em 2016 é uma anomalia pontual, causada pela “persona” política de Trump, ou se nessas primárias estão se desenhando os contornos do futuro. Qualquer que seja a configuração dos partidos depois da eleição de oito de novembro, o sucesso que Trump obteve até agora já mudou o sistema, em parte ao mostrar que os eleitores dão muito menos

REFLEXÕES XIV

valor à consistência ideológica – e ao comedimento retórico – do que a classe política supunha. Isso pode ter um efeito libertador, se permitir que os representantes eleitos se prendam menos aos posicionamentos partidários. Mas também pode ter consequências deletérias se os únicos posicionamentos dos quais eles resolverem se aproximar forem os brutalmente populistas.

Os partidos políticos existem para processar conjuntos complexos de questões e transformá-los em escolhas binárias. É impossível imaginar uma grande democracia que se mantenha saudável sem contar com eles. No entanto, em 2020, lembrando-se da campanha de Trump, os candidatos mais fortes talvez partam do princípio de que, no fim das contas, não precisam tanto assim de seus partidos. ●

The Economist

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 6 de março de 2016

Retalhos de um sonho

Richard Sennett



O sociólogo Richard Sennett puxa o fio da meada da corrida presidencial americana. Primeiro analisa o crescente debate sobre desigualdade no país: *“A classe média está estrangulada, e tende a cair”*. Depois avalia a ascensão do socialista Bernie Sanders: *“O que ele diz não é utopia, é realidade, confronta os milionários e conversa com os jovens sem emprego”*. Então fecha com Obama: *“Ele elevou o nível do debate ao falar como um*

adulto para um público adulto. Esse é seu maior legado”.

Nunca a concentração de riquezas foi tanta nos bolsos de tão poucos. Soubemos essa semana que 62 bilionários (entre eles, dois brasileiros) possuem o equivalente ao que têm, juntos, outros 3,6 bilhões de pessoas, a metade da população mundial, justamente os mais pobres. A cada par de anos sai uma estatística parecida, tão difícil de acreditar quanto a primeira. Precisamos mesmo ser tão desiguais?

No país de maior economia do mundo, onde a corrida eleitoral começa a esquentar, essa parece ser a pergunta da vez. Mostra que alguma coisa já mudou no debate político americano. Não se fala apenas em imigração e política externa, mas também nas jornadas de trabalho que só aumentam, nos salários que diminuem, nos empregos que não dão segurança. A classe média, símbolo da força da economia do país, começou a sofrer – e assim a discussão sobre distribuir a riqueza ganhou espaço no epicentro da meritocracia e dos *self made men*.

Para o prestigiado sociólogo Richard Sennett, professor da **London School of Economics** e da **Universidade de Nova York**, esse é só o começo do debate sobre desigualdade econômica em países ricos. *“A classe média americana está estagnada e, se vai a algum lugar, é para baixo. É uma situação nova, num país que sempre se vendeu*

como terra da oportunidade. A fantasia acabou, o eleitorado está percebendo e isso estará muito presente na política americana nos próximos anos”, afirma Sennett, autor de **O Declínio do Homem Público** (clássico da sociologia, de 1977, sobre mudanças de comportamento do homem desde o século XVIII) e de **Respeito: A Formação do Caráter em um Mundo Desigual**, misto de livro de memórias e análise da desigualdade social com base em sua infância pobre, no Brooklin dos anos 1940.

Nesta entrevista ao **Aliás**, Sennett também analisou o papel do principal porta-voz da discussão sobre desigualdade nos Estados Unidos: o senador Bernie Sanders, que se declara socialista e vem desbancando Hillary Clinton em alguns Estados na disputa pela candidatura democrata à Casa Branca. *“Dizem que ele é idealista. Por acaso é idealismo defender o confronto às oligarquias, se é do que os Estados Unidos precisam? Ele vem se tornando tão popular, especialmente entre os jovens, por dizer o que tem de ser dito.”* Sobre o legado de Obama após oito anos na presidência, Sennett foi generoso. *“Ele elevou o nível do debate político, ao falar como um adulto para um público adulto.”*

Por que o debate sobre a desigualdade reapareceu nos Estados Unidos?

A principal razão é que a natureza da desigualdade mudou no país. A classe média estagnou, num processo que vem acontecendo há 20 anos. Houve uma recuperação depois da crise financeira de 2008, mas, agora, com o país cada vez mais demandando produtos, isso fica mais aparente. A desigualdade, em vez de ser definida pelos mais pobres, é hoje um problema maior para os que estão no meio. Os que ficam mais embaixo estão, inclusive, levemente melhores do que em 2007. Essa mudança, essa redistribuição da desigualdade, leva o tema para o centro do debate político. Nos Estados Unidos, é uma questão que se nota na medida em que afeta a classe média.

Como chegou a esse ponto?

A classe média estagnou, essencialmente, porque muitas das indústrias de serviço americanas passaram a oferecer apenas trabalhos em curto período, que pagam pouco, ou se transferiram para o terceiro mundo. Especialmente indústrias de serviços, como

call centers, que são levadas para países como a Índia. Como eu disse, são oferecidos muito menos trabalhos *full-time*, ou de períodos mais longos. O resultado é que os salários e, com eles, a riqueza estão diminuindo, e as pessoas sentem muito mais insegurança no trabalho. Ao olhar os dados globais de emprego nos Estados Unidos, no bruto, parece saudável. Mas, se você observar quais são os trabalhos que empregam hoje, eles são de pior qualidade. É uma situação distinta da do Brasil, onde há uma diferença maior entre os de cima e os de baixo. A economia nos Estados Unidos tem a forma de uma ampulheta, com o meio cada vez mais estrangulado. É a classe média, forçada a subir, ou, mais frequentemente hoje, descer. Enquanto isso, a riqueza extrema aumenta. Mas acho errado focar a questão da desigualdade no topo. É preciso ir a um nível inferior para entender. Do ponto de vista social, é interessante notar que todos estão tratando da estagnação da classe média. Essa é a razão da popularidade de Bernie Sanders, que é de outra geração, mas vem falando da realidade da classe média jovem. E fala disso de uma maneira que Hillary Clinton não consegue.

Quais as diferenças no pensamento de Hillary e Sanders nessa questão?

Toda a campanha de Sanders é baseada na noção do que se pensa na Europa, principalmente nos países nórdicos. Ele se diz socialista, mas na verdade é um social-democrata. Isso tem um apelo incrível entre os mais jovens e esse é o porquê de ele estar se tornando um desafio tão grande para Hillary. O que estou descrevendo é um problema grave para os jovens americanos, porque as oportunidades estão diminuindo aos que têm diploma universitário, há menos espaço no topo, menos gente com mais e mais dinheiro. E há menos empregos para os que estão embaixo e querem ter uma vida boa. Sanders é mais realista sobre a questão do trabalho. A noção de Hillary é mais baseada em mobilidade social. Uma visão antiga, desde que era senadora ela fala disso, em mover-se para cima na escala ocupacional. Mas não acho isso muito possível hoje, com menos posições de trabalho para a classe média. Hillary enfatiza o *self made men*, algo que não se sustenta mais, especialmente para os jovens. Não passa de fantasia.

E Sanders entendeu isso.

Sim. Os jovens, os *millenials*, estão acordando para a desigualdade. Isso é uma mudança real. Antes de 2008, eles não pensavam muito nisso. Mas a crise dramatizou a situação para eles. As oportunidades encolheram, a segurança está encolhendo. É um mundo diferente para essa classe média que, desde a **Segunda Guerra**, presumiu sempre que cada geração viveria melhor do que a anterior. Não houve reflexão de que poderia ser diferente. Hoje a situação mudou, e os *millenials* são os primeiros a lidar com esse fato.

As propostas de Sanders para reduzir a desigualdade seriam efetivas?

Certamente. Ele fala em diminuir o poder das oligarquias, aumentar impostos para os mais ricos e, com isso, expandir programas de segurança social, criar um sistema de saúde acessível a todos. Funcionou em países nórdicos. Não concordo com tudo o que ele diz, mas ele tem falado em um problema real, que é a insegurança laboral. Estou menos preocupado com a distribuição de riqueza do que com a segurança que uma real democracia social poderia trazer. As pessoas sempre conviveram com desigualdade e sempre lidaram com ela. O que está realmente diferente hoje é a estrutura do trabalho, muito instável. As pessoas sentem falta de segurança inclusive para ousar, fazer coisas novas. Isso será estimulado se houver um sistema que permita que se reergam se falharem. É o que Sanders defende, e esse sistema seria uma boa opção, necessária até, para os Estados Unidos. Mas não acredito que tenha chances.

Por quê?

Não tem a ver com o fato de que ele se diga socialista. Tem a ver com a estrutura da política. Ele não tem organização partidária, é um indivíduo correndo sem estrutura política por trás. Ele pode ganhar as primárias em Estados pequenos, mas nunca em Nova York, Pensilvânia, Texas, Califórnia. Ele não está integrado na classe política, e é o que gosto nele. Mas, como realista, digo que se você não controla a classe política você tem problemas. Pode-se dizer que o presidente Obama também não tinha organização política por trás dele em 2008. Mas Hillary gerenciou tão mal seu plano naquela ocasião que Obama foi capaz de, passo a passo, colonizar

instituições políticas novas a ele. Isso não está acontecendo com Sanders. Hillary aprendeu com a experiência de 2008. Então não acho que ele terá a mesma oportunidade.

Mas o que representa haver um político de esquerda com chance em um país como os Estados Unidos?

Representa uma tentativa de falar de uma realidade que mudou. Os americanos gostam de fantasias, de viver uma fantasia. E eles tiveram o poder de viver isso durante muito tempo. A esperança da mobilidade social, por exemplo, de trabalhar duro e chegar lá. E agora perderam esse poder.

Sanders está recuperando utopias?

Não acho que ele seja um idealista, que tenha ideias utópicas. Seria porque fala em confrontar as oligarquias? Eu diria que esse é um ideal realista. Seria mais realístico dizer “não, não vamos falar disso”? Falar em confrontar milionários e bilionários, como ele faz, não é o que se espera de um político que quer ser candidato a presidente. Mas dizer o que precisa ser dito é ser utópico? Não acho que esteja devolvendo fantasias aos jovens, ou motivos para sonhar. Ele está reconhecendo e mostrando a eles as realidades em que vivem. Independentemente se pode ou não ganhar, está criando um movimento. Aos 74 anos. Espero que vá bem, porque a América precisa fazer as discussões que ele propõe.

Na sua opinião, qual será o legado de Obama?

Ele concretizou propostas muito boas. Conseguiu fazer um sistema de justiça racial mais justo, o que é uma grande realização. Tentou melhorar o sistema de saúde e foi parcialmente bem-sucedido. Fez um esforço. Em outras coisas ele foi mal: o legado dele na questão ambiental é pobre, e sua política internacional teve resultados mistos. Muito pobre no começo, com melhorias recentes. As aberturas para Irã e Cuba foram um grande legado. Mas isso ele só fez no fim. E ficou na Casa Branca durante oito anos. Gostaria de vê-lo sair do Afeganistão, de ser mais enérgico na crise de refugiados... Em linhas gerais, foi um bom governo. Mas o que eu realmente gosto nele é que Obama sempre falou como adulto para um público adulto. E muitos políticos americanos tratam o público como

REFLEXÕES XIV

crianças. Obama honrou o público ao levá-lo a sério, elevou o nível do debate na política. E agora, para onde vai isso? Vai se perder. Se for um republicano, cairá como chumbo. O discurso passará a ser primitivo. Mas, mesmo se for um democrata, se for Hillary, vai cair o nível. O único que está falando com o público como Obama faz é Sanders. Uma discussão adulta. Mas, como não acredito que ele tenha chance, corremos um risco sério de ver, novamente, discussões infantis nos Estados Unidos. E sabemos como isso tem reflexos em muitos países da área de influência americana. ●

Richard Sennett: sociólogo e historiador norte-americano, professor da London School of Economics, do Massachusetts Institute of Technology e da New York University. É também romancista e músico.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 23 de janeiro de 2016

Um Brasil em desmanche

J. R. Guzzo



2015 foi o ano em que o Brasil Velho teve finalmente um duelo para valer com o século XXI. Todos estão cansados de saber que país é este. É o Brasil que desde a sua independência, 200 anos atrás, está aí para proteger, servir e enriquecer a minoria dos que dão ordens nos governos, os seus amigos e os que pagam para estar de bem com os que mandam. É o Brasil da corrupção como método de governo e objetivo da vida pública — um condomínio gerido por gangues políticas cujo único propósito é controlar a máquina do Estado. Não há ideias nesse Brasil; só há interesses. O primeiro mandamento do político “competente”, ou “do ramo”, é aplicar as melhores técnicas para enganar um eleitorado em grande parte ignorante, pobre, indiferente a seus direitos e desinteressado de questões públicas. Aqui, os donos das decisões tratam como um absurdo o princípio pelo qual a lei deve ser igual para todos. Estão convencidos de que o fato de ganhar eleições, em geral por meio da prática de estelionato aberto em suas campanhas milionárias, lhes dá o direito de fazer o que bem entendem com o aparelho da administração pública. O Brasil Velho, em suma, é o Brasil em guerra permanente com o progresso, a mudança e o bem-estar da maioria.

Em 2015, o Brasil Velho perdeu. Não vai desaparecer assim de uma hora para outra, é claro, porque nada que resiste há dois séculos desaparece de uma hora para outra. Mas as coisas não serão mais como têm sido até hoje na vida pública brasileira; o futuro do Brasil Velho acabou. Ele é representado hoje, de corpo, alma e mente, pelo ex-presidente Lula, pelo Partido dos Trabalhadores e por essa trágica Dilma Rousseff com seu governo em decomposição — junto com os amigos, os magnatas que se tornaram companheiros e as quadrilhas que vivem de assaltar o Erário. Lula e todos os intendentos que estão em seu redor não perceberam o temporal que

REFLEXÕES XIV

vinha se formando havia anos e desabou sobre eles em 2015 – escândalo após escândalo, fracasso após fracasso, flagrante após flagrante de mentira, fraude e incompetência para governar. Acharam que seu problema estava nos outros: na “mídia” que publica notícias de corrupção, nos “pessimistas” que registram o naufrágio econômico do país, na “oposição”, na Justiça que investiga a roubalheira, nos que simplesmente discordam. Com sua casa caindo, jamais pensaram que pudessem ter errado em alguma coisa.

Imaginaram-se ameaçados por um “golpe”. Convenceram a si próprios de que as maiores manifestações de rua que o Brasil já viveu eram um capricho das “elites”, coisa de “terraço gourmet”, e outras assombrosas bobagens do mesmo tipo. Comandaram, diretamente ou por intermédio da sua usina de propaganda nos meios de comunicação, uma campanha a favor da corrupção como jamais se viu por aqui e provavelmente em nenhum outro lugar do planeta. Trataram como vítimas empreiteiros de obras que são réus confessos no pagamento de propinas, e festejaram como heróis (“guerreiros do povo brasileiro”) criminosos condenados por corrupção. Continuaram acreditando, com fé religiosa, no Brasil dos privilégios, onde a polícia não prende e a Justiça não condena. Meteram-se numa operação desesperada para salvar o couro de um presidente da Câmara dos Deputados que 80% dos brasileiros querem ver deposto e cassado; tudo o que conseguiram, no fim das contas, foi o exato oposto do que pretendiam – um processo de *impeachment* no lombo da presidente da República. Mais que um crime, o Brasil Velho cometeu um erro. Não entendeu até agora qual foi o confronto real de 2015: o que pôs uma porção decisiva da sociedade brasileira contra as forças aqui descritas – o coletivo que se chama “oligarquia” e que foi absorvido, habitado e comandado por Lula e pelo PT em seus treze anos no governo. Esse lado não podia continuar ganhando sempre.

É o que mostram os fatos. Muitos dos seus chefes, que até outro dia estavam aí dando ordens, nomeando gente para empregos públicos e armando negócios de bilhões com dinheiro público, vivem hoje apavorados com a possibilidade real de ir para a cadeia a bordo de um camburão da Polícia Federal. Há um senador preso, sem data

REFLEXÕES XIV

para sair — e ele é simplesmente o líder do governo no Senado. Estão no xadrez ou acabaram de sair o presidente da empreiteira de obras públicas número 1 do Brasil, o presidente da empreiteira número 2 e um banqueiro descrito até outro dia como estrela em ascensão irresistível na alta finança brasileira — especialmente aquela que vive em concubinato com o governo. Estão na mesma situação ex-deputados, ex-diretores da **Petrobras**, um ex-ministro de Estado, um vice-almirante da armada, o último tesoureiro do PT, executivos “top de linha” e por aí vamos. Não existe nessa turma toda um único preto ou pobre — é só elite, e dentro dela há uma alarmante coleção de cidadãos que faz anos convivem em intimidade com o ex-presidente Lula, sua família e sua vizinhança. Só na Operação Lava Jato, a maior ofensiva contra a corrupção jamais feita neste país, mais de 100 suspeitos já foram presos, mais de trinta foram condenados, alguns várias vezes, num total de penas que somam quase 700 anos de prisão, e mais de vinte continuam na cadeia. Outros esperam suas sentenças usando o equipamento-símbolo destes dias de desmanche do Brasil Velho — a tornozeleira eletrônica que os impede de fugir.

Quem seria capaz de imaginar que coisas assim iriam acontecer um dia? Também não dava para prever que o maior líder político do país acabaria perdendo a sua situação de imunidade perante a lei, como ocorreu com doutores e excelências que hoje fazem parte da população carcerária nacional. Lula, neste momento, é ao mesmo tempo candidato a presidente e candidato ao presídio. Não está sendo ameaçado por suas ações políticas; seu problema, caso a Justiça decida que há indícios bem fundamentados de sua participação em algum delito, é que terá de se submeter a um processo penal, como todos os demais cidadãos brasileiros. É uma novidade, igualmente, o fato de não bastar mais mandar no governo, nem utilizar sua máquina e seus cofres, para se safar da vida real. A ocupante da cadeira teoricamente mais poderosa da República está hoje reduzida a um pano de estopa como pessoa pública, arrastada daqui para lá por deputados, senadores e todo um mundo de aproveitadores que têm o poder real de decidir se ela fica no cargo ou é deposta. Dilma conseguiu decair ao nível de desmoralização de um Fernando Collor. A maior realização do seu governo será escapar de um processo de *impeachment* humilhante,

REFLEXÕES XIV

e que já começa muito mal.

O regime velho, ao afundar pelos quatro lados em 2015, deixou à vista de todos o embuste sem limites que foi a sua marca principal durante a fase Lula-Dilma-PT. Há, com certeza, discordâncias sérias quanto a essa observação. Para muitos, a corrupção frenética dos últimos treze anos é imbatível na disputa pelo título de pior pecado da era lulista: quando se roubou mais do Tesouro Nacional? Outros tantos acham que o desastre número 1 é a sua incompetência sobrenatural para governar o país no dia a dia das coisas práticas: o que dizer de um governo que chegou ao fim do ano ameaçado de não ter dinheiro para pagar suas contas de luz? Todas essas escolhas são corretas, mas talvez nada tenha mostrado tão bem a alma do Brasil atrasado, decadente e maligno que o PT liderou de 2003 para cá quanto à escolha da trapaça, pura e direta, como lei suprema da ação política e administrativa do governo. O Brasil de hoje é o Brasil do trem-bala, da transposição das águas do São Francisco e da entrada na Opep, entre outras miragens. Aqui o cidadão chega à classe média ganhando um salário mínimo por mês. Os governos que juraram “defender a **Petrobras**” provaram ser os seus piores inimigos; a empresa está em ruínas, quem investiu em suas ações tem hoje um mico miserável, e só por conta do “petrolão”, segundo a última perícia criminal, ela foi roubada em mais de 40 bilhões de reais. O “momento mágico” da economia que Lula garantiu ter criado é o que se vê aí: 9 milhões de desempregados, inflação de 10%, juros de agiotagem, o caixa do governo na porta da vara de falências. É um manifesto contra quem não é rico.

A mãe de todas as trapaças é o “resgate de 40 milhões” de brasileiros da pobreza, ou sabe-se lá quantos. Dezenas de países apresentam resultados melhores que os do Brasil no combate à miséria – com a vantagem de não terem caído, como aqui, numa recessão de 3,5% em 2015, e talvez outro tanto em 2016, o que tira dos pobres tudo aquilo que os governos Lula-Dilma disseram ter dado. Que progresso social é esse que faz com que as coisas andem para trás? O fato é que não transferiram “renda” nenhuma – apenas distribuíram dinheiro que não tinham e tomaram emprestado a juros extorsivos. O resultado é essa dívida pública-monstro que hoje caminha para os 3 trilhões de reais e rende bilhões para a elite da

REFLEXÕES XIV

elite, os “rentistas” com sobra no bolso para emprestar ao governo. Foram remunerados com cerca de 500 bilhões de reais em juros pagos pelo Tesouro em 2015 – mais que o total de gastos com o Bolsa Família desde a sua criação. A aritmética é essa. Ela indica que Lula e Dilma fazem há treze anos seguidos o mais agressivo governo em favor da minoria já visto neste país; disfarçam isso com falatório de palanque, mas seu grande programa, na verdade, foi o “Concentra Brasil”.

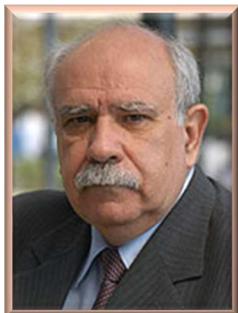
Ambos tentam tudo, agora, para salvar o que podem da sua opção por 200 anos de atraso. Mas estão tocando a Marcha Fúnebre. Não haverá uma nova Dilma. E não haverá outro Lula depois desse. ●

José Roberto Guzzo: mais conhecido como J.R. Guzzo, é um jornalista brasileiro, diretor editorial do grupo EXAME e colunista das revistas EXAME e VEJA, integrando ainda o Conselho Editorial da Abril.

Publicado na edição impressa de VEJA 30 de dezembro de 2015

No meio do redemoinho

José de Souza Martins



Tentando enxergar através da tormenta, pensador analisa as mudanças no desenho político do País depois da condução coercitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Polícia Federal

O cumprimento de um mandado de condução coercitiva do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva a um recinto da Polícia Federal, no **Aeroporto de Congonhas**, para três horas de depoimento nas investigações da Operação Lava Jato, expôs uma novidade histórica, com a qual temos que nos acostumar. As investigações que vêm sendo feitas pela Polícia Federal preenchem requisitos de um processo, que tramita na Justiça Federal, de apuração de uma rede de corrupção política que se instalou no poder por força mesmo dos defeitos de organização do Estado brasileiro. Mas que ganhou traços inéditos no governo do PT. Tanto a corrupção que se investiga quanto a Polícia que faz a investigação e a Justiça que a ordena são também novidades animadoras da reordenação da estrutura do Estado pela Constituição de 1988, contra a qual o PT votou. Aí vemos o cenário de um país governado pelo primado das instituições convencionadas na Assembleia Nacional Constituinte.

Ninguém está isento de ser chamado para depor quando há convicção de que a pessoa intimada possa esclarecer fatos sob investigação. Luiz Inácio, cidadão comum, como qualquer um de nós, não tem prerrogativas de pessoa de exceção que o livrem dos direitos e deveres da cidadania. Nem ele nunca se considerou, até onde sei, acima da lei e do dever nem diferente por direito de nascimento. Ao contrário, Lula tem sido, historicamente, um apóstolo da extensão da igualdade à imensa massa de brasileiros habitualmente tratada como de seres inferiores e de segunda classe.

Desde antes da eleição de Lula, em 2002, ele e o PT adotaram a retórica de considerarem-se vítimas da discriminação e do

REFLEXÕES XIV

preconceito das elites, assim definidos todos aqueles que não eram petistas. A retórica vem sendo revigorada nas últimas horas, com grande probabilidade de eficaz repercussão entre os indecisos e vacilantes, aqueles cujo substrato de consciência política se nutre justamente de explicações minimalistas como essa. O argumento se apoia em simplificações religiosas, maniqueístas, como a de um mundo dividido entre Deus e o diabo ou entre os pobres e os ricos. Uma pregação que partidariza sem politizar e sem esclarecer, pois os acusados desse caso são os muito ricos que infestaram o governo petista.

O PT cumpre uma função histórica. É o único partido da história republicana brasileira que estabeleceu um elo entre os humilhados e ofendidos da terra, cronicamente desprezados pela direita e pela esquerda, e o poder. Foi o PT que os transformou em protagonistas do processo político, ainda que pela via torta de certo messianismo e do clientelismo estatizado do Bolsa Família. Se o PT sucumbir, nenhum outro partido, entre os atuais, tem competência para preencher essa função política. Lula é um político bifronte que tanto se comunica com os sofisticados petistas da USP quanto com rústicos sertanejos dos sertões do Brasil, cujo bilinguismo oculta, sob um português arcaico, estruturas de linguagem e de pensamento remanescentes da língua nheengatu¹¹.

Mesmo que a Operação Lava Jato esteja investigando corrupção no exercício do poder político, como é necessário e é de lei, convém levar em conta que a corrupção política é endêmica no Brasil republicano. A questão é compreender como ela alcançou o PT, que surgiu e chegou ao poder em nome da ética na política, mesmo que na falsa suposição de que só ele era ético.

Entre nós, a política republicana fundou-se na trama da troca de favores entre os políticos e o governo e entre os próprios políticos em nome dos interesses oligárquicos das diferentes regiões. Os fatos destes dias indicam que os fundamentos retrógrados da República

¹¹ **Nheengatu**: língua desenvolvida a partir do tupinambá, falada ao longo de todo o vale amazônico brasileiro até a fronteira com o Peru, na Colômbia e na Venezuela; língua geral amazônica.

REFLEXÕES XIV

estão sendo revistos. O que estamos vivendo não é propriamente a crise do PT, mas a crise da negociata como instrumento de governação. O que a Justiça Federal está fazendo, com a Operação Lava Jato, é cobrar a fatura da decência tanto nos negócios privados como na administração pública.

São os arranjos políticos de 2002, para viabilizar a eleição de Lula, que explicam os fundamentos da crise atual. O PT e Lula trataram de demolir as poderosas e invisíveis resistências a que o partido chegasse ao poder. Aderiram ao sistema de trocas de favores entre o público e o privado, que caracteriza o nosso republicanismo. No Nordeste, Lula se dirigiu elogiosamente aos usineiros de cana de açúcar, considerados inimigos por parcela ponderável de um dos grandes grupos de sustentação do partido, o dos trabalhadores rurais. Lula falou aos militares num departamento da **Escola Superior de Guerra** e fez o elogio da economia da ditadura, justamente a economia que havia penalizado os trabalhadores do ABC, à frente dos quais nascera o líder sindical que ele era. **A Carta ao Povo Brasileiro** foi o documento que formalizou a profissão de fé do partido como entidade política da conciliação com o grande capital.

No que diz respeito a Lula, é compreensível que tenha sido signatário de um documento como esse. Ele vem do sindicalismo da mesa de negociação, o sindicalismo moderno, radicalmente diferente do sindicalismo de confronto, tão característico das ações sindicais do velho Partido Comunista dos tempos do stalinismo. De modo que o Lula enviado pelos eleitores ao Palácio do Planalto para nos governar era o oposto da figura imaginária de sindicalista que os operários do ABC acreditavam ter elegido. Oposto porque diferente do radical, do homem que enquadraria o capital e o capitalismo em nome dos trabalhadores e dos pobres. Acabou enquadrado, seu governo infiltrado por agentes dos grandes interesses.

O mesmo ocorreu com os trabalhadores rurais, representados por organizações de mediação, como o MST, nascidas nas pastorais sociais da Igreja Católica e inspiradas em valores do que Edward Thompson definiu como economia moral. Em poucos meses, o governo de Luiz Inácio começou a afastar do governo esses setores,

REFLEXÕES XIV

ao mesmo tempo em que foi se aproximando do agronegócio, inimigo político dos setores agrícolas populares. Lula não soube aplicar a essa coexistência tensa a mesma habilidade de negociador que desenvolvera em São Bernardo. Aos poucos, a relação dos agrorreformistas com o governo petista foi se deteriorando. Porque representava menos os que ansiavam por reforma agrária e representava mais os interesses do partido. Mesmo descartado, o MST continuou fiel ao petismo. Mas o que não ganhou a devida visibilidade é que essa ambivalência do MST escondia o afastamento dos setores católicos em relação ao governo e até mesmo em relação a Lula, isso já em 2005. Não é demais lembrar que, logo após sua posse, Lula foi recebido com aplausos pelos mais de 300 bispos brasileiros na reunião da CNBB, em Itaici, um fato inédito. Por trás sobretudo dos trabalhadores rurais, estava a Igreja e estavam os católicos de base, um dos pilares do petismo. Essa relação de confiança já não existe.

Ao longo dos 13 anos de PT no governo os grupos constitutivos do partido moveram-se em torno de eixos diferentes e desencontrados: o partido perdendo popularidade e o **lulismo** se robustecendo. Nesses anos era fácil ver a trama do poder se apossando do PT e do próprio Lula. Quando chegou ao poder, Lula e o partido achavam que governar era uma questão de vontade política e que o presidente mandava no poder. Aos poucos descobriu que o poder manda no presidente e que sua margem de conduta autoprotetiva e verdadeiramente governante depende de uma arte que é completamente diversa dos pressupostos do maniqueísmo partidário e da retórica da porta de fábrica.

Em 2005, Luiz Inácio já se dava conta de que ele e seu partido estavam à beira do abismo aberto pelos desencontros e contradições do Estado brasileiro e pelas contradições interiores do próprio Partido dos Trabalhadores. Lula percebeu, mas os petistas não, que a sociedade brasileira, como é normal e corrente, havia mudado desde o dia 1º de janeiro de 2003, dia de sua posse. Percebeu que seu partido se distanciava do Brasil real, o Brasil que muda de modo de ser, de modo de pensar e de modo de votar. Deu uma boa indicação disso quando sugeriu que o PT deveria se aproximar da classe média e da direita e quando, até mesmo, para assegurar a

REFLEXÕES XIV

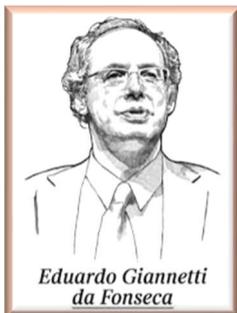
eleição de seu candidato a prefeito de São Paulo, visitou Paulo Maluf em sua casa e apertou sua mão. Muitos não compreenderam que, na linguagem gestual de Lula, apertar a mão é uma coisa e abraçar é bem outra. Nesse enigma há um Lula duplo, que anunciou seu ressurgimento na sexta-feira, do meio das cinzas. ●

José de Souza Martins: sociólogo, membro da Academia Brasileira de Letras e autor, entre outros livros, de *Do PT das Lutas Sociais ao PT do Poder*.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 6 de março de 2016

A sociedade brasileira bateu em um paredão

Eduardo Giannetti da Fonseca



Crise pode levar o País a rever a estrutura, os gastos e o modelo político do Estado, diz economista

O economista Eduardo Giannetti prevê um ano duro para o Brasil, em particular por causa do desemprego. *“Uma coisa é apertar o cinto. Outra é perder os meios de vida.”* Mas ele acredita em reviravoltas. *“Coisas improváveis acontecem, felizmente.”* E, entre as que ele gostaria de ver em 2016, está a revisão da estrutura do Estado brasileiro. *“Em longo prazo, temos duas crises que se articulam e se alimentam: o fim do ciclo de expansão fiscal e o esgotamento do modelo de coalizão política”.* *“A crise econômica talvez nos mobilize e nos permita enfrentá-las.”* A seguir, os principais trechos da entrevista concedida ao Estado.

Há duas crises no Brasil: a econômica e a política. Qual o cenário para o País com essa confluência de crises?

Onde realmente pega e dói, e vai continuar doendo, é o desemprego. Uma coisa é apertar o cinto. Isso todo mundo faz. Outra coisa é perder a renda, a condição e os meios de vida. Desemprego é isso. O que torna a situação brasileira mais perturbadora é o fato de que há uma brutal reversão de expectativas. Durante muito tempo se alimentou a expectativa de que a vida estava melhorando – e, em alguns sentidos, estava mesmo. De repente, houve um retrocesso. As expectativas se reverteram rapidamente, em um curto espaço de tempo. Isso agrava o quadro. Uma coisa é você estar numa situação ruim e não ter nenhuma expectativa. Outra é ter uma expectativa firme e ela se reverter radicalmente. Mas o fundamento de tudo é a crise econômica. Se o Brasil continuasse a crescer 4%, com inflação domada, não teríamos esta situação. A popularidade da presidente seria alta. Ela manteria o prestígio com os políticos. Sua

REFLEXÕES XIV

legitimidade não estaria tão comprometida. Se houvesse pleno emprego e crescimento macroeconômico, e os programas sociais continuassem como vinham, esse quadro não estaria tão deteriorado. Mas também é fato que a crise política agrava a crise econômica: um governo enfraquecido não tem capacidade de ação para dar as respostas que o momento exige.

Qual sua perspectiva para 2016?

Não tem como ser otimista em curto prazo. O que tem de positivo é que essa crise talvez nos mobilize e nos permita enfrentar problemas que há muito tempo vêm se arrastando e agora vão demandar uma solução mais ousada e corajosa. Temos de entender que a Dilma não criou sozinha toda essa situação. Ela acelerou e levou ao limite. Mas o que temos é o esgotamento do ciclo de expansão fiscal e a falência do presidencialismo de coalizão. Nós teríamos de enfrentar isso em algum momento. Chegou a hora.

Poderia explicar melhor?

Em longo prazo, temos duas crises que se articulam e se alimentam. A primeira é o fim do ciclo de expansão fiscal. Acho importante bater nos números porque as pessoas não têm noção da expansão do Estado brasileiro da Constituição de 1988 para cá. Em 1988, o Estado brasileiro arrecadava 24% do Produto Interno Bruto (PIB). Era uma carga tributária bruta normal para um País de renda média. De lá para cá, todos os governos, sem exceção, aumentaram a carga tributária. Hoje está em 36% do PIB.

E querem aumentar mais...

Sim. Estão propondo uma nova contribuição para aumentá-la ainda mais no momento em que o PIB cai. Mas chegou ao limite. Não acho que vão conseguir. Só que, além da carga tributária bruta, que é o total arrecadado por União, estados e municípios, você tem hoje um *déficit* nominal do Estado brasileiro de 8%, 9% do PIB. Estamos falando de um País onde 45% da renda nacional transitam pelo setor público. É patético e surpreendente: 45% do valor criado pelos brasileiros passam pelo setor público. No entanto, a capacidade de investimento do Estado, basicamente em infraestrutura, é menor hoje do que em 1988. Lá, o Estado investia 3% do PIB. Hoje, investe

REFLEXÕES XIV

2,5%. Tem algo profundamente errado nas finanças públicas brasileiras. O mais espantoso ainda é constatar que, com 45% da renda sendo intermediada pelo Estado, a distribuição de renda seja o que é. Fica claro que o Estado concentra renda. A “bolsa empresário” do BNDES é muito maior que o Bolsa Família. Temos 5.570 câmaras municipais pagas pelo contribuinte, mas milhares de municípios não têm posto de saúde. Com isso, não constituímos uma rede de proteção social efetiva.

O sr. considera a rede de proteção do Brasil eficiente?

Não. Não é. Tem muito a avançar. Rede de proteção é saneamento básico. Temos no País hoje uma epidemia de dengue afetando milhões de pessoas, em grande medida por falta de um serviço que faz parte de uma rede social organizada. Isso vai obrigar a repensar e a redefinir o tamanho e as funções do Estado no Brasil. A outra grande crise, ligada a essa, é a falência do presidencialismo de coalizão: modo de sustentação do governo federal que requer o loteamento de cargos, de verbas, de pedaços do Estado para grupos que só têm interesse de usá-lo em benefício próprio. Nos dois casos, as duas crises – que se confluem no segundo mandato da Dilma – estavam se desenrolando. Viriam com o tempo. Ocorre que o primeiro mandato da Dilma acelerou violentamente o processo. É como se alguém tivesse apertado aquele botão *fast forward*. As crises destrambelharam. Mas, nesse momento, a sociedade brasileira pode avançar nas duas dimensões. Em uma, repensar, de maneira corajosa, o Estado que queremos, seu tamanho e suas funções. Na outra, fazer uma reforma política que permita aos representantes eleitos, principalmente o Executivo federal, construírem uma base de sustentação que não dependa do fisiologismo e da corrupção. Isso requer mudanças no sistema de votos, no sistema de representação, um trabalho de mudança nas instituições políticas, para restaurar uma governabilidade sadia no Brasil.

O impeachment é parte do processo?

A crise política é a chance de avançar. A sociedade brasileira bateu num paredão. Chegou ao limite. O agravamento das crises econômica e política vai provocar cada vez mais reações da

REFLEXÕES XIV

sociedade. Para sair desse nó são necessárias forças políticas fortalecidas

... e não é o caso agora.

Esse é o aspecto mais preocupante. Não há lideranças nem forças políticas organizadas capazes de fazer esse movimento.

O que representa o *impeachment* nesse processo?

É uma resultante. Em curto prazo, cria uma paralisia, mas é resultante disso. Não é causa. Veio da crise econômica e da falência do presidencialismo de coalizão. A Dilma loteou 39 ministérios entre 10 partidos e não elegeu o presidente da Câmara. Esse é o contexto do *impeachment*. Faliu o presidencialismo de coalizão. O governo federal entrega, mas não recebe mais. Esse é um modelo biológico. Na medida em que o PMDB é um parasita, o hospedeiro já começou o mandato rendido. E agora o parasita teve de fazer o jogo de enfraquecer o hospedeiro, mas não a ponto de matá-lo, porque, se não, ele vai junto. Agora, o parasita vislumbrou a possibilidade de ocupar o lugar do hospedeiro. E eu temo que parte do que está em jogo é até mesmo uma eventual limitação da investigação da Lava Jato.

Por quê?

Porque as forças políticas que estão se organizando para assumir numa eventualidade o lugar da Dilma também estão implicadas na Lava Jato. E vai ser uma crise gravíssima abrir processos no Supremo Tribunal Federal envolvendo a nova liderança, na eventualidade de isso acontecer. Aí, o que não dá para entender, que eu, como cidadão brasileiro, fico realmente desapontado, é por que o Supremo ainda não deu início aos processos de julgamento dos políticos com foro privilegiado na Operação Lava Jato. O custo disso para o Brasil é tremendo. Boa parte da confusão e do caos que foi se instalando é por causa disso. Quem não têm foro privilegiado está sendo julgado e recebendo penas. Outros, que muito provavelmente são culpados, continuam nos cargos de mando – e mandando.

Vamos precisar de outro governo, outra eleição, para fazer mudanças ou é possível mudar agora?

REFLEXÕES XIV

Talvez em um mandato tampão ou num governo de coalizão haja espaço para algumas iniciativas de reforma política e do pacto federativo, de revisão do tamanho e das funções do Estado. Quem acreditaria que, depois do confisco da poupança e do *impeachment* de Fernando Collor, Itamar Franco, em um mandato tampão, faria a coisa mais importante da vida econômica brasileira em muito tempo, que foi a estabilidade com o **Plano Real**? Aconteceu. Eu acho que coisas improváveis acontecem. Felizmente. ●

Eduardo Giannetti da Fonseca: economista brasileiro, formado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas ambas da Universidade de São Paulo. Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 17 de janeiro de 2016

Levy jogou na defesa, eu iria jogar no ataque

Arminio Fraga



Arminio Fraga diz que, caso estivesse no governo, promoveria uma 'grande mudança no regime econômico' e alerta que o Brasil 'está correndo bastante risco'

Ex-presidente do Banco Central e apontado para ser ministro da Fazenda caso Aécio Neves vencesse as eleições de 2014, Arminio Fraga considera o atual momento político-econômico brasileiro pior do que o início dos anos 1990, quando, em plena hiperinflação e moratória, entrou na vida pública como diretor do Banco Central. Para Fraga, o Brasil perdeu o rumo durante o governo Lula, e acordou num *“pesadelo de um país paralisado, com um modelo ruim que não está sendo corrigido”*.

Cético em relação ao novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, ele diz que o antecessor, Joaquim Levy, aceitou o cargo por *“coragem, com um pinguinho de sonho e loucura”*. Fraga mantém-se convicto de que a situação do País seria outra em caso de vitória tucana, pois ele *“jogaria no ataque”*, com uma *“grande mudança de regime econômico”*, enquanto Levy *“jogou na defesa”*, para *“segurar a barra e ver se conseguia ganhar tempo”*. A seguir, trechos da entrevista à Agência Estado, concedida na quinta-feira, na sede no Rio da gestora Gávea Investimentos, da qual é sócio fundador.

Saída para a crise. *‘Não acho que a CPMF vá resolver coisa alguma, precisamos é de uma recauchutagem geral da política econômica’*, diz Fraga

Quais são os principais focos de preocupação econômica no mundo?

Acho que o epicentro ainda está mais na China, mas há também a sensação de que, se as economias principais derem para trás, não

tem mais muito o que fazer, não há muito espaço fiscal e monetário. Não acredito que dê para ir tão longe no juro negativo, o que já vem ocorrendo em diversos países. Tem até relatórios de mercado falando que daria para ir até 4% de juro negativo, mas sou cético. Não há muita folga se tiver um problema. E todo o esforço dos bancos centrais até agora parece ter tido como efeito principal evitar outra depressão. Mas não muito mais. Do ponto de vista de inflação, pouquíssimo. Essas mudanças todas também estão afetando os bancos, que lidam com dinheiro, que está rendendo juro negativo. É uma margem de remuneração que desaparece. E aí há temores sistêmicos, envolvidos com problemas políticos de se proteger os bancos, é complicado. Outra questão é a alavancagem, que, ao contrário do que alguns suporiam, cresceu muito de 2007 para cá. Na China, por exemplo, as empresas aumentaram a alavancagem de 2007 para cá em 80 pontos percentuais do PIB, mesmo com todo o crescimento do PIB chinês.

O sr. entrou na vida pública no governo Collor, um dos piores momentos econômico-políticos desde a redemocratização. Como compara aquela crise com a de hoje?

Sim, fui diretor do Banco Central em 1991 e 1992. O Brasil vinha de mais de dez anos de queda no PIB *per capita*, moratória, hiperinflação, uma situação caótica. Mas havia certa esperança de que poderia virar, já havia uma reflexão sobre a hiperinflação. Agora é muito diferente. Com a chegada do presidente Lula, parecia que o Brasil havia achado um caminho bom, com mudanças no lado social, e sem seguir a cartilha do PT, sem quebrar o Brasil. A frustração hoje é muito grande porque o Brasil chegou a bater na trave, fez vários gols nessa sequência de FHC 1 e 2 e Lula 1. Havia uma sensação de que o País tinha uma agenda e de repente isso sumiu. Em algum momento, o País se perdeu completamente. Algo que veio junto com uma deterioração de costumes e da nossa política, que hoje é caótica, com quase 30 partidos. A sensação é que ninguém quer fazer qualquer passo mais ousado, qualquer sacrifício. O Brasil desembocou nessa situação meio fragilizado, dobrou as apostas todas, de expansão de crédito e fiscal, desleixo com a inflação, e acordou num pesadelo de um país paralisado com

REFLEXÕES XIV

um modelo ruim, que não está sendo corrigido. É uma dinâmica econômica trágica, triste, algo inusitado para mim. Então, eu diria que, a meu ver, hoje está pior do que lá atrás, no início dos anos 1990.

Como vê a questão da dívida pública?

Acho que nosso Estado está cheio de problemas, é grande, ineficaz e a dinâmica financeira é incredivelmente complicada. E isso em meio a uma brutal recessão. São os astros se alinhando negativamente, mas não vamos culpar o zodíaco – nós mesmos alinhamos esses astros de uma forma inimaginável, fora de qualquer proporção. Então, há essa evolução galopante da dívida federal, os estados estão em péssima situação, e o pior é o meu querido Rio de Janeiro, porque somos de certa maneira um emirado petrolífero. O governo bloqueou as contas do Rio Grande do Sul outra vez. O governo federal não tem como ajudar. E o mal-estar vai aumentando, desordem urbana, insegurança, agora essa incrível epidemia de zika. É um quadro dramático.

O Brasil voltará a crescer num ritmo compatível com a convergência para os padrões dos países mais avançados?

Do jeito que a economia está hoje desenhada, mesmo que este ciclo passe – e não vai passar fácil –, não está com cara de que o País vai crescer muito. Há essa ideia de que possa ser cíclico, de se fazer um ajuste gradual. Na verdade, tem de ajustar muita coisa, porque senão não vai ser cíclico, não: isso é uma queda de padrão, é um degrau. Caiu e acabou. Para voltar, vamos ter de trabalhar muito.

Como viu a substituição de Joaquim Levy por Nelson Barbosa?

Achei estranho o Joaquim ter ido, e manifestei isso na época, como amigo dele. Acho que foi coragem, com um pinguinho de sonho e de loucura. Motivos bons, mas ele me surpreendeu. Infelizmente, deu no que parecia que ia dar. Porque um ministro da Fazenda, por melhor que seja, não é o presidente. Hoje, temos um novo ministro da Fazenda que foi o arquiteto de um modelo que deu errado. Portanto, tem de se provar em dobro. Como se a situação já não fosse complicada o suficiente, ele traz essa bagagem. Não é nada

REFLEXÕES XIV

pessoal, tenho certeza de que ele quer acertar, mas parte em desvantagem no placar.

Barbosa tem defendido a CPMF e a reforma da Previdência. O que acha?

Não acredito que a CPMF vá resolver coisa alguma, é um imposto de péssima qualidade, cumulativo, causa distorções. O ministro está dando alguns sinais positivos, mas sem muita convicção, e tem vários públicos para agradar, inclusive o próprio PT. Nós precisamos é de uma recauchutagem geral da política econômica para dar a virada, o que passa por uma profunda reforma do Estado, que não deve acontecer sem uma importante reforma política.

O sr. não foi ministro da Fazenda por uma diferença pequena de votos entre Dilma e Aécio Neves. O que faria se Aécio tivesse ganhado?

O que eu faria é o que publiquei em artigos, inclusive no Estadão. É uma grande mudança de regime econômico, não é apertar um botão aqui e outro acolá. Precisamos de uma resposta muito mais abrangente e mais forte. Desvinculação de receitas; uma profunda reforma da Previdência, mexendo na idade e desvinculando o piso do salário mínimo; profunda reforma tributária; reforma trabalhista; abrir gradualmente a economia; desmontar a nova matriz econômica. Em paralelo a outros esforços, que trariam os juros para baixo para todo mundo. Um BNDES mais transparente e com mais rigor na análise do impacto social.

2015 foi um ano muito mais terrível do que o previsto. Isto não comprometeria também o desempenho de Aécio caso vocês ganhassem?

Nós sabíamos com bastante precisão o quadro fiscal geral. Estava claríssimo que, já durante a campanha, o governo tinha 'chutado o pau da barraca'. O resultado disso é bem conhecido hoje. O Aécio acreditava que seria possível fazer um arranjo político bom e nós tínhamos uma proposta que creio que teria um impacto muito positivo nas expectativas, criando um círculo virtuoso. Que ia ser difícil eu não tenho dúvida, mas o clima ia mudar muito rapidamente.

REFLEXÕES XIV

O sr. diz que a vitória de Aécio poderia dar uma virada na confiança. Mas não foi isso que se tentou, sem sucesso, com a nomeação de Levy?

O Joaquim era ministro, não era presidente. E ele estava razoavelmente consciente de que a missão dele era mais defensiva do que ofensiva. Segurar a barra, ver se conseguia ganhar um tempo. Trouxe boas propostas, falou do patrimonialismo. No meu caso, ia ser diferente. Eu iria com uma equipe extraordinária, muito completa, com o presidente alinhado, com a proposta apresentada em campanha. Eu fui contratado para jogar no ataque, e não na defesa. O Joaquim foi jogar na defesa, uma opção que ele fez. Eu respeito.

Qual sua visão sobre o *impeachment*?

A minha posição é institucional. Acho que é legítimo, desde que ocorra dentro do devido processo. Se acontecer, é porque tinha de acontecer, e eu não teria medo, desde que fosse assim.

Como avalia a situação inflacionária?

Estamos falando de dois, três anos de profunda recessão com a inflação alta. Alguns preços que estavam represados foram liberados, isso foi importante, e o câmbio se depreciou, como tinha de acontecer. Feitos esses ajustes, daqui para a frente a inflação tenderia a cair. Isso é possível, mas não é certo. As expectativas ainda estão muito voláteis. Esse estado de estagflação pode se prolongar, inclusive com pressões no câmbio. Estamos correndo bastante risco. Com essa recessão, a inflação deveria estar caindo bem mais.

E a atuação do Banco Central?

Entendo a dificuldade do BC nos anos recentes, num quadro bastante esquizofrênico. Você quer segurar a inflação, e o governo expande mais o crédito dos bancos públicos, expande o fiscal, faz pedalada, etc. É uma tarefa muito inglória. Nesse contexto, o Banco Central teve, sim, alguns momentos de fraqueza, lamentavelmente. Mas muitos BCs têm. O Banco Central não é o nosso maior problema.

O sr. tem alguma esperança no Brasil?

Decrescente.

Arminio Fraga

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 13 de fevereiro de 2016

LUIZ BIANCHI

Estratégia para o Brasil

• Introdução

Roberto Macedo



Começo hoje uma série de artigos sobre essa estratégia. A crise política, econômica e social em andamento jogou o País num poço de fundo ainda não atingido e vem estimulando propostas de como sair dele. Optei por também listar as minhas na forma de uma série de artigos, já que o tema requer análise mais abrangente e integrada.

Adianto linhas que darão essa direção à série. Tenho minhas próprias ideias, mas procurarei assentá-las em conhecimento já acumulado. O mundo é globalizado e sua longa História enseja muitas lições recolhidas por autores consagrados. Um dos meus prediletos é o historiador econômico americano David Landes (1924-2013) e seu livro *A Riqueza e a Pobreza das Nações – Por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres*. Landes concluiu sua carreira na **Universidade Harvard**. Essa é sua obra mais influente e a versão que possuo tem 658 páginas.

Ele enfatiza fatores culturais como determinantes do desempenho das nações. Seu livro também me foi muito útil porque reitera como atuais as lições de outro autor ainda mais famoso e que prezo muito, o sociólogo alemão Max Weber (1864-1920). Weber é mais conhecido por sua análise da evolução do capitalismo, na qual também destacou questões culturais, em particular apontando a importância da ética do protestantismo calvinista no desenvolvimento do capitalismo nos EUA.

Essa ética revelava uma vocação ou um compromisso efetivo com o trabalho voltado para necessidades materiais, e com disciplinada abstinência de qualquer prodigalidade na utilização dos lucros obtidos desse esforço, o que conduzia a uma acumulação de capital muito rápida. Essa visão foi publicada em 1904 e não ficou isenta de

REFLEXÕES XIV

controvérsias, daí meu entusiasmo pela avaliação recente de Landes.

As próprias biografias de Weber e Landes revelam traços dessa ética. O primeiro ficou vários anos trabalhando de graça como assistente de advogados em uma universidade. Landes trabalhou enquanto pôde e certa vez disse que há pessoas que trabalham para viver, outras vivem para trabalhar. Adianto que nessa vertente, minha pregação enfatizará o trabalho e a poupança investida como a rota da prosperidade pessoal e familiar, e não a dependência do Estado e o consumo assentado no endividamento, tão a gosto do **lulopetismo** mercador de ilusões. E a educação também será vista como um investimento, aliás, o melhor que fiz em minha vida.

Assim, irei além do ajuste fiscal de que tanto se fala. Ele é um passo fundamental para sair dessa enrascada, pois em 2014 o governo rompeu a já então danificada barragem da responsabilidade e a lama resultante segue com seus enormes danos. Tanto assim é que vejo como insuficiente o ajuste em andamento, que no Congresso seguiu um caminho minado pela “políxica” ali praticada, como ao aprovar pautas-bomba e procrastinar o exame de medidas propostas pelo Executivo. Prioritário, o ajuste será tema do próximo artigo.

Avançar além da questão fiscal se justifica porque são muitos e de várias naturezas os problemas a resolver para que o Brasil de fato siga o caminho de um desenvolvimento econômico e social robusto e sustentável para ser capaz de se aproximar efetivamente dos países mais ricos. Seguir desde já esse caminho é importante para alimentar a operosa esperança de que dias melhores sobrevirão ao doloroso ajuste, além de aliviar seus efeitos. Reverter expectativas negativas sobre o futuro da economia é crucial para seu desempenho no presente.

Assim, cabe uma estratégia também com esses demais objetivos buscados e os caminhos para alcançá-los, uma segunda linha da série. Há estrategistas de renome internacional, como Michael Porter, também de **Harvard**, em que pontifica na escola de Administração. Seus estudos mais conhecidos são dos determinantes das vantagens competitivas das empresas e das

nações, e das estratégias decorrentes. Destacarei um estudo que realizou com Jeffrey Sachs e John McArthur, dois especialistas em desenvolvimento econômico, o primeiro conhecido no Brasil. Eles ressaltam que a estratégia adequada depende muito do estágio em que o país se encontra. O Brasil está num estágio de renda média, em que usa tecnologia local e principalmente a importada no desenvolvimento de uma base produtiva na qual é muito forte a presença da produção de *commodities*. Mas em lugar de depreciar essa produção, como muitos fazem, entendo que deve ser fortalecida, em especial no agronegócio, na mineração e alcançando também a metalurgia, pois são áreas em que o Brasil tem reconhecida experiência, mas cuja competitividade precisa ser aprimorada, como por meio de infraestrutura adequada. Nesta, destaque também será dado à construção habitacional e ao saneamento básico, ingredientes indispensáveis à construção de um país próspero. Até porque a aquisição de casa própria é tipicamente uma poupança investida.

Recorrerei também a autores nacionais e a outro latino-americano num tema em que têm vantagens analíticas competitivas em face de sua experiência com um mal de nascença institucional típico da região, o patrimonialismo. Aliás, é uma das desvantagens competitivas da América Latina em geral. Há uma análise recente do tema no livro **Patrimonialismo Brasileiro em Foco**, de Paim, Batista, Kramer e Vélez Rodríguez, resenhado neste espaço por Nicolau da Rocha Cavalcanti (Arraigado patrimonialismo, 13/11). E para reforçar a latino-americanidade, recorrerei ao educador, filósofo e sociólogo colombiano Bernardo Toro. A quem não o conhece recomendo sua entrevista nas páginas amarelas da Veja desta semana. Ele mostra que nossos males são de fato comuns a vários países da região e aponta caminhos que aqui também se aplicam, inclusive na área educacional. ●

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 19 de novembro de 2015

● **O ajuste fiscal**

Este artigo inicia uma série voltada para questões carentes de enfrentamento pelo Governo Federal na atual crise política,

REFLEXÕES XIV

econômica e social. Começo com o problema fiscal, desastroso por seu tamanho e sua gravidade.

Rompida a represa da **Samarco** em Mariana, vi alguma semelhança nos processos dos dois desastres. Na área fiscal, a barragem era a de uma frágil responsabilidade fiscal que precariamente segurava a lama de detritos dessa área, como as tais “pedaladas”, na forma de adiantamentos ilegais de bancos públicos ao governo. E também os poluentes vindos da forte aceleração de vários gastos, com propósitos eleitoreiros. Em 2014 esses movimentos, bem mais velozes e intensos, romperam a barragem no fim do ano.

A lama seguiu seu curso destruidor, começando por agravar seriamente a já ampliada desconfiança dos agentes econômicos quanto ao governo. A confiança é indispensável a decisões de consumidores e empresários e sua forte queda prejudicou a produção de bens e serviços, os empregos e os salários, e assim o meio ambiente social. Os últimos dados do PIB são de uma recessão já com traços de depressão.

O que fazer?

Os principais atores deveriam ser os políticos no poder, mas até aqui não se mostraram à altura dos desafios a enfrentar. Ao contrário, alguns até agravaram o desastre aprovando pautas-bomba no Legislativo. E falta-lhes o senso de urgência condizente com as necessidades do momento.

Com isso, o cenário político é um típico da medicina, mas que também alcança outros organismos: a contundência de um tratamento cresce com a gravidade da doença. Como esta é muito grave e o tratamento é fraco, só um agravamento ainda maior fará o Executivo e o Legislativo se mexerem com a rapidez e o empenho necessários.

Sou por um ajuste robusto e focado apenas nas despesas. A carga tributária tornou-se disfuncional. Precisa é ser reformada, pois, além de excessiva, é distorcida na sua eficiência econômica e justiça distributiva.

O debate sobre os gastos aponta várias propostas de cortes, mas até aqui ignoradas pelas cabeças decisórias, mais preocupadas com

REFLEXÕES XIV

perspectivas de seu próprio corte e alérgicas a medidas não populistas. Entre as propostas, a de um Orçamento contido nas despesas e impositivo, a eliminação de vinculações orçamentárias que engessam esse Orçamento, uma reforma da Previdência Social começando por um limite mínimo de idade para as aposentadorias do INSS e a desindexação de benefícios sociais do salário mínimo. Cabe também um teto para a dívida pública federal. Ele já existe para estados e municípios, cujo desempenho fiscal é muito mais adequado, apesar de a lama federal ter prejudicado suas receitas.

Mas ao levar adiante essas e outras ideias é preciso transmitir à sociedade a gravidade do problema, pois se não resolvido levará o País ao mesmo caminho da desastrosa Grécia, para o qual o governo abriu as portas em 2014. Em 2015 já estamos em dezembro e ontem o Congresso ainda decidia se aprovava ou não um fato já consumado, o de que o Executivo descumpriu a meta fiscal anteriormente prevista para o ano. E a “nova meta” seria de *déficits* ainda maiores, tanto no conceito primário como no nominal. Lamentarei se o Congresso aprovar a revisão. Se não viesse, levaria a pagamentos postergados e falhas na prestação de serviços públicos, o que dramatizaria a gravidade do problema e a necessidade de medidas adequadas.

Mesmo se ocorrer a aprovação o governo deveria recorrer a medidas como essas e outras em 2016. Como a de não conceder reajustes de salários ao funcionalismo. Absurdo? Se a tragédia brasileira alcançar a grega, virão coisas piores.

E mais: cabe também acender a esperança de que dias melhores virão com finanças públicas equilibradas, da mesma maneira como os médicos recomendam as cirurgias que prescrevem. Um ajuste efetivo ajudaria no combate à inflação e, ao conter o crescimento da dívida, reduziria o temível risco de o País cair mesmo na lista dos devedores negativados nos serviços internacionais de proteção ao crédito. Abriria também espaço para reduzir os juros em geral, e o dos *rentistas* em fuga do investimento produtivo. Contido o endividamento, a política monetária do Banco Central também poderia ser utilizada para estimular a economia, como nos EUA na crise da década passada e, mais recentemente, na área do euro. E tal ajuste confrontaria toda essa desconfiança que desencoraja o

consumo e os investimentos.

Realisticamente, não há como adotar rapidamente todas essas medidas e outras na mesma linha. O importante, contudo, seria anunciar um ajuste contundente e crível na sua promessa de dias melhores e tomar de imediato algumas medidas de impacto que confirmassem essas características. Isso para promover o que os economistas chamam de reversão de expectativas, hoje contaminadas pela desconfiança no governo.

Por exemplo, medida de rápida execução seria abandonar o modelo de partilha na exploração do petróleo na área do pré-sal, que impôs a participação da **Petrobrás** em todos os projetos, fragilizando a própria empresa, numa das maiores e mais prejudiciais trapalhadas que vieram de cacholas **lulopetistas**. No lugar deveria ser adotado o modelo de concessões aplicado a outras áreas, que vem funcionando bem. Isso teria implicações fiscais, pois investidores pagariam pelas concessões e ao investir gerariam mais impostos.

Medidas como as citadas vão contra ideologias e interesses arraigados, mas governantes que só sabem distribuir benesses, e não enfrentar graves problemas, além de criar outros, deveriam pedalar e sair por iniciativa própria. Muito ajuda quem não atrapalha. Meu próximo artigo voltará ao tema neste abordado para, entre outros aspectos, tratar de uma agenda de crescimento do PIB, paralela ao ajuste fiscal. •

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 3 de dezembro de 2015

• **Controles fiscais**

Este artigo integra série voltada para uma estratégia diante da atual crise política, econômica e social. O anterior enfocou o problema fiscal e este, a forma de imensos *déficits* nas contas públicas federais, que ampliam fortemente a dívida governamental. E a do povo que a sustenta, incluídas gerações futuras.

São tantas e tão variadas as medidas cabíveis num efetivo ajuste fiscal que me estendi sobre o assunto neste texto. Em retrospecto, o que faltou mesmo foi um sistema eficaz de sensores e alarmes que houvesse alertado inicial e ruidosamente quanto ao acelerado

REFLEXÕES XIV

desajuste fiscal que o governo federal promovia em 2014, movido por motivos eleitoreiras. E que contivesse o rombo antes que alcançasse a imensidão a que chegou ao fim do ano. E, ainda, que imediatamente levasse a medidas que corrigissem o desajuste e punitivas de seus responsáveis.

Entretanto, só em outubro deste ano (!) o Tribunal de Contas da União julgou as contas presidenciais de 2014, rejeitando vários de seus procedimentos, em particular as ‘pedaladas’ e as ‘disparadas’, e nada se seguiu nos aspectos punitivos e preventivos. As ‘pedaladas’ são dívidas não contabilizadas como tais, na forma de adiantamentos, pelos bancos oficiais, de recursos para cobertura de despesas e sem a adequada provisão de fundos pelo Tesouro – uma espécie de cheque especial. Isso aponta outra falha do sistema de sensores e alarmes, que deveria ocupar-se diuturnamente das contas públicas nesses bancos e imediatamente apontar irregularidades.

Mecanismos do mesmo tipo deveriam ter revelado, impedido ou revertido outro aspecto importante do descalabro fiscal do ano passado, as ‘disparadas’. Estas, via decretos de suplementações de verbas para despesas sem a adequada cobertura de receitas e aprovação prévia pelo Congresso Nacional. Prática essa, como as ‘pedaladas’, vedada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). E o que aconteceu? Em dezembro (!) do ano passado o Congresso examinou e incorporou essas ‘disparadas’ como fatos consumados nas contas de 2014, o que não devia ter feito.

Mas o que diz a LRF quanto às ‘disparadas’? Seu artigo 9.º assim dispõe: *“Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes (grifo meu), limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias”*. A limitação de empenho conteria despesas antes que se realizassem.

E o § 3.º desse artigo diz que, se os demais entes que cita não

REFLEXÕES XIV

promoverem tal limitação, o Poder Executivo é autorizado a realizá-la. Mas não o fez, até porque era ele mesmo o responsável pelo desajuste.

Assim, em 2014 houve um agente público muito desperto e esperto, o Poder Executivo, que, além de ‘pedalar’, acelerava gastos, enquanto esses demais entes permaneciam inoperantes porque ou não eram informados do que acontecia ou, se o foram, não atuaram com a celeridade necessária. Aliás, no último dia 11 o jornal **Valor** publicou extensa matéria mostrando que desde julho de 2013 (!) técnicos do Tesouro Nacional já advertiam o então secretário do Tesouro, Arno Augustin, quanto às ‘pedaladas’ e seus nefastos efeitos. Mas ele nada fez e disse que “*a política econômica é definida por quem tem votos*” e que nenhum dos técnicos havia sido eleito. Como se o mandato eleitoral fosse também para perpetrar ilegalidades.

Vejo a admissão das ‘disparadas’ pelo Congresso Nacional *a posteriori* alimentada por fluidos políticos, também como um procedimento ilegal, de vez que não seguiu os procedimentos do referido artigo. Conforme a transcrição aqui feita, o que ele manda é limitar os empenhos de despesas e a movimentação financeira subsequente. Ora, não houve essas limitações que restringiriam gastos. Entendo também que tal admissão *a posteriori* das ‘disparadas’ não significa perdão quanto aos procedimentos ilegais adotados e, assim, não deveria excluir a punição pela realização deles.

Há quem argumente que se essa admissão não ocorresse o governo ficaria impedido de realizar despesas importantes. Ora, isso seria ótimo para revelar dramaticamente a enormidade do desastre fiscal e levar à adoção imediata de medidas corretivas, punitivas e também preventivas de desastres no futuro. Tudo isso mostra a imperiosa necessidade de aprimorar os sensores, alarmes e mecanismos de correção existentes, pois se revelam inadequados.

Políticos fiscalmente irresponsáveis e reincidentes constituem praga que aqui prolifera como a dengue e outras carregadas pelo mosquito *Aedes aegypti*, em face das fragilidades do saneamento político nacional. E as ‘disparadas’ se repetiram em 2015, pois só

REFLEXÕES XIV

neste mês o Congresso examinou superficial e politicamente o assunto, de novo incorporando nas contas um fato consumado.

Numa empresa ou em outra organização que revelasse um rombo somente percebido com atraso, e cuja governança incluísse auditores internos e externos, isso usualmente levaria a providências para saneá-lo e evitar sua repetição. E, também, à demissão dos executivos responsáveis, o que poderia alcançar ainda os auditores que tardaram a apitar o desastre. O que o Congresso fez foi apenas aceitar um balancete arrombado, e sem essas providências complementares.

Meu artigo anterior previa que este trataria também de uma agenda de crescimento do PIB, paralela ao ajuste fiscal. Mas em face das percepções acima optei por deixá-la para um próximo artigo. •

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 17 de dezembro de 2015

• **Crescimento econômico**

Como um país cresce economicamente? Começo pelo que é crescimento econômico, em seguida descrevo o processo pelo qual ele ocorre e dentro desse processo as forças que atuam com maior vigor. Ele é, num país, o aumento do seu produto interno bruto (PIB) por habitante. Esse produto vem da interação de trabalho, capital produtivo e tecnologias disponíveis. A incorporação de mais trabalhadores aumenta o PIB se com força suficiente para ampliá-lo por habitante. O mesmo se dá com mais capital produtivo, como máquinas em geral e terras agrícolas.

A maior qualificação dos trabalhadores agrega valor ao PIB, daí a importância da educação, do ensino técnico e do treinamento no trabalho. O mesmo se verifica se o capital se torna mais eficiente, como pela incorporação de máquinas mais produtivas. E há desenvolvimentos tecnológicos que ampliam a produtividade tanto do trabalho quanto do capital, como os ocorridos nas telecomunicações. Inovações em produtos também são estimulantes, ao gerarem demanda adicional que amplia a produção.

REFLEXÕES XIV

Mas por que alguns países crescem mais do que outros?

A resposta é bem mais complexa. Um famoso historiador econômico, David Landes, dedicou-lhe cerca de 500 páginas de seu livro **A Riqueza e a Pobreza das Nações**. Ao concluir, afirma que a cultura faz toda a diferença entre países. Cultura no sentido lato, dos valores intrínsecos e atitudes que guiam o comportamento da população de um país. Um exemplo dessa influência cultural, apontado por Landes, vem da análise de Max Weber, sobre a evolução do capitalismo nos Estados Unidos, na qual destaca o papel da ética do protestantismo. Ela enaltecia uma vocação ou um compromisso efetivo com o trabalho voltado para necessidades materiais, e sem prodigalidade na utilização dos lucros obtidos desse esforço, o que acelerava e levava à acumulação de capital.

Landes diz que essa visão ainda se sustenta. Também aponta outras influências culturais positivas, como na recuperação do Japão e da Alemanha no pós-2.^a Guerra e o avanço ainda mais recente da China e da Coreia do Sul. E ressalta que *“o que conta é o trabalho, o uso cuidadoso do dinheiro e dos bens, e honestidade, paciência e tenacidade.”*

Ora, entre outras falhas, a cultura brasileira enfatiza muito o consumo, num descaminho agravado pelo populismo dos governos petistas e seu apego ao crédito consumista. A ênfase deve ser na poupança investida, inclusive a antecipada por crédito, como o habitacional e para atividades produtivas. Não conheço quem tenha prosperado sem poupar e investir, exceto herdeiros de quem fez isso no passado. E a poupança deve ser levada a investimentos que expandam a capacidade produtiva da economia e seu PIB por habitante. No Brasil há quem poupe dinheiro, em seguida levado a aplicações financeiras lastreadas na dívida pública, mas um governo que quase nada investe dessa forma. Ademais, com mais poupança própria o País seria menos dependente da externa e, assim, menos vulnerável à volatilidade que vem de fora.

A mesma questão foi abordada por Douglass North, laureado com o Prêmio Nobel de Economia de 1993. Seu livro mais conhecido é **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Foca nas instituições de uma sociedade, as *“(...) suas regras do*

REFLEXÕES XIV

jogo, ou (...) as humanamente desenhadas restrições à liberdade de agir como quiser que dão forma à interação humana.” Esta, por sua vez, é um processo de escolhas, o que incorpora a visão de Landes, pois aí entram os traços culturais da sociedade.

Instituições assim definidas não devem ser confundidas com organizações, estas os entes ou jogadores atuantes nesse jogo, como partidos políticos, igrejas, empresas, sindicatos e agências governamentais. Para avançar economicamente é preciso que as regras do jogo, formais ou não, reforcem incentivos para que as organizações – e o povo em geral, acrescento – se engajem em atividades produtivas. E que não se fique quase que só a distribuir o resultado delas, ou a restringir a competição e as oportunidades, entre outras dificuldades que podem vir dessas regras. Acrescente-se também que elas devem ser estáveis para facilitar a interação humana no seu empenho na atividade produtiva.

No Brasil é comum dizer que nossas instituições funcionam, a exemplo do Judiciário e da Polícia Federal no trato que dão à Operação Lava Jato. Mas essa é uma visão mais voltada para organizações, e não para instituições no sentido dado por Douglass North. Entre outros aspectos, nossas regras do jogo tributário distorcem incentivos à produção, as orçamentárias não impediram a desastrosa crise fiscal em andamento, e no *pré-sal* foi prejudicada a própria Petrobrás e reduzida a competitividade no setor. Houve outras intervenções também desestimulantes da atividade produtiva em setores como os da eletricidade e do etanol. No geral, ao sucessivamente violar regras do jogo, o governo gerou essa enorme incerteza que inibe decisões de consumidores e empresários, com o que a atividade produtiva foi seriamente prejudicada.

Neste momento em que o País procura definir agendas ou estratégias para enfrentar a imensa crise em que se debate, essas ideias sustentadas pela lógica econômica e pela evidência histórica devem ser levadas em conta. É preciso ir às raízes dos problemas. Assim, numa estratégia de crescimento há que enfrentar traços inconvenientes da cultura do País e das regras do jogo econômico em que interagem seu povo e suas organizações. ●

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 7 de janeiro de 2016

• **Reverter expectativas**

Prossigo a série de artigos voltada para uma estratégia diante da atual crise política, econômica e social.

Quando o regime militar se instalou, em 1964, nomeou uma equipe econômica cujos expoentes eram Otávio Gouveia de Bulhões (1906-1990), ministro da Fazenda, e Roberto Campos (1917-2001), do Planejamento e Coordenação Geral. O quadro econômico com que se depararam era muito difícil: crescimento muito fraco em 1963, inflação elevada, desarranjo fiscal e contas externas desequilibradas, entre outros aspectos. Exceto por essas contas, soa familiar no momento atual, não?

Com ajuda do então jovem Mário Henrique Simonsen (1935-1997), eles formularam uma nova política econômica por meio do Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), que envolvia diversas medidas, inclusive reformas estruturais. Desse período surgiram instituições que perduram até hoje. Entre outras, o **Banco Central do Brasil**, o FGTS, o ICMS (que substituiu o Imposto sobre Vendas e Consignações) e o INPS (hoje INSS). Neste foram agregados institutos setoriais, como os dos industriários, dos comerciantes e dos bancários.

Na época estudante de Economia, tomei conhecimento da expressão reversão de expectativas com que os condutores do Paeg defendiam suas propostas e de um modo muito importante para o seu sucesso. Ou seja, que fossem consistentes em sua lógica, compreendidas, implantadas e absorvidas pelos agentes econômicos, em particular empresários e consumidores, para que exorcizassem a desconfiança que os dominava. E, assim, retomassem suas decisões de investir e de consumir que movem a economia. Ora, tais decisões vêm de seres humanos, e também é preciso recorrer à psicologia para influenciá-los.

O Paeg não teve resultados imediatos, mas eles vieram e contribuíram muito para reduzir bastante a inflação e retomar altas taxas de crescimento. E deixou instituições como as mencionadas. Envolvia medidas impopulares e o governo assegurava o poder político que as sustentava.

REFLEXÕES XIV

Como estão hoje as expectativas dos agentes econômicos? Péssimas e sem perspectivas de reversão, pois não se sabe bem qual é o plano de ação econômico do Governo Federal, o Ministério da Fazenda está sob nova direção e a nossa 'gerentona' trapalhona se enroscou no meio de tantos problemas. E quase que só pensa naquilo, ou seja, como escapar do *impeachment*.

Diante de mim vejo cinco gráficos que por meio de índices medem mês a mês a confiança de agentes econômicos de forma bem ampla, cobrindo individualmente os seguintes grupos: consumidores, empresários da indústria, da construção civil, do comércio e dos serviços. Três gráficos remontam a 2008 e dois, a 2010. Os últimos números são de outubro ou novembro do ano passado.

Todos esses gráficos mostram seus índices despencando abaixo de suas médias históricas desde meados de 2014 e particularmente em 2015, ao fim do qual eles estavam nos seus menores valores de todo o período. Nada indica ter havido mudanças relevantes desde então.

São conhecidas algumas causas desse processo. Ao longo de 2014 tornou-se disseminada a percepção de um baixo crescimento econômico, de maior inflação e dos vários erros da política econômica da presidente. Depois veio sua reeleição e logo em seguida se constatou que ela havia armado no ano eleitoral um imenso rombo fiscal e prometera o que não poderia cumprir. Ou o faria às avessas, como as menores tarifas de energia elétrica, que, na realidade, aumentaram.

A propósito, vale lembrar que recentemente ela disse que poderiam virá-la pelo avesso que não seriam achados deslizos capazes de justificar seu *impeachment*. Ela parece gostar de avessos, pois foi quem virou a economia por esse lado, e na área fiscal foi flagrada no ato.

Voltando ao processo de formação de más expectativas, depois que se iniciou por fatores como os apontados, ele adquiriu mais força por sua própria realimentação. As muitas más notícias econômicas se disseminam repetidamente pelos meios de comunicação, prejudicam a atividade produtiva pelo negativismo que impõem às decisões dos agentes econômicos e a coisa segue com seu efeito destruidor. De 2015 em diante com destaque para o desemprego

crecente.

Os problemas centrais da crise estão no colo do governo. O Executivo tenta arrumar sua política econômica com opções seriamente limitadas diante de sua fraqueza. Para avançar precisaria de apoio político comparável ao recebido pelo Paeg, agora em condições felizmente democráticas, mas lamentavelmente caóticas. Onde está o Congresso? Em recesso, enquanto a economia precisa de seu socorro. E o que fará de bom ao retornar em fevereiro? Outro ator influente, o Supremo Tribunal Federal, também está em recesso – e fora dele segue a lentidão típica do Poder Judiciário. Enquanto isso, a economia, doente, definha na fila de atendimento.

Meus artigos desta série focam soluções, mas hoje optei por clamar por elas, sejam de quem forem, pois é desanimador ficar a propor sem ver gente empenhada em ações corretivas. Com isso, a economia avança por uma recessão já adentrando uma depressão e rumo a uma estagnação em estado deprimido.

E vai seguir assim enquanto o País não tiver um comando político capaz de arrematar apoio para formular um plano estratégico com direção, objetivos, metas e ações eficazes. Economistas e outros profissionais podem dar palpites quanto às soluções, mas o papel de adotá-las, e assim reverter expectativas alimentadas por desconfianças, é da classe política. Como ela é o que é, ressalvadas exceções cada vez mais excepcionais, isso também reforça como cenário mais provável a estagnação em estado depressivo. ●

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 21 de janeiro de 2016

● **Estrutura produtiva**

O desenvolvimento econômico de um país traz mudanças na sua estrutura produtiva, tema abordado pelo **Relatório sobre a Competitividade Global – 2001-2002**, do Fórum Econômico Mundial, num resumo feito por três americanos de prestígio em suas áreas de atuação: estratégia e competitividade (M. Porter) e desenvolvimento econômico (J. Sachs e J. MacArthur). Eles apontam três estágios desse desenvolvimento na maioria dos países.

REFLEXÕES XIV

No primeiro, ele vem principalmente de processos produtivos elementares envolvendo terra e trabalho não qualificado, voltados para produtos agrícolas, florestais e minerais. Aqui esse estágio foi até meados do século XX, voltado para produtos como cana-de-açúcar, mineração, borracha e café. Esse estágio é o de renda mais baixa.

A força propulsora que leva ao segundo, de renda média, é o investimento que traz à produção local tecnologias mais sofisticadas e de uso global. O Brasil está nesse estágio, cujo destaque foi a industrialização voltada para setores como a indústria automobilística e a farmacêutica. Mas, no momento, até recua nessa etapa.

No terceiro estágio um país deixa de importar tecnologia e passa a gerá-la internamente. E nas economias de alta renda “(...) a competitividade global é criticamente associada a altas taxas de aprendizado social (especialmente em ciência) e na habilidade de mudar para novas tecnologias”. Ou seja, educação conta muito.

O Brasil já tem algumas poucas pontes que levam a esse estágio. Uma costuma escapar a olhos míopes e/ou preconceituosos quanto ao setor agrícola. Foi construída por importantes avanços tecnológicos locais que permitiram o forte crescimento do setor desde as duas últimas décadas do século passado, com destaque para a soja. Outra ponte, de alcance bem menor, está na indústria, muitas e equivocadas vezes entendida como o único berço da inovação. É a **Embraer**.

Qual o caminho para tirar o Brasil deste segundo estágio? Há quem sonhe em ter muitas dessas pontes. Não se pode abdicar dessa ideia, mas hoje o fundamental é o básico: fortalecer o Brasil do segundo estágio, dando-lhe forças para avançar com maior vigor ao terceiro.

Explico. O estágio atual do Brasil é como uma segunda divisão de clubes de futebol. Para avançar à primeira é preciso ficar nas primeiras posições do campeonato da segunda. Como não estamos, cabe melhorar fortemente o desempenho no estágio atual, aumentando a produtividade e a competitividade de setores-chave.

Ao identificá-los, a linha mestra deve ser focar no que já sabemos

REFLEXÕES XIV

fazer bem para fazer mais e melhor. Nessa linha, olhando a História do País, o Brasil é particularmente forte no agronegócio, na construção civil, na mineração e na siderurgia.

O sucesso do agronegócio hoje é notório, mas há quem duvide de seu futuro diante da redução do crescimento chinês, com impacto negativo sobre o mercado de *commodities*. Mas o noticiário costuma tratá-las genericamente, ignorando que as agrícolas estão numa situação muito menos desfavorável do que as minerais e as metálicas. Os preços das agrícolas em dólares caíram menos e, aqui, seu efeito interno se beneficiou da desvalorização do real. E, olhando à frente, a China caminha para reduzir sua taxa de investimento e aumentar a de consumo, medidas com relação ao produto interno bruto (PIB). Lá também continuará a migração do campo para as cidades, ampliando a necessidade de importações agrícolas.

A construção civil entra nesse caminho por várias portas, começando pela do agronegócio, onde são imensas as carências de sua infraestrutura de transporte e de logística em geral. Aprimorar essa infraestrutura é indispensável. E o estado vexaminoso das grandes empreiteiras envolvidas na Lava Jato é uma oportunidade para o governo reformular o acesso à área. Recorrendo, por exemplo, à licitação de obras de trechos ou de etapas menores para permitir que sejam tocadas por empresas de menor porte. Outra porta para a construção civil é o saneamento básico.

A construção habitacional também deve ser impulsionada. O anseio pela casa própria continua disseminado na população, mas é preciso não desviá-la desse propósito pela contínua pregação do consumo exacerbado e financiado, tão a gosto dos governos petistas, mas que põe em risco a prosperidade pessoal e familiar. Aliás, uma lição de educação financeira é que não se deve financiar nada a um prazo maior que a duração do bem financiado. O imóvel passa muito bem por esse teste.

E onde entram a mineração e a siderurgia, se as perspectivas do seu mercado internacional são fracas? Quanto a isso, a ideia seria usar mais aço na construção civil no Brasil, mediante a adoção bem maior de estruturas metálicas relativamente ao tradicional concreto

armado. Isso aumentaria a produtividade e a competitividade, pois levaria a obras mais rápidas e de uso em prazo mais curto. Custos maiores também poderiam ser reduzidos pelo fator escala, ou seja, à medida que a quantidade de obras com estruturas metálicas avançasse.

Para seguir nessa linha será necessário mudar a cabeça dos engenheiros, aprimorar a qualificação dos trabalhadores e até alterar regras de licitação de obras públicas, que focam no preço mais baixo, sem levar em conta o prazo de construção.

E mais uma razão: nessa mudança de paradigma da construção civil, o aumento de produtividade, da competitividade e a maior qualificação da mão de obra são passagens do caminho que conduz ao terceiro estágio com que sonhamos, mas ainda carente de ações efetivas para torná-lo realidade. ●

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 18 de fevereiro de 2016

● **O incomum entre as *commodities***

O termo *commodity*, do inglês, já foi incorporado à língua portuguesa e em 2004 meu dicionário já continha uma definição que confirma o que sei como economista. É “*qualquer bem em estado bruto, geralmente de origem agropecuária ou de extração mineral ou vegetal, produzido em escala mundial e com características físicas homogêneas, seja qual for a sua origem, geralmente destinado ao comércio externo*”. O dicionário cita como origem do referido termo, significando mercadoria, e *commoditas*, do latim, qualidade do que tem proveito e utilidade, que está na raiz da palavra comodidade na nossa língua.

Características físicas homogêneas não devem ser tomadas no sentido estrito. Como *commodity*, o mesmo dicionário cita, por exemplo, o café, mas este tem características distintas, basicamente as dos tipos arábica e robusta ou conilon. O minério de ferro depende do seu teor metálico, enquanto milho e soja se enquadram melhor na citada definição.

Tais exemplos evidenciam o óbvio de que há várias *commodities* e

REFLEXÕES XIV

algumas com suas próprias variedades. Não obstante venho observando que o noticiário sobre o assunto, ampliado pelo que vem dos ajustes em andamento na economia da China, grande compradora de várias *commodities*, costuma juntá-las todas num só navio que transporta desinformação. Por exemplo, enfatiza-se que os preços das *commodities* em geral vêm caindo, mas sem precisar aquelas cujos preços caem mais do que os das demais.

E muitas vezes também não se diz que preços são esses, se em reais ou em dólares, o que é particularmente importante em face do fortíssimo aumento da taxa cambial em reais por dólar que entre janeiro de 2014 e o de 2016 aumentou cerca de 70%. Também não se fala se os respectivos setores produtivos e suas empresas estão endividados em dólares ou não, o que também leva a uma grande diferença, conforme se verá mais à frente neste texto.

Proseguirei com apenas duas *commodities* que ilustram distorções que vêm da mistura de ingredientes incomuns que produz esse grande bolo de *commodities* com limitado teor informativo. São a soja e o minério de ferro sobre as quais encontrei no noticiário recente informações dispersas aqui e ali e que agreguei em dois conjuntos de informações bem mais relevantes.

Começando pelo minério de ferro, na última sexta-feira o jornal **Valor Econômico** estampou manchete de primeira página intitulada “*Vale perde R\$44 bi e vende ativos*”. Ao analisar o prejuízo em 2015 dessa empresa, a maior exportadora brasileira desse minério e uma das maiores em escala mundial. Esse prejuízo foi o maior desde 1986 entre as companhias com ações em bolsa no Brasil.

No detalhe a matéria mostrou que entre 2 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2015 o preço médio do minério de ferro no mercado internacional caiu de 135 para 42,9 dólares por tonelada, uma queda de 68%. No caso da Vale, num período menor, o compreendido entre o quarto trimestre de 2015 relativamente ao mesmo período de 2014, quando o preço já havia caído, a queda foi de 61,2 para 37,2 dólares por tonelada, ou de 39,2%. Mas, o que mais pesou nos resultados da empresa foi uma baixa contábil de R\$36,2 bilhões, ligada à reavaliação dos seus ativos, que inclui entre outros casos o valor de suas minas, também em queda. E houve ainda uma revisão

REFLEXÕES XIV

para cima do valor em reais de suas dívidas em dólares como resultado da desvalorização da nossa moeda.

Passando à soja, tenho à frente um gráfico produzido pelo Departamento do Agronegócio, da **FIESP**, mostrando que seu preço em dólares por saca de 60 kg caiu de cerca de 30 para 20 dólares ao longo de 2014, ou cerca de 30%, e permaneceu perto desse valor em 2015. Em 2014, o preço da saca em reais também caiu, de um valor próximo de R\$ 80 para R\$ 60, mas no final de 2015 esse preço retornou ao primeiro valor. Ou seja, seu preço caiu menos do que o do minério de ferro em dólares, e a queda em reais foi revertida pela desvalorização cambial, pelo menos em termos nominais.

E há outras razões para esse quadro mais favorável da soja relativamente ao do minério de ferro, o que também se traduz na mesma perspectiva futura para as duas *commodities*. A China tomou a decisão de reorientar seu modelo de desenvolvimento na direção de mais consumo e de uma menor proporção de investimentos no seu PIB, alterando a composição de sua demanda de *commodities* em favor da soja relativamente à do minério de ferro. Essa decisão foi tomada pelo partido Comunista Chinês, que costuma cumprir o que promete, e que vejo como o partido político, incluídos os nacionais, que mais fez pelo Brasil na década passada.

Tenho também informações de que a migração das zonas rurais para as urbanas daquele país está caindo, mas deve continuar num número ainda elevado, algo em torno de 10 milhões de habitantes por ano, o que também deve expandir a importação de alimentos. Ademais, dados do Ministério da Agricultura dos EUA preveem que quase todo o crescimento das importações chinesas de soja nos próximos dez anos será suprido pelo Brasil, já que aquele país não tem condições de aumentar com vigor sua produção. Acredito que tanto pela escassa disponibilidade de terras como porque não conta com condições para continuar ampliando sua produtividade já elevada, seja por razões tecnológicas ou no plano da infraestrutura, caso em que o Brasil, se tiver juízo, tem um grande espaço para se tornar mais competitivo.

Portanto, caro leitor, quando se deparar com notícias sobre *commodities*, procure identificar os vários bolos oferecidos. Se for o

REFLEXÕES XIV

bolão que junta tudo, trata-se de um prato inconveniente, como ao misturar alimentos com minérios. Inconveniente também porque poderá lhe causar desarranjos informativos e riscos de decisões equivocadas. Por exemplo, no que diz respeito a seus investimentos em ações. ●

Roberto Macedo: economista (UFMG, USP e Harvard), é consultor econômico e de ensino superior

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 3 de março de 2016

O cheiro da pobreza

Mario Vargas Llosa



O objeto que representa a civilização e o progresso não é o livro, o telefone, a internet ou a bomba atômica. É a privada

Há três anos, durante uma viagem de Lima a Ayacucho por terra, fizemos uma escala no meio de uma chapada na cordilheira, numa aldeia onde havia um pequeno posto policial. Pedi licença ao chefe para usar o banheiro. "À vontade, doutor", disse ele gentilmente. "O senhor quer urinar ou defecar?". Respondi que a primeira alternativa. Sua curiosidade era

acadêmica, porque o "banheiro" do posto era um cercado exposto à intempérie onde urina e fezes se confundiam em meio a nuvens de moscas e um fedor estonteante.

A lembrança dessa cena me perseguiu sem trégua enquanto, às vezes tapando o nariz, eu folheava as 422 páginas de um relatório, recentemente publicado pelas Nações Unidas, intitulado **A água para além da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água**. A prudência do título e a frieza e neutralidade de sua redação burocrática não impedem que esse extraordinário estudo, sem dúvida inspirado na sábia concepção de economia e progresso de Amartya Sen – um economista que não acredita que o progresso se resume a estatísticas –, estremeça o leitor, ao confrontá-lo com rigor cruel à realidade da pobreza e seus horrores no mundo em que vivemos.

A pesquisa realizada por Kevin Watkins e sua equipe deveria ser consulta obrigatória para todos os que queiram saber o que significa – na prática – o subdesenvolvimento econômico, a marginalização social e o fosso que separa as sociedades que os padecem daquelas que já atingiram um nível de vida alto ou médio.

A primeira conclusão dessa leitura é que o objeto que representa a civilização e o progresso não é o livro, o telefone, a *internet* ou a

REFLEXÕES XIV

bomba atômica, e sim a privada. Onde os seres humanos esvaziam a bexiga e os intestinos é determinante para saber se ainda estão mergulhados na barbárie do subdesenvolvimento, ou se já começaram a progredir. As consequências desse fato simples e transcendental na vida das pessoas são vertiginosas. No mínimo um terço da população do planeta – uns 2,6 bilhões de pessoas – não sabe o que é um sanitário, uma latrina, uma fossa séptica, e faz suas necessidades como os animais, no mato, à beira de córregos e mananciais, ou em sacolas e latas que são jogados no meio da rua.

E mais ou menos 1 bilhão utiliza águas contaminadas por fezes humanas e animais para beber, cozinhar, lavar a roupa e fazer a higiene pessoal. Isso faz com que pelo menos 2 milhões de crianças morram, a cada ano, vítimas de diarreia. E que doenças infecciosas como cólera, tifo e parasitoses, causadas pelo que o relatório chama eufemisticamente de "*falta de acesso ao saneamento*", provoquem enormes devastações na África, na Ásia e na América Latina, constituindo a segunda causa de mortalidade infantil no mundo.

Num importante bairro de Nairóbi, no Quênia, chamado Kibera, é generalizado o sistema das chamadas "privadas voadoras", sacolas de plástico em que as pessoas fazem suas necessidades para em seguida atirá-las na rua (daí o nome). A prática eleva as doenças infecciosas no bairro a níveis altíssimos. E os principais atingidos são as crianças e as mulheres. Por quê? Porque cabe a elas cuidar da limpeza doméstica e do transporte da água, e com isso se expõem mais ao contágio do que os homens.

Em Dharavi, uma zona populosa de Mumbai, na Índia, há um único banheiro para cada 1.440 pessoas, e na estação das chuvas as enxurradas transformam as ruas da cidade em rios de excrementos. A fatura de água é, nesse caso, como no de muitas outras cidades do terceiro mundo, uma tragédia: as condições de existência fazem com que a água, em vez de vida, seja muitas vezes instrumento de doença e morte.

Paradoxalmente, a questão da água, indissociável da do saneamento, é talvez o principal problema que mantém homens e mulheres prisioneiros do subdesenvolvimento. Os dados do relatório são concludentes. Quando os pobres têm acesso à água,

REFLEXÕES XIV

trata-se em geral de águas com todo tipo de bactérias, de males que os contaminam e matam. Mas, na maioria dos casos, a pobreza condena as pessoas a uma seca ainda mais catastrófica para a saúde e para as possibilidades de melhorar as condições de vida. Uma das conclusões mais chocantes da pesquisa é de que os pobres pagam muito mais caro pela água do que os ricos, justamente porque os povoados e bairros onde eles vivem carecem de instalações de abastecimento e descarga, o que os obriga a comprá-la de fornecedores comerciais, a preços exorbitantes.

Assim, os habitantes dos bairros pobres de Jacarta (Indonésia), Manila (Filipinas) e Nairóbi (Quênia) *"pagam 5 a 10 vezes mais por unidade de água do que as pessoas que vivem nas zonas de elevado rendimento das suas próprias cidades – e mais do que pagam os consumidores em Londres ou Nova York"*. Esse preço desigual faz com que os 20% de famílias mais pobres de El Salvador, Jamaica e Nicarágua invistam um quinto de seus rendimentos em água, ao passo que no Reino Unido o gasto médio dos cidadãos com a água representa apenas 3% de sua renda.

Não resisto a citar essa estatística do relatório: *"Quando um europeu puxa uma descarga, ou quando um americano toma banho, utiliza mais água do que a disponível para centenas de milhões de indivíduos que vivem em bairros degradados ou zonas áridas do mundo em desenvolvimento"*. E também a estimativa de que, com a água poupada caso os "civilizados" fechássemos a torneira enquanto escovamos os dentes, um continente inteiro de "bárbaros" poderia tomar banho.

À primeira vista, não parece haver muita relação entre a falta de água e a educação das meninas. E, no entanto, ela existe e é estreita. O relatório calcula que 443 milhões de dias letivos são perdidos a cada ano por causa de doenças ligadas à água, e que milhões de meninas faltam à escola e recebem uma educação deficiente ou nula, e em todo caso inferior à dos meninos, por terem que buscar água diariamente em açudes, rios e poços que, muitas vezes, ficam a horas de caminhada.

Em *"Os miseráveis"*, Victor Hugo escreveu que *"os esgotos são a consciência da cidade"*. Numa dessas digressões do narrador que

REFLEXÕES XIV

pontuam o romance, enquanto Jean Valjean chapinhava na merda com o desmaiado Marius às costas, arriscou uma curiosa interpretação da história a partir do excremento humano. O formidável estudo da ONU faz coisa parecida, sem a poesia nem a eloquência do grande romântico francês, mas com muito mais conhecimento científico. Propondo-se a apenas descrever as circunstâncias e consequências de um problema concreto que atinge um terço da humanidade, o relatório radiografa com dramática precisão o extraordinário privilégio de que os outros dois terços desfrutamos toda vez que, quase sem perceber, abrimos uma torneira para lavar as mãos ou o chuveiro para receber esse jato de água fresca que nos limpa e revigora, ou quando, impelidos por uma dor de barriga, sentamos na intimidade do banheiro, aliviemos as entranhas e, distraídos, limpamos com um pedaço de papel higiênico todos os rastros dessa cerimônia, para em seguida puxar a descarga e sentir, no turbilhão do vaso, nossa sujeira recôndita sumir nas entranhas dos esgotos, longe, longe de nossa vida e nosso olfato, para o bem da própria saúde e bom gosto.

Como é infinitamente diversa a experiência desses bilhões de seres humanos que nascem, vivem e morrem literalmente sufocados pela própria imundície, sem conseguir arrancá-la de suas vidas, pois, visível ou invisível, a sujeira fecal que expulsam volta para eles como uma maldição divina, na comida que comem, na água em que se lavam e até no ar que respiram, causando-lhes doenças e mantendo-os no limite da subsistência, sem chance de escapar dessa prisão na qual mal sobrevivem.

Um dos aspectos mais sombrios da questão é que, em grande parte por causa do nojo e da repulsa que os seres humanos sentimos por tudo o que tem a ver com a merda, os governos e organismos internacionais de promoção do desenvolvimento não costumam dar a ela a devida prioridade. Geralmente a subestimam, e dedicam recursos insignificantes a projetos de saneamento. A verdade é que viver em meio à sujeira é nefasto não apenas para o corpo, mas também para o espírito, para a mais elementar autoestima, para o ânimo que permite erguer a cabeça contra o infortúnio e manter viva a esperança, motor de todo progresso. "*Nascemos entre fezes e urina*", escreveu Santo Agostinho. Um calafrio deveria subir por

REFLEXÕES XIV

nossas costas como uma cobra de gelo ao pensarmos que um terço de nossos contemporâneos nunca acaba de sair da imundície em que veio a este vale de lágrimas. ●

Mario Vargas Llosa: Jorge Mario Pedro Vargas Llosa, marquês de Vargas Llosa, é um escritor, jornalista, ensaísta e político peruano, laureado com o Nobel de Literatura de 2010.

Publicado na Revista Piauí nº 5, fevereiro de 2007

LUIZ BIANCHI

Visionário epiroqueta

Roberto Pompeu de Toledo



*No romance **O Presidente Negro**, a arte não imita a vida nem o marketing: o leitor sai em busca de Barack Obama, mas quem desponta é Hitler*

Uma mulher e um negro disputam a presidência dos Estados Unidos. Enfim as mulheres, ancestrais coadjuvantes do macho nas empreitadas que garantiram a hegemonia da espécie humana no planeta, levantam-se a ponto de reivindicar o primeiro plano no mais avançado e bem-sucedido dos países. Parece

Hillary Clinton, não parece? A mulher fica no meio do caminho (continua parecendo Hillary), e vence o negro (parece Barack Obama, não parece?). Enfim um negro, representante da mais oprimida das gentes, sobrevivente de uma crônica de humilhação e escravização, alça-se a ponto de destronar o branco no mais poderoso de seus postos. Parece o panorama de hoje nos Estados Unidos, mas não é. É o enredo de, romance utópico-futurista de Monteiro Lobato escrito no distante ano de 1926, e ambientado no distante ano de 2228.

A obra de Monteiro Lobato, agora sob a guarda da **Editora Globo**, começou a voltar no ano passado às livrarias, depois de longa ausência, provocada pelo litígio entre os herdeiros e a editora anterior, a **Brasiliense**. Os responsáveis pelo relançamento não resistiram em incluir entre os primeiros livros resgatados, senão do esquecimento, pelo menos do alcance dos leitores. Com um título desses, e um enredo desses, resistir quem há de? Eis uma ocasião em que a vida, se não imita a arte, pelo menos imita o *marketing*. O relançamento do livro foi, claro, cercado de sugestões de que, 82 anos atrás, Lobato previu os Estados Unidos de Barack Obama. Vai-se ler o livro e o que desponta é...

Pausa para necessárias expiações pessoais. O autor que vos fala lamenta o que vai dizer. Como muitos brasileiros, ele tem uma

REFLEXÕES XIV

dívida de gratidão para com Lobato. Deve-lhe as horas de felicidade usufruídas na infância, na companhia da turma do Sítio do Picapau Amarelo. Deve-lhe em boa parte, pela descoberta, desde pequeno, de como pode ser prazerosa a companhia de um livro, o ter-se tornado um leitor. Ainda hoje, tem a convicção de que Monteiro Lobato não foi apenas o melhor escritor de livros para crianças do Brasil, mas um dos melhores do mundo.

Isso posto... Vai-se ler e o que desponta, em vez de Obama, é... Hitler! E não como denúncia, mas como exaltação de um dos traços mais característicos da doutrina nazista. Se Obama aponta para a afirmação dos negros, o romance de Lobato vai no sentido contrário. Em vez de celebrar a igualdade, ou, como quer o candidato à Casa Branca, a superação da questão racial, o que comemora são as teses raciais que, com a ascensão dos nazistas ao poder, sete anos depois de publicado o romance, triunfariam na Alemanha.

"Sabe o que ando gestando?", pergunta Lobato, em julho de 1926, ao amigo Godofredo Rangel, com quem trocou cartas a vida inteira. *"Um romance americano, isto é, editável nos EUA. Já comecei e caminha depressa. Meio à Wells, com visão de futuro."* O romance em questão era, que antes de consolidar-se com esse nome foi também chamado de O Choque das Raças e de O Raio Branco. O Wells citado é o inglês H. G. Wells, autor de *A Máquina do Tempo* e *A Guerra dos Mundos*, que Lobato admirava.

Se há uma palavra para definir Lobato, é visionário. Se há outra, é espiroqueta. Visionário-espiroqueta dos maiores que já despontaram no cenário brasileiro, ele atravessou a vida com três obsessões, a saber, e não necessariamente nessa ordem: escrever, ficar rico e salvar o Brasil. Escritor não beletrista, o que era novidade na época como continua mais ou menos a ser hoje, sua porção empresário caminhou todo o tempo parêlha à do escritor, e numa como na outra se sobrepujam o visionário e o espiroqueta.

A porção empresário já imaginara coisas como criar um colégio modelo, nada inferior a **Eton** ou **Cambridge**, em sua cidade natal, Taubaté, no Vale do Paraíba paulista, ou construir em São Paulo um novo viaduto do Chá, sobre o qual se construiriam, de um lado e do

REFLEXÕES XIV

outro, casas e lojas. No plano das efetivas realizações, já experimentara a glória de se ter transformado no mais interessante, imaginativo e audaz editor que o Brasil conheceria, com a criação da **Monteiro Lobato e Cia.** – editora que inovou em tudo, do cuidado que dispensava ao produto aos modos de comercializá-lo e às tiragens de 10 mil, 20 mil, ou mais exemplares, jamais sonhadas até então e raras ainda hoje. Foi bom enquanto durou. Fundada em 1920, em 1925 a editora foi à falência, vitimada pelo mesmo vírus que lhe garantiria o estrondoso sucesso: o visionarismo espiroqueta de seu criador.

Eis que naquele ano de 1926, aos 44 anos, falido e endividado, mas nunca desanimado, unem-se em Lobato o escritor e o empresário em mais uma visão luminosa, a visão das visões: conquistar o mercado americano. *"Imagine se me sai um best-seller"*, continuava, na mesma carta a Godofredo Rangel. *"Um milhão de exemplares..."* É com os dólares a atizar-lhe a pena que escreve, em apenas três semanas. Nessa época residia no Rio de Janeiro, para onde se retirara julgando dessa forma curar mais depressa as feridas do naufrágio da editora. O livro foi primeiro publicado em folhetins, entre setembro e outubro de 1926, pelo jornal **A Manhã**, de Mário Rodrigues, o pai de Mário Filho e de Nelson Rodrigues.

As crianças, em outras ocasiões tão bem-vindas, na audiência de uma história de Monteiro Lobato, já saíram da sala? E os multiculturalistas, os defensores da igualdade, os antirracistas, os militantes das minorias, os antifascistas e as donzelas? Então pode-se começar a contar a história de.

Um dia, ao subir a serra do Rio para Friburgo, o simplório vendedor Ayrton Lobo sofre um acidente de automóvel. É socorrido por um morador das proximidades, o professor Benson, homem de origem americana que o toma a seus cuidados e o abriga no castelo em que vivia. Sabe-se lá por que (o romance não perde tempo em destrinchar sutilezas psicológicas), o refinado e sábio Benson resolve confiar ao rústico hóspede o segredo de sua vida – o aparelho de enxergar o futuro, ou “porviroscópio”, que inventara e instalara, escondido e bem protegido de olhares intrusos, em seu castelo.

REFLEXÕES XIV

Lobato é muito bom para criar nomes. Se não tivesse chamado o Jeca Tatu de Jeca Tatu, é de duvidar que o personagem tivesse o mesmo sucesso. O Brasil ele chamou de "Botocúndia", nome que foi parar no título de uma biografia relativamente recente, **Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia**, de Carmem Lucia de Azevedo, Marcia Camargos e Vladimir Sacchetta. O pó mágico com que Emília e o pessoal do Sítio do Picapau Amarelo viajam no tempo e no espaço é o pó de pirlimpimpim. "Porviroscópio" é fruto do mesmo dom para batizar os personagens ou objetos de sua criação.

O professor Benson tinha uma filha – e que filha! Miss Jane fez Ayrton Lobo atrapalhar-se e gaguejar, ao ser apresentado a ela. Cabelos louros, olhos azuis – a mais encantadora criatura com quem o pobre vendedor jamais deparara. Além disso, "finamente educada e generosa"; e, para culminar, sábia e inteligente como o pai. O contato com a ciência e a convivência com o homem superior que era o professor Benson afastaram dela "todas as preocupações de coquetismo, próprias da mulher comum". Em suma, conclui Ayrton Lobo, num dos vários ataques de misoginia que manifestará ao longo do livro, "de feminino só havia, em miss Jane, o aspecto". Tanto quanto Benson, a filha vivia isolada no castelo, e tanto quanto ele passava os dias a pesquisar o tempo futuro.

Mal contara o seu segredo, mostrara ao hóspede sua fabulosa máquina e lhe explicara o complexo mecanismo, o professor Benson morre. Há personagens de romance fadados a morrer, como se sabe, e esse era um deles. Também já estava velhinho, coitado. Seu último e heroico gesto foi destruir a máquina do tempo, o maior dos engenhos jamais inventado. Ele temia que, caindo em mãos imprudentes, ela poderia causar grandes males.

Nobre professor Benson! Mas não se imagine que, com toda sua altaneria de espírito, se esquecesse das necessidades mais prementes. Além de se divertir com passeios pelo tempo futuro, usara a máquina, um par de vezes, para negociar com moedas, comprando, na baixa, francos e marcos que o "porviroscópio" lhe informara estarem por sofrer forte alta. Tampouco deixou a filha ao desamparo. Ao destruir a máquina, pôde fazê-lo com a tranquilidade de quem possibilitara à herdeira copiar as cotações da Bolsa nos próximos cinquenta anos. Filha alguma, em tempo algum,

REFLEXÕES XIV

foi contemplada com legado mais valioso.

As crianças já saíram da sala? E os igualitaristas, os multiculturalistas, os antirracistas, as donzelas? O exposto até aqui não passou de esquentamento. Agora é que o jogo começa para valer, com a história do presidente negro propriamente dita, contada a Ayrton por miss Jane. O caso ocorre por ocasião da eleição do 88º presidente dos Estados Unidos, naquele ano de 2228, e impressionou a filha do professor Benson mais do que qualquer outro, em suas extensas pesquisas pelo futuro afora.

Um imprevisto veio a perturbar a campanha eleitoral americana de 2228: as mulheres decidiram apresentar candidatura própria. Elas haviam se deixado contaminar a ponto do fanatismo pelas teorias do "sabinismo", tal qual formuladas pela líder feminista Gloria Elvin. O "sabinismo" sustentava que a mulher não é a fêmea natural do homem, como a leoa é do leão ou a galinha do galo. Essa fêmea natural, o homem a repudiara em tempos remotíssimos e, para substituí-la, raptara a fêmea de outro mamífero, tal qual, na Antiguidade, os romanos raptaram as sabinas. Daí a mulher ser tão diferente do homem, com uma organização cerebral que privilegia a fantasia sobre a lógica, de forma que, para ela, nem sempre dois mais dois são quatro. Era hora de se proclamar sua independência do cruel raptor, e por isso lançaram a candidatura da bela Evelyn Astor em desafio à reeleição do ocupante da Casa Branca, o presidente Kerlog.

A população americana nesse tempo, de 314 milhões de habitantes, compunha-se de 206 milhões de brancos e 108 milhões de negros. Os negros tornavam-se uma porção cada vez mais significativa da população, pela velocidade muito maior com que procriavam. Entre os brancos, as melhores estatísticas contabilizavam 51 milhões de votos para o Partido Masculino e 51,5 milhões para o Partido Feminino. Os negros dispunham de 54 milhões de votos, e seriam, portanto, os fiéis da balança. Os negros! O "único erro", segundo miss Jane, na "feliz composição" em que se constituía a população dos Estados Unidos, "a feliz zona que desde o início atraiu os elementos mais eugênicos das melhores raças europeias".

O Lobato está tão impregnado de "eugenia" quanto as

REFLEXÕES XIV

personagens femininas do romance de "sabinismo". A eugenia, a ciência, ou suposta ciência, da boa raça, vivia então grandes dias, no Brasil. Seus principais propugnadores, como Renato Kehl, presidente da Sociedade Eugênica de São Paulo, Artur Neiva e Belisário Pena, gozavam de audiência e prestígio. Lobato era amigo deles.

Em estado puro, a eugenia refere-se à qualidade das raças, seja pela origem genética, seja pelos aperfeiçoamentos possíveis. No Brasil, misturou-se com higiene e saneamento. Em 1918, Lobato publicou no jornal **O Estado de S. Paulo** uma série de artigos em que propugnava, com a combatividade de sempre, pelo saneamento nos municípios do interior e pela atenção à saúde das populações rurais. Por iniciativa da Sociedade Eugênica, os artigos foram reunidos em livro intitulado **Problema Vital**, prefaciado por Renato Kehl. Nessa fase, Lobato continha-se na faceta, digamos, benigna do eugenismo à brasileira – a faceta da higiene e da saúde. Em, pela voz de miss Jane, ele avança em sua faceta racial.

"Que você pensa do americano?", pergunta miss Jane a Ayrton Lobo. Antes de avançar na história de 2228, ela sonda o interlocutor sobre os Estados Unidos do presente, ou seja, daquele ano de 1926. Ayrton, tolo como sempre, repete uma frase que ouvira do patrão: "*Povo sem ideais, o mais materialão da terra.*" Miss Jane, pacientemente, põe-se a contradizer o vendedor. Povo sem ideais, o americano? Muito pelo contrário, ele possui um "idealismo orgânico", voltado para a prática e o progresso, ao contrário do idealismo furioso e utópico dos europeus. Veja-se o exemplo de Henry Ford. Ele sonha – "mas sonha a realidade do amanhã". Esse espírito fez dos Estados Unidos a terra do progresso e do bem-estar, "um imenso foco luminoso num mundo de candeeiros de azeite e velas de sebo". E não podia ser diferente, ensina miss Jane, pela qualidade eugênica de seu povo. À sorte de receber os melhores espécimes das raças europeias, desde o Mayflower, vieram se somar as leis seletivas pelas quais só eram aceitos os imigrantes de boa qualidade. "Ficava a flor. O restolho voltava."

"E o negro?", atreve-se a perguntar Ayrton Lobo. A sociedade americana é também composta do negro. Miss Jane reconhece que o mar de acertos que beneficiou os americanos foi manchado pelo

REFLEXÕES XIV

erro de ter ido buscar o negro na África, e Ayrton Lobo encontra aí uma rara ocasião de contrapor ao erro americano um acerto brasileiro. No Brasil, segundo ele, dentro de um ou dois séculos o negro terá desaparecido em virtude dos sucessivos cruzamentos com o branco. Já nos Estados Unidos o erro é impossível de ser corrigido. "Não acha que fomos felicíssimos em nossa solução?", pergunta ele.

Não, miss Jane não acha. A miscigenação brasileira estragou as duas raças. "O negro perdeu as suas admiráveis qualidades físicas de selvagem e o branco sofreu a inevitável piora de caráter." Mas então miss Jane prefere a solução americana, que foi deixar as duas raças "se desenvolverem paralelas no mesmo território, separadas por uma barreira de ódio"?

Era o que miss Jane esperava para o xeque-mate no adversário: *"Esse ódio foi a mais fecunda das profilaxias. Impediu que uma raça desnaturasse, descristalizasse a outra, e conservou ambas em estado de relativa pureza. (...) O amor matou no Brasil a possibilidade de uma suprema expressão biológica. O ódio criou na América a glória do eugenismo humano."*

Pausa para as indagações que a esta altura se atropelam na mente do leitor. Quem é essa miss Jane? Deve-se tomar sua voz como a do próprio autor do livro? Por trás da formosa castelã de Friburgo, loura e de olhos azuis – ela própria o triunfo da eugenia, tal qual entendida por seus propugnadores – se esconderiam as ideias do baixinho, mirrado e moreno Lobato?

Pode-se garantir que sim. Depois dos contos da mocidade, escritos quando ainda não era famoso, no remanso de sua fazenda no Vale do Paraíba, Lobato nunca mais fez, na obra para adultos, uma literatura, por assim dizer, "literária". Longe dele as preocupações com um entredo bem urdido, um personagem bem construído. É sempre uma literatura de combate, de defesa de uma causa que julgava boa para o Brasil ou para a humanidade, e sua forma típica é o artigo de imprensa, que depois reunia em livros. Tem a singularidade de ser um romance, e um romance armado na clave do humor (às vezes bem-sucedido, às vezes não) e da sátira, mas lá na música de fundo o que se ouve é a voz do autor, a esta altura

REFLEXÕES XIV

inseparável das teses a que servia com fervor de profeta.

Os argumentos de miss Jane, como o do "ódio como a mais fecunda das profilaxias", vêm com frequência carregados como numa caricatura. Ela se permite uma liberdade retórica que o autor, sem a máscara de uma personagem de ficção, não se permitiria. Mas, no fundo, no fundo, não está dizendo coisa diferente do que o Lobato-ele-mesmo já dissera, ou viria a dizer.

Na maior parte da vida – a exceção são os anos finais, por razões que se emaranham com sua defesa da pesquisa do petróleo no Brasil –, ele nutriu entusiasmada admiração pelos Estados Unidos. Numa carta de 1922, citada por seu biógrafo Edgard Cavalheiro, escrevia: *"Que vontade de mudar de terra – ir viver num país vivo, como o dos americanos! Isto [o Brasil] não passa dum imenso tartarugal. Tudo se arrasta."* Em 1927, ano seguinte, nomeado adido comercial em Nova York pelo presidente Washington Luís, realizaria o sonho de morar nos Estados Unidos. Escreveu então: *"Sinto-me encantado com a América! O país com que sonhava. Eficiência! Galope! Futuro! Ninguém andando de costas."*

Uma das bases de sua admiração era Henry Ford. Lobato traduziu dois livros de Ford: **Minha Vida e Minha Obra** e **Hoje e Amanhã**. No prefácio do primeiro, afirma que, ao contrário dos pensadores como Rousseau e Marx, que imaginam "soluções teóricas, belas demais para serem exequíveis", Ford "admite o homem como é, aceita o mundo como está, experimenta e deixa que os fatos tragam a solução rigorosamente lógica, natural e humana". Em suma, Ford, "a mais lúcida e penetrante inteligência humana", é o "idealista orgânico" – e aí temos, na pena de Lobato-ele-mesmo, a mesma expressão que porá na boca de miss Jane.

A argumentação da castelã de Friburgo toma a dianteira com relação a seu criador na defesa sem reservas nem escrúpulos da segregação racial, então sancionada por lei nos Estados Unidos. Mas, bem medidas as coisas, não é uma dianteira assim tão significativa. O mesmo tema, vamos encontrar em **América**, o livro que Lobato escreveria em 1930, durante seu período nova-iorquino. Embora não seja um romance, mas uma coleção de artigos/ensaios, a estrutura de **América** é parecida com a de **Amanhã**. As diversas

REFLEXÕES XIV

facetas da vida americana, e a comparação com o Brasil, são abordadas em forma de diálogo entre um inglês ficcional, mr. Slang, e o próprio Lobato. Mr. Slang, que, do alto de seu padrão civilizacional, tem um olho clínico para detectar as besteiras brasileiras, já tinha aparecido num livro anterior, Mr. Slang e o Brasil. Assim como miss Jane, ele faz o papel de sábio, cabendo a Lobato o de ingênuo, só um pouco menos tolo que Ayrton Lobo.

Num dos artigos de **América**, o tema é uma notícia de jornal, a do divórcio requerido por Berenice Seeney, de 25 anos, de seu marido, por ter descoberto que ele tinha sangue negro. Berenice via-se *"posta no ostracismo por suas companheiras de escola e transformada numa pária social até na própria família"*; por isso, não só pedia o divórcio como renunciava aos dois filhos do casal, entregando-os à guarda do marido. Segundo declarou ao juiz, ao casar-se não percebeu sinal de negritude no noivo; só cinco anos mais tarde, ao conhecer um parente dele, *"veio a ter notícia da terrível coisa"*. Dá-se então o seguinte diálogo entre Lobato e mr. Stanley:

"É demais, mr. Stanley!", exclamei revoltado. "Renegar o marido, tão branco na aparência que só depois de cinco anos de convívio, e por acaso, ela soube que tinha nas veias uma remota gota de sangue africano, já era muito. Mas essa puritana da raça vai além – renega os próprios filhos. É odioso, não acha?"

"Não sei", respondeu mr. Slang, que apesar de inglês participava bastante do preconceito racial americano. "Não sei se não será isto um instinto da raça que se defende. Cruel, confesso. Cruelíssimo, neste caso. Mas os altos interesses da raça não estarão acima dos pequenos interesses do indivíduo?"

Lobato não mostra a cara para defender a segregação racial. Recorre a mr. Slang, como antes tinha recorrido a miss Jane. Mas, num caso como no outro, a defesa vem na forma de uma lição do interlocutor sábio ao amigo ingênuo. Concluamos assim: não é que Lobato encarne propriamente o prosélito do sistema de segregação à americana, mas compreende as razões que levaram os Estados Unidos a adotá-lo e acha que teve papel decisivo na construção de uma sociedade inventiva e operosa como a americana.

REFLEXÕES XIV

Quanto à outra face da mesma questão – a condenação da miscigenação brasileira –, miss Jane não revela originalidade. Apenas filia-se a uma das duas correntes, ambas racistas, em que os intelectuais brasileiros da época se dividiam. A corrente de miss Jane é a mesma de Nina Rodrigues: a de que a mestiçagem produzia tipos fracos, indolentes e intelectualmente limitados. Ayrton Lobo faz-lhe o contraponto ao defender, como Sílvio Romero, a outra corrente – a de que a mestiçagem era boa porque levaria ao "branqueamento". De tanto copularmos livremente, com solene desprezo pela fronteira das raças, acabaríamos, todos os brasileiros, graças ao gene mais forte da raça branca, alvos como o alemão.

Os "altos interesses da raça" a que se refere mr. Slang estarão presentes com toda a força durante o transe sofrido pela sociedade americana naquelas eleições de 2228, tal qual visto por miss Jane no "porvirosópio". Tanto o Partido Masculino quanto o Partido Feminino cortejavam o grande líder dos negros, Jim Roy, "um homem de imenso valor". Graças a seu gênio e sua sagacidade, Jim Roy conseguira reunir todos os negros sob seu comando. "Sempre sábias e construtoras", explica miss Jane, *"suas instruções desciam com autoridade de dogmas sobre todas as cédulas da Associação Negra e as faziam moverem-se como puros autônomos."* Conseguir seu voto era conseguir o voto da população negra em peso.

Jim Roy, entenda-se, não era um negro que reconheceríamos como tal. Assim como o geral da população americana chamada de "negra", tinha a pele esbranquiçada. "A ciência havia resolvido o caso da cor pela destruição do pigmento", explica miss Jane. Mas o cabelo continuava duro e crespo, e a hostilidade dos brancos era ainda maior: *"Não lhes podiam perdoar aquela camuflagem de despigmentação."* Para resolver o conflito entre os dois grupos havia duas teses concorrentes. Uma era a da divisão do país, ficando o sul com os negros e o norte com os brancos. Era a proposta de Jim Roy. Outra, dos brancos, era deportar os negros para o vale do Amazonas. (Por falar em Amazonas, explique-se que o Brasil de 2228 é um outro Brasil. O país cindira-se em dois. Um, espreado ao longo da grande região industrial surgida nas duas margens do rio Paraná, juntara o sul do Brasil com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Era próspero e branco. O outro, ao norte, era uma

REFLEXÕES XIV

república tropical de sangue contaminado e sacudida por crônicas convulsões.)

Chega enfim o dia da eleição. O voto, em 2228, era transmitido por "radiação". Sem sair de casa, os eleitores transmitiam sua preferência a uma central em Washington que processava a apuração de forma instantânea. Do mesmo modo, os líderes políticos transmitiam pelo rádio as instruções a seus liderados. Jim Roy manteve-se em silêncio até o último momento. O presidente Kerlog confiava no seu apoio por uma questão de solidariedade masculina. A desafiante Evelyn, por considerá-lo um aliado contra o opressor comum. Eis que, na hora de transmitir as instruções à enorme massa de liderados, Jim Roy instruiu-os a descarregar seus votos em... nele mesmo! Em Jim Roy! A divisão dos brancos abriu uma brecha para o impensável – os Estados Unidos teriam agora um presidente negro.

O ano de 2228 está ainda a 220 anos de distância. Se Barack Obama ganhar em novembro, os Estados Unidos terão elegido um presidente negro muito antes do que Lobato previu. Obama surge apenas 82 anos – um nada, em tempo histórico – depois que foi escrito. Registre-se, em favor dos Estados Unidos, que a máquina do tempo andou muito mais depressa, na vida real, do que no “porviroscópio” do professor Benson. Ainda fica faltando aos americanos elegerem uma mulher. Com Hillary Clinton fora do jogo, ao sexo feminino resta uma eventual vice-presidência, no caso de sair vitoriosa a chapa John McCain/Sarah Palin. Não há consolo para as mulheres tampouco no romance de Lobato. Também nele elas perdem – e recebem a derrota de um modo a deixar tanto a feminista do livro, a criadora do "sabinismo", como as de hoje, vermelhas de raiva.

Imagine-se Hillary Clinton desfazendo-se, chorosa, dobrada de arrependimento, a procurar os braços de Bill, depois de derrotada, e confessando ter cometido enorme erro ao ousar desafiar o macho. Pois foi isso que Evelyn Astor e todas as outras fizeram. Voltaram correndo para os namorados e os maridinhos, ansiosas por perdão e reconciliação. Evelyn Astor fez um sentido discurso: *"Divorciamonos dele [do macho], declaramos-lhe guerra, difamamo-lo, e a paixão nos cegou a ponto de não vermos o polvo que espiava a*

REFLEXÕES XIV

brecha a fim de envolver o Capitólio em seus tentáculos".

Menos mal porque foi uma derrocada feita de graça e beleza. Não havia mais feiura (pelo menos entre os brancos) em 2228, assim como não havia mais deficientes físicos, nem loucos, nem prostitutas, nem tarados. O Código da Raça, "o mais alto monumento da sabedoria humana", resolvera esse problema ao impor severas limitações ao direito de procriar. Só quem passasse por testes minuciosos, e ao final deles apresentasse "a série completa de requisitos que a eugenia impunha", recebia do Ministério da Seleção Artificial o "brevê de pai autorizado".

(Quando tomou conhecimento dessa regra, Ayrton Lobo, encantado, desabafou: *"Parece incrível, miss Jane, que ainda hoje tenha o direito de ser pai quem quer. Morféticos há ali na roça que botam no mundo anualmente pequeninos lázaros. E ninguém vê, ninguém diz nada, todos acham que está tudo direito..."*)

Último aviso: as crianças já saíram da sala? E os campeões da justiça, os baluartes da igualdade racial? Os mais revoltados já acionaram o Tribunal Penal Internacional? Engana-se quem pensa que a raça branca, tão orgulhosa de si mesma e consciente de seus naturais direitos, ia-se conformar com a situação. Uma reunião do Ministério foi convocada. Concordou-se que o problema transcendia a política, para atingir o campo da raça. *"Acima das leis políticas vejo a lei suprema da Raça Branca"*, disse um ministro. *"Acima da Constituição vejo o Sangue Ariano"*. Resolveu-se convocar a Convenção da Raça Branca. Era o jeito de levar a questão para sua justa e insigne esfera.

Os convencionais eram apenas seis pessoas, a elite da elite da elite da sociedade, representando, cada um, a corporação da qual era o líder incontestado – a indústria, o comércio, as finanças, a arte, as ciências e as letras. Desde logo estava afastada a hipótese de golpe de Estado. Nem mesmo num momento de crucial emergência como esse, a sacrossanta Constituição de 441 anos de idade poderia ser violada. Mas também ficou decidido que de modo algum o comando do país seria entregue aos negros. Como contornar o dilema? O presidente Kerlog ficou de pensar. Ao despedir-se, o representante da Ciência, John Dudley, um velhinho de olhar muito vivo e alegre,

REFLEXÕES XIV

autor de 72 invenções, disse enigmáticamente que, caso não ocorresse a Kerlog nenhuma solução, quem sabe ele pudesse ajudar.

Dez dias depois, Kerlog pedia socorro a Dudley. O velhinho sorridente apareceu então com um novo fruto de sua miraculosa mente, sua 73ª e insuperável invenção – nada menos do que uma loção "descarapinhadora", à base de poderosos raios ômega. Os negros, como se recorda, já tinham conquistado o branqueamento da pele, mas os cabelos continuavam grossos e crespos. A loção os presenteava com melenas finas e sedosas. O presidente, ao conhecer o alcance do produto, apoiou seu imediato lançamento no mercado, e seguiu-se o previsível e estrondoso sucesso: *"Cem milhões de criaturas reviraram para o céu os olhos agradecidos. Os negros chegaram a tomar-se de puro êxtase."* Ninguém mais pensava em política, entre os liderados de Jim Roy. As negras, sobretudo, viviam uma felicidade jamais sonhada. Passavam o dia ao espelho, *"penteando-se e despenteando-se gostosamente"*. Até Jim Roy aderiu ao descarapinhamento. Só que...

Infernal velhinho de olhar vivo e alegre! Os raios ômega da loção de Dudley tinham um duplo efeito: ao mesmo tempo em que alisavam os cabelos, esterilizavam o usuário. Eis que os brancos da América, de um só golpe, e sem derramar uma única gota de sangue, faziam desaparecer do horizonte toda a comunidade rival. Para completar o *happy end*, Lobato faz com que Jim Roy morra, de modo mal explicado, mas em todo caso necessário, no próprio dia de sua posse. Foram convocadas novas eleições, vencidas por Kerlog. Um ministro comentou, rendendo homenagem ao velhinho esperto: *"Só o ariano é grande e Dudley é o seu profeta"*.

Lobato citou os livros H. G. Wells como fonte de inspiração para seu romance futurista. Ainda estavam por aparecer dois romances de uma família mais próxima de: **Admirável Mundo Novo**, de Aldous Huxley, e **1984**, de George Orwell. O primeiro é de 1932; o segundo, de 1948, e ambos descrevem sociedades futuras depuradas de imperfeições por experimentos sociais e avanços científicos. Nos dois casos, os heróis são indivíduos solitários que se colocam contra a corrente ao se dar conta do que o sistema tem de injusto e opressivo. No livro de Lobato, o herói é o velhinho Dudley, situado na mais alta cúpula do sistema e que opera para que ele conserve

REFLEXÕES XIV

suas virtudes. Enquanto em Huxley e em Orwell os heróis são massacrados pelo sistema, em Lobato as ameaças ao sistema é que são massacradas pelo herói. Em Lobato, o herói é o genocida.

Infernal Lobato! Uma nota em **A Manhã**, anunciando a publicação em folhetins afirmava que o romance "*sairá em cinco línguas simultaneamente*" e adiantava: "*É um hino à Eugenia, às leis espartanas revividas na América, e é um brado d'armas em prol do princípio mágico que está fazendo da América do Norte um mundo dentro do mundo – a Eficiência.*" Às vésperas da publicação da história em livro, Lobato redige ele mesmo uma circular aos livreiros, chamando a atenção para "*o novo livro de Monteiro Lobato (...), escrito para um grande editor de Nova York – o qual prevê para a obra um grande sucesso de livraria nos EUA*". Além da "*alta intensidade dramática*", o livro é descrito como "*semeador das mais altas ideias da Eugenia*".

Tanto a nota de **A Manhã** como a circular aos livreiros continham propaganda enganosa. O livro não seria lançado simultaneamente em cinco línguas, nem fora escrito para um editor de Nova York. Mas eis que tanto um texto como o outro ressaltam, como ponto forte da obra, a exaltação à eugenia, cuja letra inicial é sempre escrita com maiúscula. É a evidência, se é que ainda era necessária mais uma evidência, de que miss Jane não estava sozinha no êxtase eugênico que a assola. A compartilhar com ela do mesmo entusiasmo estava o autor do livro.

No Natal de 1926, foi lançado em livro no Brasil, com tiragem de 16 mil exemplares, mas a cabeça de Lobato estava no mercado americano. "*Minhas esperanças estão todas na América*", escrevia ele ao cunhado, o também escritor Heitor de Moraes. "*Mas O Choque [O Choque das Raças, o outro nome do livro] só em fins de janeiro será traduzido para o inglês, de modo que só lá para o segundo semestre verei dólares. Mas os verei, e à beça, já não resta a menor dúvida.*" Lobato envia a versão em inglês que providenciara para o romance a meia dúzia de editores americanos. Em maio de 1927, muda-se para Nova York, e agora vai cuidar do projeto mais de perto. Tem ainda outro plano, mais um dos mirabolantes planos que nunca lhe faltam: fundar uma editora nos Estados Unidos. Já escolheu o nome: Tupy Publishing Company.

REFLEXÕES XIV

Passam-se os meses e nenhuma resposta dos editores americanos. Enfim, no final do ano, William David Pall, diretor da agência literária californiana Palmer, digna-se a mandar-lhe uma resposta. Pall começa pelas qualidades que vê na obra, "*de interesse acima da média*", mas ressalva que, "*infelizmente, o enredo central é baseado em um assunto particularmente difícil de se abordar neste país*". A carta prossegue num tom de lição de moral do americano curtido nas realidades do país ao americanófilo ingênuo:

Estivesse o senhor lidando com a invasão de uma nação estrangeira, ou raça, a reação seria bem diferente; mas o negro é um cidadão americano, uma parte integrante da vida nacional, e sugerir seu extermínio por meio da sabedoria e da capacidade superior da raça branca levaria a uma dissensão tão violenta no espírito dos leitores quanto faria um conflito entre dois partidos políticos, ou duas religiões, em que um extirparia o outro.

Ainda restava uma esperança – usar do próprio mal-estar que **O Presidente Negro** poderia causar como combustível para o sucesso. "*Um escândalo literário equivale no mínimo a 2 milhões de dólares para o autor*", escrevia agora Lobato a outro amigo. Contava que um "editor judeu" entusiasmara-se pelo livro e lhe sugerira que enxertasse nele "mais matéria de exasperação"; o tal judeu imaginava que, com uma dose extra de veneno, o livro conseguiria uma proibição policial – "o que vale 1 milhão de dólares". Proibido nos Estados Unidos, o livro sairia na Inglaterra e voltaria contrabandeado "com o uísque e outras implicâncias dos puritanos".

A perseguição policial foi outro sonho frustrado. Como poderia ter acontecido, se não aconteceu nem o livro? Não houve editor americano que se aventurasse a publicá-lo, nem passou de projeto abortado a Tupy Company, que o poderia ter publicado sob os auspícios do próprio autor. Na carta de 5 de setembro de 1927 a Godofredo Rangel, Lobato entrega os pontos:

Meu romance não encontra editor. Falhou a Tupy Company. Acham-no ofensivo à dignidade americana, visto admitir que depois de tantos séculos de progresso moral possa este povo, coletivamente, cometer a sangue-frio o belo crime que sugeri. Errei

REFLEXÕES XIV

vindo cá tão tarde. Devia ter vindo no tempo em que eles linchavam os negros.

A eugenia que tanto entusiasmo causou no autor surgiu de uma costela das teorias de Charles Darwin sobre a origem das espécies. De uma costela torta, diga-se, pois Darwin jamais sugeriu que a seleção natural pudesse servir de inspiração para uma seleção artificial destinada a melhorar a raça humana. Mas de uma costela próxima, pois o criador das modernas teorias eugênicas e, inclusive, inventor do termo eugenia (do grego eu, bom, + genia, raça, tronco, família) foi um primo de Darwin, Francis Galton.

As teorias de Galton obtiveram nos Estados Unidos vitórias que vão além da segregação dos negros e da proibição dos casamentos interraciais. Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, vários estados americanos adotaram leis de esterilização ou proibição de casamentos a pessoas portadoras de doenças como esquizofrenia e epilepsia. São também de inspiração eugenista as leis que, nos anos 1920, apresentaram barreiras à imigração de pessoas que não fossem da raça considerada a mais saudável e capaz, isto é, as populações do norte da Europa. A entrada de pessoas oriundas do sul europeu, como os italianos, passou a ser controlada, e a de asiáticos, como japoneses e chineses, praticamente cessou.

A próxima, e apoteótica, entrada da eugenia na vida de um povo ocorreu na Alemanha de Hitler. As esterilizações em pessoas consideradas física ou mentalmente ineptas somaram centenas de milhares, e não se ficou nisso – a eutanásia também foi instituída como remédio para livrar a sociedade de tipos considerados disgênicos, entre os quais os homossexuais. "Raças inferiores", como judeus e ciganos, não apenas eram proibidas de conviver com os sacrossantos arianos – deveriam ser eliminadas. Também foi em nome de um ideal eugênico que se permitiram as pesquisas genéticas realizadas em campos de concentração pelo doutor Joseph Mengele.

Quando Monteiro Lobato escreveu, Hitler já cruzava a esquina da história, o Mein Kampf debaixo do braço. Mas O.K., a tomada do poder ainda estava a sete anos de distância, e o mundo ainda não

REFLEXÕES XIV

prestava muita atenção nele. Nos primeiros anos dos nazistas no poder ainda não dava para antever a que levariam as ideias eugênicas contempladas no ideário de seus líderes. Mas em 1946, um ano depois da derrota da Alemanha na guerra, já dava. Os testemunhos, os processos, os arquivos do governo alemão e o estouro dos campos de concentração traziam mais e mais evidências da barbárie a que arrastara o delírio eugênico do regime. Políticas eugenistas, desde então, ficaram indelevelmente ligadas ao nazismo.

Lobato, no entanto, não repudiou o seu livro. Ao contrário, incluiu-o nas "Obras Completas" que começaram a ser publicadas naquele ano, mesmo tendo concebido para um desfecho que superava Hitler – uma perfeita e acabada *Endlösung*, ou solução final, para o "problema negro", contra uma *Endlösung* apenas parcial, no caso do Führer, para o "problema judeu", interrompida que foi pela debacle do regime.

Obras completas são obras completas, se dirá. Não. Ao organizá-las, Lobato deixou de lado obras anteriores, escritas tanto para crianças quanto para adultos. O fato de não ter percebido o nexos entre a eugenia tão louvada em *O Presidente Negro* e a barbárie nazista, ou não lhe ter dado maior significado, torna-se ainda mais intrigante quando se tem em conta que ele foi um devoto da causa antifascista, tanto no *front* externo, ao pôr-se ao lado dos aliados em artigos, cartas e entrevistas, quanto no interno, no combate ao Estado Novo. Em 1941, passou três meses preso, pelo efeito combinado de suas denúncias contra a política petrolífera do governo e uma entrevista à *BBC* em que fazia críticas ao regime varguista.

Lobato era homem de grandes paixões e grandes arrebatamentos. A temporada nos Estados Unidos ensinou-lhe que sem petróleo e sem ferro um país não poderia desabrochar para a era industrial, e a partir de então tornou-se o apóstolo obcecado do investimento em siderurgia e da pesquisa de petróleo no Brasil, o mais obcecado de quantos já pisaram o território nacional. O mesmo entusiasmo antes o arrastara para a saúde pública e, no degrau seguinte, para a eugenia. Em sua alma sempre pronta para o arrebatamento, houve lugar mesmo para o espiritismo, por ele abraçado nos anos finais, depois de ter passado a vida inteira indiferente ou hostil às religiões.

REFLEXÕES XIV

Nesse vai-para-cá-e-vai-para-lá, ao sabor de uma biruta movida a ventos frequentemente contraditórios, há aspectos simpáticos. Um é a pregação do petróleo. Outro é não ter ficado na pregação e constituído uma empresa de prospecção. Lobato foi um raro intelectual que metia a mão na massa. Também foi um raro intelectual que, em vez de contestá-lo, trabalhou com o ânimo de desenvolver o capitalismo brasileiro. Enfim, foi um raro escritor que, como observa o biógrafo Edgard Cavalheiro, ao mesmo tempo em que não tinha vergonha de ser homem de negócios, tinha vergonha de aceitar uma sinecura do Estado. Chegou a ser convidado por Getúlio Vargas para diversas missões, inclusive a chefia de um ministério da Propaganda. Não aceitou.

A natureza espiroqueta levou-o a protagonizar grandes momentos. Depois de algumas semanas na prisão, ao receber a notícia de que seria solto, batucou uma carta ao presidente do Conselho Nacional do Petróleo, general Horta Barbosa, a quem atribuiu a denúncia formulada ao Tribunal de Segurança Nacional, dizendo-se "profundamente reconhecido" pelos "deliciosos e inesquecíveis dias passados na Casa de Detenção". Fora do "tumulto humano e das mil distrações" do mundo, ganhou a ocasião, com que "sempre havia sonhado", de "meditar sobre o livro de Walter Pitkin, *A Short Introduction to the History of the Human Stupidity*". Resultado: a sentença de soltura foi revogada, e ganhou mais algumas semanas de xadrez.

Havia em Lobato um "endiabrado saci", segundo Edgard Cavalheiro. Ele próprio afirmava: *"Sou visceralmente imprudente e os anos não têm me modificado nisso. Os homens prudentes não sabem as delícias da imprudência."* Quando errava a mão, errava feio, e o primeiro erro estava justamente no texto em que irrompeu como um foguete na cena literária: "Velha Praga", o artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* em que apresentava a figura do Jeca Tatu. Depois de descrever o "parasita", o "piolho", que queima as matas, destrói as plantações e reduz à inutilidade "a mais ubertosa região", ele prosseguia: *"Esse funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças."* O caboclo, o Jeca Tatu, este ser cujo

REFLEXÕES XIV

"grande cuidado é espremer todas as consequências da lei do menor esforço", era o culpado! Lobato nessa época batia-se contra as dificuldades de tocar para frente a fazenda de Taubaté que herdara do avô. E tinha achado um responsável para seus males, o Jeca preso ao "vazio de sua vida semisselvagem".

"Velha Praga" é de 1914. Quatro anos depois, Lobato descobriria a saúde pública, no livro **Saneamento do Brasil**, de Belisário Pena, e voltaria ao Jeca para produzir um mea-culpa: *"Está provado que tens no sangue e nas tripas um jardim zoológico da pior espécie. É essa bicharia cruel que te faz papudo, feio, molenga, inerte. Tens culpa disso? Claro que não."* A rigor o problema ainda era tratado pela rama, mas já estava melhor. Pelo menos a culpa passara do Jeca para os bichos que habitavam sua barriga. Enfim, em 1947, um ano antes de morrer, publica um panfleto em que o caboclo, agora chamado de Zé Brasil, era descrito como vítima de uma estrutura social perversa.

Para a professora da **Unicamp** Marisa Lajolo, uma especialista em Monteiro Lobato, o criador do Jeca Tatu *"parece ter percorrido quase todas as posições ideológicas disponíveis em seu tempo"*. No tempo de "Zé Brasil" ele se dizia socialista e mostrava-se solidário com Luís Carlos Prestes, a quem enviara uma saudação gravada por ocasião do comício comunista de julho de 1945, no estádio do Pacaembu. Na zigiguezagueante trajetória ideológica de Lobato houve lugar até para Perón, a quem homenageou com o livro **A Nova Argentina**, escrito durante o período em que morou em Buenos Aires, em 1946.

Em **O Presidente Negro**, concluída a operação de esterilização dos negros, o governo americano divulga uma nota, dando conta de seu procedimento:

O governo americano vem dar conta ao povo do golpe de força a que foi arrastado em cumprimento da suprema deliberação dos chefes da raça branca, reunidos em palácio no dia 7 de maio de 2228. (...) O governo procurou agir de modo a evitar perturbações na vida nacional; estava em estudos da matéria quando John Dudley apareceu com a revelação da virtude dupla dos raios ômega. Adotado esse maravilhoso processo, operou-se a

REFLEXÕES XIV

esterilização dos homens pigmentados pelo único meio talvez em condições de não acarretar para o país um desastre. O problema negro da América está resolvido da melhor forma para a raça superior, detentora do cetro supremo da realeza humana.

John Dudley acabaria homenageado com uma estátua em praça pública. ●

Roberto Pompeu de Toledo: jornalista e escritor, é colunista de *Veja*.

Artigo publicado na *Revista Piauí* nº 25, outubro de 2008

Papagaio!

Roberto Pompeu de Toledo



A tradução ornitológica da nacionalidade

Se os Estados Unidos ostentam a águia como símbolo, a França o galo e o Chile o condor, o Brasil tem o papagaio como tradução ornitológica da nacionalidade. À diferença desses outros países, o papagaio não figura nos escudos, nos selos, nas medalhas, ou em outros sinais pelos quais o Estado anuncia sua presença. Talvez não o tenham julgado digno de tais honrarias. Ele não é forte como a águia, não tem a autoridade do galo nem voa alto como o condor. Exibe um ar matreiro e carrega uma reputação galhofeira que não o recomendam para o papel de representar oficialmente a pátria. Apesar disso, está presente na história no Brasil em manifestações que vão da carta de Pero Vaz de Caminha ao Zé Carioca. “Terra Papagalli” foi um nome que concorreu com o de “Brasil”, e até com certa vantagem, nos anos que se seguiram à descoberta. Se tivesse vingado, nosso país seria conhecido hoje por um nome de bicho, como a República dos Camarões, e nós seríamos os “papagaienses”, ou “papagaianos”, o que talvez soasse de mau gosto, mas de modo algum seria despropositado. O papagaio brasileiro se fez presente, ao longo dos séculos, em autores que vão do filósofo inglês John Locke ao romancista francês Gustave Flaubert. Pousou no ombro dos piratas e virou protagonista de piadas. Em todos esses casos, de uma forma ou de outra, apresentou-se a serviço das cores nacionais, que por acaso (ou não seria por acaso?) são as mesmas de suas penas.

A carta de Caminha tem cinco menções a papagaios. Na mais expressiva delas, dois índios que tinham sido trazidos à nau capitânia, ao observar “um papagaio pardo, que o capitão traz consigo”, logo acenam para a terra, “como se os houvesse ali”. A informação é valiosa. Ficamos sabendo que “o capitão”, quer dizer, Cabral, tinha um “papagaio pardo”. Muito provavelmente se trata

REFLEXÕES XIV

do papagaio cinza existente na África. Os navegadores portugueses mantinham trato com a África havia já mais de sessenta anos ao chegar do Brasil. O fato de Cabral possuir um desses bichinhos indica que o hábito de conservá-los como animais de estimação, possivelmente contraído dos africanos, já começava a cativar os portugueses. Mas que eram os papagaios africanos, diante dos brasileiros? Os daqui apresentavam-se em copiosa variedade e exuberante colorido. A própria carta de Caminha faz menção a “papagaios vermelhos, muito grandes e formosos”, bem como aos “verdes, pequeninos”. Os primeiros eram provavelmente araras e os segundos periquitos — a palavra “papagaio” cobria toda sorte de psitacídeos. Não importa. Nossos papagaios têm mais cores, assim como nossos bosques têm mais flores e nossa vida mais amores.

Em duas outras menções da carta de Caminha, papagaios são arrematados por membros da comitiva em troca de artigos oferecidos aos índios. Os portugueses não poderiam deixar de incluir na bagagem amostras dessas aves. A primeira nave de Cabral a chegar de volta a Portugal, a Anunciada, que aportou em Lisboa em junho de 1501, trazia a bordo nossos psitacídeos. Não há dúvida de que causaram forte impressão. Tanto assim que desde logo serviram de apelido às novas terras, como comprova a carta que o italiano Matteo Cretico, secretário do embaixador de Veneza em Lisboa, enviou ao *dodge*. Nela, ele dá conta da descoberta, “acima do Cabo da Boa Esperança”, de uma certa “terra delli papagá”. No famoso mapa-múndi de Alberto Cantino, de 1502, o primeiro em que aparece o Brasil, um trio de coloridos psitacídeos decora nosso território. Em mapas imediatamente posteriores, a nova descoberta portuguesa será identificada como “Terra Papagalli”.

Araras, periquitos, maracanãs, canindés, tuins — todos exibiam bela plumagem, e foram todos responsáveis pelo deslumbre do europeu. Mas o papagaio propriamente dito tinha ainda outra qualidade: juntava a beleza ao talento de, assim como o papagaio africano, imitar muito bem a voz humana. Suas qualidades não escaparão aos cronistas dos primeiros tempos. Fernão Cardim, depois de dar conta de que os papagaios oferecem “boa carne” para comer, deixa registrado, em seus *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (escritos entre fins do século XVI e inícios do XVII), que “*são de ordinário*

REFLEXÕES XIV

muito formosos e de muito várias cores e quasi todos fallão, se os ensinam". Pero de Magalhães Gandavo, na **História da Província de Santa Cruz** (1576), informa que os papagaios *"vêm a ser tam domésticos que põem ovos em casa, e acomodam-se mais à conversação da gente que outra qualquer ave por mais doméstica e mansa que seja"*. O mesmo autor acrescenta que essas aves gozam de *"tanta estima"* entre os índios que uma delas só é negociada em troca de *"dous, três escravos"*. Frei Vicente do Salvador, em sua **História do Brasil** (1627), exercita a veia crítica ao escrever que a primeira coisa que os portugueses ensinam os papagaios a falar é *"Papagaio real, para Portugal"*. Tudo, afirma, irritado, o religioso, os colonizadores queriam arrancar da terra e carregar para a metrópole.

Não só os portugueses. Os franceses por esses anos andavam igualmente empenhados em surrupiar o possível das riquezas da nova terra — e nesse mister demonstravam igual gosto pelos papagaios. Prova disso é um precioso documento, relativo ao apresamento em 1538 do navio francês La Pélérine pelos portugueses, em um dos inúmeros entreveros entre os nacionais de um e outro país na costa brasileira. Os franceses, julgando-se esbulhados, exigiram indenização dos portugueses, e para instruir a demanda elaboraram um rol das mercadorias existentes no navio e respectivos valores. Além do pau-brasil, o produto mais disputado por estas bandas, La Pélérine transportava 600 papagaios. 600! Mais espantosas ainda eram as estimativas de valor de uma mercadoria e outra. Um quintal de pau-brasil (o quintal equivalia a 58 quilos) era avaliado em 800 ducados, enquanto um papagaio (um único!) em 600 ducados.

A febre pelos papagaios tomava conta da Europa. Os franceses mantinham em terra agentes que, ludibriando a vigilância dos portugueses, encarregavam-se de convencer os índios a cortar o pau-brasil e transportá-lo para bordo dos navios. Esses agentes, chamados de *"intérpretes"* porque tinham por primeira missão aprender a língua dos índios, também aproveitavam para capturar papagaios e — importante — ensiná-los a falar francês. Um papagaio que já chegasse papagaiando algo na língua de Montaigne valeria mais nos mercados de Honfleur ou Paris. Jean de Léry,

REFLEXÕES XIV

integrante da comitiva de Villegagnon na aventura da França Antártica, conta em *Viagem à Terra do Brasil* (1578) que ganhou de um intérprete um papagaio que já havia três anos esse intérprete tinha consigo. *“Pronunciava ele tão perfeitamente as palavras da língua selvagem e da francesa que não era possível distinguir a sua voz da de um homem”*, escreve.

Léry conheceu um papagaio ainda mais impressionante, pertencente a uma índia. *“Dir-se-ia que essa ave entendia o que lhe falava a dona”*, afirma. Em troca de um pente ou um espelho, a índia fazia o papagaio saltar do poleiro, assobiar, falar e imitar o grito de guerra da tribo. *“E quando a dona dizia para cantar, ele cantava, e também dançava quando ela lho ordenava.”* Conclui o cronista de Villegagnon: *“Se os antigos romanos foram bastante sábios para fazer suntuosos funerais ao corvo que, em seus palácios, os saudavam por seus próprios nomes, tirando mesmo a vida a quem o matava, como nos refere Plínio, imagine-se o que não teriam feito se tivessem possuído um papagaio tão perfeitamente ensinado!”*

A Holanda foi outro país tomado pela moda. Erasmo de Roterdã, numa obra de 1518, constrói um diálogo entre duas mulheres em que uma pergunta à outra quanto tempo levou para ensinar seu papagaio a falar. Mas em nenhum momento nosso bichinho aparece com desempenho tão espetacular quanto numa história relatada pelo príncipe Maurício de Nassau, o governador da colônia holandesa implantada no Nordeste do Brasil no século XVII. Nassau contava que, tendo ouvido falar de um prodigioso papagaio, pediu para que o trouxessem em sua presença. Assim foi feito. Ao ser introduzido na sala onde o esperavam o príncipe e membros de seu séquito, o papagaio teria exclamado: *“Quantos homens brancos por aqui!”* Um dos presentes apontou para Nassau, e perguntou ao papagaio quem seria aquele homem, paramentado em trajes militares. O papagaio teria respondido: *“Um general ou algo assim”*.

A história é extraordinária. Maurício de Nassau acreditava que os papagaios, ou pelo menos aquele papagaio, eram capazes de raciocinar e dialogar como seres humanos. O embaixador inglês em Haia, William Temple, ouviu a história do próprio príncipe, e

REFLEXÕES XIV

deixou-a registrada em suas memórias. A cena prossegue da seguinte forma, no relato de Temple: *“Quando trouxeram o papagaio para perto do príncipe, este indagou: ‘De onde vens?’. A resposta foi: ‘Do Maranhão’. O príncipe: ‘A quem pertences?’. O papagaio: ‘A um português’. O príncipe: ‘Que fazes ali?’. O papagaio: ‘Vigio as galinhas.’ O príncipe riu: ‘Guardas as galinhas?’. O papagaio: ‘Sim, guardo, e muito bem’; e quatro ou cinco vezes fez o ‘xô, xô’ que se usa para chamá-las.”*

Não se sabe o que mais admirar — se a credulidade do supremo agente da Companhia das Índias Ocidentais ou a naturalidade com que se entrega ao diálogo com o bicho. Mas esta é apenas a primeira parte deste caso. A segunda, e ainda mais impressionante, é que a história passou-se com armas e bagagens para um livro do filósofo inglês John Locke, um dos pais do moderno racionalismo. No livro 2, capítulo 27, de seu **Ensaio sobre o Entendimento Humano** (1690), Locke transcreve o relato de William Temple. E não o faz para ilustrar a atração humana pelo impossível, ou para abrir um intervalo de humor em suas explanações. O ponto que defende é que não é apenas a racionalidade que define o ser humano, mas a forma de seu corpo. Assim, *“se deparamos com um ser da nossa mesma forma e matéria, embora não seja mais dotado de razão do que um gato ou um papagaio, ainda assim o chamaríamos de homem”*. Inversamente, *“se ouvíssemos um gato ou um papagaio discursar, raciocinar ou filosofar, nem por isso deixaríamos de pensar neles como um gato ou papagaio”*. Segue-se, em defesa do argumento, a história do papagaio de Nassau, que Locke endossa porque narrada por um príncipe *“a quem se atribui grande honestidade e piedade”*, e transcrita por um autor *“de grande notoriedade”*. Segundo Afonso Arinos de Melo Franco, autor de um livro, **O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa**, em que cita o episódio, esta pode ser considerada *“a primeira anedota de papagaio do anedotário popular brasileiro”*.

Os micos e saguis se constituíram no segundo animal brasileiro mais querido pelos estrangeiros, nos dois primeiros séculos da colonização. Também eles eram arrancados das matas pelos caçadores de novidades comercializáveis nos mercados europeus e também eles obtiveram sucesso. *“Os nossos macaquinhos faziam*

REFLEXÕES XIV

(...) *as delícias das casas ricas. As damas, sobretudo, eram loucas por eles*”, escreve Arinos no livro citado. Os saguis aparecem ao lado dos papagaios num clássico da literatura portuguesa, a **Carta de Guia de Casados** (1650), de dom Francisco Manuel de Melo. Com seu jeito entre moralista e irônico, a certa altura o autor passa a condenar o hábito das mulheres de manter bichinhos de estimação. Fala mal dos “cachorrinhos enfeitados”, investe contra os rouxinóis, que têm fama de provocar saudades (“De que servem saudades estando o marido em casa?”) e, quanto à dupla de bichinhos brasileiros, afirma: *“Papagaios, saguins, são praças mortas, mui escusadas, e que as mais vezes induzem ligeirezas”*.

O que o autor quer dizer com “praças mortas, mui escusadas”, é, segundo esclarece o lexógrafo Mauro Villar, coautor do **Dicionário Houaiss** (num caso desses, só pedindo seu socorro) que são seres inúteis, como os soldados que só estão no quartel para comer e dormir (“praças mortas”), e além disso supérfluos (“escusados”). Mas o mais interessante é a afirmação de que papagaios e saguis “induzem ligeirezas”. Por que será?

Os dois bichos, tão diferentes, apresentam um traço comum: são ambos humanos. Os papagaios, como lembra Julian Barnes, autor de que se falará mais adiante, são tão humanos que tanto seu nome em inglês, *parrot*, como em francês, *perroquet*, derivam de Pierre, assim como o espanhol *perico* deriva de Pedro. Vá lá, não é que sejam humanos. Mas possuem características que lembram os humanos. Por isso mesmo, são engraçados. É como se as pessoas se olhassem num espelho de parque de diversões, no caso dos micos saguis, e como se se ouvissem num eco brincalhão, no do papagaio. Se temos em conta que induzem ao riso e à zombaria, fica mais fácil entender que podem induzir a “ligeirezas”, como diz o autor seiscentista. Mas há ainda ligeirezas piores a que papagaios e micos podem remeter: um com palavras, outro com gestos, são ambos chegados a obscenidades.

Deixemos os micos e saguis. Eles tinham a desvantagem de não se adaptar aos climas frios nem ser tão fáceis de manter em casa. Fiquemos com o papagaio, que é o nosso tema, e agarremo-nos em suas penas para dar um salto em direção ao perigoso terreno da identidade nacional. Se o papagaio lembrava o Brasil, na mente dos

REFLEXÕES XIV

estrangeiros, e se é um animal identificado com um comportamento folgazão, ou malandro, podendo chegar ao obsceno, pode-se daí concluir que o Brasil era identificado com essas características de folgazão e malandro, talvez obsceno? A resposta inescapável é sim. Como lembrou Gaspar Barléu, o cronista do Brasil holandês, não existe pecado abaixo do Equador. O Brasil não só era, como é, identificado como terra folgazã / malandra / obscena, tanto na visão estrangeira como na dos próprios brasileiros. Está aí o carnaval a comprová-lo.

O papel que o papagaio desempenha nas anedotas é esse mesmo do folgazão / malandro / obsceno. O papagaio das anedotas é um estereótipo do brasileiro, numa de suas vertentes mais difundidas. O papagaio é Macunaíma, o herói sem nenhum caráter.

Não sejamos reducionistas, porém. O papagaio é isso, mas não só isso. Para ter melhor noção do bichinho, é aconselhável acrescentar um pouco de ornitologia a esta conversa. Nossa escala agora é num dos mais antigos edifícios da Cidade Universitária, em São Paulo, sede do Instituto de Biociências da USP, onde trabalham a doutora Elizabeth Höfling e seu orientando Renato Gaban-Lima. São curiosos, esses ornitólogos. A doutora Beth vive de estudar bichos, mas em toda a vida teve um só bicho de estimação, um pássaro preto que habitou a gaiola da casa em que morava com os pais entre os quatro e 18 anos de idade. Renato Gaban-Lima vive de observar e dissecar psitacídeos, mas não gosta de se aproximar muito dos exemplares vivos: o contato o repugna, as bicadas o assustam. A doutora Beth é autora de numerosos trabalhos nos campos da ornitologia e da anatomia dos vertebrados. Gaban-Lima dedica-se à pesquisa da origem comum dos psitacídeos que conheceram evolução separada nos diversos continentes.

Quando se fala em papagaio é preciso saber antes de mais nada de que papagaio se está falando. Existem muitos tipos deles, na América do Sul, na África e em partes da Ásia e na Oceania. No Brasil, um dos gêneros mais conhecidos é o Amazona, sendo a espécie mais popular o Amazona aestiva, que ocorre nos ambientes não florestais do centro da América do Sul (chaco, pantanal, cerrado e caatinga). O povo o chama, com razão, de “papagaio verdadeiro”. É ele, na grande maioria dos casos, que se tem como animal de

REFLEXÕES XIV

estimação. É dele, preferencialmente, que estamos falando. Em sua plumagem predomina o verde, sendo o amarelo, ao redor dos olhos e na extremidade superior das asas, a segunda cor que mais aparece.

**ILUSTRAÇÃO: LE CLERC, PIERRE
THOMAS©1778_COLEÇÃO PARTICULAR_COLEÇÃO
STAPLETON_BRIDGEMAN ART LIBRARY
NACIONALITY**



As leis rigorosas contra a captura e comercialização dos animais estão fazendo bem aos papagaios. A doutora Beth já viu bandos de Amazona aestiva no próprio campus da USP. O papagaio, quando na natureza, vive em bandos que gritam ao voar, mas ficam quietos em repouso, sobre os galhos das árvores. Por isso, explica Renato Gaban-Lima, quando parados, são difíceis de localizar. Ficam como que camuflados, seu verde confundindo-se com o verde das árvores, e silenciosos como um vegetal. Uma vez localizados, é fácil capturá-los. Eles fazem ninhos no oco das árvores. E, mesmo que os ovos seja retirados, voltarão ao mesmo lugar e porão outros ovos ali mesmo. São bichos monogâmicos. E fiéis ao parceiro, ou parceira, mesmo depois da morte: se um dos membros do casal morre, o sobrevivente não se juntará a outro. Os papagaios apegam-se também aos seres humanos. Gaban-Lima conheceu um, na Chapada Diamantina, que quando o dono morreu entrou em depressão e não interagiu com mais ninguém. Bichos fiéis ao parceiro, capazes de afundar na depressão: eis-nos às voltas com características que encaixam mal no estereótipo do folgazão / malandro / obsceno.

A pergunta suprema a fazer a um ornitologista é: por que os papagaios falam? Um começo de resposta é que a siringe — o órgão vocal das aves — no papagaio apresenta características especiais. É dotada de “uma estrutura complexa, com cartilagens, membranas e músculos”, explica Gaban-Lima. A galinha, por exemplo, não tem músculos exclusivos da siringe. A siringe dos papagaios possui dois pares de músculos. Mas isso, se fornece uma base de onde partir, não explica tudo. Os psitacídeos em geral possuem siringes

REFLEXÕES XIV

complexas, e também outros pássaros. A do sabiá é complexa, ao contrário das do bem-te-vi e do João-de-Barro.

© DISNEY



Outras hipóteses para explicar pela pura fisiologia a habilidade do papagaio em imitar a fala humana têm base no formato da língua ou do bico, mas o fato é que esse equipamento seria pouco menos que inútil se não fossem duas qualidades de outra ordem encontradas no bichinho: a atenção e a capacidade de aprendizado. Eis-nos levados a outro terreno, o da inteligência. O papagaio tem o cérebro maior do que outras aves do mesmo porte, o que será uma explicação para sua inteligência superior quando ficar provado (ainda não está, e sabe-se lá se um dia será) que inteligência tem a ver com o tamanho do cérebro. Há outros pássaros inteligentes. Beth Höfling cita um tentilhão das ilhas Galápagos que utiliza espinhos de cactos para retirar dos troncos os insetos com que se alimenta. Ou seja, faz uso de uma ferramenta. A inteligência do papagaio apresenta a especificidade de se externar em algo que o aproxima dos humanos. No **Dicionário dos Animais do Brasil** (1940), de Rodolpho von Ihering, obra clássica da zoologia brasileira, lê-se: *“Não se pode concluir dizendo que formem os papagaios o grupo de aves mais bem aquinhoado de todos quanto aos dotes úteis para a vitória da luta pela vida, mas pouco lhes falta para tanto”*.

A mais nobre aparição de um papagaio na literatura ocorre na obra-prima **“Um Coração Simples”**, de Gustavo Flaubert, conto escrito em 1876 que gira em torno da vida sem eventos da dedicada empregada doméstica Felicité. Sem eventos? Para quem um dia é sempre igual ao outro, não tem amores nem conhece outras terras senão a pequena Pont l’Évêque. Grande evento foi quando uma família vizinha mudou-se e deixou-lhe de presente o papagaio que tinha em casa. O papagaio passa a absorver-lhe a afeição. Um dia morre, e ela manda empalhá-lo. O papagaio reina agora imóvel em seu quarto, “esplêndido sobre um galho de árvore parafusado a um pedestal de acaju”. Na igreja, ao contemplar a pomba que simboliza

REFLEXÕES XIV

o Espírito Santo, Felicité começa a achá-la parecida com o papagaio. Mais um pouco, e chega à conclusão de que o papagaio simboliza melhor o Espírito Santo do que a pomba, pois é dotado do dom da fala. No recôndito do quarto, Felicité adquire o costume de, ao se pôr a rezar, voltar os olhos para o papagaio. Enfim, em seu leito de morte, ao exalar o último suspiro, ela *“acredita ver, no céu que se entreabre, um papagaio gigantesco, planando sobre sua cabeça”*.

Não há intenção de comicidade, no autor, e sim de flagrar a simplicidade de alma em estado puro. E para isso escolhe um papagaio! O bicho aqui desempenha papel oposto ao do malandro falastrão, com inclinações fesceninas¹². Enquanto se ocupou do conto, Flaubert manteve sobre a escrivaninha um papagaio empalhado, que tomou emprestado do **Museu de História Natural** de Rouen. A intenção era deixar-se tomar pelo espírito da ave, segundo escreveu a uma amiga. Seria brasileiro o papagaio de Flaubert? O do conto viera “da América”. “Seu corpo era verde, a ponta das asas rosa, a fronte azul, e a garganta dourada”. Flaubert era um sacerdote da precisão, mas, com todo o respeito pelo mestre, a “garganta dourada” seria mais propriamente amarela, pois cor dourada falta, no repertório dos papagaios. Da mesma forma, a ponta rosa da asa seria mais exatamente vermelha. E pronto: com toda a probabilidade, estamos diante de um Amazona aestiva. Um dos nossos. Verde, amarelo e azul, como a bandeira nacional.

Quanto ao papagaio que Flaubert tinha sobre a mesa, foi objeto de cerrada investigação por parte do romancista e ensaísta inglês Julian Barnes, autor de um livro de 1984 chamado, justamente, **O Papagaio de Flaubert**. Barnes (ou o personagem que ele inventa para o livro, mas que faz uma investigação real) visita o **Hôtel-Dieu** (equivalente a uma Santa Casa no mundo luso-brasileiro) de Rouen, onde Flaubert nasceu, filho do cirurgião residente, e lá, num museu com reminiscências do escritor, depara com um papagaio empalhado descrito como o que Flaubert manteve consigo enquanto escrevia **“Um Coração Simples”**. Depois vai ao museu instalado no que resta da casa onde o escritor morou, em Croisset, nos arredores de Rouen, e lá depara... com outro papagaio, igualmente descrito

¹² **Fescenina**: Obsceno, licencioso, lascivo: poesia fescenina.

REFLEXÕES XIV

como o de Flaubert. Qual seria o verdadeiro? Barnes chega à conclusão de que nem o **Museu de História Natural**, que emprestou o bicho ao escritor, sabe qual o verdadeiro — e que, ao ser solicitado, destacou um exemplar qualquer de sua coleção para presentear tanto o museu do **Hôtel-Dieu** quanto o de Croisset.

O do **Hôtel-Dieu** é possível visitar pela *internet*. Na página do Museu Flaubert de História da Medicina (Musée Flaubert d’Histoire de la Médecine), opção “algumas peças da coleção” (*quelques pièces decollection*), surge-nos um bichinho de plumagem verde, entremeada de amarelo no peito e ao redor do bico e dos olhos, cocoruto azul, um pouco de amarelo também no alto das asas. Ele se exhibe trepado num poleiro que mais parece um telefone antigo. A legenda especifica que se trata de um Amazona. As cores são de um Amazona aestiva. Mais uma vitória. Também o papagaio tido como de Flaubert no **Hôtel-Dieu** de Rouen é nosso.

Pode parecer estranho, o papagaio no papel de ave sagrada, mas isso vai ao encontro de tradições antigas e medievais, do tempo em que os europeus tinham dele apenas vagas noções. Sérgio Buarque de Holanda dedica a esse tema um trecho do livro **Visão do Paraíso**. Antes da exportação em massa dos papagaios da América, raro era o europeu que tivesse visto a ave. Afirmava-se que era originária da “Índia”, um lugar meio mágico, que não se sabia bem onde ficava, ao qual se atribuíam prodígios de variada espécie. Nas **Navegações de São Brandão**, repositório medieval de origem irlandesa em que se misturam lendas célticas e cristãs, fala-se de uma ilha milagrosa, só habitada por papagaios. Eles descenderiam dos anjos que, com Lúcifer, foram expulsos do paraíso. Como, porém, só tinham acompanhado o mestre por costume, e não por se identificar com sua maldade, receberam um castigo menor, o de se transformarem em pássaros.

O mesmo livro de Sérgio Buarque dá conta de outras obras medievais em que os papagaios são tidos como aves do paraíso. Nosso psitacédeo aparece em versões piedosas mesmo na tradição brasileira. Alexandre de Gusmão (1695-1753), o diplomata brasileiro que assinou o Tratado de Madri, empurrando as fronteiras brasileiras para além do previsto no Tratado de Tordesilhas, conta num livro dedicado à educação das crianças a história de um

REFLEXÕES XIV

papagaio que sabia rezar o padre-nosso e a ave-maria. Uma vez, perseguido por um gavião, conseguiu safar-se graças à fé.

O papagaio vai retomar sua feição laica e extrovertida, quando não malandra e folgazã, na figura desse ícone das relações Brasil-Estados Unidos que é o Zé Carioca — ou Joe Carioca, na versão em inglês. O Zé Carioca fez sua estreia no filme chamado **Alô Amigos** no Brasil, **Saludos Amigos** no resto do mundo, uma obra de Walt Disney que teve sua *première* mundial apropriadamente realizada no Rio de Janeiro, no dia 24 de agosto de 1942, seis meses antes da apresentação nos EUA. O filme incluía-se no esforço de guerra americano, para o qual **Hollywood** fora convocada. Disney escolheu fazer sua parte cultivando a amizade da América Latina, cujos países deveriam estar unidos no apoio aos EUA. **Alô Amigos** apresenta episódios que se passam no Chile, na Bolívia e na Argentina, antes de chegar ao Brasil.

O grande momento do episódio brasileiro é quando o americano Donald, o pato, em visita a nosso país, e o brasileiro Zé Carioca, se veem frente a frente pela primeira vez. Zé Carioca oferece um cartão de visitas ao estrangeiro — “José Carioca, Rio de Janeiro, Brasil” — e pede que o outro faça o mesmo. Donald saca então o seu — “Donald Duck, Holywood, USA — e ao lê-lo, e se dar conta de que está em frente ao querido personagem do cinema, Zé Carioca tem um ataque de euforia. “O Pato Donald! O Pato Donald!”, diz repetidas vezes, enquanto pula de alegria. “O Pato Donald!” Por fim, abre os braços e aproxima-se do outro. “Ora venha de lá um abraço”, diz, em característica linguagem anos 1940... “*um abraço bem carioca, bem amigo, um daqueles de quebrar as costelas*” — e abraça o americano com efusão. O Zé Carioca desta cena não é bem o malandro — é o homem cordial. Sob sua tutela, Donald rebolará a cauda à exaustão, ao som de Aquarela do Brasil.

No filme seguinte, **Você Já Foi à Bahia?**, de 1944, (**The Three Caballeros**, no original), um terceiro personagem, o galo mexicano Panchito, se juntará a Donald e Zé Carioca, e os três viverão aventuras em que a tônica será o estado de delírio a que se entrega o pato na presença das belas brasileiras e das belas mexicanas. Donald fica incontrolável. Extasia-se, arrebatase e perde o juízo primeiro diante de Aurora Miranda, a se requebrar enquanto

REFLEXÕES XIV

canta Os Quindins de Iaiá, e depois diante das moças de maiô na praia de Acapulco. Os estúdios Disney, tão família, desta vez nos oferecem um pato priápico¹³. Donald encarna o turista sexual, com a corda toda na América Latina. Só pode ter sido a má influência do papagaio, bicho que, como sabemos, além de malandro e folgazão, é vulnerável aos impulsos fesceninos.

O papagaio é o Brasil. É folgado e fescenino como os brasileiros. É um bicho que, como os micos e saguis, distingue-se pela capacidade de imitação. Não é agradável admitir isso, mas os brasileiros somos também imitadores. Ocorre que o papagaio é também inteligente, dotado de atenção e de capacidade de aprender. Ponto para nós. É malandro. O Zé Carioca das revistinhas produzidas no Brasil é “o terror dos credores”, e não é à toa que a palavra “papagaio”, entre suas muitas acepções, tenha a de nota promissória de valor duvidoso. Ponto contra. É um bicho alegre, de aparência carnavalesca, mas também pode ficar triste a ponto da depressão. É considerado farrista, mas é fiel ao parceiro ou à parceira. Tem um lado místico, com o qual se aproxima do Brasil devoto dos padres Cíceros e dos Antônio Conselheiros. Com esta síntese, voltamos ao terreno da identidade nacional, para concluir que o papagaio encarna à perfeição, sim, a identidade do brasileiro, mas não uma identidade só. Ele encarna as variadas, as múltiplas identidades do Brasil. ●

Roberto Pompeu de Toledo: jornalista e escritor, é colunista de Veja. Publicou *A Capital da Solidão: Uma História de São Paulo das Origens a 1900* e o romance *Leda*.

Publicado na Revista Piauí nº 1, outubro de 2006

¹³ **Priapo:** pênis, falo.

Ben & Boni

Roberto Pompeu de Toledo



Há um hiato de duas gerações entre um e outro, Benjamin Franklin, o Bonifácio deles, viveu entre 1706 e 1790. José Bonifácio de Andrada e Silva, o nosso Franklin, poderia ser seu neto – nasceu em 1763, quando o outro tinha 57 anos, e morreu em 1838. O descompasso não anula as coincidências entre os dois, a começar pela mente formada no Iluminismo do século XVIII. Nascidos em diferentes ambientes, o americano Franklin numa Boston que, com 17.000 habitantes, era a maior cidade da América do Norte, o brasileiro Andrada numa Santos que, com 2.000, era um porto de onde só meia dúzia de navios partia por ano para a Europa, envolveram-se ambos em lutas semelhantes, movidos por semelhantes ideais. Ambos, além de heróis, foram cultuados como sábios. Ambos estratégicos para a independência de seus países, suas trajetórias podem ser tomadas como metáforas do que viriam a ser as nações que deixaram como herança.

Acaba de sair no Brasil o livro **Benjamin Franklin – Uma Vida Americana**, de Walter Isaacson, uma biografia do grande americano. É uma oportunidade para traçar um paralelo entre ele e o grande brasileiro que foi o Andrada. Isaacson, ex-diretor da revista **Time** e da TV CNN, ultimamente vem se distinguindo como biógrafo, já tendo publicado, entre outras, a biografia de Henry Kissinger e a de Steve Jobs. O livro, bem pesquisado e bem escrito, complementa para os americanos o que já sabem de um personagem familiar. Caso diferente é o de José Bonifácio, sobre quem os brasileiros aprendem duas ou três coisas e esquecem assim que saem da escola.

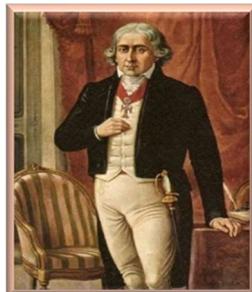
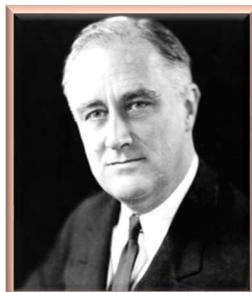
Franklin, filho de um comerciante de velas e sabão, fugiu de casa aos 17 anos, para Filadélfia, a segunda cidade da América do Norte (12.000 habitantes). Ali, primeiro como empregado, depois como

REFLEXÕES XIV

dono do negócio, abraçou o ofício de impressor. Não fez curso superior. Com charmosa modéstia, no seu túmulo mandaria gravar “*Benjamin Franklin, impressor*”. Na verdade não era pouco. Possuir uma gráfica possibilitava lançar um jornal e destacar-se como jornalista. Aos 23 anos, ele já era dono da **Pennsylvania Gazette**, e também, segundo o biógrafo Isaacson, “*o melhor escritor de Filadélfia e, provavelmente, o mais divertido de toda a América do Norte*”. Especializou-se nos textos humorísticos. Um de seus truques era escrever sob pseudônimo cartas para o jornal. Numa delas descrevia a situação de um homem que, sabendo-se traído pela mulher com um vizinho, perguntava: seria justificável revelar o fato à mulher do vizinho, para tentar conquistar seus favores sexuais?

Simpático, sociável e, segundo Isaacson, “um dos homens menos tímidos que se possa imaginar”, Franklin desde cedo foi construindo a seu redor uma rede de relações que lhe facilitava realizações e lhe proporcionava ascensão social. Juntou os comerciantes de Filadélfia num clube precursor do que viriam a ser o Rotary Club e similares. Sob sua inspiração, o clube criou biblioteca, brigada de incêndio, hospital e instituição de ensino superior. Para entrar na maçonaria, outro instrumento de prestígio, ameaçou revelar em seu jornal, com base em supostos documentos, os segredos da sociedade, inclusive o maior deles – o de que não havia segredo algum. Semanas depois, era acolhido como membro. Em 1751 estreou na política, como deputado da Assembleia da Pensilvânia.

Quem dera a José Bonifácio ter um impressor por perto. Na colônia em que nasceu, proibia-se o artefato subversivo que era o prelo. Sorte que, ao contrário de Franklin, era filho de rico comerciante. Terminados os primeiros estudos em Santos e São Paulo, pôde seguir a trilha dos filhos de rico e, aos 20 anos, ingressou na **Universidade de Coimbra**. Era também poeta, e produziu nos tempos de Coimbra poemas em



REFLEXÕES XIV

que o historiador Octávio Tarquínio de Sousa, autor da biografia clássica que nos serve de guia, contou três menções a Voltaire e duas a Rousseau – prova de intimidade com os autores que faziam a cabeça dos jovens do período. Cursando duas faculdades ao mesmo tempo. Formou-se em filosofia em 1787 e em direito em 1788. Não era porém a “carreira trilhada e vulgar dos lugares das letras”, como escreveu, a sua escolha. Era a ciência, e por ela envolveu-se em atividades que o reteriam na Europa por um total de 36 anos.

Dois anos depois de formado, José Bonifácio já era membro da Academia das Ciências de Portugal. A “filosofia natural”, como se dizia do estudo da natureza em suas diversas formas, será seu interesse permanente, com ênfase na mineralogia. Em 1790, recebeu do governo português o que hoje seria chamado de bolsa de estudos, para aprimorar-se nos principais centros europeus. A primeira etapa foi Paris, onde estudou mineralogia e química com os melhores professores, e a segunda, Freiburg, na Alemanha, onde se fez discípulo de Abraham Werner, o fundador das modernas geologia e mineralogia. Chegou a Paris em pleno curso da revolução iniciada um ano antes. Curioso é que o único sinal do ambiente reinante, em suas anotações pessoais do período, foi que comprou uma insígnia de prender no cabelo com as cores azul, branca e vermelha, sem a qual ninguém conseguiria andar impunemente nas ruas.

A entrega à ciência une Bonifácio e Franklin. Mesmo sem formação acadêmica, a curiosidade pelos fenômenos da natureza levou Franklin a estudar, entre muitas outras coisas, o trajeto dos ventos e das tempestades e o efeito calmante do óleo sobre águas agitadas. Possuía o estofado¹⁴ do inventor. Num tempo em que a fuligem das lareiras e dos fogões espalhava sujeira e contaminava o ar, criou chaminés e fogões mais eficientes. Até a lente bifocal ele inventou, pelo simples expediente de cortar metade da lente para perto e metade da feita para longe, e juntar as duas. A consagração como cientista veio com os estudos sobre a eletricidade. De experiência em experiência, chegou à maior de suas invenções, o para-raios, e com isso atacou um flagelo que, no mundo inteiro, causava medo e

¹⁴ **Estofado**- garra, fibra, energia.

REFLEXÕES XIV

tragédias. Sua invenção foi noticiada com espalhafato na Europa, e Franklin, aos 46 anos, tornou-se celebridade internacional.

José Bonifácio nem de longe atingiu a mesma popularidade, mas conquistou prestígio nos meios científicos. Depois de Paris e Freiburg, seguiu num giro europeu que incluiu minas da Áustria, Itália, Suécia, Noruega e Dinamarca. Na Noruega e na Suécia, encontrou e descreveu quatro espécies e oito subespécies de minerais até então desconhecidas. No total durou dez anos a bolsa do governo português, para o qual a pesquisa mineralógica tinha o fim de melhor explorar as jazidas em seu próprio solo e na colônia americana. Ao voltar a Portugal, em 1800, o renome alcançado lhe renderia, entre outros cargos, o de titular da cadeira de mineralogia da **Universidade de Coimbra** e o de intendente-geral das minas. Seria, até a volta ao Brasil, um período de frustrações com a burocracia o desleixo e a inveja de que se achava cercado. O Andrada tinha um temperamento irritadiço e intolerante que era o oposto da bonomia de Franklin. Num de seus muitos desabafos, invectivou¹⁵, em discurso na Academia das Ciências, contra “*a ignorância tímida e desleixada*” e “*o obscurantismo de algumas toupeiras*”.

José Bonifácio era de estatura “abaixo da média”, segundo o mineralogista alemão Wilhelm Eschwege, que trabalhou com ele. Tinha nariz curvo, olhos negros e, tal qual Eschwege o encontrou, em Portugal, prendia os cabelos numa trança escondida atrás da gola da jaqueta. Franklin tinha quase 1,80 metro de altura, e, na mocidade, perfil atlético – desde a infância gostava de nadar. Tinha a mania da disciplina e do autoaperfeiçoamento. Salpicou os periódicos que editou com lições de moral (“*Dormir cedo e acordar cedo faz um homem saudável, rico e sábio*” é uma delas) que, “infelizmente”, segundo Isaacson, se tornaram mais famosas do que suas sátiras inteligentes. Escreveu um projeto de “perfeição moral”, contendo uma lista de “doze virtudes”, mas não praticou sempre pelo menos uma delas, a “castidade”. Teve um filho com mãe desconhecida quase simultaneamente a unir-se a Deborah, num

¹⁵ **Invectiva**: palavra ou série de palavras injuriosas e violentas contra alguém ou algo.

REFLEXÕES XIV

casamento sem papel passado. José Bonifácio uniu-se, na Europa, a Narcisa Emília O’Leary, de origem irlandesa, ao que parece também sem papel passado. Nas anotações de despesas dos tempos de Paris, além da compra de meias de seda e fivelas de prata, lançou quantias despendidas em três oportunidades com moças do Palais Royal, local de prostituição. Também não ficou atrás no quesito filho fora do casamento. Desconfiava ter tido uma filha em Paris, que jamais viu, e teve outra que traria ainda pequena na volta ao Brasil. Com Narcisa, teve duas filhas. Franklin teve com Deborah uma filha e um filho, morto em criança.

Os ventos da história conduziram os dois homens ao papel de protagonistas na transformação de territórios coloniais gigantescos em nações. A longa atuação de Franklin nesse sentido começou – como jornalista e como deputado – na reivindicação de autonomia da Assembleia da Pensilvânia, passou pelas deliberações que resultaram na Declaração de Independência, em 1776, e chegou até a elaboração da Constituição americana, em 1787. Ao longo dessa trajetória, ele receberia missões que, à semelhança do que se daria com Andrada, o levariam a extensos períodos na Europa – quinze anos em Londres, em duas etapas (1757-1762 e 1765-1775), e nove em Paris (1776-1785). Na primeira das duas etapas em Londres, tinha a missão de obter para a Assembleia da Pensilvânia estatuto que a equiparasse à Câmara dos Comuns inglesa. A resposta foi que as funções de “assembleias inferiores” se limitavam a “conselho e consentimento”. Na segunda etapa, como representante do conjunto das colônias, Franklin tentou, sem sucesso, conseguir um entendimento para um conflito que se agudizava. As dificuldades não impediram que a permanência na Grã-Bretanha lhe proporcionasse alegrias como a convivência com os grandes intelectuais da época, o filósofo David Hume e o economista Adam Smith, entre outros.

Franklin voltou para a América em 1775. Nas travessias do Atlântico, costumava empenhar-se em pesquisas marítimas. Numa delas, com um termômetro mergulhado na água, mediu a temperatura e a profundidade da Corrente do Golfo. Ao desembarcar, aos 69 anos, encontrou o ambiente radicalizado. *“É difícil apontar exatamente quando as colônias se decidiram pela*

REFLEXÕES XIV

completa independência”, escreve Isaacson. Franklin, de sua parte, ainda considerava possível unir a Grã-Bretanha e a América do Norte, em pé de igualdade, sob a mesma coroa. Quando em Londres, ele assistira, com entusiasmo patriótico, à coroação do rei George III. Convocada uma Conferência Continental que reuniu as treze colônias, os delegados evoluíram para a independência. Thomas Jefferson foi escolhido para redigir a respectiva declaração e, por deferência ao colega mais velho, pediu a Franklin que a repassasse. O documento, aprovado em 4 de julho de 1776, tem intervenções suas, visíveis no rascunho guardado na Biblioteca do Congresso americano.

José Bonifácio também retornou já entrado em anos – 56, um velho para a época. Era 1819, e a chegada do grande homem ao Rio de Janeiro foi apoteótica como costumavam ser as de Franklin a Filadélfia. Tanto o assediaram que, na linguagem rude de sempre, ele disse lhe ter faltado tempo para *“descarregar o intestino grosso”*. Bonifácio fixou-se em Santos, e, entusiasmado, *“tudo inquiria, tudo anotava”*, escreve o biógrafo Octávio Tarquínio. À moda de Franklin na Pensilvânia, quis instituir uma *“sociedade econômica”* em São Paulo, com gabinetes de física e história natural, fazendas experimentais, coleções, biblioteca e apoio aos fazendeiros. Para Franklin, no ambiente em que vivia, seria factível. No Brasil não deu em nada. Na companhia do irmão Martim Francisco, José Bonifácio saiu de Santos, naquele mesmo ano de 1819, para uma *“viagem mineralógica pela província de São de Paulo”*, notável também pelas observações fora da mineralogia. A caminho da capital de São Paulo, afirma ter sentido *“verdadeiro pesar”* pelo *“incrível desleixo e atraso da agricultura, numa colônia que podia ser abundante em trigo, cevada, centeio”*. Em Itu, ficou sabendo que ali se preparava uma excursão para comprar índios às margens do Rio Paraná e se indignou. *“A sorte daqueles índios (...) merece toda a nossa atenção, para que não ajuntemos ao tráfico vergonhoso e desumano dos desgraçados filhos d’África o ainda mais horrível dos índios de que usurpamos as terras”*, escreveu.

Bonifácio começava a consolidar ideias que já o assaltavam desde Coimbra, contra a escravidão e pela integração dos índios à sociedade. A atenção respeitosa que devotava aos negros é atestada

REFLEXÕES XIV

por outro episódio de 1819, em que entrevistou seis escravos em busca de solução para um problema geográfico que dividia os especialistas: o curso do Rio Níger. Conseguiu com isso, sem nunca ter ido à África, chegar a um mapa que, publicado em revista francesa, se revelou preciso. A transcrição das entrevistas com os escravos mostra, segundo o historiador Alberto da Costa e Silva, que narra o episódio, *“a curiosidade”* do Andrada, *“seu respeito pelos interlocutores e o cuidado com que anotou o que lhe disseram”*.

A Declaração de Independência da América do Norte, longe de encerrar o processo, precisava consolidar-se nas armas. Corria a guerra entre as tropas inglesas e as do general George Washington, com desvantagem para Washington. Nesse cenário, Franklin, no fim de 1776, foi convocado para nova missão diplomática. O destino agora era Paris, e a tarefa inicial, firmar um tratado de colaboração militar com os franceses, acabaria por se desdobrar em outra, igualmente delicada – negociar um tratado de paz com a Inglaterra. Na capital francesa, ele foi recebido como herói. Multidões aglomeraram-se na rua à sua chegada. Penduraram-se retratos seus nas casas e venderam-se estojos de rapé com sua efígie. Saudava-se o sábio e também a figura estudadamente simples, de roupas toscas. As negociações com o governo francês, iniciadas em segredo, resultaram num tratado assinado em Versalhes em março de 1778, com multidões nos jardins e um banquete oferecido pelo rei Luís XVI e pela rainha Maria Antonieta. O apoio militar da França encaminhou a guerra a um desfecho favorável. Seguiu-se o período em que, em sucessivas viagens de Paris a Londres, Franklin obteve outro triunfo na assinatura do tratado de paz com a Inglaterra.

Nos intervalos do trabalho, como não era tão virtuoso quanto pregava, ele gozava da boa-vida em Paris. Entre outras delícias, frequentou os salões de madames com as quais, mesmo septuagenário, se deleitava com um antigo prazer – as amigas coloridas pelo erotismo. Uma dessas senhoras, madame Brillon, não bastasse o costume de sentar-se no colo do simpático velhinho, certa vez deu a ele e a um parceiro o privilégio de jogar xadrez em seu banheiro, enquanto tomava banho, se bem que numa banheira coberta por uma tampa. Ao encerrar a temporada parisiense, Franklin foi obsequiado pela rainha Maria Antonieta com a cessão

REFLEXÕES XIV

de sua liteira pessoal para levá-lo ao Havre, onde embarcou. Aguardava-o na América, como último ato de sua vida pública, a participação na convenção constitucional que, em 1787, seria aberta em Filadélfia. Ao longo de quatro intensos, às vezes dramáticos e ao fim gloriosos meses, os convencionais encontraram, a duras penas, uma fórmula para manter ao mesmo tempo juntas e autônomas as antigas colônias. No fim, Franklin fez um apelo para que até os deputados que discordassem do documento “desconfiassem de sua infalibilidade” e o assinassem. Foi sua derradeira contribuição de sábio e o ponto-final de uma trajetória em que foi o único a subscrever os quatro documentos fundadores da nação americana – a Declaração da Independência, o tratado de amizade com a França, o tratado de paz com a Inglaterra e a Constituição.

O envolvimento de José Bonifácio na política começou quando, em junho de 1821, como o mais ilustre filho da terra, foi chamado a integrar o governo de São Paulo. No Rio de Janeiro, desenrolava-se a disputa entre as cortes de Lisboa, que exigiam a volta do príncipe dom Pedro a Portugal, e os nativistas que insistiam em sua permanência. Em janeiro de 1822, dá-se o famoso “Fico”, em que um rebelado dom Pedro firma posição contra as cortes. Uma comissão paulista, José Bonifácio à frente, dirige-se ao Rio para lhe prestar solidariedade, e dali o Andrada não voltou – foi feito ministro do Governo e das Relações Exteriores, com poderes de primeiro-ministro. Assim como Franklin nos Estados Unidos, ele iniciaria sua atuação tendo-se ainda como um súdito português nascido no Brasil. À semelhança de Franklin, tinha em mente um império constituído na igualdade entre as partes. Nesse tumultuado ano de 1822, a política nos gabinetes transcorria entre tumultos de rua, levante de tropas e ameaças de golpe. Bonifácio equilibrava-se entre os liberais exaltados, de um lado, e os “pés de chumbo” pró-Portugal de outro. Como nos Estados Unidos, a ideia da independência se foi constituindo na prática. Em atos de José Bonifácio como, em maio de 1822, nomear um cônsul para Buenos Aires, o Brasil se ia dando ares de independência. Outro desafio que espelhava o americano era unir as províncias sob o governo no Rio de Janeiro. Algumas acabaram convencidas pacificamente. À Bahia, Bonifácio precisou mandar uma força militar.

REFLEXÕES XIV

Manobrando um jogo que envolvia oposição interna, relações exteriores e guerra aberta, afinal se amarrou um país continental. Bonifácio foi o autor principal da proeza, mas essa era apenas a primeira parte de seu plano. A segunda era: que nação construir, a partir disso? Em maio de 1823, abriu-se a Assembleia Constituinte, e Bonifácio preparou para os deputados dois documentos que engrandecem sua biografia. Um tratava da incorporação dos índios à sociedade; o outro, da escravidão. *“Como pode haver uma Constituição liberal e duradoura num país continuamente habitado por uma multidão imensa de escravos?”*, perguntava o documento sobre a escravidão. Encerrava-se com um apelo à *“abolição total do infame tráfico da escravatura africana”* e um projeto de lei que amenizava as condições dos escravos e lhes preparava a gradual emancipação. O documento nem foi apresentado à Assembleia. Antes disso, num de seus surtos de absolutismo, dom Pedro dissolveu-a.

A história do Andrada é também a de derrotas. Vítima de um ambiente de intrigas, ciumeiras, medo da perda de privilégios e tumultos de rua, aos quais se acrescentavam os humores irrefletidos e cambiantes do imperador, o próprio Bonifácio caiu em desgraça – primeiro, demitido do governo; depois, preso. Fechava-se o cerco de sua multidão de inimigos e dos interesses que contrariou. Uma semana depois era deportado, e passaria os seus anos seguintes em Talence, povoado vizinho a Bordeaux, na França – um período solitário em que os estudos científicos, filosóficos e literários se alternavam com a ânsia por notícias do Brasil. Foi anistiado em 1829 e retornou ao país. Em 1831, dom Pedro I abdica do trono – e dá-se nova reviravolta. O imprevisível imperador, ao deixar o Brasil, nomeou-o tutor de seus filhos. Ei-lo de vota a um pedaço de poder, inclusive sobre a criança que viria a ser dom Pedro II, e isso era demais para os inimigos. Andrada foi destituído da tutoria e terminou os seus dias confinado na Ilha de Paquetá, numa casa junto à praia que hoje leva seu nome, na companhia da biblioteca de 6.000 volumes (a de Franklin tinha exatos 4.276) e de sua preciosa coleção de minerais.

Franklin morreu às 11 horas da noite de 17 de abril de 1790, aos 84 anos, em sua casa. O enterro foi seguido por 20.000 pessoas. José

REFLEXÕES XIV

Bonifácio morreu às 15 horas do dia 6 de abril de 1838, dois meses antes de completar 75 anos, num hospital de Niterói, para onde fora levado de Paquetá. Do início de suas missões em Londres à Convenção Constitucional, Franklin somou trinta anos dedicados a causas relacionadas à independência. José Bonifácio, da nomeação para ministro, em janeiro de 1822, à prisão e banimento, em novembro de 1823, não chegou a dois anos. Isaacson deu à biografia de Franklin o subtítulo **Uma Vida Americana** – e, de fato, a vida desse comerciante bem-sucedido, líder comunitário e inovador tecnológico antecipa razões de sucesso da nação que ajudou a criar. A herança do Andrada é dúbia: sucesso na criação do país grande e unido, fracasso no projeto de estabelecer condições para uma sociedade mais justa e uma economia mais dinâmica. Não é bem que ele estivesse à frente do seu tempo. O Brasil é que estava muito atrás. Terminada a batalha para destituí-lo do cargo de tutor dos jovens príncipes, o ministro da Justiça Aureliano Coutinho mandou a dona Mariana Verna, governanta do palácio, um bilhete que dizia: “Parabéns, minha senhora. Custou, mas demos com o colosso em terra”. Os inimigos reconheciam pelo menos que ele era um colosso.●

Roberto Pompeu de Toledo: jornalista e escritor, é colunista de *Veja*. Publicou *A Capital da Solidão: Uma História de São Paulo das Origens a 1900* e o romance *Leda*, ambos pela Objetiva.
Revista Veja, 30 de dezembro de 2015

Senhor norma culta

Evanildo Bechara



Evanildo Bechara defende que o aluno deva ser poliglota em sua própria língua. “Ninguém vai à praia de fraque ou de chinelo ao Municipal”, diz

Há coisas nas quais é difícil ser original: a primeira palavra que Evanildo Bechara falou foi. “O registro mais antigo do vocábulo está no indo-europeu, antes disso não temos conhecimento”, ele explicou, durante um almoço na Academia Brasileira de Letras. “A palavra veio do latim *matrem*. No francês temos *mère*; *mother*, no inglês; *mutter*, no alemão. Em quase todas as línguas, a palavra começa com a bilabial **m**, que nos obriga a juntar e abrir os lábios para pronunciá-la. Quando os bebês falam *mamãe*, talvez o que queiram mesmo é *mamar*.”

Quando fala sobre a vírgula facultativa – aquela que não é exigida pela gramática, obedecendo apenas à entoação da frase –, faz um parêntese para citar um estudo de estilística mostrando que autores míopes pontuam mais. “Isto ocorre porque eles leem mais pausadamente”, explicou. “Nosso Machado e nosso Rui Barbosa eram míopes que pontuavam muito.”

Com 65 anos de magistério, o professor Evanildo Bechara ainda dá aulas, de análise sintática, na especialização em língua portuguesa do Liceu Literário Português, no Rio. Seu curso, carro-chefe da casa, é disputadíssimo por pós-graduandos no vernáculo – querem estar perto daquele que é tido pelos pares como um dos grandes filólogos, linguistas e gramáticos do idioma em que Camões chorou no exílio amargo.

“Chegou a costureira, pegou do pano, pegou da agulha, pegou da linha, enfiou a linha na agulha, e entrou a coser”, declamou Bechara de cor, numa aula recente. A frase, tirada do conto “Um apólogo (A agulha e a linha)”, de Machado de Assis, servia para ilustrar o posvérbio – a preposição que, posposta a um verbo, altera

REFLEXÕES XIV

o seu sentido. A função não é sintática, mas semântica. Pegar uma linha indicaria nada mais do que segurá-la. Mas pegar da linha implica que ela será utilizada. “*É impressionante como os bons autores aproveitam todas as faculdades da língua*”, comentou.

No inglês, o fenômeno, conhecido como *two-word verbs*, é largamente utilizado. *Look* é “olhar”. Acrescido da preposição “*for*”, quer dizer “procurar”, *look for*. Bechara explicou então que “cumprir o dever” é diferente de “cumprir com o dever”, que exige sacrifício.

Todos os anos, ele recebe dezenas de convites para ser paraninfo Brasil afora e periferia adentro. Para surpresa de quem o convida, espanto dos colegas e às vezes contragosto da família, ele costuma aceitá-los. Já foi ao Acre e a São Gonçalo, a Mato Grosso e Nova Iguaçu, cumprir com o dever de prestigiar os jovens que militarão no magistério da última flor do Lácio. Constantemente, começa os discursos com a frase: “*Bem-vindos à nau dos insensatos: só louco para ser professor de português no Brasil hoje*”.

Evanildo Cavalcante Bechara nasceu no Recife, a 26 de fevereiro de 1928. Filho primogênito do comerciante libanês João Bechara e da dona de casa maranhense Maria Izabel Cavalcante, foi criado para seguir a profissão do pai. Os estudos não eram valorizados em casa: a nota que desse para passar de ano bastava. Pequeno, acompanhava o pai em viagens para comprar tecidos, roupas femininas, brinquedos e outras mercadorias. Nessas expedições, usavam uma língua própria: “bom”, “barato”, “caro” e “não presta” eram falados em árabe para não ofender os interlocutores.

Evanildo tinha 11 anos, andava de bicicleta com seu irmão Everaldo, quando Tatá, a empregada da casa, os chamou e avisou que o pai deles havia falecido. Maria Izabel, viúva aos 25 anos, não teve condições de ficar com todos os cinco filhos, e distribuiu os dois mais velhos. Numa manhã de abril de 1940, Bechara subiu a bordo do Itaité, rumo ao Rio. Seguia para a casa do tio-avô, Benedito Cavalcante, um capitão do Exército.

O capitão Benedito recebera um telegrama de Maria Izabel pedindo que tutelasse o menino até completar os estudos. O tio-avô, que havia perdido o filho para a febre espanhola, atendeu ao pedido. Sua

REFLEXÕES XIV

casa ficava no Méier, na Zona Norte. Poucas horas depois de ter desembarcado e pousado a matalotagem¹⁶, a campainha tocou. O menino atendeu à porta e quem tocava lhe disse que era o tintureiro. Bechara avisou ao tio: “*É o homem do carro de presos*”.

No Recife, tintureiro queria dizer isso mesmo: carro que conduz presos. Era a segunda variação regional que aprendia em menos de uma semana. Na escala em Salvador, Bechara optara por um vatapá “bem quentinho”, achando que o garçom se referia à temperatura do quitute. Aprendeu, no paladar, que quente era sinônimo de apimentado na Bahia.

Nos anos que se seguiram, o menino passou por outras tantas desavenças lexicais. Na escola, seu sotaque nordestino era motivo de chacota. “*No Rio, o chiamento da pronúncia vem da influência dos portugueses quando a cidade era capital*”, disse. “*Como em Pernambuco nós não chamamos, eu era o diferente da turma*”.

Bechara não disse, contudo, que sofreu *bullying*. Por quê? Para o lexicógrafo, à diferença de “mangar”, “caçoar”, “zoar” e “bulir”, o traço distintivo de *bullying* – nuance que não permite que uma palavra seja sinônimo de outras do mesmo campo semântico – está no teor mais agressivo que o termo em inglês implica. “*A palavra entrou na moda porque é nova, a sociedade é novidadeira, e a novidade faz parecer que o sentido da palavra é mais forte, fica mais apelativa*”, explicou o gramático entre uma garfada e outra de picadinho com ovo e farofa, no restaurante da Academia Brasileira de Letras. Pediu feijão, mas não havia.

Aos 83 anos, Bechara tem excelente apetite e memória. Decora até os nomes dos filhos das garçonetes dos restaurantes dos quais é freguês, e é sempre recebido com beijinhos e abraços. Não vi ninguém que o cumprimentasse sem lhe tocar o ombro ou passar as mãos em volta da cintura. Bechara mantém os ombros largos e o peito aberto da sua infância de nadador, quando foi campeão de natação pelo Náutico, no Recife.

A idade e a vaidade só se notam nos ralos cabelos que lhe restam,

¹⁶ **Matalotagem**: quantidade de coisas díspares e amontoadas.

REFLEXÕES XIV

devidamente tingidos. Sua fala eloquente, sempre acompanhada de gestos com as mãos, ainda guarda um sotaque quase imperceptível, desbastado da exuberância regional.

Ele integra a Comissão de Lexicologia e Lexicografia da ABL, que, entre outras missões, faz um dicionário ortoépico. Bechara explicou: *“A ortoépia ensina a articular bem os fonemas – se se fala ‘obéso’ ou ‘obêso’. Toda língua tem variações, em primeiro lugar no tempo e depois diferenças regionais, sociais e de estilo, conforme o uso mais ou menos culto. Quando fazemos um trabalho normativo desse tipo, levantamos os fatos da língua exemplar. Não é correção”*.

Bechara senta-se na sala da Comissão com outros seis lexicógrafos sem nenhuma distinção hierárquica. Sua mesa só se destaca por ser a única em que não há um computador. Seus trabalhos são todos manuscritos, e posteriormente digitados. A sala é decorada com fotos de Aurélio Buarque de Holanda, Antônio Houaiss e Afrânio Coutinho; as estantes são abarrotadas de dicionários e enciclopédias em diversas línguas. Naquela tarde, estavam todos aliviados: finalmente poderiam dicionarizar a palavra “azul-barateia”, tom de cor usado nos uniformes da Aeronáutica.

Para descobrir qual matiz de azul traduziria o termo “barateia”, tiveram que pesquisar com os oficiais da Aeronáutica. Foi difícil encontrar alguém na FAB que soubesse explicar a origem do termo – a maioria adiantava apenas que era a mesma nuance do “azul-marinho”. Mas um oficial aviador formado em letras explicou que o termo “marinho” alude ao mar, e, portanto, sugeriria o azul da farda usada pela Força Naval. A Força Aérea precisava de nome à altura de seus pundonores¹⁷ e melindres.

Depois de semanas às voltas com o vocábulo, Débora Garcia Restom, uma das lexicógrafas, encontrou a palavra *barathea* em um dicionário da língua inglesa. O primeiro registro que se tem da palavra é de 1812, indicando um tecido. A origem é desconhecida, mas é provável que venha do sânscrito, pois a Inglaterra importava

¹⁷ **Pundonor**: matéria ou ponto de honra, aquilo de que não se pode abrir mão, sob a ameaça de ser ou sentir-se desonrado.

REFLEXÕES XIV

tecidos da Índia. “O léxico é a janela da língua que se abre para o mundo”, disse-me Bechara. “Enquanto a gramática é você consigo, o vocábulo é você com o externo”.

Lexicógrafos são capazes de passar um dia inteiro discutindo as acepções da palavra “charada”, que pode significar tanto a motivação quanto a solução. Ou se a palavra panturrilha, que vem do espanhol *pantorrilla*, não deveria também ser escrita com o, pois a fonética e a etimologia são os dois critérios utilizados na ortografia.

“Antigamente, colocavam-se vários dicionários na mesa e as pessoas copiavam como se lhes conviesse, mas hoje fazemos um levantamento de milhões de ocorrências e vemos as variações semânticas dentro do contexto de uso”, explicou. “No Brasil, ainda engatinhamos na lexicografia. O dicionário Houaiss conta com 250 mil vocábulos. Já o Oxford, com 600 mil palavras, é excelente: só para a letra chá há um volume inteiro. A letra **c**, na maioria das línguas, é a que tem o maior número de palavras.”

Bechara ficou felicíssimo com a recente conclusão do levantamento do léxico de Machado de Assis. “Os Lusíadas foram escritos com 5 mil palavras, a Bíblia com 7 mil”, disse. “Nós imaginávamos que iríamos encontrar não mais de 4 mil palavras nas obras completas de Machado. Quando você o lê, dificilmente tem que abrir o dicionário, ele usa um vocabulário comum. É diferente de um Euclides da Cunha, um Coelho Neto ou de um Rui Barbosa, que escreveram em um momento da estilística nacional em que se expressar bem era usar palavras difíceis”, contou. O resultado do levantamento mostrou, no entanto, que Machado utilizou 16 mil palavras diferentes. “Que surpresa boa, menina”, disse, orgulhoso da riqueza do seu escritor dileto.

Bechara aprendeu português no Colégio Leverger, instituto educacional modesto no Méier, cujo dono era um coronel amigo do tio-avô capitão. Teve como ferramenta de aprendizado a gramática de Eduardo Carlos Pereira, que, vinte anos mais tarde, Bechara seria convidado a atualizar. “Trabalhávamos a gramática de Pereira de cabo a rabo, sabíamos passagens de cabeça”, contou. Mas a disciplina que mais gostava era a matemática, pois queria seguir

REFLEXÕES XIV

carreira militar como engenheiro aeronáutico. Um de seus programas prediletos era visitar o aeroclube do Campo dos Afonsos. Não foram penas perdidas. *“Estudando matemática disciplinei meu pensamento”*, avaliou.

Como precisava mandar dinheiro para a mãe e os irmãos que ficaram no Recife, passou a dar aulas particulares. Oferecia lições de matemática, mas só lhe apareciam alunos de português e latim, as disciplinas que mais reprovavam. Não podia se dar ao luxo de recusá-los, e então se dedicou aos estudos daquela que é esplendor e sepultura.

Certo dia, ao ajudar o tio-avô na faxina da garagem topou com **Lexicologia do Português Histórico**, de Manuel Said Ali, um dos maiores sintaxistas da língua portuguesa. Terminada a limpeza, o menino correu para o quarto e começou a leitura. *“Quando li a primeira frase do prefácio, soube que, como dizia Dante, Said seria Il mio autore”*, contou Bechara. O prefácio começava com: *“Não estudo a língua separada do homem que a fala”*.

Bechara recita o adágio com o arrebatamento de um adolescente a quem um mundo rútilo¹⁸ se descortina. O novel erudito já pressentia que não se devia decompor a língua como um legista faz com um cadáver. Mas era essa a atitude dominante. *“A língua era estudada como produto natural”*, lembrou. *“Nascia, crescia e vivia independentemente do social. Se você plantar semente de laranja, nascerá uma laranjeira. Acontece que a língua depende do uso, e é perfeitamente possível plantar uma laranjeira e nascer uma macieira. Essa era a novidade de Said Ali”*.

Como decorrência da afirmação de Said Ali, Bechara tem um axioma que sempre repete: a língua é produto de tradições, e não da lógica. *“Se a língua fosse lógica, não poderíamos dizer ‘mais de um saiu’, teríamos que dizer ‘mais de um saíram’, porque mais de um tem de ser no mínimo dois; e dois leva o verbo ao plural”*, explicou. *“Os gramáticos não procuram a lógica da língua, apenas sistematizam os fatos produzidos pelos usuários. Quem quiser*

¹⁸ **Rutilante**: que rutila; que fulgura ou resplandece com vivo esplendor; luzente, cintilante.

REFLEXÕES XIV

mostrar como a língua deve ser usada tem de conhecê-la, ler tudo o que cair debaixo dos olhos, do século XVI aos nossos dias”.

Bechara mantém sempre o mesmo padrão uniforme e locucional; não há flutuação tonal em sua voz. Seus amigos nunca o viram perder a paciência, nem mesmo quando teria razões para tanto. Em 1999, quando o deputado federal Aldo Rebelo quis restringir os estrangeirismos, para proteger a língua portuguesa, Bechara julgou o projeto absurdo.

“Essa ideia só pode ter vindo de alguém que não sabe o que é e como funciona uma língua”, constatou. “Por exemplo, os romanos eram muito pobres em cores. Posteriormente, os franceses e ingleses desenvolveram mais nomes para designá-las em decorrência da expansão do comércio e do aprimoramento da manufatura. Hoje, as palavras mais ligadas à tecnologia vêm do inglês, língua do país que a divulga. Os estrangeirismos são registros linguísticos do contato entre povos. Era o que Said Ali dizia no início do século passado: a língua é um produto social.”

No dia seguinte à leitura do *Lexicologia do Português Histórico*, Bechara foi à Livraria Central e comprou outras obras do autor: *Dificuldades da Língua Portuguesa*, *Meios de Expressão e Alterações Semânticas* e *a Gramática Histórica da Língua Portuguesa*.

Leu-as todas. Mas *“um belo dia eu tive dificuldade no entendimento de um texto e precisei falar com o autor”*. No viço da mocidade, e cheio de iniciativa, procurou Said Ali no catálogo de telefones. Ligou, apresentou-se como admirador de seus livros e pediu um encontro para sanar dúvidas.

No dia combinado, pôs a melhor farda colegial, pegou um trem do Méier até a Central do Brasil e de lá seguiu a pé até a Rua da Glória. *“Apareceu um homem que parecia um sultão com barbas longas, tendo ao lado uma cachorrinha preta com quem só falava em alemão”*, lembrou-se. Bechara e Said Ali conversaram longamente, tarde adentro. O menino contou que desejava ser professor de português. O mestre lhe indagou se tinha alguma coisa escrita. Bechara contou que escrevia um trabalhinho, em rascunho, inspirado na leitura do próprio Said Ali.

REFLEXÕES XIV

O trabalho era sobre entonação, sobre significados na língua que são expressos por meio da modulação do falante. Fazia um levantamento do fenômeno em várias línguas. Em árabe, disse, *xabat* quer dizer bater, mas se pronunciado *xaaaaabat*, com gradação intensiva, significa bater fortemente.

A musa que cativou o jovem e continua a enfeitiçar Bechara é a sintaxe. *“Você não fala com palavras isoladas ou com fonemas”*, defendeu. *“Você fala com a frase. O estudo da frase é a sintaxe. Sintaxe quer dizer ‘combinação’.* Os gregos foram buscar a palavra na nomenclatura militar: sintaxe era a arrumação dos soldados na tropa, e a reunião da tropa no exército. Na língua, o processo é o mesmo: a análise sintática mostra as relações de dependência e independência que as palavras, expressões e orações mantêm entre si”.

Passado algum tempo, numa sexta-feira, dia de encerrar a casa, Bechara estava com a enceradeira para lá e para cá, quando o telefone tocou. Era da casa de Said Ali, pedindo que ele fosse lá, no dia seguinte. No sábado, o pupilo recebeu um elogio austero: *“Para sua idade, achei bom o trabalho que o senhor fez”*. Veio então o presente: *“Está vendo aquela pilha de livros ali? São seus. À medida que o senhor for lendo, vá levando-os”*. A pilha media mais de 1 metro e incluía Diogo do Couto, João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda e outros de jaez excelso. Eça e Machado eram o que a torre tinha de mais recente.

Durante doze anos, até a morte de Said Ali, aos 91, Bechara frequentou a casa do professor. Trabalhavam em traduções do alemão, ou estudavam os antigos. Said Ali lia em voz alta, e frequentemente se interrompia para fazer comentários filológicos do texto, elucidando a história de palavras. Foi apenas depois de dar uma sólida base literária ao aprendiz que Said Ali o apresentou aos textos teóricos. O primeiro deles, escolhido a dedo, foi o **Cours de Linguistique Générale**, de Ferdinand de Saussure. Ao lembrar-se de sua formação, em homenagem ao grande mestre, Bechara pediu de sobremesa uma torta alemã.

Concluído o ginásio, começou o curso clássico no Instituto Lafayette, hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *“Fiquei*

REFLEXÕES XIV

sabendo por meio de um amigo que eu poderia apresentar um trabalho em vez de cursar os dois anos de clássico que faltavam”, contou. “Se o trabalho fosse julgado de valor, notório saber, não precisaria concluir o curso para me candidatar ao vestibular. Eu tinha o trabalho dos fenômenos de entonação, elogiado por Said Ali. Apresentei-o e passei”. Entrou para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto La-Fayette. No curso de neolatinas, o colega de turma mais novo depois de Bechara tinha 28 anos, dez a mais que ele.

Horácio Rolim de Freitas é um filólogo de 79 anos, amigo de Bechara há cinquenta. Apesar de mais jovem, não se vexa em dizer que inveja a memória do amigo: “É de admirar! Bechara sabe o aniversário de todos os filólogos de cor, lembra-se de livros que leu há cinquenta anos”.

Perguntado sobre quantas línguas fala, Bechara respondeu: “Só português, mal e parcamente”. Modéstia à parte, disse que para uso pessoal tem o português, o inglês, o francês e o alemão. Consegue ler em todas as línguas românicas, que são dez. “Do ocidente para o oriente, excluindo os dialetos, temos o português, o galego, o espanhol, o catalão, o francês, o provençal, o italiano, o dalmático, o reto-românico e o romeno”, explicou, apontando no ar, como se estivesse mostrando as regiões em um mapa. O bom conhecimento de grego e latim, disse, facilitou o aprendizado. “Em árabe, não leio, mas sei xingar muito porque era o que as avós mais faziam”, brincou.

Em 1946, quando começou a dar aulas, não havia concurso público para escolas, os cargos eram todos preenchidos por indicação. “Como não tinha ninguém que me indicasse, sabia que teria de estudar o dobro”, contou. Chegou a dar treze aulas por dia, quatro de manhã, quatro à tarde e cinco à noite. Chegava a casa, jantava, tomava banho e estudava até as três da madrugada: “O professor nada mais é do que um estudante mais velho”, disse o gramático, que ainda hoje não dorme antes da uma da manhã. “A consciência permanente da responsabilidade que colegas competentes e alunos me atribuem não me deixa parar de estudar”.

Quando vieram os concursos públicos, entrou de cabeça: participou

REFLEXÕES XIV

de dez deles. Aproveitava posições, cátedras e titularidades que se lhe iam apresentando. A carreira poderia ter sido catapultada se tivesse aceitado o convite, recebido ainda no 3º ano de faculdade, para tornar-se catedrático de latim. *“Eu declinei o convite em homenagem ao professor Said Ali”*, contou. *“Aos meus 16 anos ele se debruçara sobre mim, e me orientara para ser professor de língua portuguesa”*.

Para o primeiro concurso que prestou – para a cátedra de língua portuguesa no **Colégio Pedro II**, em 1954 –, escreveu a tese *“Evolução do pensamento concessivo no português”*. Boatos se espalharam que Bechara teria plagiado um trabalho de Said Ali. Os vinte e poucos anos do rapaz não condiziam com a bibliografia fora de órbita que apresentara. Quando veio o exame escrito, tirou dez com todos os arguidores. O boato então mudou: o espírito de Said Ali havia feito a prova.

A única preocupação de Bechara foi com a palavra **boato**. O termo, indicando notícia que anda publicamente, sem procedência, não é herança romana. Ao contrário, seu aparecimento é recente no português. Não encontrou a palavra em Barros, Couto e Camões. Nos Sermões de Vieira colheu um exemplo em que significava som forte. *“Os escritores do passado recorriam às palavras fama ou rumor quando pretendiam expressar o boato de nossos dias”*, esclareceu.

Na defesa da tese de livre-docência, **“O futuro românico: considerações em torno de sua origem”**, Bechara emocionou-se com o comentário da banca: *“Não podemos dar menos de dez em títulos para o autor da Moderna Gramática Portuguesa”*. A gramática de Bechara é seu principal motivo de notoriedade. Além de ser usada em escolas, universidades, e bibliografia obrigatória em concursos públicos, é uma das obras mais citadas em teses e dissertações sobre língua portuguesa.

Em 1961, a **Companhia Editora Nacional** propôs a Bechara que escrevesse um capítulo para atualizar a **Gramática Expositiva** de Eduardo Carlos Pereira, publicada em 1910. As ideias estruturalistas chegavam ao Brasil, abalando a linguística, e era necessário ajustar o texto de Pereira. *“Quando eu apresentei o capítulo, que também*

REFLEXÕES XIV

incluía os estudos americanos adiantados sobre fonêmica e fonologia, eles viram que eu tinha feito um novo livro, já não era mais o Pereira”, contou. “Pediram então que eu escrevesse a minha própria gramática”.

Para escrevê-la, releu todos os grandes autores e começou a anotar os fatos da língua. Na bibliografia, mais de 150 obras são citadas. Bechara também faz frases para a esposa, Marlit, três filhos, sete netos, dois bisnetos, colegas e o barbeiro. A frase *“Eu dancei com Marlit”* serve para exemplificar o sentido de companhia da preposição “com”.

A **Moderna Gramática**, dedicada a Said Ali, está na 37ª edição. Só a edição de 1999 teve mais de vinte reimpressões. Na década de 1980, o editor da Nacional disse a Bechara que a gramática já havia vendido mais de 2 milhões de exemplares. *“Só sei que eu não fiquei rico”*, brincou o autor.

Evanildo Bechara relutou em se candidatar a uma vaga de imortal. *“A Academia sempre foi madrasta dos filólogos”*, justificou. *“Como todos os fundadores eram literatos, direta ou indiretamente, o amor à língua era cultivado, mas não o estudo dela. Basta dizer que Antônio de Moraes Silva, autor do primeiro dicionário monolíngue em língua portuguesa – até então todos os dicionários eram de português-latim –, não foi escolhido como um dos patronos. A Academia também foi muito injusta com o velho Antenor Nascentes, que lhe escreveu um dicionário em quatro volumes e foi rejeitado”.*

Amigos, contudo, o persuadiram a se candidatar. Mas alertou que concorreria uma única vez. Em 2000, foi eleito para a cadeira 33. Brincou: *“Virei imortal, mas não imorrível”.*

Bechara lembrou-se então da polêmica levantada quando o ex-ministro Antônio Rogério Magri, do governo de Fernando Collor, declarou que era “imexível” no cargo. *“Fizeram o maior alarde porque não encontraram a palavra no dicionário”*, recordou. *“Esqueceram a potencialidade da língua, que nada mais é do que um reflexo sociocultural das comunidades. Se pegarmos a morfologia de impagável, imutável, o ‘imexível’ do Magri foi e sempre será perfeitamente possível”.* E citou a definição de Fernão

REFLEXÕES XIV

de Oliveira, que em 1536 escreveu a primeira gramática de português: “*A língua é o que os falantes fazem dela*”.

A única competência legal da Academia Brasileira de Letras é publicar o **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**, que os imortais chamam de **Volp**. Em 2008, a quarta edição do Vocabulário estava esgotada e acadêmicos trabalhavam na quinta edição, quando foram surpreendidos pelo novo acordo ortográfico, que desde 1990 estava no limbo. Esqueceram-se do projeto desde o falecimento de Antônio Houaiss, o mentor da reforma que unificaria a ortografia dos oito países de língua portuguesa. Em setembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto, fazendo valer as novas regras de escrita, que entrariam em vigor a partir de janeiro de 2009.

Os seis lexicógrafos que integram a comissão do Vocabulário resolveram aplicar as novas regras nas 350 mil palavras do vocabulário da nova edição. Naquele ano, ninguém tirou férias. “*Mergulhamos no texto do acordo e muitas vezes demos com a cabeça na pedra*”, contou Bechara. “*O texto é muito lacunoso e, o que não sabíamos, nós interpretamos, imbuídos do espírito do acordo*”. Ele estava preparado para a catadupa¹⁹ de críticas que viriam. “*Primeiro as palmas, depois as palmadas*”, brincou.

O acordo desagradou boa parte dos linguistas, abrindo uma série de discussões na imprensa. Houve desde manifestações românticas, do tipo “*o voo da gaiivota perdeu a poesia sem o circunflexo*”, até a lástima narcísica dos que sabiam explicar a diferença entre à-toa e a toa. Agora, ambos não têm hífen.

Mário Perini, linguista da **Universidade Federal de Minas Gerais**, é um forte opositor do novo acordo ortográfico. Segundo ele, o cunho da reforma é político e comercial. Acredita que a Guiné-Bissau deve ter necessidades maiores do que destinar seus poucos recursos a reimprimir livros escolares para remover tremas e acentos. E acrescenta que se fosse para de fato simplificar a língua, a reforma teria de ter maior alcance, permitindo que se escreva “xuva”, “jente”, “sidade” e “caza”. Perini não vê nada de simples em escrever “ideia”

¹⁹ **Catadupa**: jorro, derramamento.

REFLEXÕES XIV

igual a “feia”, quando a pronúncia é diferente. Disse ainda que a reforma só contribui para o complexo de inferioridade do brasileiro, que acha que não sabe a própria língua.

“Se essa parede não tem infiltração, por que vou quebrá-la?”, perguntou Claudio Cezar Henriques, professor de língua portuguesa da **Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, apontando para a parede da sala de seu apartamento na Tijuca. O professor explicou que não existe ortografia ideal simplesmente porque ela nunca poderá ser um espelho da fonética. É por isso que certas partes do acordo são incoerentes. O único acento diferencial mantido foi em “pôr”, explicou, para diferenciar o verbo da preposição **por**. Entretanto, o acento de “pára”, que também tem preposição e verbos homônimos, caiu. *“O jornais nunca mais poderão dar a manchete ‘Justiça para o Brasil’, pois a frase fica ambígua”*, constatou.

Segundo o acordo, o prefixo “co” diante de uma palavra iniciada com h tem hífen. Acontece que o **Volp** grafou “coerdeiro” sem hífen e sem h. Isto porque há outra regra que diz: *“O h inicial suprime-se quando, ‘por via de composição, passa a interior e o elemento em que figura se aglutina ao precedente’, como em desarmonia, biebdomadário e lobisomem”*.

A lista de incoerências encontradas por Henriques é longa: água-de-colônia tem hífen, mas água de cheiro não. O acordo diz que algumas palavras, consagradas pela tradição, mantêm o hífen. *“Mas eles não estão justamente mudando a tradição? E quem decide quais usos são consagrados e quais não o são?”*, indagou o professor. Ele mesmo respondeu: *“Seguimos o que está no Vocabulário Ortográfico, ele tem força de lei. Pela legislação é lá que se encontra a ortografia correta”*.

Quer tirar um professor de português do sério? Peça que lhe explique o uso do hífen. Bechara reconhece que o hífen ainda está “capenga”. Explicou a origem da confusão. Antigamente, quase não havia hifens, mas no século XIX a nomenclatura técnica criou muitos compostos na física, na química, na botânica, na economia e na filosofia. Esses compostos começaram a atrair o hífen. Os espanhóis adotaram uma solução mais econômica para o seu

REFLEXÕES XIV

emprego, e os aboliram em grande parte. Já os franceses, que exerciam uma influência na Europa, se excederam no acento. Portugal, em vez de adotar o sistema espanhol, seguiu as pegadas da França.

Cada notação ortográfica só tem uma função: o acento agudo mostra uma vogal aberta; o circunflexo, uma vogal fechada em sílaba tônica. Já o hífen tem cinco funções: fonética, morfológica, sintática, semântica e estilística. Daí a dificuldade em estabelecer regras que atendam e harmonizem todos os critérios. Dia-a-dia, quando significava cotidiano, era uma locução substantiva, então se usava hífen, como na frase: “*O meu dia-a-dia é muito agradável*”. Mas dia a dia também pode ser uma locução adverbial. Não havia hífen em “*A criança cresce dia a dia*”.

Até o século XIX, as gramáticas eram mais normativas do que descritivas. No século seguinte, com Ferdinand de Saussure, a linguística adquiriu proeminência, e a ênfase foi para o estudo interno e a descrição das línguas, feitas com base na oposição de diferenças e semelhanças, de sintagmas²⁰ e paradigmas, de significados e significantes – foi o primado do método estrutural.

A língua falada, supostamente espontânea e livre, passou cada vez mais a ser objeto de estudo científico, enquanto a gramática era tida como dogmática e conservadora. Baseada num *corpus* literário de escolha subjetiva – o cânone dos grandes autores, sem fundamento científico –, dizia-se que a gramática impunha uma língua artificial e elitista, fora do uso comum.

Consolidaram-se, assim, estereótipos. Enquanto o linguista era vinculado à ideia de liberdade, o gramático simbolizava a opressão. Todo o falar seria legítimo, não existiria certo ou errado, desde que o falante se faça entender. A correção seria uma violência a jeitos diferentes de falar do aluno.

Esses estereótipos voltaram à tona no mês passado, numa polêmica

²⁰ **Sintagma**: unidade linguística composta de um núcleo (p.ex., um verbo, um nome, um adjetivo, etc.) e de outros termos que a ele se unem, formando uma locução que entrará na formação da oração.

REFLEXÕES XIV

em que o governo federal foi acusado pelas classes conservadoras de querer abolir a norma culta. O pretexto foi um livro recomendado pelo Ministério da Educação que, justamente, discutia os estereótipos.

A posição de Bechara é a de que os grandes escritores depuram e aperfeiçoam a língua, não aceitam qualquer influência popular ou aderem a modas. Eles desbastam os excessos e os caprichos, e é neles que se encontra o “deve ser” da língua.

Ele defende que o aluno deva ser poliglota em sua própria língua. *“Ninguém vai à praia de fraque ou de chinelo ao Municipal”*, disse. *“As pessoas têm de saber adequar o registro linguístico à situação, de modo que aprender a norma culta seria somar e não substituir uma variedade da língua”*. Para não haver confusão, no entanto, acha que nas escolas se deva ensinar tão somente a norma culta, sem relativismos que venham a deixar crianças e adolescentes em dúvida.

Numa tarde quente, em seu apartamento no Flamengo, o professor Ricardo Cavaliere disse ser um discípulo de Bechara. Os dois se conheceram na Universidade Federal Fluminense, em 1992, onde dividiam a sala 452. Cavaliere organizou **Entrelaço entre Textos: Miscelânea em Homenagem a Evanildo Bechara**, publicado em deferência aos 80 anos do professor.

Ao fazer o levantamento bibliográfico dos mais de 25 livros, 26 capítulos de livros, cinco teses, centenas de artigos, resenhas e prefácios, introduções e apresentações, além de verbetes e traduções, Cavaliere se perguntou: tendo lido tanto, como Bechara teve tempo para escrever? E tendo escrito tanto, como teve tempo para ler?

“A biblioteca do Bechara é de causar inveja”, disse Cavaliere. *“Ele deveria publicar um guia internacional de sebos. Conhece todas as livrarias e sebos da Rússia a Portugal. Tem um faro invejável para encontrar livros raros”*.

Dona Marlit, casada com Bechara há trinta anos, contou que a busca de livros é uma obsessão do marido. *“Uma vez, estávamos em Copenhague e o livreiro o levou para um porão onde havia obras*

REFLEXÕES XIV

raras”, contou. *“Passou mais de uma hora e ele não voltava. Fiquei preocupada. Quando desci ao porão, lá estava ele muito interessado na leitura, sentado num banquinho com livros a sua volta”.*

O gramático lembrou quando foi trancado numa livraria, em Estocolmo. Ele lia quietinho em um canto e fecharam a loja com ele dentro. *“A sorte foi que consegui abrir uma janela e pedir ajuda a uma senhora que passava”*, disse. A sua biblioteca tem mais de 35 mil volumes. Está espalhada por uma casa, no Méier, e dois apartamentos, em Botafogo, onde mora num terceiro.

Evanildo Chauvet Bechara, o seu filho mais velho, foi um dos idealizadores da coletânea organizada por Cavaliere. Mas não chegou a ver sua ideia concretizada: morreu de infarto fulminante, em 2007, num quarto de um hotel em Manaus. *“No dia seguinte ao velório, o professor Bechara tinha uma viagem marcada para representar a Academia em Brasília”*, contou o professor Domício Proença Filho, também acadêmico. *“E me prontifiquei a substituí-lo, mas ele foi mesmo assim. Comoveu-me a sua aceitação dos desígnios divinos.”*

O latinista Rosalvo do Valle, de 84 anos, conhece Bechara há 65. Ele me contou que um neto de Bechara, um menino de 12 anos, teve um acidente de skate e morreu alguns meses depois que o gramático perdera o filho. *“Pensei: agora o Bechara desmonta”*, disse Do Valle. *“Fui à missa de sétimo dia, encontrei-o caído, mas seguro. Na semana seguinte, já tinha voltado a dar aulas”.*

Como conseguiu lidar com perdas difíceis? Bechara respondeu: *“É como acontece na gramática, um verbo que só pedia objeto direto agora pede objeto indireto. Era transitivo, passou a intransitivo. É você saber receber a vida como ela é e não arquitetar uma vida diferente da realidade. Isso sim causa sofrimento. A morte é uma coisa natural na vida”.*

Ele aproveitou e disse que não está errada a expressão *“correr risco de vida”*, como se acredita hoje, argumentando-se que o perigo que se corre é de morte. A expressão tem respaldo na tradição, explicou.

O próprio Machado escreveu, em Quincas Borba: *“Salvar uma*

REFLEXÕES XIV

criança com o risco da própria vida”. ●

Evanildo Bechara: professor, gramático e filólogo brasileiro. É membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e doutor *honoris causa* pela Universidade de Coimbra.

Revista Piauí nº 57, junho de 2011

LUIZ BIANCHI

Diário de Jerusalém (Uma viagem a Israel e à Palestina)

Flávia Castro



11 de dezembro, quinta-feira. Estou no Aeroporto Ben Gurion, em Tel-Aviv, na fila da polícia. Ensaio mentalmente todas as respostas que me ocorrem às perguntas que os agentes de segurança certamente farão. Amigos me preveniram: *“Não se assuste, é assim com todos. Podem até te levar para uma salinha...”* Verifico pela décima vez meus documentos. A fila avança.

“O que você veio fazer em Israel?”

“Participar de um seminário sobre os cinquenta anos da ditadura militar no Brasil, na Universidade Hebraica de Jerusalém.”

“Quanto tempo vai ficar?”

“Um mês e meio.”

“Onde?”

“Com meu marido, na rua Smolenskin.”

“Seu marido mora aqui?”

“Não, ele está passando uns meses em Jerusalém, como professor convidado.”

Essas foram as quatro perguntas que a policial formulou. Nem olhou para a carta-convite que imprimi com tanta dificuldade. Diante dos meus dois passaportes, ela me pergunta, já meio impaciente, se quero entrar com o brasileiro ou o francês. Menos de quinze minutos depois de eu ter tocado o solo, desmoronava minha primeira ideia pronta sobre Israel. Afinal, não foi difícil entrar.

No saguão, meu marido, Luís Edmundo Moraes, me espera ao lado de Marcos Gorinstein, que participa da organização do seminário.

REFLEXÕES XIV

Gorinstein dá aulas de *jiu-jítsu* na única escola onde israelenses – árabes e judeus – aprendem os dois idiomas. Duas semanas antes, o local sofreu um atentado no qual não houve feridos, mas o incêndio destruiu a sala de aula do jardim de infância. “Morte aos árabes” foi uma das pichações encontradas nas paredes.

É curioso chegar à noite num país desconhecido e logo pegar a estrada. Tive essa mesma sensação em Havana, no carro que me levava para a Escola de Cinema em San Antonio de los Baños. Sem eletricidade em quase toda a pista, o farol iluminava aqui e ali a figura desbotada de heróis da revolução, pintados nos muros.

Na sinuosa estrada para Jerusalém, a iluminação forte rebate na pedra clara. O asfalto é liso, parece uma pista de Fórmula 1. Vejo tanques verde-claros estacionados no acostamento. Gorinstein explica: “São de 1948, quando Israel tentou tomar da Jordânia essa estrada”.

Penso com certa nostalgia nas figuras evanescentes dos revolucionários nas estradas cubanas. Lá, como aqui, a memória é cultuada, faz parte de uma política de Estado. Mas em Israel os tanques parecem lubrificadas, prontos para mais uma batalha.

O apartamento onde Luís está hospedado fica na rua dos fundos da casa do primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu. É mais de meia-noite quando chegamos. Apesar das malas, Luís pede que Gorinstein nos deixe na esquina, pois é complicado passar de carro pela cancela de segurança, ao lado da guarita policial. Há uma permanente luz branca, parecida com a espada de Dâmocles, e de tempos em tempos pisca uma luz vermelha.

Minha imaginação paranoica não resiste à ideia de que no momento em que eu estiver cruzando a cancela uma ressonância magnética revelará todos os segredos do meu corpo, e até de meus pensamentos. Numa cabine envidraçada, em cima da garagem da casa de Netanyahu, percebo silhuetas na contraluz dos monitores de controle. Devem estar ouvindo nossos passos pela escuta que certamente colocaram no gato gordo e simpático que dorme na entrada do nosso prédio.

O apartamento, um pequeno e charmoso estúdio. Situado no térreo,

REFLEXÕES XIV

tem duas portas de vidro e uma pequena varanda. Ali, num jardim rebelde, com ares de mata, uma imensa árvore me dá as boas-vindas.

12 de dezembro, sexta-feira. “Daqui a pouco fecha tudo e os ônibus param de funcionar.” Depois de duas semanas, Luís já tem sua rotina na cidade e está pronto para sair. O fuso horário e a viagem de quase vinte horas pesam, mas é só abrir a porta que o ar gelado me cura de todos os males.

Em frente ao prédio nos deparamos com um soldado – uma moça, com uma metralhadora Uzi nas costas. Ela nos olha séria, nós sorrimos. “Shalom”, diz Luís. Ela não desvia o olhar nem responde.

Descubro que, mesmo com todos os procedimentos de segurança, nossa rua é charmosa. De um lado, prédios baixos; do outro, um muro feito com as pedras claras de Jerusalém, onde o mesmo gato gordo da véspera se espreguiça. Caminhamos em direção à cidade velha. Cruzamos com famílias de judeus ortodoxos, reconhecíveis pelo chapelão e pelos peots– os dois solitários cachos de cabelo que descem feito molas na frente de cada orelha. Os meninos parecem miniaturas do pai, com seus ternos pretos e camisas brancas impecáveis.

De longe, vejo a cidade velha pela primeira vez, com suas muralhas recortadas no céu azul. Contraste luminoso, parece uma fotografia de agência de viagem. Entramos pela Porta de Jaffa. Turistas e peregrinos. Árabes, russos, judeus, armênios. Cheiros, temperos, sons. Vamos até o Muro das Lamentações, o Kotel. Está muito cheio. “Não pode fotografar”, grita um homem sempre que um turista, desprevenido ou de má-fé, tira a máquina ou o celular do bolso.

É shabat. E durante o shabat, nas proximidades do Kotel, nem escrever pode. O muro é separado em duas partes: de um lado rezam os homens; do outro, as mulheres. De ambos os lados, rezam baixinho. De repente, do lado dos homens, vejo se formar uma roda. De mãos dadas, cantam a plenos pulmões. Giram, pulam e cantam. Às vezes cai um quipá, alguém pega e continuam. Rodopiam cada vez mais rápido.

REFLEXÕES XIV

Sáimos da cidade velha pela imponente Porta de Damasco, no coração de Jerusalém Oriental. Multidão. Mulheres de véu, de cores e estampas variadas, ainda que predominem as de oncinha. Nenhum quipá nem chapelão à vista. Demoro alguns minutos para entender por que o quadro agora me parece mais familiar: é que morei quase uma década a poucos metros da estação Barbès do metrô de Paris, onde a multidão de lenços e hijabs forma a mesma paisagem.

15 de dezembro, segunda-feira. Hoje vou falar, estou tensa e já não acho tão pitoresca a Uzi nas costas da moça que faz a guarda da rua. Para piorar, ela nos barra a passagem. O homem mais poderoso do país está saindo de casa. Uma cortina gigantesca, suspensa por um trilho de aço que atravessa a rua, foi erguida para a operação. Como num teatro de sombras, vejo a silhueta dos seguranças do outro lado da cortina. A moça-soldado tenta se comunicar por rádio com o chefe da operação matinal. Enquanto esperamos, eu a observo em seu uniforme. Ela tem os cabelos castanhos e compridos, como minha filha, Anaïs, e deve ter a mesma idade dela, não muito mais que 18 anos. Por um instante, imagino Anaïs com aquela farda e uma metralhadora automática nas costas. Olho para a moça com mais simpatia, ainda que meu sorriso mais uma vez não seja correspondido. Aqui o serviço militar é obrigatório para todos os judeus israelenses. Dois anos para as moças, três para as rapazes.

O seminário que me trouxe a Israel acontece do outro lado da cidade, na **Universidade Hebraica de Jerusalém**. Para ir até o ponto de ônibus, passamos em frente à casa de Bibi, que é como quase todos se referem a Netanyahu. Os seguranças de terno escuro e metralhadora portam um quipá azul. Luís me diz que é possível que eles sejam religiosos nacionalistas. Mas e os ortodoxos? Não são nacionalistas? Depende. Para os ultraortodoxos, como os haredim (que usam o chapelão), Deus destruiu o Reino de Israel e só o Messias está habilitado a recriá-lo. Enquanto espera sua volta, o povo judeu não deveria ter um Estado próprio. Espanto-me: então os ultraortodoxos são antissionistas? Sim, muitos deles.

Faço uma contagem rápida dos diversos tipos de judaísmo que estou me esforçando para aprender a reconhecer pelas roupas, o tamanho do chapéu ou a altura da saia: ultraortodoxos, ortodoxos,

REFLEXÕES XIV

nacionalistas, ultranacionalistas, seculares... O motorista freia e grita alguma coisa que só pode ser um palavrão. Esqueço os chapelões dos haredime volto a me concentrar no seminário. Vou ler um texto em inglês – “O exílio invisível das crianças” –, e isso vem me tirando o sono. À tarde vão passar meu documentário **Diário de uma Busca**. Organizado por James Green, brasilianista americano, professor da **Universidade Brown**, nos Estados Unidos, e por Michel Gherman, historiador carioca, especialista em Oriente Médio, o seminário acontece no Departamento de Estudos Latino-Americanos.

O ambiente é acolhedor, está cheio, o que é ótimo para o evento, mas me deixa mais tensa. Encontro os outros convidados que, como eu, vieram especialmente do Brasil: Paulo Abrão, presidente da Comissão de Anistia e então secretário nacional de Justiça; Marlon Weichert, procurador da República; e Nemércio Nogueira, jornalista e diretor do Instituto Vladimir Herzog. A leitura transcorre melhor do que eu esperava e, no debate, depois da projeção do filme, estou mais relaxada. São umas quarenta pessoas, de idades e nacionalidades diferentes. As questões são parecidas com as que já escutei em outros lugares. No filme, por um lado tento retrair a trajetória de vida de meu pai, militante de esquerda nos anos 1970, percorrendo os países em que se exilou; por outro lado, busco entender as estranhas circunstâncias de sua morte, ocorrida no Brasil, em 1984.

Alguém me pergunta – mais uma vez – se com o filme eu descobri “alguma coisa a mais” sobre a morte do meu pai, e se eu “realmente” não sei como e por que ele morreu. No início essa pergunta sempre me surpreendia, porque me parecia óbvio que, se eu tivesse alguma certeza de como meu pai morreria, seria apaziguador terminar o filme com ela. Mas não é uma pergunta descabida, porque o final fica em aberto, sem resposta. Ninguém saberá exatamente como nem por que meu pai morreu. Muitas vezes, o espectador tem mais certezas sobre minha história do que eu mesma.

16 de dezembro, terça-feira. No encerramento do seminário acendemos a primeira vela de Hanuká. Os judeus presentes cantam. É bonito. Tenho uma irreprimível atração por rituais, e me encanta a festa das luzes, com uma vela acesa a cada dia no início da noite.

REFLEXÕES XIV

17 de dezembro, quarta-feira. Michel Gherman e James Green organizaram para nós uma excursão de dois dias. Tiveram a excelente ideia de agendar encontros que nos permitam pensar sobre a realidade israelense e palestina a partir de uma experiência direta.

Neste primeiro dia vamos à **Universidade de Al-Quds**, em Abu Dis, pequena cidade palestina a 20 quilômetros do Centro de Jerusalém. Nosso grupo se divide em dois táxis que Gherman contratou no dia anterior. Ao nos aproximarmos do *checkpoint* de saída da cidade, observo que a fila é pequena. Um soldado, com a metralhadora apontada para nosso carro, dá uma rápida espiada, pergunta aonde vamos e pronto, passamos. Achei fácil, como no aeroporto. Gherman diz que o problema não é sair de Israel, mas voltar. Não para nós, com nossos passaportes brasileiros, europeus ou americanos, mas para os árabes em geral, e os palestinos em particular. No entanto, 20% dos israelenses são árabes. Eles gozam dos mesmos direitos civis garantidos aos judeus, exceto o acesso ao serviço militar e a algumas profissões do serviço público ligadas à defesa do país.

O muro longo e sinuoso que vinha delineando a paisagem desde a saída agora se torna uma barreira mais concreta. O “muro de separação” começou a ser construído entre Israel e a Cisjordânia em 2002, durante a **Segunda Intifada**. O objetivo declarado do governo israelense era coibir a entrada de terroristas. No entanto, foi erguido além das fronteiras reconhecidas de Israel, para incluir grande parte das colônias instaladas nos territórios ocupados. Mais de uma década depois, o muro continua lá. Se o objetivo de Israel era separar, pode-se dizer que foi um sucesso. Conseguiu proteger, mas também aumentar a distância física entre israelenses (árabes e judeus) e palestinos. E, sobretudo, foi responsável por piorar a vida já bem difícil dos palestinos, interferindo em seu direito de ir e vir, inclusive entre cidades de seu próprio território.

Do lado israelense, o muro é liso e limpo. Na Cisjordânia, os grafites coloridos se sucedem. “Palestina Livre”, Che Guevaras. Até Banksy, o famoso artista de rua britânico, passou por aqui. Gherman chama minha atenção para Handala, o menino sempre representado de

REFLEXÕES XIV

costas e sem sapatos, como andam as crianças nos campos de refugiados. Ainda criança, seu autor, o caricaturista Najji al-Ali, deixou a Palestina com seus pais em direção a um campo de refugiados no Líbano. Em 1987, Al-Ali foi assassinado. O menino Handala, com seus braços cruzados nas costas em sinal de recusa à opressão, sobreviveu. Continua vivo, pelo menos deste lado do muro.

Na entrada da **Universidade de Al-Quds**, um jovem palestino de cabelos encaracolados nos espera ao lado de um homem baixinho e sorridente, o professor Aziz Haidar. Árabe-israelense, Haidar é pesquisador do **Instituto Truman**, ligado à **Universidade Hebraica de Jerusalém**. Foi com ele que Gherman tratou nossa visita.

O Museu do Prisioneiro Palestino, dentro do *campus* da universidade, é um prédio estreito, com a entrada na forma da letra pi. Ali nos espera um guia, um jovem forte, cabelos curtos, estilo militar. Tudo começa com um mapa. O rapaz nos aponta a Linha Verde, a primeira fronteira entre Israel e os vizinhos, estabelecida pelo armistício que pôs fim à guerra de 1948. Depois, chama nossa atenção para a progressiva ocupação israelense de territórios árabes desde a **Guerra dos Seis Dias**, em 1967. Num ritmo frenético, como se tivesse medo de que lhe escapássemos, ele passa sem transição das fronteiras à situação dos prisioneiros palestinos. Aos poucos, a apresentação formal se mistura a sua própria experiência. “Nós, palestinos, somos todos prisioneiros. Não temos liberdade de ir e vir. Quando preciso viajar, os israelenses não me dão visto para ir até o Aeroporto Ben Gurion, preciso passar pela Jordânia.”

Num pequeno monitor vemos uma reportagem na qual dois soldados israelenses prendem dois meninos palestinos de 9 e 10 anos. Ouvimos o choro das crianças, os protestos do pai, dos vizinhos, o pranto da mãe. Os soldados seguem, puxando as crianças em direção a um jipe. Um dos meninos está com a cabeça sangrando. Um homem estrangeiro, provavelmente representante de alguma ONG, explica em inglês aos soldados que os meninos foram atacados por filhos de colonos quando voltavam da escola, que ele estava lá, poderia testemunhar. Ele tenta impedir com o corpo a entrada dos soldados no jipe. Os soldados tiram o estrangeiro da frente e empurram os meninos para dentro do carro.

REFLEXÕES XIV

Impressiona a banalidade dessas imagens – parece que já vi mil versões filmadas da mesma história. Os números explicam essa sensação de *déjà-vu*: segundo a Unicef, entre 500 e 700 crianças palestinas são presas anualmente. E, caso único no mundo, a partir dos 12 anos são julgadas por um tribunal militar.

Nosso guia não para de falar, mesmo quando não é necessária nenhuma tradução ou explicação para compreender o teor do que estamos vendo. Diante de uma conhecida fotografia de um terrorista que foi assassinado pelo Shin Bet – o serviço secreto interno israelense – depois de ter sido preso, ele comenta: “*Essa história está contada no filme The Gatekeepers, um filme palestino muito bom.*”

The Gatekeepers é um documentário israelense que concorreu ao Oscar em 2013, no qual seis ex-dirigentes do Shin Bet fazem uma espécie de mea-culpa em relação a suas práticas. Gherman fica surpreso. “Como assim, ‘filme palestino’?! Você ouviu essa?” Eu tinha achado divertido, pensei que seria uma boa anedota para contar para minha amiga Yaël Fogiel, que é produtora do filme. Mas, à medida que o guia continua explicitando o que as terríveis fotografias expostas já dizem, começo a entender Gherman: para nosso guia militante, não é possível imaginar que um judeu israelense possa fazer um filme crítico à política de seu próprio país. Para caber na sua história, na sua narrativa, o filme precisa se tornar palestino.

O *campus* da Universidade de Al-Quds situa-se em cima de uma colina que domina a cidade de Abu Dis. A universidade foi fundada em 1984; tudo ali parece novo. O desenho paisagístico é arejado, com muitas árvores e um grande jardim quadrado, onde uma moça lê sob uma árvore. Alguns alunos conversam em pequenos grupos, outros se divertem com nossa presença. São raras as mulheres sem véu.

Bandeirinhas verdes flutuam em vários pontos do *campus*. “São do Hamas”, diz Gherman. O professor Aziz Haidar explica que há poucos dias parte dos alunos comemorou o aniversário do grupo terrorista. Gherman me pergunta: “*Você viu a machadinha?*” Havíamos acabado de passar por uma faixa com um machado

REFLEXÕES XIV

ensanguentado e um texto em árabe. “O Aziz traduziu o texto. É uma saudação aos assassinatos na sinagoga de Jerusalém, no mês passado”, diz Gherman, referindo-se ao atentado cometido por dois palestinos em novembro, que deixou cinco mortos.

Chegamos em frente ao prédio principal. No hall, a figura de um sorridente Yasser Arafat pintada na parede. O reitor, Imad Abu-Kishk, e um grupo de professores nos esperam. Um fotógrafo se junta ao que já nos acompanhava desde o museu. Flashes, sorrisos, apertos de mão. Nossa presença ganha ares de visita oficial. Numa sala de reunião, nossa “comitiva” senta de um lado de uma imensa mesa oval e o reitor e sua equipe, do outro. Na frente de cada um de nós, um pratinho com doces, água num copo de vidro grosso, suco e café. O reitor fala da importância de ampliar as parcerias com instituições de outros países. Os professores expõem com entusiasmo o trabalho que desenvolvem. Frisam o isolamento de que se ressentem, ainda que tenham firmado acordos com outras instituições, incluindo a **Universidade de São Paulo**.

Lucy Nusseibeh é responsável pelo Instituto de Mídia da universidade, sediado em Ramallah. Ela fala um pouco sobre seu trabalho como fundadora da ONG **Middle East Nonviolence and Democracy**, que promove entre os palestinos a forma de luta que ela chama de “não violência ativa”. É gritante o contraste entre as palavras de Lucy e dos professores, a favor de uma paz negociada, e a machadinha ensanguentada lá fora. Paulo Abrão fala em nome do Estado brasileiro, e James Green pergunta se quero dizer alguma coisa. Conto que cresci na França, nos anos 1970, e que meus pais eram de um partido trotskista que sempre apoiou a causa palestina. Quando pequena, tinha um disco que eu adorava, cantado por crianças de campos de refugiados. Ofereço a eles um DVD do meu documentário e Lucy me convida para apresentar o filme em Abu Dis e em Ramallah.

Na saída, Gherman comenta: “*Só tinha gente importante naquela mesa. A Lucy, essa mulher é incrível! É inglesa, casada com o Sari Nusseibeh. Ele participou dos Acordos de Oslo, é um dos mais respeitáveis intelectuais palestinos.*” Os acordos, de 1993, tinham como princípio a troca de terras pela paz e levariam à criação do Estado palestino, o que não ocorreu.

REFLEXÕES XIV

Da Palestina fomos direto para um dos mais importantes memoriais do Holocausto, o Yad Vashem, localizado numa colina nas proximidades de Jerusalém. Luís, meu marido, não ficou para a visita. Antes de ir embora, ele me disse: *“Presta atenção na saída do prédio.”*

Somos recebidos por Avraham Milgram, simpático historiador brasileiro que trabalha lá há muitos anos. Ele nos diz: *“Cada museu do Holocausto tem o seu ponto de vista. Aqui, toda a narrativa é construída a partir do ponto de vista da vítima.”*

O grupo se dispersa, cada um de nós com seu fone de ouvido. Na primeira sala, logo na entrada, me encanto com a projeção gigante de um curto vídeo da artista Michal Rovner. Trata-se de uma montagem com cenas de filmes caseiros, dos anos 1920 e 1930, de comunidades judaicas em diversos países da Europa. Um mundo pulsante de vida, que progressivamente desaparece da tela. A narrativa do Yad Vashem segue com a chegada dos nazistas ao poder, a perseguição e o extermínio dos judeus. Das três horas que tínhamos para percorrer o museu, passei quase duas na primeira metade. Fico impressionada com a quantidade de materiais e a eficácia com que estão expostos.

No meu fone de ouvido alternam-se duas vozes – um homem, com um tom de neutralidade professoral, e uma mulher, com inflexões melodramáticas que acentuam a tragédia. Desnecessário. Ela me lembra o guia do museu palestino. Ainda estou no gueto de Varsóvia quando desisto dos fones.

Precisaria de muito mais tempo para ver tudo com calma. Mas já são cinco da tarde, o museu vai fechar em alguns minutos. Quando encontro a saída e subo para a parte externa, me deparo com uma vista incrível. Como que em continuação do museu, vejo Jerusalém. Israel, “a Terra da Salvação” para uns, “a Terra Prometida” para outros. O fim da narrativa é claro. Estamos nela.

Penso novamente no Museu do Prisioneiro Palestino. A simplicidade de um, a sofisticação do outro. Os dois têm uma coisa em comum: o lugar da vítima, no centro das respectivas narrativas, como ponto de partida para pensar o seu lugar no mundo.

REFLEXÕES XIV

18 de dezembro, quinta-feira. Ao lado do motorista da van, nosso jovem guia de hoje, Tomer, nos espera. Depois de conviver alguns dias, o grupo está entrosado. Rimos muito, ainda que os esforços para compreender a realidade que nos cerca tomem a maior parte das nossas conversas.

Hoje a “excursão” inclui conhecer uma colônia judaica na Cisjordânia e um encontro com um deputado em Tel-Aviv, passando pelo Mar Morto, para quem sabe dar um mergulho na lama santa.

Tomer tem 26 anos, cabelos encaracolados e olhos azuis. Aprendeu português em casa, já que seu pai, Jayme Fucs Bar, nasceu no Brasil. Fucs Bar mudou-se para o kibutz Nachshon nos anos 1980 e atualmente o dirige. Judeu secular, ele defende uma posição humanista, a favor da solução dos dois Estados para o conflito israelo-palestino.

A entrada do kibutz Kfar Etzion, com sua guarita de segurança, lembra aqueles condomínios fechados a que estamos acostumados no Brasil. São dez da manhã e não tem ninguém na rua. Somos recebidos por David Bedein, jornalista e um dos dirigentes do kibutz. Depois de nos dar as boas-vindas, ele abre um mapa. Como no Museu do Prisioneiro Palestino, a narrativa aqui também começa com um mapa. O curioso é que o mesmo mapa, de 1948, serve às duas histórias.

Existem mais de 400 mil colonos judeus vivendo fora das fronteiras de Israel. David Bedein defende a ideia de que a região de Gush Etzion – onde seu kibutz faz parte de um dos maiores conjuntos de assentamentos na Cisjordânia, com aproximadamente 70 mil habitantes – tem um estatuto particular em Israel e não pode ser considerado um “território ocupado”. No pequeno museu de Kfar Etzion, ele nos mostra fotos do início do século XX que contam a história do kibutz: a primeira colônia judaica na área data de 1927. Segundo David Bedein, foi uma terra comprada aos palestinos. Mesmo assim, judeus foram expulsos e tiveram suas plantações queimadas pelos árabes sucessivas vezes. Em 1943, um grupo de judeus religiosos que fugia da Europa Central criou o kibutz Kfar Etzion. Na mesma época, outros kibutzim se instalaram na região.

Em 1947, quando a ONU determinou a partilha da Palestina entre

REFLEXÕES XIV

um Estado judeu e outro árabe, a região de Gush Etzion ficou do lado árabe. Na época, os moradores do kibutz Kfar Etzion se recusaram a sair. Os palestinos e os países árabes ao redor não aceitaram a partilha, e a guerra árabe-israelense começou. Os exércitos árabes venceram a batalha no local. David Bedein conta: *“Pouco antes da Declaração de Independência de Israel, houve um massacre aqui. Mataram 250 judeus. Deste kibutz – Kfar Etzion – sobreviveram apenas três pessoas. Em 1967, quando Israel retomou essas terras, o governo autorizou que esses sobreviventes e os de outros kibutzim que existiam na região voltassem para reconstruir suas casas.”*

Perto daqui fica o ponto de ônibus onde, em junho de 2014, foram raptados e assassinados três adolescentes, filhos de colonos. Muitos dizem que o incidente, incomum na região, serviu de pretexto a Benjamin Netanyahu para atacar novamente a Faixa de Gaza. O saldo foi dramático: mais de 2 mil palestinos mortos, a maioria civis, dos quais mais de 500 crianças. Na sequência, o primeiro-ministro autorizou – segundo suas próprias palavras, “em represália” ao assassinato dos adolescentes – a ocupação de mais 400 hectares de terra em Gush Etzion. Ainda assim, David Bedein acredita que é possível viver em harmonia com os palestinos nos territórios ocupados. Para demonstrar como se dão bem, pede a seu filho Noam que nos acompanhe ao supermercado local. Ele acha que o lugar é perfeito para que possamos constatar a boa convivência entre ocupantes e ocupados.

Noam Bedein tem a mesma idade que Tomer. Ambos trabalham como guias de turismo. Tomer cresceu com um pai que sempre defendeu a devolução dos territórios ocupados aos palestinos. Os dois conversam e penso no quanto Tomer põe em prática o que nos disse antes de entrarmos em Kfar Etzion: *“É preciso tentar entender o ponto de vista do outro, suas razões, mesmo quando a gente não está de acordo com eles.”*

Não sei em que medida Noam tem as mesmas convicções que seu pai. Na relação conosco, ele parece atento à impressão que a viagem está causando em cada um de nós. Depois de alguns minutos por estradas vazias, sem nenhuma casa à vista, chegamos ao supermercado. É gigantesco. Uma espécie de Carrefour no meio do

REFLEXÕES XIV

deserto. Como numa festa junina, bandeirinhas de Israel atravessam todo o ambiente. Onde estão os árabes? Vejo um velho com um menino pequeno. Os outros são empregados, carregam caixas de frutas. Marlon Weichert, o procurador da República que é parte do grupo de brasileiros, pergunta a Noam por que não há nenhuma identificação em árabe dos produtos, já que o supermercado é “para todos”. Noam chama a gerente, uma moça maquiada e sorridente. Ela explica que integram uma cadeia de supermercado israelense, não têm como ter embalagens bilíngues. Weichert então pergunta se tem alguma área que não seja kosher, destinada aos muçulmanos. O sorriso da gerente desaparece e ela nos vira as costas, sem responder. Voltamos para a van.

Depois de alguns quilômetros, paramos em frente a um pequeno hospital. O diretor, Yitzchak Glick, nos recebe no hall e pede que o acompanhem. Numa sala de conferência, faz sinal para nos sentarmos nas carteiras de plástico, enquanto ele se dirige ao palco. Em pé, ligeiramente apoiado num púlpito, ele se apresenta: *“Sou médico, nasci em Nova York e estou aqui há dezessete anos. Tenho três filhos...”*

Yitzchak Glick nos explica que o hospital foi construído depois da Segunda Intifada. Como a estrada havia se tornado perigosa para os colonos devido aos incessantes ataques terroristas, o Exército israelense frequentemente impedia o acesso a ela. Os colonos não podiam ir até o hospital em Jerusalém. *“Era uma situação insustentável. Um simples caso de apendicite poderia se tornar uma tragédia. Então nos reunimos e decidimos construir este hospital. Atendemos entre 50 e 100 pessoas por dia.”*

Perguntamos se o hospital atende os palestinos da região. “Claro, nosso hospital é aberto a todos. Mas por questões de segurança nós não deixamos que entrem acompanhados de mais de dois membros da família. E na cultura deles, quando alguém está doente, toda a família tem que vir.” Quantos palestinos atendem por semana? *“Dois ou três por mês.”* O baixo número nos surpreende. Segue-se uma conversa sobre o sistema de saúde público. Perguntamos se os palestinos conseguem pagar, já que não são beneficiados pelo “SUS” israelense. Yitzchak Glick nos responde: *“Eles sempre dizem que não têm dinheiro.”*

REFLEXÕES XIV

O tom da sua resposta causa certo mal-estar. Vejo que Tomer, em pé, ao lado de Noam, nos observa. Um de nós menciona os “territórios ocupados” e o médico reage: *“Eu sou um homem religioso. Sempre segui e sempre seguirei o que está escrito na Bíblia. E lá está escrito que este lugar é do meu povo. Sempre foi.”* O médico sai do tom professoral adotado até então e está quase gritando quando declara: *“E ainda temos que retomar todas as terras que faltam e que pertencem a meu povo. Belém e Hebron! Os árabes que se mudem. Ou que fiquem por aqui, mas vão ter que aceitar que nós somos o povo a quem pertence esta terra...”*

Levantamos de nossas carteiras azul-real e nos dirigimos ao estacionamento do hospital, onde cada um, a sua maneira, demonstra indignação. Noam não entende português, mas percebe nosso incômodo. Dali deveríamos fazer um pequeno lanche em sua casa, mas por falta de tempo, e também por certa pressa em mudar de ares, decidimos que é melhor ir direto para o Mar Morto. Despedimo-nos de Noam e seguimos.

Penso que eu gostaria de ter ido até a casa dele, ver como vivem, estar perto de outra coisa que não “os discursos”. Tomer diz que Noam também não se sentiu bem com o que o médico disse.

Em Gush Etzion, entendi que há pelo menos dois tipos de colonos e duas formas de defender sua permanência nos territórios ocupados – o direito histórico, evocado por David Bedein, e o direito messiânico, de Yitzchak Glick. Desta vez, a realidade foi pior do que a imaginação.

Lembro-me das palavras do poeta Mahmoud Darwich: *“Quem impõe o seu relato herda a terra do relato.”* Talvez ainda sob o efeito das palavras racistas do médico, a paisagem no caminho até o Mar Morto me parece lunar. Tomer nos fala de areia movediça. Vejo algumas construções ao longe e ouço Nemércio Nogueira, o diretor do Instituto Vladimir Herzog, mencionar Jericó.

Chegamos numa das “praias” do Mar Morto junto com um gigantesco ônibus de turismo, de onde descem famílias inteiras, todos com camiseta azul-real e boné com a inscrição Nigerian Pilgrims. Animados, os peregrinos nigerianos passam a roleta e correm ladeira abaixo em direção à lama. Nenhum de nós segue o

REFLEXÕES XIV

exemplo. Fazemos *selfies* todos juntos, admiramos o horizonte e vamos almoçar. Já é tarde, e a única outra mesa além da nossa é de um grupo de evangélicos brasileiros.

Quando eu era pequena, chamávamos a sede dos partidos políticos de “local”. O do Meretz, um pequeno partido de esquerda com cinco deputados, é modesto e simpático, com cartazes de campanhas por direitos civis. Nitzan Horowitz, 50 anos, chega de camiseta e calça jeans preta. Era jornalista antes de se tornar o segundo deputado *gay* assumido do Knesset, o Parlamento israelense de 120 cadeiras. Em 2013, disputou a prefeitura de Tel-Aviv, obtendo 38% dos votos.

Na mesa comprida, de novo nosso grupo se acomoda de um lado, e do outro ficam Horowitz e Dario Teitelbaum, um militante israelo-argentino. Horowitz fala das eleições marcadas para 17 de março. Está otimista com a possibilidade de que, pela primeira vez em anos, uma coalizão de centro-esquerda tenha maioria no Congresso. Comentamos sobre nossa visita à Cisjordânia e perguntamos como o Meretz se posiciona em relação ao conflito. *“Neste momento não há nenhuma vontade política do governo israelense para qualquer tipo de solução”,* diz Horowitz. *“No Meretz temos um plano de partilha. Alguns assentamentos vão ter que sair, mas muitos poderão ficar na Cisjordânia. Então para os colonos não é uma coisa trágica: alguns vão ter que se mover 10 quilômetros para dentro da fronteira israelense, isso é fácil.”*

Alguém diz que, depois do que vimos em Gush Etzion, não parece simples “deslocar” os colonos. E Horowitz continua: *“Alguns dos assentamentos não são só para ocupar a terra. Os colonos estão lá porque acreditam que Israel deveria ser um Estado religioso, e que os judeus deveriam ter mais direitos do que os árabes. Não acreditam em igualdade, não acreditam em democracia ou em justiça. E os inimigos deles não são os palestinos. Somos nós, sociais-democratas, tolerantes.”*

Um de nós comenta que no Brasil a maioria das instituições judaicas é muito conservadora e defende cegamente o atual governo de Israel – o que acaba passando a impressão de que não existe esquerda em Israel.

Horowitz sorri: *“The world is complex...”*

REFLEXÕES XIV

A conversa na van é mais tranquila do que na saída dos territórios ocupados. James Green sorri: *“Entenderam agora por que deixamos a conversa com o Nitzan Horowitz para o final do dia?”* De fato, alguns de nós parecem apaziguados.

Despedimo-nos de Paulo Abrão, que vai ficar em Tel-Aviv alguns dias, antes de seguir para a China. De dentro da van, a estrada para Jerusalém me parece menos iluminada que na primeira noite. Estou exausta, com a sensação de que ouvi um Bolsonaro e um Jean Willys no mesmo dia.

(Poucos dias depois de conversar conosco, Horowitz declarou que deixaria a política para seguir “em novas direções”).

24 de dezembro, quarta-feira. Corro para encontrar Cynthia Gabbay na rodoviária de Jerusalém. Não nos conhecemos. Cynthia soube que eu ia para Israel e me escreveu poucos dias antes da viagem, convidando-me a apresentar meu documentário num festival de “filmes de protesto” na **Universidade de Haifa**, onde é professora.

Na hora de subir no ônibus, depois de passar pelo detector de metais, fico surpresa de ver uma fila organizada transformar-se em segundos num amontado de pessoas se empurrando para ver quem entra primeiro.

Logo já estamos mostrando fotos dos filhos no celular. Sua filha de 12 anos tem os mesmos olhos azuis da mãe, mas os cabelos lisos e compridos, ao contrário de Cynthia. O filho tem 8. Ela me conta que em julho passado, durante a guerra em Gaza, ela passou duas semanas de férias com as crianças no sul da França, onde mora o pai dela. Sair do clima sufocante de Israel em guerra foi um alívio para os três. E que na hora de voltar seu filho perguntou: *“A gente precisa mesmo voltar para casa?”* Cynthia fala de seu desejo de conseguir trabalho em alguma universidade fora de Israel. *“Antes que as crianças cresçam e precisem ir para o Exército.”*

O pai de Cynthia é egípcio. Ele fugiu de seu país nos anos 1950, pouco depois da criação do Estado de Israel, quando a perseguição aos judeus sefarditas no Oriente Médio se tornou insustentável. Cynthia nasceu na Argentina, onde morou até os 19 anos. Quando

REFLEXÕES XIV

terminou o ensino médio, seus pais tinham se mudado para o Chile e, sem saber muito que fazer da vida, ela foi visitar parentes em Israel. Se apaixonou por um israelense e ficou. Aprendeu hebraico e inglês ao mesmo tempo e entrou para a **Universidade Hebraica** de Jerusalém. Depois do fracasso dos Acordos de Oslo, as perspectivas de paz mais uma vez foram por água abaixo. A ocupação continuou. Vieram a Segunda Intifada e os atentados suicidas.

Quando ônibus começaram a explodir em Tel-Aviv, Cynthia parou de usar transporte público. Aos poucos, não conseguia mais sair de casa. Vivia em pânico. A vida ficou tão insuportável que ela e o marido se mudaram para Barcelona, onde seu pai morava. Lá os dois terminaram suas respectivas faculdades e depois retornaram a Jerusalém. Ela me diz que, desde que voltou, tornou-se “ativista”. Olha para mim e fala, com certa cautela: *“Eu não sei como você vê tudo isso, mas eu não acredito nessa esquerda que se diz sionista. Olha o que aconteceu aqui!”* Me dou conta de que Cynthia talvez pense que eu seja judia e sionista, por isso sua hesitação em falar de política comigo. Mal sabe ela que nunca tive tão pouca certeza sobre o que penso.

“Claro que o projeto dos sionistas socialistas, lá no início do século passado, era bonito, mas como toda utopia acabou em tragédia”, diz Cynthia. Então pergunto se ela vota no Hadash – partido que reúne comunistas judeus e árabes, um dos poucos antissionistas com representação no Parlamento.

“Não, eu não acredito na política institucional.”

O pessoal de seu grupo se mobiliza para “ações concretas”. Depois de um atentado, a tensão aumenta em Jerusalém e nacionalistas de direita, organizados ou não, se reúnem para atacar árabes. Foram esses extremistas que queimaram vivo o adolescente Mohamed Abu Jadeir, em “resposta” ao assassinato dos três adolescentes judeus em Gush Etzion.

“Quando desconfiamos que isso pode acontecer, vamos todos para o centro da cidade e simplesmente ficamos por ali. Às vezes apanhamos junto com os outros, outras vezes nossa presença é dissuasiva.” Aos poucos, entendo que Cynthia é anarquista, que o que ela chama de “seu grupo” são ativistas que se identificam com a

REFLEXÕES XIV

esquerda radical israelense, que abarca feministas, veganos, anarquistas e trotskistas. Nenhum com representação partidária no Congresso. Esses grupos se juntam para algumas ações. *“Mas mesmo juntos somos poucos, muito poucos”,* lamenta ela. *“Estou aqui há vinte anos e a situação está cada vez pior. Há muito ódio entre árabes e judeus. Achô horrível dizer isso, mas é verdade. Podem até fazer os dois Estados, mas talvez agora seja tarde demais.”*

Amós Oz se refere a essa situação com a metáfora do casal que se separa, mas precisa continuar dividindo o mesmo apartamento pequeno. *“Não esperamos que árabes e judeus se amem novamente, mas vão ter que aprender a dividir a mesma casa.”*

A solução de dois Estados ainda é vista por muitos como a forma mais razoável para a resolução do conflito. Mas hoje está longe de ser unanimidade. Desde o histórico aperto de mãos entre Yasser Arafat e Yitzhak Rabin selando os Acordos de Oslo em 1993, a colonização da Cisjordânia não parou de crescer. A palavra “desocupar” não tem mais o mesmo sentido, já que se trata de quase meio milhão de pessoas.

25 de dezembro, quinta-feira. É Natal e Luís vai dar aula, como em outro dia qualquer. É um alívio não ter que sair correndo para comprar algum presente esquecido, enfrentar filas e engarrafamentos absurdos, nem ouvir o insuportável som do Jingle Bellem cada esquina. Mas não consigo evitar o clichê maior: sinto certa melancolia ao pensar nos meus filhos que estão longe.

27 de dezembro, sábado. Luís e eu chegamos à labiríntica rodoviária de Tel-Aviv no final da tarde. Depois de algumas voltas conseguimos achar a saída, acompanhando o fluxo de pessoas que voltam para casa. Desembocamos numa rua movimentada, cheia de lojas com produtos africanos e cabeleireiros afro.

Atravessamos a cidade a pé. Está escurecendo e Luís se aproxima de uma loja de sucos para poder enxergar o mapa. Eu sou a pessoa mais desorientada do mundo, enquanto Luís tem uma bússola no cérebro. Há muito tempo desisti de escolher os caminhos e me sinto feliz em ser guiada por um Google Maps particular. Assim, posso me concentrar no que realmente interessa. Observo as mulheres que

REFLEXÕES XIV

passam, com roupas justas, cabelos soltos. Depois de duas semanas em Jerusalém, sinto certo alívio com essa ausência de religiosidade ostensiva.

Sopra uma brisa suave. Estamos chegando perto do mar e da casa de minha amiga Silvina Landsmann, onde ficaremos hospedados. Não a vejo há mais de quinze anos.

Conheci Silvina nos anos 1990 em Paris. Ela nasceu na Argentina, seus pais foram para Israel no final dos anos 1970, por motivos políticos: um tio e uma tia de Silvina, irmãos da sua mãe, foram presos com seus respectivos cônjuges. Seus pais receberam ameaças e foram aconselhados a sair do país. Silvina chegou a Tel-Aviv com 11 anos. Mais tarde, seus primos, órfãos de pai e mãe, foram morar com eles. Quando o marido de Silvina foi fazer doutorado em Paris, ela o acompanhou. Tínhamos 26 anos e nos tornamos amigas.

Na época, eu fazia um “bico” atrás do outro para sobreviver, além da faculdade de cinema. Silvina não precisava trabalhar. Também estudava, mas tinha tempo, e muitas vezes ia me encontrar no meu estúdio em Montmartre, no final do dia. Tomávamos vinho e ficávamos conversando até altas horas. Naquela época ela já se interessava por cinema e por política, que tinha marcado a sua vida de forma tão radical. Em comum, tínhamos nossas infâncias no exílio.

Pouco depois, comecei a trabalhar como assistente de direção no documentário de Richard Dindo, **Ernesto “Che” Guevara – O Diário da Bolívia**. Silvina tornou-se assistente de Frederick Wiseman, um dos documentaristas mais importantes do mundo. No final dos anos 1990, nossas filhas nasceram e pouco depois nos perdemos de vista. Silvina voltou para Israel e eu para o Brasil.

Ela abriu a porta, os cabelos presos da cabeça, o sorriso largo. Pela primeira vez a hipocrisia do “Você não mudou nada!”, tão comum nesses reencontros, fez sentido para mim. Vejo em Silvina os sinais dos quinze anos que passaram, mas a sensação de reconhecimento é mais intensa e de alguma forma mais surpreendente do que a percepção de algumas rugas.

Silvina nos apresenta ao montador do documentário que ela está

REFLEXÕES XIV

finalizando por esses dias. Depois de sua experiência com Wiseman, ela seguiu seu próprio caminho. Há três anos, seu filme **Soldier/Citizen** ganhou uma menção honrosa no Festival de Berlim. Em seu novo documentário, Silvina se debruça sobre a precária situação de trabalho dos imigrantes em Israel. Entende-se por “imigrante” os estrangeiros não judeus, já que qualquer judeu tem direito à nacionalidade israelense.

O apartamento é amplo. Silvina mora com as três filhas. Durante o jantar, não sabemos por onde começar – como resumir quinze anos em algumas horas? Acabamos falando do presente. Ela parece mais otimista que Cynthia. Como Michel Gherman, o historiador que organizou o seminário na **Universidade Hebraica**, acredita que os partidos do centro e de centro-esquerda possam obter a maioria no Parlamento.

Conto a ela nossa conversa com o deputado Nitzan Horowitz. Ela diz que o Meretz, embora pequeno, é um partido importante para fazer avançar os direitos civis em Israel. *“O Nitzan é um ótimo deputado, mas enquanto internamente garantimos cada vez mais direitos e liberdade para nós, israelenses, a política de ocupação continua igual. Como se fosse normal ter direitos aqui e negá-los aos palestinos ali. A verdade é que em Tel-Aviv é possível viver sem pensar no conflito, cada um com sua vidinha, tranquilamente. Até a próxima guerra, ou o próximo atentado.”*

29 de dezembro, segunda-feira. Luís foi embora cedo de Tel-Aviv. No início da tarde, Silvina me leva até um terminal de ônibus, de onde vou voltar para Jerusalém sozinha. Os ônibus estão num estacionamento cercado por grades. Silvina me leva para a entrada, mas somos barradas: um objeto não identificado foi encontrado dentro do ônibus que vai para Jerusalém. Ela vai embora e fico esperando ao lado dos outros passageiros. Os israelenses encaram a situação com naturalidade. Apenas eu e alguns turistas acompanhamos avidamente os movimentos do “robô” – gerigonça com garras de ferro acionado a distância que entra no porta-malas do ônibus e sai de lá com o “objeto não identificado”. Parece ser apenas uma mochila esquecida, mas o protocolo de segurança é rígido e eficaz. Um especialista em bombas, vestido como um astronauta, pega a mochila suspeita e se afasta. Minutos depois,

REFLEXÕES XIV

abrem a grade e a nossa educada fila de passageiros se transforma no caos do qual já participo ativamente, correndo para dentro do ônibus.

7 de janeiro, quarta-feira. O dia está frio e ensolarado. Eu tomo o café da manhã ao sol, na varanda, com a tevê ligada num canal de notícias francês, quando o atentado ao **Charlie Hebdo** é anunciado. Sinto uma vertigem que piora a cada nova notícia. Wolinski e Cabu morreram. Tento explicar para Luís quem são. Na infância, provavelmente cruzei com Wolinski e Cabu nos corredores do **Rouge**, jornal de extrema esquerda no qual meus pais trabalhavam. Mais tarde, no início dos anos 1990, reencontrei Cabu na redação do **La Grosse Bertha**, publicação satírica criada contra a Guerra do Golfo.

Preciso saber onde está Anaïs, minha filha, que pela primeira vez viajou sozinha para a França. Falo com minha irmã e mando um WhatsApp para minha amiga Yaël Fogiel, que mora a poucas ruas da sede do **Charlie**. Yaël ainda não sabe do episódio e pensa que estou me referindo a um atentado em Israel. Para ela, israelense, é a força do hábito. Para mim, é um choque esse atentado ocorrer em ruas que me são íntimas, com pessoas que conheci. Estar num país onde os atentados fazem parte do cotidiano dá uma estranha perspectiva aos acontecimentos. Fico grudada à tevê francesa, que retransmite ao vivo todas as etapas do horror. Só consigo sair de casa dois dias mais tarde, após o desfecho do sequestro no supermercado kosher.

9 de janeiro, sexta-feira. Neva sobre Jerusalém. À noite, atravessamos a cidade branca e vazia, a pé, para chegar a uma pizzaria que fica aberta durante o shabat. Michel Gherman me diz: *“Eu sei exatamente como você está se sentindo.”*

10 de janeiro, sábado. Fomos tomar uma sopa com Cynthia Gabbay e Adam Blumenthal, amigo dela, tradutor de Roberto Bolaño para o hebraico. Magro, cabelos desgrenhados, ar de poeta maldito, Blumenthal nasceu em Israel, mas parece portenho. Não só pelo domínio das gírias, mas também pelo humor sarcástico. Sobre o atentado em Paris, ele diz: *“É, assim vocês vão entender como é conviver com o terrorismo.”* A mesma frase que ouvi de Michel

REFLEXÕES XIV

ontem, só que invertida. Enquanto Michel demonstrou compaixão, Blumenthal desafia em tom de brincadeira: “*Você vai nos entender.*” Ao longo da semana em Jerusalém, diversas vezes tive a sensação de que pensavam: “*E quando o atentado é aqui, quem se importa?*”

Durante a última guerra em Gaza, Blumenthal escreveu para um site argentino um texto intitulado “Carta de Jerusalém”, que começa assim:

“Aos habitantes de Jerusalém, parecem ultrajantes as manifestações, tanto contra como a favor de Israel, dos grupos de esquerda que gritam “Viva a Palestina”, mas também das comunidades judaicas que sustentam com veneração cega e nostálgica um Israel que talvez não exista mais e talvez nunca tenha existido. Se vocês não querem reconhecer os erros de Israel, preferimos que não nos apoiem.”

Pergunto qual foi a reação ao texto na Argentina. “*Recebi porrada de todos os lados. Da direita da comunidade judaica eu já esperava. Mas não consigo me acostumar com o grau de desinformação da esquerda argentina sobre o conflito. Até de ‘fascista’ me chamaram. Essa recusa em enxergar a complexidade não ajuda nenhum dos dois lados.*” Mais uma vez fico em silêncio, com uma sensação de *déjà-vu*. E as palavras que sempre voltam, as mesmas: complexidade, dois lados.

11 de janeiro, domingo. Ao acordar, a primeira notícia com a qual me deparo é o atentado da véspera cometido pelo Boko Haram na Nigéria. Colocaram uma bomba numa menina de 10 anos que explodiu, matando vinte pessoas. A notícia dura menos de um minuto no jornal dominado pelas imagens da manifestação de solidariedade aos mortos nos atentados em Paris. E quando é na Nigéria, quem se importa?

13 de janeiro, terça-feira. O convite feito por Lucy Nusseibeh, do Instituto de Mídia da Universidade de Al-Quds, se concretiza. Depois de algumas trocas de *e-mails*, fica decidido que vou conversar e mostrar aos estudantes alguns trechos do meu filme.

Ao chegar ao *campus* com Luís e Gherman, somos recebidos por

REFLEXÕES XIV

Tareq Hardan, um jovem professor formado no Canadá e no Japão, responsável pelo curso 'linguagem e pensamento', no Departamento de Serviço Social. Simpático e agitado, Hardan explica que a matéria é aberta a alunos de todas as áreas. Eu estava imaginando que iríamos para uma sala de aula, mas ele nos leva para o auditório da universidade.

Sentada à mesa do palco, me chamam a atenção os olhos das moças, fixos em mim. Poucas não usam o hijab. Só depois de um tempo percebo a presença de alguns alunos homens. Como tínhamos combinado, Hardan coloca um trecho do meu filme, que me servirá de base para falar sobre a relação entre história pessoal e política no documentário. Um tradutor tenta ler as legendas em inglês e traduzir para o árabe. A tarefa em si já seria difícil, mas a forte luz do palco que ilumina a tela a torna quase impossível. Por algum motivo que não entendi, era impossível apagar a luz. Depois de dez minutos que me pareceram uma eternidade, falo um pouco sobre a ditadura no Brasil e sobre minha história familiar.

Na primeira fila, uma jovem de lenço rosa na cabeça e calça jeans pergunta: *“Você viria aqui, fazer um filme sobre a gente, sobre nossa luta?”* Respondo que acho importante eles fazerem seus próprios filmes, com sua própria visão do conflito. A moça sorri, parece satisfeita com a resposta. Impressiona-me o jeito das alunas. Seguras, articuladas, o olhar firme. Mais um clichê se esvaindo...

Outras questões se sucedem. O ponto de partida é sempre a situação deles, palestinos. Um dos rapazes pergunta: *“Você vê alguma relação entre o que vocês viveram durante a ditadura no Brasil e nossa situação?”* A pergunta é difícil. Falo da experiência do exílio, do fato de não poder voltar para casa. E digo que agora vivemos numa democracia, mas que ainda temos muitos problemas. Como, por exemplo, o fato de que no Brasil morrem cinco jovens por dia, assassinados pela polícia.

O tradutor vai embora, outro jovem pede a palavra. Hardan ouve atentamente e me explica que ele quer retomar a pergunta anterior. Fico sabendo que houve um erro na tradução: *“Eles entenderam que você disse que no Brasil a situação é pior do que na Palestina”*, diz. Fico surpresa e confusa de ter que me defender de uma coisa que

REFLEXÕES XIV

não disse. Vejo todos os rostos olhando para mim, sérios. Falo da diferença entre ditadura e ocupação, e para terminar digo que não existe nada no Brasil que possa se comparar à injustiça e ao sofrimento de ter seu país ocupado por outro Estado. Eles parecem satisfeitos com a resposta.

Entendo que, à parte o erro do tradutor, o alto índice de assassinatos pela polícia no Brasil gerou surpresa, mas também desconforto. Como se minha fala tirasse o protagonismo da tragédia palestina. Existe o interesse por outro país, por outra experiência, mas sinto que todos teriam ficado mais felizes se eu tivesse declarado minha solidariedade de maneira enfática, como fiz na reunião com os professores, semanas antes. Para eles, o único ponto de partida e de chegada possível para pensar o mundo é a própria tragédia.

No meio da tarde, o ônibus de volta para Jerusalém está cheio. Ao parar no *checkpoint*, todos os passageiros descem. Pelo retrovisor, o motorista faz um sinal dizendo que eu, Luís e Michel podemos ficar no ônibus. Uma moça do Exército entra, olha nossos passaportes e a identidade israelense de Michel. Ela desce e ficamos alguns minutos, os três, sozinhos no ônibus. Michel fica indignado: *“A moça ao meu lado tem uma identidade israelense igual à minha, eu vi! Só que ela é árabe, por isso teve que descer e eu não. Se isso não é apartheid, parece muito!”* O ônibus atravessa o *checkpoint* e os passageiros, que precisaram passar pela polícia e por um detector de metais, voltam para seus lugares.

Ao entrarmos na cidade, o ônibus fica preso num engarrafamento causado pelo enterro dos quatro mortos no atentado ao supermercado kosher de Paris. Luís vai dar aula, Michel e eu resolvemos descer e caminhar por Jerusalém Oriental. Numa livraria, vejo um mapa da Palestina de 1948, igual ao que o guia do museu palestino e o colono usaram para suas narrativas. Entro e compro, talvez numa esperança vã de que o traçado das fronteiras me ajude a dar alguma concretude às mil questões que me assolam.

16 de janeiro, sexta-feira. 38 dias. E não falei dos tomates-cereja, do vinho e das romãs. Não falei do mercado, da beleza do deserto. Esqueci de contar sobre o dia em que, dentro do ônibus, um

REFLEXÕES XIV

cheiro de frango assado pairava sobre nós, que, famintos, tentávamos descobrir de onde vinha. Luís, zeloso pelos meus modos, me pedia para não olhar para trás. Tentei ser discreta, mas não consegui evitar e me virei. Um senhor humilde sentado atrás de mim tirou de uma sacola uma coxa do frango fumegante e me estendeu. Vendo-me atrapalhada com a gordura escorrendo entre os dedos, ainda teve a gentileza de me dar um guardanapo. Mordi com vontade e agradeci de boca cheia. Logo depois, meu benfeitor saltou do ônibus e desapareceu, deixando Luís à vontade para praticamente arrancar o frango das minhas mãos, esquecendo por completo a etiqueta.

17 de janeiro, sábado. Na fila para entrar no avião, vejo um homem que estava conosco no táxi coletivo que nos levou até o aeroporto. Ele se sentou à nossa frente e tinha me chamado a atenção pela imagem de santo, de tecido colorido, que carregava no pescoço, para trás, sob a nuca.

Guia de turismo, Orhan (nome fictício) tem 35 anos e fala português com fluência. Enquanto esperamos na fila, ele me conta que ainda está nervoso com a passagem pela polícia do aeroporto, quando foi inteiramente revistado. *“Fica todo mundo te olhando como se você fosse um terrorista. Não consigo me acostumar.”*

Orhan nasceu em Jerusalém, é cristão ortodoxo. Seu avô fugiu da Turquia para a Palestina em 1922, durante uma onda de perseguição aos cristãos. Seu pai era delegado de polícia, está aposentado. Ele estudou numa escola cristã onde aprendeu inglês, hebraico e árabe. Em casa, falam aramaico. (Na hora disfarcei minha ignorância, mas depois fui ao **Google**: é a língua original de várias partes da **Bíblia** e do **Talmude**, e seu alfabeto é a matriz do hebraico e do árabe.)

Ele tem três irmãos, mas é o único religioso da família. Assim como Tomer, Orhan estudou para ser guia na **Universidade Hebraica** de Jerusalém. Depois se especializou em turismo religioso, “porque paga melhor”. No momento, trabalha com uma agência que recebe grupos de evangélicos, sobretudo brasileiros, muitas vezes acompanhados do pastor. *“Esses pastores ficam o tempo todo falando mal dos árabes, não sabem nada de história. Você acredita*

REFLEXÕES XIV

que eles rezam para o Domo da Rocha ser destruído para o Messias poder voltar?” Símbolo de Jerusalém, a mesquita tem uma cúpula que parece um sol em meio às pedras. Construída entre 688 e 691, é considerada um marco da arquitetura islâmica.

Sagrado para muçulmanos, cristãos e judeus, o Monte do Templo (para os judeus) ou Esplanada das Mesquitas (para os muçulmanos) é frequentemente lugar de tensões. Várias vertentes do messianismo judaico e cristão pregam ser necessário liberar a Terra Santa dos infiéis para a chegada do Messias. Grande parte dos evangélicos simpatiza com essa perspectiva, que de quebra inclui um alinhamento político com a extrema direita israelense, que também quer expulsar os muçulmanos dali.

Orhan declara que ele e toda sua família votam no Meretz. Fico surpresa: um cristão ortodoxo que vota num partido que tem na plataforma o direito civil dos homossexuais? Se já era pouco provável conhecer um israelense cristão – apenas 1% da população de Israel – no avião que me leva de volta para casa, o que dizer do fato de ele votar num dos menores partidos do Knesset? *“The world is complex”*, diria Nitzan Horowitz.

O jantar chega e vejo que Orhan também arrisca umas palavras em alemão com a aeromoça da **Lufthansa**. Ele me explica que morou seis anos na Alemanha. *“Tive uma noiva em Berlim. Ela era de origem turca. A gente morava e trabalhava junto, no comércio do pai dela. Ele gostava muito de mim. Mas não deu certo.”* O guia sorri. *“Agora ela está casada com o meu melhor amigo. Eles até me convidaram para a festa.”* Depois de uma taça de vinho, Orhan continua a falar de seus amores. *“Eu tenho 35 anos e nunca beijei uma judia, você acredita nisso? Nunca!”*

Ao se preparar para dormir, ele espia o livro que separei para ler durante a viagem: **Um Fósforo Vale por Toda Nossa Filosofia? Novo Olhar sobre o Futuro da Palestina**, de Sari Nusseibeh. Não conhece o autor, mas explica que Nusseibeh é o nome de uma família tradicional de Jerusalém, há vários séculos responsável pela guarda da chave do Santo Sepulcro.

Conto a Orhan que Sari Nusseibeh desenvolve em seu livro uma proposta diferente para a resolução do conflito, que num primeiro

REFLEXÕES XIV

momento não envolveria a criação de dois Estados. Ele responde, incrédulo: *“Isso é loucura, os israelenses nunca aceitariam.”* Comento que ele fala “dos israelenses” como se não fosse um deles. Orhan me olha espantado, como se minha observação não fizesse sentido: *“Se você não é judeu, é difícil você se sentir israelense.”* E como ele se define? Pela origem? Pela religião? Ele pensa um pouco e sorri. *“Eu digo apenas que sou de Jerusalém.”*

Sari Nusseibeh nasceu em 1949 numa família palestina. Seu pai foi governador de Jerusalém e ministro da Defesa da Jordânia. Ele fez seu doutorado em filosofia em Harvard e casou-se com Lucy, a inglesa que conheci na Universidade de Al-Quds. Depois da Primeira Intifada, nos anos 1980, tornou-se um dos conselheiros de Arafat. Era reitor da Al-Quds até meados de 2014.

Nusseibeh conta, no prefácio de *Era uma Vez um País, a Palestina*, que estava voltando do enterro de Yasser Arafat quando leu no avião o livro autobiográfico de Amós Oz, *De Amor e Trevas*. Os dois escritores cresceram em Jerusalém, com um intervalo de alguns anos, a poucos metros um do outro. No entanto, os árabes são quase inexistentes na infância de Amós Oz, assim como eram raros os judeus na vida de Nusseibeh. Foi em reação a essa realidade que Nusseibeh decidiu escrever sua própria história. Oz saudou com entusiasmo o livro do amigo, um incansável militante pela paz, como ele. *“Essa incapacidade de conceber a existência do outro não está no coração do conflito que nos opõe?”*, pergunta Nusseibeh.

Isso me lembra as palavras de Michel Gherman, quando o procurador Marlon Weichert o desafiou: *“Se você tivesse que achar uma solução para o conflito, o que você faria?”* Michel respondeu: *“Há uma disputa de narrativas, e é por aí que precisamos começar. Por exemplo, introduzindo no programa das escolas judaicas e palestinas a história, a narrativa do outro.”*

Em seu último livro, que devo enquanto sobrevoamos o Atlântico, Nusseibeh volta à filosofia, e especialmente à filosofia árabe, para questionar: *“Existiria uma verdade única no conflito israelo-palestino, e logo uma solução perfeitamente justa?”* ou *“A existência de Israel é um direito ou uma violação de direito?”*. Perguntas que podem ter como resposta duas verdades únicas e

REFLEXÕES XIV

excludentes. Mas, nos diz o filósofo, verdades únicas não ajudaram a resolver conflitos.

Amanhece no hemisfério Sul quando Orhan desperta. Está entusiasmado com a chegada ao Rio de Janeiro, que ainda não conhece. Pergunto onde ele ficou da primeira vez, quando passou oito meses no Brasil. “*Em Teresina, no Piauí. Você conhece?*” ●

Flávia Castro: cineasta, é diretora do filme *Diário de uma Busca*, documentário que investiga as circunstâncias do desaparecimento de seu pai, militante. Artigo publicado na *Revista Piauí* nº 103, abril de 2015

O que o Irã tem a ver com a lei saudita?

Mohammed bin Salman



Ministro da Defesa, príncipe da Arábia Saudita diz que evitará a qualquer custo uma guerra com os xiitas iranianos

Mohammed bin Salman, segundo homem na sucessão do Reino Saudita e ministro da Defesa do país, concedeu no dia 4 a *The Economist* sua primeira entrevista oficial. Numa conversa que avançou noite adentro, o jovem príncipe falou sobre o intervencionismo da política externa saudita e sobre as reformas econômicas que o governo de seu pai pretende implantar para modernizar a economia do país.

Vamos começar pelas execuções do fim de semana passado. Por que elas aconteceram agora, tantos anos após os atentados terroristas na Arábia Saudita? E por que a inclusão de um clérigo xiita entre os executados?

Em primeiro lugar, a condenação desses indivíduos ocorreu no âmbito de processos criminais em que eles foram indiciados por envolvimento com terrorismo. Esses processos passaram por três instâncias judiciais. Os acusados tiveram o direito de contratar advogados e seus defensores estiveram presentes em todas as etapas dos julgamentos. A imprensa teve acesso às audiências. E os juízes não fizeram absolutamente nenhum tipo de distinção, pouco importando se os acusados eram xiitas ou sunitas. O que fizeram foi examinar os crimes e os procedimentos de investigação e em seguida julgar e proferir sentenças. O que houve foi a execução dessas sentenças.

Mas as execuções causaram reações violentas no Irã. A embaixada saudita foi atacada, seu governo cortou relações com o Irã, e foi seguido por Bahrein e Sudão. Quais serão as consequências da escalada nas tensões regionais?

REFLEXÕES XIV

Para nós é estranho que ocorram manifestações contrárias à Arábia Saudita no Irã. Que relação há entre um cidadão saudita, que cometeu um crime dentro de nossas fronteiras, o que isso tem a ver com o Irã? A única coisa que isso mostra é que o Irã ambiciona estender sua influência sobre os outros países da região.

O senhor não receia que o rompimento das relações diplomáticas agrave ainda mais as tensões?

Pelo contrário, agimos assim porque temíamos que elas se agravassem. Imagine se um diplomata saudita ou algum de seus parentes fosse atacado em território iraniano. O Irã ficaria em posição muito mais difícil. O que nós fizemos foi evitar uma situação embaraçosa para os iranianos. Nossa embaixada foi incendiada e o governo do Irã assistiu a tudo de braços cruzados. Se uma criança, ou um diplomata, ou seus parentes fossem atacados, o que aconteceria? Aí, sim, estaríamos diante de um conflito sério e de um verdadeiro agravamento das tensões.

O sr. está sugerindo que um conflito entre Irã e Arábia Saudita é uma possibilidade?

Por termos cortado nossas relações diplomáticas? Não acredito que isso possa levar a algum tipo de escalada entre Arábia Saudita e Irã. Porque o fato é que a escalada iraniana já atingiu níveis excessivamente elevados, estamos fazendo o possível para que a situação não fique ainda mais delicada. Só reagimos a ações tomadas contra nós.

Muçulmanos xiitas da Caxemira queimam boneco que representa rei da Arábia Saudita em protesto após execução de clérigo

Um conflito direto entre os dois países é possível?

Esse é um desdobramento que descartamos por completo. Só alguém que não esteja em seu juízo perfeito poderia agir para que as coisas caminhassem nessa direção. Porque uma guerra entre Arábia Saudita e Irã seria o princípio de uma catástrofe sem igual para a região, com impactos muito graves para o mundo. Não permitiremos que isso aconteça.



O sr. acha que o Irã é o maior inimigo da Arábia Saudita?

Espero que não.

Atualmente, o Iêmen é palco de algo que pode ser visto como um conflito indireto entre os dois países. O sr. é o arquiteto da intervenção saudita no Iêmen. Quando ela vai acabar?

Em primeiro lugar, não sou o arquiteto da ação no Iêmen. Na Arábia Saudita há instituições em funcionamento. A decisão de executar a operação no Iêmen envolveu o Ministério das Relações Exteriores, o da Defesa, além dos serviços de inteligência, do conselho de ministros e do conselho de segurança. Em seguida, todas as recomendações foram submetidas ao rei, e a decisão de ir em frente foi dele. Minha responsabilidade, como ministro da Defesa, é executar as determinações do rei. E deixá-lo a par de eventuais ameaças e estar preparado para lidar com essas ameaças.

A decisão foi tomada logo depois de o sr. ter sido nomeado ministro da Defesa. Quando espera que a operação acabe?

Quando você diz que a decisão foi tomada depois da minha nomeação parece esquecer que os houthis usurparam o poder em Sanaa, capital do Iêmen, logo após o rei chegar ao trono. A operação não tem nada a ver com o fato de eu ter me tornado ministro. Tem a ver é com o que os houthis fizeram. Agora me vejo às voltas com mísseis terra-terra nas minhas fronteiras, a não mais de 30 ou 50 quilômetros de distância das minhas fronteiras, sendo que esses mísseis têm alcance de 550 quilômetros, e estão nas mãos de uma milícia, e há milicianos realizando exercícios nas minhas fronteiras, e é uma milícia que, pela primeira vez na história, tem aviões de combate nas mãos, bem ali, nas minhas fronteiras, e esses aviões de combate são usados pelos milicianos em ações conduzidas em Áden, contra o próprio povo. Que país toleraria a presença, junto a suas fronteiras, de uma milícia com esse tipo de armamento? Ainda mais considerando que os houthis agem em total desrespeito a resoluções do Conselho de Segurança da ONU e representam uma ameaça direta a nossos interesses nacionais. Isso para não mencionar que já tivemos uma experiência ruim com eles antes, em 2009. As operações foram realizadas com apoio e autorização do Conselho de

Segurança da ONU, foram aprovadas sem nenhuma oposição.

Quando as operações tiveram início, muitos imaginaram que seriam uma coisa rápida. Passados dez meses, o sr. não estaria, militarmente, num beco sem saída?

Não. Acontece que havia diferentes objetivos. O primeiro objetivo da operação “Tempestade Decisiva” era desativar os principais recursos da milícia houthi. Os recursos aéreos, os recursos de defesa aérea – nossa meta era destruir 90% do arsenal de mísseis deles. E então demos início ao processo que busca uma solução política para o Iêmen, e essa é uma etapa completamente diferente. Todos os nossos esforços são feitos com a intenção de pressionar por uma solução política. Mas isso não significa que permitiremos que os houthis se expandam territorialmente. Eles precisam entender que, deixando de caminhar na direção de uma solução política, só fazem perder terreno.

Quanto tempo durará a operação?

Ninguém tem como prever isso numa guerra. É algo que nem os comandantes mais geniais podem dizer. É como acontece atualmente com o Daesh (acrônimo em árabe para o Estado Islâmico): ninguém consegue prever quando eles serão derrotados. O que eu posso dizer é que, há dez meses, o governo iemenita não controlava nem metade de Áden, e agora 80% do território do Iêmen estão sob controle do governo legítimo do país. E eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que o mundo já se deu conta do jogo dos houthis, em especial do jogo que eles vêm fazendo com relação à ajuda humanitária.

O sr. também é responsável pela economia saudita. Vamos falar do orçamento. O petróleo está cotado a US\$ 35 o barril, e em 2015 o déficit fiscal do país ficou em 15% do PIB. O sr. acha que a Arábia Saudita corre o risco de passar por uma crise econômica?

Estamos muito longe disso. A possibilidade é menor do que nos anos 1980 e 1990. Temos a terceira maior reserva de petróleo do mundo. Só no ano passado conseguimos aumentar em 29% as receitas geradas por outros setores da economia. Conseguimos

REFLEXÕES XIV

realizar mais coisas positivas na economia da Arábia Saudita do que a maioria das pessoas achava que seríamos capazes de fazer, tanto no que diz respeito ao *déficit*, quanto no que se refere aos gastos públicos. E temos projetos bastante claros para os próximos cinco anos. Já anunciamos alguns, e o restante deve ser anunciado em breve. Além disso, a relação dívida/PIB é de apenas 5%. De modo que tenho todos os recursos de que preciso e as oportunidades para aumentar as receitas em vários setores que não o do petróleo, e ainda disponho de uma rede econômica global.

Como o sr. pretende aumentar as receitas provenientes de atividades não petrolíferas? O governo vai criar um imposto sobre valor agregado? Há planos para a introdução de algum tipo de imposto de renda?

Não vamos taxar a renda nem o patrimônio das pessoas. Estamos falando de impostos ou taxas que a sociedade saudita apoia, incluindo o imposto sobre valor agregado e impostos sobre itens como cigarros e bebidas. Esses tributos gerarão boas receitas, mas não serão as únicas fontes de receita. Temos diversas oportunidades em mineração, temos mais de 6% das reservas mundiais de urânio, temos muitos ativos que permanecem inexplorados. Só em Meca, temos quatro milhões de metros quadrados em áreas não exploradas que pertencem ao Estado. O valor de mercado desses terrenos é extremamente elevado; temos muitos ativos que poderiam ser transformados em investimentos. Acreditamos que nos próximos cinco anos conseguiremos elevar a US\$ 100 bilhões as receitas provenientes de atividades não petrolíferas.

Quando o governo pretende introduzir o imposto sobre valor agregado?

Vamos tentar fazer isso até o fim de 2016 ou 2017. Queremos acelerar o processo.

E o que o governo pretende privatizar a fim de levantar recursos?

Os setores de educação e saúde, algumas áreas militares, como fábricas de armamentos, e algumas empresas estatais. Isso diminuirá a pressão sobre o governo e, em alguns casos, pode

resultar em companhias bastante lucrativas.

O sr. pensa em vender ações da Saudi Aramco?

Isso é algo que está em análise e acreditamos que uma decisão será tomada nos próximos meses. Pessoalmente, estou entusiasmado com esse passo. Acho que atende aos interesses do mercado saudita e também aos interesses da Aramco, além de contribuir para aumentar a transparência da empresa e combater eventuais práticas corruptas que possam envolver a Aramco.

O sr. disse que um dos desafios é diversificar a economia da Arábia Saudita, tornando-a menos dependente do petróleo. Quais seriam os setores prioritários nessa diversificação?

A mineração e a reforma dos subsídios sobre energia elétrica, água e habitação. Só 20% das pessoas de média ou baixa renda são beneficiadas por esses subsídios. Vamos mirar os outros 80% e tentar preservar os interesses das classes média e baixa; isso vai gerar boas receitas. E, como eu disse, temos ativos que até agora não foram explorados: vamos expandir o turismo religioso. E o aumento no número de turistas e peregrinos que vão a Meca e Medina deve valorizar os terrenos do Estado nas duas cidades.

O governo promoveu alguns aumentos de preço no orçamento atual – eletricidade, gasolina –, mas ainda há muitos subsídios. A ideia é acabar totalmente com eles?

Nosso objetivo é liberalizar o mercado de energia, mas com programas de subsídios para as pessoas de baixa renda. A diferença é que os subsídios não virão mais na forma de redução de preços. Vamos adotar outros tipos de programas. E há também alguns dos ativos mais importantes com que estamos trabalhando: temos uma área espetacular ao norte de Jeddah, entre as cidades de Umluj e Wuj; são quase 100 ilhas em torno de um atol. A temperatura é ideal, entre cinco e sete graus mais baixa que em Jeddah. É terra virgem. Passei minhas últimas oito férias lá. Fiquei pasmo quando descobri que havia um lugar assim na Arábia Saudita, e já adotamos medidas para preservar essa área. Esse é um dos ativos que pretendemos explorar. E achamos que seu valor não se limita à

REFLEXÕES XIV

geração de renda para fundos públicos. Temos muitos ativos como esse, inexplorados. Em Meca, em Medina, em áreas rurais e em áreas urbanas. Em Jeddah, por exemplo, há um terreno, com área total de aproximadamente 5 milhões de metros quadrados, de frente para o mar, no coração da cidade. Pertence ao setor de defesa aérea. Vale cerca de US\$ 10 bilhões. O custo da transferência de todas as estruturas e prédios para outro local gira em torno de US\$ 300 milhões. De modo que é um desperdício enorme. Por isso, nossa ideia é explorar esses ativos, gerando lucros e desenvolvimento. É um projeto gigantesco. Nossa meta é incluir os novos ativos nos fundos estatais nos próximos anos, num valor equivalente a US\$ 400 bilhões.

E que ativos o governo pretende privatizar?

Esses ativos irão para os fundos. Então serão transformados em projetos e, em seguida, em empresas. E vamos abrir o capital dessas empresas.

Há uma revolução thatcherista em curso na Arábia Saudita?

Muito provavelmente. O fato é que dispomos de ativos fantásticos, que até hoje não foram explorados. E há também alguns setores da economia em que é possível promover um crescimento acelerado. Vou dar um exemplo. Quando o assunto é água, somos um dos países mais pobres do mundo. Mas há uma empresa saudita que é simplesmente exemplar, como a **Almarai** no segmento de laticínios. Essa empresa detém uma fatia de 80% do mercado de água em Omã. No Kuwait, a participação é de mais de 20%. Nos Emirados Árabes, ultrapassa os 40%. No Egito, onde há o Nilo, eles têm 10%. E isso tudo é obra de uma única empresa saudita. Há outras com o mesmo potencial, no segmento de laticínios, de agronegócio. E o mesmo pode ser feito no setor bancário, no setor de mineração e em outras áreas. Não faltam excelentes oportunidades que possam ser expandidas e desenvolvidas.

Isso exigirá investimentos enormes. Há um estudo que fala em US\$ 4 trilhões até 2030. De onde virão esses recursos?

Esse número está num relatório da McKinsey, não é do governo

saudita. Em algumas áreas, tentamos ser ainda mais otimistas. Em outras, procuramos ser mais conservadores. Seja como for, a McKinsey nos ajuda com diversos estudos. Mas as fontes desses investimentos são várias: investidores sauditas, fundos estatais, fundos do CCG (Conselho de Cooperação do Golfo) e fundos internacionais.

Por que um investidor estrangeiro pensaria em investir recursos na Arábia Saudita hoje?

A questão é lucratividade. E é isso que estamos tentando oferecer para atrair investimentos. E, no nosso caso, isso vem acompanhado de um sólido arcabouço regulatório, capaz de oferecer segurança ao investidor. Além disso, não somos desconhecidos dos investidores estrangeiros. As maiores empresas globais estão presentes no mercado saudita: Boeing, Airbus, GE, GM, Sony, Siemens; todos os grandes *players* atuam aqui. E os maiores bancos do mundo agora têm filiais na Arábia Saudita. Portanto, não se trata de dizer que estamos abrindo nossa economia para o mundo: ela já é aberta. O que estamos fazendo é oferecer novas oportunidades.

Um desafio que ainda falta mencionar é a juventude da população saudita: 70% da população do país têm 30 anos ou menos. Como o sr. fará para criar empregos para essas pessoas?

Temos imensas oportunidades para criar empregos no setor privado. O segmento de mineração ajudará muito na criação de empregos, o programa voltado para os peregrinos e turistas em geral também deve criar muitos empregos, e os investimentos também resultarão na criação de empregos. Não trabalhamos com a perspectiva de um aumento no desemprego. Pelo contrário, achamos que ele diminuirá significativamente nos próximos anos. Ao mesmo tempo, há reservas que podem ser exploradas: em nosso país, dez milhões de postos de trabalho são ocupados por indivíduos de outras nacionalidades. Posso recorrer a esses empregos, se isso me parecer conveniente. Mas não quero pressionar o setor privado. Só desejo frisar que, num caso extremo, essa é uma possibilidade.

O sr. proibiria a contratação de estrangeiros?

Estamos tentando criar empregos. Se não conseguirmos atender

REFLEXÕES XIV

todo mundo, seremos obrigados a pressionar o setor privado, como fizemos por ocasião do programa de saudização.

Essas mudanças a que o sr. se refere – criação de impostos sobre receitas não relacionadas com a produção de petróleo, redução dos subsídios, ênfase na criação de empregos no setor privado – sugerem uma reestruturação, em muitos aspectos, da economia e do contrato social sauditas. Isso não levaria a transformações ainda mais abrangentes numa sociedade que ainda é extremamente conservadora?

Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Cultivamos nossos valores: para nós, é importante a participação dos cidadãos no processo político; a liberdade de expressão; os direitos humanos. Temos nossos próprios valores e princípios como sociedade, e tentamos progredir de acordo com nossas necessidades. Nossa situação hoje não é a mesma de 50 anos atrás. Há 50 anos, não contávamos nem com um Poder Legislativo. Hoje, as mulheres sauditas estão representadas no Parlamento, e as mulheres votam e se candidatam às eleições, e hoje estamos fazendo progressos. De acordo com as nossas necessidades, seguindo o nosso ritmo, e não copiando outros modelos.

Mas o sr. acha possível criar novos impostos sem ampliar a representação política?

Não vamos criar impostos. Estamos falando em diferentes tipos de impostos. Estamos falando de um imposto sobre valor agregado, que não incidirá sobre nenhum produto básico. Vai valer apenas para coisas acessórias.

O imposto sobre valor agregado não incidirá sobre produtos básicos? Como água, laticínios, leite... Esses artigos ficarão isentos?

Sem dúvida. Do contrário, influenciaria no preço.

Certo. Mas o sr. acha viável criar esse tipo de tributação sem aumentar a representação da sociedade saudita?

De novo, uma coisa não tem a ver com outra. Não se trata de uma

REFLEXÕES XIV

decisão que o governo está tomando contra o povo. É uma decisão da Arábia Saudita. Tomada por um governo que representa o povo saudita. Antes de qualquer decisão relativa a reformas, realizamos diversos *workshops*, que representam muitas pessoas.

E quanto a uma reforma social mais ampla? Como será possível criar uma economia moderna, com alta produtividade, com um turismo vibrante, com um setor educacional vibrante, se as mulheres não podem dirigir, se não podem viajar sem autorização?

As mulheres podem viajar. Trabalham no setor corporativo...

Mas só com permissão da família.

Isso é diferente. Quando você fala em permissão, está se referindo a mulheres que ainda não atingiram determinada idade. Não está falando de mulheres que já são responsáveis por si mesmas. Isso tem a ver com determinados critérios sociais e religiosos. Algumas dessas coisas nós podemos mudar. Outras não, nem se quiséssemos. Apesar disso, garanto que não há qualquer empecilho ao aumento da participação das mulheres...

Então por que a taxa de participação das mulheres na força de trabalho na Arábia Saudita é de apenas 18%, uma das mais baixas do mundo?

Isso está relacionado com a cultura feminina na Arábia Saudita, com as próprias mulheres. Não estão acostumadas a trabalhar. Precisam de mais tempo para se familiarizar com a ideia. Grande parte das mulheres sauditas está habituada a ficar em casa. Elas não se veem como mulheres trabalhadoras. Mas isso vai mudar, é só uma questão de tempo.

O sr. acha que o aumento do percentual de mulheres na força de trabalho seria benéfico para a Arábia Saudita?

Sem dúvida. Grande proporção dos meus fatores produtivos são ociosos. E estou enfrentando um crescimento demográfico extremamente preocupante. O trabalho das mulheres ajudará em ambas as questões.

O sr. faz parte dos 70% de sauditas com 30 anos ou menos.

É responsável pela Defesa e pela economia do país e, em muitos aspectos, é a cara da nova geração saudita. Que tipo de Arábia Saudita o sr. pretende criar?

O país que eu desejo, que também é desejado pelos outros indivíduos que fazem parte desses 70%: uma Arábia Saudita que não dependa do petróleo; que tenha uma economia em crescimento; que tenha leis transparentes; um país que ocupe posição expressiva no cenário mundial; uma Arábia Saudita que cresça com sustentabilidade; que garanta a participação de todos no processo político; que ofereça uma contribuição importante para o mundo e ajude a enfrentar os obstáculos e desafios com que o mundo se depara. Meus sonhos, como jovem saudita, e os sonhos dos outros sauditas, são muitos. Tento colaborar com eles e com seus sonhos, e eles colaboram com os meus, para criar uma Arábia Saudita melhor.

O sr. tem uma visão muito positiva da Arábia Saudita. Por outro lado, o Oriente Médio passa por um dos momentos mais delicados de sua história recente. Como conciliar essas duas coisas?

Sou um grande admirador de Winston Churchill. E Churchill dizia que as oportunidades surgem em momentos de crise. Sempre me lembro dessa frase de Churchill quando penso nos obstáculos e nas crises da região.

A crise se agravou depois que os Estados Unidos deixaram de ter uma presença mais forte da região?

Compreendemos o trabalho realizado pelos Estados Unidos. Os americanos operam em muitas frentes. Tentamos colaborar com todos os esforços deles. Tentamos exprimir nosso ponto de vista, e posso dizer que a colaboração entre nós e os Estados Unidos é sólida e de altíssimo nível. Mas os Estados Unidos precisam compreender que são a maior potência do mundo, e precisam agir como tal.

O sr. está decepcionado com os Estados Unidos?

Nós compreendemos. Percebemos que somos em parte responsáveis por não deixar clara nossa perspectiva para os americanos. Não nos esforçamos o bastante para comunicar nossos pontos de vista. Mas acreditamos que isso mudará no futuro.

REFLEXÕES XIV

A Arábia Saudita está ampliando sua intervenção para exercer um novo tipo de liderança na região?

Tratamos em pé de igualdade com os aliados que temos na região. E estamos nos esforçando para enfrentar os desafios. Nós e as outras nações que integram o CCG: Egito, Turquia, Sudão, os países do chamado “Chifre da África”, os países do Norte da África e da África Ocidental, os países do Leste Asiático, Malásia, Indonésia, etc., o Paquistão. Tentamos enfrentar coletivamente esses desafios. Porque eles representam ameaças para todos nós, e precisamos encará-los como uma equipe. E tentamos fazer um trabalho positivo.

Há cinco anos começava a Primavera Árabe. Em muitos aspectos, foram cinco anos extremamente difíceis para a região. O sr. acha que os próximos cinco anos serão melhores ou piores?

A Primavera Árabe foi uma experiência que pôs à prova as formas autoritárias e não autoritárias de governo. Os regimes que não representavam o povo foram derrubados.

A Casa de Saud representa o povo saudita?

Participamos de um processo de construção nacional; fazemos parte das tribos locais; estamos presentes nas várias regiões do país; é um trabalho conjunto, que já se estende por 300 anos.

QUEM É

MOHAMMED BIN SALMAN, PRÍNCIPE SAUDITA

Segundo homem na linha sucessória saudita, é considerado o poder por trás do trono do pai, o rei Salman. Aos 30 anos, formado em direito, é o mais jovem ministro da Defesa do mundo. ●

The Economist

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 10 de janeiro de 2016

La vida por la izquierda

Plínio Fraga



Como vivem e o que pensam as centenas de brasileiros que vão todos os anos estudar em Cuba, o país socialista cuja população agora aprende a dar um jeito para arrumar dinheiro

A duas quadras do Teatro Karl Marx, o restaurante **El Aljibe**, um dos mais conhecidos de Havana, só serve frango assado ao molho de laranja, acompanhado de feijão, arroz, batata e banana frita. Cobra quinze dólares pelo prato, afora outros seis pelo *daiquiri* ou *mojito*. A comida é boa e relativamente barata: um

jantar sai por menos de 40 reais. Mas, numa única refeição, o visitante gasta ali o equivalente ao salário médio dos cubanos.

A quadra em que fica o **Aljibe** é frequentada por estrangeiros. São pessoas com postos diplomáticos ou então funcionários de empresas multinacionais associadas ao governo cubano. Elas circulam entre o restaurante e um complexo turístico, o Dos Gardenias, cujo nome poético-estatal disfarça a condição de ponto de prostituição. Para os cubanos que vivem ou trabalham em torno, a presença de estrangeiros é uma boa chance de ganhar uns dólares a mais.

Ao sair do **Aljibe**, basta dar um punhado de passos para que um táxi se aproxime. Não um dos carros comuns, pertencentes ao governo, mas as chamadas “máquinas”: relíquias automotivas, como o Oldsmobile e o Chevrolet Bel Air dos anos 1950. De propriedade particular, eles levam e trazem estrangeiros, apesar de a lei ainda proibir isso. A tarifa é de dez dólares, não importa qual o percurso.

Se não quiser um táxi, talvez o visitante se interesse por uma caixa de charutos cubanos. Custa vinte dólares, um quinto do preço oficial, e a mercadoria está armazenada numa casa a poucos metros dali. Ou, quem sabe, apeteça-lhe uma garrafa de rum *habanero*, envelhecido por quinze anos, por metade do preço oficial, quarenta dólares. Se ainda disser não, o viajante pode ouvir um cochicho

REFLEXÕES XIV

oferecendo, a vinte dólares, uma caixinha de PPG, o “produto mais valioso do Caribe”. É o Viagra Crioulo, como é conhecido o policosanol. O remédio foi produzido em Cuba para combater o aumento do colesterol, mas ganhou fama no mundo inteiro por ter como efeito colateral a ereção.

O nome clássico dessa atividade fervilhante, que está longe de ser clandestina, é mercado negro. Desviados de fábricas estatais, os produtos geram a renda de milhares e milhares de pessoas, que são impedidas de comercializar legalmente. Em Havana, onde fica a sede de um dos poucos governos de esquerda do mundo, todos se referem ao mercado negro, e aos demais jeitinhos canhotos, com a expressão.

A cada encontro, praticamente a cada esquina, aparece um cubano para lembrar ao visitante o quão importante é a circulação da moeda, ilegal ou não. De preferência, moeda forte. Mas, precisando, se aceita tudo, se faz qualquer negócio.

Essa é uma das lições que o país ministra a centenas de brasileiros que vão lá aprender medicina, cinema, dança e esportes. São quase mil os jovens que estão matriculados na *Escuela Latinoamericana de Medicina (ELAM)*, na *Escuela Internacional de Cine y Televisión (EICTV)*, no *Ballet Nacional de Cuba*, ou seguem cursos na Cidade dos Esportes. Boa parte deles tem origem pobre. Estão encantados com o sistema de saúde estatal. São militantes de movimentos políticos de esquerda e concretizam o sonho de viver, como dizem, “uma experiência socialista real”.

Outros estudantes brasileiros, minoritários, são de classe média, e estão mais preocupados com a estética do que com a política. Eles veem nos cursos livres um jeito de se libertar de dogmas burgueses do cinema e da dança. São brasileiros que decidiram experimentar *la vida por la izquierda*, de uma maneira ou de outra.

Faz quatro anos que o sergipano Hermann Hoffmann, de 27 anos, chegou a Havana. Em vez de dragão, ele tem no braço uma imagem tatuada de Che Guevara. Foi estudante de economia em Aracaju, interessou-se pelo marxismo e entrou no PT na adolescência. Dentro do partido, escolheu uma de suas alas mais duradouras e consistentes, a Articulação de Esquerda, liderada pelo historiador

REFLEXÕES XIV

Valter Pomar.

Hoffmann descobriu que o PT apadrinhava militantes que quisessem cursar medicina em Cuba. Decidiu batalhar por sua indicação e iniciou uma troca intensa de mensagens com Pomar. Encerrou as atividades de sua microempresa da área de informática e anunciou à família a intenção de mudar-se para a terra de Raúl e Fidel Castro.

Seus parentes vivem em Estância, a 90 quilômetros de Aracaju. Ao saber do projeto, um político da cidade, amigo dos pais, passou a recortar notícias sobre a ilha e a entregá-las à mãe de Hoffmann. Ora era um recorte sobre a prisão de um dissidente, ora sobre a falta de alimentos, ou mais um longo apagão em Havana. A cada recorte, a mãe do petista chorava. Não adiantou. Conseguida a indicação, Hoffmann fez uma prova de conhecimentos gerais, aplicada pela embaixada cubana em Brasília, e, em poucos dias, o PT lhe pagou a passagem para Havana.

Com o capital cultural revolucionário auferido em livros marxistas, Hoffmann tornou-se o líder das duas dezenas de jovens que chegaram com ele ao Aeroporto Internacional José Martí, numa madrugada úmida e calorenta de 2008. Eram quatro da manhã e poucos compreendiam a rapidez e a malemolência do espanhol falado pelos integrantes da Escola de Medicina que foram recebê-los. Os cubanos tendem a engolir sílabas, dificultando o entendimento de quem não domina a língua. Os brasileiros estavam cansados de uma viagem que durou um dia inteiro.

Os estudantes saíram de várias cidades brasileiras, a maioria do Norte e do Nordeste, e foram obrigados a fazer diversas baldeações até chegar a São Paulo. Depois, fizeram uma parada no Panamá, antes de seguirem para Havana. Mal entenderam as ordens de fazer uma fila na calçada, ao lado do terminal, à espera de transporte. Hoffmann descobriu, metros adiante, um ônibus chinês tinindo de novo, com ar-condicionado. Anunciou a descoberta aos companheiros, que se perfilaram à porta, extenuados porém contentes. Mas o ônibus partiu sem levá-los. Estavam perdidos, em busca de orientação, quando ouviram as buzinas de um caminhão amarelo, com décadas de circulação, e a carroceria adaptada para

REFLEXÕES XIV

passageiros. Como que para dar boas-vindas, soltava fumaça furiosamente pela madrugada.

Já amanhecia quando o caminhão-ônibus chegou à Escola de Medicina, uma antiga base militar em Baracoa, nas cercanias de Havana. Os brasileiros foram espalhados pelos 28 edifícios-dormitórios da escola. Coube a Hoffmann a companhia de quatro paraguaios. Não tinha dormido nem uma hora, quando foi despertado aos sobressaltos. “Acorda, acorda! Chegou!”, gritava um dos paraguaios, recolhendo pertences e saindo em disparada rumo ao corredor.

Podia ser um atentado, um ataque imperialista, um furacão, alguma dessas ameaças que pairam sobre Cuba. Como um novato, decidi seguir os paraguaios em carreira. Minutos depois, menos grogue, conseguiu pedir explicações. O que havia acontecido? “A água”, ouviu. O que é que tem a água? “A água está caindo na caixa”, explicou-lhe um paraguaio. Não lhe pareceu um evento merecedor de tanto alarido, até que entendeu. O sistema de abastecimento de água para os 4 mil estudantes tinha falhas perenes no bombeamento. As estiagens eram prolongadas e frequentes. De modo que, quando a água chegava, era imperioso tomar banho logo, porque dificilmente seria em quantidade suficiente para todos. Hoffmann estava a mais de 24 horas sem tomar banho. Resolveu não duvidar dos companheiros e tomou sua primeira ducha cubana.

Aluno do 4º ano, Hoffmann cumpriu o ciclo básico na Escola de Medicina. Todos os dias, vai ao Hospital Joaquin Albarran, onde atua sob orientação da equipe médica titular. Em um começo de tarde de outubro, visitei-o no hospital, no qual dera plantão. É de madrugada que chegam os doentes mais graves, feridos em discussões de bares que terminam em esfaqueamento. Cidade sem armas, Havana resolve as desavenças na lâmina.

Hoffmann não atendera nenhum dos feridos. Tratara de um senhor de 80 anos, internado em razão de complicações pós-operatórias. Aposentado, fora submetido a uma operação de hérnia. Fez esforços indevidos e chegou ao hospital com dores e inchaço na região escrotal. O brasileiro fizera uma incisão para reduzir a inflamação. Depois, discutira o caso com o responsável pela seção, um cubano

REFLEXÕES XIV

louco pelo Brasil, onde trabalhou como clínico-geral em várias cidades pequenas.

Hoffmann achava que o paciente talvez tivesse de ser submetido a uma nova cirurgia. Falaram meia dúzia de frases sobre o caso e emendaram logo uma discussão sobre os filmes que trocam entre si. Eles arrumam DVDs no grande mercado paralelo, em um país onde o direito de propriedade não existe.

O Hospital Joaquin Albarran tem mais de 300 leitos e muitos deles estão vazios. Cuba conta com um leito para cada 200 habitantes. No Brasil, é um para cada 300. Na Europa, um para cada 100 pessoas. O índice é bom, mas as paredes internas do hospital estão malcuidadas, as portas e janelas são remendadas, e o ambiente, se não é caótico, tampouco é reconfortante. Dificilmente os cubanos permitiriam que o cineasta Michael Moore usasse, em seu documentário sobre a saúde na ilha, imagens desse hospital como símbolo da qualidade dos serviços médicos.

“O atendimento daqui é muito bom, mas, se precisamos de exames de maior complexidade, temos de transferir o paciente”, disse Hoffmann ao sair do plantão. Fomos até o símbolo do sistema de saúde cubano, o Hospital Hermanos Ameijeiras. O prédio de dezesseis andares começou a ser construído como sede do Banco Central pelo ditador Fulgencio Batista. Ao assumir o poder em 1959, Fidel Castro suspendeu as obras, que só seriam concluídas em 1982. Determinou que fosse transformado em hospital e batizou-o com o nome de três irmãos revolucionários que cresceram na vizinhança.

O Ameijeiras é um centro de referência cubano no tratamento de câncer, transplantes e cirurgias de coluna. Ao circular por seu prédio, em muito bom estado de conservação, é possível ver um atendimento organizado, com espera escalonada por meio da distribuição de senhas. A dificuldade é obter a senha. “*Conseguir uma vaga aqui demora meses e meses, e um cubano comum dificilmente consegue tratamento*”, queixou-se uma jovem professora. Ouvi com frequência que era preciso corromper algum funcionário para assegurar tratamento ou marcação de exame.

Os índios sateré mawé viviam às margens dos rios amazônicos no século XVII, quando tiveram o primeiro contato com missionários.

REFLEXÕES XIV

Foram os inventores da cultura do guaraná. São mais de 10 mil índios e moram em aldeias. Epidemias variadas levaram diversos grupos a viver cada vez mais próximos de cidades, como Barreirinha. É um núcleo de 30 mil pessoas onde o último censo contou um carro, um caminhão, sessenta e cinco ônibus e cento e setenta e cinco motonetas como meios de transporte.

Isaac de Sousa Carneiro é um sateré mawé de Barreirinha. Viajou 470 quilômetros até Manaus para prestar vestibular e não passou. Por meio de movimentos em defesa dos índios, soube que poderia ingressar numa escola de medicina de Cuba. Fez um teste cujo objetivo era medir mais potencial do que o conhecimento efetivo. Passou. *“Cuba não seleciona os melhores, mas capacita os menos favorecidos para serem os melhores”*, explicou. Leu o que pôde sobre Cuba, Fidel e Che. *“Identifiquei-me de imediato”*, disse.

Carneiro está no 2º ano de medicina. Ao desembarcar morou sem se queixar num alojamento com treze outros alunos. *“Não vejo problema, vejo riqueza cultural”*, disse. *“No meu quarto, tinha um africano muçulmano que lavava só os pés. O Corão diz que sagrado é o pé. A gente sentia o odor, mas é o preço de conviver com diferentes. Somos uma grande família. A essência da medicina cubana é a caridade. Isso aqui é o campo dos oprimidos da humanidade”*.

Os alunos de medicina têm aulas pela manhã e à tarde, de segunda a sexta-feira, e são proibidas as saídas noturnas do alojamento nos dias de semana. *“Mas, no sábado e no domingo, nos divertimos, tomamos uma cervejinha”*, disse Carneiro. Seu plano é se formar e voltar para o Amazonas: *“Quero contribuir para o meu povo, ser médico da minha comunidade”*.

Em matéria de divertimento, o que há de mais perto da Escola de Medicina está em Playa de Baracoa, um povoado à beira do mar de águas translúcidas. As atrações não são muitas: um prédio do Exército em que se destacam bloqueadores para barrar as transmissões de rádios anticastristas de Miami, dois hotéis e três bares do Estado – criativamente batizados de Rancho 1, 2 e 3 –, que parecem transportar os fregueses para um século distante. Não passam carros, não há grupos de turistas e as casas pequenas estão

REFLEXÕES XIV

sempre de portas abertas, como nos vilarejos brasileiros do interior.

Seria idílico, não fosse o *reggaetón*, uma mistura altamente combustível e tóxica de *reggae* com salsa, rumba e outros ritmos latinos, com batida forte e instrumentação produzida por computador. Para fazer efeito, o *reggaetón* é ouvido em altura máxima, em vários locais, com músicas diferentes e simultâneas, como se houvesse um baile a cada esquina. O ritmo conquistou a garotada, apesar da contestação oficial. O **Juventud Rebelde**, jornal da ala jovem do Partido Comunista, chamou a música de “perigosa” por divulgar “luxúria e vício”, incitando a violência e o consumo de drogas.

Annarede Trapago Santana atende num dos ranchos de Baracoa. Tem 21 anos, diploma de curso técnico em gastronomia e é funcionária pública. Cumpre jornada de 24 horas de trabalho direto, por 72 horas de folga. Ganha um salário de 250 pesos cubanos, uns 10 dólares ao mês. Não gosta muito, mas é garçonne porque ganha de gorjeta cinco vezes mais do que seu salário. “*Não existe futuro, o que existe é o agora*”, disse. Há quem fale que, com as mudanças econômicas promovidas por Raúl Castro, os ranchos de Baracoa serão geridos em forma de cooperativa, com os lucros divididos pelos funcionários, e não mais enviados ao governo, como hoje. Ela não acha que isso mudaria sua vida, porque os funcionários teriam de se preocupar com a compra das bebidas e comidas. “*É difícil achar produtos no mercado e, quando achamos, são muito caros*”, disse Annarede. Hoje tudo é fornecido pelo Estado, ou seja: cerveja, rum, refrigerante, arroz, feijão e peixe.

Um dos erros mais comuns do estrangeiro é achar que Cuba é uma nação morena. Dos seus 11 milhões de habitantes, no entanto, 65% são brancos, 25% mestiços e 10% negros. São quase sempre estrangeiros os brancos de olhos azuis que andam por Cuba. Uma delas é Vanessa Adams, de 22 anos, pele alva, olhos azuis e cabelos louríssimos, um tipo físico muito comum em Não-me-Toque, a cidade gaúcha de colonização alemã, italiana e holandesa onde nasceu.

Filha de pequenos agricultores, Vanessa Adams estudou em escola pública e tentou cursar medicina na **Universidade Federal do Rio**

REFLEXÕES XIV

Grande do Sul, mas não passou no vestibular. Integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, não pensou duas vezes antes de comunicar à família que iria estudar em Cuba. “Aceitaram de boa”, disse, em gauchês jovem. “Sabiam que era meu sonho. Sempre quis conhecer Cuba; o Movimento tem no seu íntimo o apoio a Cuba, a luta por igualdade, por justiça”, afirmou.

Entre os brasileiros, há raras exceções de apoios vindos de um partido que não o PT. A pernambucana Eloá Daniel conseguiu a vaga graças a uma tucana. “Eu tentei pelo PT, mas tinha de ser filiada há pelo menos dois anos”, disse. “Então uma amiga da minha mãe conseguiu a carta de indicação de uma ONG ligada ao PSDB”. Depois de dois anos em Cuba, Eloá disse que gosta muito do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas gosta um pouquinho mais de Lula: “Ele é mais humilde”.

Desde que o Estado distendeu relações com diversas religiões, são os evangélicos que mais têm ganhado terreno entre os cubanos, em especial na juventude. A acreana Ana Paula Guimarães, uma estudante de medicina alta, magra e de longos cabelos pretos, não teve dificuldade em encontrar uma Assembleia de Deus para frequentar nos fins de semana. “Sou uma socialista que acredita em Deus”, disse. “Nunca tinha vivido fora de casa e chorava por estar distante. O que me equilibra é que tenho um objetivo que é terminar a faculdade”. Morando em um alojamento com outra brasileira e duas guatemaltecas, Ana Paula Guimarães disse que voltará ao Acre como médica para retribuir o que os sem-teto fizeram por ela: “É a minha missão”.

A **Escuela Latinoamericana de Medicina** foi criada em 1998. Como quase tudo em Cuba, “por iniciativa direta do comandante-em-chefe Fidel Castro Ruíz”, conforme reza a história oficial. Foi no ano em que dois furacões mataram milhares de pessoas na América Central e no Caribe.

A falta de médicos na assistência às vítimas levou à ideia da criação da escola. Ela formou mais de 24 mil médicos, que hoje trabalham em 116 países. Cuba paga hospedagem, alimentação, material didático e uma bolsa mensal de dez dólares para os alunos. A passagem é por conta dos estudantes. A seleção é feita a partir da

REFLEXÕES XIV

indicação de instituições sociais, políticas e partidárias em todo o mundo. Os alunos precisam ter entre 18 e 25 anos, diploma de conclusão do ensino médio e realizar uma prova de seleção de conhecimentos gerais. A cada ano, cerca de dois mil são recrutados. Venezuela e Brasil, com 600 alunos cada, são os países que mais têm alunos no momento. Mas há palestinos, israelenses, etíopes e até americanos – ligados a uma fundação protestante.

Os alunos brasileiros têm dificuldades para registrar o diploma de médico quando retornam ao Brasil. Universidades federais como as do Ceará e do Acre aceitam revalidar os diplomas, desde que os alunos curse disciplinas complementares por mais seis meses. Outras universidades não reconhecem o diploma. O Congresso ainda discute um projeto para normatizar o registro de diplomas obtidos no exterior, sem que tenha chegado a uma solução.

Maritza González Bravo é vice-reitora da escola e responsável pela parte discente. Morena de cabelos encaracolados, aos 42 anos é também pesquisadora de um centro de estudos genéticos, no qual trabalha para descobrir a vacina contra a hepatite. Ela resumiu assim o objetivo da escola: *“Formar médicos para levar justiça social e saúde para todos os necessitados, sem distinção de raça, de gênero, de origem. Algo importante na Revolução Cubana é compartilhar o que temos com todos os membros de nossa sociedade e do mundo. Dividir o que temos”*.

Ela disse que a escola não tem nenhum requisito ideológico. *“Com os exemplos que damos aqui, achamos que os valores que prezamos permanecerão nos corações dos alunos quando retornarem às suas comunidades”*, explicou Maritza González. *“Os cubanos estudam filosofia e sociedade. Os estrangeiros, não. Aprendem história da medicina, conhecimento universal. E nada de luta de classes”*.

Depois de dois anos de ciclo básico, os alunos atuam sob supervisão dos grupos médicos. A partir do 6º ano, quando se tornam clínicos gerais, podem escolher uma especialidade. Os alunos têm quarenta horas de estudo de medicina naturalista e tradicional. A ênfase é mais na prevenção do que na cura propriamente dita.

Cuba vive uma crise financeira desde 1991, quando a União

REFLEXÕES XIV

Soviética ruiu. Os subsídios que recebia secaram e ela perdeu um terço de todas as suas riquezas em cinco anos. A situação melhorou um pouco graças a acordos comerciais com a Venezuela, que vende petróleo a Cuba a um terço do preço de mercado, o que resultou no fim dos apagões em Havana. Tudo o que Cuba produz equivale à soma dos bens de Goiás ou do Sri Lanka.

Raúl Castro assumiu o poder em 2008, quando seu irmão Fidel se afastou com uma diverticulite de cólon. Abriu o país ao turismo, promoveu a associação do Estado com grupos privados estrangeiros, legalizou a posse do dólar e autorizou mais de 150 atividades privadas, muitas ligadas a restaurantes familiares, táxis e funções pouco comerciais – artistas de rua que simulam ser estátuas e vendedores de CDs e DVDs piratas.

O governo cubano aponta um culpado para a crise: o embargo que, desde 1962, proíbe os norte-americanos de negociarem com a ilha. Em outubro, o **Granma**, o jornal do Partido Comunista, calculou em 577 milhões de dólares o prejuízo direto só da indústria açucareira cubana em razão do embargo dos últimos cinco anos, o que é algo perto de 0,51% do faturamento anual da **Petrobras**.

Apesar da crise, existe um bairro em Havana que se parece com o Jardim Europa, de São Paulo. Miramar é uma região de casarões neoclássicos do século XIX. Ali estão as embaixadas e empresas associadas ao Estado, e fica perto do grande parque onde moram os irmãos Castro. Gente usando grifes europeias passa a pé ou em carros importados novos. É a nova elite cubana que surge, associada aos negócios com empresas estrangeiras. Frequentam restaurantes privados, vão para comer lagostas, mas não podem ter fazendas, fábricas, bancos: não são uma burguesia.

Numa noite recente, o bar **El Tocatoro** reunia parte dessa elite em suas mesas. Pouco depois da uma hora, surgiu um jovem cubano descalço, calção de banho e camiseta molhada, que entrou cantando e dançando no bar. Pediu seis garrafas de uísque Ballantine's no balcão. Enquanto esperava, contou que estava em uma festa num casarão a poucas quadras dali. Na saída, estendeu o convite para o rega-bofe a quem estava em volta. “Mas tem de levar algumas mulheres”, ressaltou. Pagou o equivalente a 240 dólares pela

REFLEXÕES XIV

bebida, quase dez salários do médico-taxista que me levou naquela noite de volta ao hotel.

A **Escuela Internacional de Cine** foi fundada em 1986 por Gabriel García Márquez, pelo cineasta argentino Fernando Birri e pelo teórico e cineasta cubano Julio García Espinosa. Oferece três anos de estudo e o aluno pode se especializar em direção, fotografia, edição, produção, som, roteiro ou documentário. Formou 736 alunos de 55 países em 25 anos de existência.

Inicialmente gratuito, o curso de cinema custa hoje 15 mil euros pelos três anos. Como definiu seu diretor, o cineasta guatemalteco Rafael Rosal, os alunos pertencem à “classe média acomodada” de todo o mundo. São 120 estudantes confortavelmente instalados em suítes individuais, num pavilhão arborizado de uma antiga base militar. Se nos alojamentos da escola de medicina se veem camisas com a estampa de Che secando na janela, nos prédios da escola de cinema vê-se até robe de chambre cor-de-rosa pendurado ao sol.

“Estamos numa ilha dentro da ilha”, disse o responsável pela cátedra de roteiro, o vascaíno Daniel Tavares. Ele passara a manhã inteira tentando acessar a *internet* – uma dificuldade extrema em Cuba – para descobrir o resultado do jogo do Vasco no dia anterior. A escola tem uma rede interna de mensagens, mas não tem acesso ao **YouTube** ou ao **Google**. Somente representações diplomáticas e empresas estrangeiras têm *internet* por meio de satélite, que é caríssima. O acesso em geral é discado, sem banda larga, em pontos turísticos como hotéis, custando seis dólares a hora, um terço do salário médio mensal do país.

Daniel Tavares sabe que ganha como coordenador da escola menos do que receberia no Brasil como produtor de televisão da **Globosat**, sua experiência anterior. Mas disse ter uma dívida afetiva com Cuba e quer pagá-la. Aos poucos, toca o roteiro de um filme que pretende rodar em Dourados, Mato Grosso do Sul, mostrando a relação entre *hip-hop* da periferia e as aldeias indígenas. E passa alguns sufocos: “*Ano passado dormimos três noites em colchonetes num abrigo subterrâneo para escapar de um furacão*”.

Como a escola fica a mais de 40 quilômetros de Havana, os brasileiros têm pouco contato com a pobreza cubana. A refeição

REFLEXÕES XIV

(feijão, arroz, carne moída e purê, num cardápio típico) está incluída na mensalidade, assim como as sessões de cinema à noite (um festival de produções holandesas foi o destaque de outubro).

A baiana Cassandra Oliveira, 31 anos, trabalhava num parque ambiental no Amapá quando começou a produzir vídeos registrando a invasão de garimpeiros em áreas preservadas. Participou da organização do Festival Imagem e Movimento, de Macapá, que por quase uma década foi a única chance de filmes não comerciais chegarem ao estado. Nesse ambiente, conseguiu uma bolsa do governo brasileiro para estudar em Cuba – só a Venezuela e a República Dominicana têm iniciativas semelhantes. Tomou um choque quando chegou à escola de cinema. *“É tudo muito eurocêntrico. Imaginei que se discutiria mais cinema latino-americano, que se discutiria mais América Latina”*, queixou-se ela, que está no seu segundo ano em Cuba. *“Não encontrei aqui quem quisesse discutir a situação indígena”*. Mas não reclamou das condições de vida: *“Também não tem internet em banda larga no Amapá”*.

O mineiro Rodrigo Carneiro, que estudava história na **Universidade Federal de Ouro Preto**, é outro que mudou de opinião sobre Cuba. *“O povo mesmo vive um novo processo de marginalização, tentando acumular dinheiro de forma ilegal”*, disse. *“Eu tinha uma visão utópica do socialismo. Isso aqui é uma ditadura disfarçada”*.

Depois de trabalhar em vídeos para os grupos de teatro de José Celso Martinez Corrêa e Felipe Hirsch, e viver em Berlim, onde foi até projetionista, a paulista Lilla Halla encara Cuba como um *“curso de imersão em cinema”*. Encontrou, além de um namorado francês, cabeças que pensavam como ela: *“O que mais me espantou aqui foi a dilatação do tempo, porque se vive com muita intensidade o cinema, as pessoas e as coisas do cinema. E tem também essa luz natural muito forte. É impressionante”*. Halla tem 30 anos. No momento, faz um documentário no qual pede que cubanos escolham uma música e a dancem na frente da sua câmera.

Rafael Rosal, o diretor da **Escola de Cinema**, enfrenta dificuldades para tocar o curso e tenta arrumar novas fontes de financiamento. O orçamento anual é de 4 milhões de dólares, sendo 500 mil só para

REFLEXÕES XIV

as passagens dos mais de 400 convidados, que proferem palestras e cursos. O governo cubano arca com água, luz, combustível e salários de servidores administrativos, gastos anuais de um milhão de dólares. Rosal, que assumiu o cargo poucos meses atrás, pretende criar um fundo de investidores internacionais para custear a escola. *“Queremos que ela seja independente dos aportes cubanos, que estão em queda”, disse. “Em algum momento, podemos até pagar Cuba por seus serviços e voltar à ideia inicial de ser uma escola gratuita”.*

A cobrança de 15 mil euros por três anos de curso mudou o perfil da escola, disse Rosal. *“É a classe média acomodada que pode vir para cá”, afirmou ele. “É um contrassenso com a filosofia original: ser um espaço para quem tem talento e não tem dinheiro para estudar. Por isso, vêm mais alunos europeus do que centro-americanos, por exemplo”.*

Nas paredes da escola, diretores que deram cursos deixaram suas assinaturas, do inglês Stephen Frears ao brasileiro Nelson Pereira dos Santos, do americano Tom McCarthy ao alemão Wim Wenders. Rosal sonha que um dia a escola possa vender esses cursos via *internet* e entrar no mercado de ensino a distância.

E Rosal também quer aumentar o contato da escola com Cuba. *“Não estamos num país qualquer”, disse. “Estamos na única revolução socialista que sobreviveu no hemisfério ocidental. É um país com uma história muito particular. Não somos neutros. Vamos aceitar todas as tendências e filosofias culturais, mas não somos neutros”.* As inscrições para o curso de cinema do próximo ano estão abertas. ●

Plínio Fraga: jornalista.

Artigo publicado na Revista Piauí nº 62, novembro de 2011

Ser vegano não é o que você pensa

Eva Carnero



Por trás de uma palavra que sugere excentricidade existe uma filosofia de vida. Compreendê-la e respeitá-la é muito simples

Você acredita que a vida de todos os animais tem exatamente o mesmo valor? Se a resposta for afirmativa, concordará que manter milhares de galinhas confinadas em granjas para recolher seus ovos é um ato pouco apropriado ou que utilizar macacos, hamsters ou gatos para a pesquisa e elaboração de um creme hidratante não só atenta contra seus direitos básicos como deveria ser proibido. No fundo dessas afirmações encontram-se as principais ideias da filosofia do veganismo, “uma alternativa ética ao consumo e à dependência de produtos não adaptados às necessidades físicas e espirituais do ser humano como a carne, o peixe, os laticínios, os ovos, o mel, os produtos derivados dos animais e outros artigos de origem animal como o couro e as peles”, segundo a Associação Vegana Espanhola (UVE).

Já faz alguns anos que, sobretudo depois que algumas atrizes como Drew Barrymore, Gwyneth Paltrow ou Beyoncé tornaram pública sua escolha de vida, o veganismo deixou de ser um absoluto desconhecido para “começar a se normalizar e se transformar em uma opção aceita pela maioria”, opina David Román, presidente da Associação Vegana Espanhola. Entretanto, ainda existe muita confusão a respeito e uma enormidade de mitos que não correspondem à realidade. Um dos erros mais comuns e difundidos é limitar a filosofia vegana ao fato de não consumir produtos de origem animal. Essa característica é somente uma parte de sua realidade, que inclui também o repúdio ao uso e exploração dos animais. “O veganismo não é uma dieta, é uma atitude”, diz Carol Pino, porta-voz da DefensAnimal.org e vegana comprometida há doze anos. “Na associação divulgamos o veganismo como um estilo de vida no qual tudo gira em torno do respeito a todas as pessoas,

REFLEXÕES XIV

sem importar se são humanas ou não, se são machos ou fêmeas, qual é sua cor de pele, qual é seu tamanho, sua orientação sexual...”, esclarece Pino.

Mas é realmente possível praticar essa filosofia de vida? Como é o dia a dia de um vegano? É possível alguém manter-se absolutamente fiel aos exigentes preceitos do veganismo? Para averiguar isso, vamos ver o que um vegano come, como se veste e o que compra. Vamos fazer isso com a ajuda de David Román, que deixou de comer carne há 17 anos, convencido de que assim melhoraria sua saúde. *“Fui então incorporando razões éticas, tanto relacionadas com os animais como com o planeta. Creio que é uma evolução bastante natural. De fato, a maioria dos veganos que conheço passou pelas mesmas etapas, o que lhes dá bastante solidez”,* explica Román.



Toca o despertador e David Román se levanta, vai até o banheiro, abre a torneira do chuveiro e pega o sabonete líquido. *“Não uso esponja e escolho um sabão sem ingredientes de origem animal e não testado em animais”,* explica Román. A produção e a distribuição de cosméticos não testados em animais ou *cruelty free* é um dos aspectos que mais avançou nos últimos anos. Pelo menos é o que garante Ben Williamson, um dos porta-vozes da organização internacional PETA (*People for the Ethical Treatment of Animals*). *“Desde 2004, quando foram proibidas as experiências com animais na União Europeia, cada vez mais marcas de cosméticos se juntaram à lista de empresas comprometidas com a causa”,* afirma. Além disso, para facilitar a vida dos consumidores comprometidos, que procuram esse tipo de empresas e seus produtos, apresenta em seu *site* uma lista de marcas que se uniram à iniciativa. *“Não se trata de regular as condições em que essas vítimas são usadas ou assassinadas, mas de abolir o fato de serem consideradas como coisas em relação às quais os humanos podem fazer o que bem entenderem. Na DefensAnimal.org queremos que a ciência avance, mas não à custa de utilizar pessoas, humanas e não humanas, que não deram seu consentimento para serem*

REFLEXÕES XIV

usadas”, afirma Carol Pino nessa mesma linha.

“Não é necessário matar um animal para fazer um sapato”, Sergio Alday, fundador da Ekoethicshop

Um armário cheio de valores- Román escolhe uma calça, uma camiseta e os sapatos, que, aparentemente, podem parecer como os que a maioria das pessoas têm em casa. Mas se observarmos as etiquetas, comprovamos que não foi utilizado nenhum material de origem animal para sua fabricação. *“Não compro roupas de couro, lã ou seda. É fácil se vestir com roupa de algodão, linho ou materiais sintéticos. O calçado? Existem alternativas ao couro”,* afirma Román. Uma dessas opções é oferecida pela sapataria de Sergio Alday, **Ekoethicshop**. *“Comecei esse negócio em Bilbao há quase três anos com a firme convicção de que ‘não é necessário matar um animal para fazer um sapato’”. Desde então, a receptividade tem sido muito positiva.*

A ausência de materiais de origem animal na fabricação é a essência da roupa e do calçado vegano, mas Alday, vegano há mais de 20 anos, vai além. *“Também é importante que o processo de produção seja livre de mão de obra infantil e escrava e que seja o mais respeitoso possível com o meio ambiente. A indústria têxtil é muito poluidora e, em muitos países onde existe escassa legislação a respeito, milhares de trabalhadores morrem devido aos produtos químicos empregados. Além disso, os resíduos de produtos químicos afetam consideravelmente a flora e a fauna aquática”,* explica.

Intimamente ligado ao setor têxtil, o mundo da moda também tem um papel muito importante no desenvolvimento e na consolidação do veganismo. Segundo prevê Williamson, *“as espécies que estarão em perigo amanhã são as que hoje aparecem nas revistas de moda”*. Contudo, nem todos os dados são preocupantes. O porta-voz da PETA UK também traz notícias esperançosas. *“A produção de roupa e de sapatos fabricados com materiais não derivados de animais está crescendo bastante. E, sem dúvida, um dos motores dessa mudança é o apoio de estilistas e empresárias como Stella McCartney e Vivienne Westwood aos Prêmios da Moda Vegana, organizados pela PETA UK”,* afirma. *“Se essa tendência continuar e*

REFLEXÕES XIV

os animais saírem definitivamente dos nossos armários, milhões deles deixarão de sofrer os terríveis maus-tratos aos que são submetidos devido à inesgotável crueldade do ser humano”, acrescenta Ben Williamson, otimista.

A geladeira vegana- A hora do café da manhã se caracteriza pela ausência de leite, bolos e bolachas. *“Substituímos o leite de vaca por bebidas vegetais e evitamos as bolachas e os bolos elaborados com manteiga ou outros ingredientes de origem animal”, explica Román. A necessidade de consumir produtos lácteos é tema de discórdia. A doutora Pilar Riobó, especialista em Nutrição e Endocrinologia, afirma categoricamente que “o leite não apenas não é prejudicial como é necessário para evitar problemas por falta de cálcio, tais como a osteoporose”. Entretanto, o nutricionista e especializado em veganismo e alimentação macrobiótica David Gasol afirma o contrário: “É possível ter uma alimentação saudável e equilibrada sem o consumo de nenhum laticínio na dieta, desde que saibamos substituir corretamente o que era proporcionando pelo leite na nossa alimentação”, afirma.*

Os veganos não só excluem todos os produtos de origem animal como também recusam aqueles fabricados pelos animais, como o mel, por exemplo. Essa ausência de produtos de origem não vegetal é o que impede a doutora Riobó de considerar a dieta vegana como uma dieta completa e equilibrada: *“Sou partidária de uma alimentação quase vegetariana, com claro predomínio das frutas e verduras da estação, mas se não consumirmos nada de carne inevitavelmente sofreremos certas carências de ferro e de vitaminas D e B12”,* adverte. O calcanhar de Aquiles da alimentação vegana está na vitamina **B12**, exclusiva dos produtos de origem animal. *“Essa carência só é resolvida por meio da suplementação farmacológica”,* afirma Riobó. Mas o déficit vitamínico não é o que mais preocupa o nutricionista David Gasol. *“Qualquer dieta, inclusive as convencionais, em que há proteína animal, é suscetível de apresentar carências. E a vitamina B12 é armazenada no organismo, gerando reservas para longos períodos de tempo”,* argumenta.

Por outro lado, *“o profundo interesse que os veganos normalmente manifestam pela alimentação é uma das melhores garantias de*

REFLEXÕES XIV

que terão uma alimentação equilibrada e saudável”, opina a doutora Riobó. Esse interesse é o que normalmente os leva a aprender novas receitas, novas técnicas de cozinha e a buscar novos alimentos para ter uma dieta saudável e saborosa. “À primeira vista, parece que deixar de comer carne e outros produtos animais reduz o leque de possibilidades nas refeições, mas a verdade é que se enriquecem as possibilidades culinárias”, explica com entusiasmo Román. “A maioria das pessoas desconhece a grande variedade de cereais que podem ser usados na cozinha além do trigo e do arroz (aveia, centeio, cevada, quinoa, trigo sarraceno, espelta...) ou os derivados da soja (tofu, tempeh, missô, bebidas e iogurtes...) ou o seitan (elaborado com glúten de trigo), que também são alimentos habituais na dieta do vegano”. Até chegar a dominar ou, ao menos, a manipular com desenvoltura a dieta vegana, o melhor é “começar cozinhando as mesmas receitas que antes, mas substituindo os alimentos de origem animal. Mais adiante virão os pratos novos e 100% veganos”, sugere Román. “Convém fazer a transição para esse tipo de dieta com a ajuda de um especialista e fazer exames pontuais para evitar o déficit de vitaminas e de minerais”, adverte o nutricionista David Gasol. ●

Eva Carnero

Publicado no jornal **El País** no dia 10 de outubro de 2014

Rakudianai

Pérsio Arida



A política, a prisão, o encontro com o crocodilo, o julgamento e meu pai: lembranças de quarenta anos atrás

Era 1970 e eu tinha 18 anos. Fiquei preso por vários meses e fui processado na Justiça Militar por crimes contra a segurança nacional. Uma história pouco original: fui um entre tantos jovens movidos pelos ideais de um mundo melhor que a revolução parecia oferecer.

Por muitos anos deixei esse capítulo de minha vida adormecido. Mas o passado nunca está definitivamente concluído, age sem que o saibamos, ambíguo e esfinge. Há momentos em que desaparece, como se só importasse o cotidiano atribulado. Mas logo reaparece, como uma sombra que se projeta sobre o presente. E nós o interpretamos continuamente, temos que decifrá-lo repetidas vezes para restituir coerência e identidade à nossa história.

Quando pequeno, meus avós contavam episódios de suas vidas. Era uma maneira de me fazer apreender suas raízes e torná-las minhas também. Um fugira do Líbano, escondido em um navio, apavorado com a repressão dos turcos depois de uma revolta fracassada. Parou no Rio de Janeiro e se casou com uma italiana que conheceu na rua da Alfândega – com quem por muito tempo não consegui trocar nenhuma palavra. Outro contava de sua ida para o Egito, das caravanas de camelos, do sol do deserto que marcara o seu corpo para sempre, e depois sobre as carroças no interior da Austrália. Eu os ouvia embevecido, querendo mais e mais detalhes, pedindo que recontassem inúmeras vezes passagens heroicas ou engraçadas, fascinado pelo inusitado e pelos acasos.

Foi inspirado no exemplo deles que decidi escrever esse relato, que dedico a meus pais. Escrever, e não contar. Meus avós, que falavam

REFLEXÕES XIV

mal o português e o escreveriam pior ainda, não tinham essa alternativa. A deficiência linguística não lhes era um grande entrave. Contavam aventuras em mundos exóticos, e bastava traçar em grandes linhas o cenário para que minha imaginação de criança preenchesse os espaços vazios.

Eu nada tenho de exótico para contar. Não trato de aventuras e sim de sentimentos. Mas há aqui, no limite do que me é possível, um exercício radical de sinceridade. Não busco reconstruir a história a partir de uma perspectiva engrandecedora, como ocorre em tantos escritos autobiográficos, nem menosprezo o impacto dos momentos difíceis. As memórias são lábeis, cada visita ao passado altera a frágil composição do terreno em que estão baseadas. E quando os sentimentos surgem, por milagre, no vigor original, não passam de afrescos preservados debaixo da terra, cujas cores vívidas se esmaecem no ar do presente. Daí minha escolha por um mosaico de fragmentos, flagrantes de emoção justapostos, longe da costura coerente que, tantas vezes, dá vida à ilusão de um processo ordenado.

Pai e mãe, nervosos, pensavam em lugares de esconderijo e possibilidades de fuga. Eu os havia convocado para uma conversa de emergência. Estávamos sós na sala de jantar, as portas fechadas. Minha irmã, de 16 anos, deveria ser poupada do problema. Que nada nos interrompa agora, disseram aos empregados. Ficaram em estado de choque quando lhes contei do meu envolvimento com uma organização de esquerda, a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares, a famigerada var-Palmares do capitão Carlos Lamarca. Passado o susto, comportaram-se como boa parte dos pais em tal situação: importa, antes de tudo, salvar a vida do filho. Estávamos no auge da repressão militar e um colega do colégio secundário, também militante, havia sido preso e poderia me denunciar a qualquer momento. Daria tempo de conseguir um passaporte? E se fosse detido na fronteira? Os hotéis estavam certamente vigiados. Não poderiam expor amigos ou parentes pedindo que me escondessem. Foi quando meu pai, tamborilando os dedos nervosamente, teve a ideia luminosa:

– A, Alice, a!

REFLEXÕES XIV

Atônita, minha mãe não conseguiu esboçar nenhuma reação. Pois meu pai, apavorado com a ideia de o filho ser preso, torturado e talvez morto, se esquecera de todo prurido conjugal. Sequer percebeu a confissão espontânea. Telefonou na nossa frente para o amigo fraterno com quem dividia os custos e os dias.

– Fuad, a coisa é a seguinte. Você não pode mais usar a *garçonnière* durante uns quinze dias... Não, Fuad, não é para mim. É uma emergência, não posso explicar. Confie em mim, Fuad, não estou querendo te enganar.

A tempestade doméstica que se seguiu foi de grandes proporções. Meu pai, espírito rápido, explicou a minha mãe que alugara uma quitinete no centro da cidade como favor a um amigo que, por um intrincado problema judicial, não dispunha de cadastro para fazê-lo diretamente. O epíteto “” era uma brincadeira, explicou, uma maneira, como dizê-lo, carinhosa de designar a moradia daquele amigo perseguido pelos credores e que não dispunha de lugar algum para morar.

Não colou. O quê? Além de tudo, querendo me fazer de boba? A fúria materna era tremenda. Fã de boxe, meu pai seguiu à risca a estratégia que um treinador recomendaria naquelas circunstâncias: recuou até as cordas, fechou a guarda e foi para o *clinch*. Ao final de um *round* que durou muito mais do que três minutos, o gongo soou. O importante era salvar a vida do filho, o resto se arranjaria depois.

Antes de ir para a *garçonnière* tratei de esvaziar a casa. Entulhei panfletos, manifestos, anotações e mais as obras completas do Lênin em uma mala velha. Lênin era um escritor prolífico e sua obra, publicada em espanhol na União Soviética, a preço de banana, se estendia por vários volumes. A mala ficou um chumbo, daqueles de destroncar as costas de halterofilista.

O que fazer? Hospedar a maldita mala na casa de algum amigo poderia incriminá-lo. Enterrá-la no jardim? Não, o funeral de uma mala poderia chamar a atenção dos vizinhos. Abandoná-la em terreno baldio ou depósito de lixo? Não, as impressões digitais nos livros e nos papéis me denunciariam. A solução era o rio Pinheiros, fétido e poluído. Mergulhador algum se atreveria a buscar a mala naquelas águas.

REFLEXÕES XIV

A operação aconteceu no lusco-fusco de um dia de semana, lanternas de carros se confundindo com as últimas luzes do dia. Parei o carro bem perto da ponte da Cidade Jardim. Subiria pela faixa de pedestres até o primeiro ponto no qual pudesse jogar a mala. Foi um sufoco. A alça arreventou na partida. Mala antiga, sem rodinhas. Tentei fazer dela uma roda retangular, que empurraria, volta após volta, apoiada apenas nas laterais estreitas. Tolice – a mala tombou estrondosamente no chão logo na primeira volta. Empurrei aquele chumbo com as mãos enquanto minhas costas arqueadas aguentaram. Na metade da caminhada, exausto, passei a empurrar a mala com os pés, quase chutando o couro marrom, amaldiçoando Lênin. Era um enchedor de linguça, um sujeitinho pretensioso, incapaz de se expressar com concisão, que achava que só porque era Lênin e mandava na União Soviética tinha que botar no papel toda maldita ideia que lhe ocorria.

O dia acabava, os carros passavam acelerados, um ou outro pedestre atravessava a ponte, desinteressado do meu infortúnio. A única manifestação veio de um mendigo bêbado. Estirado na sarjeta, gritou quando viu a mala a dois palmos do nariz: *“Pede a bênção, meu filho! Cada um carrega a cruz que merece. Quem não tem cão, caça com gato, eu só carrego minhas joias.”*

Eu era um pagador de promessas e a minha via-crúcis era o rio Pinheiros. O danado ria desbragadamente da minha desgraça, agarrado no saquinho de supermercado onde estavam suas joias. Repetia a fala em voz alta, autoritário: *“Pede a bênção, meu filho! Cada um carrega a cruz que merece. A bênção, meu filho!”* E ria, chorava de rir, se contorcia no chão de tanto rir.

Molhado de suor, só relaxei ao ver a mala chafurdar nas águas marrons e verde-escuras do rio, o esconderijo oleoso da minha militância de papel. O mendigo não viu meu triunfo – dormia largado, de barriga para cima.

Havia naquele mendigo a mesma graça desconcertante do Chacrinha. Junto com os amigos do colégio, planejamos um dia entrar no seu programa e vaiá-lo ao vivo, com transmissão direta. Para nós, aquilo era um circo montado para alienar as consciências, um ópio que fazia suportáveis as agruras do capitalismo. A farsa do

REFLEXÕES XIV

Chacrinha só se mantinha de pé, pensávamos, porque as pessoas do auditório eram uma massa encabrestada que aplaudia por dinheiro.

Compramos os ingressos, entramos normalmente e nos espalhamos pelo auditório. Fiquei de dar o aviso para o início da vaia. Não diríamos nenhuma palavra de ordem. As massas entenderiam de imediato o protesto e o acompanhariam. Vaias copiosas, para que o teatro da alienação ruísse por terra. Minha tarefa era escolher o momento certo, em busca do máximo efeito possível.

O programa começou, e com ele as minhas surpresas. A plateia estava ali obviamente de bom grado e feliz. Não era uma claque a soldo do capitalismo – era gente pobre e humilde, que chegava cedo para conseguir um bom lugar e se dispunha a gastar seu precioso dinheirinho para ver seus ídolos. A empolgação era genuína. Havia de tudo ali. Mulheres do teatro de rebolado de tirar o fôlego, com nomes tão exuberantes quanto as formas de seus corpos – Rita Cadillac, Rose Bom Bom, e por aí ia. Mulheres de verdade, vedetes, como se dizia, com biquínis sumários, volumes e estrias. Não conseguia tirar os olhos delas. Os calouros também eram de verdade. Da minha cadeira, podia atestar o olhar ansioso, a tensão de meninos e meninas que tinham, naqueles parques minutos, a chance da vida. A meu lado, uma mãe, enrugada e surrada pelo sofrimento, torcia como criança pelo filho. Na minha frente, um sujeito urrava de felicidade diante das belezas que povoavam o palco. Emoções autênticas, sem farsa.

O mais surpreendente era o próprio Chacrinha. Gordinho como um barril, voz de taquara rachada, com um imenso *dial* no peito e empunhando a buzina, era uma figura que fazia bonito num quadro de Salvador Dalí. Tocava a buzina infame com um deboche irresistível – no meio de uma frase musical, na hora em que o calouro soltava a voz, ou até mesmo ao primeiro som que o infeliz entoava. Era tudo tão absurdo quanto as postas de bacalhau esbranquiçadas de sal que, de quando em quando, voavam para a plateia. Impossível não rir, como se ri de quem escorrega em uma casca de banana, do distraído que abraça o poste, ou do maluco que empurra penosamente a mala com os pés para deixá-la cair no rio malcheiroso.

REFLEXÕES XIV

O fato é que eu, que deveria dar o sinal para o início da vaia, capitulei diante do gênio de Chacrinha. Sempre tive um fraco pelo nonsense. Um companheiro me pressionou – e então, Persio, o que está esperando? Fiquei sem graça ao me dar conta de que não conseguira esconder o fascínio pelo despropósito que corria solto no palco. Inventei uma desculpa e iniciei a vaia logo em seguida.

Não fomos longe no protesto. Os seguranças do teatro se aproximaram rapidamente, armários ambulantes de terno, gravata e revólver no coldre. Um deles portava um dístico de delegacia e não tinha traço algum da civilidade dos policiais ingleses. Meninada, ponham-se daqui para fora. Fora! Estou dizendo: Fora! Já!

A *garçonnière* era uma espelunca. Ficava no 1º andar de um prédio caindo aos pedaços, estava empoeirada, tinha espessas cortinas de veludo e janelas emperradas. Impossível entrar sem receber um olhar malicioso do porteiro. No começo, pensei em subir pela escada para não ser visto –, mas a escada era escura e servia de depósito de móveis e velharias dos moradores. O elevador, de porta pantográfica, era lento, mas tinha a vantagem de abrir quase em frente à porta da *garçonnière*. No final do corredor, os dois últimos apartamentos abrigavam um bordel, iluminado com abajures rendados e lâmpadas vermelhas.

Fiquei lá uns quinze dias. Meu pai se encontrava diariamente comigo, trazendo comida e contando novidades da família. O código de entrada era a campainha tocando várias vezes, em ritmos predeterminados. Os horários das visitas também eram combinados. Se eu não estiver aqui, pai, algo de grave aconteceu. E se eu não vier, filho, é porque a polícia está lá em casa, ou me seguindo.

A fuga fora providencial. Logo no segundo dia, na hora marcada, recebi a visita de um homem pálido e abatido.

– Os policiais vieram numa c-14, tocaram a campainha várias vezes e eu vi, meio que escondido, aquele seu amigo no meio dos tiras. Não trouxeram nenhuma ordem judicial, mas eram tiras, sem dúvida alguma.

Olhos cheios de lágrimas, meu pai contou que, quando a c-14

REFLEXÕES XIV

arrancou, foi tomado por um frio tremendo. Embrulhou-se em cobertores, apesar do verão escaldante. O medo, meu filho, gela a alma da pessoa.

A revolução era a luta do bem contra o mal, a luta por um Brasil sem explorados ou exploradores, no qual todos teriam comida, moradia e saúde. Na política, ainda mais para um adolescente, a identidade vem muitas vezes da confrontação com o inimigo – definíamos nosso contorno recortando-nos contra as injustiças do mundo. A revolução era a maneira de passar para a História, de deixar de ser um cidadão qualquer para tornar-me um iluminado, e qualquer ideia social-democrata era coisa de gente frouxa.

Mas não havia *glamour* que resistisse à realidade da *garçonnière* impregnada de cheiro de cigarro e perfume barato. Fui me acabrunhando, me encolhendo dentro de mim. Passava os dias entediado e nervoso. Só tive companhia por uma única noite, quando uma amiga do Colégio de Aplicação que não tinha onde se esconder ficou lá. Falamos a noite toda, ela contou até do dia em que perdeu a virgindade – “foi um desastre total, não tive prazer algum, mas depois me senti limpa, livre daquele entrave” – e terminamos dormindo ao raiar do dia, lado a lado na cama de casal, esgotados, sem sequer nos encostarmos, apesar do encantamento que há anos empurrava um em direção ao outro.

Saía do apartamento apenas para encontrar os amigos do colégio, todos recém-mergulhados na clandestinidade. Os encontros, ou pontos, ocorriam sempre na rua, em hora e local previamente marcados. Conversávamos sem parar, aturdidos com a falta de perspectivas, mas incapazes de encarar a hora da verdade que se aproximava. A cada ponto marcávamos o próximo. Se alguém faltar é porque foi preso.

Escove sempre os dentes, meu filho, porque mau hálito a gente só percebe o dos outros. Era o que meu avô me dizia e naqueles dias eu só percebia a depressão nos outros. Meu critério de depressão era dado por um de meus amigos, filho único e também colega do Aplicação. Foragido como eu, ele compunha uma figura desoladora. Ombros arqueados, olhar triste e braços pensos, enlutado, dizia que não havia futuro algum para nós. Seu nariz era perpendicular ao

REFLEXÕES XIV

chão, se fosse um elefante sua tromba estaria varrendo a rua. Eu o via como um exemplo a ser evitado, onde já se viu alguém que se abate dessa maneira? Passava horas discutindo com amigos o que poderíamos fazer para animá-lo e resgatar seu ardor revolucionário. Aquelas conversas me faziam superior a ele, o Deprimido.

Mas o fato é que o suposto Deprimido conseguiu se exilar em Paris e eu, o Determinado, fui tomado por uma inércia avassaladora. Poderia ter fugido e me exilado, mas, por pura incapacidade de tomar qualquer decisão, fui ficando na *garçonnière*, comendo os sanduíches que meu pai trazia, aspirando e espirrando o pó acumulado nas cortinas, me submetendo ao olhar curioso do zelador cada vez que entrava ou saía do prédio, a cada encontro marcando outros encontros, em uma rotina sem finalidade ou perspectiva. Contava as horas como um doente terminal conta seu tempo de vida. Meu coração vivia acelerado, suave frio. Passava os dias espreitando a janela, atento a qualquer ruído estranho do lado de fora. Não fazia nada, não ia nem para frente nem para trás – apenas esperava.

O medo gelava minha alma.

Em plena rua Frei Caneca, quase na esquina da Marquês de Paranaguá, às seis horas da tarde, fui ao encontro de uma militante, depois de ter saboreado um sorvete derretido de inocência. Não fugi nem resisti, nem mesmo disse qualquer coisa; fiquei imóvel, inteiramente paralisado, como se por alguma mágica pudesse assim deixar em suspenso o tempo do mundo que me aterrorizava. O súbito surgimento daqueles militares à paisana, vindos por todos os lados, a rapidez com que fui subjugado e jogado no banco de trás de um carro, tudo me pareceu tão inusitado e surpreendente quanto uma trapaça do inconsciente, daquelas que desdobram um sonho inocente em um brusco pesadelo. Revistaram-me aos berros, queriam saber das armas que eu, na categoria de militante revolucionário, deveria estar carregando (mas eu não carregava nem um canivete), ameaçaram me matar se eu esboçasse qualquer reação, era o desfecho de um sonho mau.

Jogado no banco de trás de um carro, algemado e insultado, repassei toda minha vida, nos poucos segundos entre o momento no

REFLEXÕES XIV

qual fui empurrado para dentro do carro e aquele em que as portas se fecharam. Tive a mesma experiência anos depois, ao sofrer um desastre de automóvel numa madrugada fria e vazia. Nos segundos que transcorreram entre o estrondo inicial e a batida no poste do outro lado da pista, repassei tim-tim por tim-tim toda a minha vida. Memórias de infância, família, amigos, namoradas, tudo.

A vida revivida nesses momentos extremos apenas tangencia a memória da vida que se tem em circunstâncias normais. É como se fosse outra a luz que, diante da iminência da morte, aclara os significados. Lembranças tolas adquirem enorme importância, um diálogo passageiro tem mais peso do que anos de convívio, pessoas se transfiguram. Naquele carro, sob o impacto da prisão e das algemas, meus 18 anos se compactaram e deles sobressaía apenas a memória viva do peito oprimido pela asma quando criança – o ar que não entra, a luta entre o sono e o chiado do peito, a internação no hospital para fazer inalação, o cheiro do material de limpeza, o vapor que saía do nebulizador e o ar esfumaçado que saía da minha boca no inverno frio de São Paulo.

Quando atinei com a situação, o carro já andava em alta velocidade. Precisava fazer algo. Não adiantava me beliscar para saber se era tudo verdade. Era. Não podia entrar em pânico. Precisava achar uma solução, um jeito de escapar. Foi quando, de estalo, passei seriamente a dedicar-me a uma ideia que, contada para quem não tenha vivido o pavor daqueles anos, beira a demência. Em meio a ameaças de torturas, dediquei-me obsessivamente a voltar o filme para trás e a mudar a cena inicial: não teria ido ao encontro da militante naquele lugar e naquela hora. Uma intuição profunda me dizia que era possível, sim, reverter o tempo e tomar outro rumo, transformar o futuro do pretérito em futuro do presente. Bastaria pensar concentradamente para descobrir o jeito de voltar atrás. O tempo talvez fosse uma ficção, talvez houvesse um meio de reverter a besteira de ter ido àquele encontro. Estava como empresários à beira de uma falência inevitável: apegam-se a qualquer ideia mirabolante, a qualquer perspectiva fantasiosa, por mais absurda que seja, para não ter que enfrentar a situação.

O carro estacionou no pátio da Operação Bandeirante, a Oban, na rua Tutoia. Fizeram-me entrar e subir uma escada que desembocava

REFLEXÕES XIV

em uma pequena sala. Lá dentro, um sujeito à paisana a quem eu deveria prestar meu depoimento. Mesa, telefone e duas cadeiras. Um documento com capa marrom, muitas páginas datilografadas, típico das repartições públicas, ficava em cima da mesa. Entre uma baforada e outra de cigarro, ele permaneceu em silêncio enquanto folheava o prontuário, como que querendo refrescar sua memória.

A sala de torturas ficava ao lado; cuidaram para que eu soubesse antes de depor o meu destino no caso de falso testemunho ou recusa em colaborar. Em especial, mostraram com orgulho a cadeira do dragão, uma cadeira com uma placa de metal na qual seria sentado, amarrado e submetido a choques elétricos. Ninguém resiste, disseram, é bom falar desde agora.

Quando o interrogatório estava para começar, tocou o telefone e o sujeito saiu da sala. O guarda que ficava na porta estava entretido numa conversa com outro colega. Num impulso, mudei de lado na mesa e passei os olhos pelo prontuário. Havia feito um curso de leitura dinâmica, por sugestão de meu pai, mas só a tensão do momento explica a velocidade da leitura e apreensão.

Para meu espanto, tudo estava lá – nomes, codinomes, atribuições e estrutura organizacional. Aliás, eles sabiam mais do que eu mesmo. Nunca ouvira falar de vários dos atos revolucionários lá listados, nem da maioria das pessoas mencionadas. O conhecimento do inimigo que a repressão dispunha era desconcertante. A organização era um quebra-cabeça em processo avançado de montagem – fulano preso, beltrano morto, sicrano foragido, o quadro estava praticamente completo.

Uma vez, feito num desenho animado, um amigo meu, fugindo de uma vaca enfezada em um campo aberto, escalou de primeira uma árvore com uma presteza que inspiraria reverência a um símio. Nunca mais conseguiria repetir o feito, embora o tivesse tentado inúmeras vezes. Sem a vaca, a árvore era inexpugnável. Pois naqueles momentos que antecediam o interrogatório, eu fugia não de uma vaca, mas de uma boiada enfurecida. E a ideia salvadora veio, radiante e cristalina: mentir, mas com habilidade. Teria que fingir que, apavorado diante da perspectiva de ser torturado, estava disposto a falar antes mesmo da tortura. Confessaria tudo o que já

REFLEXÕES XIV

sabiam. Mentiria apenas sobre a única coisa que interessava ao torturador: o paradeiro dos foragidos. Eles sabiam tudo, nomes, codinomes e sobrenomes, exceto onde estavam os foragidos.

Confessando espontaneamente o que acabara de ler no prontuário, talvez evitasse ser torturado. Meu depoimento sendo crível, não desconfiariam de nada. Guardaria trancado dentro de mim o calendário de encontros previstos com meus companheiros. Bastaria não aparecer em um, dois encontros para que soubessem que algo de grave acontecera. Teriam tempo de fugir.

Diria de partida o endereço onde me escondia – nenhum foragido iria para a *garçonnière*, era uma informação sem consequência. Listaria também todos os encontros na rua que realmente estavam marcados, um por um, para dar ao depoimento o ar de algo novo, valioso para o torturador. Mentiria apenas sobre o dia e a hora dos encontros. E se algum dia minha mentira fosse descoberta, diria que me enganei apenas em detalhes de dia e hora, que confundi um encontro com outro.

Uma das imagens mais vivas que tenho da infância vem de um documentário filmado na África. Uma zebra atravessava um lago, ou tentava beber água. A câmera focalizava um crocodilo gigantesco e sonolento que tomava sol à beira do lago. Logo depois, se movimenta e submerge silenciosamente. Reaparece abocanhando a cabeça da vítima. O resto do corpo se debate, agonizante. A cena é rápida; tudo desaparece rapidamente dentro da água avermelhada. Na sensibilidade infantil, a cena foi vivida como se fosse eu o engolido pelo crocodilo. Um crocodilo de verdade, tão verdadeiro quanto o sofá no qual me sentava. Senti horrorizado o esmagamento dos meus próprios ossos, o rosto se tornando uma massa disforme na boca da besta. Cheguei a discordar com veemência de uma professora que dizia que “sentir um frio na espinha” era uma expressão com sentido figurado: ela nunca havia visto aquele crocodilo.

Há muitos crocodilos neste mundo. O crocodilo que atazanava o Capitão Gancho, o crocodilo do conto de Dostoiévski, o crocodilo das alucinações de ópio de Thomas de Quincey. Um crocodilo nunca desperta piedade ou compaixão. Suas pernas de réptil são

REFLEXÕES XIV

atrofiadas, sua aparência desagradável ao extremo. O crocodilo é tão feio e desprovido de poesia que não serve nem como símbolo de coisas ruins. Na **Divina Comédia**, quem impede o acesso ao reto caminho são a pantera, o leão e a loba; na iconografia cristã, o mal é o urso, o pássaro preto, o dragão, o leopardo, o escorpião, a aranha e a baleia; no **Velho Testamento**, as pragas do Egito falam da mosca, da rã e do gafanhoto. Ninguém se lembra do crocodilo. E mais do que o crocodilo, o que me horrorizava naquela cena era o corpo da vítima, a cabeça triturada pelas mandíbulas, e o resto do corpo ainda dependurado, um corpo inteiro, mas já morto, meu rosto rasgado pelos dentes afiados e eu ainda consciente para sentir a dor do dilaceramento.

O horror humano talvez seja pior do que o crocodilo. O torturador justifica a tortura como mecanismo eficiente para lograr a confissão, o momento no qual o torturado dá voz ao corpo suplicante e cede. Mas como pode ele, torturador, saber se a confissão do torturado foi integral, irrestrita, se não guardou um resto de segredo? Como pode ter certeza? Apenas pelo exercício de uma violência sádica e desmedida, “irrazoável” por qualquer critério, que desespera o torturado a ponto de levá-lo a destruir os últimos redutos de sua consciência, que o faça abrir aos olhos e ouvidos do torturador todas as portas do mundo secreto onde moram os seus pensamentos, a sua altivez e a sua dignidade. Daí o horror especificamente humano da tortura: esmaga seus ossos, sim, mas apenas para quebrar a sua alma. O torturador é um crocodilo de almas – o torturado que confessa só sobrevive após ter morrido por dentro.

Eu queria dar um drible de Garrincha no crocodilo: não ser torturado e não dedar ninguém. Por que torturariam quem confessava de cara o seu envolvimento, e estava tão apavorado que, sem ter levado um tranco, já listava todos os encontros que teria com os foragidos? E quem imaginaria que era um ardil, uma esperteza do mais fraco? Nenhum torturador poderia saber ao certo se minha memória havia ou não se confundido em detalhes como o local ou a hora dos encontros.

Minha primeira experiência de liberdade não veio ao andar sozinho, algo do qual nem me recordo. Mas sim ao ouvir minha mãe dizendo, antes que eu dormisse, meu filho, você deve sempre contar tudo

REFLEXÕES XIV

para sua mãe. A intenção era boa, era sua maneira de saber se alguma babá me fazia algum mal quando ela virava as costas. Eu dizia sim, mamãe, mas pensava: só conto o que quiser, ela nunca saberá o que de fato penso, e isso me fazia poderoso e feliz. Ela poderia saber onde eu estava e o que fazia a cada minuto do meu dia, mas não o que se passava dentro de mim. Os torturadores também jamais me invadiriam o suficiente para saber se eu havia mesmo me enganado nos horários e dias dos meus encontros.

Na esperteza do momento, resolvi contar o único ato revolucionário que havia praticado: a colocação de uma faixa de pano com dizeres revolucionários sobre o túnel da avenida Nove de Julho. A operação estava detalhadamente descrita no prontuário, não faltava um nome sequer, não complicaria a vida de ninguém reiterando o que já sabiam. Confessei-a nos menores detalhes, nomes, codinomes e papel de cada militante, para reforçar a ideia de um menino apavorado, disposto a contar tudo.

Na verdade, havia aquiessido em participar da colocação da faixa a contragosto. Entrei na VAR-Palmares em parte por opção – o Partidão era lugar de gente velha, frouxa, e portanto desqualificado *in limine* – e em parte por conveniência – a VAR fora a única organização de luta armada que se aproximara de nós. Mas, uma vez lá dentro, fui tomado por uma confusa mistura de medo e descrença. Passava os dias lendo e escrevendo, longe de qualquer envolvimento com atos violentos. Por mim, assim ficaria para sempre, suspenso no limiar da existência revolucionária. Era uma inserção precária e em dado momento não resisti à pressão para que fizesse algo de prático. Colocar a faixa pareceu-me uma boa solução de compromisso. A faixa divulgaria os nossos ideais; antes isto a assaltar bancos, sequestrar ou participar de guerrilhas.

As discussões sobre os dizeres da faixa absorveram horas. Cada palavra remetia a infundáveis digressões teóricas. Ao final, a discussão afunilou-se: “Morte ao mau patrão” ou “Luta armada contra a ditadura dos patrões”. A favor da primeira militava algum raciocínio, que na hora pareceu-nos atrativo, segundo o qual os bons patrões deveriam ser deixados em paz. A favor da segunda havia a identificação da ditadura aos patrões como um todo, e a explicitação da luta armada como instrumento de transformação.

REFLEXÕES XIV

Ficamos com a segunda.

Meu papel era preparar o carro que transportaria a faixa. Eu era o único que tinha carro, carinhosamente apelidado de Genoveva. Para evitar que a placa pudesse ser anotada, passei a madrugada pintando a chapa do Fusca com as mesmas tintas que usava nos meus devaneios de pintor. Só parava para escutar, e reescutar, o primeiro movimento da Bachiana nº 4, em uma velha gravação da Orquestra Nacional da Radiodifusão Francesa dirigida pelo próprio Villa-Lobos. Era a música que eu havia escolhido como símbolo da revolução brasileira. Ela me tornava mais rijo e determinado.

A operação foi às seis da manhã. Entrei no Fusca com olheiras profundas, mãos impregnadas de tinta, muita coca-cola e café, barba sem fazer, tenso como o diabo. Nosso grupo era composto de estudantes, classe média, amigos do **Colégio de Aplicação**. Todos igualmente inexperientes em matéria de atos revolucionários. O difícil era manter a disciplina de chamar os amigos pelo codinome. Treinava mentalmente – este do meu lado não é o fulano que conheço há tantos anos e que sentava do meu lado no colégio, é o beltrano. Já pensou se em uma situação de perigo chamo o meu amigo pelo nome verdadeiro?

Acompanhei a operação de dentro do carro, motor ligado e olhos atentos. Alguns poucos transeuntes que passavam a pé pelo viaduto pararam, curiosos. Acompanharam o desenrolar da faixa e a feitura dos nós que a sustentariam com olhares de profunda perplexidade. A mesma perplexidade que teriam diante de uma daquelas *performances* artísticas que mais tarde entrariam na moda. Um ou outro, testa franzida, debruçou-se para ler os dizeres da faixa – eram-lhes obviamente incompreensíveis. Paravam como parariam diante de um acidente de carro, um camelô de boa lábia ou uma dupla de repentistas.

A operação foi um sucesso técnico. Nenhum policial nos viu. Não nos importamos muito com a qualidade dos nós – o importante era escapar o mais rapidamente possível. Pouco tempo depois, antes mesmo de voltar para casa, passei de carro pelo túnel. Tal como os criminosos, não resisti à tentação de voltar ao local do crime. A faixa não estava mais lá. Nosso feito colossal durara pouco.

REFLEXÕES XIV

A estratégia foi bem-sucedida. Quando o depoimento terminou, fui conduzido a uma cela, e não à sala de torturas. Por que acreditaram em mim? Talvez porque outros houvessem de fato amarelado e contado tudo o que sabiam antes mesmo de apanhar, de sorte que meu caso lhes parecesse um *déjà vu*. Talvez porque meu depoimento tivesse sido feito em tom humilde e desprovido de hostilidade. Talvez porque não discrepasse do que já sabiam a meu respeito. O inquisidor não teria tido razão para supor que eu estivesse mentindo.

É possível até que tenham acreditado em mim por desinteresse. Eu era mais um daquela longa lista de estudantes recém-saídos do secundário, simpatizantes da causa, mas não revolucionários de verdade. O inquisidor sabia que por meu intermédio jamais chegaria ao que de fato lhe interessava, o cerne da organização, os homens que conduziam a luta armada.

Na cela não havia ninguém. Apenas um colchão velho, surrado, manchado de sangue seco, manchas mais recentes se sobrepondo a manchas antigas. Um colchão imundo, com cheiro de urina, nauseante. Lembrava o cheiro dos mendigos de rua. Nenhum cobertor ou travesseiro. Da cela, ouviam-se perfeitamente os gritos de desespero ou dor vindos da sala de torturas e da cadeira do dragão. Apesar de tudo, cochilei, exausto.

Acordei no meio da noite enfurecido comigo mesmo. Queria esmurrar as paredes, de ódio da minha própria imbecilidade, raiva por não ter sido coerente, arrependido não dos meus ideais, mas de não ter levado a sério minhas ideias.

É que eu sabia que nada daquilo tinha futuro. Naquele ano de 1970 a esquerda minguava. Cisões, rupturas, prisões, mortes, desistências – não passava um mês sem que a esquerda revolucionária fosse destruída em mais um de seus grupos e organizações. Só um voluntarista ensandecido poderia acreditar que tudo seria possível desde que houvesse suficiente ardor revolucionário. Já percebera também, menos por argúcia do que por obviedade, que o microcosmo dos militantes reproduzia a mesma gama de sentimentos negativos das pessoas despolitizadas. Por trás das lutas intestinas pelo poder de mando estavam a inveja, a intriga e a

REFLEXÕES XIV

maledicência, firmes e fortes. Che Guevara estava errado: dali não surgiria homem novo algum.

Além disto, como justificar os inocentes mortos pela esquerda armada? Alguém lançava uma bomba contra um quartel e matava um soldado raso. O pobre soldado não tinha culpa de nada, tinha tido apenas o azar de estar na hora errada e no lugar errado. Talvez tivesse encontrado no Exército uma oportunidade de emprego e uma carreira. Eram atos de uma guerra não oficial, mas naquelas circunstâncias não passavam de um terrorismo obscuro. A grande maioria da população jamais entenderia do que se tratava.

Minha intuição era clara como água: era uma batalha perdida. E eu não estava disposto a sacrificar minha vida no altar da revolução, ainda mais de uma fracassada. Por que não desisti?

A resposta crua: covardia. Mais precisamente, falta de coragem para ser covarde. Desistir era um vexame, espetáculo mais deprimente do que um juiz de futebol correndo de um jogador irado na frente de milhares de espectadores. Tinha vergonha de ter medo e mais vergonha ainda de ser chamado de medroso, de medíocre, pequenoburguês egoísta buscando salvar a própria pele. Como em toda vergonha, o envergonhado se enxerga com os olhos daquele que o despreza.

Havia também uma *prise*²¹, uma euforia heroica. Eu estava viciado na aura de heroísmo da vida revolucionária. A militância era minha emancipação da tutela familiar, o ingresso no mundo dos que escolhem conscientemente o próprio destino e aceleram o curso da História. Aquilo me engrandecia a meus próprios olhos. Tinha algo do Super-Homem dos quadrinhos, um ser aparentemente normal que, na surdina, adquire outra pele e salva o mundo.

Por fim, havia o charme das conquistas amorosas – heróis (e bandidos!) fascinam as mulheres, e eu precisava dele para conquistar meu primeiro grande amor. Silvia, mulher de olhos vivos e coração iluminado, era possuída pela chama da loucura. Venha, Persio, vamos embora daqui, longe do barulho e das buzinas de São

²¹ **Prise**: pitada ou dose de cocaína.

REFLEXÕES XIV

Paulo, dos ternos e das gravatas, venha comigo ao Oriente. Eu vacilava, hipnotizado por aquela mulher, mas temeroso de uma aventura que me parecia sem pé nem cabeça. Eu a queria só para mim, mas não podia acompanhá-la. A militância era minha salvação, o único mundo que, aos olhos dela, tinha legitimidade para se contrapor ao amor incondicional e sem fronteiras que sentia. Não há nada que tenha tanto efeito em uma mulher quanto um beijo de despedida tendo como justificativa os compromissos da revolução. Ao final ela se foi, do Oriente jamais retornou, e preferi esconder de mim mesmo a natureza esfarrapada da minha desculpa.

Em resumo: aquela dupla vida era um voo livre, quase uma vertigem. Se desistisse, teria que aguentar o vexame apenas para recair na mesmice modorrenta da vida de um estudante que morava com os pais. Só com o tempo e a experiência é que vim a aprender que há circunstâncias em que coragem e covardia se disfarçam mutuamente. Terminar é o mais difícil de tudo, mas, mesmo assim, a renúncia é umas das poucas experiências de verdadeira liberdade.

Lembrei-me também, naquela primeira noite na cadeia, da conversa com um amigo que desistira da luta revolucionária. Minha tarefa era convencê-lo a ficar. Havia sido escalado justamente porque éramos muito amigos. Ele era cabeça-dura. Comecei a desfiar meu rosário de argumentos dizendo que naquele momento difícil a responsabilidade de cada um de nós para com os oprimidos era maior do que nunca. Mas ele, impaciente, interrompeu minha ladainha revolucionária abruptamente.

-- Mas, Persio, você tem cu?

Surpreso, respondi, como assim?

– Pois, Persio, eu tenho. E quem tem cu tem medo. E eu tenho muito medo, não é pouco não, é muito, um medo do caralho que me arranquem as unhas a frio e me deem choques no saco. E, se você quer saber, além do mais não quero deixar de tomar minha cervejinha com bolinho de bacalhau. Faço isto todo sábado de manhã, naquele barzinho perto de casa, jogando conversa fora sobre futebol. Persio, estou fora. Torço por você e por todos, mas não me leve a mal, não. Sou pequeno-burguês, cagão, o que você quiser. Só quero estar fora, sair do campo e ir para a arquibancada. O mar não

REFLEXÕES XIV

está para peixe e, porra, eu quero viver.

Fiquei desarmado. Despedimo-nos com um abraço emocionado. Não o chamei de traidor ou de pequeno-burguês; tive lucidez para salvar nossa amizade. Mas não o suficiente para ouvir naquela profusão de palavrões a única voz que importava, a voz de alguém que conseguia extrair tanta satisfação de um bolinho de bacalhau com cerveja, uma voz que confessava abertamente e sem vergonha alguma seu amor à vida.

Ainda naquela noite lembrei minhas tentativas de cair fora sem dar vexame. Se a organização deixasse de lado a luta armada, estaria tudo resolvido. Eu não precisaria abandonar meus companheiros para salvar a pele. Poderia continuar militando sem o risco de ser torturado ou morto. O problema era convencer meus companheiros. Passei a acumular avidamente programas, manifestos e panfletos de tudo quanto era ala, movimento, partido ou organização de esquerda. Montei uma matriz que se estendia por várias folhas de cartolina, grudadas com durex. Nas linhas as organizações: POC, Polop, PCdoB, PC, etc. Nas colunas, vários itens do programa, em combinações binárias, sim ou não: democracia popular como fase intermediária do socialismo, sim ou não; luta armada, sim ou não; revolução burguesa completada, sim ou não; propriedade coletiva de 100% dos meios de produção, sim ou não; e assim por diante. Quando não conseguia extrair o sim ou não de um documento, marcava o espaço em branco com a sigla AP – não de Ação Popular, mas “a pesquisar”.

Nada concluí do inventário dos programas revolucionários. Fiquei desnorteado com a possibilidade de construir novos programas revolucionários simplesmente juntando de forma diferente os sins e os não; e quem me garantiria que a mera combinatória produziria os resultados corretos?

Resolvi então buscar nos clássicos o fundamento de que precisava. Marx silenciara sobre o problema da luta armada, o Brasil de 1970 nada tinha a ver com a Rússia de 1917, Mao era um pensador budista esotérico, Fidel Castro era bom de discurso, mas não tinha escrito uma linha sequer. Após peregrinações sem fim pela literatura revolucionária, Gramsci veio em meu socorro. Fiquei

REFLEXÕES XIV

confuso com seus argumentos, lidos em traduções parciais de seus escritos para o espanhol, mas deles extraí o jargão e o mote que me interessava: “A luta armada como estratégia de conquista do poder está equivocada porque ignora o papel da conquista da hegemonia política na sociedade civil.” Quanto mais tempo se passasse nas trevas do Ato Institucional nº 5, menor a hegemonia dos ideais de esquerda. Nada contra a luta armada em si; o equívoco estava em não ajustar a estratégia revolucionária ao momento histórico. Naquelas condições, o triunfo do regime militar seria líquido e certo.

Conceito de hegemonia em punho, tratei de dissuadir meus companheiros. Escrevi um longo documento recheado de críticas para ser “aprofundado” nas nossas reuniões. Em última análise, dizia, e por razões outras: certo mesmo estava o velho PC em não embarcar na guerrilha revolucionária.

Santa ingenuidade. Quem iria levar a sério ideias de um estudante abonado, que morava com os pais numa casa chique nos Jardins? Minha legitimidade para discutir a matéria era duvidosa, para dizer o mínimo. Além do mais, a organização não se intitulava “Armada” à toa, nem tinha o capitão Lamarca na direção e seus fuzis AR-15 no arsenal por descuido. Os militantes de verdade da organização tinham mais o que fazer. Meu documento inspirou comentários condescendentes – excelente nível teórico, como se dizia na ocasião –, e só. Terminou sua frustrada trajetória naufragado na mala do rio Pinheiros.

A solução foi ficar a meio caminho. Não desistiria, mas também não me envolveria em atos violentos. Nada de assaltos a banco ou guerrilha. Uma militância *light*, que não me trouxesse grande risco de ser preso ou torturado. E talvez, com o tempo e um pouco de sorte, tudo se arranjasse – não daria vexame e tampouco seria preso.

O fato é que, por conta da minha índole pacifista, nem que quisesse conseguiria me imaginar colocando bombas ou dando tiros em alguém. Mas não era fácil driblar a pressão dos companheiros. Há um treino marcado em algum sítio distante para que você aprenda a atirar. Não, desculpe, minha mãe está seriamente adoentada, tenho

REFLEXÕES XIV

que cuidar dela neste fim de semana. E de desculpa em desculpa fui escapando de todas as “oportunidades” de me envolver com a luta armada.

Houve apenas uma ocasião em que cedi. Pouco antes de fugir para a *garçonnière*, foi-me pedido que desse guarida, por uma noite apenas, a um homem da pesada, procurado. Era um revolucionário de verdade, que andava armado e fazia ações revolucionárias. Concordei relutantemente – uma noite apenas, ele tem que ir embora no dia seguinte pela manhã, bem cedo, antes das empregadas ou meus pais acordarem.

Ele chegou na hora combinada e entrou na casa rapidamente, como que fugindo de uma perseguição. Para minha surpresa, estava visivelmente amedrontado. Não largava a arma. Um nissei mirrado e com rosto de criança, nervoso e inseguro, completamente diferente dos revolucionários de verdade que imaginava existirem. Temeroso de qualquer envolvimento maior, expliquei onde eram o banheiro e a cozinha, dei boa-noite e foi só.

No dia seguinte, fiquei arrependido de tê-lo abrigado. Jurei a mim mesmo que nunca mais ajudaria pessoas envolvidas em atos terroristas. E tratei de ganhar tempo sem me envolver com a luta armada, inventando histórias e pretextos, com habilidade para que não desconfiassem das minhas verdadeiras intenções. Comportei-me como o sujeito da piada libanesa, contada e recontada por meu avô, que aceitou o desafio de ensinar o cavalo preferido do sultão a falar. O sultão era um tirano vingativo, o homem seria morto se não cumprisse o prometido. A única condição exigida pelo professor foi um prazo de dez anos para executar a tarefa. Ora, em dez anos, pensou ele, pode ser que o sultão morra, que o cavalo morra, que eu morra e, no limite, pode ser até que o cavalo aprenda a falar...

Um ou dois dias depois do interrogatório, os militares montaram uma campana na *garçonnière*. Não acreditaram quando dissera, no depoimento, que nenhum militante jamais apareceria naquele “aparelho”, como era denominada a *garçonnière* pelos militares.

O esquema consistia em três militares à paisana, armados, esperando atentos que algum revolucionário aparecesse. Meu papel era abrir a porta normalmente tão logo o militante chegasse. Fui

REFLEXÕES XIV

ameaçado de morte se, de alguma forma, desse algum sinal que alertasse o companheiro.

A situação era constrangedora. Os militares em silêncio e eu espirrando alergicamente por conta do pó acumulado nas colchas e cortinas, ladeado por uma pilha de revistinhas de sacanagem. Cada minuto demorava uma hora para passar. Súbito, uma algazarra no corredor. A campainha – uma, duas, três vezes. O sujeito tinha pressa em entrar. Meu coração disparou: só poderia ser meu pai ou o Fuad. Fui tomado de uma sede monumental, o corpo inteiro desidratado. Fizeram sinal para que eu abrisse a porta. Os militares ficaram em posição de tiro, tensos, preparados para o tiroteio que poderia acontecer se o militante resistisse à voz de prisão.

Era uma puta, bêbada e com a pintura borrada, que confundira a *garçonnière* com o bordel no final do corredor. Apoiada na porta, caiu para dentro do quarto, trôpega, e foi logo se desfazendo dos sapatos de salto alto: Oi, meu bem.

A puta tinha cara de puta e jeito de puta, mas os militares voaram aos berros para cima dela. Viram na puta a mais perigosa terrorista do planeta. Só perceberam o ridículo quando era tarde. Algemada e sob a mira dos revólveres, ela armou um escândalo. Esperneou, xingou, só faltou cuspir na cara deles. A saia subiu acima da calcinha, os peitos quase para fora, bolsa esparramada pelo chão, batom e cigarros caídos por tudo quanto é canto, e ela berrava que já tinha acertado tudo o que devia com o investigador fulano de tal, que o delegado estava no esquema, que eles eram uns moleques, filhos da puta, veados.

Mulher valente, calejada, enfrentava os torturadores de igual para igual. Não se intimidava com nada. Foi solta logo em seguida, deixando os militares de péssimo humor e praguejando que, se não estivessem em serviço, dariam uma lição na mulher. E ela ainda saiu com nariz erguido, batendo a porta:

– Ninguém mais respeita acerto nessa porra de delegacia!

A puta lavou minha alma.

Também saía da prisão para os encontros de rua que havia listado no depoimento. Os militares se disfarçavam. Um, macacão sujo de

REFLEXÕES XIV

óleo, fingia que consertava um carro avariado nas imediações do encontro. Outros ficavam nos pontos de ônibus adjacentes como se esperassem condução. Se houvesse um bar, alguns ficavam por lá tomando uma cerveja e apreciando o trânsito de pedestres. Tudo era pensado nos menores detalhes; cada encontro era preparado com a antecedência exigida de uma operação de guerra.

Evidentemente, nenhuma das pessoas que eu deveria encontrar aparecia. Mas em uma das vezes, por mero acaso, surgiu ao longe um sujeito muito parecido com o foragido que supostamente deveria me encontrar naquela hora e local. A semelhança era realmente impressionante, dos traços físicos ao modo de andar. Os militares, que conheciam o foragido de fotografia, o reconheceram no ato.

Fiz um sinal assertivo com a cabeça, confirmando que aquele era o homem. Desencadeou-se então o cerco. Aproximaram-se de todos os lados em uma manobra coordenada. Mas o sujeito não se intimidou. Percebendo o perigo, cruzou temerariamente a avenida movimentada. Por pouco não foi atropelado. Passos rápidos e firmes, andou no sentido contrário ao tráfego até o ponto de ônibus e pulou para dentro do primeiro que apareceu. Os militares tiveram que voltar aos carros e iniciaram a perseguição, no intuito de parar o ônibus a todo custo. Mas o homem desceu logo em seguida e sumiu na multidão. Escapou do assalto com fleuma extraordinária, digna de revolucionários de primeiro calibre. E serviu para afastar qualquer dúvida que os militares ainda tivessem sobre meus encontros.

Quando notaram meu desaparecimento, meus pais percorreram hospitais e velórios. Descobriram a verdade por exclusão: se não estava morto, só poderia ter sido preso, algo que lhes inspirava quase tanto horror quanto a própria morte. Mobilizaram então todos os amigos e conhecidos para saber de meu paradeiro e conseguir, de alguma forma, clemência para o filho adolescente. Não deixaram de falar com absolutamente ninguém. Apelaram para todos. Meu pai falava com fornecedores das suas lojas, gerentes de banco, amigos do clube, quem quer que encontrasse.

Pedi ajuda ao seu dentista – quem sabe ele não teria um cliente

REFLEXÕES XIV

militar ou com influência no aparato repressivo? Pois o dentista tinha. Compadecido, passou o telefone do sujeito para meu pai. E ele ligou no ato:

– O senhor não me conhece, desculpe-me pelo abuso, mas o fato é que nós abrimos a boca para um amigo comum. O dentista. Somos assim, de certa forma, íntimos, e então eu me permitiria abordar um assunto...

O esforço de mobilização de todos os conhecidos acabou dando resultado. Um dia, ao sair da cela para mais um encontro fictício, vi à distância meu tio Jorge, irmão de meu pai e médico-chefe da Guarda Civil Metropolitana. Acenou e fez um sinal de alívio, embora não o deixassem se aproximar de mim. Outro irmão de meu pai, Salim, advogado criminalista, tentou entrar na delegacia que abrigava a Oban munido de algum instrumento judicial. Queria conversar comigo na função de advogado de defesa autoconstituído e me entregar um panetone, comida de que mais gostava quando criança. Foi tratado como palhaço e deram sumiço no panetone. Advogado, disse-me mais tarde, é alvo de ódio dessa gente.

Meu pai encontrou uma maneira particular de se comunicar comigo. Um dia, um guarda fardado da Força Pública aproximou-se da cela quando eu estava só. Entregou-me, furtivamente e sem dizer palavra, um pacote grande, formato retangular. Seu rosto estava banhado em suor, o suor gelado do medo. O guarda afastou-se em seguida, passos céleres e sem virar o rosto para trás.

Entendi na hora a mensagem carinhosa. O papel de embrulho dizia tudo: Casa Vitória, 25 de Março, a rua dos mascates e dos comerciantes do Oriente, pertinho da loja matriz de meu pai. Um pacote de esfihas – o mesmo pacote que aparecia em casa nos almoços de fim de semana. Fiquei feliz, estava amparado. Mas quem era aquele guarda? Um revolucionário infiltrado? Improvável, e mesmo se houvesse algum meu pai jamais o conheceria. O que levaria alguém a se arriscar daquela maneira?

Mais tarde soube de tudo: era por amor. Com a lábia de quem tinha sido caixeiro-viajante na juventude, meu pai travara amizade com um dos guardas que tomava conta da entrada da delegacia na rua Tutoia. O rapaz confessou-se perdidamente apaixonado por uma

REFLEXÕES XIV

moçoila desempregada. Meu pai resolveu seu problema na hora. Empregou a moça como balconista sênior. Criou o cargo sob medida, para justificar-lhe um régio salário. Instruiu também o gerente a elogiar a competência profissional da moça independentemente do que ela fizesse. O guardinha ficou agradecido ao extremo por ter tido a chance de demonstrar para a moça todo o seu poder e prestígio. Dia sim, dia não, passava ao final da tarde na loja de meu pai para pegar a namorada e contar notícias minhas. E contrabandeava esfihas e outras iguarias (a comida da prisão era péssima).

O ritmo das prisões na Oban era vertiginoso. Volta e meia surgiam novos companheiros de cela, com quem dividia igualmente as esfihas de meu pai. Comíamos, no pátio, uma espécie de sopão.

Era ali que conversava com outros presos. Voz baixa, evitando formar grupos, as notícias corriam. Fulano foi preso, sicrano torturado novamente, outro removido para o Dops. Os nomes se sucediam, militantes de quem nunca ouvira falar.

Um preso que conheci no pátio me impressionou particularmente. Inspirava respeito a todos os demais; uma aura revolucionária o iluminava. Arrastava uma perna; diziam ter sido barbaramente torturado. Olhos grandes e claros, tinha o apelido de Bacuri. Poderia ter me esquecido do nome, mas jamais do olhar. Ele economizava as palavras, como se desconfiasse de tudo e de todos. Quem nele falava eram os olhos – um olhar aflito, ansioso na busca de alguma esperança ou cumplicidade, mas ao mesmo tempo oblíquo, fugidio, como que temendo que outro olhar falsamente solidário o denunciasse.

A rotina daqueles tempos só foi quebrada uma única vez. Todos fomos reunidos sem aviso no pátio para ouvirmos a preleção de dois ex-terroristas. Por um instante sequer entendi a expressão – se haviam sido presos, eram ex-terroristas por definição. Outro, no entanto, era o significado – eram terroristas arrependidos.

Massafumi Yoshinaga, disse um dos militares. Um patriota que se arrependeu dos assaltos a bancos e da guerrilha. Ele, que conhece o terror por dentro, quer transmitir a vocês uma mensagem importantíssima. Ouçam e meditem. É um pregador que presta um

REFLEXÕES XIV

serviço à pátria, alertando a juventude brasileira para os riscos do comunismo e as ilusões da luta revolucionária.

Fiquei branco. Era o nissei da pesada que se hospedara na minha casa. Estava exatamente na minha frente. Impossível que não me tivesse reconhecido. O nissei pediu a palavra logo depois do discurso do militar. Parecia ansioso por começar a falar. Discursou como numa assembleia estudantil. No meio da sua arenga, trocamos olhares furtivamente. Na linguagem oculta dos olhares, ele me disse que se lembrava de mim com tanta certeza quanto eu me lembrava dele. Terminada a falação, fomos encaminhados de volta para nossas celas. Não nos foi permitido conversar com eles.

Passei aquela noite em claro, esperando o momento em que fossem me chamar para uma sessão de torturas, de vingança. Havia escondido um terrorista em minha casa, portanto era cúmplice do terror, e não havia dito nada sobre o nissei no meu depoimento. Os caras iriam me bater para saber quem mais se escondera na minha casa.

O dia raiou, mais um dia inteiro se passou e outro e outro. Nada. Reinterpretei a situação: Massafumi Yoshinaga deve ter sido barbaramente torturado, pensei, faz esse papel de arrependido só para se livrar dos suplícios. É tudo fingimento. Por isso não me denunciou, por isso não nos permitiram conversar com ele a sós. Aquele discurso tinha sido um vexame público, *vergüenza ajena*, expressão concisa e intraduzível do espanhol, mas nada além de um vexame, uma estratégia de sobrevivência.

Ou será que os torturadores haviam penetrado por alguma fissura da alma do nissei? Diziam que ele tinha delatado vários companheiros. A convicção com que ele falava tinha algo de genuíno, e também de perturbador. Não eram as frases em si. Algumas poderiam perfeitamente ser verdadeiras (como seu raciocínio sobre a inviabilidade da luta armada), enquanto outras estavam encharcadas de constrangimento. Somente coagido alguém falaria bem da Transamazônica. Não eram as frases em si que me incomodavam – era a intuição de que a tortura poderia, em alguns casos, destruir o indivíduo, fazer com que ele deixasse, de certa forma, de ser quem era.

REFLEXÕES XIV

Soube uma manhã que seria levado ao Rio de Janeiro. Sem explicações. O Rio para mim era a ponta do Forte de Copacabana e um pôr do sol no Arpoador. Por que o Rio? Não conhecia nenhum militante revolucionário que falasse com sotaque carioca. Conduziram-me ao banco de trás de um carro. Dois militares no banco da frente e um no banco de trás que dividiu a algema comigo. Se corresse, teria que arrastá-lo. O aviso: Não tente fugir. Não estamos aqui para brincadeira.

Na saída da Oban, um dos torturadores paulistanos, satisfeito, chegou até a janela do carro para dar o seu recado:

– Eu sei que você mentiu. Todos os seus companheiros foram presos e confirmaram que aqueles seus encontros não existiam. No Rio eles sabem tratar pessoas como você. Lá eles são sérios. Esses caras daqui são uns bananas. Se fosse eu, você ia ver o que é bom.

Um frio na espinha: o crocodilo se aproximava. Aquele torturador ficara com ódio por ter sido passado para trás. Por algum motivo, os comandantes da Oban haviam impedido que ele me batesse. Talvez tivessem me preservado por conta de uma política repressiva mais branda diante de estudantes ou pessoas com envolvimento *light*; talvez por julgar que eu não teria mais nada a acrescentar de útil após a prisão dos meus companheiros; talvez em respeito a uma família influente. Qualquer que fosse a razão, o torturador exultava na janela do carro ao ver-me transferido para um “lugar de gente séria”.

Naquele mesmo dia, depois do expediente, o guardinha foi inesperadamente à loja de meu pai. Contou-lhe, aflito, minha transferência para o Rio. Avisou que era péssimo sinal. Doutor, é coisa ruim... de lá muita gente não volta.

- Persio, é um mundo do qual eu não suspeitava. Você pode mandar matar qualquer um. Os pistoleiros todos se conhecem, um dá o currículo do outro, têm um ponto lá no Parque Dom Pedro. Andei perguntando aqui e ali e acabei descobrindo o jeito de chegar até eles. Apagar militar, ainda mais sendo oficial, custa muito mais caro, e não é qualquer um que se atreve. Mas com um bom preço tudo se resolve. Nordestinos, cabras arretados como a peste.

REFLEXÕES XIV

Foi somente anos depois de minha prisão que meu pai me contou o plano que poria em prática se tivessem me matado no Rio. Quando aquele pássaro de mau agouro contou-lhe minha remoção de São Paulo, ele anteviu seu filho na lista dos desaparecidos, jogado no mar com pedras nos pés ou assassinado e enterrado como indigente. Geny, uma amiga de minha mãe dos seus tempos de juventude, rezava por mim todos os dias. O marido dela, que tinha conexões no *establishment* militar, havia sido informado que a remoção para o Rio era o prólogo para meu desaparecimento. Minha mãe rezava também, e muito.

Mas meu pai não tinha deus algum, nunca acreditou que as estrelas dos horóscopos desceriam à terra para iluminar seu caminho. Homem de ação, sem notícias, só conseguira conviver com a ansiedade urdindo um plano de vingança. Dedicou-se de corpo e alma a conhecer os meandros do submundo dos pistoleiros profissionais, negociando preços e escolhendo a dedo quem iria executar a tarefa. Comparava currículos, tirava referências, entrevistava. Chegamos a ficar amigos, disse-me orgulhosamente ao referir-se ao pistoleiro eleito.

Meu pai não tinha o perfil do vingador frio, do jogador de pôquer, calculista. Era passional ao extremo, seu sangue fervia, ficava vermelho de ódio quando afrontado. Declamava poesias depois do jantar, dando vazão à veia artística frustrada. A sessão sempre começava com Augusto dos Anjos e terminava no “Cântico do Calvário”, de Fagundes Varela. Enterrar um filho, dizia, é o que de pior pode acontecer a um pai. Ouça, meu filho:

*Eras na vida a pomba predileta
que sobre um mar de angústias conduzia
o ramo da esperança.*

*Eras a glória, a inspiração, a pátria,
O porvir de teu pai! Ah! no entanto,
Pomba, – varou-te a flecha do destino!
Astro, – engoliu-te o temporal do norte!*

REFLEXÕES XIV

Teto, – caíste! – Crença, já não vives!

O poema é longo, mas a leitura terminava inapelavelmente neste oitavo verso. Voz embargada e olhos cheios de lágrimas, meu pai me mandava dormir. Amanhã tem escola, filho.

Até hoje me pergunto se ele mandaria mesmo matar alguém. Quando muito atirou num gato que rondava o muro da casa e depois morreu de arrependimento. É que o gato, Persio, tinha um miado ardido, igual à voz do fulano, um namorado da minha irmã ao qual ele tinha horror.

– Mas pai, como é que você contratou um pistoleiro sem nem saber quem deveria matar? E se matasse o sujeito errado?

– Bem, meu filho, é claro que procuraria saber o nome do filho da puta no Rio. Mas se não achasse, mandava matar qualquer um da Oban aqui em São Paulo mesmo. Quem está lá tem culpa no cartório. Vai um pelo outro. Eu posso não saber, mas garanto que o putro saberia por que estava sendo assassinado. Ou você acha que iam te matar lá no Rio e ia ficar por isso mesmo? À puta que pariu esses militares todos. E o mundo que se foda. Se tiraram a vida do meu filho, o que mais me importa? E, vou te dizer, também, quem iria pensar que fui eu? Podiam achar que foi um ato terrorista. Chato mesmo é se a viúva achasse que foi passional...

Viajamos de dia para o Rio. Tentei várias vezes puxar assunto; as respostas eram monossilábicas. Paramos para almoçar em São José dos Campos, em alguma instalação da Aeronáutica. Fomos ao refeitório, sentamos em uma mesa comum. Durante todo o almoço uma de minhas mãos ficou algemada a um dos acompanhantes para evitar fugas. A cena foi vista por várias outras pessoas e os militares conversaram animadamente com alguns colegas que se aproximavam da mesa. Não havia preocupação alguma em me esconder de terceiros. Tampouco pressa. O almoço foi longo, repetiram o cafezinho. Estavam em casa.

Tudo mudou na chegada ao Rio. Já na avenida Brasil fui encapuzado e jogado no chão do carro para não ser visto. Era começo de noite; o carro dava voltas e voltas para que não soubesse aonde me levavam. Chegava a dar enjoo. Quando chegamos, fui

REFLEXÕES XIV

forçado a sair do carro e caminhar uma boa distância a pé. Talvez por alguma técnica de despiste, forçavam-me a andar rápido, quase correndo, sempre com o maldito capuz. Percorri algo que me pareceu um corredor; uma ou outra porta tinha que ser aberta para que eu passasse.

Quando minha cabeça foi descoberta, estava em uma sala ampla, com várias pessoas. Não era o único a ser torturado. Minha memória falha, sábia memória. Já falhava no dia seguinte à tortura. Sobraram apenas imagens. O primeiro murro no estômago. O torturador se vingava; havia ódio nas suas palavras e olhos. O corpo nu arrastado. Em vez da maquininha com manivela, choques diretos da tomada. O primeiro desmaio e depois o segundo, sempre após as descargas. A cadeira no canto onde me instalavam quando desmaiaava. O suor frio. A visão de mim mesmo caído naquela cadeira, como se meus olhos pudessem se destacar de meu corpo e me enxergar de longe e do alto. O médico dizendo: nada grave; é só aguardar um pouco até que ele retorne. A voz irônica do torturador: e então, pronto para outra?

Em momento algum daquela longa sessão enfrentei o torturador. Supliquei que parasse, vã tentativa de comovê-lo, mas não o desafiei. Qualquer comentário crítico, indignação ou raiva, iria apenas aumentar seu ódio. Fiquei fiel ao meu figurino inofensivo. Porque sabia que, na hora solitária da tortura, o torturador torna-se senhor do seu destino. Pouco importa no momento seu superior hierárquico ou todo o sistema que o ampara – as Forças Armadas, o presidente da República, os políticos da situação e as elites apavoradas com a ameaça comunista. Na hora da tortura, impera o seu próprio sadismo, desgovernado e bestial. Tudo o que o torturador lhe fizer poderá, quando muito, recair na categoria dos “acidentes de percurso”.

De quando em quando, a sessão de torturas era interrompida por um rápido interrogatório. Queriam saber de pessoas das quais eu nunca ouvira falar. Com quem você se encontrou no Cemitério da Consolação? Você conhece a ruiva? E a loira do cemitério? Tomavam-me por outro, perseguiam alguma pista que me era obscura sobre alguma mulher que desconhecia. Diante das negativas, vinha sempre a mesma pergunta: e você não tem mais

REFLEXÕES XIV

nada de interessante para nos contar? Conte algo para que a gente pare. Perguntavam quase que por perguntar, mas batiam por gosto.

A armadilha era fatal. Até teria o que dizer: o nome de um simpatizante que só eu conhecia, e de outro que, por algum mistério, não constava do prontuário que lera em São Paulo. Poderia também ter acrescentado uma viagem ao Chile antes da eleição de Salvador Allende; um encontro previsto para dali a um mês com um professor cassado pelo AI-5; o fato de ter escondido o nissei por uma noite; e mais alguns detalhes. Mas se dissesse qualquer coisa de novo, o sofrimento seria maior. Seria torturado até terem certeza de que falei absolutamente tudo; e para terem certeza de que falei absolutamente tudo, teriam que continuar me torturando mesmo depois de ter falado absolutamente tudo. Só teriam certeza quando os últimos redutos de minha consciência estivessem subjugados pelo horror de uma violência “irrazoável”, quando o Persio que habitava desde criança meus pensamentos secretos tivesse sido triturado pelo crocodilo.

Pois há uma diferença essencial entre a chantagem e a tortura. O chantageado faz um cálculo com custos e benefícios. Erra no cálculo porque, ao ceder, apenas acrescenta ao medo do vexame público a angústia de ficar prisioneiro de um chantagista que, senhor da situação, vai extorqui-lo ao limite, até o ponto em que sua vida fique tão infernal que ele prefira o vexame público a continuar chantageado. Daí que o cálculo do chantageado seja sempre errado – é sempre melhor enfrentar as consequências de seus erros do que submeter-se à chantagem.

Já o torturado não faz cálculo algum. Cede porque não aguenta mais. Dá voz ao seu corpo para que a tortura cesse. E percebe, horrorizado, que sua tortura redobra a intensidade depois que ele “quebrou”, como se diz na linguagem policial. A confissão é o sinal para o começo do segundo *round*, no qual o torturador quer esgotar as reservas mentais do torturado, fazê-lo confessar absolutamente tudo e arrepende-se do que fez.

Não caí na armadilha. Aguentei firme no meu figurino humilde, pedindo clemência e implorando que parassem. Mendiguei piedade. Apelei a Deus. Mas não falei nada de novo.

REFLEXÕES XIV

Acordei da sessão deitado no chão, barriga para cima. Devo ter sido levado inconsciente até a cela. O corpo doía por inteiro, em especial o peito e a barriga.

A escuridão, como se estivesse cego. Fiquei imóvel, olhos abertos, escancarados, perscrutando inutilmente a noite que invadira o dia. Como se naquele breu que se estendia eu próprio jamais pudesse voltar a me encontrar.

No livro III da **Eneida**, Eneias encontra um grego perdido no país dos monstros ciclopes. Abandonado por Ulisses e seus companheiros. O grego, desesperado, implora aos troianos que o acolham e o levem embora. Narra com horror a forma pela qual o monstro de um só olho mata os humanos e tritura seus ossos na sua caverna. O grego perdido confessa sua participação na guerra, mesmo sabendo que os troianos poderiam matá-lo por conta disto. Se eu tiver que morrer, diz ele, tudo o que peço é que minha morte venha por mãos humanas.

Aquele grego não conhecia os torturadores do século XX.

Tateei aos poucos até encontrar o limite da parede e a porta. Era horrível a sensação de estar no escuro, indefeso, incapaz de perceber o avanço de um bicho, ou mesmo de um inseto, de alguém que queira lhe torturar novamente. Movia os dedos lentamente, temeroso de uma picada ou uma faca que os decepasse de um só golpe. A escuridão dilata os espaços, a cela me parecia muito maior do que de fato era.

A angústia inicial logo desapareceu. Fui me acalmando de uma maneira inexplicável. Nem mesmo a lembrança da tortura conseguia me abalar. O corpo doía muito, tinha a sensação de estar todo quebrado por dentro, e apesar de tudo me descobria estranhamente sereno. Sabia que estava preso por um tempo indefinido, poderia ser torturado novamente a qualquer minuto, poderiam me matar com o mesmo descaso com que se mata uma formiga ou um pernilongo, mas mesmo assim estava calmo. Pensava coisas horríveis, matéria-prima abundante para toda sorte de nervosismo ou angústia, mas nada perturbava a tranquilidade que sentia por dentro. Demorei algum tempo para entender aquela paz açucarada que ia do corpo dolorido ao espírito – a mesma paz

REFLEXÕES XIV

que sentem os loucos depois das sessões de choques elétricos.

Não sei quanto tempo fiquei na escuridão. Através de uma janelinha jogaram um pedaço de pão. Pensei que talvez fosse de manhã cedo, marcaria as horas e os dias pelos intervalos do pão. Quis alegrar-me, pensar em algo bom. Cantarolei algo. O tema surgiu sozinho: Quando eu morrer, não quero choro nem vela...

Era uma marchinha de Carnaval que, quando criança, inspirava minha fantasia predileta. Sob seus acordes de marcha fúnebre, imaginava meu próprio enterro – uma orquestra completa, composta de pai e mãe, familiares, amigos e conhecidos, chorando minha morte e falando coisas boas a meu respeito. Todos sofriam profundamente e o sofrimento que minha ausência lhes causava me redimia de qualquer aborrecimento. Demorei anos para perceber: era uma marchinha de amor.

Quando a porta da solitária se abriu, fiquei cego por tanta luz. Jogaram-me novamente um capuz sobre a cabeça e me conduziram a uma nova cela. A julgar pelos gritos, o caminho passava ao lado da sala de tortura. Uma corneta solitária desperdiçava notas, um toque de alerta ou algo assim. Estava em um quartel.

Minha nova moradia era muito maior do que a anterior. Uma janela basculante bem no alto da parede permitia que visse uma nesga de céu. Meu corpo ainda cheio de marcas roxas, efeito dos murros que havia levado. As paredes estavam unhas por frases de desespero de outros ocupantes. Gastei minhas unhas também escrevendo algo ali do qual não mais me recordo.

Uma a duas vezes ao dia alguém passava um prato de comida através de um pequeno visor. Na refeição seguinte entregava o prato usado e pegava um novo. De quando em quando o visor era aberto fora da hora das refeições. Um soldado fardado olhava a cela e o fechava sem nada dizer. Isto ocorria aleatoriamente, mais à noite do que durante o dia.

A luz daquela cela, tal qual na delegacia que abrigava a Oban em São Paulo, não se apagava nunca. Um fio que caía do teto, soquete e lâmpada de 60 watts, luz de dia e de noite.

Havia algo da essência da própria tortura naquela luz

REFLEXÕES XIV

permanentemente acesa. Você não pode se esconder em momento algum do olhar do guarda que passa pela sua cela. Ele abre o visor quando quer e te vê dormindo, defecando, comendo, sonhando. Ele te vê triste, desesperado ou conformado. Aquela luz permanentemente acesa tenta invadir o sujeito, devassar seu espaço interno feito o torturador que quer fazer com o corpo do torturado.

Um toc-toc na parede revelava outro prisioneiro na cela ao lado. Nunca o vi. Ao contrário da Oban, no Rio não se saía da cela para nada. Por mais que me aplicasse, não consegui decodificar aqueles toc-tocs que se sucediam com ritmo e sequência de uma linguagem. Respondia ao acaso, batendo na parede de qualquer jeito apenas para criar uma solidariedade sonora com o prisioneiro sem nome nem face da cela vizinha.

Um dia jogaram em minha cela um homem bem mais velho. Estava muito assustado. Sussurrava. Talvez tenham posto aparelhos de escuta embutidos nas paredes da cela, explicou, apontando para um ou outro canto da argamassa mal terminada. Tinha que ficar grudado nele para ouvir suas palavras, e parecia que quanto mais perto chegava mais baixinho ele falava. Segredou-me: há neste quartel uma “geladeira” na qual os corpos são imersos em água gelada e afogados. Celas com ratazanas e cobras que te atacam se você não falar.

Não poderia ser verdade. Por que iriam os torturadores a esse extremo de crueldade quando dispunham de cassetetes e paus de arara? O meu companheiro certamente deveria ter algum desequilíbrio psicológico. Seus olhos saltavam quando contava seus segredos sobre o quartel, sinal evidente de uma mente perturbada. Veio-me à mente, para corroborar minha suspeita, o título sugestivo de um artigo de Freud que, aliás, nunca havia lido e do qual ouvira apenas vagamente falar: **O Homem dos Ratos**. Pois decretei que aquele meu companheiro de cela era outro homem dos ratos, outro exemplar da mesma neurose.

Tratei de entender quem ele era. Fiz perguntas detalhadas, chequei possíveis contradições, olhei-o nos olhos para captar os desvios da personalidade doentia. Para minha surpresa, apresentou-se com nome, sobrenome, profissão e endereço. Um professor de história

REFLEXÕES XIV

do Brasil, com vários livros publicados dos quais eu, então aluno do primeiro ano da **Faculdade de História da USP**, nunca ouvira falar. Orgulhoso de sua reputação acadêmica, o professor ficou evidentemente aborrecido com minha ignorância. Injustificável, dizia, balançando a cabeça, mesmo para um aluno de primeiro ano.

Aos poucos o professor foi ficando à vontade. Contou de seus livros, de episódios da história brasileira. Era um homem ilustre e famoso. A lucidez impressionava. Volta e meia derivava a conversa sobre as mazelas da educação brasileira, o efeito danoso do novo currículo escolar e o despreparo de boa parte dos nossos educadores. Quanto mais o professor falava, pior eu me sentia. Não era pessoa dada a invencionices ou mentiras. Eu precisava imaginar que ele alucinava, que estava fora de si ao falar sobre os tanques de água gelada ou bichos horripilantes. Fechei-me em copas e decretei que o professor era um agente provocador, um quinta-coluna infiltrado nas hostes revolucionárias, uma sofisticada isca dos torturadores para arrancar de mim alguma inconfidência. Eu tinha medo da minha própria sombra, quanto mais da sombra alheia.

Poucos dias depois o professor foi chamado. Saiu alegre, saltitante, convencido de sua imediata libertação. Despediu-se com cortesia, desejando-me boa sorte. Só um espião, pensei, teria tanta certeza assim que seria libertado quando alguém o retirasse da cela. Retornei aliviado ao estado de solidão, preso ainda, mas ao menos livre daqueles sussurros e dos olhos arregalados.

(Anos mais tarde, fiquei encabulado de ter pensado mal dele. Fui perpassado por um arrepio na espinha ao ler depoimentos de outros presos políticos confirmando o que me dissera sobre a “geladeira” e o uso de animais e insetos como instrumento de tortura naquele quartel da Polícia do Exército na rua Barão de Mesquita.)

À parte a breve companhia do professor e os infundáveis toc-tocs do prisioneiro ao lado, os dias se arrastavam sem que nada acontecesse, pontuados apenas pelos toques de corneta de manhã e de tarde. Contava os dias com os dedos da mão para manter vivo o senso do tempo. Ninguém me dirigia uma palavra sequer. Não havia perspectiva de sair. A nova vingança, pensei, é deixar-me apodrecer aqui.

REFLEXÕES XIV

A asma foi crescendo. A asma de meu pai, a lembrança das injeções na veia que ele aplicava em si mesmo, a mesma asma que me acompanhara por toda a infância, que me obrigava a ser goleiro nas peladas do colégio por incapacidade de correr o campo, que me fez ouvir a palavra Proust pela primeira vez – meu filho, não se desespere, tanta gente importante é asmática. Proust jamais teria escrito nada se não fosse a asma, há males que vem para o bem, e eu pensava comigo que Proust era um médico francês especializado em asma que poderia livrar-me daquele sufoco. Era a mesma asma que ressurgia naquela cela mal ventilada, aquele chiado que quando começa jamais desaparece sozinho e segue crescendo até fazer de você um peixe respirando de boca aberta, fora da água e com olheiras profundas. Imóvel para não gastar desnecessariamente um átomo sequer da pouca energia que lhe resta.

Precisava de remédio. Urgente. Tentei falar com os soldados que me traziam a comida e levavam pratos por aquela janela basculante que ficava na parte de cima da porta. Mas eles não queriam me ouvir; se pelavam de medo de serem vistos conversando com um terrorista. Após inúmeras tentativas, um deles recomendou-me que ficasse quieto. Os homens (referia-se aos torturadores) vão te pegar de novo se você insistir em ver um médico.

Resignei-me. A asma minou minhas energias. Cada vez mais fraco, passava os dias sentado no chão. Só me deitava quando não aguentava mais manter a coluna ereta; mas tinha que me levantar logo em seguida por conta dos ataques de tosse. O sono tornou-se precário; o apetite desapareceu. Se ainda fosse criança, meu pai me poria de cavalinho, abriria a porta da frente da casa e ficaria dando voltas no quarteirão, ao ar livre, para que o ar entrasse mais profundamente nos pulmões e eu me acalmasse e pudesse dormir. Aquelas cavalgadas noturnas não faziam nenhum sentido como terapia médica, mas eram de uma eficácia extraordinária.

Depois de três semanas, fizeram-me sair da cela. Abatido pela asma prolongada, tive dificuldade de andar até o portão do quartel. Parei no meio do caminho; quase fui ao chão ao abrir uma porta. Na saída, surpresa das surpresas, meu pai e minha mãe. A alegria não durou muito: explicaram-me que ainda estava preso. Informados de que eu não voltara antes para São Paulo por falta de condução,

REFLEXÕES XIV

havia conseguido vir me buscar para acelerar minha libertação. Tratava-se apenas de levar-me da prisão do Rio de volta para a prisão de São Paulo. Minha mãe, pela primeira e única vez na vida, estava magra – havia perdido mais de 10 quilos.

Estavam acompanhados por dois militares à paisana. Fui algemado e pouco pude conversar. Meu pai pediu autorização para ir a um hotel no centro do Rio para que eu pudesse tomar um banho, que duraria uma hora, no máximo, e não atrasaria muito a viagem de volta para São Paulo. Tirou a ideia do nada e usou sua lábria para convencer os dois militares que não se tratava de uma armadilha para que eu pudesse escapar. Meus pais haviam trazido uma muda de roupas, seria só um banho e roupas novas, após tanto tempo de prisão. Um alívio para que o menino doente pudesse sentir-se melhor, um ato de humanidade e comiseração. Após alguma hesitação e muitas ameaças, os militares concordaram.

Entramos todos no quarto do hotel. Os guardas acompanhavam tudo atentamente. Trancaram o quarto por dentro e ficaram com a chave. Armas apontadas, preparados para o inesperado, acompanhariam de perto cada detalhe do meu banho. Não permitiram que eu tirasse a roupa sozinho no banheiro; receavam que eu fugisse ou fizesse alguma bobagem com a lâmina de barbear.

Minha fraqueza era tanta que fiquei com receio de cair se tivesse que ficar de pé no chuveiro. A solução foi um banho de banheira. Ficamos imersos em um silêncio sepulcral, entrecortado apenas pelo barulho da água enchendo a banheira. Qualquer intimidade familiar estaria comprometida pelos olhares hostis, tão invasivos quanto a luz da cela de prisão. Se ao menos fosse um banho a vapor, se a água fosse turva, se permitissem que eu fechasse a cortina de plástico, se houvesse espuma de banho. Mas não, aquele revólver e aqueles olhares não me largavam: vigiado como se pudesse escapar pelo ralo, devassado quando queria estar só e a portas fechadas.

A água é miraculosa. Os guardas perceberam o ridículo da circunstância e resolveram esperar do lado de fora. Aquele banho era um Ganges; me purificava. Acabei relaxando, esquecido de tudo. Fiquei ali quieto, sentindo a água na pele. Todo preso se sente bem ao tomar banho, qualquer banho, da Sibéria da casa dos mortos de

REFLEXÕES XIV

Dostoiévski aos trópicos do Rio de Janeiro.

Só alguém que já passou por crises asmáticas prolongadas sabe o que é não ter forças para passar a toalha nas costas, secar o cabelo ou erguer a perna para enxugar o pé. O sujeito consegue ficar debaixo da água, mas depois não tem energia para se enxugar. Quando pequeno, tinha inveja dos cachorros. Não sabia se eles sofriam ou não de asma, mas era admirável vê-los estremecer por inteiro num frenesi de vitalidade, esparramar a água à volta e seguir lépidos e enxutos sem precisar de toalha alguma.

Meu pai, asmático também de nascença, entendia o drama do enxugamento. Sem dizer nada, pôs-se a me enxugar tão logo saí da banheira. Depois, ajudou-me a enfiar a calça e abotoar a camisa. Enfiou meias nos meus pés e amarrou os sapatos. Fez tudo sem dizer uma palavra, sua personalidade espirituosa e exuberante se recolhera. Minha mãe virou o rosto para que eu não visse seu choro. Eu me sentia uma criança defeituosa ou malformada, torso esquelético e torto, incapaz de se cuidar. O ritual entre o fim do banho e a saída do quarto durou uma eternidade. Só voltei o olhar para o rosto do meu pai quando já estava enxuto e de roupa nova.

Antes de retomar a viagem, paramos numa farmácia para comprar uma bombinha, um inalador para tratamento de asma. Seguimos viagem noite adentro, meu pai ao volante, minha mãe ao lado, e eu, no banco de trás, no meio dos guardas. A viagem transcorreu praticamente toda em silêncio. Janelas abertas, o ar entrando com o carro em movimento, lembraram-me as voltas de cavaleiro no quarteirão. Mas agora nem a bombinha nem a velha mágica da infância faziam efeito. Ao chegar a São Paulo, primeiras horas de uma manhã fria e cheia de névoa, fui internado num pronto-socorro para fazer inalações de oxigênio.

O médico falava bem a língua pátria. O rapaz, comentou após o exame, está muito dessorado²².

– Persio, é claro que, falando com Deus e o mundo, acabamos encontrando pessoas próximas que tinham conhecidos dentro da

²² **Dessorado**: cuja força, pujança, empenho, etc. debilitou-se; enfraquecido.

REFLEXÕES XIV

Oban. Isto facilitou um bocado, caso contrário não me teriam deixado ir te buscar no Rio. Mas também invoquei minha patente do Exército. Oficial da reserva. A patente é mixuruca, mas ao menos serviu para que me apresentasse de igual para igual, quer dizer, batendo continência aos superiores. E disse a eles que lamentava ter deixado a carreira militar. Tudo mentira. Você sabe que só entrei no Exército porque era durante a guerra e eu tinha esperança de ir lutar na Itália e conhecer o Vêneto, terra da vovó. E pedi demissão quando levei uma advertência por conta de uma arruaça em um cinema. Um garoto; perdi a cabeça. Foi-se ali minha chance de ser convocado pela FEB, pedi baixa no dia seguinte. Também saí da veterinária. Eu entrei na faculdade, filho, não por vocação, mas por interesse calculado. Queria escapar da infantaria. Filho, você não sabe o que é marchar com asma. Já na cavalaria quem faz força é o bicho. Aí cheguei para o comandante da Oban, me identifiquei e pedi para buscar você no Rio. Dei minha palavra de oficial da cavalaria. Não sei o quanto ajudou, mas não atrapalhou. Se soubessem que eu tinha contratado um pistoleiro...

A asma desapareceu depois da internação. Cheguei a receber frutas enviadas pela minha família. Depois de um tempo na Oban fui transferido para o Dops, sinal auspicioso de desinteresse dos torturadores pela minha pessoa.

Lá reencontrei todos os meus companheiros. Alguns presos antes de mim, outros depois. Até o sócia daquele rapaz febrilmente perseguido pelas ruas de São Paulo lá estava. Cada um contava sua história, a besteira que fez com que fosse preso. Uns tinham sido torturados, outros não, alguns resistido, outros não, o que importava é que estávamos novamente todos no mesmo barco. O périplo que começara na amizade do banco escolar e passara pela clandestinidade continuava agora em um novo capítulo, nas celas do Dops. Conte em detalhes minhas peripécias. Tinha sido o único brindado com um passeio pelo Rio de Janeiro.

Nem tudo era alegria no reencontro. Ao revê-los, fui tomado por uma estranha angústia. Não era por causa do nosso evidente fiasco – desse eu já desconfiava antes de ser preso. Nem pelo impacto das atrocidades sofridas por um ou outro amigo, embora me

REFLEXÕES XIV

consternassem. Era uma angústia egoísta, um pensamento mesquinho que me dizia que meu esforço tinha sido em vão. Se era para todo mundo ser preso de qualquer forma, para que ter fingido aqueles encontros fictícios todos, sofrido a tortura no Rio, o isolamento na solitária, a crise de asma? Fizera um sacrifício besta, à toa.

O mal-estar foi passageiro. Logo consegui ver algo positivo: meu estratagema não dera resultado objetivo algum, tinha sido uma vitória de Pirro, mas me poupava o constrangimento de dedurar alguém. Era um alívio não ter tido que enfrentar o olhar de um companheiro traído ou ouvir seus gritos torturados. Ter conseguido que ninguém tivesse sido preso por minha causa me dava uma satisfação imensa, íntima e secreta, me nutria nos momentos de desespero e me fazia andar de ombros erguidos naquela cela.

Foi no Dops que assinei meu depoimento formal. Ninguém me perguntou nada e eu tampouco li o que assinava. Minha confissão já estava pronta e datilografada – era só assinar. O descaso com o ritual jurídico era tal que a cerimônia foi coletiva – éramos todos réus no mesmo processo e, para ganhar tempo, assinávamos por atacado, juntos e na mesma sala. Foi-nos dito que a libertação ocorreria em breve.

A alegria foi tanta que no meio daquela farta e irresponsável distribuição de rubricas e assinaturas, originais e cópias feitas com papel carbono, um de meus companheiros atendeu um telefone que tocava insistentemente na mesa ao lado. VAR-Palmares, às suas ordens. Ao que outro emendou – você se esqueceu de dizer que é da seção juvenil da VAR, seu burro! À parte os olhares fulminantes do delegado, nada aconteceu. Ninguém apanhou ou sofreu qualquer tipo de advertência. Era-me evidente que os militares haviam nos tomado por um bando de adolescentes inconsequentes que mereceriam uma segunda chance na vida.

A cela era coletiva e a rotina rígida: ginástica pelas manhãs, longas discussões sobre marxismo durante as tardes. Saíamos da cela para tomar sol em um pátio de quando em quando. Meu tio advogado conseguiu falar comigo brevemente, e por uma única vez, apelando para conhecidos que lá tinham alguma influência. Disse que estava

REFLEXÕES XIV

tudo em ordem em casa e me deu um abraço emocionado. Meu tio médico me visitava todos os dias, tirando a pressão e auscultando coração e pulmões, mas não dizia nada. Mais tarde explicou-me que esta era a condição que lhe havia sido imposta pelo delegado-chefe, seu conhecido da Guarda Civil.

Da cela em que estava não ouvia gritos de torturas. De vez em quando alguém trazia novidades sobre outros presos. Um dia fui acordado com um imenso alarido. Todos os presos gritavam: “Assassinos, assassinos!” Chacoalhavam freneticamente as grades. Bacuri, até então confinado em uma cela solitária, estava sendo levado embora para ser executado a sangue-frio pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. Achei tudo estranho – como poderiam os demais presos saber disto? Eu jamais vira Bacuri no Dops, nem mesmo nos momentos em que todos saíam de suas celas para tomar sol. De toda forma, juntei-me ao protesto coletivo.

O protesto tomou corpo e vida própria. Xingávamos os torturadores a plenos pulmões, sem medo, o berro de cada um disfarçado no meio dos outros. Seus covardes, filhos da puta. Durou até que as vozes se cansassem e a vaga satisfação do “desrecalque” aquietasse os corações aflitos. Não houve punição. Os carcereiros agiram como se nada tivessem escutado. Talvez estejam de bom humor, pensei; ou talvez seja mesmo verdade que o delegado Fleury vai matar o Bacuri e se sintam meio culpados por tabela.

Eduardo Leite, Bacuri, foi encontrado morto dias depois em algum lugar do litoral paulista. Tiros na cabeça, seu corpo mostrava requintes da barbárie. Aqueles olhos azuis não estavam mais lá.

Um dia encontrei, largada num canto e amarelada pelo passar do tempo, uma *Veja* com Massafumi Yoshinaga na capa e o título “O terror renegado”. A reportagem contava que o presidente Emílio Garrastazu Médici expressara, em audiência com dirigentes da Ordem dos Advogados do Brasil, sua satisfação com o depoimento público e espontâneo do ex-terrorista. Depois de preso, Massufumi Yoshinaga teria tido a oportunidade de familiarizar-se com as grandes obras de seu governo, como a Transamazônica e a extensão do mar territorial brasileiro para 200 milhas. Como recompensa pelo seu arrependimento, teve sua prisão condicional revogada,

REFLEXÕES XIV

ganhando assim a liberdade. No momento, estava retido em um quartel por razões de segurança. As Forças Armadas o protegeriam contra a vingança dos terroristas ainda em liberdade.

Li depois num jornal que terminou se suicidando. Suicídio de vergonha, de culpa e arrependimento, haraquiri de uma alma que não encontrava mais lugar neste mundo. Terrível como todo suicídio. Mas quem chora a morte de um traidor? Da minha parte, prefiro guardar dele apenas a memória daquele encontro furtivo de olhos no qual, mesmo tendo me reconhecido, nada revelou ao militar que com tanto orgulho o apresentou como um verdadeiro patriota.

Indro Montanelli, figura legendária do jornalismo italiano, concedeu de certa feita uma entrevista, narrando seu reencontro com os terroristas das Brigadas Vermelhas que o metralharam nas pernas, em 1977, por conta de seu liberalismo. É uma história impressionante pela lucidez e estoicismo – ele, ateu, condenado à morte por Mussolini, visita-os na prisão e os perdoa. Quando a guerra acaba, diz, entre antigos adversários há um aperto de mãos. Na lógica dos terroristas de esquerda seu gesto foi, se é que posso dizer assim, normal. E eles jamais se arrependeram. Isso é bonito. Odeio os arrependidos, dizia ele, como há tantos na Itália. Pode-se arrepender privadamente, na reflexão consigo mesmo, ele prosseguia, mas não se deve jamais usar o arrependimento para abreviar o tempo ou os rigores da prisão.

A libertação foi coletiva. Saímos todos ao mesmo tempo. Lá fora, famílias inteiras nos aguardavam. A calçada era estreita para tantos abraços comovidos. Meus pais estavam lá. Eu estava vivo e inteiro, e era somente isso que importava. No caminho para casa, pedi que meu pai parasse o carro quando vi, do outro lado da rua, um pipoqueiro. Foi um impulso. Fiz questão de comprar eu mesmo a pipoca; meu pai me aguardou ao volante. Atravessei a rua e demorei-me um pouco na frente do pipoqueiro antes de pedir um saquinho. Ele tinha poucos dentes, o carrinho era seu único bem. Não tenho pressa, espero pela pipoca quentinha.

Um longo tempo. A panela no fogo, o estouro gradual, o crescendo sinfônico das pipocas. O trajeto da panela ao vasilhame de vidro, do

REFLEXÕES XIV

vasilhame ao saquinho. O sal branco que caía e escorria invisível entre as pipocas, de cima para baixo, tropeçando nas suas reentrâncias tortuosas, até depositar-se em silêncio no fundo do saquinho.

A vida fazia sentido nas coisas simples: separar a pipoca boa do grão encruado, sentir o sabor de cada pipoca, uma a uma, sentir o sal e o milho, amassar o saquinho vazio, cruzar a rua e voltar sem pressa para o carro. A pipoca era o meu bolinho de bacalhau com cerveja. O mundo do futuro. Eu morava naquela pipoca, e me encontrava além da revolução, dos sacrifícios, da nobreza de ideais, da democracia e da liberdade.

Mesmo levando em conta o tempo da pipoca, não demorei mais do que uns vinte minutos para chegar a casa. Algo havia de errado, no relógio ou na geografia. Minha casa não poderia ser tão perto assim dos centros de tortura.

Fiquei tonto, o mundo rodou por um instante, quase uma labirintite. Porque se você chega a casa em vinte minutos, os torturadores podem levar você de volta nos mesmos míseros vinte minutos. As prisões deveriam ser em locais longínquos, num canto perdido na Sibéria, e não ali, no meio da cidade. Na geografia brasileira, a tortura morava ao lado, era uma vizinha atenta.

Acontece aqui no Brasil uma coisa misteriosíssima e linda que Nelson Rodrigues bem observou. Se o sujeito morre na rua, atropelado, ou por outro motivo qualquer, logo surge uma alma caridosa a lhe acender a vela. A chama trêmula, que nenhum vento apaga, torna a morte mais amiga, mais compadecida e mais feérica. Pois uma vela me aguardava ao lado da porta de entrada da minha casa. Foi a primeira coisa que vi ao chegar – uma vela ostensiva ao sol.

Ao entrar na casa encontrei tudo em ordem irrepreensível, preparado para minha chegada. Os cinzeiros no centro geométrico das mesas, as cadeiras equidistantes, toalhas de rosto nos banheiros. No meu quarto, a roupa de cama estava engomada, os livros arrumados e livres de qualquer grão de pó. A minha caneta Parker estava a postos na escrivaninha, ladeada pelos seus inseparáveis escudeiros, o tinteiro e o mata-borrão. Era como se

REFLEXÕES XIV

minha família quisesse apagar o tempo e, aproveitando-se da inércia dos objetos, retomar a história a partir daquele último dia em que estivera em casa.

O choque foi no banheiro. Um banheiro com porta fechada, individual, pastilhas de vidro lilás, vaso sanitário, pia com toalha de rosto – um luxo. Mas não era o conforto que chocava. Era o espelho. Não me recordo do espelho nas prisões. Foi como se me reencontrasse de verdade apenas ali – só, portas trancadas, na frente do espelho. Fiquei um bom tempo me olhando.

Só havia passado tanto tempo me olhando quando estudava violoncelo, no conservatório. O espelho servia para memorizar visualmente a posição dos dedos da mão esquerda. Desde pequeno senti que o rosto não era meu, era uma máscara grudada por algum ser malévolo na minha face quando nasci. Não que desejasse um rosto apolíneo. Era antes uma sensação de desproporção, meu rosto desafinava mais de mim mesmo do que o violoncelo da música que deveria tocar; projetava uma imagem que não correspondia à minha essência, qualquer que ela fosse. Um rosto inexpressivo, mal-ajambrado. Eu deveria ter a cara de um daqueles intelectuais imigrantes que vinham da Europa, e não a dos comerciantes levantinos da 25 de Março. Mas não conseguia formar na minha mente uma imagem de mim mesmo diferente daquela que o espelho me fornecia. A máscara se personificara, a segunda natureza tornara-se a primeira. Meu rosto original sobrevivera como a civilização asteca depois da conquista espanhola.

Na solidão daquele banheiro, o estranhamento de uma vida inteira desapareceu. Era eu mesmo quem ali estava, refletido naquele espelho – naquelas olheiras, naqueles olhos meio marejados, nos dentes tortos, nariz adunco. A realidade se impunha ali, no espelho. Não havia mais guerra, nem carrascos – éramos apenas o espelho e eu. Era eu mesmo quem tinha vivido tudo o que acontecera naquelas prisões. A vida não morava em outro lugar – era aqui e agora.

Parentes, amigos de meus pais, vizinhos, as visitas iam chegando aos borbotões, brotavam de todos os cantos, entravam pela porta da frente e pelos fundos, enchendo a sala principal e a sala de estar. A

REFLEXÕES XIV

notícia de minha libertação percorrer o círculo de relações de meus pais na velocidade com que uns contam para outros os milagres que Deus faz.

Trancado no banheiro, ouvia o burburinho das conversas. Persio, todo mundo veio te ver, vamos. Uma sensação desagradável. Venham ver um animal raro, pela primeira vez exposto à visitação pública. E eu ali, trancado no banheiro, procrastinando minha aparição, escovando os dentes de novo, como se manchados de forma irremediável, olhando meu rosto de novo, aquele rosto que reconhecia finalmente como meu.

Na entrada, um silêncio constrangedor. Uma saraivada de olhares para saber se era eu mesmo quem ali estava; um ou outro Ahlua Salua!, falados de forma tímida. Alguns homens mais velhos me beijaram carinhosamente na face e agradeceram a Deus. Você está bem, meu filho? As conversas retomaram seu ritmo discreto, ninguém contava um caso engraçado ou falava alto. Apenas café e água, não se tocava nos pedaços de bolo ou nos doces. Um velório acontecia naquela sala, eram visitas de pêsames pelo que morrera, na minha pele outro se escondia e todos nós sabíamos disto.

Falava-se de assuntos quaisquer para matar o tempo – amenidades, negócios ou política. Aonde quer que fosse não conseguia escapar daqueles olhos inquisidores, perguntando e perguntando. Olhos femininos, misto de piedade e prazer mórbido, perguntando, meu filho, me diga, você foi torturado, meu filho? Te fizeram mal lá, meu filho? É verdade, meu filho, que te fizeram coisas horríveis? Uma senhora, querendo evitar a pergunta direta e mais dolorosa, dizia, em um tom de curiosidade quase antropológico, como é que é ser preso e torturado, meu filho?

As perguntas eram facas entrando em minha carne. Vinham de pessoas amigas, solidárias, muitas me conheciam desde que nascera, mas mesmo assim havia algo de malévolo. Como é ser torturado, meu filho? É como acordar em uma manhã qualquer e se perceber uma barata, tia. Uma barata, tia, bem suja e nojenta, daquelas que sobem na perna até lá em cima. Elas entram debaixo da calcinha, tia.

Com que direito me perguntavam? Ninguém ousaria perguntar de

REFLEXÕES XIV

chofre, e então, você foi enrabado naquela prisão cheia de marginais? Mas imagino que o enrabado se sinta como o torturado – diminuído por uma violência à qual ele jamais poderá retrucar. O torturado sente-se maculado em sua reputação, degredado para uma subespécie que o fará para sempre objeto de pena e comiseração. Não lhes ocorria que o assunto fosse delicado? Que tudo estivesse ainda vivo demais dentro de mim para que pudesse narrar sem reviver?

Claro que sabiam. Insistiam no assunto com o mesmo prazer mórbido e secreto com que muitas vezes pedimos notícias sobre um conhecido doente, só para usufruir melhor da nossa boa saúde. A minha vontade primeira era mentir. Dizer que nada havia acontecido, a não ser um ou outro safanão. Mentir descaradamente. Fazer da mentira e da negativa a armadura que me protegeria.

Logo desisti. Meus pais certamente já haviam falado tudo para as visitas. Era impossível que não tivessem contado em detalhes o estado em que me encontraram na saída do quartel no Rio. Poderia não responder nada. Dizer singelamente: prefiro não falar sobre isto. As visitas respeitariam meu silêncio. Mas imaginariam que passei coisas muito piores do que aquelas que de fato passei. O trauma foi tanto, coitado, que ele não suporta nem falar do assunto. No silêncio, as fantasias correriam soltas.

Ou então poderia dizer que estava cansado e me trancaria no quarto. As visitas compreenderiam. Mas voltariam no dia seguinte. E em tantos dias quantos fossem necessários para me ver. E se ficasse muito tempo no quarto, diriam, coitado, além de torturado, ficou abalado. Sussurrariam: o menino está em depressão. Seria pior ainda.

Resolvi fingir sobre os sentimentos sem mentir sobre os fatos. Contei a todos exatamente o que me havia acontecido – só que com espírito leve, quase como quem conta suas peripécias de férias. É, levei uma surra. Foi isso. Coisas da vida. Poderia ter levado a mesma surra em uma briga no quarteirão. A internação no pronto-socorro para curar da asma? Bem, é algo ao qual estou acostumado desde criança. Não foi a primeira internação e lamentavelmente talvez não seja a última. Meses de prisão? Bem, é sempre uma

REFLEXÕES XIV

experiência a mais que a gente ganha. Ano escolar perdido? Entrei na universidade antes da hora, não vai retardar minha carreira.

As respostas eram dadas mecanicamente, sem entrar em detalhes, com certo menosprezo pelos fatos. Queria deixar claro que nada havia me abalado; que tinha sido um acidente, uma batida de automóvel com danos apenas materiais. Estava inteiro e em ótima forma (magreza à parte). Sorria, conversava animadamente com todos, perguntava pela escola dos filhos e pela saúde dos mais velhos. Várias visitas expressaram seu contentamento em saber que eu havia superado com tanta tranquilidade o episódio. O Persinho é realmente fora de série, disseram.

Meu teatro prosseguiu triunfante até a chegada de Maria Aracy, uma amiga da vizinhança, um ou dois anos mais velha do que eu. Nós nos conhecíamos desde criança, nadávamos juntos no Paulistano. Ela primava pela doçura e sua presença naquela sala destoava da velharada falante.

Maria Aracy ficou em um canto, sozinha e observando. Quando houve oportunidade, chamou-me de lado, sem alarde, e segredou-me baixinho: *“Estou muito orgulhosa de você, Persio. Você fez muito pelo país. Estas pessoas – e olhava para todos os outros, com um ar risonho de cumplicidade comigo – são bobas. Não ligue para elas, não.”*

Perdi a fala. Na fineza de seu amor, ela, que mais tarde dedicaria sua vida, prematuramente encerrada, aos índios xavantes, tocara, apenas pelo olhar e em poucas palavras, o núcleo da vergonha e constrangimento que havia se instalado dentro de mim.

A vergonha é um mistério. Quando criança, eu via pessoas humildes ficarem de pé na sala de visitas da casa dos meus pais, intimidadas com os tapetes persas, os Gallés e óleos. Não ousavam sentar-se, como se suas calças e saias pudessem macular o tecido dos sofás. Tinham vergonha de serem pobres. Pensava que elas sentiam vergonha naquela sala da mesma forma que eu me envergonharia de fazer xixi na calça.

Pois eu, aos 18 anos, longe de ser criança, tinha novamente vergonha. Não era vergonha por ter sido de esquerda, nem por ter

REFLEXÕES XIV

sido preso, nem por ter tido meu nome no jornal tachado de terrorista. Não era vergonha por ter feito algo errado ou por ter conseguido sair da prisão quando tantos lá permaneciam. Era um constrangimento por ter passado por uma experiência vexaminosa, como se, de alguma forma, fosse minha a culpa por tudo o que me aconteceu. Não falava do assunto. Quando alguém que sabia do meu passado de esquerda perguntava, eu tratava de desconversar.

Demorei muito para entender esse sentimento. Havia a lembrança desagradável da tortura – da dor em si, certamente, mas, sobretudo, do meu papel ali, implorando clemência ao torturador, mendigando um aparelho de asma, engolindo em seco meus ideais. Eu não era nada perto da puta na *garçonnière*.

Havia também uma revolta surda que não se cristalizava em rosto algum. Os rostos da repressão mudavam o tempo todo – quem me prendeu não foi quem me interrogou; quem saía comigo para os encontros fictícios não era quem me interrogava; quem me transportou ao Rio não me torturou; dos rostos dos torturadores minha santa memória apagou boa parte das imagens; e no Dops novas faces surgiam o tempo todo, faces burocráticas, investigadores de plantão, escritvães, guardadores de celas. Eu não poderia vingar-me de um sistema, toda vingança é pessoal e aquele era um jogo que eu tinha perdido.

Mas aquele sentimento ia além da memória da humilhação em momentos difíceis e da impossibilidade de zerar o marcador em alguma contabilidade oculta da psique. No fundo, sentia-me constrangido por não ter sido capaz de cuidar bem de mim. Envergonhado feito o barrigudo que ostenta na sua pança um testemunho público da sua incapacidade de cuidar da sua saúde. Mas com um agravante: o barrigudo se envergonha do resultado da gula, mas come com prazer. Minha vergonha era mais próxima àquela do estupro, a vergonha por não ter sido capaz de se proteger da maldade do mundo.

Quando disse a meu pai que ele estava com leucemia, tinha sobrevida prevista de um a cinco anos, seu rosto ficou corado instantaneamente, como se tivesse sido pego em flagrante ao fazer algo errado. Ficou em silêncio por alguns minutos, ruborizado.

REFLEXÕES XIV

Tinha 59 anos. Não me perguntou por que nem duvidou do diagnóstico. Disse apenas, Persio, só vou lhe pedir uma coisa. Jure por tudo o que há de mais sagrado que você não vai contar isso para ninguém. Absolutamente ninguém. Fica entre nós dois e o médico.

Meu pai não teve raiva do mundo nem lamentou a velhice feliz que poderia ter tido. Não culpou a genética, um vírus maligno ou os efeitos cancerígenos dos corantes. Ficou apenas com vergonha, vexado como se tivesse sido ele o responsável pela leucemia. Não queria que ninguém soubesse para não ter que aguentar o falatório e os olhares de piedade e comiseração. Olhares que o acusavam do crime de não ter cuidado bem de si mesmo.

A notícia virou de ponta-cabeça a ideia que até então tinha tido de sua vida. Naqueles minutos de silêncio, achou que ficou com câncer porque se amargurou, porque não teve o sucesso que deveria ter tido, porque represou suas emoções, porque se deu uma vida infeliz – porque, enfim, não soube cuidar de si mesmo. Sua alma estava envergonhada, e vergonha era tudo o que sentia. A notícia do câncer veio carregada de significado. Frustrações e amarguras há muito esquecidas adquiriram relevo extraordinário, e momentos felizes do passado perderam o brilho. O câncer era mais do que uma doença séria – era um atestado dos maus-tratos, das torturas a que havia submetido sua alma, uma espécie de punição tardia de um deus vingador.

Passou-se algo similar comigo depois da prisão. Eu havia escolhido o caminho que me levaria à tortura por decisão própria. Não soubera medir as consequências de meus atos; a quem culpar pelas consequências a não ser a mim mesmo? Para muitos, a militância revolucionária havia sido um momento heroico, algo engrandecedor que lhes renderia dividendos o resto da vida; um motivo de orgulho por ter contribuído para um futuro melhor para o país, um atestado de seu altruísmo cívico. Eu não me sentia assim. Para mim, tinha sido algo errado do começo ao fim, e não havia quem culpar pela encrenca na qual havia me metido, a não ser eu mesmo.

Tal como vítimas de câncer, também reinventei minha vida a partir do trauma. Por que não havia desistido da luta revolucionária a tempo? Pelo mesmo motivo pelo qual não conseguira terminar um

REFLEXÕES XIV

namoro mesmo quando não gostava mais da namorada. Minha alma dirigia um táxi que ia a qualquer destino que o passageiro pedisse, menos ao meu. E eu ainda por cima aceitava como pagamento apenas o elogio de ser um motorista confiável e pontual.

Foi em um domingo à tarde, modorrento. A visita teria sido apenas mais uma das tantas visitas de solidariedade que recebíamos nas semanas imediatamente posteriores à minha libertação. Duas professoras do colégio, acompanhadas dos maridos, casais solidários na dor e também nos ideais, judeus europeus que viam no socialismo a fórmula de um mundo mais justo, sem *pogroms* ou campos de concentração. Acho que militavam no velho PCB, ou eram simpatizantes. Falaram com entusiasmo da esquerda e da revolução. Minha mãe, que havia perdido um irmão assassinado pelos integralistas antes da **Segunda Guerra**, conversou animadamente com eles. Ela nada entendia de socialismo ou revolução, mas era legalista convicta, detestava regimes opressivos de qualquer natureza e, acima de tudo, era mãe de um filho torturado.

No dia seguinte, os dois maridos foram presos e interrogados a respeito do que disseram em casa. Tudo negaram, por sorte nem chegaram a passar uma noite na prisão, mas saíram assustadíssimos. Foram ameaçados caso estivessem mentindo ou difamando o regime militar.

A situação era horrivelmente embaraçosa. Meu pai tornou-se o suspeito número 1. Quem sabe se ele, capaz de mover mundos e fundos para salvar o filho, não teria se tornado um dedo-duro, denunciando os amigos para obter as boas graças dos militares? Meu pai, por seu lado, suspeitou da empregada que havia servido o café. A mulher poderia ter sido subornada pela Oban para vigiar a família. A pobre moça, demitida sumariamente, chorou ao perder o emprego. Fingida, disse ele, eu sei que você é fingida.

Passamos a viver um clima de perseguição. Se a empregada era inocente, então havia microfones ocultos nas paredes da casa. A coisa teria acontecido durante a reforma empreendida depois da minha volta. Eletricista, pintor e gesseiro, estavam todos a serviço da repressão. Decidimos não falar mais nada que pudesse

REFLEXÕES XIV

remotamente nos comprometer. As refeições transcorriam em silêncio. Qualquer palavra poderia ser interpretada como ameaça ao regime. Conversas mais delicadas, só na rua. Eu estava novamente clandestino, só que dessa vez dentro da minha própria casa.

Um dia, descobrimos a verdade. Um parente do lado paterno, reacionário feroz, estivera na sala durante a visita das professoras. Acompanhara as conversas em silêncio e saíra convicto de que eu correria riscos seriíssimos se continuasse convivendo com aqueles perigosos comunistas. Ato contínuo, denunciou os dois casais a um militar de alta patente que conhecia, no intuito de dar um susto naqueles comunistas. Perguntado, confirmou a denúncia sem qualquer arrependimento.

– Delator é Judas, que traiu Cristo por dinheiro, e não eu, que protejo minha família das más influências e defendo minha pátria. E digo mais: o menino foi desencaminhado, enganado, iludido mesmo, pelos comunas infiltrados na Universidade de São Paulo e no Colégio de Aplicação. Meu sobrinho, primeiro neto da família, um Arida, parente do Patriarca do Líbano, comunista por convicção própria? Jamais.

Fiquei estupefato. O dedo-duro tinha orgulho da sua condição de reacionário militante. Continuou falando da destruição das igrejas na Rússia, da repressão aos monges do Tibete invadido pela China Comunista, do *paredón* de Fidel Castro, da Intentona de 1935, da degradação dos costumes e da moral em uma peça de Chico Buarque.

Diante da sua orgulhosa profissão de fé, o Líbano dilacerou-se, imerso em uma guerra civil fratricida que ocorria deste nosso lado do mundo. Minha mãe impediu o dedo-duro de pôr os pés em casa e aproveitou o gancho para criticar a família de meu pai como um todo. Meu pai revidou tripudiando sobre os podres da família dela. Aos berros, livres finalmente dos microfones ocultos, repisavam ressentimentos familiares antigos e novos, acumulados por décadas, em que se misturavam idiosincrasias das aldeias, religiões e partidos do Líbano, coisas que haviam ficado na garganta, entaladas por tantos anos, uma torrente de emoções enxovalhando qualquer traço de bondade ou amizade genuína que até então existisse nas

REFLEXÕES XIV

duas famílias. Uma briga de proporções bíblicas.

Durante meses, fiquei acuado dentro de mim mesmo. Tinha receio de conversar com meus amigos de prisão, temeroso de que pudessem interpretar nossos encontros como uma tentativa de remontar a organização revolucionária; e não havia outros com quem pudesse falar de peito aberto.

O drama maior era a confusão de sentimentos. Já não sabia de mim. Olhava-me e não me reconhecia. Não poderia abdicar de meus ideais. Nada de luta armada, é claro, mas eu não deveria deixar barato aquilo que vira e sofrera. Tinha que encontrar outra forma de militância, tinha que dar o troco. Mas será que tinha mesmo que dar o troco? Eu não queria trocar as paredes de tijolo da prisão pelas paredes invisíveis do sentimento de vingança; não queria virar o Ahab de *Moby Dick*, prisioneiro da baleia branca maligna que o mutilara e lhe tomava todos os pensamentos em uma obsessão doentia.

Aos poucos, fui emudecendo. Evitava conversas, com medo de que me influenciassem. Avisei que faltaria às refeições, pedi que fossem servidas em meu quarto. Fiquei só, eu e meus pensamentos. Saía apenas para dar voltas no quarteirão, ou tomar um ônibus até o Centro, para visitar livrarias. Lia obsessivamente horas a fio, meio que fugindo, meio que tentando encontrar alguma inspiração, a porta de saída do labirinto em que me encontrava.

Finalmente, um clarão: um estranho poema. Reflexões suscitadas por uma escultura antiga que se salvara, em parte, da destruição dos tempos. O poema me fascinava no ritmo, nas ideias que saltavam como lascas de uma pedra, como se cada palavra tivesse sido esculpida da matéria bruta, tal qual a escultura. Tinha o caráter de uma dedução, misteriosa em seus passos, mas que desembocava em uma conclusão cristalina: “Precisas mudar de vida.”

Nada sabia do “Torso arcaico de Apolo”, do Rilke parisiense que acompanhava Rodin. Para mim, a frase era a síntese de um raciocínio sensibilíssimo, incompreensível em qualquer outra linguagem que não a poética, profundo no seu entendimento da vida e das pessoas. O imperativo calava fundo no meu coração porque era o que eu queria ouvir. Lia em voz alta: precisas mudar de

REFLEXÕES XIV

vida. Tens que mudar de vida. Deves mudar de vida. Afastar-se de tudo que possa lembrá-lo daquele período, desaparecer sem deixar traço algum, metamorfose de taturana em borboleta. Recomeçar do zero. Não olhes para trás, Persio – uma Medusa te espera.

As visitas gradualmente desapareceram e a rotina da vida se reinstalou em casa. Aspirador na segunda, feira na terça, almoço reforçado nos sábados e domingos, sorvete depois do jantar nas noites quentes de verão. Meu pai retornou ao trabalho e seu espírito brincalhão e gozador voltou em plenitude. De vez em quando, é bem verdade, ficava com o olhar perdido, hipnotizado por algo do além, como se suas energias tivessem sido esgotadas. Nessas ausências, a única coisa que o distraía era picar fumo e preparar seu cigarrinho de palha, hábito que aprendera no interior nos tempos de caixeiro-viajante. Explicava: Sou meio biruta mesmo, de quando em quando me distraio e me esqueço do mundo. Jamais revelou o que lhe passava. Eu fazia de conta que não tinha nada a ver comigo.

Com minha mãe a situação era outra. Seu olhar piedoso me perseguia. Onde quer que estivesse, aquele olhar enternecido me acompanhava, me perscrutando e lendo a linguagem silenciosa das minhas expressões faciais e da coluna vertebral, um olhar que falava assim, coitado do menino, sofreu muito. Honrando a cultura libanesa, cuidava de mim por meio da mesa farta. Nas refeições, um exagero nos pratos de que gostava. E entre as refeições, uma avalanche de ofertas. Persinho, coma estes sequilhos. E estes suspiros, então, estão divinos. Que tal um cafezinho fresco, acabou de sair? Mal virava os olhos e pronto – lá estavam à minha frente pera, laranja e caqui, cortados em pedacinhos pequenos para que eu não tivesse trabalho algum.

Aquela solicitude me deixava enfurecido. Eu queria renascer do zero, esquecer tudo aquilo que tinha me acontecido, deixar tudo para trás, mas a vida não poderia voltar ao normal com aquele excesso de mimos culinários, um atestado, repetido inúmeras vezes ao dia, de que eu era um sofredor, um coitado que precisava compensar por meio dos prazeres materiais os maus-tratos da vida. Adotei todas as estratégias de recusa, do cortês não, muito obrigado, à grosseria de jogar a comida no vaso sanitário. Nada abalava minha mãe. Fazia uma cara amuada, esperava passar um tempinho e lá

REFLEXÕES XIV

vinha ela de novo, cafezinho em punho, acompanhado de um bolo de fubá, quem sabe se desta vez o menino se anima? Para minha mãe, eu não comia de tristeza e estava irritadiço devido às sequelas da prisão. Eu era um sofredor e ponto final.

O pior de tudo era vê-la contar minha prisão a alguma amiga. Seus olhos se enchiam de lágrimas; a fala adquiria um tom pausado, solene. Contava do meu sofrimento com tal convicção que um marciano diria que na verdade falava do sofrimento dela. Esmerouse ao guardar, com capa de plástico de proteção e cabide especial, o blazer azul que eu vestia quando fui preso, como se fosse um *suvenir* dos seus tempos de prisão, e não dos meus; ficou mortalmente ofendida quando o doei ao filho da empregada do vizinho. Nos fins de tarde, era tomada de melancolia profunda, *mater* dolorosa. Ficava em silêncio, olhando o sol que se recolhia, entristecida com o que havia acontecido com seu filho.

E eu queria ir embora dela, dizer: *A senhora se despede de mim agora, mãe, a senhora não me conhece, não aconteceu nada a não ser me aquecer por um tempo no quentinho do seu útero, e por isso eu vou tomar meu caminho e não voltarei nunca mais.* Mas não queria magoá-la, seria uma injustiça horrorosa. E ao final era mesmo inútil dizer qualquer coisa, ela jamais entenderia. Melhor me trancar diante dela, defendido por uma couraça silenciosa de irritação e mau humor.

Uma única vez tentei conversar diretamente com minha mãe sobre o que sentira naqueles anos. Queria avivar minha memória, mas também me reconciliar com ela, registrar em palavras o que sentira e pedir-lhe desculpas. A conversa não prosperou. Minha mãe evitou o assunto, era-lhe mais doloroso do que eu pensava. Além da compaixão, é difícil para uma mãe suportar o sentimento de que o filho escolheu um curso de ação que poderia ter levado à sua própria destruição.

Rilke dedica uma série de poemas à vida de Maria. No episódio da transformação da água em vinho, Maria se junta à festa após o milagre sem sentir que, no fundo de seus olhos, a água de suas lágrimas se transformara em sangue. No poema seguinte, Maria antevê a Paixão. Se esta era a sua vontade, diz, você não deveria ter

REFLEXÕES XIV

nascido do corpo de uma mulher, e sim ter sido extraído de uma montanha, onde se talha pedra com pedra. Se você precisava de tigres para lhe despedaçar, por que usar a túnica que lhe teci, sem costura alguma que pudesse machucar sua pele? Esta foi toda minha vida, e agora subitamente você vira a natureza ao contrário.

Recebi cartas de amigos exilados elogiando meu comportamento. Ninguém foi preso por sua causa, disseram; você nada confessou. Num ímpeto de honestidade, rascunhei uma resposta dizendo que, embora fosse verdade, tinha sido por conta de um ardil, de uma malandragem que pegou, e não de bravura. Eu não cuspira na cara do torturador ou o xingara como a puta na *garçonnière*. Carta escrita, julguei arriscado demais enviá-la para Paris por um portador, e mais arriscado ainda mantê-la comigo. Foi para a lata de lixo juntamente com qualquer outra explicação que empanasse o brilho da minha reputação.

Um dia também me ligou o simpatizante que só eu conhecia, e cujo nome ocultara na noite de tortura no Rio. Éramos amigos do movimento secundarista, vinha de origem humilde. Emocionado, gaguejou ao agradecer não ter “aberto” seu nome mesmo sob tortura. Retribuí com certo desleixo, sem entrar em detalhes, como se aguentar torturas fosse algo trivial para uma pessoa tão extraordinária quanto eu. Não há o que agradecer, apenas cumpri meu dever, nada mais.

O outro militante cujo nome também poupei fugiu em pânico para o exterior quando soube das prisões. Seu nome havia sido revelado por alguém do grupo; foram à casa de seus pais. Permaneceu no exterior mesmo depois da nossa absolvição. Um dia, cansado das agruras do exílio, voltou ao Brasil e mergulhou na clandestinidade. Sua vida era um inferno, mudando incessantemente de casa e de emprego, indo de uma cidade a outra, fugindo e fugindo. Não deu sinal de vida durante anos.

Encontrei-o por acaso, em um restaurante da moda, em São Paulo. Todas as mesas estavam tomadas, havia uma longa fila de espera, o bar estava apinhado de gente. Entrei na competição selvagem por um segundo de atenção do *barman*. O infeliz, atarefado ao extremo, se desdobrava lavando copos, preparando drinques e atendendo

REFLEXÕES XIV

vários pedidos ao mesmo tempo. Mendiguei: Meu senhor, um copo de vinho tinto, por favor.

Era ele. Um passado assombrado e há muito silencioso destacou-se daquele ambiente barulhento. Ficamos sem nada dizer alguns instantes, imóveis, o tempo em suspenso. Eu de *blazer* e ele de avental branco. Um do lado de cá, outro do lado de lá do balcão. A restauração da luta de classes.

Contou-me sua saga ali mesmo, entre uma e outra *piña* colada, drinque da moda naquele verão. O medo de ser preso e torturado havia tomado conta dele. Evitara ligar para qualquer dos amigos, mesmo depois da libertação e do julgamento, por medo de uma armadilha. Falou-me das agruras do autoexílio, das fugas perante perigos imaginados, da gradual descoberta de que talvez estivesse fugindo à toa. Tremia a cada carro de polícia que passava, a cada passo mais próximo, diante de qualquer conversa na qual algo de pessoal lhe fosse perguntado. Uma vida perdida fugindo de uma quimera.

Voltei para casa pensando que talvez fosse melhor ser torturado de uma vez a conviver com um medo daqueles. Lembrou-me a saga dos soldados japoneses que se ocultaram por anos a fio nas florestas das ilhas do Pacífico após o fim da guerra, certos de que a notícia da rendição do imperador era falsa. Alguns deles chegaram a emboscar os invasores. Na inutilidade do sacrifício ao menos havia um consolo: haviam sido leais ao imperador ainda que o imperador não tivesse honrado esta lealdade.

A sabedoria popular consagra expressões estranhas. Fulano ficou com o cabelo em pé, por exemplo. Como poderiam células mortas desafiar a lei da gravidade? Pois vi meu pai com cabelo em pé um dia, meses depois da minha libertação. O telefone tocou após o almoço e ele atendeu mecanicamente, de passagem, como que se desincumbindo da última tarefa antes de sair de casa. Atendeu de pé, chaves do carro na mão. Salim, posso te ligar do escritório?

Não podia. Seu corpo arriava à medida que ouvia a notícia. Liquefeito, sentou-se numa cadeira e aos poucos foi se horizontalizando, nocauteado.

REFLEXÕES XIV

Do outro lado do fio, meu tio advogado contava, alarmado, as más notícias. Interrompera suas férias no litoral, acabava de chegar a São Paulo e estava indo às pressas para o Fórum. Acontece, Riad, que o delegado do Dops, formalmente encarregado de preparar o inquérito, enquadrou o menino na Lei de Segurança Nacional. E pediu ao juiz sua prisão preventiva, a bem da ordem pública. O julgamento definitivo, Riad, pode demorar anos.

Na minha frente vi um espantinho. Sei, sei, estou entendendo, o.k., entendi. Olhos esbugalhados, a boca seca e o cabelo empinado, sem corte ou estética. Ainda estão por inventar um gel que faça os cabelos ficarem em pé daquele jeito. Cada fio de seus cabelos brancos era um ser vivo, agindo por conta própria, erguendo-se elétrico na vertical, clamando aos céus por ajuda.

Deu certo – o pedido de prisão preventiva foi indeferido pelo juiz e pude aguardar em liberdade até o julgamento.

Meu tio advogado era o exemplo do conservador democrata. Antigetulista ferrenho, apoiara relutantemente o golpe de 1964 porque Jango Goulart subvertera a ordem. Tinha horror ao AI-5, mas não nutria simpatia alguma pelas minhas inclinações de esquerda. Achava que eu não passava de um menino perdido no mundo e os culpados eram meus pais, que não souberam me orientar na vida. Deixado sozinho, dizia, o jovem despreza a sabedoria dos velhos e só aprende quixotesicamente, à custa de suas próprias cicatrizes. Aquele, no entanto, não era o momento para discussões familiares ou querelas ideológicas – a família prevalecia acima de tudo e ele, criminalista, se sentia no dever de me defender como se eu fosse seu próprio filho. É a causa mais importante de minha vida, dizia.

Sua estratégia de defesa era dupla. De um lado, mostrar que eu não me encaixava no perfil de um perigoso terrorista. Tinha endereço conhecido e havia sido criado em uma boa família. Meu tio reuniu depoimentos de pessoas notórias da sociedade falando bem a meu respeito – juízes, desembargadores, promotores. Obteve um teste psicológico que mostrava que eu tinha índices normais de agressividade. Insistiu com meu pai para que me arrumasse um emprego, coisa que não era fácil naquelas circunstâncias – ninguém

REFLEXÕES XIV

queria se expor contratando um ex-terrorista. O tribunal, disse ele, respeita quem trabalha. Para eles, a USP é um antro de subversivos.

Por outro lado, buscava desmoralizar a acusação. Meu tio gostava de se descrever como um simples advogado, um humilde artesão do direito positivo, sem tempo para elevar os olhos para os alcantis da filosofia do direito. Talvez fosse modéstia, mas o fato é que era infernal no conhecimento dos detalhes processuais. Experiente, percebeu por meio da leitura comparada dos vários depoimentos que, no afã de colher assinaturas, o delegado responsável pelo inquérito coletivo no Dops se esquecera do relógio. Havíamos assinado em bloco, um atrás do outro, rubricando mecanicamente as páginas. E o escrivão, no ritual burocrático, registrou corretamente a hora e os minutos em que os depoimentos tinham sido assinados. Resultado: os horários dos depoimentos diferiam uns dos outros em apenas alguns minutos. Ora, dizia meu tio, como é possível que alguém tenha tomado depoimentos tão extensos em dois ou três minutos? Mal daria tempo para iniciar as perguntas, quanto mais para que o interrogado respondesse, o escrivão batesse à máquina, tirasse cópias em papel carbono, etc.

Não era a única falha da peça de acusação. Confrontando os depoimentos, meu tio notou que as testemunhas eram sempre as mesmas: dois investigadores antigos do próprio Dops, encostados na burocracia e já próximos da aposentadoria, que assinaram aquela montanha de depoimentos tão mecanicamente quanto nós. Não eram testemunhas isentas que pudessem avaliar o que ali se escrevera.

Tratou também de desqualificar o crime. Acusavam-me de ter transportado em meu carro meus companheiros que colocaram a faixa. Ora, dizia ele, onde estão as provas materiais do crime? Não se condena alguém por furtar uma carteira que seja, quando não há notícia de que uma carteira tenha sido furtada. Como então condenar o menino por ter colocado uma faixa quando não havia nos autos nenhum registro de apreensão de alguma faixa com aqueles dizeres?

Do primeiro emprego a gente nunca esquece. Mulheres bonitas, carros esporte, gente criativa, livre, leve e solta. Mas também

REFLEXÕES XIV

executivos engravatados, tensos nas relações com clientes, e horas de estresse no cumprimento dos prazos para entrega dos anúncios e das campanhas.

Meu primeiro emprego foi na DPZ. Era difícil encontrar trabalho naquelas circunstâncias – ninguém queria se expor contratando alguém cujo nome constara dos jornais como terrorista preso. Seguindo a recomendação do meu tio, meu pai foi à luta. Voltou um dia satisfeito. Persio, ainda há empresários de coragem e bom coração neste mundo. O Duailib vai te dar um emprego.

Era um emprego em tempo integral, compatível apenas com um curso universitário noturno. Mas eu já havia perdido o primeiro ano da faculdade de história, por faltas, e, portanto, não haveria custo algum em virar um trabalhador. E estava decidido a cumprir a orientação do meu tio. Apresentei-me no dia marcado, sem noção do que iria fazer. Não sabia nada de propaganda. Acabei virando um revisor de português, aquele que dá a palavra final, checando a ortografia e a regência verbal antes de a peça ir para a publicação.

Logo percebi que me faltaria o talento, ou a vocação, para seguir carreira. Mas me senti acolhido na agência. Ninguém me olhava com comiseração ou piedade. Os sócios eram democratas, horrorizados com a violação dos direitos humanos que se praticava no país. O redator-chefe, um antigo simpatizante da esquerda comunista, tinha um olhar cínico sobre o capitalismo. Persio, mulher alguma compra um sabonete Lux. Ela compra o sonho de ser uma estrela de cinema ao módico preço de um sabonete. Acredita tanto que vai virar estrela de cinema quanto uma criança acredita que sua boneca tem vida própria.

Havia um truque na defesa. Meu tio Salim em nada criticava os militares; ressaltava o zelo e ardor com que defendiam a pátria. No tribunal, explicou-me, há um único juiz civil, encarregado apenas de instruir o processo, e o corpo de jurados é formado todo ele por militares. A estratégia, Persio, é carregar as baterias contra a inépcia do Dops, formalmente encarregado do inquérito, apelando para o senso de justiça do tribunal contra os desatinos do delegado que presidira o inquérito e solicitara minha prisão preventiva.

E mais. Ao preparar a defesa, trocara ideias, por meio de um

REFLEXÕES XIV

intermediário, com o juiz civil togado. Adepto da absolvição do grupo de estudantes como um todo, o juiz havia sondado os militares que dispunham do poder de voto no tribunal. De certa forma, estava tudo prejudgado. O próprio promotor havia confidenciado a meu tio que pediria minha (e nossa) absolvição. Os estudantes não haviam praticado ou colaborado com nenhum ato terrorista, eram muito jovens (vários não foram sequer processados por terem menos de 18 anos) e já estavam reintegrados à sociedade. Tudo se encaminhava para a absolvição – salvo se eu denunciasse, em juízo e nos autos, a tortura que havia sofrido.

Sentado em sua mesa de trabalho atulhada de papéis e processos, meu tio iniciou a conversa olhando-me por cima dos óculos de leitura.

– Persio, você já sofreu muito. Seus pais e familiares também. Seja responsável com você mesmo e com quem te quer bem. Foi um milagre terem libertado você e seus amigos. Não abuse da sorte fazendo bravatas. Veja bem: você não precisará mentir porque ninguém vai te perguntar nada. Consiga de vez sua liberdade. Caso contrário, prefiro nem pensar no que pode te acontecer.

Vacilei alguns instantes. Eu sabia do que ele estava falando. E ele sabia da dúvida que me consumia. Denunciar nos autos a tortura seria a oportunidade de registrar para sempre meu protesto. Um documento para os historiadores. Um testemunho a mais para despertar a consciência coletiva sobre os absurdos do regime militar. Uma vingança contra aqueles que tentaram me silenciar. Eu seria um Graciliano que, ao sair da Colônia Correccional, disse ao médico-superintendente que iria pagar a hospitalidade recebida com um livro de 200 páginas contando tudo o que lá vira e sofrera. Era meu dever; meu compromisso com a verdade. Uma demonstração pessoal de coragem, a chance de recuperar a altivez ofendida, de advertir *urbi et orbi* que não havia tortura que me levasse a deixar de lado os ideais de uma sociedade livre e justa.

Ou não. Quem sabe, talvez, não devesse ficar em silêncio, ser absolvido e ver-me livre de vez? Já tinha dado minha quota de sofrimento. Desde a soltura, batia ponto todo mês no prédio da Justiça Militar para mostrar que não havia fugido, e tinha que pedir

REFLEXÕES XIV

autorização toda vez que saía dos limites da cidade. Não eram rotinas que me incomodassem muito, mas estava sempre sujeito à espada de Dâmocles do julgamento. Tinha agora uma chance de ouro para obter uma liberdade incondicional. Repetia para mim mesmo os argumentos, para me convencer bem do que iria fazer. De que valeria o enésimo depoimento confirmando a tortura no Brasil? Eu não era político, nem advogado, nem escritor famoso, o mundo iria ignorar solenemente minhas denúncias. De que valeria um depoimento calcado em apenas uma sessão de tortura? Meu único trauma era certa dificuldade de dormir com luz acesa, algo ridículo perto das sequelas dos torturados de verdade. Para que se arvorar em grande revolucionário, denunciando a ditadura, se minha militância tinha sido modestíssima? Denunciar torturas, no meu caso, seria uma desproporção, uma usurpação de glória indevida. Em resumo: para que provocar os militares do tribunal? Todo mundo sabia o que se passava nos porões da ditadura. Por conta de uma única, mísera noite de tortura?

Além do mais, adorava ouvir meus discos e ler minha literatura. Descobrira, talvez por algum obscuro escapismo da mente, um gosto insuspeitado pelas matemáticas, pela mais bela aventura do espírito no espaço da pura forma. Dez minutos de valentia cívica valeriam mais do que anos a fio preso?

Chegou o dia. Era um julgamento coletivo – lá estavam todos os meus colegas, acompanhados de pais e familiares. O julgamento da meninada, como disse um dos guardas. Meninada no banco dos réus, mas aparato de gente grande. O prédio da Justiça Militar estava cercado de policiais e militares armados até os dentes. Puseram um tanque na entrada da avenida Brigadeiro Luís Antônio. Um tanque de guerra de verdade, pronto para o combate. Será que temiam um ataque terrorista para nos resgatar? Ou será que queriam apenas reafirmar o poderio do *status quo*?

Para manter-me calmo, raciocinava. Quem votava no tribunal eram militares indicados a dedo. O julgamento que contava era feito pelos próprios militares do aparato repressivo. A sentença era proferida na prisão mesmo: este deve morrer, aquele ficar preso, este outro libertado. Se haviam me libertado, não faria sentido algum me condenarem agora. O julgamento formal, dois anos após a soltura,

REFLEXÕES XIV

era uma máscara de legalidade processual, destinada a ratificar a sentença que emanara do único poder que contava – o poder dos quartéis. O julgamento há de ser um ritual vazio, destinado exclusivamente a preservar a fachada do estado de direito.

Repetira para mim mesmo o raciocínio milhares de vezes, antes e durante o julgamento, tentando encontrar alguma falha. Era um raciocínio lógico, inquestionável. Mas na frente daqueles juízes não havia reflexão que me tranquilizasse. O acaso existe e sempre pode surpreender para pior. *Shit happens*, uma das frases mais sábias da língua inglesa. De outra forma, como explicar que o delegado do Dops pedira por conta própria minha prisão preventiva mesmo após ter sido libertado pelos militares? Não havia eu mesmo sido um brinquete das rugas entre os centros de tortura? E se a defesa de meu tio estivesse equivocada? E se os militares quisessem aproveitar a oportunidade para enviar uma mensagem inequívoca aos adolescentes de todo o país? Sairíamos então do banco dos réus diretamente para o pesadelo da prisão e, sabe-se lá por quanto tempo, vida e planos destruídos.

A acusação foi lida. Persio Arida – vulgo Renato, ocasionalmente Abel ou Daniel – teve intensa atividade no campo da subversão. Era o coordenador de uma célula do Movimento Estudantil da VAR-Palmares. Tudo indica ser um Dom Quixote de fancaria que pensou derrubar moinhos de vento. Fez pichações e ergueu uma faixa com dizeres pregando a desorganização moral da sociedade.

A seguir, meu tio iniciou a defesa. Baixinho, voz de tenor poderosa, corpo encorpado por muitos anos de boxe, meu tio sustentou-a oralmente, lendo apenas um ou outro documento. Ridicularizou a peça acusatória, invocou o bom nome da Justiça, elogiou malandramente a isenção do tribunal e lembrou o porte das testemunhas de defesa que havia arrolado. Falava com a oratória dos julgamentos criminais – impecável, articulada, cheia de frases de efeito, assertiva e determinada, com todos os recursos disponíveis para manter a atenção dos jurados. Em qualquer outro tribunal, teria sido uma atuação notável, um discurso daqueles no qual ninguém ousa espirrar para não perder cada palavra dita.

Mas não ali. O único que o escutava era o juiz civil. O corpo de

REFLEXÕES XIV

jurados, todo de uniforme, conversava animadamente entre si. Esfregavam seu desprezo pela defesa falando abobrinhas e contando histórias – houve um momento em que todos riram, provavelmente no fim de alguma piada. Um escárnio à Justiça, comentaria meu tio mais tarde. A plateia também não colaborava, embora por outra razão. Falava-se o tempo todo para aliviar a tensão, circulando de boca em boca a informação de que todos seriam absolvidos. Ninguém sabia ao certo a fonte de tal notícia, mas todos a contavam como se verdadeira fosse, e a ouviam novamente de terceiros como confirmação daquilo que já sabiam.

Meu tio ignorava tudo e todos, concentrado nas figuras de retórica e na articulação dos argumentos. E eu o ouvia, embevecido pela fala grandiloquente e estupefato pela condução do raciocínio. O Persio daquele discurso era falso feito uma nota de 3 dólares, um jovem cristão inexperiente, filho exemplar, caseiro, trabalhador, quase um coroinha de gravata-borboleta e calça curta. Coisas do direito, pensei, tudo o que importa é arrancar a sentença de absolvição.

A surpresa maior aconteceu no *finale*. Seu discurso terminaria com uma frase de efeito, síntese e arremate daquele arrazoado todo. Deveria ser falada com solenidade, de forma pausada e cadenciada, culminando com o pedido de que fosse feita justiça. Ouço-o ainda bem:

– E é este mesmo Persio Arida, fruto primeiro de uma família exemplar, patriota, extraordinário aluno, trabalhador, no frescor da juventude, que...

Lágrimas nos olhos, voz embargada, meu tio subitamente silenciou. Chocado pelo inesperado, consegui por um momento deixar de ser o centro de tudo para prestar atenção nele. Não no seu discurso a meu respeito, mas nele mesmo. O terno de linho 120 amassado, camisa suada, rosto cansado, tudo nele demonstrava o esforço que havia sido falar naquelas circunstâncias, defendendo o sobrinho querido, justo ele que não tinha filhos, uma árvore sem frutos, dedicado a mim como se eu fosse seu filho.

O silêncio embargado demorou uma eternidade. Quando retomou o discurso era outro homem. Falava para dentro, murmurando, mal e mal concluiu a frase pedindo que fosse feita justiça para seu

REFLEXÕES XIV

sobrinho. Voltou da tribuna com passos lentos, como se precisasse sentir exatamente onde estava pisando.

A sentença foi ouvida em silêncio. A absolvição em primeira instância selava a sorte do processo. Ainda mais uma absolvição coletiva, aplainando de vez quaisquer nuances de envolvimento de uns e de outros, quase que criando uma jurisprudência, se é que tal conceito pode ser aplicado àqueles vestígios de ordenamento jurídico. Ainda restava uma apelação, por dever de ofício, do procurador, mas era pura formalidade. Melhor resultado, impossível.

Na porta do prédio, pais se confraternizavam entre abraços emocionados e parabéns recíprocos. Tentavam combinar uma pizza no sábado à noite para comemorar a absolvição dos filhos. Os ex-réus, no entanto, estavam com pressa. Ninguém queria saber de cantina do Bixiga, ninguém queria comemorar nada. Só queríamos dar o fora daquele local o mais rapidamente possível, longe daqueles soldados e do tanque, como se, partindo, pudéssemos nos ausentar daquela experiência traumática também.

Podia, finalmente, encarar a vida como futuro. O único senão do qual não me arrependia, mas sinceramente lamentava, era não ter podido denunciar a tortura publicamente. Em 1974 veio a abertura, lentíssima como se veria depois, e com ela a esperança de registrar por escrito o que vira nas prisões. Resolvi pôr tudo no papel. Não mudaria a substância do que já se sabia, mas, pensava comigo mesmo, talvez seja no acúmulo de depoimentos que se romperá a cortina de silêncio com que o regime autoritário tentou isolar os centros de tortura. Claude Lanzmann não teria conseguido no tempo normal de um filme transformar o espectador em uma testemunha dos crimes que o nazismo pretendeu tornar invisíveis. Precisou de 350 horas de entrevistas, condensadas em nove horas, para fazer Shoah. Pois eu queria que o meu depoimento fosse o da 351ª hora: que ajudasse a romper, pelo mero acúmulo e saturação, o torpor das consciências, expondo de forma crua o que se praticou no Brasil.

E imbuído desse espírito, transcrevi meu depoimento, sendo o meu próprio escrivão, um depoimento exato, livre de adjetivos e

REFLEXÕES XIV

superlativos: “... *que o fulano no dia x sofreu no quartel da Tijuca uma série de torturas físicas e psíquicas, dentre as quais espancamentos generalizados, inclusive choques elétricos nas mãos e nos testículos, tendo desmaiado várias vezes em consequência; que, asmático, ficou sem tratamento médico adequado...*”

O resultado? Um texto curto e pobre, mal e mal preenchendo duas páginas, vagabundo mesmo, incapaz de suscitar qualquer indignação, frio como os relatos dos suplícios da Inquisição que lia no meu curso de história. Talvez me faltasse talento literário. Ou talvez meu fiasco resultasse de um defeito das palavras. Pois não há texto escrito sobre os crimes contra a humanidade que desperte no leitor o horror que teria se os presenciasse. Camus bem dizia que quem tolera crimes contra a humanidade não deveria ser poupado do espetáculo da humanidade em sofrimento e agonia.

Tentei, uma ou outra vez, expandir o texto, me perguntando sobre o que faria alguém perpetrar atrocidades como as que presenciei. O texto, impublicável naqueles anos ainda sombreados pela opressão, não tinha nada de extraordinário, mas a questão me intrigava. Pensava não em mim, mas no Bacuri e em tantos outros. Pensava nos relatos dos dias iniciais do golpe de 1973 no Chile – Victor Jara teve os punhos quebrados para que não tocasse mais violão, Eugenio Ruiz-Tagle, antes de ser fuzilado, teve o olho arrancado, o nariz esmagado, lhe extraíram as unhas dos pés e das mãos, e terminou com a coluna vertebral quebrada em três partes. E quanto mais pensava, menos conseguia escrever.

Depois da absolvição, larguei a faculdade de história e o emprego na agência de publicidade. Desisti da música, perambulei por várias faculdades e acabei me fixando em economia. Meu pai ficou satisfeito – era uma profissão sem o prestígio da medicina, advocacia ou engenharia, mas que me prepararia para ganhar dinheiro e sustentar uma família. No fundo, gostaria que eu o sucedesse nos negócios, que o acompanhasse na vida de comerciante, mas respeitava meu pendor acadêmico.

Segui assim meu caminho. Estudaria no Brasil, depois nos Estados Unidos e me tornaria independente. Havia somente que cumprir

REFLEXÕES XIV

um dever de gratidão. Não que meu pai cobrasse ou pedisse algo. É que eu nunca havia conseguido dar um abraço de peito aberto nele, chorar com ele de gratidão e, incapaz de corresponder ao seu amor em espécie, precisava retribuir de alguma outra forma. Agíamos, eu e ele, como se fosse natural da parte dele, como pai, cuidar de mim como sempre cuidou. Mas sabíamos ambos que havia no seu afeto paterno algo que transcendia a figura de um pai comum. E eu não queria ser um filho comum, daqueles que considera quitadas suas obrigações no almoço dominical na casa dos pais.

Um dia tive um estalo: poderia ajudá-lo trabalhando com ele nas férias. Meu pai desdobrava-se entre suas lojas de pequeno comércio, cronicamente deficitárias, e suas atividades como negociante independente, preparado para aproveitar toda e qualquer oportunidade que se lhe atravessasse o caminho. Comprava e vendia firmas falidas, se metia em sociedades com escrituras em nome de terceiros, intermediava operações sem capital algum, numa sucessão vertiginosa de altos e baixos que narrava em detalhes em todas as refeições. A casa participava daquele turbilhão – ora comprava uma fábrica de mentol e passava horas falando da importância do mentol para o mundo; em outro momento se metera em um reflorestamento com eucaliptos; logo depois dava lances para comprar um terreno encalhado que servira de depósito de bolinhas de gude que estava com preço subavaliado em um leilão judicial. Quando ganhava dinheiro, trocava de carro, viajava e deixava minha mãe comprar quadros e objetos de arte; quando as coisas iam mal, reclamava do custo da assinatura do **Estadão**, evitava pisar os restaurantes, ficava deprimido e diminuído perante si mesmo. Na maré baixa contava suas agruras a qualquer um e coroaava o relato com seu mote predileto: Rakudianai.

Não havia quem não risse com o Rakudianai. O som da palavra era hilário e o riso suavizava a fase ruim dos negócios, pondo o mundo dos feitos materiais em seu devido lugar. Ela lhe havia sido ensinada por um japonês do bairro da Liberdade. Explicava que a palavra em japonês quer dizer “não é fácil”. Meu pai não sabia nada de japonês, detestava peixe cru e não sabia jogar Go, jogo que me apaixonava desde moleque. Mas o Rakudianai se integrou de forma permanente

REFLEXÕES XIV

ao seu vocabulário.

Foi numa daquelas fases Rakudianai que resolvi ajudá-lo na reorganização de suas lojas. Não havia nada que pudesse fazer quanto a seus negócios independentes, um mundo de blefes e espertezas que me era estranho. Mas nas lojas havia um negócio estável, ao qual poderia aplicar o que aprendera na faculdade. Vendia-se material escolar, artigos de papelaria, apliques de Natal, mas, sobretudo, discos populares, os hits da ocasião. Pensei em calcular a demanda por discos, descobrir qual era o preço ótimo pelo qual ele poderia maximizar seus lucros, avaliar o valor de cada ponto de comércio. Coisas que havia aprendido nas aulas de microeconomia e, agora, do alto dos meus 21 anos, me faziam poderoso, capaz de ajudar o próprio pai e retribuir, de uma torta maneira, tudo aquilo que ele havia feito por mim.

"Brasília" era o nome do escritório no qual ficavam meu pai e seus dois sócios, um irmão e um cunhado. Ficava num prédio velho na ladeira General Carneiro, lado esquerdo de quem desce. A localização havia sido escolhida a dedo – o escritório, que serviria para centralizar a contabilidade das cinco lojas, ficava praticamente em frente à loja matriz, responsável pela maior parte das vendas. Era uma rua exclusiva para pedestres, de grande movimento, caminho natural para o Parque Dom Pedro onde estacionavam os ônibus que vinham da Zona Leste.

Não sei quem batizou aquele escritório de "Brasília". A ideia era lançar os germes de um futuro auspicioso, tal qual Juscelino havia feito com a sua Brasília. Um nome cheio de esperança, mas também carregado de autoironia, presença de um espírito capaz de caçar de suas próprias criações.

Nessa "Brasília" viviam-se as realidades do pequeno comércio. Eternos problemas com os fiscais escorchantes, mercadorias que encalhavam, contabilidade sempre atrasada, talonários de nota fiscal empilhados no chão (um a mais ou um a menos não fará diferença), a eterna confusão entre o "por dentro" e o "por fora". Raro era o dia em que se conseguia conciliar o caixa no fim do expediente sem grandes atropelos ou sobressaltos. O negócio era deficitário, o capital investido nos estoques diminuía ano a ano,

REFLEXÕES XIV

suavemente erodido pela inflação. Os sócios viviam às turras. O irmão de minha mãe era de gênio difícil e reclamava que o irmão do meu pai era burro. Meu pai achava ambos incompetentes, mas não havia Cristo que se interessasse em comprar sua parte naquela sociedade. E os outros dois, que se dedicavam inteiramente às lojas, tinham inveja dos seus negócios independentes. A política também não contribuía para a concórdia societária – o irmão de minha mãe era do Partido Comunista, e o irmão do meu pai entusiasmar-se pela Marcha por Deus e pela Família antes do golpe de 1964.

Os sócios não se entendiam nem mesmo sobre questões estritamente operacionais. Deveriam vender discos ou cadernos escolares? Seriam uma loja de discos velhos, de sobras, ou uma papelaria? Deveriam abrir mais uma loja no Brás ou na Mooca? Tudo era motivo para discussões infundáveis e inconclusivas. Nos momentos mais acirrados, meu pai pronunciava a frase de efeito: Capitalismo é bom, a concorrência é que é uma desgraça. Aprendi isto com meu primeiro sócio, explicava. Fundamos juntos a Arida & Korn Ltda. Uma pacífica tinturaria em que judeus e árabes tinham partes iguais, e que na melhor tradição semita dedicava-se ao lucro e não à guerra. Lá também aprendi, meu filho – piscava malandramente ao citar outro de seus ditados prediletos –, que nada cria tamanha intimidade quanto manter o caixa em comum.

Foi daquele escritório que acompanhei o lançamento do disco de Sidney Magal. Baseado no número de pessoas que transitava diariamente em frente de sua loja, meu pai convencera a gravadora a fazer ali o lançamento do novo disco do cantor cigano. Cartazes espalhados pelo Centro velho anunciaram a presença de Sidney Magal no dia do lançamento. Um fim de tarde inesquecível – Venham e levem seu disco autografado. O lançamento do disco seria a hora da virada, a oportunidade de ouro para se impor no mundo do disco paulistano.

O cantor era um tipo garboso, forte e moreno, dotado de espessa cabeleira negra. Camisa aberta no peito e calça preta justa de couro, o sujeito encarnava à perfeição o amor enlouquecido e a transgressão que o imaginário feminino associa aos ciganos.

Não sei como meu pai, homem tarimbado na psicologia feminina,

REFLEXÕES XIV

pôde errar tão bisonhamente. Na hora anunciada, a mulherada, enlouquecida pelo símbolo da masculinidade, avançou loja adentro como um rolo compressor. Queriam tocar no ídolo, abraçá-lo, beijá-lo, sentar no colo dele, sabe-se lá mais o quê. O balcão de madeira que serviria de apoio para que escrevessem seus nomes antes do autógrafo foi triturado pela massa ensandecida. Tiveram que chamar a polícia. Uma multidão frustrada ficou do lado de fora. Quando tudo se resolveu, a loja era só cacos. Quase nada havia sido vendido e o restante da mercadoria estava danificado ou inutilizável. Rakudianai.

Meu pai entendeu quando expliquei que precisava seguir meu caminho, terminar a faculdade e estudar nos Estados Unidos. Siga seu caminho, meu filho, este mundo do comércio não é sua vocação.

Viajantes calejados já haviam me alertado: você irá passar a manhã inteirinha lá, eles demoram para atender, a fila é enorme, chegue cedo. Leve toda a documentação senão eles mandam você voltar noutro dia. A resposta só vem depois de três dias, não adianta dizer que você vai perder o avião ou que precisa ir de qualquer maneira.

Segui à risca a recomendação. Era a primeira vez que solicitava visto de entrada nos Estados Unidos. Preparado para a longa espera, levei comigo vários jornais. Mal tive tempo de abri-los. Fui chamado para uma entrevista em uma sala reservada logo depois que entreguei os formulários solicitando o visto.

– *Have you ever been a member of the Communist Party or one of its front organizations?*

A pergunta feita de chofre, sem sequer um *good morning*, deixou-me perplexo. Saltara diretamente de um documentário que havia visto uma semana antes sobre os julgamentos macarthistas em Hollywood, nos anos da Guerra Fria. O acusado era Bertolt Brecht. O procurador começava o interrogatório exatamente com a mesma frase: “*Have you ever been...? Ever?*”

Mas eu não era Bertolt Brecht, nem São Paulo era Los Angeles. Era óbvio que minha ficha do Dops estava nos arquivos do consulado. O cônsul era jovem e direto, lidava com a situação com a objetividade de um *businessman*. A resposta deveria ser rápida e sem hesitação.

REFLEXÕES XIV

Meu visto (e, por tabela, o doutorado) estava em risco. Menti.

– *No. Never.*

– *You are lying.* Consta aqui que o senhor foi preso por atividades comunistas.

– Sim, mas fui absolvido pela própria Justiça Militar.

– Traga então o certificado de absolvição que lhe darei o visto.

Deal.

Antes de viajar aos Estados Unidos, minha mãe fez um pedido. Queria que eu me batizasse. Ela e meu pai não me haviam batizado porque não entraram em acordo sobre o ritual – se católico romano, como ela queria, ou ortodoxo, predileção de meu pai. Mas ele não tinha deus algum, e certamente emburricou na escolha da igreja como uma maneira de dar liberdade ao filho para escolher, mais tarde, sua própria religião. Ou ficar agnóstico, como ele, descrente de qualquer poder terreno que se nomeie porta-voz de um Deus que talvez nem exista.

O fato é que, já com mais de 20 anos, ainda não contava com a graça divina. Não era algo que me incomodasse ou fizesse falta. Na escola primária, saía da classe nas aulas de catecismo junto com judeus e protestantes, e aquilo me fazia especial, diferente dos outros, era quase que um atestado de personalidade, de alguém que sustenta suas convicções mesmo sob o olhar de censura da sociedade.

Mas minha mãe rezara muito por mim enquanto estivera preso. Além disso, sua amiga Geny, a mesma que havia alertado sobre o perigo da minha remoção para o Rio, fizera uma promessa: se eu escapasse com vida, haveria de tentar converter-me à fé católica. Minha mãe foi delicada – não quero impor nada a você, meu filho. Você tem ideias excêntricas. Mas é que conheci um frei sofisticado. Formação estrangeira, dominicano e progressista. Marque uma conversa com ele.

Cheguei ao convento às oito da noite, a caminho da casa de uma namorada aonde iria passar a noite. Carregava uma pequena mochila com roupas e um despertador para não perder a aula na manhã seguinte. Parei o carro e fui a pé. O lugar estava deserto. O

REFLEXÕES XIV

convento era mal iluminado, paredes frias e marcadas pela tragédia dos padres dominicanos que apoiaram Carlos Marighela. O convento de frei Tito. Fui encaminhado para uma sala, o silêncio daquelas paredes entrecortado apenas pelo tique-taque do relógio dentro da mochila.

O padre era um intelectual sofisticado e de bom coração. Falava português com sotaque, mas fluentemente. Conversamos sobre a existência de Deus. Mostrou-me sua correspondência com Lévi-Strauss, conhecia Greimas, tinha livros publicados. Falou-me da fé e do sentimento cristão perante o mundo. Mas, lá pelas tantas, interrompeu o elaborado fio de raciocínio e olhou longamente a mochila. Na verdade, desde o começo da conversa não tirava os olhos dela. Rosto tenso, chegou a um ponto em que não aguentava mais aquele tique-taque. O que você tem aí dentro?

A pergunta dispensava explicação. Um tique-taque só poderia evocar, naqueles anos e naquele lugar, uma bomba-relógio. Um atentado terrorista da extrema-direita, destruindo fisicamente um convento que era símbolo do engajamento político da Igreja Católica. Constrangido, fiz questão de abrir a mochila e mostrar o malfadado relógio. O assunto deslizou para coisas da vida cotidiana, namoradas e estudos.

A mochila tinha um passado heroico. Transportara documentos revolucionários, programas partidários, panfletos, já me dera tantos sustos diante de qualquer carro de polícia que se aproximava e, quem diria, acabou sendo revistada justamente no convento dos dominicanos. Por um padre e pelo motivo oposto ao que deveria ter sido. Revistada por alguém que me falava de um Cristo que veio ao mundo para sofrer por nós, como se eu nele acreditando pudesse transferir-lhe todo o meu sofrimento. Que seria então dele, e não meu, e por isso mesmo me reconfortaria. Um Deus que, no entanto, não estava ali, quase pascaliano, abscondito²³ nos céus. Teria eu entendido bem? Apesar de dominicano, aquele padre nada tinha de marxista. Acompanhou-me até a porta. Teu ateísmo ou agnosticismo é típico dos jovens de hoje em dia, disse-me na

²³ **Abscondito**: que se encontra escondido; absconso, oculto.

REFLEXÕES XIV

despedida. Deus exige certo desapego. Você encontrará a fé na maturidade, quando empreender um voo solitário dentro de você mesmo.

Continuo ateu.

Foram anos a fio de cartas. Cartas que transbordavam afeto e falavam das saudades e do vazio que minha partida havia deixado. Meu pai escrevia com facilidade e bom humor, embora de quando em quando os reveses dos negócios o deixassem bloqueado, inapetente para escrever, como me explicava depois. As cartas versavam sobre a vida familiar, a política e os negócios, em especial as novas oportunidades de ganhar dinheiro que vislumbrava a cada momento. Uma delas, em particular, precisava da minha colaboração e envolvia um dos seus personagens prediletos: Dom Carlos.

Dom Carlos era um português de 84 anos, que se gabava dos seus feitos sexuais. Meu pai adorava conversar com ele – é o mentiroso número 2 do mundo, dizia, cada conversa rendia horas e horas de risada depois. (O mentiroso número 1 era um patrício bem mais velho que ele e que, mesmo diabético, não passava dia algum sem que supostamente desse de mil a 1.500 vaivéns, verdadeiras bigornadas, em alguma mulher desassistida.) Pois um dia meu pai leu no Estado de S. Paulo um anúncio pelo qual alguém se interessava em adquirir, pagando muito bem, cartas aéreas que tivessem sido transportadas pelo Zeppelin, DO-X, Catapultados e Scadta, como também menus, bilhetes de passagem ou medalhas de aeronaves alemãs. Pagavam em dólar, marco alemão ou franco suíço: PO Box em Port Jefferson, NY, USA.

E eu tenho aquele amigo, um velho amigo de 84 anos, que ainda funciona, o Dom Carlos, aquele português que você, acredito, também conhece. Bem, ele viajou no Zeppelin de São Paulo, ou do Rio, até o Recife, e emoldurou a passagem num quadro pendurado na parede de seu apartamento. Quando li o anúncio, me lembrei, fui visitá-lo, e depois de algumas mutretas resolvi propor uma troca, deixaria uma xerox autenticada da passagem na moldura e ficaria com a original, e em contrapartida ofereceria um litro do Vat 69 (por razões óbvias), e depois de muito regatear ele

REFLEXÕES XIV

concordou com a troca por três litros de bebida, mas só na hora, pois no dia seguinte telefonou dizendo a sua mãe que era muita bebida, e que ele tinha bebida de graça na casa dos amigos, e que só se desfaria da passagem mediante o pagamento de 5 mil cruzeiros – ou seja, 250 dólares. Nada respondi, eu acredito que V. tenha facilidade em saber qual a cotação desta passagem, que tem o número 346, toda escrita em alemão, expedida pela Cia. Condor, que seria a representante do dirigível aqui. Aguardo notícias. Não queime muito tempo com isso, só por telefone, é claro que não tenho muito interesse nisso, mas achei estranho que alguém mandasse publicar no jornal de maior tiragem da América do Sul, mesmo sabendo que foram pouquíssimas pessoas, relativamente, que fizeram tal viagem, e raríssimas pessoas guardariam, emoldurado, o bilhete de passagem. Pode ser que valha “uma nota”, não tenho, nem faço a menor ideia.

A carta deixou-me estupefato. Imaginava o tempo gasto em descobrir a notícia, negociar a troca de um bilhete que ele não sabia o valor por garrafas de uísque, na esperança de garimpar um dinheiro extra para a família. Eu torcia por ele, me divertia com suas histórias, mas na minha vida norte-americana a distância entre nossos mundos era quase tão grande quanto o afeto que nos unia.

Meu pai contava nas cartas do gradual enfraquecimento do regime militar. Eu nada perguntava, mas tudo entendia – era sua maneira de me dizer que meus ideais de um Brasil melhor iriam vingar. Narrou com satisfação e detalhes a destituição do ultradireita Sylvio Frota, no dia 12 de outubro de 1977, “*um presente de Geisel às crianças de todo o Brasil*”; elogiou a carta dos advogados de 1978, pedindo a volta do estado de direito; torcia pela crise econômica (governo algum, dizia ele, aguenta crise econômica prolongada); sofria com o drama do poeta Thiago de Mello, que, exilado em Portugal, resolvera voltar a todo custo, preferindo o risco de ser morto no seu país à certeza de morrer por dentro naquele desterro. Dedicou uma carta quase inteira à morte por afogamento do delegado Fleury. Sua conclusão: “*Deus, na sua infinita sabedoria, escreve por linhas tortas, dizem, e como também diz o velho ditado italiano, de uno a uno se sfonderan tutos...*”

Nas suas notícias do Brasil, me intrigava a obsessão com o

REFLEXÕES XIV

Corinthians, há duas décadas em jejum do campeonato brasileiro. Eu havia sido um corintiano fanático até a faculdade, o único naquela família de palmeirenses, convertido espontaneamente ao Campeão dos Campeões desde tenra idade, encantado por seu hino glorioso. Quando pequeno explicava o inexplicável com a candura das crianças: meu time é o do hino bonito. Acompanhava os jogos pelo rádio só para ouvir o hino. O corpo ficava todo arrepiado e meus olhos se enchiam de lágrimas quando as notas iniciais do hino, majestosas e lentas, emanavam do radinho: Do-si-sol-mi-mi... Mi-fa#-sol-la-sol-fa#...

Já aos vinte e tantos anos, no entanto, o fanatismo era coisa do passado. Cansei-me de atrelar meu destino e meus humores aos caprichos dos 25 em campo. Meu pai, palmeirense roxo, sabia que a sorte do todo-poderoso timão era agora um assunto distante para mim, mas mesmo assim narrava as sofridas campanhas do Corinthians como se eu fosse o mais fiel dos torcedores. Gastou várias páginas descrevendo em detalhes os preparativos para as semifinais no Maracanã, em 1976, invadido por 100 mil mosqueteiros. Eram cartas e mais cartas descrevendo a comoção de um jogo que se afigurava histórico – uma caravana cívica, meu filho, como não se vê desde a Revolução de 1932 – e mais outras tantas contando da catarse coletiva depois da derrota. Curiosamente, apenas uma ou duas linhas sobre o jogo propriamente dito.

Foi somente quando da conquista do título em 1977 que entendi aquela sua obsessão. Anunciou o placar glorioso deixando um recado eufórico na secretária eletrônica do meu apartamento em Cambridge. A vitória encerrava vinte anos de jejum. Escreveu naquele mesmo dia:

Querido Filho,

Somente agora tenho condições de lhe escrever, pois todo o país estava sob a emoção da guerra que precedeu a vitória do Corinthians e do delírio que a cidade se viu possuída após a vitória tão desejada. Houve gente que dormiu enrolada na bandeira do Coringão, que deixou de fumar, que deixou de prevaricar, que não come mais carne, as mais esquisitas promessas estão sendo cumpridas pela “graça” alcançada pelo campeonato. Logo após o

REFLEXÕES XIV

jogo, correram ao mastro onde tremulava a bandeira do Brasil, que foi sumariamente retirada e, em seu lugar, hasteada a bandeira do Corinthians. O estoque de velas acabou na praça, em Aparecida do Norte houve uma romaria e mais de 30 mil – 30 mil, veja bem – camisas do Corinthians foram colocadas como ex-votos aos pés da Santa. O mais pitoresco é que quase a totalidade dos aficionados de outros clubes torceu e se alegrou com a vitória, com exceção de uma minoria, por sinal de reacionários, fascistoides, egoístas e filhos da p., que comentavam cheios de despeito e asco que “essa manifestação selvagem destes varzeanos nesta alegria bárbara nos causa profundo nojo”, e a mim era esta, exatamente esta, a impressão que me causavam esses desajustados, insensíveis e profundamente egoístas, incapazes de interpretar que essa explosão, esse extravasamento de euforia, é motivado por todo um complexo de frustrações deste nosso povo oprimido e sem direitos, que a cegueira os impede de ver, e que eu nem quero comentar.

E nem precisaria. O seu Corinthians era o povo brasileiro inteiro. Via nas suadas campanhas mosqueteiras uma metáfora da difícil marcha do país até a democracia. Naquela histórica vitória de 1977 raiava o amanhã que vai ser outro dia, como na música do Chico Buarque, e resgatava-se o Brasil pelo qual seu filho tanto sofrera.

Com o passar dos anos o vigor das memórias se esmaeceu. Lembrava, mas já não revivia. Vergonha, rancor, raiva, constrangimento em falar do assunto, tudo desapareceu – o tempo é um santo remédio. Meu *status* de ex-presos político em nada obstava minha carreira, à parte um ou outro pequeno incidente – um pedido de bolsa de estudos à **Organização dos Estados Americanos, a OEA**, negado (alguns brasileiros, você há de entender, são mais benquistos do que outros), a contratação como professor da **USP** retardada por pedido de vistas de um dos observadores do SNI instalados na reitoria. O tempo trouxe também o amadurecimento e a reflexão, muitas vezes quase tão penosas quanto as memórias do sofrimento. Passado o trauma, sobreveio o desencanto.

Eu não me reconhecia mais nas ideias de juventude. Ficava arrepiado ao me lembrar quão naturalmente aceitara esfarrapados argumentos em prol da economia planejada e da propriedade

REFLEXÕES XIV

coletiva dos meios de produção, ou da inevitabilidade da implosão do capitalismo. Meu muro de Berlim desmoronara muito antes do de concreto e arame farpado. E, mesmo colocando entre parênteses minha formação de economista, o que pensar do Lênin que lia com tanta avidez em castelhano? Os totalitarismos são todos assemelhados. Aquele rapaz de 17 ou 18 anos que considerava a democracia uma ideologia de dominação burguesa, percebi pouco depois, era de uma ignorância abissal, além de pretensioso.

E o que teria acontecido com os direitos humanos se aquele movimento tivesse dado certo? Baseado na aliança de militares do baixo clero e jovens estudantes de classe média, se bem-sucedido, o movimento guerrilheiro teria provavelmente feito do Brasil uma grande Cuba. Era um movimento que, como tantos, pensava encarnar a própria razão. Sua dinâmica continha o mesmo vírus que fez, em outros momentos da história, militantes de excepcional pureza revolucionária se transformarem, quando chegaram ao poder, em mandantes de mortes em massa e de torturas. Havia algo jacobino no olhar resolutivo daqueles revolucionários – sacrificariam sem pestanejar os direitos do indivíduo no altar dos interesses do povo, devidamente decodificados por eles mesmos, é claro. O terror legitimado pela utopia revolucionária. Em resumo: teríamos trocado seis por meia dúzia.

Eram pensamentos que embrulhavam o estômago. Demoliam sem piedade meus anos de militância comunista. Tinham o efeito de uma traição, tiravam o chão dos meus pés. Mas não havia como evitá-los, não havia canto no qual pudesse armazená-los – eles se impunham por si mesmos, clarividentes. Não se tratava mais da operação insidiosa daquele estranho sentimento de vergonha e constrangimento que tivera ao voltar para casa; aquele sentimento que faz recair sobre a vítima a responsabilidade do mal que lhe foi feito. Tratava-se agora da razão, cristalina e insofismável, mostrando o equívoco daquele esforço revolucionário nutrido de tão boas intenções. A militância contribuiu, por vias tortas, para a volta da democracia –, mas nisso se esgotara todo o seu sentido. O mundo de ideais ao qual eu dedicara o melhor de mim perdeu qualquer encanto.

Algo assim: Perpétua se confessa cristã diante do juiz em Cartago,

REFLEXÕES XIV

no início do século III. Ignora as súplicas do pai, deixa de lado o filho que está amamentando, escreve um diário e registra seus sonhos. Percorre, ativa e segura de sua fé, o caminho da prisão até a arena na qual enfrentará os animais selvagens e terminará decapitada. Mas se Perpétua, rediviva, perdesse a fé após o sacrifício de seu corpo, que sentido poderia atribuir ao seu próprio gesto? A quem poderia pedir perdão por ter abandonado o filho, o pai e sua própria vida?

Pois a verdade era uma só: tinha sido levado de roldão pelo movimento coletivo, abdicado da minha própria capacidade de me situar no mundo, arrastado feito uma maria-vai-com-as-outras. E nada havia que pudesse fazer a respeito, a não ser curar as feridas com o tempo e aprender com a experiência. Aprender a prezar a independência de pensamento; a não se iludir com o conforto e amparo que os movimentos coletivos infundem a quem deles participa; e a desconfiar daqueles que invocam a História, o Social, o Interesse Público, o Interesse Nacional ou a pureza e suas boas intenções para violar as liberdades e os direitos individuais.

A evolução do país também não ajudou a curar as feridas daqueles que participaram dos movimentos de resistência ao regime militar. A Lei da Anistia foi promulgada em 1979. Prescreveram então, antes mesmo de iniciados os processos de julgamento, os crimes dos torturadores. A oposição saudou a lei por possibilitar a volta dos exilados políticos; a situação por poupar os torturadores. Em um gesto de conciliação, sepultou-se, de comum acordo, o passado autoritário em nome de um futuro democrático. A política tem suas armadilhas, exige concessões e talvez não houvesse outro caminho para restaurar as liberdades civis. Seu significado, no entanto, foi muito além de livrar uns e outros da imputação criminal. Ao rasurar do mundo dos possíveis a investigação formal sobre o que se passou, perdeu-se a chance da reconciliação efetiva e do aprendizado na memória nacional. Não se fez como na África do Sul, onde a Comissão da Verdade e Reconciliação anistiou, dentro de certos parâmetros, aqueles que confessadamente perpetraram crimes políticos, permitindo ao mesmo tempo que as vítimas relatassem o que sofreram e fossem reparadas pelo Estado. Não, aqui no Brasil o lixo foi varrido para debaixo do tapete. Faz de conta

REFLEXÕES XIV

que não aconteceu.

Alguns torturadores não conseguiram permanecer no anonimato e arcaram com o ônus da reprovação moral da sociedade. Mas a teia de cumplicidade, covardia e oportunismo que se forjou em torno do Estado torturador, a teia de militares, políticos, empresários e tecnocratas que o sustentava, desmanchou-se no ar como se fumaça fosse.

A história foi sendo gradualmente recontada e sempre no mesmo sentido: eliminar a responsabilidade daqueles que viviam no poder. Os políticos, biônicos ou eleitos, que votavam ordenadamente no Congresso de acordo com os interesses do regime militar, na verdade teriam sempre sido contrários à prática de torturas. Os setores da mídia que veiculavam as notícias de acordo com os interesses do regime constituído, e prosperavam materialmente por conta disto, teriam na verdade atuado em uma franja de sutileza imperceptível aos censores para divulgar, de forma subliminar, o conteúdo que de fato espelharia suas convicções democráticas. O *establishment* militar, por sua vez, teria obedecido a ordens do alto-comando por disciplina, e não por convicção. O alto-comando, por sua vez, teria tido divisões internas de largo espectro que inocentariam boa parte de seus participantes.

Nessa pasteurização adocicada do passado ocorreu também um curioso empurra-empurra dos vivos para os mortos. Os vivos que integravam o núcleo do poder, ou em torno dele viviam, recontaram o que se passou mostrando como eles, na verdade, operavam a favor da democracia de dentro, quintas-colunas habilíssimos. Por exclusão, a sustentação da ditadura teria sido obra exclusiva dos mortos, e mesmo assim somente daqueles que não contaram com a simpatia dos vivos para lhes salvar a memória, ou que não foram previdentes o suficiente para deixar algum escrito ou papel que servisse de base, por mais precária que fosse, para sua reabilitação posterior.

A Lei da Anistia operou no plano da memória política nacional como monumentos frequentemente o fazem. Permitem que se deposite a memória na paisagem, servem de referência ocasional em datas históricas e pronto – a vida continua como se nada tivesse

REFLEXÕES XIV

acontecido, como se a dolorosa verdade que emerge dos períodos difíceis não precisasse mais ser elaborada pela coletividade que neles viveu. Com uma diferença: amnesiados os crimes, no nosso caso sequer monumento há.

Meu primeiro livro de filosofia foi **La Filosofia**, de Karl Jaspers – uma tradução para o espanhol de um pequeno livro introdutório, escrito para leigos. Comprei-o na Mestre Jou, livraria do centro de São Paulo onde o mundo da cultura se abria a qualquer jovem que se aventurasse por suas prateleiras. Guardo-o até hoje, menos pelo conteúdo do que por uma espécie de afeto. É que a vida de Jaspers sempre me impressionou. Depois da **Segunda Guerra**, o filósofo excluído, sobrevivente do período hitlerista, exilou-se na Suíça indignado com Adenauer e com a incapacidade dos alemães em enfrentar a responsabilidade pelo que havia ocorrido. Exilou-se por decisão sua, e não porque alguém o perseguisse. A indignação foi-lhe razão bastante.

Outro era o contexto, incomensuráveis os crimes, duvidosa qualquer comparação. Mas tal capacidade de indignar-se é um dom quase divino, um poder à parte. Platão tinha lá sua sabedoria quando distinguiu três faculdades (ou espécies) da alma: a racional, a irracional e a irascível, aquela que se indigna e luta por aquilo que a razão julga justo. Jaspers tinha nele, vivo e presente, esse poder de indignar-se.

Quando penso no que aconteceu depois da Lei da Anistia, me pergunto: onde se escondeu o terceiro poder da nossa alma? Operado o esquecimento, feita a rasura na memória, a indignação morre pela ausência de objeto, e as vozes isoladas que mantêm viva a memória daqueles anos acabam soando como ressentidas e de mal com a vida.

– Sabe, Persio, o que eu queria? Aproveitar a passagem de volta e conhecer a Disney.

Quase caí de costas ao ouvir o pedido de meu pai. Estávamos em Boston, anos depois da Lei da Anistia, à procura de um tratamento alternativo qualquer que lhe concedesse uma esperança de cura. Tinha sido tudo em vão, e a leucemia progredia exatamente de acordo com os livros-texto de medicina que eu comprara em Nova

REFLEXÕES XIV

York na esperança de entender melhor a doença que o afligia. A peregrinação chegara ao fim, e com ela qualquer esperança efetiva de reversão do quadro. E ele queria conhecer a Disney!

Pois fomos. E naquele mundo de fantasia, ele se divertindo com os Piratas do Caribe e a Space Mountain, o mundo ficou de ponta-cabeça. Era eu quem falava inglês, quem comprava os bilhetes e organizava a viagem; e era ele quem se maravilhava como uma criança, incrédulo naquele mundo perfeito. Chegou a entrar várias vezes na fila do mesmo brinquedo só para acompanhar um novo amiguinho de 7 anos. Do lado de fora, vi os dois se divertindo a valer na xícara que roda, se esmerando em imprimir máxima velocidade aos rodopios e soltando uma exclamação de lástima quando soava o gongo. Em Orlando, era eu quem o carregava de cavalinho no ombro, dando voltas na praça do Magic Castle para fazer com que o ar fluísse naquele sangue cada vez mais enfraquecido. Ele não queria terminar de mal com a vida.

– *Eu morri, meu filho. A morte é escura. Horrorosa. Eu estava lá, vi de perto. Pesadelos sem fim, um se encadeando no outro. Não queira nem saber.*

Meu pai emergia do estado de coma. Enfraquecido, cheio de feridas na boca, voz fraca, quase um sussurro, recobrou surpreendentemente a consciência após ter ficado desacordado por quase uma semana. Por acaso, eu estava ao lado e havia visto o movimento dos olhos se abrindo, olhando o branco asséptico da parede do hospital. Vendo-o voltar a si, diante daquele branco que eu não sabia se era o branco da baleia do Moby Dick ou o branco das pedras de Jerusalém, perguntei: Pai, como está você?

– *Eu morri, meu filho...*

O que dizer para alguém que viu a morte de perto? Para alguém que percebeu, como dizia o padre Vieira, que não é terrível a morte pela vida que acaba, senão pela eternidade que começa? Antes de ficar doente, meu pai costumava divertir-se com o assunto morte, repetindo a blague: *Eu sei que vou morrer, meu filho, só não sei por quanto tempo vou ficar morto...* E ria gostosamente do jogo de palavras e da ideia de uma morte temporária. Mas naquele leito, saindo do coma, a morte era outra, escura e horrorosa, um

REFLEXÕES XIV

sofrimento perpetuado. E a mim, vendo os seus olhos se abrindo, persentindo o peso das suas palavras, ocorreu-me apenas perguntar se agora, que ele estava melhor, renascido mesmo, não gostaria de ir para casa. Foi o jeito que encontrei de criar alguma perspectiva boa para aquela vida crepuscular. Se vier a falecer por agora, pensei, que seja à moda antiga, com suas próprias roupas e a família a seu lado. Uma morte sem aquele avental de doente dos hospitais, aquele deprimente avental amarrado apenas por um lacinho nas costas que deixa a bunda de fora e o corpo livre para ser picado por injeções e manipulado pelos médicos.

– Não, meu filho, quero ficar aqui mesmo. Estou fraco demais. Não consigo ficar de pé, minha mão não tem força nem para segurar um copo vazio. É melhor que me recupere aqui no hospital mesmo. É mais seguro.

Ele ainda tinha alguma esperança. Alguma. Como tantos à beira da morte, tratou de cuidar, naquele breve interlúdio de vida, que o mundo ficasse em ordem depois de sua partida. Pediu aos irmãos que fizessem as pazes; passou-me detalhes confusos de seus dinheiros para ter certeza de que minha mãe teria uma vida confortável; perguntou pelas netinhas; e mergulhou novamente na escuridão.

Telefonemas na madrugada são sempre terríveis. Eu não estava ao seu lado quando o corpo se aquietou na cama. Durante algum tempo pensei que deveria ter ficado lá, grudado ao seu lado, porque o coração é um sino que quando deixa de bater ainda permite que o ouvido atento acompanhe as ondas sonoras de seu último acorde. Não há coragem maior, pensei, do que acompanhar o momento exato da morte de alguém querido. Se tivesse tido esta coragem, ou esta sorte, poderia ter-lhe dado algum conforto na passagem para aquele mundo que ele já visitara uma vez, um mundo escuro e horroroso. Mas depois, com o passar dos anos, conformei-me. Escapismo ou acaso, o fato é que eu não estava lá e não havia nada que pudesse fazer a respeito.

Em outra vida eu jamais teria sido um cão perdigueiro. Meu nariz, eternamente congestionado, tem uso inversamente proporcional ao tamanho, uma barreira quase intransponível aos cheiros deste

REFLEXÕES XIV

mundo. Mas não resistiu às flores do velório. Naquela altura eu vivia minha primeira encarnação como figura pública, imerso naquela persona que inevitavelmente engrandece seu ocupante aos olhos alheios. E chegavam imensos arranjos de flores, ondas avassaladoras de flores, muitas vezes enviadas por pessoas que pouco me conheciam e dele, meu pai, certamente não haviam ouvido falar.

O cheiro daquelas coroas de flores me nauseava, trazia uma morbidez, um realismo excessivo. A gente fica sensível nesses momentos, prestando atenção a cada detalhe, aos amigos que chegam e aos que não aparecem, contando e recontando sem cansar a saga do morto que ali jaz envidraçado dentro do caixão. A persona pública se impunha, não pude em nenhum momento recolher-me e olhar de frente, quieto mesmo, para meu pai, abstrair-me daquele turbilhão de pessoas e flores malcheirosas chegando.

Em uma dada altura surgiu um padre. Meu pai jamais teria aprovado alguém a ministrar uma reza, era anticlerical ao extremo, mas minha mãe chamou um padre assim mesmo. A presença do padre dividiu as águas, todos se afastaram do caixão, abrindo espaço para que a oração se iniciasse. Ficamos, ela e eu, junto ao padre, na linha de frente. Fui então fulminado por aquele olhar severo que tão bem conhecia desde criança.

– *Persio, evite o vexame em público, deixe para lá estas suas esquisitices, eu não sei por que você foi nascer tão cheio de manias e idiossincrasias.* A mãe me conhecia bem, intuía minha vacilação. Deveria ser coerente e ignorar o apelo daquela que mais uma vez precisava apresentar com orgulho seu filho à sociedade? Ou acompanhá-la nas preces, por deferência e respeito a ela e a todos os demais crentes ali presentes?

Resolvi rezar. Eu rezo, tu rezas, ele reza, aonde iam todos já que se ia a esperança? Perdido nos pensamentos, o inconsciente me desguardou. Tropecei no Pai-Nosso. Estás no céu ou estais no céu? O sinal da cruz vai da esquerda para a direita ou da direita para a esquerda? E no final não sabia com que palavras agradecer ao padre, sequer se algum agradecimento lhe era devido. Mas minha mãe, visivelmente aliviada, fingiu nada perceber.

REFLEXÕES XIV

Meu pai tinha horror aos vermes, recitava de cor um poema do Augusto dos Anjos chamado “O Deus-Verme” e me fez jurar que o cremaria. Para mim, a cremação seria uma cena de cinema, na qual o corpo arde no fogo da madeira empilhada e o ar fibrila como se você pudesse ver a alma partindo. No mundo das providências práticas, cuidamos para que a cerimônia fosse feita no único crematório de São Paulo existente naquela época. O nome inspirava – Crematório da Vila Alpina – e eu queria atender seu desejo.

Foi um choque de realidade. Vila Alpina era um bairro longínquo da Zona Norte, mistura desordenada de concreto e telhas de zinco, um forno. De alpino apenas o nome – o crematório era uma construção de mau gosto em um descampado, nenhuma árvore por perto. Demoramos uma hora e tanto para chegar lá. Fazia um calor infernal, os carros não tinham ar-condicionado, suava-se por todos os poros. O caixão apareceu fechado, no meio de uma arena com bancos corridos de concreto. Ligaram o som: uma Ave-Maria melosa executada em um órgão no melhor estilo das churrascarias. A cafonice era constrangedora. Alguns rezaram. Fiquei aliviado quando levaram o caixão e fomos embora.

Depois tive que lidar com as cinzas. Um funcionário do crematório entregou-me um saquinho.

– Assine o recibo aqui, por favor, são de seu pai.

Diante do meu silêncio, o sujeito continuou. Entrega de cinzas, explicou-me, só com protocolo assinado. Decreto municipal.

O saquinho cabia na palma de minha mão. A frase dele ecoava dentro de mim: Assine aqui, são de seu pai. Assinei. São de seu pai – poderia referir-se a cartas, roupas ou objetos de meu pai. Mas não cinzas, as cinzas eram meu pai, meu pai resumido, transmudado e condensado naquele saquinho, tão irreal quanto um fumante que se esvaísse por inteiro na mera baforada do seu cigarro e alguém chegasse para seu filho com um tubinho fechado cheio de fumaça dentro e dissesse: é de seu pai.

Guardei por algumas horas aquele saquinho como se guarda uma mecha de cabelo ou um dente de leite de uma criança. O tempo fica, nós é que passamos. Por fim, incomodado, espalhei as cinzas em

REFLEXÕES XIV

torno de um pé de rododendro que havia no jardim de minha casa. Espalhei-as sem cerimônia ou testemunhas, quase que mecanicamente. Meu pai sobreviveria na minha memória e era isso o que importava.



– *Meu filho, seu pai tem roupas finas.* Ternos de linho, gravatas italianas, sapatos de cromo alemão. Está tudo aqui, organizado no armário. Leve essas roupas, seu manequim é igual ao dele, para que gastar dinheiro à toa? E há também este relógio de ouro, que foi de seu avô.

Aceitei pragmaticamente o relógio e desconversei sobre o resto. Eu não me tornaria meu pai ou meu avô por usar o relógio deles. Usar roupas, no entanto, me parecia mórbido, como se elas estivessem impregnadas daquele horrível cheiro de rosas e éter que circunda os mortos. Além do mais, não queria que meu pai voltasse em mim. Queria andar com meus próprios sapatos. Deixei seus paletós dependurados na casa de minha mãe e fiquei apenas com minhas recordações, suas histórias engraçadas e meus sonhos. É um aprendizado este, prestar atenção aos sonhos, levá-los a sério, em cada minúcia.

Um deles sobreveio dias depois da cremação. Meu inconsciente mudou o curso dos fatos, exatamente a misteriosa operação que eu desejara tão ardentemente realizar quando fui preso. Meu sonho retomou a história daquele momento no hospital em que ele dissera que vira a morte de perto. Eu o ouvia e dizia, fique tranquilo, pai, já estamos indo para casa, para que você possa recuperar-se com a comidinha da Odete. A recuperação foi lenta, ficou um bom tempo na sua cama, tomando sopa e comendo batatas cozidas, e por fim pudemos viajar para que ele espairescesse um pouco em outros ares. Fomos a Campos do Jordão. Eu o ajudei a caminhar, apoiado em uma bengala, saúde ainda precária, mas infinitamente melhor do que na agonia dos seus últimos dias. Era outono nas árvores e primavera na atmosfera, caminhávamos em uma colina suave e seu corpo revivia como o verde viceja debaixo da neve no final do inverno.

REFLEXÕES XIV

O segundo sonho só chegou muitos anos depois. Meu pai havia se separado da minha mãe e fora morar na Itália. Tinha outra mulher lá, alva e gordinha como os árabes gostam. Conseguira, finalmente, realizar o sonho que o motivara a inscrever-se na FEB. Eu desembarcava em Roma e ligava para ele, para saber notícias. Meu filho, não se preocupe, estou bem. No Vêneto, *bella Italia*. Sua voz ao telefone trazia uma imagem viva na minha frente: terno, gravata, colete e chapéu Borsalino, *signore*.

No primeiro sonho eu era Pinóquio. Salvava o pai da baleia assassina, desejo de todo menino, passaporte para a vida de verdade. Mas no segundo sonho o pai que foi me buscar no Rio e me deu banho aos 18 anos não precisava mais que eu o salvasse. Nem que eu usasse suas roupas. Estávamos quite. Podíamos, finalmente, tocar nossas vidas, cada um por seu lado. Eu aqui e ele na Itália dos seus sonhos.

Fui à missa no convento dos dominicanos que marcava os 25 anos da morte de frei Tito. O mesmo convento em que minha heroica mochila havia sido revistada tantos anos antes. Resolvi comparecer não por religiosidade ou solidariedade humana direta – nunca conheci frei Tito –, mas porque sua história sempre me comoveu e, já reconciliado comigo mesmo, não precisava mais ignorar qualquer evento que evocasse, ainda que de forma distante, os momentos difíceis da minha prisão.

Frei Tito foi barbaramente torturado na sua dupla condição de religioso e revolucionário próximo a Marighela. Libertado quando do sequestro do embaixador da Suíça, tentou reerguer sua vida, exilado na França. Acossado por delírios persecutórios, nos quais obedecia a ordens do delegado que o torturara, desesperado por encontrar um Deus que não lhe mostrava a face, e tomado por abulia profunda, terminou por se suicidar, exorcizando assim os demônios que a tortura instilara em seu espírito. Os monges dominicanos que acompanharam sua agonia enterraram seu corpo em uma cerimônia religiosa, apesar do suicídio – um reconhecimento silencioso de que frei Tito tinha sido uma vítima de pecado humano. Sobrevivera fisicamente aos sofrimentos da prisão, mas ali morrera espiritualmente.

REFLEXÕES XIV

No seu limite trágico, sua história ilustra talvez melhor que outras a natureza do mal a que a tortura expõe suas vítimas, o crocodilo em ação. A igreja dos dominicanos estava cheia, vários líderes religiosos compartilharam a mesa e falaram belas palavras sobre seu martírio. Aos poucos, no entanto, a cerimônia descambou para a política. Até dos sem-terra se falou. Vários dos palestrantes se comportaram como se só pudessem honrar a memória de frei Tito resgatando as ideias daquele tempo.

Fui embora antes do final. Todos os que lá estavam viveram, em graus diversos, um mesmo capítulo de nossa história e compartilhavam, pelo efeito daquela experiência tão marcante, algo de sua natureza enquanto indivíduos. Mas como expressar essa identidade sem ter que suportar o fardo de ideias mofadas pelo tempo?

No pequeno texto escrito para a sociedade dos B'nai B'rith, por ocasião da homenagem prestada aos seus 70 anos, Freud diz que o que o ligava ao povo judeu não era nem a religião – na qual descreia – nem o nacionalismo, pois sempre desconfiou das identidades construídas a partir do solo pátrio. Freud se refere a forças emocionais obscuras, que apontavam para certa consciência de identidade interna, um sentimento de familiaridade, de estar em casa, na casa de uma construção comum da alma.

Mais de quarenta anos se passaram desde os meses de prisão. Mas, ao longo desse tempo, senti pulsar a mesma identidade a cada encontro com os que compartilharam comigo aquelas aventuras de juventude. Éramos todos muito jovens e a vida levou-nos por caminhos distantes. Alguns têm opiniões firmes sobre como construir um Brasil melhor, enquanto outros acompanham a política à distância, e talvez até com certo desinteresse. Mas basta revê-los para que no seu olhar eu mesmo me reconheça. A conversa retoma em segundos a intimidade de velhos amigos, mesmo que não tenhamos tido notícias um do outro por anos ou décadas. Há aqui também uma identidade secreta – habitamos a mesma casa, nossa alma foi construída da mesma maneira.

É difícil expressá-la. Talvez se possa dizer de uma atitude de vida que desconfia do individualismo, do sentimento nocivo de que cada

REFLEXÕES XIV

um cuida de si (e os outros que se danem), que tão frequentemente apequena as pessoas e tolhe sua humanidade. Ter ousado resistir à ditadura em nome de um mundo melhor não é necessariamente a única maneira de incrustar dentro de si essa desconfiança, mas tê-lo feito torna-a marca de alma indelével. Esta é a herança daqueles anos sombrios, aquilo que nos une, uma identidade secreta que faculta o reconhecimento e o autorreconhecimento. Não é mais nem um ideário nem uma plataforma política –, mas quem ousaria dizer que é pouco nestes tempos tomados pelo egoísmo? ●

Persio Arida: economista, presidente do BNDES e do Banco Central no governo Fernando Henrique Cardoso, é coautor de **Inflação Zero: Brasil, Argentina e Israel**. Publicado na Revista Piauí nº. 55, abril de 2011

Crítica e autocrítica em Sgt. Pepper's

André Singer



A obra-prima pop dos Beatles continua a enternecer corações solitários

Chico Buarque de Holanda lembra, em “Paratodos”, que a música brasileira pode ser tomada como remédio. O mesmo raciocínio vale para o *pop*. Por isso, agora em junho, muitos usuários desse princípio ativo – a canção popular – comemoram o aniversário de Sergeant Pepper's Lonely Hearts Club Band.

Se “contra a solidão agreste / Luiz Gonzaga é tiro certo / Pixinguinha é inconteste”, as treze faixas do disco dos Beatles são um verdadeiro elixir. Lançado em 2 de junho nos Estados Unidos, quando estava para começar o “verão do amor” californiano, o *long-play* chega aos 40 anos ainda com força para aquecer o mais renitente dos corações solitários.

Na aparência, ele fornece as alternativas da época para levantar o astral. A principal delas, fruto típico da estação em que foi gravado, entre 6 de dezembro de 1966 (“When I’m sixty-four”) e 20 abril de 1967 (a reprise, modificada, da abertura), é lançar mão de aditivos químicos. Além da tradicional *cannabis*, as experiências com LSD se encontravam no auge. Apesar das menções psicodélicas literais e sonoras, é engano imaginar que Pepper se resume a um elogio das drogas, ou da variante oriental de busca da felicidade. Ao contrário, e nisso consiste a sua originalidade, ele critica várias formas de fuga do real.

Não foi por fazer um inventário de temas como ácido lisérgico e orientalismo que o sargento Pimenta entrou para a mitologia da cultura de massa como o melhor LP (hoje cd) da história do *pop*. A razão está na qualidade artística. Há uma longa e inacabada discussão sobre se objetos projetados para vender em larga escala devem ser considerados obras de arte. Sem entrar nessa delicada seara, vamos convir, ao menos para efeitos desta análise, que os

REFLEXÕES XIV

criadores do material que será depois transformado em mercadoria incorporam, com maior ou menor sucesso, elementos artísticos às etapas de composição, arranjo e interpretação das canções. Foi o êxito dessa absorção que garantiu a permanência das músicas de **Sergeant Pepper's**. Como nota Caetano Veloso no livro *Verdade tropical*, “a lição que, desde o início, Gil quisera aprender com os *Beatles* era a de transformar lixo comercial em criação inspirada e livre, reforçando a autonomia dos criadores – e dos consumidores”. Em **Pepper**, os ensinamentos atingiram o zênite.

John Lennon e Ringo Starr, então com 26 anos, Paul McCartney e George Harrison, ambos com 24, tinham conseguido ótimas *performances* – ao vivo e em vinil – e ainda obteriam outras depois. Mas o disco de 1967 foi o ponto máximo alcançado pelo grupo que, pela última vez, funcionou plenamente como tal. John e Paul agiram em parceria e sintonia nos momentos decisivos dos quatro meses de gestação. Os quatro intérpretes se empenharam a fundo na execução do material. O produtor e maestro George Martin acrescentou, na medida certa, elementos de música clássica, efeitos incidentais e truques eletrônicos. Enquanto o LP de estreia dos **Beatles**, *Please, please me*, foi quase todo gravado num único dia (11 de fevereiro de 1963), ocupando 16 horas de estúdio, **Sgt. Pepper's** gastou 700 horas, a um custo aproximado de 25 mil libras esterlinas, um orçamento extraordinário para a indústria fonográfica dos anos 1960.

O resultado obteve reconhecimento nas duas pontas da cultura. É um dos discos mais vendidos de todos os tempos – tendo atingido a marca de cerca de 10 milhões de cópias até o assassinato de Lennon, no final da década de 1970. Com o passar do tempo, acabou exaltado também pelos musicólogos, a ponto do inglês Allan Moore, professor de música popular da **Universidade de Surrey**, se perguntar se um “futuro dicionário de música terá uma entrada para ‘*Sergeant Pepper*’ em algum lugar entre ‘*Schoenberg*’ e ‘*Sprechstimme*’?” *Sprechstimme* é uma técnica vocal de “canto falado” que Schoenberg usa em **Pierrot Lunaire**, de 1912. “Parece-me que **Sgt. Pepper** vai, de fato, crescer para ocupar o espaço entre Schoenberg e sua voz e, assim fazendo, vai marcar uma mudança paradigmática em direção a uma apropriação e utilização mais

REFLEXÕES XIV

flexível dos materiais musicais e menos guiada pela culpa”, conclui Moore, num livro de 1997, publicado pela prestigiosa editora da Universidade Cambridge.

Os jovens de Liverpool deixaram, em suma, um legado que lembra o de Shakespeare: feito para o povo e mais tarde adotado pela alta cultura. O crítico australiano Craig McGregor aponta outros exemplos de dupla aceitação (popular e de elite), como os romances de Charles Dickens e os filmes de John Ford. Poder-se-ia acrescentar os folhetins de Honoré de Balzac. Nessa linha, **Pepper** segue um roteiro que, sem chegar à chatice da ópera-rock, pede uma audição completa, para ser aproveitado ao máximo.

A faixa-título, produto do gênio pop de McCartney temperado pelo instinto crítico de Lennon, instaura, logo na abertura, um estranho jogo de ambiguidades, no qual os **Beatles** se disfarçam de Banda do Clube dos Corações Solitários para, desde um ponto de vista distanciado, criticar com nostalgia os **Beatles** e, simultaneamente, emplacar mais um sucesso dos Fab Four.

Para abrir o show fictício da banda dirigida por Pimenta, Paul compôs um rock’n’roll ao estilo de Little Richard, um dos fundadores do gênero, nos anos 1950. Numa interpretação antológica, Paul parodia e reinventa o jeito de Richard (autor de “Tutti frutti”) compor, tocar piano e cantar. “Qualquer um que pense que Paul McCartney não é um bom cantor de rock’n’roll só precisa prestar atenção nessa faixa”, diz George Martin. Se o leitor ainda estiver em dúvida, ouça a reprise da abertura na penúltima faixa, tocada “ao vivo” na hora de gravar, para melhor traduzir o clima de espetáculo. Caso a incerteza persista, procure o volume dois da **Anthology**. Nela, uma versão crua da reprise deixa ver, por inteiro, a expressão da voz de Paul.

McCartney, o “apresentador”, chama a banda que, a julgar pelo som, deve ser ótima – afinal, são os **Beatles** –, apesar de “às vezes estar na moda, às vezes, não” (referência ao fato de que, nos Estados Unidos, dizia-se que os **Beatles** “já eram”). Quando o coro se materializa nas vozes de John e George, o apresentador soa, por contraste, frágil, hesitante: “Nós somos a Banda do Sargento Pimenta do Clube dos Corações Solitários, esperamos que vocês

REFLEXÕES XIV

proveitem o *show*”, cantam, com modéstia. Sem que tivessem terminado de dizer a que vieram, McCartney volta e avisa: “*Não quero interromper o show, mas agora o cantor vai cantar*”. Fim da abertura. O “primeiro e único” Billy Shears entra, sem a separação tradicional entre as faixas, para fazer o segundo número.

A dinâmica farsa/realidade da introdução se desdobra por quarenta minutos, em direção ao *gran finale* de “A day in the life”. O espírito da cultura de massa, com os **Beatles** no seu centro, é afirmado, para em seguida ser desmentido, em um ir-e-vir de aceitação e crítica do real. Quando Ringo / Billy Shears entoia os primeiros versos de “With a little help from my friends” (“o que vocês fariam se eu cantasse uma canção?”) está falando de si próprio. A música inventada por Lennon e McCartney para que o baterista tivesse, embora não fosse cantor, ao menos uma atuação de destaque, como sempre acontecera nos concertos e LPs anteriores, é de uma simplicidade tocante. Foi feita para que pudesse ser interpretada sem desafinar (“vou tentar não sair do tom”). Outra vez o jogo: disfarçar-se para poder se autocriticar e, também, produzir mais um sucesso. A interpretação de Joe Cocker da música, em Woodstock, em 1969, explicita a sua carga emocional.

Assim, o disco se beneficia de ter abertura e conclusão brilhantes e conectadas. O arranjo é o forte de **Sgt. Pepper**, com a voz de Paul em contraponto ao coro, as guitarras dele e de Harrison, o baixo que sola (outra marca registrada de Paul), a bateria solta de Ringo, as trompas francesas de George Martin, os efeitos incidentais que simulam uma audição ao vivo. Já o segredo de “With a little help” está no encontro entre letra e música. O jeito infantil da linha melódica – como em “Yellow submarine” – remete para o desamparo do sujeito do poema, que disfarçado de Billy Shears reforça a persona triste e simpática, em particular às crianças, de Ringo, que pede desculpas pelos seus defeitos artísticos.

Houve quem sugerisse, em meio à febre hippie do verão de 1967, que, ao fim e ao cabo, os amigos ajudavam Ringo/ Shears com drogas, pois no penúltimo verso afirma-se: “*Oh, I get high with a little help from my friends*”. Isso é diminuir muito a beleza da canção. De todo modo, embora sejam canções de coloração muito distintas, a referência prepara a passagem para “*Lucy in the sky*

REFLEXÕES XIV

with diamonds”, na qual John nos (e)levará a um passeio pelo país das maravilhas lisérgicas.

“Lucy” faz parte de uma série de baladas que Lennon compôs entre 1966 e 1967. É possível que, junto com “*Strawberry fields forever*”, “*A day in the life*”, “*All you need is love*” e “*I’m the walrus*”, conste da seleção das composições populares mais bonitas do século XX. Nas cinco, John relata uma experiência de desintegração do indivíduo que lhes confere uma atmosfera de incerteza e ansiedade. Em mais de uma entrevista em que rememora o período, Lennon fala em paranoia. A se dar crédito a livros biográficos não autorizados, fontes sempre duvidosas, o antigo líder dos Silver Beatles poderia ter estado próximo de algo como um surto psicótico. Por isso, a partir de **Pepper** (inclusive), Paul terá liderança efetiva na última fase, que se esgota na dissolução real, mas não formal, do conjunto, cerca de dois anos depois. Ocorre que as contribuições individuais de John, embora em menor número, mudaram o sentido do disco talvez pensado por Paul, que tentou reproduzir a mágica, sem tanto sucesso, em **Magical Mystery Tour** e no lado **B** de **Abbey Road**.

Imagine-se a passear por um rio em que os céus são de marmelada e as flores, de celofane, incrivelmente altas, sugere John. No meio disso, uma menina com olhos de caleidoscópio o chama. Você vai atrás dela e ela some. Surge Lucy no céu, com diamantes. Curiosamente, o aparecimento de Lucy (que remete para luz), na canção, põe fim à melodia e ao arranjo oníricos. À sua chegada, o andamento muda, e o refrão, precedido de três batidas da bateria, é cantado no estilo infantil da faixa anterior, em outra dicção. O coro entra com fervor militar, interrompe o som arrastado e distorcido, como a que a chamar o sujeito à realidade. A situação se repete duas vezes, com o viajante entrando e saindo do delírio com a volta do refrão.

John sempre declarou que “*Lucy in the sky with diamonds*” não era um acrônimo de LSD, e sim o título de desenho feito pelo filho pequeno, na escola. O refrão parece dizer que, no fim, com efeito, o passeio alucinógeno é somente brincadeira de criança. Ou, quem sabe, a busca por alguém ou algo que nos tire de outra viagem, mais pesada. A mesma Lucy que atrai para o sonho (“*follow her down...*”)

REFLEXÕES XIV

pode devolver ao real. Fuga e realidade se entrecruzam, um tema constante no cancionário de Lennon dessa fase. Em *“Strawberry fields”*, por exemplo, ele afirma, de modo irônico, que “viver é fácil, com os olhos fechados”, para em seguida levar o ouvinte a um lugar onde “nada é real”.

As duas canções seguintes (*“Getting better”* e *“Fixing a hole”*), identificadas pelo uso do gerúndio no título e nos refrões, são como um fresco entre *“Lucy”* e *“She’s leaving home”*, a triste história da garota que sai de casa sem avisar os pais. Nelas, McCartney, o melhor músico dos Beatles, transita com versatilidade de um gênero a outro. Paul faz ragtimes, reggae, souls, oratórios, baladas românticas, rocks clássicos, hard rocks, countries, etc. sem esforço. Além de compor e cantar, toca baixo, guitarra, piano e, se deixarem, bateria. Gosta de produzir discos e, em turnê, lidera com mão de ferro o andamento das equipes envolvidas, atualmente com centenas de pessoas. É como se dispusesse no cérebro de um arquivo de alternativas *pop* do qual pudesse tirar o material que melhor conviesse para o momento (o que envolve óbvias considerações de mercado).

Por serem vistas como canções menores, *“Better”* e *“Fixing a hole”* ajudam a quebrar o clima denso deixado por *“Lucy”*. A mensagem otimista e solar, em ritmo mais acelerado, de *“Better”* funciona como um alívio. Na segunda, Paul dá uma visão suave para a questão da droga: pinte o quarto de um jeito colorido e deixe a mente vagar. Referia-se à maconha.

George Martin obteve semelhante efeito de contraponto ao colocar *“When I’m sixty-four”* logo depois de *“Within you, without you”*, cinco seções adiante. Sem forçar uma aparência de unidade, que não se realizou, ele acerta a mão na escolha da ordem das canções. A gravação estava em curso há mais de um mês quando Paul surgiu, em fevereiro de 1967, com a canção *“Sgt. Pepper”* e a ideia de um álbum conceitual. Como os Beatles tinham decidido, seis meses antes, que não dariam mais *shows*, a brincadeira era supor que, em seu lugar, tinha aparecido um novo conjunto, cujo nome era inspirado no das bandas de San Francisco, como *Jefferson Airplane*, então na crista da onda hippie. O disco faria o *show* dessa banda em lugar dos Beatles. *“De uma estranha maneira, deve ter sido o*

REFLEXÕES XIV

próprio rei Elvis Presley quem inspirou a ideia. Parece que uma vez ele enviou seu Cadillac para uma turnê, sem acompanhá-lo”, conta Martin.

Em benefício do equilíbrio, o projeto não foi levado adiante. O tema da abertura reaparece de forma explícita apenas na penúltima faixa. Aí “**Sgt. Pepper**” volta a ser tocada, com uma alteração na letra para avisar que o *show* está por terminar e, em seguida, sem espaço divisório, entra o violão que introduz “*A day in the life*” – como um livro de contos em que o autor decide repetir o personagem no começo e no fim do volume. Isso não o transforma em novela, mas propicia uma atmosfera comum para as unidades que estão no meio. Os **Beatles** ficaram com o melhor dos dois mundos. O invólucro “conceitual” de **Pepper** sugere um diálogo entre as faixas, o que potencializa o significado de cada uma, sem que se perca a leveza *pop* de canções curtas e independentes nas quais eram mestres.

Desde esse ângulo, o disco é uma coletânea de nove peças ligeiras, pontuada por quatro abordagens de maior pretensão: “*Lucy*”, “*She’s leaving home*”, “*Within you, without you*” e “*A day in the life*”. A história contada em “*She’s leaving home*” funciona como a única crônica explícita do disco sobre as transformações da juventude na década de 1960. Por isso, talvez seja a mais datada. Acompanhado por um noneto de cordas (quatro violinos, duas violas, dois celos e contrabaixo) – e uma harpa que dá sabor piegas ao arranjo –, Paul relata o momento em que os pais de classe média descobrem que a filha foi embora, “deixando um bilhete que ela esperava dizer mais”. Dizer o quê? Quem sabe explicitar aquilo que pai e mãe vão descobrir pela mão de John, que contribui com um sofisticado contraponto vocal à narração de Paul: “Diversão é a única coisa que o dinheiro não pode comprar”.

Vista a distância, a afirmação pode soar ingênua, mas o direito ao lazer, à excitação e ao prazer faz parte do ideário hippie. Em “*Good morning, good morning*”, que consta do final de **Pepper** e é – para o meu gosto – um dos melhores rocks de Lennon, o combate ao tédio, o mesmo que leva a menina a sair da casa dos pais, vai ser retomado em outro contexto. Nele, John fala da chatice do cotidiano suburbano. Da falta do que conversar com os vizinhos e da

REFLEXÕES XIV

depressão de ter que ir trabalhar. De repente, tudo melhora: você começa a sorrir e todos estão cheios de vida. Ganha um bolo de ervas quem descobrir o que fez o personagem mudar de estado de espírito.

Como demonstra a expansão acelerada da economia do entretenimento, a diversão é objeto de consumo, e os **Beatles**, no olho desse furacão comercial, conhecem por dentro as entranhas do monstro. A “*swinging London*”, assim batizada pela revista **Time** em abril de 1966, era o contexto imediato em que **Pepper** foi gravado. Londres, o principal templo planetário da moda e da badalação, para utilizar termo do período, tinha além dos quatro rapazes gravando em Abbey Road, onde ficavam os estúdios da companhia fonográfica britânica **EMI**, Mary Quant a desenhar minissaias para a sua loja de Chelsea, e Twiggy, que pode ser considerada a primeira supermodelo mundial.

Diferentemente do que ocorreria na França, o movimento jovem inglês dos anos 1960 se revelou menos agressivo e politizado (o que seria, em parte, compensado pela onda *punk* da década seguinte). Enquanto a França tinha no forno das universidades e fábricas o radical maio de 1968, dominado por correntes de esquerda numa perspectiva de derrotar o governo conservador de De Gaulle, na Inglaterra o gabinete trabalhista de Harold Wilson (1964-1970) promovia reformas sociais e buscava uma aproximação com a juventude, por meio de gestos como o de conceder, em junho de 1965, o título de Membros do Império Britânico aos **Beatles**. Talvez isso explique o viés de consumo que marcou o ambiente londrino em comparação até com o de San Francisco, para não falar de Paris.

Enfim, se alguém sabia que diversão é algo que o dinheiro pode comprar eram os novos *sires* de Buckingham, reis do planeta *fashion* simbolizado por Carnaby Street. Talvez, se em lugar da diversão estivesse o amor... É o que parece propor a saída oriental. Mediada pela circense “*Being for the benefit of Mr. Kite!*” – elogio simples a um tipo de divertimento quase artesanal –, a esquisita “*Within you, without you*” quase se segue a “*She’s leaving home*”. Segundo Martin, ela soa estranha a ouvidos ocidentais porque “não tem nenhuma estrutura harmônica, nenhum acorde e não modula”. Com esse suporte musical, Harrison faz comentários inspirados pela

REFLEXÕES XIV

filosofia indiana sobre as ansiedades postas em “*Lucy*” e “*She’s leaving home*”. Afirma que a distância entre as pessoas deriva de uma incompreensão de que o amor e a vida são um bem comum. Envolvidos na competição para ganhar o universo material, os indivíduos perdem o mundo interior e, com ele, a noção de que são parte de um todo. Se recuperassem a espiritualidade, parassem de se esconder atrás do muro de ilusões e vissem a verdade, poderiam amar-se uns aos outros e salvar o mundo.

O formato diferente e a longa duração (mais de cinco minutos) caracterizam a única composição de George Harrison em **Pepper**. Foi uma ousadia incluí-la. O beatle místico tinha antes proposto “*Only a northern a song*”, que chegou a ser gravada nas noites de 13 e 14 de fevereiro. Rejeitada, por não ser considerada à altura do projeto, pode ser ouvida no LP **Yellow submarine**, de 1969. A exclusão de “*Northern song*” é reveladora de que o grupo estava disposto a não transigir com a qualidade e de que, na fase declinante, passou a divulgar obras menores (seja para cumprir exigências comerciais seja para manter a marca viva). As canções leves do álbum (“*Pepper*”, “*With a little help*”, “*Better*”, “*Fixing a hole*”, “*64*”, “*Lovely Rita*” e “*Good morning*”) mantêm um padrão de excelência.

No caminho dos **Beatles**, Harrison foi aos poucos, e com visível dificuldade, deixando de ser um acompanhante, para galgar a posição de ótimo autor e cantor razoável. Não por acaso, duas composições suas – “*Something*” e “*Here comes the sun*” – têm destaque em **Abbey road**, o último LP gravado pelo conjunto. “*Something*”, em particular, em que pela primeira vez George mereceu ocupar o lado **A** de um compacto simples dos **Beatles**, mereceu elogios de Frank Sinatra, que odiava *rock*. Como cantor, os limites de George foram perceptíveis, até a sua prematura morte por câncer em 2001. Na comparação com John e Paul, em especial, os limites vocais de George ficam claros. É verdade que John, na fase de **Pepper**, não gostava da própria voz, mas isso pode ser o resultado da “paranoia”. Basta ouvi-lo cantar em “*A day in the life*” para ver o quanto estava errado.

Na briga pelo valioso espaço entre os **Beatles**, Harrison foi esperto. Como se diria em linguagem neoliberal, adicionou valor ao som da

REFLEXÕES XIV

banda com cítaras, dilrubas, tambouras e tablas. Em *“Within you”* foi mais longe e colocou a filosofia hindu nas paradas de sucesso. Daí em diante não parou mais, tendo se transformado, com *“My sweet lord”*, de 1970, em produtor e intérprete de seus *hits*.

A mensagem espiritual de *“Within”* é seguida por uma ode à mais terrena das felicidades, aquela que decorre dos pequenos prazeres. *“When I’m sixty-four”* é uma deliciosa jornada para a velhice com os confortos do Estado de bem-estar e de afetos ingleses – isto é, contidos, irônicos, distantes. Para espantar todos os traços de tristeza que o ceticismo hindu tenha deixado, Martin emendou a *“64”* também *“Lovely Rita”* (*“May I inquire discreetly when are you free/ to take some tea with me”*) e *“Good morning”* (*“Watching the skirts you start to flirt/ now you’re in gear”*), duas crônicas urbanas em que o prazer do namoro substitui a ausência de canções de amor (a única citação rápida à paixão está em *“Getting better”*) no disco. Para completar o clima de alegria, talvez aquela procurada pela menina que sai da casa dos pais, vem a famosa reprise da abertura, cantada e tocada com vontade e energia pelos quatro.

Se **Sergeant Pepper’s Lonely Hearts Club Band** terminasse nesse ponto seria um ótimo álbum com um final para cima. No entanto, quando John começa a entoar *“A day in the life”* percebe-se que ali está o gol de placa, o toque que faz de uma excelente partida um jogo inesquecível. As notícias que Lennon conta, o tom e o andamento em que ele as canta, levam o ouvinte ao pesadelo. Um homem estoura os miolos em acidente de carro e as pessoas só querem saber se ele pertence à Casa dos Lordes. O exército inglês acaba de ganhar a guerra e ninguém quer ver. Diante da indiferença, o cantor afirma que adoraria “ligar” o ouvinte, o que, de alguma forma, já fez. A orquestra simula a vertigem de quem cai, ou afunda, no sono. “O ouvinte inocente é levado para dentro de uma das mais angustiantes canções jamais escritas”, afirma Allan Moore.

O despertador toca, mudam o ritmo, a melodia, e Paul, em um trecho de canção sua não terminada, dá outra versão do começo do dia. Não há acidentes fatais, guerras e indiferença. Apenas os afazeres diários e seguros. Levantar, tomar café, pegar a condução. Depois de uma tragada no ônibus, entretanto, volta-se a sonhar. Novamente, a voz de John conduz ao ambiente opressivo. Sonha-se

REFLEXÕES XIV

com notícias, segundo as quais foram contados 4 mil buracos nas ruas de Blackburn, em Lancashire. Nada mais concreto do que o buraco da rua, como se brinca nas redações de jornal. O que garante, então, que o que se chama de realidade (acordar, tomar café, etc.) não seja apenas um sonho, uma aparência, e que a verdadeira realidade esteja no que aqui aparece como sonho? Em outras palavras, que a descrição suave da realidade proposta no trecho de Paul não seja um sonho edulcorado que se destina a encobrir a realidade que vem nos jornais? Eis o pulo do gato de **Sergeant Pepper's**.

O cantor repete: “Eu adoraria deixar você ligado”, e detona uma segunda e mais poderosa vertigem orquestral, que acaba numa espécie de explosão (nuclear?). A realidade é tão absurda que, diante da morte sem sentido, só resta rir. Ao filme de guerra, é preciso assistir, só porque já se tinha lido o livro. Diante da contagem de milhares de buracos na rua, denunciar o despropósito da atividade (talvez sirva para saber quantos desses buracos preencheriam o Albert Hall, o que não serve para nada). “Ligar” o ouvinte tanto pode ser tirar o véu que encobre a verdade como permitir que, “ligado”, ele vá procurar a garota com olhos de caleidoscópio, deixe a mente vagar no quarto colorido, encontre distração em um circo com cavalos valsantes ou ache divertida, porque sim, a correria do fim de tarde numa cidade qualquer. Enfim, que escape das notícias.

Graças a “*A day in the life*”, que a **BBC** achou tão suspeita que decidiu banir de suas transmissões, Pepper consegue manter a ambiguidade até o fim. “*Rock é cultura de massa. Não é folclore ou arte, mas um sonho mercantilizado: ele esconde tanto quanto revela*”, diz o sociólogo Simon Frith. A principal referência da história do *pop* não poderia deixar de fazer as duas coisas no mais alto estilo. ●

André Singer: jornalista, cientista político e professor na Universidade de São Paulo, foi secretário de Imprensa da Presidência da República em 2003. Artigo publicado na Revista Piauí nº 9, junho de 2007

Nu frontal

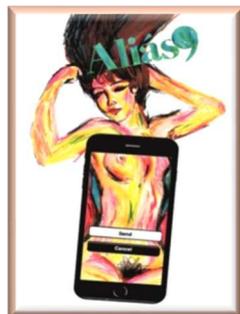
Philip Carr-Gomm



O psicanalista inglês Philip Carr-Gomm não mandou um nude. Mandou um livro inteiro sobre nudez, ainda inédito no Brasil, no qual analisa a contradição de a gente se mostrar como veio ao mundo

Hoje se pode surfar pelado, lutar boxe pelado, saltar de *bungee jump* pelado, casar pelado, cantar karaokê pelado, meditar, malhar, esquiar, pular de paraquedas – apesar do risco de congelar as partes –, tudo pelado. Tem linha aérea alemã em que só voam peladonas e religião que prega a aproximação com o sagrado pela nudez. Deu até vontade de escrever essa reportagem pelado. Já no carnaval do Brasil, essa festa família, se ficar pelado, dá ruim.

Foi assim com a *socialite* Ju Isen, a musa do *impeachment*, que tentou tirar a roupa no desfile da Unidos do Peruche – chegou até os seios – e acabou escorraçada da avenida, sob empurrões e pontapés. Nas palavras dos organizadores, houve “desrespeito” à imagem do carnaval. Enquanto ela deixava a pista com um corte na perna, três musas *topless* já balançavam num carro da Acadêmicos do Tucuruvi. Mais tarde, uma princesa perdeu o tapa-sexo (4 cm) na avenida. Aí pode – não foi por querer.



Nudez humana é contradição, diz o psicanalista inglês Philip Carr-Gomm, autor de *A Brief History of Nakedness* (“uma breve história da nudez”, inédito em português, que inclui referências de atividades para nudistas como as que abrem este texto). Assim como atrai e excita, a nudez revolta na mesma medida. “*Fazemos uma ligação direta entre nudez e sexualidade e, como a maneira de lidar com o sexo varia muito, as reações à nudez também. É um*

REFLEXÕES XIV

campo contraditório e fértil.” Em casos de agressão, explica, o que há é medo. *“A questão de fundo é o desconforto com sua própria pele.”*

Na pesquisa para o livro, Carr-Gomm viveu numa colônia naturista perto de Londres, posou sem roupas e frequentou cultos que celebram o corpo nu. Boa parte da obra investiga a relação entre nudez e religião. *“Até o cristianismo tem forte ligação com o nu. É o contrário do que se pensa: na religião cristã nudez não é só vergonha.”*

Em tempos de retorno da **Playboy** ao Brasil e do anúncio de que a revista não pagará pelos ensaios, o psicanalista analisou a questão em termos práticos. *“A nudez nesses casos é transformada em produto e, assim, tem de ter um preço”*, critica. Carr-Gomm ainda questiona um detalhe que passa batido quando se fala em corpos descobertos: estar pelado é o mesmo que estar nu? Para ele, não é. *“Você fica pelado no banheiro. Quando se despe para outro ver, fica nu. Por influência do nu artístico, a objetificação contida na palavra nu é maior.”* Não à toa, a expressão que pegou por aqui foi o “Manda nude”. Fora da avenida, no celular, somos bem mais liberais.

Por que a nudez tem esse poder de atrair as pessoas e revoltá-las, quase na mesma intensidade?

A história da nudez é uma história da contradição. Ela pode simbolizar poder e também fragilidade, pode ser um ideal para alguns povos, como na Grécia antiga, e uma vergonha a ser escondida, como em culturas mais recentes. As contradições surgem da íntima ligação com a sexualidade, que, da mesma forma, nos traz tantas alegrias e tantos problemas. Ao tirar a roupa, revelamos de pronto o que vemos durante o sexo: o peito, o genital. A ligação é direta. Mas onde há contradição há fertilidade, e aí reside a beleza da relação humana com a nudez. Por que complicamos o fato de estarmos em nosso estado natural, o mais simples possível? Foi o que motivou minha pesquisa. Um dia, eu caminhava nas montanhas, perto de Londres, e ficou muito quente. Não havia ninguém perto, tirei a roupa para me refrescar. Então me perguntei se eu estaria quebrando alguma lei. Era ilegal o que eu fazia? E

pensei em como é estranho estar ilegal apenas por ser você mesmo. É assim, como nossa relação com a sexualidade é complexa, a nudez acaba sendo também.

O senhor dedica parte do livro a mostrar a relação da nudez com a religião. Como se aproximam?

Estão mais ligadas do que diz nosso senso comum – desde a antiguidade, pois, antes de existir a psicologia, era por meio da religião que a humanidade articulava as preocupações consigo própria e com sua forma corpórea. Tem a ver com o autoconhecimento. A humanidade está sempre preocupada com ela mesma, somos autorreflexivos, tentamos sempre entender quem somos. A nudez faz parte disso, e aparece logo na história de uma das mais antigas religiões, o jainismo. Uma das principais parábolas dessa religião é sobre um nobre que, depois de um banho, olha seu corpo pelado no espelho e recebe uma iluminação. Ele vê a si próprio como é, tenta se entender como um ser humano completo, sem nada a esconder. Essa é a essência.

A nudez na religião é sempre uma forma de se libertar. Ao colocar uma roupa você assume uma identidade. Ao tirá-la, remove simbolicamente sua identidade exterior. Você está nu em frente a Deus. Apresenta-se a Ele, ou à natureza, a depender da crença, de uma forma mais próxima a seu eu real; seu eu autêntico. Nesse ponto, creio que a adoração religiosa faz um ótimo par com a nudez. Mas uma grande surpresa para mim foi como o cristianismo é amigável à nudez. Pensei que seria uma religião repressora, mas não é assim. Já começa com a ideia central cristã de que as pessoas são feitas à imagem e semelhança de Deus. Um corpo nu, portanto, não pode ser considerado obsceno por si só. Por isso, há grupos cristãos que defendem que admirar um corpo nu é contemplar Deus. Há muitos exemplos. Nos primeiros 500 anos do cristianismo, as pessoas eram batizadas peladas. Elas se despiam de roupas e joias, para, de forma simbólica, se aproximar de Deus. A ideia da nudez na religião equipara-se à da inocência, há um paralelo com a razão de ser do religioso, que é purificar a si mesmo, livrar-se dos acessórios, disfarces, fingimentos. Não é à toa que, tradicionalmente, um dos principais roteiros de peregrinação cristã, o Caminho de Santiago, termina com o peregrino queimando suas roupas e jogando-se nu

no mar.

Em sua pesquisa, o senhor diferencia estar pelado de estar nu. Como é isso?

Estar pelado tem um sentido mais inocente, de ficarmos em nossas próprias peles, sem que nada a cubra. Somos nós mesmos, seres humanos em estado natural. Por outro lado, estar nu adquiriu um sentido que pede a observação do outro, primeiro por causa do chamado nu artístico e depois pelo viés comercial. Ficamos pelados sozinhos no banheiro, mas, quando estamos numa sessão de fotos, estamos nus. Há uma objetificação do nu que não existe com a mesma intensidade quando dizemos que alguém está pelado.

No Brasil pegou a expressão “Manda nude”. Tem relação com essa diferenciação?

Estão usando a palavra “nude”? Não é por acaso. Parece um exemplo do nu como objeto, principalmente das mulheres, alvo principal desses pedidos. A intenção não é “mostre quem você realmente é”, descoberto, pelado, na sua pele. Mas, sim, mande-me uma foto *sexy*. Não é à toa que se use uma palavra relacionada a posar, à necessidade de exibição. É o que a nudez precisa para se afirmar. Essa onda aumentou com o vazamento de fotos nuas de atrizes, uns anos atrás. Mas a reação das artistas e do público foi desmistificar: não é nada, muitos se fotografam no espelho e hoje é fácil enviar. Só isso.

É importante parar de agir na defensiva, ser corajoso e aberto sobre isso. Porque há uma espécie de lei psicológica que diz que o que está escondido tem poder. Se você traz à luz, o poder se esvai. Por isso, as mulheres também devem pedir fotos aos homens. Se o homem se esconde, a mulher é o objeto mais uma vez. Eles têm de participar. Do contrário, são covardes tentando manter seu poder em segredo, ou seja, sua nudez.

No carnaval em São Paulo, uma mulher foi agredida por ficar pelada. Por que a nudez choca mesmo em um ambiente libertário como esse?

Faz lembrar o caso de Justin Timberlake e Janet Jackson no Super Bowl de 2004. Ele puxou o vestido dela enquanto cantava e revelou

REFLEXÕES XIV

um mamilo. Foi menos de um segundo, mas rendeu multa de US\$ 550.000 à emissora. As pessoas ficaram chocadas. Enquanto isso, no mesmo ano e país, exibia-se o show *Penis Puppeteers* (marionetes de pênis), em que os homens fazem coisas engraçadas com seus pênis num musical. Por um lado, tudo bem balançar o pênis num *show* de uma hora. Mas, se mostrar um mamilo por um segundo, o choque é tremendo. Acontece o mesmo com o tapa-sexo no carnaval. É tão pequeno, quase não se vê. Mas está ali e acalma as pessoas. Tem a ver com a expectativa criada. O que as pessoas esperam no carnaval é a pouca roupa. Mas não a nenhuma roupa. Quando esse equilíbrio muda, as pessoas se perturbam, podem ficar violentas. É um moralismo. E jogar a mulher no chão é um exemplo péssimo, que tem pano de fundo complexo. Mesmo que a agressão tenha sido porque a escola perdeu pontos. As duas coisas, a violência e até o regulamento, se relacionam com repressão sexual. Já que as pessoas projetam seus medos no outro, no fundo, se você está confortável com sua pele e sua sexualidade, ver outra pessoa pelada não vai incomodar. Do contrário, age como um gatilho para seu próprio desconforto. Num espetáculo midiático, vai deixar muita gente desconfortável. Por isso, é proibido, mesmo com essa dose de hipocrisia. É parecido com o que acontece quando alguém se queixa da mãe que amamenta em público. Essencialmente, quem reclama disso só demonstra sua própria fraqueza.

O senhor também analisa a nudez como protesto político. Por que é tão eficaz?

Ao expor seus corpos nus, os manifestantes se mostram como seres humanos destemidos, sem nada a esconder, e assim se afirmam e afirmam seu ponto de vista. Basta ver as mulheres do Femen, agressivas, poderosas. Mas, ao mesmo tempo, parecem completamente vulneráveis, sem proteção. É uma mensagem complexa. Essa mistura de poder e fragilidade é poderosa porque remete à raiz da experiência de ser humano. Na vida, alternamos experiências de poder e de fragilidade. Encarar outro ser humano como ele é, frente a frente, não é um contato fácil, desperta medos para os quais podemos não estar preparados. O manifestante nu representa cruamente os dois extremos do território habitado pelo ser humano. É forte e é vulnerável. Muitos não aguentam encarar

REFLEXÕES XIV

isso. Por outro lado, se a nudez pode ser tão eficaz para afirmar uma causa, ela serve para fragilizar e humilhar. Em sessões de tortura, a pessoa é quase sempre despida. E vai enfrentar a absoluta humilhação. Se for sua escolha ficar pelado, você tem poder. Se for imposto, o fragiliza. Tem a ver com autonomia e com o contexto.

Houve uma discussão recente no Brasil, sobre se as mulheres devem receber para posar na Playboy. Como vê a relação entre dinheiro e nudez?

As revistas deveriam pagar sempre a quem posa nu, porque tratam a nudez como produto. E, é lógico, produtos têm preço. O objetivo da revista ao mostrar a foto da mulher nua é comercial, e não divulgar uma ideia, ou mostrar uma pessoa como realmente é, como veio ao mundo.

A tecnologia está banalizando o nu?

Não acredito nisso. Quando perguntam se a nudez perdeu impacto agora que está tão acessível, costumo rebater dizendo para essa pessoa tirar a roupa num lugar público. A vida dela vai mudar. A reação será enorme, todos notarão. Aí está: ainda é um ato radical. A nudez é uma coisa simples e trivial e estamos ainda mais expostos a ela. Mas a onda de impacto que cria continua sendo enorme. ●

Philip Carr-Gomm

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 13 de fevereiro de 2016

Nossos três russos

Paula Scarpin



Há muitas explicações para o sucesso cada vez maior da literatura russa no Brasil. Uma delas é que Tolstói e Dostoiévski andam desembarcando no país sem fazer escalas por outros idiomas. Um fenômeno que deve ser atribuído a três pessoas.

No final de 1963, o Partido Comunista Brasileiro convocou um grupo de dez jovens militantes para um curso de ciência política em Moscou. Em seis meses eles receberiam subsídios teóricos suficientes para, de volta ao País, participar do projeto de tomada do poder. Os militares foram mais rápidos. “Nós soubemos da notícia por uma rádio brasileira que conseguimos sintonizar no alojamento. Ficou impossível voltar para casa. Acho que o Castello Branco soube que eu estava lá e resolveu dar o golpe para me beneficiar”, brincou o paraibano Paulo Bezerra, o único operário do grupo.

Cinco anos antes, deixara a família em João Pessoa e fora para São Paulo, com a intenção de trabalhar na indústria. Faltava-lhe, porém, qualificação profissional. Com as economias que tinha, matriculou-se num curso noturno de desenho mecânico e, para se sustentar, fez bicos em bares e padarias até finalmente ser contratado pela fábrica Brasilona, em Guarulhos.

Era o auge do movimento sindical e Paulo Bezerra não demorou a se engajar. Entusiasmado com as histórias que ouvia da União Soviética, passou a ler tudo que encontrava relacionado ao país, até que *Crime e Castigo* caiu em suas mãos. “*Foi o primeiro romance que eu li na minha vida. Fui arrebatado*”, lembrou numa manhã de maio em sua casa, no bairro da Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro.

Encalhado em Moscou, Bezerra resolveu aproveitar o exílio e emendou o curso de política a outros de filosofia, economia e

REFLEXÕES XIV

história. Como era aplicado, conseguiu uma bolsa de estudos na Lomonóssov, a maior e mais antiga universidade russa, onde estudou língua e literatura. A temporada em Moscou acabou se estendendo por oito anos, entre moradias estudantis e casas de família.

Quando finalmente se sentiu capaz de ler Dostoiévski[1] no original, Bezerra percebeu uma distância abissal entre o texto russo e o que tinha lido no Brasil, traduzido por Rosário Fusco e publicado pela **José Olympio**. Teve a impressão de que a edição brasileira, baseada na francesa, e também na espanhola, não conseguira se livrar do perfume enjoativo do beletrismo²⁴, ainda em voga na época. *“Mas creia-me, por quem é! Por que razão enganá-lo?, pergunto-lhe. Ao contrário, e a coisa espanta-me: parece-me, a mim, particularmente, quase doentamente pudica”*, dizia a tradução de Fusco. *“Dostoiévski é um escritor rude: ele tem a concepção de uma realidade dura, feia, e a linguagem que traduz essa realidade precisa ser coerente com isso. Mas os tradutores franceses não entendiam isso e amaneiravam o texto. São os piores tradutores de russo da Europa”*, comentou. *“Mas pode acreditar! E por que cargas d’água eu iria esconder de você, quer fazer o favor de me dizer? Ao contrário, eu mesmo acho isso estranho: comigo ela é de um jeito redobradamente, timidamente puro e acanhado”*, lê-se o mesmo trecho, agora traduzida por Bezerra.

Aparentando muito menos do que seus 70 anos, Paulo Bezerra mantém a forma frequentando religiosamente uma academia de ginástica da vizinhança. Disciplinando os copiosos cabelos ainda úmidos, contou que foi o incômodo com as traduções indiretas que o estimulou a se lançar no ambicioso projeto de traduzir Dostoiévski diretamente do russo. Ao voltar para o Brasil, traçou uma estratégia: graduou-se em letras, fez mestrado e, nesse meio-tempo, traduziu livros científicos e de autores menos conhecidos até se sentir confiante. Trouxera da União Soviética um ponto de vista firme sobre o trabalho do tradutor: *“Não dá para traduzir uma obra de arte literalmente. É o mesmo texto, sendo outro. É o*

²⁴ **Beletrismo**: É a arte das belas letras. O falar e escrever cheio de termos antigos e tidos como cultos, mas pouco utilizados no nosso cotidiano.

REFLEXÕES XIV

mesmo texto, mas na língua de chegada.”

Foi com essa convicção que, em 1999, lançou **O Herói do Nosso Tempo**, de Mikhail Liérmontov, pela editora **Martins Fontes**. Ao se deparar com uma expressão russa que, traduzida literalmente, significaria algo como “*ter ressaca em banquete alheio*”, Paulo Bezerra resolveu recorrer à riqueza proverbial de suas raízes nordestinas. “*Você tem duas expressões para isso em português: ou pagar inocente pelo pecador, que é muito comportado, porque a expressão russa não é erudita, mas popular, ou papagaio come milho, periquito leva a fama*”, contou. Sem piscar, escolheu a segunda opção, o que lhe rendeu críticas à época: como assim, um papagaio na Rússia? Bezerra é categórico: “*Eu não estou vertendo português para russo. Quem tem que entender é o leitor brasileiro.*”

Em **A Tradução Vivida**, livro tido em alta conta pelos tradutores brasileiros, Paulo Rónai explica a origem da palavra “traduzir”: vem do latim *traducere*, que significaria guiar alguém pela mão até outro lugar. A partir dessa concepção, Rónai considera a possibilidade de dois métodos diferentes de traduzir: se o objeto guiado for o texto, o tradutor seria o responsável por transportá-lo para o domínio da outra língua; se o objeto guiado for o leitor, a função do tradutor é pegá-lo pela mão e levá-lo a um meio linguístico que não é o seu. Paulo Bezerra não tem dúvidas: quem ele pega pelo braço é o texto, sempre.

Quando começou a peregrinação pelas editoras com o projeto da prosa de Dostoiévski embaixo do braço, Paulo Bezerra encontrou inúmeras casas que se interessaram pela ideia, mas não concordavam com as suas condições. “*Fazer a tradução e depois tchau e bênção? Negativo. Eu só traduzo Dostoiévski, um autor cujos direitos estão em domínio público, se os direitos autorais vierem para mim.*” Irredutível, bateu à porta de Beatriz Bracher, então diretora de uma editora paulista, a 34. No começo dos anos 1990 ela lançara a **Coleção Leste**, com o objetivo de publicar autores contemporâneos do Leste Europeu, sempre em traduções diretas. Bracher aceitou as condições de Bezerra, e o sucesso foi estrondoso. O primeiro título lançado foi **Crime e Castigo**, em 2001.

REFLEXÕES XIV

Paulo Bezerra coloca na voz do protagonista Raskólnikov a seguinte reflexão: *“Eu falo pelos cotovelos porque não faço nada. Foi neste último mês que aprendi a matraquear, varando dias e noites deitado num canto pensando... na morte da bezerra.”* Se não hesita em recorrer às raízes nordestinas para substituir um provérbio russo por outro brasileiro, Bezerra diz que o método está longe do vale-tudo. *“Algumas expressões podem desfigurar uma tradução. Por exemplo, Dostoiévski usa uma expressão que no português de hoje, seria algo como ‘falar feito uma metralhadora’. Mas não se pode usar isso porque na época de Dostoiévski não havia metralhadoras. Então eu falo: ‘matraquear’, ‘falar pelos cotovelos’. ‘Verborragia’ já é uma palavra mais erudita, não cabe”,* disse. Seu **Crime e Castigo** não demorou a alcançar o topo das listas de mais vendidos nas livrarias, e já está na sexta edição.

O chefe do departamento de língua e literatura russa da USP, Bruno Gomide, diverte-se ao lembrar que a colega Elena Vássina, nascida na Rússia, ficou confusa com a tradução de Paulo Bezerra e perguntou se a expressão *“pensar na morte da bezerra”* fazia referência ao sobrenome do tradutor. *“Mas foi uma ótima escolha, nenhum leitor brasileiro teria dúvidas quanto ao sentido”,* elogiou o professor. Entusiasmado com o que chama de *“nova onda russa no Brasil”*, Gomide se lembra do sucesso retumbante que foi o lançamento de **Crime e Castigo**. *“Eu não podia acreditar naquilo: as pessoas formando filas para comprar Dostoiévski”,* lembrou em sua sala na USP. Assíduo frequentador de sebos, livrarias e bienais, ele diz que se encantou pelos autores russos nos anos 1990, um período de entressafra do interesse nacional por aquela literatura. O lento declínio da União Soviética vinha progressivamente afastando de Tolstói e Dostoiévski quem neles buscava as raízes da revolução, e ainda estava por vir o que ele chama de *boom* russo dos anos 2000.

Em 1993, quando ainda era estudante de história, foi à Bienal do Livro do Rio de Janeiro para garimpar novidades. Deu com o estande de uma editora que lhe interessava, a nanica **Ars Poetica**. Lutando contra a timidez, conseguiu tirar satisfação: *“Poxa, por que vocês não publicam mais literatura russa?”* Calhou de dizer isso justamente para o editor, que devolveu: *“Ah, então era você que*

REFLEXÕES XIV

comprava?”

Foram tempos solitários na universidade. *“Enquanto meus amigos que estudavam literatura brasileira ou inglesa tinham o luxo de escolher qual seria o congresso mais interessante naquele mês, eu só tinha a biblioteca”*, conta Gomide com bom humor. Aos 38 anos e consideravelmente jovem para diretor de departamento, função exercida por professores na faixa dos 60 anos, ele se sente *“recompensado por tantos anos sendo considerado meio maluco”*.

Gomide tem hoje do que se gabar. O seu departamento é um dos mais concorridos das letras, e este ano, pela primeira vez, todas as vagas foram preenchidas. Intrigado, o professor costuma fazer uma enquete informal entre os estudantes, na qual constata que a causa principal do interesse é a grande quantidade de lançamentos de clássicos russos traduzidos diretamente para o português que vêm chegando às livrarias nos últimos dez anos. *“São inegáveis as vantagens da tradução direta, mas acho que ninguém podia prever esse sucesso todo”*, disse.

Em viagens recentes a Portugal e Argentina, Gomide notou que o apelo editorial dos russos não se restringe ao Brasil, e reproduz algumas explicações que ouviu para o fenômeno. Há quem diga que a abundância de dicções, registros e temas das obras russas encontra eco na fragmentação de interesses do homem moderno – ou pós-moderno, como querem alguns. Outros, ao contrário, sugerem que um mundo de relações superficiais exige profundidade, e isso os russos têm de sobra. *“É um pouco genérico, mas pode ser que os russos respondam a inquietações profundas. Não seria a primeira vez que se recorre a eles para isso”*, ponderou.

Dando sequência ao projeto de Paulo Bezerra, a Editora 34 lançou **Os Demônios** em 2004 e, para completar a santíssima trindade dos grandes romances de Dostoiévski, faltava **Os Irmãos Karamázov**. Mas, à diferença dos dois primeiros, este já tinha uma tradução direta para o português. Em 1944, a extinta editora Vecchi lançou a obra traduzida por Boris Solomonov – pseudônimo já conhecido do decano dos tradutores de russo no Brasil, Boris Schnaiderman.

Perfeccionista, Schnaiderman revisa constantemente suas traduções

antigas, tenham sido ou não publicadas sob pseudônimo. Mantinha boas relações com a **Editora 34**, na qual chegara a publicar, e o editor Cide Piquet achou correto consultá-lo para saber se não gostaria de revisar sua antiga tradução. Havia também questões práticas. *“Revisar um trabalho pronto é muito mais simples do que partir para essa empreitada colossal do zero”*, contou Piquet, por telefone. Schnaiderman agradeceu, mas disse que não queria voltar aos Karamázov, dando assim carta branca para o colega Bezerra se lançar na tarefa titânica.

Numa manhã de junho, em seu apartamento no bairro paulistano de Santa Cecília, Boris Schnaiderman comentou o caso. Em 1943, sem experiência nenhuma, ele oferecera as suas traduções do russo para algumas editoras. Recebeu de pronto uma resposta positiva da **Vecchi**. Eles sabiam que a **José Olympio** havia encomendado a tradução de **Os Irmãos Karamázov**, do francês, a Rachel de Queiroz, e queriam sair à frente com uma edição traduzida diretamente do russo. *“Eu só tinha 27 anos e nunca tinha lido o livro. Se tivesse, não aceitaria de jeito nenhum”*, conta. Na época ainda não havia dicionários russo-português, e o jovem tradutor precisou fazer o tortuoso caminho de consultar as palavras que não dominava em dicionários russo-francês e russo-inglês na Biblioteca Nacional. *“A tradução acabou sendo muito bem recebida na época, pela crítica inclusive. Mas eu não a aceito mais, ela tem muitos defeitos. Até hoje eu acho **Os Irmãos Karamázov** um livro muito difícil de traduzir. Eu me esforcei, mas não tinha o preparo necessário”*, diz.

Paulo Bezerra publicou a nova tradução em 2008. Partindo evidentemente do original, ele conta que consultou a tradução de Schnaiderman, a de Rachel de Queiroz, e a de Oscar Mendes e Natália Nunes, feita a partir do inglês. *“Mas quando Dostoiévski dá o verdadeiro nó na língua, naqueles casos de extrema dificuldade de tradução, quem trazia uma luz era o Boris.”* Bezerra conta que conheceu Schnaiderman em 1981. Quando foi lançada a tradução de **Problemas da Poética de Dostoiévski**, de Mikhaïl Bakhtin, assinada por Bezerra, Schnaiderman publicou uma resenha muito elogiosa ao seu trabalho. *“Escrevi para ele, e fizemos um primeiro contato aqui no Rio, nos encontramos em Ipanema. E daí começou uma amizade que dura até hoje”*, lembra Bezerra. *“Ninguém que mexa*

REFLEXÕES XIV

com literatura russa no Brasil pode deixar de fazer referência a Boris Schnaiderman. Ele é o nosso herói fundador no campo da cultura eslava.”

Boris Schnaiderman nasceu em 1917, mesmo ano da Revolução Russa, no seio de uma família de comerciantes – que não tardou a planejar a saída do país. Ele não guarda muitas memórias de Odessa, capital da Ucrânia, que deixou aos oito anos de idade. A mais marcante delas é de uma escadaria, perto do porto, onde costumava brincar com um amigo. Um dia, quando chegaram lá, viram uma movimentação diferente: *“Eram umas senhoras muito bem-vestidas, de toaletes, balançando os lencinhos, homens acenando com seus chapéus para o navio.”* Anos depois, a família já instalada em São Paulo, seu pai o levou pela primeira vez ao cinema – e o menino teve a oportunidade de rever a mesma cena. Entendeu então que presenciara um dia de filmagem de **Encouraçado Potemkin**, de Sergei Eisenstein.

A porta do elevador abre diretamente dentro do apartamento de Schnaiderman, o que acontece várias vezes por dia. São amigos, jornalistas, professores, orientandos, diretores de teatro, todos recebidos com entusiasmo pelo tradutor e sua esposa, a professora Jerusa Pires Ferreira. Quem chega pela primeira vez e desembarca ali, percebe um limite claro entre os dois lados do apartamento. O direito parece um cantinho da Bahia, com rede e carrancas; o esquerdo, a Rússia, com sua mobília, bibelôs, tapetes e quadros. *“É um enclave russo-baiano à beira do Minhocão”*, define Bruno Gomide, um dos assíduos frequentadores do casal.

Muito elegante com um suéter bordô, Boris Schnaiderman disse à empregada que preferia servir ele mesmo o cafezinho, e me pediu que convidasse a esposa para acompanhá-lo. Começou a falar sobre a sua quinta tradução do último romance de Liev Tolstói, **Khadji-Murát**, um livro que o autor terminou em 1904, mas até sua morte, em 1910, seguiria retrabalhando com vistas à publicação. Foram encontradas quase 2.200 folhas manuscritas nos arquivos de Tolstói, e coube a um grupo de pesquisadores estabelecer a versão final. A primeira tradução que Boris Schnaiderman – na época, Boris Solomonov – fez da obra saiu pela editora **Vecchi** em 1949, dentro da coleção **Os Maiores Êxitos da Tela**, estimulado pela

adaptação cinematográfica **O Diabo Branco**, de Alexandre Volkov. A edição saiu com o mesmo título do filme, e assinada por “Conde Leão Tolstói”. Depois da primeira tradução, Schnaiderman retrabalhou o texto, a última vez agora, em 2010, em edição da **Cosac Naify**. Um leitor menos atento não consegue perceber muitas mudanças entre a tradução de 1946 e a mais recente. Onde se lia “trevos penugentos”, hoje se lê “trifólios felpudos”; onde se lia “a ‘cebola’ de Vorontzov”, agora se lê “o relógio Bréguet de Vorontzov”.

Bruno Gomide, que morou a poucas quadras da casa de Boris Schnaiderman e Jerusa Ferreira, disse tê-los visto várias vezes num café do **Shopping Pátio Higienópolis** discutindo textos. “*É um casal muito afinado, apesar da diferença de idade e de temperamento*”, disse. Boris Schnaiderman acaba de completar 93 anos, e Jerusa tem cerca de vinte anos menos. “Enquanto o Boris é tímido, a Jerusa é um *happening!* É ela quem veste o Boris, e ele anda sempre muito estiloso. Ele tem um paletozinho de linho, uma boina...” Schnaiderman ainda é um homem bonito. Segundo Gomide, faz um sucesso danado com as mulheres. “*Uma amiga minha de 32 anos diz que o Boris parece o Harrison Ford. Ela é completamente apaixonada por ele.*”

Filho obediente, Schnaiderman era apaixonado por literatura, mas resistiu à vocação para não desagradar os pais, que consideravam a atividade “*um hobby, artigo de perfumaria*”. Formou-se em agronomia em 1940 e logo se alistou com a intenção de se juntar aos pracinhas brasileiros na Itália. Combateu na Europa e a experiência da **Segunda Guerra Mundial** foi mais tarde registrada no livro de ficção **Guerra em Surdina**, um romance marcado pelas experiências do modernismo, com fluxos de consciência, alternância de pontos de vista, de narração na primeira e terceira pessoas, etc.

Na volta da guerra, Schnaiderman chegou a trabalhar como agrônomo na cidade mineira de Barbacena, atividade que conjugou com a primeira tradução de **Os Irmãos Karamázov**, e logo começou a receber outros pedidos de editoras. O pseudônimo Solomonov só foi aposentado quando se sentiu seguro. O primeiro trabalho assinado com o sobrenome verdadeiro foi uma coletânea de contos de Tchekhov que fez para a editora **Civilização Brasileira**, em 1959. A rigor, Solomonov não é bem um pseudônimo. Como todos os

REFLEXÕES XIV

russos, Boris Schnaiderman tem um nome do meio, o patronímico²⁵, uma derivação do nome do pai. Como seu pai se chamava Solomon, seu patronímico é Solomónovitch – apenas quatro letras mais longo que o sobrenome fictício atrás do qual abrigava a sua timidez.

A questão dos patronímicos e apelidos russos, aliás, costuma acrescentar um grau de dificuldade adicional à leitura do idioma, como sabem todos que voltaram freneticamente as páginas para saber quem é o tal Piótr, Peter ou Petróvich que acabou de se materializar na história. Em **Os Irmãos Karamázov**, por exemplo, o pai às vezes é chamado de Fiódor, seu primeiro nome, às vezes de Pávlovich, seu patronímico. No caso de seus filhos, a dificuldade aumenta: todos têm “Fiódorovitch” como patronímico, mas Dmitri às vezes é chamado de Mítia, Alieksiêi de Aliócha, e Ivan de Vanka. Num trecho da obra, por exemplo, Paulo Bezerra traduziu: “– *Mítia! Mítia! – bradou Fiódor Pávlovitch com nervosismo e reprimindo as lágrimas que iam brotando.*” Um leitor desatento talvez tivesse que voltar atrás para entender que se trata do velho Karamázov chamando pelo filho. Já o leitor americano não teria a mesma dificuldade. Numa edição, de 1999, de **The Brothers Karamazov**, da editora Penguin, o mesmo trecho corresponde a: “*Dmitri! Dmitri! cried old Karamazov hysterically, squeezing out a tear.*”

Em sua tese “Da estepe à caatinga: o romance russo no Brasil (1887-1936)”, Bruno Gomide trata das vicissitudes da literatura russa no país, muito antes das traduções diretas. Alarmada com a expansão marítima e militar da Alemanha – de quem havia acabado de perder a Guerra Franco-Prussiana –, a França começou a se aproximar da Rússia, cujo exército, então, era o maior do mundo. Calculando que uma aliança com o czar seria uma arma poderosa contra o pangermanismo, o governo francês, numa jogada diplomática, deu início à divulgação da arte russa dentro de suas fronteiras. Intelectuais como Émile Zola e Eugène-Melchior de Vogüé entusiasmaram-se com Tolstói e Dostoiévski, nos quais viam uma saída para a literatura fria e cerebral do fim de século. As traduções

²⁵ **Patronímico:** diz-se de nome antroponímico formado do nome do pai ou de nome de ascendente.

REFLEXÕES XIV

eram feitas em linha de montagem, em clima de euforia. A França ditava as tendências no mundo ocidental, e a invasão russa não demorou a se espalhar pelos outros países.

No Brasil, a aceitação foi particularmente intensa porque o País começava a demonstrar uma preocupação com a identidade de uma literatura própria, e era a primeira vez que tinha acesso a obras de fora do grande eixo – França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. Gomide mostra como logo após as primeiras edições dos russos em Paris, vários escritores brasileiros passaram a acompanhar os lançamentos. Monteiro Lobato, por exemplo, enviou a seu amigo Godofredo Rangel cartas entusiasmadas com a leitura de Tolstói. *“A literatura russa, segundo ele, era muitíssimo superior a qualquer outra contemporânea”*, conta. Lima Barreto chegou a espalhar, em ficção, jornalismo e correspondência, grande número de referências a Dostoiévski, Tolstói, Turguêniev e Górkki.

Boris Schnaiderman lembra que o escritor Ivan Turguêniev estava morando em Paris à época do tratado entre França e Rússia. *“Era um momento literariamente importante, porque os leitores estavam um pouco saturados pelo excesso de naturalismo, de realismo. E a literatura russa tratava dos grandes problemas do homem.”* Os editores franceses, entretanto, ficavam preocupados com o excesso de elucubrações metafísicas que pontilham os romances, e faziam cortes nos textos. *“Tenho umas edições francesas curiosas, em que vinha uma nota: ‘Adaptação do romance de Dostoiévski.’ Mas as editoras de outros países, suprimiam a palavra ‘adaptação’”*, conta o tradutor.

Um comerciante russo, amigo dos pais de Schnaiderman no Brasil, tinha um projeto de tradução direta do russo. Iuri Zéltzov – que preferia assinar Georges Selzoff, que considerava mais chique, afrancesado – fundou uma editora chamada **Bibliotheca de Auctores Russos**. Como não dominava o português, Zéltzov aliou-se a dois escritores brasileiros principiantes: Brito Broca e Orígenes Lessa. *“Ele ia lendo o texto russo com o português precário que tinha, e eles punham em português decente”*, conta o professor.

Difíceis de serem encontradas em sebos, as edições de Zéltzov eram artesanais, com o título colado sobre a capa e o miolo refilado

REFLEXÕES XIV

irregularmente. Comparando a última edição de Khadji-Murát, traduzida por Schnaiderman, e uma edição de Selzoff, de 1931, é possível perceber que em algum momento do processo o texto coloquial e fluente de Tolstói resultou em um português rebuscado e recheado de arcaísmos, com excesso de uso da ordem indireta. Num trecho do preâmbulo, por exemplo, onde Schnaiderman traduz: *“Desci para o fundo da ravina e, depois de expulsar um zangão cabeludo, que se cravara no centro da flor e nela adormecera flácida e docemente, comecei a cortar a haste”*, Selzoff escolheu: *“Desci à valla e, expulso felpudo zangão que adormecera, enroscado e indolente, no coração de uma flor, eis-me a desarraigar a planta.”*

Em 1961, o teórico alemão radicado no Brasil Anatol Rosenfeld disse a Boris Schnaiderman que gostaria de apresentá-lo a três jovens poetas, e o tradutor convidou-os todos para um jantar em sua casa. Na ocasião, Rosenfeld contou que um deles, apaixonado por Vladímir Maiakóvski, tinha começado um curso de russo para poder lê-lo no original. Era Haroldo de Campos, que foi acompanhado de seu irmão Augusto de Campos e de Décio Pignatari. *“Quando li a frase ‘sem forma revolucionária, não há arte revolucionária’ em uma das cartas de Maiakóvski, estávamos na fase do ‘salto participante’ da poesia concreta”*, contou Augusto de Campos, por e-mail. *“Queríamos fazer poemas politicamente engajados, que não perdessem as características da linguagem de vanguarda ou experimental.”* Haroldo de Campos encontrou poemas do poeta russo em francês e espanhol. Numa entrevista concedida ao **Jornal da Tarde** em 1985, o poeta – falecido em 2003 – disse ter percebido um descompasso entre as ideias que Maiakóvski esboçara sobre sua própria obra e as traduções que chegavam ao Brasil. *“Ele dava mostras de ser um poeta extremamente consciente do seu trabalho”*, mas nessas versões parecia *“palavroso, banal em muitos aspectos”*.

Incomodado, Haroldo de Campos quis tentar ele mesmo traduzir um poema e mostrou-o a Schnaiderman nessa primeira visita. Trabalhara a partir do texto original e de traduções para outras línguas. Era *“A Sierguêi Iessiênin”*, que Maiakóvski tinha escrito por ocasião do suicídio desse outro poeta russo. *“Apesar do*

*conhecimento precário de russo que ele tinha, a tradução estava excelente, só mexi um pouquinho”, lembra Schnaiderman, que se prontificou a dar aulas particulares de russo ao poeta brasileiro. Haroldo de Campos disse ao **Jornal da Tarde** que o curso que vinha fazendo até então era muito rudimentar. “Lembro-me até hoje da horrorosa cartilha soviética, de padrão visual vitoriano, na qual eu comecei a me alfabetizar em russo. E entre aquela cartilha e Maiakóvski havia uma distância de anos-luz.”*

As aulas particulares aconteciam nas tardes de sábado na casa de Haroldo de Campos, e foi durante uma delas que surgiu a ideia de publicar uma coletânea de poemas de Maiakóvski. Nessa mesma época, Boris Schnaiderman soube que a faculdade de história da USP estava organizando uma seção de estudos orientais que pretendia oferecer aulas de idiomas. Apresentou sua candidatura e foi aceito. Animado com o projeto, Augusto de Campos, irmão de Haroldo, matriculou-se no curso e foi incorporado ao grupo. O livro **Maiakóvski: Poemas** foi publicado em 1967, com uma nota explicativa informando que os poemas tinham sido traduzidos por dois caminhos diferentes: ou do original por Augusto ou Haroldo de Campos e depois revistos por Boris Schnaiderman, ou traduzidos literalmente por Boris Schnaiderman e depois retrabalhados pelos poetas.

Augusto de Campos contou que Maiakóvski trabalhava com rimas pouco ortodoxas e muitos jogos de palavras, e que por isso era difícil reproduzir a beleza e criatividade de sua dicção poética. Na introdução do livro, Boris Schnaiderman conta que muitas vezes já se afirmou que Maiakóvski era um poeta ‘intraduzível’, mas “*a tradução como recriação, no caso, constitui o caminho da verdadeira fidelidade ao texto*”. Em **A Operação do Texto**, Haroldo de Campos diz que a tradução de poesia se inclui na categoria da criação. “*Traduzir poesia há de ser criar, sob pena de esterilização e petrificação, o que é pior do que a alternativa de trair.*”

Maiakóvski chegou a declarar que ficava particularmente satisfeito quando a tradução dos poemas era feita segundo seus procedimentos de criação poética, mesmo que para isso fosse necessário afastar-se consideravelmente do significado original. No poema “**A extraordinária aventura vivida por Vladímír Maiakóvski**

REFLEXÕES XIV

no verão na datcha”, Augusto de Campos inclui, na tradução de um dos versos, a frase conhecida de uma canção de Roberto Carlos:

Brilhar para sempre, brilhar como um farol, brilhar com brilho eterno, gente é para brilhar, que tudo o mais vá pro inferno, este é o meu slogan e o do sol.

Entusiasmados com a produção, Schnaiderman e os irmãos Campos ampliaram a pesquisa para outros poetas modernos russos, e organizaram uma antologia, **Poesia Russa Moderna**, lançada em 1968, pela **Civilização Brasileira**. A repercussão dentro do país não foi das melhores: a capa com chamuscas vermelhas exigia alguma coragem do leitor, dado o clima de forte repressão militar. Especialistas em Maiakóvski no exterior, entretanto, não deixaram o trabalho passar despercebido. Em sua visita a São Paulo, Roman Jakobson, um dos maiores linguistas do século passado, que viera ao país a convite de Schnaiderman, se disse deslumbrado com o texto em português, principalmente com a solução “entremeado às estrelas” para “vzviózki vriézivaiais”. “Na realidade, Haroldo conseguira fazer o português cantar com sotaque russo, a ponto de um russo como Jakobson encontrar, no texto traduzido, o som de sua língua-mãe”, elogiou o professor, em artigo de 2003 para a revista **Fragmento**.

Em 1981, o grupo lançou uma nova edição da antologia, acrescida de novos poemas. Augusto de Campos explica seu método de trabalho no trecho do poema “Sobre Isto – a Balada no ‘Reading Gaol’”, de Maiakóvski. “*O original em russo diz ‘Niemólod ótchen lad balád / no ecli slová boliát / i slová govoriát pro to, tchto boliát, / molodiéiet i lad balád’.* Como se percebe, há todo um trabalho de elaboração em torno desses ls que percorrem todas as linhas. A tradução literal seria mais ou menos esta: ‘As baladas não são nada jovens / mas se as palavras que estão sentindo dor / falam daquilo que as faz sentir dor, / então isso rejuvenesce o modo das baladas.’ Eu traduzi assim: ‘Velha é a melodia das baladas / mas se as palavras combalidas / falam daquilo que as abala, / de novo soam belas as baladas.’ Tentei preservar toda aquela música do poema”, conta. Ao **Jornal da Tarde**, Haroldo de Campos deixou claro: “*Em vez de ser infiel ao texto, como às vezes ocorre a algum observador menos informado, nosso trabalho deve ser considerado*

REFLEXÕES XIV

como hiperfidelidade ao texto, porque revela todas as constituintes da gramática e da fonia textuais, aspectos semânticos que nas traduções banais não ficam nem evidenciados.”

Com uma formação literária tradicional, Boris Schnaiderman confessou que não gostava de poesia concreta quando conheceu Augusto e Haroldo de Campos. *“Mas eu estava me voltando para o moderno, estava numa fase de transição, lendo Joyce, Pound. E a proximidade com os irmãos Campos ajudou a me firmar justamente naquilo que eu estava procurando.”*

Bruno Gomide vê uma ligação entre o encontro de Boris Schnaiderman com os irmãos Campos e o fato de ele não ter seguido uma trajetória mais previsível de divulgador da cultura russa. Ao contrário de outros tradutores pioneiros de uma língua, Schnaiderman não teve sua trajetória marcada pela publicação das obras mais canônicas de cada autor: ele não deixou de enfrentar Dostoiévski e Tolstói, mas nunca traduziu **Crime e Castigo** nem **Anna Kariênina**. Foi a geração seguinte de tradutores diretos que fez esse papel. Depois da má experiência com **Irmãos Karamázov**, Schnaiderman encontrou seu nicho na poesia, nos contos e nos romances mais curtos. *“O Boris se voltou para as vanguardas sem perder o cuidado filológico. Ele tem esse olhar muito atento para essas rupturas na linguagem, para concepções mais arrojadas de tradução, de visão da literatura”,* diz Gomide.

Boris Schnaiderman, que tem no prelo o livro **Tradução: Ato Desmedido**, pela editora **Perspectiva**, diz que se identifica com a teoria de tradução do filósofo Ortega y Gasset. No seu ensaio **“Misericórdia y esplendor de la traducción”**, Gasset conclui que traduzir um texto de um idioma para outro é uma tarefa impossível. Entretanto, mesmo a par dessa condição, continua sendo desejável libertar os homens da distância imposta pelas línguas e, portanto, o tradutor deve almejar o máximo de proximidade. *“A aproximação pode ser maior ou menor, e isto projeta essa atividade ao infinito, o que garante que a tradução sempre seja suscetível de aperfeiçoamento e melhora”,* escreve o pensador espanhol.

“Eu sinto que o Boris está com essa preocupação de deixar um testamento, a casa em ordem, tudo amarrado”, arriscou Augusto

REFLEXÕES XIV

Massi, editor da **Cosac Naify**, na sede da editora. Na mesma semana, Jerusa Pires Ferreira, a esposa de Boris Schnaiderman, em conversa na ala baiana da casa, contestou essa teoria: *“Na verdade, Boris quer deixar tudo desamarradinho! Ele sabe que a língua é uma coisa viva, e a tradução precisa ser refeita de tempos em tempos.”* Na introdução de uma reedição de 1981 de *A Dama de Espadas*, de Aleksandr Púchkin, publicada pela editora **Max Limonad**, Schnaiderman escreveu: *“Efetuei nova revisão do texto deste livro, quase vinte anos após a edição anterior. Evidentemente, havia o que modificar, nessa tentativa de transmitir, em português, a prosa límpida e harmoniosa de Púchkin.”*

Empenhada em ocupar o nicho cada vez maior dos russos no Brasil, a **Cosac Naify** tem feito mais do que revisar traduções antigas e organizar coletâneas. A editora tem se notabilizado pela publicação dos grandes romances russos ainda inéditos em tradução direta para o português, como *Anna Kariênina*, *Ressurreição* e *Guerra e Paz*, os três de Tolstói, todos traduzidos por Rubens Figueiredo. *“É curioso que o Rubens, ao contrário do Boris, tem pouco interesse por contemporâneos, prefere trabalhos de fôlego, de longo prazo”*, observou Augusto Massi.

Irmão mais novo de Reinaldo Figueiredo, o jazzista e humorista do Casseta & Planeta, Rubens Figueiredo é uma versão mais enxuta do irmão famoso, sem dúvida consequência da dieta macrobiótica e dos 3,8 quilômetros que percorre diariamente a nado, na Travessia dos Fortes de Copacabana. Alguns traços compartilhados, entretanto, não deixam dúvidas quanto aos laços de sangue, como o nariz afilado, a calvície, o riso fácil e o tom de voz. De temperamento, o caçula é bem mais tímido.

Considerado tradutor de primeiro escalão do inglês, Rubens Figueiredo já traduziu mais de quarenta obras para a **Companhia das Letras** – autores como Susan Sontag, Philip Roth e Paul Auster –, trabalho que faz com esmero, mas sem o entusiasmo que devota aos clássicos. Sem as razões da origem familiar, como Boris Schnaiderman, ou do ativismo político, como Paulo Bezerra, Figueiredo pensa um pouco antes de responder como foi parar no seletto grupo dos que traduzem diretamente do russo para o português: *“Veja só como tudo na vida é aos trambolhões, nada*

REFLEXÕES XIV

tem esse charme do projeto...” Disse isso, olhou para o lado e batucou de leve na toalha de plástico que cobria a mesa do seu apartamento espartano de Copacabana.

Figueiredo escolheu cursar literatura russa na **Universidade Federal do Rio de Janeiro** no próprio dia do vestibular, em 1973. Recém-saído de uma escola pública, julgou que não teria base suficientemente sólida para passar nos cursos mais concorridos. *“Eu já gostava de alguns escritores russos que eu comprava nos sebos, aí assinalei ‘Letras: russo’. O que pode ter passado na cabeça de um garoto de 17 anos? Fazer uma coisa diferente, estranha... era a época da ditadura militar, a Rússia era um lugar comunista, tinha esse lado contestador. Tudo isso era atraente”*, lembra. Terminada a faculdade, começou a dar aulas de literatura para alunos do ensino médio, mas como o dinheiro era curto, passou a fazer traduções de inglês para engrossar o orçamento.

Um dia, flanando numa livraria com o poeta Carlito Azevedo, Figueiredo fez um comentário sobre a capa de um livro escrito em russo e o amigo percebeu que ele tinha noções da língua. *“O Carlito não fazia ideia de que eu tinha estudado russo na faculdade, ficou muito espantado”*, recorda-se. Azevedo encomendou logo ali a tradução de um texto em prosa, do poeta Óssip Mandelstam, para a revista **Inimigo Rumor** que a editora **7 Letras** editava na época. Figueiredo não prometeu que conseguiria dar conta do projeto: já fazia mais de quinze anos que não tinha contato com o russo. *“Eu comecei a ler com certa dificuldade, mas percebi de cara que o negócio não estava extinto. Desde o mais elementar, do alfabeto... e foi vindo numa correria, voltando à memória. E é bonito, porque é como se as coisas não se perdessem de todo”*, lembra emocionado.

Pouco tempo depois *“outro conhecido calhou de ir trabalhar numa editora em São Paulo, e virou logo o diretor do negócio”*. Era Augusto Massi, da **Cosac Naify**. Massi procurou o tradutor com um projeto megalomaniaco. *“Era um catatau de 700 páginas do Henry Fielding, um escritor inglês do século XVII”*, explicou Figueiredo, referindo-se à obra **A História das Aventuras de Joseph Andrews e de Seu Amigo Abraham Adams** (inédito no Brasil). Disse obrigado, mas não. Massi ainda investiu no argumento meio pilantra de que o livro era um dos preferidos de Antonio Candido, mas não teve

REFLEXÕES XIV

conversa. Em contrapartida, Rubens Figueiredo sugeriu um projeto que tinha em mente: uma coletânea de contos do Tchekhov. Massi topou e, desde então, Figueiredo tem emendado uma tradução do russo atrás da outra para a editora. No começo, por causa da falta de traquejo com a língua, era só um trabalho de fim de semana, *“mas em dois, três anos, o inglês foi ficando de lado e, nos últimos tempos, eu tenho feito meio a meio”*. Augusto Massi disse que a **Cosac Naify** oferece uma remuneração fixa ao tradutor. *“Isso mudou a vida dele, porque hoje ele pode pegar muito menos traduções do inglês. Ele continua fazendo, mas põe num projeto anual uma divisão para os livros em russo.”*

Enquanto a característica que mais salta à vista em Paulo Bezerra é o abasileiramento do texto, e em Boris Schnaiderman é o seu preciosismo exaustivo em busca de uma perfeição que sabe inatingível, a de Rubens Figueiredo é o rigor na fidelidade ao texto original. Na introdução de **Anna Kariênina**, Figueiredo esclarece: *“Esta tradução teve em mira preservar ao máximo traços patentes no original russo.”* Alerta o leitor para o fato de que, ao contrário da grande maioria das traduções, ele não quebrara as frases longas de Tolstói para que o texto soasse mais natural a ouvidos estrangeiros. A maior frase do livro tem 146 palavras no original *“e discute, talvez não por acaso, os processos econômicos do Estado russo”*. Figueiredo também optou por manter as palavras repetidas, sem o artifício comum de recorrer a sinônimos. *“A repetição é tão insistente que não cabe supor um descuido do escritor. Ao contrário, os rascunhos, as provas tipográficas e o testemunho da esposa – que todas as noites passava a limpo o difícil manuscrito de Tolstói – dão notícia de como ele reescrevia cada palavra à exaustão.”* Figueiredo mostra um trecho em que a palavra “retrato” é repetida oito vezes, uma descrição do personagem Liévin contemplando o retrato pintado de Anna, segundos antes de vê-la ao vivo, *“como se a figura de Anna já não estivesse apenas nela mesma, na pessoa viva”*.

Na medida do possível, Figueiredo tenta ler cartas, diários, tudo o que remeta à vida social de um autor antes de traduzi-lo. *“Acho que eu deveria ler mais, mas isso aqui é dirigir um táxi, entendeu? Tem que rodar.”* Ele não acredita que se possa compreender esses livros

REFLEXÕES XIV

sem ter uma ideia do contexto em que foram escritos, pois revelam ideias que remetem continuamente ao ambiente em que foram feitos. Um problema comum dos clássicos seria o fato de as pessoas os usarem para verem a si mesmas, encontrar soluções para suas vidas, em detrimento da vida singular dos personagens. *“As pessoas leem Dostoiévski e parece que estão lendo Freud. Mas aqueles eram problemas da época! Nenhum desses autores era um ermitão, eles reproduzem frases de personagens do seu tempo. Se você não tem essa noção do contexto, só vai ver a si mesmo no livro, e perderá muito.”*

“Às vezes a gente fala: ‘Essa palavra repetiu demais’, e ele responde: ‘Mas era assim’, e a gente insiste: ‘Tudo bem, era assim, mas será que vai ficar bom?’ Aí ele passa um dia meio invocado, às vezes acaba mudando de ideia”, conta Augusto Massi. “Tem um trabalho de edição maior com ele. O Rubens é um tradutor literário e escritor. Diferente dos outros dois, ele tem essa habilidade.” De fato, Figueiredo já ganhou duas vezes o prêmio Jabuti por livros de ficção que escreveu – em 1999, por **As Palavras Secretas**, e em 2002, por **Barco a Seco**.

Ao contrário de Boris Schnaiderman e Paulo Bezerra, que moraram na Rússia e têm amigos russos, com quem falam de tempos em tempos, Rubens Figueiredo disse que conversou em russo apenas três ou quatro vezes na vida – no Rio de Janeiro. Das quatro competências de linguagem – falar, entender, ler e escrever –, ele diz ter ficado apenas com a de ler: *“Essas competências são mais independentes do que a gente supõe”, diz. “Mas eu fiquei com a faculdade de ler associada à outra, que não é considerada normalmente, por ser muito específica, que é a capacidade de traduzir. Porque eu já era tradutor.”* Viajar para a Rússia não está nos planos de Rubens Figueiredo. *“Não acho que viajar seja tão importante, sabe? Só um monte de McDonald’s por toda parte... Qualquer lugar que você vá é tudo igual.”*

Muito crítico quanto às relações *“desiguais entre os países”*, ele se incomoda com o fato de participar do que chama de processo de colonização. *“É inevitável encarar a língua inglesa como um instrumento de dominação, não é ilusão.”* Explica: *“Se um autor tem um bom agente literário em Nova York, quando estiver*

REFLEXÕES XIV

escrevendo o primeiro parágrafo, o agente já vendeu o livro para vinte países. É uma máquina, as pessoas obedecem. Eu estou no fim dessa linha de produção, e isso abala a convicção de qualquer um.” Por outro lado, quando traduz do russo, se sente aliviado não só porque pode ficar à margem desse sistema, mas porque a literatura russa clássica é marcada pelo questionamento da vida social do país. *“E esse questionamento não é autocentrado, porque era feito de diversas perspectivas. A Rússia era um país multinacional, e os assuntos eram debatidos numa situação ambígua muito rica, que permitia ver a história de um ângulo histórico-geográfico muito fecundo.”* A literatura funcionava como arena de debate de todos os assuntos da vida social. *“O sujeito lia um romance, um poema, como lia um livro de um economista, como lia um livro de teologia de um padre, como lia um matemático, um médico, um geógrafo, um jornal.”*

Nesse turbilhão de debates, as obras russas não se encaixam facilmente na classificação europeia de gêneros literários. Durante uma palestra no **Sesc Pompeia** sobre tradução de Tolstói, em dezembro do ano passado, Boris Schnaiderman comentou: *“Guerra e Paz já foi muito criticado pelo excesso de pseudofilosofia, e eu concordo que o que há de reflexão filosófica em Tolstói é muito fraco; o forte mesmo é esse vulcão de narração. No entanto, apesar de Tolstói não ser filósofo e querer fazer filosofia, Guerra e Paz é uma obra-prima.”*

Para Rubens Figueiredo, Tolstói não escolheu ser narrador, romancista, artista ou filósofo; ele busca apenas encontrar um caminho para expressar as suas questões. *“Nós não temos conceito para aquela obra, chamamos de ficção misturada com polêmica, misturada com filosofia, mas é uma maneira própria dele”*, diz. *“A gente tem que ver o que aquilo representa, e não julgar pelas normas flaubertianas, como se fossem universais. É estranho, incomoda, mas nós não temos autoridade de desqualificar porque não se enquadra no nosso conceito de literatura e de livro. Dane-se o que eu penso de livro! O que ele faz é muito mais rico que isso!”* ●

[1] A grafia dos nomes segue o critério adotado pelas traduções da Cosac Naify

Paula Scarpin: repórter de Piauí desde 2007.

Artigo publicado na **Revista Piauí** nº 47, agosto e 2010

Futuro de São Paulo depende de boas soluções para mobilidade e periferia

Regina Maria Meyer



Urbanista e professora da FAU diz que a articulação dos projetos de transporte com o espaço da cidade é essencial e que, hoje, 'periferia não é só um lugar, é uma condição urbana'

Mais de 11 milhões de habitantes, 8 milhões de carros, 15 mil ônibus, 34 mil táxis, 18 mil quilômetros de ruas – os números são todos gigantes – fazem de São Paulo um lugar quase impossível de se planejar, e portanto de se governar. Não por acaso, no momento em que se comemoram seus 462 anos, há pesquisas apontando que 70% de seus moradores, se pudessem, iriam embora, seja por causa da insegurança, dos congestionamentos ou outros modos de má qualidade de vida.

Nesse cenário, a arquiteta e urbanista Regina Maria Meyer, titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e professora dessa matéria na USP, aponta o que lhe parecem desafios centrais para governantes e governados da capital. Um deles é que as soluções para a mobilidade não levaram em conta “a ordem urbana” – e muitas intervenções, em nome da lógica do trânsito, deixaram a cidade feia. Outro desafio, mais novo e pouco estudado, é o processo de “periferização” do centro, que complica o planejamento e deixa marcas profundas. “Periferia já não é apenas lugar, é uma condição urbana”, afirma.

Estudiosa há mais de 30 anos dos problemas paulistanos, ela é autora, entre outros, de *São Paulo Metrópole*, (2003) e de *A Leste do Centro – Territórios do Urbanismo* (2006). Nesta entrevista a Gabriel Manzano, a professora diz por que os problemas da megalópole se acumularam: “Não faltaram bons planos. Mas implantá-los contrariava os interesses do desenvolvimento e despertava resistências intransponíveis na esfera política”. A

REFLEXÕES XIV

seguir, os principais trechos da entrevista.

A cidade chega aos seus 462 anos com um misto de dinamismo, diversidade e caos. Todos admitem que ela cresceu de forma descontrolada, por décadas seguidas, e nem sempre há consenso sobre o que é prioritário. Por que chegamos a isso?

São Paulo cresceu no ritmo imposto pelas metas de desenvolvimento econômico. Ou seja, rejeitou fortemente a ideia de uma ordem urbana. Mas é um mito afirmar que não houve planos; houve sim, e de qualidade – só que eles se transformaram em peças de reflexão. Implantá-los era coisa que contrariava os interesses do desenvolvimento e despertava resistências intransponíveis na esfera política.

Uma recente pesquisa revela que 70% dos moradores, se pudessem, iriam embora – em grande parte por causa da insegurança e do trânsito estressante. Como analisa isso?

A pesquisa Irbem, da Rede Nossa São Paulo, traz informações que devem ser lidas com cuidado. É claro que o desejo de sair é autêntico, revela insatisfação; vontade de mudar de vida. As cidades menores, das quais temos uma visão idílica²⁶, são atraentes de fato. Mas esses paulistanos também ficam aqui pelas oportunidades de trabalho, de educação, de lazer, etc. E há outra questão a considerar: é que muitos levantamentos sobre a vida em pequenas cidades são desalentadores. As drogas e a violência não estão poupando esses lugares. Hoje em dia, elas não poupam nem comunidades indígenas. Acho que as respostas a essa pesquisa revelam um lamento e uma acusação, pela falta de opção real.

Numa área tão grande, que no total junta mais de 30 municípios e 31 milhões de pessoas, fica difícil planejar e resolver tudo de forma harmoniosa, não?

De fato. Tanto que hoje estamos comemorando o aniversário do município, mas é difícil falar dele deixando de lado a dimensão metropolitana que o envolve. Um dos grandes desafios é a

²⁶ **Idílio:** produto da fantasia; devaneio, utopia.

mobilidade urbana; outro a questão das periferias. Resolvê-los é fator essencial para se definir a qualidade de vida. Na mobilidade, por exemplo, as atividades que mais a demandam – trabalho e estudos – ocorrem de forma dispersa. Distâncias já não são medidas em quilômetros, mas em minutos.

Por que mencionou junto a isso a questão da periferia?

É que uma das mudanças que ocorrem, de forma intensa, é a chamada “periferização” das áreas centrais. Hoje, periferia é menos um lugar preciso, distante, do que uma condição social, um modo de ocupar o espaço urbano.

Este problema afeta tanto outras áreas?

O que ocorre é que na outra ponta, configurando uma nova face do nosso paradoxo urbano, assistimos à intensa ocupação da Marginal do Pinheiros. Ali se organiza um cenário de “cidade global”. Nessa dinâmica, eu lembraria aqui, também, uma disputa entre diferentes classes pelos terrenos ao longo das rodovias, onde se misturam loteamentos precários e condomínios fechados.

Mobilidade urbana é um desafio enorme. Ônibus, metrô, carros, motos e bicicletas disputam um espaço cada dia mais apertado. Isso já não poderia ter sido superado por planos competentes?

Tivemos, por décadas, projetos eleitoreiros e mal concebidos, que trouxeram enorme desperdício de recursos e erros irreversíveis. Mas a aprovação de planos não é o problema central. O problema é a péssima qualidade do que tem sido proposto. Por exemplo, o Fura-Fila da gestão Celso Pitta (1997-2000), quando Paulo Maluf improvisou seu candidato. As obras caminharam de forma precária até sua completa interrupção pouco antes da campanha eleitoral seguinte, já em 2000. Boa parte do que foi construído virou uma fileira de pilares suspensos que mais pareciam ruínas de guerra. Com o tempo, o projeto perdeu suas características de VLP, veículo leve sobre pneus, e na gestão José Serra o modelo foi corrigido e ganhou mais 24 quilômetros. Mas ficou como exemplo de irresponsabilidade de uma classe política desprovida de qualquer preocupação ética ao assumir uma cidade como São Paulo.

O automóvel é visto hoje como um grande vilão. Qual é o futuro dele na cidade?

Essa relação entre sociedade e automóvel é ambígua. A opção pelo transporte individual é resultado de decisões tomadas ainda na década de 1930 do século passado. A esta altura do século XXI, eles se tornaram os culpados de tudo. Mas é bom não esquecer que os veículos sobre pneus, os carros e os ônibus – que sucederam aos bondes – foram os impulsionadores da dilatação do território paulistano. Foram eles que tornaram possível alojar a classe trabalhadora a 20 ou 30 quilômetros do trabalho. A posse do automóvel, nos anos 60 e 70, representava para a classe média uma ascensão social, numa promissora sociedade de consumo.

E, cinco décadas depois, a solução virou problema. Sim, a cidade que antes era concentrada espreadiu-se de modo ilimitado. E o que se viu foi essa emancipação do cidadão com seu carro se transformar em uma nova escravidão: os congestionamentos. Deu no que temos hoje, essa acirrada disputa, nas ruas, entre os vários modos de transporte.

Um bom planejamento, como se viu em grandes cidades dos EUA e da Europa, levou à recuperação de muitas áreas deterioradas. Haveria uma forma de o centro paulistano também voltar a ter uma “personalidade” e ficar mais agradável?

Desde os anos 1980 tivemos projetos urbanísticos de grande qualidade recuperando áreas deterioradas em muitas metrópoles. O resultado foi surpreendente. Surgiram soluções e funções que vão muito além da estrita finalidade do transporte e que assumiram, na prática, a função de nós de articulação urbana, para diferentes finalidades, em todas as escalas.

Parece que aqui ocorreu o contrário. Seguidas intervenções na área central – no Minhocão, na Sé, na Praça Roosevelt, no Anhangabaú – tiraram o charme do lugar e o substituíram por coisas feias e pesadas. Esses foram projetos cuja lógica, a da mobilidade, não incluiu qualquer consideração de ordem urbana e urbanística. Só deixaram marcas profundas nos espaços públicos. Uma delas foi a conjugação do elevador Costa e Silva com a nova Praça Roosevelt.

REFLEXÕES XIV

Para obter uma rápida ligação Leste-Oeste, criou-se uma estrutura elevada que escureceu calçadas e colocou veículos a poucos metros das janelas dos edifícios em volta. Nos anos 1990, o novo Parque do Anhangabaú foi outro exemplo de espaço central destruído, em nome da circulação viária. Ficou patente que a via expressa é menos impactante pelos territórios distantes que conecta do que pelos sistemas locais que desconecta.

Sé e Roosevelt foram outras vítimas dessas soluções. Sim, no caso da Roosevelt, a terra batida deu lugar a uma edificação de qualidade urbana imediatamente contestada. O projeto criou paredes onde antes existiam vistas. A função essencial era encobrir pistas subterrâneas – e depois os responsáveis começaram a buscar uma densidade de uso, tentando criar um “autêntico trecho de cidade”. E na Sé tivemos outro golpe contra a qualidade de vida no centro. A criação da linha norte-sul do metrô levou à demolição de edifícios. As praças da Sé e Clóvis Beviláqua se tornaram um espaço contínuo, sem jamais ser integrado. A catedral e o Palácio da Justiça perderam seus espaços específicos, como “marcos delimitadores”. Ficou ali um território indefinido, em todos os níveis. E outras intervenções implantaram praças terminais, sempre em nome da servidão de passagem expressa.

E com tudo isso, o metrô, tido como grande solução, “anda” muito devagar, não?

O investimento no metrô, nos últimos 20 anos – a gestão do PSDB – foi da ordem de R\$ 30 bilhões. Um cálculo recente mostra que a construção avança na média de dois quilômetros por ano. É um número muito aquém do necessário. Mas há algo a respeito que me parece importante. Ele está chegando a trechos mais periféricos e já penetrando em municípios metropolitanos. A Linha 6 (laranja) vai ligar o extremo leste ao noroeste, atravessando áreas de urbanização precária, favelas e loteamentos irregulares.

E isso reforça a questão de reaproximar o trabalho dos empregos, para milhões de pessoas. A atual gestão, por exemplo, procura repovoar áreas centrais que já dispõem de serviços instalados e que têm espaço para mais gente. Na gestão Marta Suplicy foi muito discutida a tese de levar emprego

para as áreas mais povoadas, especialmente a zona leste. Os dois últimos planos diretores incorporaram fortemente essa ideia. Mas acredito que é um assunto de difícil encaminhamento. Vivemos um ciclo de grande relativização da localização das atividades no interior da cidade e da metrópole. O emprego industrial diminuiu e o setor terciário (comércio e serviços) aumentou. Diante disso, acho que não faz mais sentido propor soluções baseadas nessa “pendularidade” diária – casa-trabalho, trabalho-casa. Vejo, antes, uma necessidade absoluta de melhorar o transporte por meio da associação dos modos – ônibus, metrô, carro, moto e bicicleta.

Acha que São Paulo se encaixa na imagem de Claude Levy-Strauss segundo a qual “no Novo Mundo (ele falava nos anos 1940) as grandes cidades vão do frescor à decrepitude sem se deter no antigo”?

É uma observação maravilhosa pelo que contém de verdadeiro e, por isso mesmo, cruel. O antropólogo já enxergava, então, um traço dramático das cidades da América Latina. Ficava implícita uma comparação entre elas e as europeias, onde as transformações físicas eram assimiladas e não aniquiladoras do passado imediato. Pensando nas décadas seguintes, quando a industrialização a qualquer preço se instalou em São Paulo, a frase se mostrou ainda mais dura, por sua clarividência. ●

Regina Maria Meyer

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 25 de janeiro de 2016

Um mundo sem neve nem flores

Gilles Lapouge



Nesse tempo em que até as estrelas parecem domesticadas, o clima é um dos últimos animais selvagens em liberdade. Tentamos domá-lo com a técnica. Mas, com a natureza encurralada, o que será da felicidade?

No início, o aquecimento climático era tímido. Avanços furtivos. Não sabia como se impor. Suas maneiras eram serenas, inefáveis e mais felizes. Colocava claridade nas noites de outono e a neve resplandecia sob o sol. Nas praias, os seios das mulheres brilhavam sem bronzeador. No verão, multidões alegres se precipitavam na imensidão das águas do Trocadéro, em Paris.

Ocasionalmente, o clima lançava um alerta. Num determinado outono, decidiu que as andorinhas passariam o inverno na França e não na África. No verão seguinte, um grande pedaço de iceberg deixava a Groenlândia, mas não fizemos disso uma grande história. Apenas um momento a se atravessar. É assim, o clima: num mundo escravizado e cujas estrelas estão cada vez mais domesticadas, ele é um dos últimos animais selvagens ainda em liberdade. Faz o que lhe dá na cabeça. É travesso, ama a exceção e prepara surpresas. Sob o Rei Sol, o Castelo de Versalhes era um castelo de gelo, mas, nos séculos seguintes, o termômetro começou a subir.



Contudo, há uma quinzena de anos o calor ganha partes do mercado. Os objetivos da guerra que trava contra nós mudaram. Ele não se contenta mais em nos impor noites sufocantes, mas revolve o baú dos nossos tesouros.

Elevar o grau de álcool do vinho, organizar ondas de calor são efeitos que não bastam mais para ele. O clima investe contra a

REFLEXÕES XIV

geografia e até a geologia, rebaixando as montanhas e provocando o desaparecimento dos lagos. E o mais sacrílego: atemoriza nossos filósofos, modificando os quatro elementos que desde Empédocles e Aristóteles sustentam nossas ciências e metafísicas: o ar, o fogo, a terra e a água.

Amo a neve, que é feita de água, e a neve desaparece. Adeus ao branco das coisas, adeus à virgem e imaculada, o cintilante dos cumes. Fim do gelo nas ruas e das batalhas de neve no pátio da escola, do “odor da maçã e da infância de neve”, do ruído da neve que cai.

Nos Alpes, o que se afirma é que a neve diminuirá cerca de 70% daqui a 2070. É verdade que tais observações são incertas. Convém não confundir o volume de neve com a neve que cai, que parece menos afetada, mas de qualquer maneira está em declínio. No passo de Portes, nos Pirineus, nos anos 1960 havia 1,50m de neve. Cinquenta anos depois, não passa dos 90cm.

É importante adicionar duas informações inquietantes: na Groenlândia, as neves se tornaram negras. E a previsão é do fim das neves eternas nos Alpes. O fim das neves eternas! É como se os deuses abandonassem, na ponta dos pés, suas residências.

O desaparecimento da neve arruinará nossa história. Todo o nosso passado ficará desfigurado. Como retirar da nossa memória o corpo nu de Carlos o Temerário (Carlos I, da Borgonha), cuja metade do corpo foi devorada pelos lobos nas neves sangrentas de Lorraine, em janeiro de 1477? E o que fazer dos soldados sonâmbulos do Grande Exército no caminho do rio Berezina?

“Deixe a neve chegar”, dizia o marechal Kutuzov quando seus generais insistiram para ele atacar os franceses. O marechal era melhor estrategista do que os seus generais. Utilizava, ao lado dos seus velhos canhões, a neve, porque sabia que ela é um dos grandes Manitus da história.

A neve tem outro mérito. Achemos que ela faz desaparecer, ao passo que ela é reveladora. Ela suprime para desvelar. Nas manhãs de neve, abro minha janela e descubro um além-mundo. A cortina silenciosa se abre e percebo um universo mais longínquo que as

REFLEXÕES XIV

cataratas do rio Zambeze. Animais desconhecidos, tão serenos quanto os sonhos, deixaram sobre o branco da neve traços de suas asas, suas patas, suas garatujas no quadro branco do nada. Eles me fazem sinal. Jamais os vi. E me dizem que o mundo é mais vasto que o mundo.

Em um livro publicado há alguns anos, propus a criação de um museu da neve. Possuímos museus de todo o tipo, da bicicleta, da faiança, dos escaravelhos, de arte africana Dogon e dos Inuit, mas da neve não temos nada. Como nos consolar com o fato de não podermos jamais admirar uma neve da antiga Babilônia, ou a de David Copperfield, ou mesmo aquela que o profeta Isaías tanto amava?

Um tal museu permitiria colocar à prova o belo livro de Junichiro Tanizaki, **Elogio da Sombra**, e compreender enfim porque as neves do Japão, menos brancas que as nossas, são mais belas também porque contêm o ouro do céu, as cores da lua, das cerejas e do infinito. No meu museu, poderíamos enfim admirar as famosas neves da era Kyôwa, que afirmam ser atormentadas por uma melancolia azulada.

Imaginava esse museu da neve como uma fantasia. Não fazia ideia que meio século depois a neve seria um objeto em vias de extinção. Ora, soube agora que um museu da neve, ainda modesto, existe. Foi inaugurado em 2014 na exposição **O Duro Desejo de Durar**, na comuna francesa de Audièrne. Ele encerra neves que caíram em dezembro de 2010. O responsável não foi buscar neves da Renascença e menos ainda neves do Baixo Império Romano, mas o museu está no bom caminho. Seu criador é um artista plástico, Jean-Pierre Lenoir, que vive em Molles, Auvergne.

Mel amargo. As abelhas estão entre os mais antigos companheiros do homem. Estão encarregadas das nossas flores, nossas folhas e nossos galhos. Fecundam os campos e as florestas. Pintam o mundo. Se desaparecessem, o planeta seria cinza, branco e negro, e muito insípido. Além disso, não teríamos mais nada para comer. Albert Einstein afirmava, não sem exagero, que, se as abelhas morressem, os homens não sobreviveriam mais do que quatro anos.

Hoje elas vêm desaparecendo. Já nos viram demais. Não as

REFLEXÕES XIV

agradamos, de modo nenhum. E elas morrem. Os Estados Unidos formam exércitos de abelhas supletivas que são alugadas para fecundar os prados ou os campos em perigo. Há vinte anos o desastre aumenta, se aprofunda. Milhares de estudos têm sido realizados. A maioria indica os mesmos responsáveis: inseticidas ou pesticidas que privam as abelhas da sua linguagem.

Recentemente, outro assassino veio se sentar no banco de acusados: o clima. Os zangões selvagens, outro tipo de abelha, são cada vez mais raros. Razão disso? Eles, que fecundam os jardins e os campos abaixo do paralelo 50°, ou seja, da Bélgica, sofrem com o aquecimento global. Por infelicidade, diferentemente de outras espécies mais sagazes, os zangões selvagens não têm ideia de partir para o Norte e morrem de calor.

No caso das abelhas, acreditamos hoje que uma das causas de sua penúria, além dos inseticidas e pesticidas, também é o calor. O processo da sua morte, porém, não se assemelha à dos zangões selvagens. Com o aquecimento, as primaveras são mais longas e mais quentes. No entanto, essa é a estação do labor para a abelha. A abelha tem 20 a 30 dias de trabalho a mais. Portanto, os caprichos do clima as levam a trabalhar excessivamente, a ponto de se esgotarem.

Graças a Deus ainda restam espécies selvagens que representam 90% do total das abelhas do planeta. Deparei com algumas na Amazônia. As euglossini, especializadas em orquídeas e bromélias, as mamangabas, da tribo Bombini, que preferem as passifloras. Essas abelhas são sedutoras, sem ferrão, costumam ser pequenas, fantasistas, sonhadoras e não muito competentes.

Selvagens, libertárias, anarquistas, rejeitando tanto a ideologia marxista como a do social-liberalismo, desprezando as casernas e os campos de concentração inventados pelas abelhas domésticas, as mamangabas se recusam a compartilhar suas energias. A abelha selvagem é solitária. Ela desdenha o trabalho em grupo. Como estes seres livres podem competir com o imenso exército de abelhas de nossas colmeias comunitárias?

As abelhas selvagens não fabricam toneladas de mel, mas gotas. E depositam estas gotas em potes de cera minúsculos. Esse mel

REFLEXÕES XIV

microscópico tem um sabor delicioso e é muito bom no campo da medicina: algumas pessoas se curam num piscar de olhos do abominável *Bacillus anthracis*, o Anthrax que faz parte do arsenal dos grupos terroristas.

Hoje se afirma que empresários vindos da América do Norte pretendem transformar bilhões de abelhas selvagens em bilhões de abelhas domésticas. Seu intento seria criar escolas de abelhas onde treinadores ou instrutores ensinariam as abelhas solitárias a se reunirem em grupo, como numa “festa de vizinhos”, a sacrificar a liberdade que defendem há 100 milhões de anos e formar colônias, exércitos de operárias dóceis, idiotas e desesperadas, populações escravas, robôs trabalhando na escuridão da colmeia, para o planeta continuar cintilante e fértil.

Salvar o mel, preservar as cores e as mesclas da natureza são, claro, necessidades e dever de nossas gerações. Mas, para organizar a sobrevivência do mel e da polinização, sermos obrigados a tornar esses seres subversivos e intratáveis que são as abelhas selvagens em operárias anônimas condenadas ao inferno do trabalho perpétuo é, na minha opinião, um dos efeitos mais perversos do aquecimento do clima. Para salvar o mel, seria necessário, portanto, reduzir à escravidão centenas de comunidades de insetos livres e imaculados.

Paradoxos como este são observados não só no campo das abelhas. No tocante à neve, nas estações de esqui, a escassez de neve obriga a bombardear as pistas com neves artificiais. Esta é a detestável bordoadada do aquecimento do clima. Ele nos força a substituir as neves de antanho por neves industriais, neves imaginadas pelos homens e que não existem.

Da mesma maneira, a elevação das temperaturas e também a poluição nos obrigam a colocar uma camisa de força nas espécies raras, nas flores raras, nos animais raros, que resistiram à ordenação, à disciplina, à lógica industrial, ao trabalho forçado e à escravidão. Tal é a sombra hedionda do aquecimento climático e da poluição: salvamos florestas, mas vamos discipliná-las. Salvamos os animais, os leões, os antílopes e os golfinhos, mas vamos encarcerá-los em zoológicos ou em “reservas” repletas de proibições e guardas armados. Às vezes, somos obrigados a ensinar de novo os animais

REFLEXÕES XIV

selvagens a serem selvagens. Criamos escolas de selvageria, como criamos escolas para domesticar as abelhas selvagens.

Não critico aqui nem as tentativas de salvar a polinização graças às abelhas selvagens, nem a proteção das plantas e dos animais. Para mitigar a morte das abelhas domésticas, é lógico reduzir as abelhas selvagens à escravidão? Constatamos apenas que para sobreviver num mundo poluído, violado pelos humanos e cada vez mais quente, as plantas e os animais são obrigados a marchar em fila indiana, como os homens.

O mal do GPS. Quanto ao clima, o trabalho de remanejamento está bem avançado. Começou bem antes do aquecimento. E tem prosseguido desde o início das sociedades, da mesma maneira que a geografia tem a tarefa, desde Anaximandro e Ptolomeu, de ordenar o inesperado das formas da terra do mesmo modo que as palavras há muito tempo foram disciplinadas pelas regras da poesia alexandrina, ou ainda como o caos da História foi reorganizado em períodos, sequências e em lógica para o trabalho dos historiadores.

Os meteorologistas já tornaram a previsão do clima uma ciência exata. Em que se transformou o tempo, o belo tempo, em que o clima era selvagem? Há cinquenta anos os meteorologistas da rádio nos anunciavam céus azuis ou escuros, ao acaso. Hoje, quase nunca se enganam. E o que dizer do GPS, esta invenção mirabolante que nos impede de ceder à atividade mais humana, por mais angustiante e perigosa que seja, mas também a mais magnífica: nos perdermos.

Eu me esforço para não ceder ao pessimismo, mas vejo o avanço de um tempo irracional: para garantir a sobrevivência das abelhas, da neve, da água e mesmo dos ventos, os homens serão condenados a completar a natureza por meio da técnica, do artifício, da indústria, da manufatura.

E isso não é uma espécie de “ficção climática”. Nos Estados Unidos o Microbotics Lab, da universidade de **Harvard**, fabricou um *drone* liliputiano, o RoboBee, teleguiado. Esta abelha de vidro voa, pousa nas flores, mas depois não sabe mais o que fazer. É incapaz de recolher o pólen. Na Polônia, a faculdade de mecânica, energia e aviação produziu uma abelha minúscula, equipada com pequenas escovas capazes de realizar a coleta do pólen. Infelizmente essa

REFLEXÕES XIV

maravilha é muito frágil. A menor corrente de ar bloqueia seus mecanismos. Ninguém duvida, no entanto, que num futuro próximo abelhas forjadas pelo gênio humano conseguirão polinizar.

E então realizaremos estranhos passeios pelos campos: milhões de robôs liliputianos estarão soltos nos nossos bosques e plantações. A cadeia produtiva do mel será restaurada. Mas a natureza, nesse curioso tabuleiro de xadrez, receberá xeque-mate. E num mundo sem neve nem flores, em que se transformará a felicidade? ●

Gilles Lapouge

Este texto é o discurso do autor no “Parlement Sensible”, painel de debates acerca das mudanças climáticas promovido pela casa de escritores e literatura, em Paris. Publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 7 de fevereiro de 2016

As letras da lei

Betsy Apple



Direitos humanos para humanos direitos? Bandido bom é bandido morto? A advogada Betsy Apple, professora da Universidade Columbia, nunca ouviu essas expressões em suas andanças pelo mundo defendendo Amarildos. “São expressões equivocadas, direitos humanos fortalecem a todos”, diz ela. Como não há uma instituição suprema capaz de julgar as milhares de violações, ela propõe um trabalho interno: “Tudo começa em casa e deve terminar em

casa”. Em outras palavras, que cada país garanta uma constituição forte e um judiciário independente

Fevereiro de 2015, Carnaval, zika e zica alastrados, prisões abarrotadas, protestos abafados e o vídeo de um garoto de 16 anos sendo decapitado *post-mortem* em Joinville (SC) – a cabeça rolou no **Facebook**, mas a polícia ainda não encontrou o corpo –, difícil pensar que a Declaração Universal de Direitos Humanos, assinada em 1948, valha muito. “Direitos humanos para humanos direitos”, alguns gostam de dizer.

“*Nunca ouvi essa expressão antes...*”, espanta-se Betsy Apple, advogada americana diretora da **Open Society Justice Initiative**, instituição internacional que trabalha dando apoio jurídico para fortalecer o peso da lei em questões de direitos humanos. “*Sinceramente não costumo ouvir pessoas de países periféricos dizendo ‘ah, direitos humanos, quem precisa deles?’ Ao contrário. Elas dizem ‘sim, precisamos, mas estamos tentando descobrir como fazê-los funcionar no mundo real’*”, relata Apple, que já investigou ondas de estupros na África e desafiou a lei antissodomia na Jamaica. Em 2011, liderou uma campanha jurídica da ONG AIDS-Free World que levou o caso dos *gays* à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, argumentando que, ao criminalizar a homossexualidade, o governo jamaicano violava direitos humanos. Parece óbvio, mas foi a primeira vez em que a lei

antissodomia, datada de 1864, foi questionada no país.

Atualmente professora na **School of International and Public Affairs da Columbia University**, em Nova York, Apple vê uma tendência global de criminalização do ativismo de direitos humanos alinhada às crescentes políticas repressivas, como indicou o último relatório da **Human Rights Watch**, divulgado na semana passada. *“Na verdade, os verdadeiros árbitros das violações de direitos humanos estão nos tribunais dos próprios países. É responsabilidade de cada governo abrir, amparar e fortalecer seus tribunais para proteger os direitos dos cidadãos. Tudo começa e deve terminar em casa”*, considera. E se não há tribunais independentes, leis ou letras que o valha no país? *“Essa é a questão: muitas vezes, precisamos lutar para mudá-las”*, diz. *“(Mas) não vai ser simples, indolor ou imediato. E talvez não seja nesta vida”*.

Lavando a roupa suja em casa, a **Human Rights Watch** citou a violência policial como um dos principais problemas no Brasil – em 2015, foram mais de 3 mil mortes provocadas por policiais, um aumento de 40% em relação a 2014. As prisões, abrigando mais de 600 mil pessoas, estão 61% acima da capacidade. Mas às vezes a corda arrebenta a favor do lado mais fraco: oito policiais militares foram julgados e condenados pela tortura e pelo assassinato do pedreiro Amarildo de Souza, desaparecido na Favela da Rocinha, no Rio, em 2013. *“Corrupção, disparidade econômica, discriminação racial, favelas, violência policial, o Brasil não tem um problema só. São vários. Dizem que o Brasil é uma nova potência, um país emergente com mais visibilidade e mais voz nos debates internacionais. Pois usem isso. A partir do momento em que o país se importa com sua imagem internacional, quer dizer que há algo a fazer”*, diz Apple.

Primeiro, o que são direitos humanos?

Em palavras simples, direitos humanos são direitos de todos. É uma questão de humanidade. Simples, não é? Não. São direitos que articulamos nos últimos 70 anos, relacionados ao que compreendemos como “humano”, e que impõem obrigações legais aos governos a fim de permitir que as pessoas possam viver vidas plenas, livres, dignas. É o que está na **Declaração Universal dos**

Direitos Humanos, que, vale dizer, não tem apenas valor histórico. Ela teve e tem importância como inspiração (*soft law*, como dizemos no jargão jurídico) e como relevância prática (*hard law*, as leis propriamente). A declaração é o alicerce para nossa compreensão da amplitude dos direitos humanos, dando diretrizes práticas para diversos governos, principalmente governos mais progressistas. Além disso, há fontes para as leis internacionais de direitos humanos, por exemplo, convenções internacionais e tratados que, uma vez ratificados, os países signatários devem cumprir e fazer valer a lei.

No Brasil há quem defenda “direitos humanos para humanos direitos”. Ou que “bandido bom é bandido morto”. O que a sra. pensa dessas expressões? Já as ouviu em outros lugares do mundo?

Nunca ouvi isso antes. Penso que há uma ideia equivocada, entre pessoas em posições de poder ou riqueza, de que garantir direitos humanos tira parte dos privilégios delas. Na verdade, direitos humanos deveriam fortalecer a todos. Mas os que estão no poder costumam a reconhecer a importância desses direitos porque pensam que não precisam deles. Já ouvi pessoas criticando direitos humanos como ideias ocidentais próprias de países ricos, do hemisfério norte, que não se aplicam ao resto do mundo. Agora, sinceramente, não costumo ouvir pessoas de países periféricos dizendo “ah, direitos humanos, quem precisa deles?” Ao contrário. Dizem “sim, precisamos, mas estamos tentando descobrir como fazê-los funcionar no mundo real”.

Onde a sra. encontrou mais dificuldade para lidar com violações a direitos humanos?

Trabalhei em diversos países, incluindo Mianmá, Sudão do Sul, Zimbábue, Tailândia. Dediquei muito tempo à causa LGBT na Jamaica, um país lindo, mas terrivelmente homofóbico. Ali, uma lei do século XIX considera relações homossexuais crime com pena de dez anos de prisão. Conseguimos levar o caso de dois *gays* à justiça, argumentando que a discriminação homofóbica fere direitos fundamentais. Mas o que mais me marcou nesses países foi encontrar ativistas incríveis, fortes e corajosos, que arriscam suas

vidas para desafiar seus governos. E muitos governos estão simplesmente fechando o cerco contra a sociedade civil. Há países, como a Rússia e o Azerbaijão, que criminalizaram o ativismo de direitos humanos: é ilegal a formação de organizações da sociedade civil ou até a assistência de instituições internacionais.

A sra. atua mais como advogada ou ativista?

Faço um trabalho de impacto internacional, não trabalho diretamente com questões relacionadas aos EUA. Já fiz isso antes, mas não agora. É difícil se considerar um ativista quando se trabalha na casa dos outros, enfrentando um governo que não é o seu. Como advogada, dou apoio jurídico, a partir das leis internacionais, para pressionar governos nacionais. Os ativistas de verdade são os caras comuns que estão peitando o próprio governo. Eles estão na linha de frente.

Depois do 11/9 e da guerra ao terror, a tortura perpetrada por oficiais americanos se tornou um dos grandes desafios para as leis internacionais de direitos humanos. Quinze anos depois, quanto se avançou na punição dessas práticas nos EUA?

Os EUA ainda torturam. Guantánamo ainda está ativa, há prisioneiros que nunca foram oficialmente julgados, há imigrantes islâmicos submetidos a interrogatórios abusivos, há povos indígenas vítimas de violações de direitos econômicos e socioculturais, a lista é imensa. Admitir o erro é um avanço, mas há muitos erros que continuam a acontecer. Nos últimos dias, eu estava trabalhando na Europa, onde muitas violações estão sendo registradas agora, relacionadas a imigrantes. Não importa quão rico seja um país, há violações. Veja o último relatório da **Human Rights Watch**. Há razões para o medo, com os ataques terroristas, o Estado Islâmico e a escala gigantesca de refugiados. Entretanto, muitas ações dos governos são absurdas, com políticas repressivas ameaçando liberdades civis, por exemplo, a dura repressão de países contra advogados, ativistas, jornalistas. Acontece nos EUA, na Europa e imagino que deva acontecer no Brasil, não? E, além do mais, não são ações exatamente efetivas, pois perpetuam o pânico e distanciam, amedrontam, alienam as pessoas.

REFLEXÕES XIV

Cuba e Venezuela são países sempre citados nos relatórios de violações de direitos humanos, apesar de defender ideais de justiça social.

Um governo que queira justiça social deve ser muito disciplinado para que a luta não se perca no caminho, para que não seja pervertida e convertida em repressão. E é muito fácil ver governos usando esses ideais iniciais como pretexto para a repressão contra seus próprios cidadãos. Aliás, para atingir justiça social é imprescindível “empoderar” os cidadãos no plano econômico e na independência intelectual, tanto para que possam lutar junto quanto para que possam se manifestar contra. A liberdade de expressão e de pensamento é um direito humano afinal, garantido no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos. Mas não é absoluto.

Qual é o papel da ONU nessa questão? É apenas um observador?

Às vezes a gente esquece que a ONU é feita de países. É uma coalizão de 193 países. E países são feitos de pessoas. O maquinário é problemático, muito devagar, muito caro, muito burocrático. Mas eu tento imaginar um mundo sem a ONU e não consigo. Não quero imaginar um mundo em que não exista um lugar para os Estados se reunirem. Sei que às vezes parece um grande desperdício de tempo, mas ainda é um lugar onde os Estados se reúnem para dialogar e para consolidar regras globais que transcendem leis internacionais, como as ideias de paz internacional, direitos humanos e desenvolvimento sustentável. Não é o ideal, mas se não o tivéssemos, onde mais poderíamos discutir o destino do mundo? Mas nada é simples: veja as tropas francesas na missão de paz na África, acusadas de assédio sexual a crianças centro-africanas. É quase além da imaginação. É um dos piores abusos imagináveis – e a ONU não fez nem perto do necessário para coibi-lo, instaurando políticas de tolerância zero e iniciando imediatamente processos para julgar e punir. É horrível.

Nesta semana, Zeid Ra’ad al Hussein, alto comissário de direitos humanos da ONU, criticou a violência policial como um problema gigante no Brasil. No País, advogados,

ativistas e jornalistas já fizeram denúncias, cidadãos comuns já fizeram manifestações, políticos já prometeram mudar, mas o sistema continua. O que mais é preciso fazer?

O que posso dizer é que nunca podemos parar de desafiar nossos governos pelos abusos, pelas prisões infundadas e injustas, pelas repressões ilícitas. É um processo contínuo. Corrupção, disparidade econômica, discriminação racial, favelas, violência policial, o Brasil não tem um problema só. São vários. Dizem que é uma nova potência, um país emergente com mais visibilidade e mais voz nos debates internacionais. Pois usem isso. São desenvolvimentos positivos, indicam que o país se importa de ser um ator global e com sua imagem internacional. A partir do momento em que o país se importa, quer dizer que há algo a fazer. Não vai ser simples, indolor ou imediato. E talvez não seja nesta vida.

Também nesta semana o painel da ONU responsável pela análise de detenções arbitrárias confirmou a ilegalidade da prisão de Julian Assange na embaixada equatoriana em Londres. Qual seria o próximo passo? A libertação do jornalista?

É preciso ter clareza: não é “a ONU” dizendo que Julian Assange foi preso arbitrariamente. Isto é o Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária, órgão de especialistas independentes indicados pelo Conselho de Direitos Humanos. Eles não falam pela ONU, e suas opiniões não são legalmente vinculativas, o que quer dizer não há um acordo conscientemente feito para pedir ou proibir certas ações. Eles não podem oferecer interpretações autorizadas dos tratados internacionais de direitos humanos, e os Estados só são obrigados a dar a “devida consideração” a suas recomendações. A meu ver, esse documento foi mal pensado e mal escrito, o que é uma pena, pois suspeito que poderá ter um efeito dominó e lançar esses “procedimentos especiais” (que é o que o Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária faz) a uma luz sombria. Os procedimentos especiais normalmente dão contribuições importantes para a promoção dos direitos humanos, e temo que esse documento, de tão malfeito, possa ser usado para desacreditar outros casos importantes.

REFLEXÕES XIV

A lei internacional indica sete sérios crimes: crimes de guerra, crimes contra a humanidade, crimes contra a paz, escravidão, genocídio, pirataria e tortura. Para um cidadão comum, como é possível compreender que às vezes esses crimes cruéis são cometidos, mas não são punidos? Quem tem o poder para julgá-los?

Na verdade, os verdadeiros árbitros das violações de direitos humanos estão nos tribunais dos próprios países. As leis internacionais ajudam as cortes nacionais. Então, no fim das contas, é responsabilidade de cada governo abrir, amparar e fortalecer seus tribunais para proteger os direitos de seus cidadãos. Há casos especiais encaminhados para cortes internacionais, que não são muitas, como a Corte Internacional de Justiça e o Tribunal Penal Internacional, em Haia. No caso do Brasil, por exemplo, há a Corte Interamericana de Direitos Humanos, em San José, na Costa Rica. Não há uma instituição suprema no mundo capaz de julgar os milhares de violações de direitos humanos que vemos todos os dias. Antes de tudo, é preciso levar o caso para casa. Tudo começa em casa e deve terminar em casa. De volta ao básico: garantir uma constituição forte e um judiciário independente. Se o país não tem uma constituição forte e um judiciário independente, esse é o ponto de partida. É daí que precisa começar.

A lei é justa?

Não dá para defender direitos humanos sem ser otimista. Acredito na possibilidade de melhorar o mundo – o que não quer dizer que não tenha visto situações horríveis no mundo real. Sou realista, mas acredito que essas violações não vão durar para sempre. E as leis não são sempre justas. Há leis repressivas, injustas, absurdas. No entanto, se não tivermos leis, como poderemos procurar responsáveis por crimes e impor castigos? Essa é a questão: muitas vezes, precisamos lutar para mudá-las. ●

Betsy Apple: advocacy director for the Open Society Justice Initiative based in New York. She brings litigation and advocacy experience on a broad range of human rights and international justice issues.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 6 de fevereiro de 2016

A Força está com essa empresa

The Economist



Comprando um pedacinho de infância após o outro, a Disney fatura uma fortuna – foram US\$ 45 bilhões em 2014 – e garante seu futuro

Quando começaram a sair do cinema, na segunda-feira passada, em Los Angeles, após assistirem à estreia mundial de *O Despertar da Força*, novo filme da série *Star Wars*, os espectadores traziam na cabeça a imagem da última cena e a certeza de que o grande *hit* do ano havia chegado. Quem compareceu à sessão pôde rever vários elementos celebrizados pelos três episódios originais da saga: personagens dos filmes produzidos nos anos 1980 recebem o reforço de uma geração mais jovem de heróis para enfrentar as tropas de uma nova ordem galáctica do mal. Surge inclusive uma nova esperança, igualmente associada a um personagem que não sabe quem são seus pais e vive num planeta deserto, embora agora se trate de uma mulher, Rey, em vez de Luke Skywalker. Depois da decepção que foram os três episódios produzidos entre 1999 e 2005, cujo enredo recuava no tempo para narrar as origens do Império, o lançamento mostra que a franquia conseguiu recuperar a velha forma.

Se *O Despertar da Força* evoca o passado, ainda que contra um pano de fundo mais grandioso, Bob Iger, CEO da **Walt Disney Company** desde 2005, também vem atualizando uma fórmula original e empregando-a em escala mais ambiciosa. A estratégia da empresa foi delineada inicialmente num intrincado fluxograma de 1957: os filmes aparecem no centro, à sua volta estão os parques temáticos, os licenciamentos, a música, as publicações e a televisão. Cada unidade da companhia produz conteúdo e impulsiona as vendas das demais. Ao recolocar os filmes no cerne do negócio, Iger retoma o plano original da família Disney, que consistia em usar conteúdo para atingir um público maior e, assim, dominar a indústria do entretenimento.

REFLEXÕES XIV

A reestruturação que levou a empresa a dar mais prioridade à produção de conteúdo do que aos meios empregados em sua distribuição fez da **Disney** a líder incontestada do setor. Seus lucros mais que dobraram ao longo dos últimos cinco anos, chegando a US\$ 8,4 bilhões. Em pouco mais de uma década, suas ações quase quintuplicaram de valor, deixando as concorrentes no chinelo. No mesmo período, a valorização da **Comcast**, sua rival mais próxima, triplicou, e a da **Twenty-First Century Fox** dobrou. Já as ações da **Time Warner** subiram apenas 20% e as da **Viacom** caíram. O valor da **Disney** também supera o de todas as outras, chegando a US\$ 187 bilhões.

Com novo filme, franquia mostra que conseguiu recuperar a velha forma

O que permitiu à **Disney** sobressair às concorrentes foi a determinação de fazer da criação de histórias a alma de seu negócio. Não menos importante foi a habilidade com que a companhia conseguiu atrair personagens novos, capazes de acender e reacender o interesse dos fãs repetidas vezes. A compra da **Pixar** e da **Marvel** incrementou um viveiro de camundongos e Muppets com figuras como Buzz Lightyear, de *Toy Story*, e o Homem de Ferro, de *Os Vingadores*. A **Lucasfilm** acrescentou **Star Wars** ao elenco de personagens que a companhia vinha reunindo desde que Iger sucedeu Michael Eisner no cargo de CEO.

As novas franquias se juntaram ao mais formidável império de licenciamentos e entretenimento do mundo, que se espalha por lojas de brinquedos, videogames, parques temáticos, navios de cruzeiro, revistas em quadrinhos, música, televisão e cinema. A **Disney** comercializa infância por diversos canais, e com isso agrega valor enorme a si própria e às empresas que adquire.

A criação de histórias deve proteger a empresa fundada por Walt Disney de correntes que talvez arrastem o setor para águas revoltas. Os negócios de TV a cabo nos Estados Unidos ainda são a parte mais valiosa dos impérios formados pelas gigantes do entretenimento. A **ESPN**, canal de esportes incorporado à **Disney**



REFLEXÕES XIV

em 1996, quando a companhia assumiu o controle do grupo de mídia Capital Cities/ABC, é uma máquina de fazer dinheiro. As redes de TV a cabo são responsáveis por quase metade do faturamento e dos lucros da **Disney**. E foi nesse segmento que suas concorrentes investiram sem parar nos últimos dez anos, expandindo-se mundo afora e gerando lucros cada vez mais polpidos.

Um novo alvorecer. Acontece que as pessoas estão começando a desligar a TV. Nos países desenvolvidos, muitas resolveram “cortar o cordão umbilical”, passando a adquirir conteúdo *on-demand* pela *internet*. Segundo a empresa de pesquisas de mercado **eMarketer**, a TV paga americana perderá 5 milhões de assinantes entre 2014 e 2019, com o número de domicílios atendidos recuando para 96,4 milhões. Esse declínio serve para lembrar que a maneira como as pessoas acessam os conteúdos pelos quais se interessam é suscetível a mudanças. Já a demanda por entretenimento de qualidade é duradoura. As empresas com as histórias e os personagens mais populares estarão em posição vantajosa para negociar com quaisquer dos canais de distribuição, de **Comcast** a **Netflix**, que venham a conquistar a preferência dos consumidores. Há dez anos, os lucros da ESPN e da ABC ajudaram Iger a pagar pela **Pixar**. Com o passar do tempo, a acumulação de conteúdo talvez leve a **Disney** a oferecer serviços de *streaming* diretamente aos consumidores que abandonarem a TV a cabo.

Mesmo quando o futuro das redes de TV a cabo parecia promissor, o roteiro da **Disney** pedia revisão profunda. Ainda que fosse lucrativa, a empresa vinha produzindo entretenimento de qualidade apenas mediana, e era comandada por um sujeito de ego caricaturalmente exagerado, mesmo para os padrões de Hollywood. Duas décadas antes, Eisner também havia promovido sua cota de reformas estruturais, recuperando o negócio de animação da **Disney** e, principalmente, transformando-a numa empresa voltada para o entretenimento familiar, ampliando os produtos comercializados sob a forma de videocassetes, DVDs e transmissões a cabo. Mas seu relacionamento com o pessoal de Hollywood era conflituoso.

Uma ação movida por acionistas contra Eisner, por conta da dispendiosa demissão de Michael Ovitz, um ex-agente de talentos

REFLEXÕES XIV

que chegou a ser um dos homens mais poderosos de Hollywood e entre 1995 e 1997 ocupou o cargo de presidente da **Disney**, sob o comando de Eisner, culminou em uma audiência judicial que expôs aspectos nada louváveis da dinâmica interna da companhia. A unidade de cinema perdeu vigor. Em 1994, depois de se indispor com Eisner, Jeffrey Katzenberg, que havia sido responsável por uma série de sucessos, pediu as contas e ajudou a criar a rival **DreamWorks SKG**. Em 2004, a **Disney** teve de enfrentar uma oferta de aquisição hostil por parte da **Comcast**. Simultaneamente, Roy Disney, sobrinho de Walt, encabeçou uma campanha de acionistas para tirar Eisner do comando da empresa e “salvar a **Disney**”. A companhia, recorda-se Iger, estava em guerra com todo mundo e consigo mesma.

Iger ingressou na **Disney** em 1996, quando a empresa comprou a Capital Cities/ABC. Em 2005, ao substituir Eisner, o novo CEO tratou de erguer a bandeira branca. Em seu segundo dia no cargo, comunicou ao conselho de administração a intenção de comprar a **Pixar**, uma produtora pioneira que desde 1995, com *Toy Story*, vinha produzindo animações cuja distribuição ficava a cargo da **Disney**.



Quem compareceu à sessão pôde rever vários elementos celebrizados pelos três episódios originais da saga O império contra-ataca. Iger tivera a ideia um mês antes, durante a inauguração da Disneylândia de Hong Kong. Nos carros alegóricos usados no desfile de abertura do parque não se via quase nenhuma personagem saído dos filmes produzidos recentemente pela **Disney**. As crianças só queriam saber dos personagens da **Pixar**. O estúdio de animação da **Disney** passava por dificuldades desde a saída de Katzenberg, em 1994, ano em que *O Rei Leão* foi lançado e faturou quase US\$ 1 bilhão nas bilheterias do mundo inteiro. “*Aonde vai a animação, a empresa tem de ir atrás*”, disse Iger ao conselho.

Acontece que a **Pixar** pertencia a Steve Jobs, que não se distinguia por ser um sujeito de trato fácil e que fora uma das inúmeras pessoas com quem Eisner acumulara desentendimentos. Iger

REFLEXÕES XIV

cortejou Jobs com atenção e cuidado. Adequou às preocupações do fundador da **Apple** os argumentos que usava em favor da fusão, fazendo questão de frisar, por exemplo, que a **Pixar** preservaria sua independência criativa, e que, uma vez abrigada no interior da **Disney**, estaria menos exposta às expectativas dos investidores, conquistando mais liberdade criativa também de outra maneira: nem todos os seus filmes precisariam ser um sucesso de bilheteria, do qual dependesse o futuro da companhia.

A montanha de dinheiro que Iger ofereceu a Jobs não deve ter atrapalhado. Em 2006, quando a aquisição foi aprovada, a **Disney** desembolsou US\$ 7,4 bilhões para ficar com a **Pixar**, quantia extraordinária para uma empresa que produzia um filme por ano. Iger foi igualmente mão aberta em 2009, ao fechar a aquisição da **Marvel**, que saiu pela bagatela de US\$ 4 bilhões, muito embora os direitos cinematográficos sobre duas de suas criações mais valiosas, Homem Aranha e os X-Men, não estivessem incluídos no negócio. E, em 2012, quando Iger fechou a compra da **Lucasfilm** por US\$ 4,1 bilhões, fazia anos que o estúdio de George Lucas não produzia um filme novo – sem contar que, apesar de bem-sucedidas comercialmente, as três edições mais recentes de **Star Wars** tinham sido tão criticadas pelos fãs que não havia como ter certeza do sucesso de mais uma sequência de filmes da franquia.

De qualquer forma, a coisa não se resumiu a dinheiro. As três empresas pertenciam a gênios controladores, cujas exigências precisavam ser atendidas e que não se deixavam seduzir apenas por benefícios materiais. Jobs, Ike Perlmutter, da **Marvel**, e George Lucas tinham uma visão muito pessoal de suas empresas e produtos, no que imitavam o próprio fundador da **Disney**.

A abordagem jeitosa de Iger ajudou. A seu ver, a **Disney** havia perdido sua vantagem criativa; a companhia já não conseguia produzir personagens suficientemente interessantes para manter franquias ativas por anos a fio. Nada garantia que sua percepção fosse mais aguçada do que a de suas parceiras na hora de decidir o que funcionaria ou não; por isso Iger estava disposto a guardar distância quando necessário.

Não foi fácil tirar a **Marvel**, item seguinte na lista de compras de

REFLEXÕES XIV

Iger, das mãos de seu pouco sociável chefe. Perlmutter, um americano-israelense que fez a própria fortuna, talvez seja menos famoso que Jobs e Lucas, mas não é nem um pouco menos zeloso de seus interesses comerciais e de sua privacidade (rumores dão conta de que ele teria usado um disfarce para ir à estreia de O Homem de Ferro, em 2008). Iger levou seis meses só para agendar uma reunião.

A coisa melhorou depois de um telefonema de Jobs; e, em fins de 2009, o acerto estava finalizado. A essa altura, Jobs era o maior acionista individual da **Disney** – condição a que ascendera com a venda da **Pixar** –, de modo que era de seu interesse ajudar para que o negócio fosse celebrado. Além do mais, Jobs e Iger haviam se tornado amigos e aliados. O CEO da **Disney** foi uma das pouquíssimas pessoas a quem Jobs contou que seu câncer tinha voltado, avisando-o pouco antes de o negócio com a **Pixar** ser anunciado (para que Iger ainda pudesse dar para trás).

Na época, alguns analistas disseram que Iger pagara um preço alto demais pela **Marvel**, ainda mais considerando que levara para casa algo que lembrava mais um time **B** de super-heróis. No fim das contas, ele foi recompensado por confiar na equipe de criação e na visão da **Marvel**, que conseguiu transformar a história do **Homem de Ferro**, um personagem de segunda linha, em sucesso de bilheteria.

Além disso, o filme acabou servindo de base para uma franquia a que foram acrescentados diversos outros heróis, incluindo o **Capitão América** e **Thor**, posteriormente reunidos na produção **Os Vingadores**, que em 2012 teve faturamento mundial de US\$ 1,5 bilhão.

A bilheteria do segundo filme do grupo de super-heróis, lançado este ano, ficou pouco abaixo disso. Há outros dois em fase de produção, além de um cronograma de projetos relacionados que se estende até meados da década de 2020. O sucesso dos filmes como o **Homem de Ferro** e **Os Vingadores** ajudou a **Marvel** a desenvolver histórias mais obscuras de seu catálogo. Com a retaguarda financeira da **Disney**, seus roteiristas podem correr riscos com filmes excêntricos, como **Guardiões da Galáxia**, que tem no elenco

REFLEXÕES XIV

um guaxinim dado a tiradas espirituosas e uma árvore que anda.

No entanto, nada ilustra melhor o sucesso da estratégia de Iger do que a franquia **Star Wars**, pela qual a **Disney** pagou US\$ 4,1 bilhões em 2012. **O Despertar da Força** tem mais força gravitacional do que os dois sóis de Tatooine. Nada menos do que US\$ 5 bilhões em produtos licenciados serão vendidos ao longo de 2016. E a expectativa é que só em bilheteria o filme arrecade até US\$ 2 bilhões.

O retorno de Jedi. A franquia sintetiza os planos em longo prazo da **Disney**. Até 2020, serão produzidos outros cinco **Star Wars**: duas sequências de **O Despertar da Força** e três histórias independentes. Antes disso, novas atrações **Star Wars** terão sido inauguradas nos parques temáticos da Califórnia e da Flórida. (Ao mesmo tempo, a **Lucasfilm** planeja a produção de um quinto título de Indiana Jones, sua outra franquia de sucesso, com Harrison Ford novamente no papel principal.)

Mais uma vez, o negócio que tornou isso possível recebeu uma mãozinha de Jobs. Lucas o conhecia desde 1986, quando vendeu a **Pixar** para ele. E a experiência de Jobs com a **Pixar** fez com que Lucas visse com bons olhos a proposta de aquisição que Iger lhe fez. Os resultados positivos da inclusão das atrações **Star Wars** nos parques temáticos da **Disney** também ajudaram. Não menos importante foi o breve contato que, por coincidência, Lucas havia tido com Iger no passado.

Mais de 20 anos antes, o CEO da **Disney** dera mostras de sua sensibilidade quando, ainda como executivo da rede **ABC** de televisão, aprovou a produção de uma sequência do seriado produzido pelas **Lucasfilm**, **O Jovem Indiana Jones**, apesar da baixa aprovação obtida pelo programa em sua primeira temporada. Iger achava que Lucas cumprira a promessa de produzir um material de alta qualidade e fazia por merecer a oportunidade. Em 2011, quando aventou com Lucas a possibilidade de comprar a **Lucasfilm**, o criador de **Star Wars** disse que não se esquecera daquele voto de confiança. Jamais lhe passara pela cabeça vender a empresa, de que era fundador e único dono, para outra pessoa que não Iger.

Isso não queria dizer que as coisas transcorreriam sem problemas. A

REFLEXÕES XIV

nova trilogia **Star Wars** não reflete a visão criativa de Lucas, que se referiu à venda de seu estúdio como um “divórcio”. Apesar disso, os créditos de abertura de **O Despertar da Força** exibem somente o logo verde da **Lucasfilm**, sem nenhuma referência à **Disney**. Iger não é do tipo que deixa seu ego atrapalhar os negócios, e sabe a importância que essas coisas têm para os fãs.

A **Disney** vem se esforçando bastante para preservar o que Iger chama de “essência criativa” das empresas que adquiriu, agindo com cautela ao cortar custos ou promover mudanças administrativas. Abordagem similar pode ser observada no interior da própria companhia, cujas unidades individuais atualmente gozam de mais autonomia do que tinham no tempo de Eisner.

No caso da **Pixar**, a independência foi negociada e inclui desde a manutenção, na maioria dos mercados, do nome do estúdio em seus filmes até a preservação da “sexta-feira da cerveja”, uma vez por mês, em sua sede na Califórnia. Por outro lado, a preocupação em limitar o nível de interferência não impediu que a **Disney** tirasse lições do modo como a **Pixar** trabalha. A companhia de Iger transplantou a cultura de valorização da cinematografia para o próprio estúdio de animação, incluindo as reuniões de *brain trust*, em que versões preliminares de cada filme são criticadas por pessoas de fora da equipe de criação, e a célebre atenção aos mínimos detalhes. A produção de **Frozen** despachou pesquisadores para a Noruega, onde eles passaram várias semanas estudando a música, as roupas, os móveis e a arte popular local. Em 2013, o filme, inspirado no conto **A Rainha da Neve**, de Hans Christian Andersen, tornou-se a animação com maior bilheteria da história, faturando pouco menos de US\$ 1,3 bilhão em todo o mundo.

A aquisição da **Pixar** ajudou a revigorar a animação da **Disney**. Também ofereceu a todas as outras unidades da empresa material novo com que trabalhar. Isso fez com que as criações da **Pixar** – assim como as da **Marvel** – alcançassem valores muito mais elevados do que se tivessem permanecido independentes.

Os filmes de sucesso criam demanda por produtos e atrações e outras formas de entretenimento, cuja popularidade, por sua vez, gera demanda por mais filmes, incluindo não apenas sequências,

REFLEXÕES XIV

mas também filmes derivados (*spin-offs*), que expandem o universo da franquia. O poder dessas sinergias está novamente à mostra com **O Despertar da Força**.

A maior dúvida diz respeito à durabilidade do modelo. Não se sabe até que ponto essas franquias podem ser estendidas. E a criação de franquias novas é arriscada. **John Carter**, filme baseado numa das séries de romances de Edgar Rice Burroughs, foi um fracasso. O público também terá muito mais alternativas à disposição, conforme outros estúdios tentem criar ou expandir as próprias franquias. A **Universal** tem **Velozes e Furiosos** e **Jurassic Park**. A **Warner Brothers** pretende produzir mais três filmes derivados da série **Harry Potter** e outros da rival da **Marvel**, **DC Entertainment**, entre cujos heróis se destacam **Batman** e **Superman**.

No entanto, nenhuma concorrente tem a escala da **Disney**. No setor de mídia, a única rival que chega perto da empresa comandada por Iger é a **Comcast**, que em 2011 comprou a **NBC Universal**, levando junto a **Universal Studios** e seu negócio de parques temáticos. E nenhuma delas chega aos pés da **Disney** quando se trata de vender produtos decorrentes de suas franquias. A empresa é a campeã mundial em licenciamentos, com vendas totalizando US\$ 45 bilhões em 2014, valor que supera em mais de sete vezes o obtido por sua concorrente mais próxima em Hollywood, a **Warner Bros**.

A **Disney** ajudou a desenvolver produtos e mercados numa amplitude que a **Lucasfilm** não teria tido condições de almejar. Em parceria com o **Walmart**, criou um filme publicitário que têm como alvo tanto os meninos, como as meninas. E não faltou inteligência à sua equipe de criação ao fazer de Rey, um personagem feminino, a protagonista de **O Despertar da Força**.

O efeito **Disney** é capaz de multiplicar por cinco, só nos Estados Unidos, o volume de vendas de produtos licenciados que a **Lucasfilm** conseguiria obter, se estivesse sozinha, diz Paul Southern, diretor de licenciamento da empresa fundada por Lucas. A **Disney** também conta com uma boa rede de varejo global e vem promovendo os produtos **Star Wars** nos parques temáticos que tem em Paris, Tóquio e Hong Kong. Em 2016, a empresa vai inaugurar um parque temático em Xangai; o primeiro dos dois parques que

REFLEXÕES XIV

estão sendo cogitados para a China continental.

Iger deve deixar o cargo de CEO em 2018. Será que abarrotará ainda mais a caixa de brinquedos antes de partir? O executivo tem uma lista de empresas que talvez interessem à **Disney**. São marcas internacionais de primeira linha, que cairiam como uma luva em seu portfólio.

O **Lego Group**, uma companhia dinamarquesa de capital fechado, já faz negócios com a **Disney**, licenciando produtos e mantendo lojas em seus parques temáticos. Seria um alvo óbvio para uma companhia que já comprou tantos outros pedacinhos da nossa infância. ●

The Economist

Artigo publicado no dia 19 de dezembro de 2015

A grana preta e suas relações com o inconsciente

Woody Allen



A poderosa pulsão de adular pacientes que pagam 600 dólares por sessão.

Se as orgias, o arremesso ocasional de um cristão aos leões e a regurgitação de línguas de pavão a fim de preparar o estômago para a segunda rodada de miolos de macaco representaram, para Edward Gibbon, indícios de que a toga romana estava prestes a sair de circulação, uma reportagem na qual meus olhos resvalaram quando punha em dia a

leitura de números atrasados do serve de funesto testemunho sobre o futuro dos adeptos de banhos de leite.

Parece que agora existem psicanalistas especializados no tratamento dos super-ricos, um grupo cuja fortuna e poder criam problemas peculiares que intimidam e até instigam a inveja de psiquiatras classificados em faixas de tributação do imposto de renda menos obesas. Segundo a reportagem intitulada “Os desafios de tratar pacientes que pagam 600 dólares por sessão”, quando se psicanalisa o magnata típico, pode ser difícil para o médico resistir à tentação de “adotar, de maneira bajulatória, o ponto de vista do paciente”.

Em certos casos, aponta a matéria, “os pacientes tratam o terapeuta como apenas mais um membro de seu séquito de serviçais”. Um analista, incapaz de encontrar cinquenta minutos livres para atender um mandachuva, recebeu da secretária do paciente a seguinte pergunta: “*Que tal às 10 horas? Ele vai voar para Hamptons, mas vamos mandar um carro buscar o senhor para que possa pegar o helicóptero junto com ele e fazer a terapia durante o voo.*” De resto, os problemas que afligem os super-ricos podem ser menos existenciais do que, digamos, um mineiro de carvão que passa a sofrer de claustrofobia ao descer quilômetros

REFLEXÕES XIV

abaixo da superfície da terra.

Como exemplo de uma crise de maior requinte, a reportagem apresenta uma senhora abastada que se convenceu de que era uma jogadora de tênis pouco hábil. Podemos imaginar os soluços históricos de uma loura da Quinta Avenida, paramentada de Prada: *“Doutor, o senhor tem de me ajudar. Parece que não consigo de jeito nenhum acertar meu segundo saque.”*

Toda essa decadência não poderia deixar de trazer à mente o seguinte esquete²⁷, que tanto pode ser lido como rasgado, ou quem sabe possa ser usado para deduções do imposto de renda.

O doutor Leon Parafuso Frouxo era a imagem exata que um cartunista faria de um psicanalista freudiano: meio calvo, atarracado, um cavanhaque à la Van Dyke, que evocava o mundo de Strauss da velha Viena, enquanto caminhava afobado, não pela Ringstrasse, mas pela Park Avenue, rumo a um atendimento domiciliar. *“Não posso me atrasar”*, sussurrava entre bufos e arquejos. *“Não posso deixar o senhor Pólipo esperando. Não com a posição que ele ocupa na classificação da agência de negócios Dun & Bradstreet. O homem ganha mais em títulos do Tesouro num dia do que eu numa década. Na sexta-feira passada, quando me atrasei, ele me esculachou. É humilhante ouvir alguém falar assim com a gente. E a surra, então? Eu devia ter terminado o tratamento naquele minuto, mas detesto abrir mão de usar seu jato Gulfstream”*.

“É interessante a neurose de que ele sofre: uma mórbida incapacidade de aprimorar sua tacada de golfe. Rico do jeito que é, pesa sobre o homem um tamanho bloqueio que ele só consegue dar tacadinhas de leve, como se a bola estivesse já perto do buraco. A causa subjacente se revelou óbvia a partir de um sonho que ele contou, no qual os 400 mais ricos da revista **Forbes** apareceram em sua janela com chapeuzinhos de cata-vento e regaram seu corpo com um molho de carne morninho. É claro que o senhor Pólipo rejeitou minha interpretação do sonho em favor da sua, e fui

²⁷ **Esquete**: no teatro de revista e em programas de rádio e televisão, cena rápida, ger. Humorística.

REFLEXÕES XIV

obrigado a concordar com ele, tendo em vista nossos patrimônios líquidos relativos. Sei que ele se sente superior a mim, e outro dia o surpreendi num ato falho muito revelador, quando quis elogiar minha serenidade e me chamar de “cabeça-fria” e usou “boia-fria”.

Tenho de conversar com meu próprio terapeuta sobre os problemas de identificação com a clientela abastada. Sendo a minha receita mensal o que é, o que será que passou pela minha cabeça quando paguei uma volumosa entrada para a aquisição de um iate de 60 pés à prestação? Foi deveras embaraçoso quando uma equipe da financeira apareceu e retomou a posse da embarcação, e eu estava em pleno mar, obrigando meus convidados a nadarem até a praia. E agora toda essa aflição em torno dos problemas conjugais de Pólipo. Quando sugeri que um relacionamento adúltero não resolveria nada, ele discordou enfaticamente e, que inferno, depois de alguns drinques e um final de semana com ele no Mar-a-Lago Club, ele me convenceu mais uma vez de que eu estava errado, e que um par de garçonetes de 19 anos seria a cura perfeita para a sua depressão. Passei para ele o telefone de Lola, a secretária de meu filho. Por que não? Além de solteira ela é, pelo que soube, um verdadeiro fenômeno. Também devo insistir para que ele não receba telefonemas de negócios durante nossas sessões. Sobretudo, porque sempre me pede para sair da sala e esperar no corredor até a conversa terminar.”

Na esquina da rua 74 com a Park Avenue, Parafuso Frouxo, imerso em reflexões, nem percebeu para onde estava andando e enrolou-se na coleira de um cachorro puxada por um homem de ar erudito que passeava com um poodle.

“Santo Deus, tome cuidado”, repreendeu o homem. “Este animal é ganhador de vários prêmios.” E depois, com olhos arregalados: “Leon Parafuso Frouxo, pelas barbas do Profeta!”

“Vilmos”, disse Parafuso Frouxo, reconhecendo na mesma hora o colega de profissão. “Não nos vemos desde a convenção da Filadélfia. Ainda não tive a chance de lhe dizer como apreciei seu artigo ‘Amnésia como mecanismo de defesa contra o ato de dar gorjetas’. Não sabia que você tinha um cão premiado em exposições.”

REFLEXÕES XIV

“Ah, não é meu”, explicou o doutor Miolomole. “Estou só passeando com ele para meu empregador. Edwards, o motorista, telefonou avisando que estava doente. Em geral, é ele quem passeia com o Príncipe.”

“Seu empregador?”, indagou Parafuso Frouxo.

“Sim. Faça parte da folha de pagamentos do senhor e da senhora Lubrificante, que moram nesse condomínio de luxo.”

“Não está se referindo a Quincy Lubrificante, cuja família detém a patente da ideia dos royalties, o que lhe rende royalties toda vez que alguém ganha royalties, não é?”

“O próprio”, admitiu Miolomole. “A fortuna de ambos chega à casa dos porrilhões. Para encurtar a história, vivo com eles em tempo integral, na condição de psicanalista de plantão.”

“Não!?”, disse Parafuso Frouxo. “Eu estava louco para saber quem era o felizardo que tinha abiscoitado esse emprego.”

“Pode parecer que é uma bênção dos céus”, confessou Miolomole, “mas, acredite em mim, eles não me dão sossego. Bem entendido, o salário é razoável. Ganho os protocolares seiscentos paus por hora, e mais opções de compra de ações a preço fixo. Claro que tenho meu próprio quarto, vizinho ao quarto da faxineira. Não é grande coisa, mas tenho uma televisão. O pessoal de serviço consiste em Juliana, a empregada, e eu, além de um chefe de cozinha, um motorista e um preparador físico particular. Eles são muito gentis e todos nós damos cobertura uns aos outros nas horas de emergência. Como aconteceu hoje, quando o motorista acordou gripado, e sobrou pra mim, exercitar o cachorro. No final de semana passado, como Juliana teve de ir ao Departamento de Imigração, eu mesmo cuidei de fazer a faxina e empunhar o espanador de pó. Entre tudo isso, e ainda fazer compras na mercearia de importados, me sobra exatamente o tempo necessário para tratar dos ataques de pânico do senhor Lubrificante.”

“A julgar pelo que leio sobre ele no **Wall Street Journal**”, atreveu-se a falar Parafuso Frouxo, “diria que o homem sofre de narcisismo agudo.”

REFLEXÕES XIV

“Era precisamente esse o meu diagnóstico inicial, mas há algumas semanas tive de extrair um dente e Trúculus, o preparador físico particular, tomou meu lugar na psicanálise de Lubrificante.”

“O preparador físico fez a terapia?”, indagou Parafuso Frouxo.

“Já fez isso inúmeras vezes”, respondeu Miolomole. “É um garoto perspicaz. Sabe Pilates. Além do mais, trabalhou como leão de chácara, e assim assimilou certa dose de psicologia. De todo modo, fique sabendo que o Trúculus chegou ao âmago do problema de Lubrificante. Constatou que se tratava de culpa. Isso mesmo. Lubrificante passa por um inferno emocional toda vez que faz uma oferta hostil para se apossar de alguma empresa. A única maneira que encontra para aplacar a consciência é presentear a si mesmo com a pintura de um mestre da Antiguidade, à guisa de recompensa. Então se sente duplamente culpado por gastar 300 milhões para comprar um Vermeer e depois jogá-lo dentro de um armário. Eu o ajudei, mas a melhora é lenta. Quando comecei o tratamento, ele pegava o carro, ia para sua casa em Lyme, acendia sua churrasqueira e queimava 4 ou 5 milhões em dinheiro vivo, por puro ódio de si mesmo. Pelo menos já consegui que não ficasse parado tão perto do fogo.”

“A propósito”, indagou Parafuso Frouxo, “tem alguma notícia de Paul Ersatz? Não o vi com os outros psiquiatras na praia de Vineyard este ano, e ainda estou com aquele seu disco voador de brincar na areia.”

“Lamento dizer que Ersatz não está mais entre nós”, respondeu Miolomole com ar solene. “Uma história horrível. Ele estava tratando de Morris Bancarrota, herdeiro dos milhões oriundos do comércio das máscaras feitas só de nariz e óculos postiços”.

“E então?”, perguntou Parafuso Frouxo, com ar apreensivo.

“O único horário livre que o paciente tinha para a terapia era em seu helicóptero, no trajeto para a sua fazenda em East Hampton. Como sabia que o paciente era um titã da indústria extremamente ocupado, Ersatz concordou. Mas o helicóptero entrou numa zona de turbulência, o sofá onde o paciente estava deitado ricocheteou no teto e projetou Ersatz para fora da aeronave. Encontraram seu

REFLEXÕES XIV

corpo no último terreno amplo o bastante para permitir a construção de um condomínio em Sagaponack.”

Naquele momento, saindo de um prédio impecável, com uma maleta na mão, surgiu um terceiro praticante da cura pela fala, a quem ambos conheciam e admiravam, Lobo Frontal, uma lenda nos círculos analíticos. Frontal era famoso por seu sucesso no tratamento dos casos de distúrbio de personalidade múltipla, pelos quais cobrava honorários em separado de cada uma das personalidades. Após uma rodada de saudações amigáveis, Parafuso Frouxo perguntou ao doutor Lobo o que andava fazendo.

“Acho que nunca devia ter aceitado tratar do caso de Fernando Fundo Falso”, disse, e suspirou.

“O nome é familiar”, ponderou Miolomole.

“Ele fez uma fortuna de bilhões com hedge funds. Mas depois se constatou que tudo não passava de esquema de fraude da pirâmide. E, ainda por cima, ele nunca pagou nenhum centavo de imposto. Foi obrigado a fugir de madrugada para as Ilhas Canárias. A questão é que Fundo Falso é rico como Crespo, mas é um fugitivo da Justiça. Ele me paga para fazer sua psicanálise em trânsito. Encontramo-nos em locais secretos, marcados por intermediários. Às vezes nas Bahamas, às vezes na Venezuela, certa vez à meia-noite num hotel em Casablanca. Ah, sou bem remunerado. Embolso seiscentos paus por sessão, mas é uma rotina arriscada. Os agentes federais chegam cada vez mais perto. Uma vez, em Xangai, o paciente e eu tivemos de interromper uma epifania²⁸ para nos jogarmos pela janela.

E, no Rio, trocamos tiros com a polícia. Na certa você está pensando por que razão eu ando com um berro sempre à mão, não é?”, disse o doutor Lobo e ergueu a perna da calça para deixar à mostra um revólver num coldre de canela. *“É um serviço que ofereço à minha clientela mais chique.”* Piscou o olho e se afastou.

“Eh... puxa vida”, disse Parafuso Frouxo com alívio, enquanto a tríade se desfazia.

²⁸ **Epifania**: aparecimento ou manifestação reveladora de qualquer divindade.

REFLEXÕES XIV

“Também tenho de voltar ao trabalho”, disse Miolomole, checando a hora no relógio de pulso. “Está quase na hora do senhor Lubrificante, e além do mais prometi segurar o rolo de linha para sua esposa fazer tricô. Vejo vocês dois na convenção.” ●

Woody Allen: nome artístico de Allan Stewart Königsberg, é um cineasta, roteirista, escritor, ator e músico norte-americano.

Artigo publicado na Revista Piauí nº 50, novembro de 2010